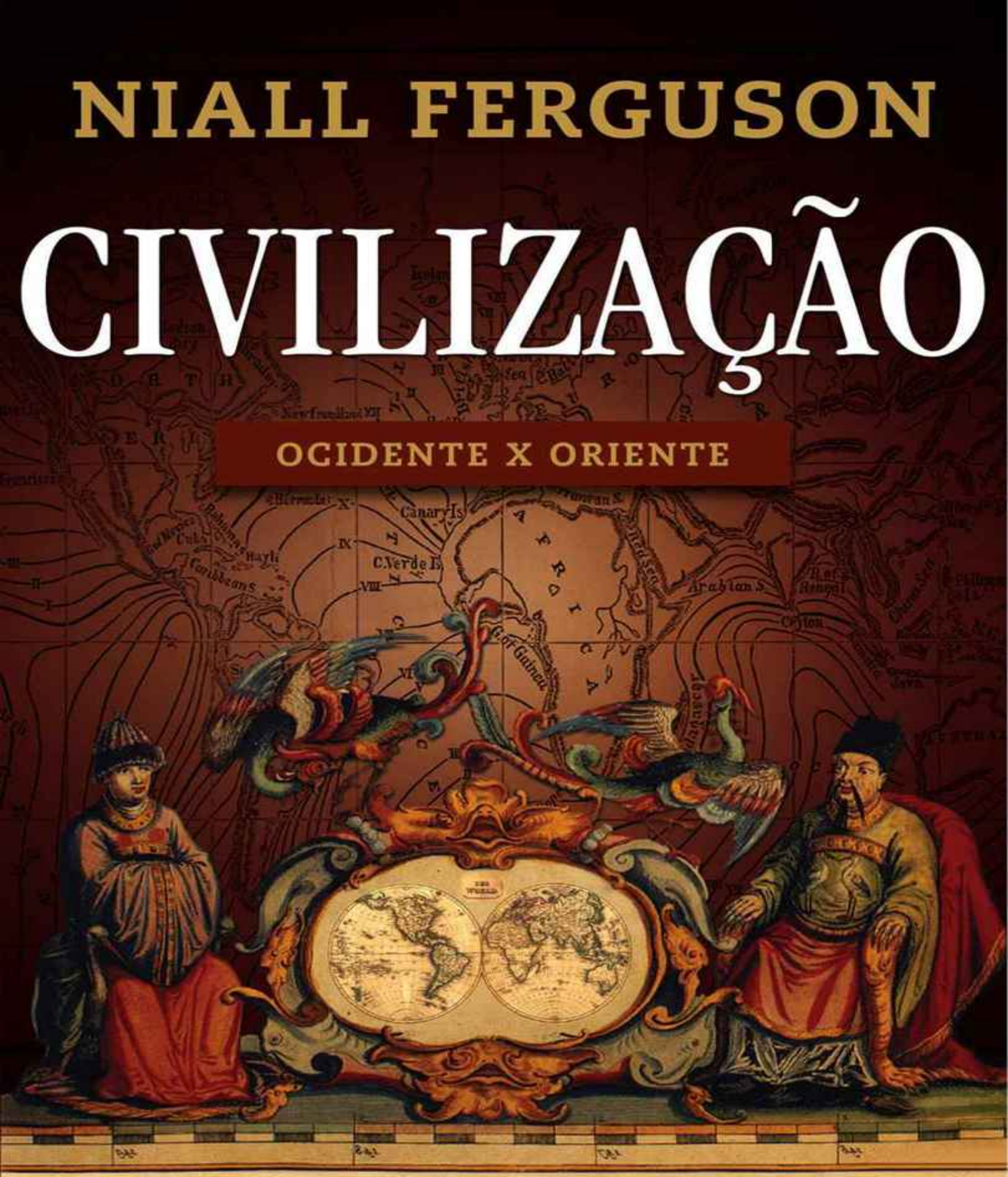
NIALL FERGUSON

# CIVILIZAÇÃO

## OCIDENTE X ORIENTE




Planeta

# CIVILIZAÇÃO

## Ocidente × Oriente

OceanofPDF.com

NIALL FERGUSON

# CIVILIZAÇÃO

## Ocidente × Oriente

*Tradução*
Janaína Marcoantonio

Planeta

OceanofPDF.com

Copyright © Niall Ferguson, 2011
Todos os direitos reservados.
Título original: *Civilization – The West and the rest*

*Preparação:* Dida Bessana
*Revisão:* Mauricio Katayama
*Diagramação:* Balão Editorial
*Capa:* Marcílio Godoy
Conversão em epub: {kolekto}

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

F392c

Ferguson, Niall, 1964 -
Civilização : Ocidente X Oriente / Niall Ferguson ; tradução Janaína Marcoantonio. - São Paulo : Planeta, 2012.
Tradução de: Civilization : the west and the rest
ISBN 978-85-422-0055-3

1. História moderna. 2. Civilização comparada. 3. Oriente e Ocidente. I. Título.

12-2130

CDD: 909.08
CDU: 94(8)

2012
Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Planeta do Brasil Ltda.
Avenida Francisco Matarazzo, 1500 – 3o andar – conj. 32B
Edifício New York
05001-100 – São Paulo-SP
www.editoraplaneta.com.br
vendas@editoraplaneta.com.br

OceanofPDF.com

*Para Ayaan*

*OceanofPDF.com*

# Sumário


## Prefácio à edição britânica

## Introdução: A pergunta de Rasselas

## 1 Competição

Dois rios
O eunuco e o unicórnio
A corrida por especiarias
O reino medíocre

## 2 Ciência

O cerco
Micrografia
Osman e Fritz
Excursões do Tanzimat
De Istambul a Jerusalém

# 3 Propriedade

Novos mundos
Terra da liberdade
Revoluções americanas
O destino dos *gullahs*

# 4 Medicina

A profecia de Burke
A força devastadora da guerra
*Médecins sans Frontières*
Os crânios da ilha de Shark
Vergonha negra

# 5 Consumo

O nascimento da sociedade de consumo
Tornando-se ocidental
Da lama à fama
*The Jeans Genie*
Pijamas e véus

# 6 Trabalho

Ética do trabalho e ética da educação
*Get your kicks*
A Jerusalém chinesa
Terras de infiéis
O fim dos dias?

# Conclusão: Os rivais

# Bibliografia

# Índice remissivo

OceanofPDF.com

# Prefácio à edição britânica

Estou tentando lembrar onde foi, e quando foi, que me dei conta. Será que foi durante minha primeira caminhada pelo Bund em Xangai, em 2005? Ou foi em meio à poluição e à poeira de Chongqing, escutando um membro do Partido Comunista local descrever um vasto monte de entulho como o futuro centro financeiro do sudoeste da China? Isso ocorreu em 2008, e de alguma forma me impressionou mais que toda a pompa sincronizada da cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim. Ou será que foi, ainda, no Carnegie Hall em 2009, enquanto assistia, hipnotizado, à apresentação de Angel Lam, a jovem e incrivelmente talentosa compositora chinesa que personifica a orientalização da música clássica? Acho que talvez tenha sido só aí que realmente entendi a primeira década do século XXI, logo quando esta se encerrava: que estamos chegando ao fim de 500 anos de supremacia ocidental.

A principal pergunta abordada por este livro parece ser, cada vez mais, a pergunta mais interessante que um historiador da era moderna pode fazer: por que, começando por volta de 1500, algumas pequenas organizações políticas no extremo ocidental do continente eurasiático passaram a dominar o restante do mundo, inclusive as sociedades mais populosas e, em muitos aspectos, mais sofisticadas do Leste da Eurásia? Minha pergunta subsidiária é: se conseguirmos pensar em uma boa explicação para a supremacia do Ocidente no passado, será que seremos capazes, então, de fazer um prognóstico de seu futuro? Estamos realmente vivenciando o fim

do mundo ocidental e o advento de uma nova época oriental? Em outras palavras, será que estamos testemunhando o fim de uma era em que a maior parte da humanidade esteve de algum modo subordinada à civilização que surgiu na Europa Ocidental no despertar do Renascimento e da Reforma – a civilização que, impulsionada pela Revolução Científica e pelo Iluminismo, se espalhou pelo Atlântico tão rapidamente quanto os antípodas, e enfim chegou a seu apogeu durante as Eras da Revolução, da Indústria e do Império?

O próprio fato de que quero apresentar tais perguntas diz alguma coisa sobre a primeira década do século XXI. Nascido e criado na Escócia, educado na Academia de Glasglow e na Universidade de Oxford, presumi, entre meus 20 e 30 anos, que seguiria carreira acadêmica em Oxford ou em Cambridge. Comecei a pensar em me mudar para os Estados Unidos porque um eminente patrono da Stern School of Business da Universidade de Nova York, o veterano de Wall Street Henry Kaufman, havia me perguntado por que alguém interessado na história do dinheiro e do poder não vinha até onde o dinheiro e o poder de fato estavam. E em que outro lugar poderiam estar senão no centro de Manhattan? Com a chegada do novo milênio, a Bolsa de Valores de Nova York passou a ser, visivelmente, o centro de uma imensa rede econômica global que fora concebida por norte-americanos e, em grande medida, pertencia a norte-americanos. A bolha da internet estava desinflando, e uma breve recessão levou os democratas a perderem a Casa Branca justo quando sua promessa de pagar a dívida interna começava a soar quase plausível. Mas, apenas oito meses depois de se tornar presidente, George W. Bush se viu diante de um acontecimento que ressaltou muitíssimo o caráter central que Manhattan representa para o mundo dominado pelo Ocidente. A destruição do World Trade Center por terroristas da al-Qaeda prestou uma terrível homenagem a Nova York. Esse era o alvo número um para todos aqueles que desejavam desafiar seriamente a supremacia ocidental.

Os acontecimentos seguintes esbanjaram arrogância. O Talibã derrubado no Afeganistão. Um “eixo do mal” pronto para uma “mudança de regime”. Saddam Hussein expulso do Iraque. O “texano tóxico” subindo nas

pesquisas, a caminho da reeleição. A economia norte-americana se recuperando graças aos cortes de impostos. A "velha Europa" – sem mencionar a América liberal – bufando, impotente. Fascinado, eu me vi lendo e escrevendo cada vez mais sobre impérios, em particular sobre as lições dos britânicos aos norte-americanos; o resultado foi meu livro *Império – Como os britânicos fizeram o mundo moderno* (2003). Conforme eu refletia sobre a ascensão, o domínio e a provável queda do império norte-americano, ficou claro para mim que havia três déficits fatais no cerne do poder dos Estados Unidos: um déficit de força militar (botas insuficientes em solo afegão e iraquiano), um déficit de atenção (entusiasmo insuficiente do povo com relação à ocupação dos países conquistados durante um longo período) e, acima de tudo, um déficit financeiro (economias insuficientes com relação ao investimento e impostos insuficientes com relação ao gasto público).

Em *Colosso – Ascensão e queda do império americano* (2004), alertei para o fato de que os Estados Unidos, pouco a pouco, passaram a confiar no capital do leste asiático para financiar suas contas fiscais e transações correntes desajustadas. O declínio e a queda do império não declarado dos Estados Unidos talvez se devam, portanto, não aos terroristas nos portões, nem aos regimes aberrantes que os financiaram, e sim a uma crise financeira no cerne do próprio império. Quando, no fim de 2006, Moritz Schularick e eu cunhamos a palavra "Chimérica" – um trocadilho com "quimera" – para descrever aquela que víamos como uma relação perigosamente insustentável entre a China parcimoniosa e a América esbanjadora, identificamos um dos principais elementos da crise financeira global que estava por vir. Pois sem a disponibilidade de mão de obra chinesa barata e capital chinês barato para os consumidores norte-americanos, a bolha dos anos 2002-2007 não teria sido tão grave.

A ilusão do "hiperpoder" norte-americano foi destruída não uma, mas duas vezes durante a presidência de George W. Bush. A vingança chegou primeiro às ruelas do bairro Cidade Sadr e aos campos de Helmand, que expuseram não só os limites do poderio militar norte-americano como também, e mais importante, a ingenuidade das visões neoconservadoras de

uma onda democrática no Grande Oriente Médio. E os acertou uma segunda vez com o agravamento da crise hipotecária do *subprime* de 2007, culminando na crise creditícia de 2008 e, finalmente, na "grande recessão" de 2009. Após a bancarrota do Lehman Brothers, as falsas verdades do "Consenso de Washington" e da "Grande Moderação" – o equivalente ao "fim da história" entre os banqueiros centrais – estavam fadadas ao esquecimento. Por um tempo, uma segunda Grande Depressão pareceu assustadoramente possível. O que havia dado errado? Em uma série de artigos e palestras que começaram em meados de 2006 e culminaram na publicação de *A ascensão do dinheiro – A história financeira do mundo* em novembro de 2008 – quando a crise financeira estava em sua pior fase –, afirmei que todos os principais componentes do sistema financeiro internacional foram desastrosamente enfraquecidos devido ao endividamento excessivo de curto prazo nos balanços patrimoniais dos bancos, aos títulos com garantia hipotecária e outros produtos financeiros estruturados (literalmente superestimados e muito mal calculados), à política monetária excessivamente frouxa por parte do Federal Reserve, a uma bolha imobiliária politicamente orquestrada e, por fim, à venda irrestrita de apólices de seguro fictícias (conhecidas como derivativos), oferecendo falsa proteção contra incertezas incognoscíveis, em oposição a riscos quantificáveis. A globalização das instituições financeiras surgidas no Ocidente teria prenunciado uma nova era de volatilidade econômica reduzida. Foi preciso conhecimento histórico para prever como uma crise de liquidez antiquada poderia fazer ruir todo o edifício precário erguido por alavancagem financeira.

O perigo de uma segunda Depressão diminuiu após o verão de 2009, embora não tenha desaparecido por completo. Porém, mesmo assim, o mundo havia mudado. Seria de esperar que o impressionante colapso do comércio global causado pela crise financeira, quando o crédito para financiar as importações e as exportações secou de uma hora para outra, devastasse as grandes economias asiáticas, dependentes – como se supunha que fossem – das exportações ao Ocidente. No entanto, graças a um programa de estímulo governamental extremamente eficaz baseado na

massiva expansão de crédito, a China sofreu apenas uma desaceleração no crescimento. Esse foi um feito notável que poucos especialistas haviam previsto. Apesar das visíveis dificuldades de administrar uma economia continental de 1,3 bilhão de pessoas como se fosse uma Singapura gigante, há uma grande probabilidade – maior até que no momento em que este livro está sendo escrito (dezembro de 2010) – de que a China continue a avançar com sua revolução industrial e que, em uma década, supere os Estados Unidos em relação ao Produto Interno Bruto, assim como (em 1963) o Japão superou o Reino Unido.

Visivelmente, o Ocidente desfrutou de uma vantagem real e contínua sobre o Oriente durante grande parte dos 500 anos anteriores. A distância entre a receita ocidental e a chinesa já se fazia notar por volta de 1600, e continuou a aumentar até 1970, ou até depois disso. Mas, daí em diante, diminuiu com surpreendente rapidez. A crise financeira cristalizou minha próxima questão histórica: a vantagem do Ocidente deixou de existir? Espero encontrar a resposta para isso ao compreender em que exatamente consistiu essa vantagem.

Os parágrafos a seguir tratam da metodologia histórica; os leitores impacientes podem passar direto à Introdução. Escrevi este livro porque tinha a forte impressão de que hoje em dia as pessoas prestam insuficiente atenção aos mortos. Ao observar meus três filhos crescendo, eu tinha a inquietante sensação de que eles estavam aprendendo menos história do que eu havia aprendido na idade deles, não só porque tinham professores ruins, mas também porque tinham livros de história ruins e sistemas de avaliação ainda piores. Examinando a crise financeira que se desvelava, percebi que isso estava longe de ser exclusividade deles, pois parecia que só algumas poucas pessoas nos bancos e tesouros do mundo ocidental tinham mais do que informações superficiais sobre a última Depressão. Por quase 30 anos, os jovens nas escolas e nas universidades ocidentais foram formados com a ideia de uma educação liberal, sem a essência do conhecimento histórico. Eles aprendiam “módulos” isolados, não narrativas, e muito menos cronologias. Foram preparados para analisar excertos de documentos, mas não para adquirir a habilidade essencial de ler muito e depressa. Foram

encorajados a sentir empatia por centuriões romanos imaginados ou por vítimas do Holocausto, e não a escrever ensaios sobre por que e como tais situações ocorreram. Em *The History Boys*, o dramaturgo Alan Bennett apresentou um "trilema": a história deve ser ensinada como um modo de argumentação contrária, como uma comunhão com a Verdade e a Beleza passadas, ou simplesmente como "uma coisa depois da outra"? Ele, é claro, não estava ciente de que os alunos que estão terminando o ensino médio atualmente não aprenderam nenhuma das três – quando muito, aprenderam uma porção de "coisas" sem nenhuma ordem específica.

O ex-reitor da universidade onde leciono um dia confessou que, quando era estudante no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, sua mãe implorou para que fizesse pelo menos um curso de história. O brilhante jovem economista respondeu desdenhosamente que estava mais interessado no futuro que no passado. É uma predileção que hoje ele sabe ser ilusória. De fato, não há futuro no singular; só futuros, no plural. Há, sem dúvida, várias interpretações da história, nenhuma delas definitiva – mas há apenas um passado. E, embora o passado esteja encerrado, há duas razões pelas quais ele é indispensável para que possamos compreender o que vivenciamos hoje e o que há diante de nós amanhã e depois. Primeiro, a atual população mundial corresponde a aproximadamente 7% de todos os seres humanos que já viveram. Há muito mais mortos que vivos, em outras palavras, 14 para 1, e ignoramos a experiência acumulada de uma enorme maioria da humanidade por nossa conta e risco. Segundo, o passado é, com efeito, nossa única fonte de conhecimento confiável sobre o presente efêmero e os vários futuros à nossa frente, só um dos quais irá de fato acontecer. A história não é apenas como estudamos o passado; é também como estudamos nosso próprio tempo.

Primeiro, devemos reconhecer as limitações do tema. Os historiadores não são cientistas. Eles não podem (nem devem tentar) estabelecer leis universais da "física" social ou política com poderes confiáveis de previsão do futuro. Por quê? Porque não há possibilidade de repetir o experimento único e multimilenário que constitui o passado. O tamanho de amostra da história humana é um só. Além disso, as "partículas" nesse vasto

experimento têm consciência, a qual é atravessada por todos os tipos de tendências. Isso significa que o comportamento dessas partículas é ainda mais difícil de prever do que se fossem partículas giratórias insensatas e sem vontade própria. Entre as muitas peculiaridades da condição humana está a de que as pessoas evoluíram aprendendo quase instintivamente com sua própria experiência pregressa. Portanto, seu comportamento é adaptativo; muda com o tempo. Não vagamos ao acaso, mas percorremos caminhos, e o que encontramos no percurso determina a direção que escolhemos quando o caminho se bifurca – como acontece com frequência.

Então, o que os historiadores podem fazer? Primeiro, ao imitarem cientistas sociais e se apoiarem em dados quantitativos, os historiadores podem conceber "leis abrangentes", na noção de Carl Hempel: afirmações gerais sobre o passado que parecem abarcar a maioria dos casos (por exemplo, quando um ditador assume o poder em vez de um líder democrático, aumentam as chances de que o país em questão vá à guerra). Ou então – embora as duas abordagens não sejam mutuamente excludentes – o historiador pode comungar com os mortos reconstruindo imaginariamente suas experiências da maneira descrita pelo grande filósofo de Oxford, R. G. Collingwood, em sua *Autobiografia*, de 1939. Esses dois modos de investigação histórica nos permitem transformar as relíquias sobreviventes do passado em história, um corpo de conhecimento e interpretação que organiza e ilumina retrospectivamente a condição humana. Toda afirmação preditiva que se preze sobre os possíveis futuros que podemos vivenciar se baseia, implícita ou explicitamente, em um desses procedimentos históricos, ou em ambos. Do contrário, pertence à mesma categoria que o horóscopo no jornal desta manhã.

A ambição de Collingwood, surgida da desilusão com as ciências naturais e a psicologia que se seguiu à carnificina da Primeira Guerra Mundial, era trazer a história à era moderna, deixando para trás aquela que ele considerava a "história como recorte e colagem", em que os historiadores "só repetem, com diferentes arranjos e diferentes estilos de decoração, o que outros disseram antes deles". Seu processo de pensamento é, por si só, digno de ser reconstruído:

1
. “O passado que um historiador estuda não é um passado morto, mas um passado que em certo sentido continua existindo no presente” na forma de vestígios (documentos e artefatos) que sobreviveram.
2
. “Toda história é a história do pensamento”, no sentido de que um indício histórico não significa nada se não se pode inferir seu pretenso propósito.
3
. Esse processo de inferência requer um salto imaginativo no tempo: “O conhecimento histórico é a reencenação, na mente do historiador, do pensamento cuja história ele está estudando”.
4
. Mas o verdadeiro significado da história vem da justaposição de passado e presente: “O conhecimento histórico é a reencenação de um pensamento passado encapsulado em um contexto de pensamentos presentes que, por contradizê-lo, o confinam a um plano diferente do deles”.
5
. O historiador, portanto, “pode muito bem estar para o não historiador assim como o homem conhecedor da floresta está para o viajante ignorante. ‘Não há nada aqui além de árvores e grama’, pensa o viajante, e segue em frente. ‘Veja’, diz o homem da floresta, ‘há um tigre na grama’”. Em outras palavras, argumenta Collingwood, a história oferece algo “totalmente diferente das regras [científicas], sobretudo a percepção”.
6
. A verdadeira função da percepção histórica é “informar [as pessoas] sobre o presente, uma vez que o passado, seu assunto aparente, [está] encapsulado no presente e [constitui] uma parte deste que não está imediatamente visível para um olho não treinado”.
7
. Quanto à nossa escolha do assunto para a pesquisa histórica, Collingwood deixa claro que não há nada de errado com o que seu

> contemporâneo de Cambridge Herbert Butterfield condenou como "estudar o passado com os olhos do presente": "Os verdadeiros problemas históricos surgem de problemas práticos. Estudamos história para entender mais claramente a situação na qual somos convocados a agir. Daí que o plano em que, em última instância, todos os problemas surgem é o plano da vida 'real', e aquele ao qual recorremos para sua solução é a história".

Um polímato versado tanto em arqueologia como em filosofia, um oponente convicto da conciliação e um dos primeiros inimigos do *Daily Mail*,[1] Collingwood foi meu guia durante muitos anos, mas nunca foi tão indispensável quanto durante a redação deste livro. Pois o problema de por que as civilizações caem é importante demais para ser deixado aos que se encarregam da história como recorte e colagem. É, verdadeiramente, um problema prático de nosso tempo, e este livro pretende guiá-lo por ele como um habitante da floresta. Pois há mais do que um tigre escondido nessa grama.

Ao reconstruir com diligência o pensamento passado, sempre tentei lembrar uma verdade simples sobre o passado que os historicamente inexperientes são propensos a esquecer: a maioria das pessoas no passado morreu jovem ou esperava morrer jovem, e aqueles que não o fizeram choraram repetidas vezes a perda de seus entes queridos, que morreram jovens. Consideremos o caso de meu poeta favorito, o mestre jacobino John Donne, que viveu até os 59 anos, 13 anos a mais do que eu tenho ao escrever este livro. Advogado, membro do Parlamento e, após renunciar à fé católica romana, padre anglicano, Donne se casou por amor e, em consequência, perdeu o emprego como secretário do tio da noiva, *Sir* Thomas Egerton, o lorde guardião do Selo Real.[2] No espaço de 16 anos de penúria, Anne Donne deu ao marido 12 filhos. Três deles, Francis, Nicholas e Mary, morreram antes dos dez anos de idade. A própria Anne morreu após dar à luz o décimo segundo filho, natimorto. Depois da morte de Lucy, sua filha predileta, que o próprio John Donne acompanhou de perto até o túmulo, ele escreveu suas *Devotions upon Emergent Occasions* (1624), que contêm a maior de todas

as exortações a se compadecer dos mortos: “A morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte da humanidade; portanto, nunca pergunte por quem os sinos dobram; eles dobram por ti”. Três anos mais tarde, a morte de um amigo próximo o inspirou a escrever “A Nocturnal upon St Lucy’s Day, Being the Shortest Day”:

> Observem-me, então, vocês que serão amantes
> No próximo mundo, isto é, na próxima primavera;
> Pois eu sou cada coisa morta,
> Em quem o Amor forjou nova alquimia.
> Pois sua arte de fato expressava
> Uma quintessência até mesmo do nada,
> Das privações obtusas, e do vazio insípido;
> Ele me arruinou, e eu fui re-criado
> De ausência, escuridão, morte – coisas que não são.

Todos aqueles que desejam entender melhor a condição humana na época em que a expectativa de vida era menos da metade da de hoje deveriam ler essas linhas.

A morte, que então tinha muito mais poder de eliminar as pessoas em sua juventude, não só fazia a vida parecer precária e cheia de sofrimento, mas também significava que a maioria das pessoas que construíram as civilizações do passado era jovem quando deu suas contribuições. O grande filósofo judaico-alemão Baruch de Espinosa, que supôs que só há um universo material de existência e causalidade determinista, e que “Deus” *é* essa ordem natural do universo tal como a apreendemos superficialmente e nada mais, morreu em 1677 aos 44 anos de idade, provavelmente devido às partículas de vidro que inalava durante seu trabalho regular de polir lentes. Blaise Pascal, o pioneiro da teoria das probabilidades e da hidrodinâmica e autor de *Pensamentos*, a maior de todas as apologias à fé cristã, viveu somente até os 39; ele teria morrido ainda mais jovem se o acidente que reavivou seu lado espiritual tivesse sido fatal. Quem sabe que outras grandes obras esses gênios poderiam ter produzido se tivessem vivido a quantidade de anos desfrutada, por exemplo, pelos grandes humanistas

Erasmo (69) e Montaigne (59)? Mozart, compositor da mais perfeita de todas as óperas, “Don Giovanni”, morreu quando tinha apenas 35. Franz Schubert, compositor do sublime “Quinteto de Cordas em Dó” (D956), sucumbiu, provavelmente de sífilis, aos 31. Mas eles foram prolíficos; que mais poderiam ter composto se tivessem contado com os 63 anos desfrutados pelo impassível Johannes Brahms ou os ainda mais excepcionais 72 concedidos ao tedioso Anton Bruckner? O poeta escocês Robert Burns, que escreveu a expressão suprema do igualitarismo, “A Man’s a Man for A’That”, tinha 37 anos quando morreu em 1796. Que injustiça que o poeta que mais desprezava o *status* hereditário *(“O status é nada mais que o selo impresso na moeda, / O homem é o ouro de que é feita”*) tenha morrido muito antes daquele que mais reverenciava esse mesmo *status*: Alfred Lord Tennyson, que morreu com todas as honras aos 83. E quão diferentes seriam hoje as galerias de arte do mundo se o meticuloso Jan Vermeer tivesse vivido até os 91 anos e o tão prolífico Pablo Picasso tivesse morrido aos 39, e não o contrário?

A política também é uma arte – faz parte de nossa civilização tanto quanto a filosofia, a ópera, a poesia ou a pintura. Mas o maior artista político na história dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, só concluiu um mandato na Casa Branca, pois foi vítima de um assassino rancoroso apenas seis semanas depois de seu segundo discurso inaugural. Ele tinha 56 anos. Teria sido diferente a era da Reconstrução se esse titã *self-made*, nascido em uma cabana rústica de madeira, autor do majestoso “Discurso de Gettysburg” – que redefiniu os Estados Unidos como “uma nação, concebida em liberdade, e dedicada à proposição de que todos os homens nascem iguais”, com um “governo do povo, pelo povo, para o povo” –, tivesse vivido tanto quanto o grande Franklin Delano Roosevelt, jogador de polo e posteriormente acometido pela pólio, e quem a ciência médica manteve vivo por tempo suficiente para exercer quase quatro mandatos como presidente antes de morrer aos 63 anos?

Uma vez que nossa vida é tão diferente da vida da maioria das pessoas do passado, sobretudo quanto à sua provável duração, mas também quanto ao nível de conforto físico, precisamos exercitar a imaginação de maneira um

tanto vigorosa para compreender os homens e as mulheres do passado. Em sua *Teoria dos sentimentos morais*, escrita um século e meio antes da autobiografia de Collingwood, o grande economista e teórico social Adam Smith definiu por que uma sociedade civilizada não é uma guerra de todos contra todos – porque é baseada na empatia:

> Como não temos nenhuma experiência imediata do que os outros homens sentem, não podemos formar ideia alguma da maneira como são afetados, mas apenas conceber o que nós mesmos sentiríamos em tal situação. Por mais que nosso irmão esteja sofrendo, enquanto estivermos numa situação confortável, nossos sentidos jamais serão capazes de nos informar o que ele sofre. Eles nunca nos levaram, e nunca podem nos levar, para além de nós mesmos, e é só por meio da imaginação que podemos ter alguma noção das sensações dele. E tampouco essa faculdade pode nos ajudar de alguma outra forma que não representando para nós o que sentiríamos se estivéssemos no lugar dele. São somente as impressões de nossos próprios sentidos, e não as dele, que nossa imaginação reproduz. Pela imaginação, nós nos colocamos em seu lugar.

Isso, é claro, é precisamente o que Collingwood diz que o historiador deve fazer, e é o que pretendo que o leitor faça ao encontrar nestas páginas os pensamentos ressuscitados dos mortos. O ponto fundamental do livro é entender o que fez essa civilização se expandir de maneira tão espetacular em sua riqueza, influência e poder. Mas não pode haver compreensão sem essa empatia que nos coloca, por um ato de imaginação, na situação deles. Esse ato tende a ser muito mais difícil quando tratamos de ressuscitar os pensamentos dos cidadãos de outras civilizações – aquelas que o Ocidente subjugou ou, no mínimo, subordinou. Pois eles são membros igualmente importantes do elenco deste drama. Esta não é uma história do Ocidente, e sim uma história do mundo, em que a supremacia ocidental é o fenômeno a ser explicado.

Em um verbete de enciclopédia que escreveu em 1959, o historiador francês Fernand Braudel assim definiu uma civilização:

> Em primeiro lugar, um espaço, uma “área cultural” [...], um lócus. Com o lócus [...] você deve imaginar uma grande variedade de “bens”, de características culturais, desde a forma das casas, o material com que são construídas, seus telhados, até habilidades como a colocação de plumas em flechas, um dialeto ou grupo de dialetos, as preferências culinárias, uma determinada tecnologia,

> uma estrutura de crenças, um modo de fazer amor, e até mesmo o compasso, o papel, a imprensa. É o agrupamento regular, a frequência com que determinadas características ocorrem, sua ubiquidade em uma área precisa [combinada com] [...] alguma espécie de permanência temporal [...]

Braudel, no entanto, era melhor para delinear estruturas do que para explicar a mudança. Hoje em dia, muitas vezes se afirma que os historiadores devem contar histórias; sendo assim, este livro oferece uma grande história – uma metanarrativa de por que uma civilização transcendeu os limites que haviam atado todas as anteriores – e muitas narrativas menores ou micro-histórias dentro dela. No entanto, a revivificação da arte da narrativa é só uma parte do que é necessário. Além das histórias, também é importante que haja perguntas. “Por que o Ocidente dominou o restante do mundo?” é uma pergunta que demanda algo mais que uma história cuidadosa em resposta. A resposta precisa ser analítica, precisa ser corroborada por evidências e precisa ser verificável por meio da pergunta contrafatual: se as inovações cruciais que identifico aqui não tivessem existido, o Ocidente teria dominado o Oriente da mesma maneira, por alguma outra razão que eu esqueci ou subestimei? Ou o mundo teria se revelado muito diferente, com a China no topo, ou alguma outra civilização? Não devemos nos iludir pensando que nossas narrativas históricas, como normalmente são construídas, são algo mais que readaptações. Para os que viveram no passado, conforme veremos, o resultado da supremacia ocidental não parecia o mais provável dos futuros concebíveis; o cenário de derrota desastrosa muitas vezes pareceu mais iminente na cabeça do ator histórico do que o final feliz concedido ao leitor atual. A realidade da história como uma experiência vivida é que ela se parece muito mais com uma partida de xadrez que com um romance, muito mais com um jogo de futebol que com uma peça de teatro.

Nem tudo era bom. Nenhum escritor sério afirmaria que o domínio da civilização ocidental era imaculado. Mas há aqueles que insistem que não havia absolutamente nada de bom nele. Essa posição é absurda. Assim como em todas as grandes civilizações, a do Ocidente tinha duas faces: era capaz de nobreza e também capaz de torpeza. Talvez uma analogia melhor

seja a de que o Ocidente lembrava os dois irmãos rivais de *Memórias e confissões íntimas de um pecador justificado* (1824), de James Hogg, ou de *O senhor de Ballantrae*, de Robert Louis Stevenson (1889). Concorrência e monopólio; ciência e superstição; liberdade e escravidão; cura e assassinato; trabalho duro e preguiça – em cada caso, o Ocidente foi o pai do bom e do ruim. Mas, assim como no romance de Hogg ou no de Stevenson, o melhor dos dois irmãos finalmente saiu por cima. Também devemos resistir à tentação de romantizar os perdedores da história. As outras civilizações invadidas pelo Ocidente, ou transformadas por este de forma mais pacífica, tanto por meio de empréstimos quanto de imposições, também tinham seus defeitos, dos quais o mais óbvio é que foram incapazes de fornecer a seus habitantes qualquer melhoria prolongada na qualidade material da vida deles. Uma dificuldade é que nem sempre podemos reconstruir os pensamentos passados dessas pessoas não ocidentais, pois nem todas existiram em civilizações que contavam com meios de registrar e preservar o pensamento. No fim, a história é primordialmente o estudo das civilizações, porque sem os registros escritos o historiador volta a depender de pontas de lança e de fragmentos de cerâmica, dos quais se pode inferir muito menos.

O historiador e estadista francês François Guizot disse que a história da civilização é “a maior de todas [...] e compreende todas as outras”. Deve transcender as várias fronteiras disciplinares erigidas pelos acadêmicos, com sua compulsão por especializar, entre história econômica, intelectual, política, militar e internacional. Deve abarcar uma boa porção de tempo e espaço, porque as civilizações não são pequenas nem efêmeras. Mas um livro como este não pode ser uma enciclopédia. Àqueles que reclamam do que foi omitido, não posso fazer mais que citar o idiossincrásico pianista de *jazz* Thelonious Monk: “Não toque tudo (ou o tempo todo); deixe que algumas coisas escapem [...] O que você não toca pode ser mais importante do que o que você toca”. Eu concordo. Muitas notas e acordes foram omitidos nas páginas a seguir. Mas foram deixados de fora por uma razão. Poderia dizer que a seleção reflete as inclinações de um escocês de meia-idade, o arquetípico beneficiário da predominância ocidental? Muito

provavelmente. Mas tenho esperança de que tal seleção não desagrade aos mais ardentes e eloquentes defensores dos valores ocidentais de hoje, cujas origens étnicas são muito diferentes das minhas – de Amartya Sen a Liu Xiaobo, de Hernando de Soto àquela a quem dedico este livro.
Um livro que pretende cobrir 600 anos de história mundial é necessariamente um esforço colaborativo, e devo agradecer a muitas pessoas. Sou grato aos funcionários dos seguintes arquivos, bibliotecas e instituições: AGI Archive, Musée Départemental Albert Kahn, Bridgeman Art Library, British Library, Charleston Library Society, Zhongguo guojia tushuguan (Biblioteca Nacional da China) em Pequim, Corbis, Institut Pasteur em Dacar, Deutsches Historisches Museum em Berlim, Geheimes Staatsarchiv Preussischer Kulturbesitz em Berlin-Dahlem, Getty Images, Greenwich Observatory, Heeresgeschichtliches Museum em Viena, Irish National Library, Library of Congress, Missouri History Museum, Musée du Chemin des Dames, Museo de Oro em Lima, National Archives em Londres, National Maritime Museum, Başbakanlık Osmanlı Arşivleri (arquivos otomanos) em Istambul, PA Photos, Peabody Museum of Archaeology and Ethnology em Harvard, Archives Nationales du Sénégal em Dacar, South Carolina Historical Society, School of Oriental and African Studies, Sülemaniye Manuscript Library e, é claro, a incomparável Widener Library, de Harvard. Seria errado não incluir uma linha de agradecimento ao Google, hoje uma fonte inigualável de recursos para acelerar a pesquisa histórica, assim como a Questia e a Wikipedia, que também tornam mais fácil o trabalho do historiador.

Minhas pesquisas contaram com a valiosíssima ajuda de Sarah Wallington, bem como a de Daniel Lansberg-Rodriguez, Manny Rincon-Cruz, Jason Rockett e Jack Sun.

Como de costume, este é um livro publicado pela Penguin dos dois lados do Atlântico, cuja edição, como sempre, contou com a habilidade e o entusiasmo de Simon Winder, em Londres, e de Ann Godoff, em Nova York. O inigualável Peter James fez mais que preparar o texto. Obrigado também a Richard Duguid, Rosie Glaisher, Stefan McGrath, John Makinson e Pen Vogler, e a muitos outros numerosos demais para mencionar.

Assim como quatro de meus últimos cinco livros, *Civilização* foi, desde o começo, uma série de televisão e um livro. No Channel 4, na Inglaterra, Ralph Lee evitou que eu fosse obscuro ou simplesmente incompreensível, com a assistência de Simon Berthon. Nem a série nem o livro poderiam ter sido feitos sem a extraordinária equipe reunida pela Chimerica Media: Dewald Aukema, um príncipe entre os cinematógrafos, James Evans, nosso produtor assistente para os filmes 2 e 5, Alison McAllan, nossa pesquisadora de arquivo, Susannah Price, que produziu o filme 4, James Runcie, que dirigiu os filmes 2 e 5, Vivienne Steel, nossa gerente de produção, e Charlotte Wilkins, nossa produtora-assistente para os filmes 3 e 4. Joanna Potts também desempenhou um papel essencial na fase inicial do projeto. Chris Openshaw, Max Hug Williams, Grant Lawson e Harrik Maury lidaram habilmente com a filmagem na Inglaterra e na França. Com sua paciência e generosidade para com o autor, meus colegas da Chimerica, Melanie Fall e Adrian Pennink, garantiram que continuemos sendo uma ótima propaganda para o triunvirato como forma de governo. Meu amigo Chris Wilson mais uma vez se certificou de que eu não perdesse nenhum voo.

Dentre as muitas pessoas que nos ajudaram a gravar a série, várias colaboraram com a pesquisa usada neste livro. Meus agradecimentos a Manfred Anderson, Khadidiatou Ba, Lillian Chen, Tereza Horska, Petr Janda, Wolfgang Knoepfler, Deborah McLauchlan, Matias de Sa Moreira, Daisy Newton-Dunn, José Couto Nogueira, Levent Öztekin e Ernst Vogl.

Também gostaria de agradecer às muitas pessoas que entrevistei enquanto percorríamos o mundo, em particular Gonzalo de Aliaga, Nihal Bengisu Karaca, Pastor John Lindell, Mick Rawson, Ryan Squibb, Ivan Touška, Stefan Wolle, Hanping Zhang e – por último, mas de forma alguma menos importante – os alunos da Robert Clack School, em Dagenham.

Tenho muita sorte de contar com Andrew Wylie, o melhor agente literário do mundo, e com Sue Ayton, sua equivalente na televisão britânica. Meus agradecimentos também vão para Scott Moyers, James Pullen e a todos os outros funcionários nos escritórios da Wylie Agency em Londres e em Nova York.

Uma série de historiadores notáveis leu generosamente o original deste livro, no todo ou em parte, assim como muitos amigos, alunos e ex-alunos: Rawi Abdelal, Ayaan Hirsi Ali, Bryan Averbuch, Pierpaolo Barbieri, Jeremy Catto, J. C. D. Clark, James Esdaile, Campbell Ferguson, Martin Jacques, Harold James, Maya Jasanoff, Joanna Lewis, Charles Maier, Hassan Malik, Noel Maurer, Ian Morris, Charles Murray, Aldo Musacchio, Glen O'Hara, Steven Pinker, Ken Rogoff, Emma Rothschild, Alex Watson, Arne Westad, John Wong e Jeremy Yellen. Obrigado também a Philip Hoffman, Andrew Roberts e Robert Wilkinson. Todos os erros remanescentes são de minha exclusiva responsabilidade.

Na Universidade de Oxford, gostaria de agradecer ao diretor e aos colegas do Jesus College, a seus pares no Oriel College e aos bibliotecários do Bodleian. No Hoover Institution, Stanford, devo agradecer a John Raisian, o diretor, e a sua excelente equipe. Este livro foi concluído no centro IDEAS da London School of Economics, onde fui muito bem tratado enquanto ocupei a cadeira de Philippe Roman Professor durante o ano acadêmico 2010-2011. Minha maior dívida, no entanto, é para com meus colegas de Harvard. Eu me prolongaria muito agradecendo individualmente a cada membro do Departamento de História de Harvard, e por isso permitam-me um muito obrigado coletivo: eu não poderia ter escrito este livro sem o apoio, o estímulo e a inspiração intelectual de todos vocês, o que também é válido para meus colegas na Harvard Business School, em particular os membros de Business and Government no Departamento de Economia Internacional, bem como para os funcionários e docentes no Centro de Estudos Europeus. Devo agradecer também a meus amigos no Weatherhead Centre for International Affairs, no Belfer Centre for Science and International Affairs, no Workshop in Economic History e na Lowell House. Mas, acima de tudo, agradeço a todos os meus amigos de ambos os lados do rio Charles, sobretudo aqueles em minha aula de General Education, Societies of the World 19. Este livro começou em sua presença e se beneficiou enormemente de seus ensaios e suas contribuições.

Por fim, meu mais profundo agradecimento à minha família, em particular meus pais e meus filhos – muitas vezes negligenciados –, Felix,

Freya e Lachlan, sem esquecer da mãe deles, Susan, e de nossa família estendida. Em muitos aspectos, escrevi este livro para vocês, filhos.

É dedicado, no entanto, a alguém que entende melhor que todos que conheço o que a civilização ocidental realmente significa – e o que ainda tem para oferecer ao mundo.

Londres
Dezembro de 2010

---

Segundo ele, o *Daily Mail* é o "primeiro jornal inglês para o qual a palavra 'notícia' perdeu seu antigo significado de fatos que um leitor deve conhecer […] e adquiriu o novo significado de fatos, ou ficções, que poderiam divertir um leitor".

Depois que John foi preso por um breve período por ter desafiado o pai de Anne, ela gracejou: "John Donne – Anne Donne – Un-done" [em inglês, algo como "desfeito"]. Não é de admirar que ele a amasse.

*OceanofPDF.com*

# Introdução: A pergunta de Rasselas

> Ele não admitia *civilização* [na quarta edição de seu dicionário], apenas *civilidade*. Com todo o respeito, acredito que o termo *civilização*, do verbo *civilizar*, é mais apropriado, no sentido oposto a *barbárie*, do que *civilidade*.
> JAMES BOSWELL

> Todas as definições de civilização [...] pertencem a uma conjugação deste tipo: "Eu sou civilizado, você pertence a uma cultura, ele é um bárbaro".
> FELIPE FERNÁNDEZ-ARMESTO

Quando Kenneth Clark definiu o termo civilização em sua série homônima de TV, deixou perfeitamente claro para os espectadores que se referia à civilização do Ocidente – e sobretudo à arte e à arquitetura da Europa Ocidental, da Idade Média até o século XIX. O primeiro dos 13 filmes que ele fez para a BBC, ainda que sem ser indelicado, ignorava totalmente a Ravena bizantina, as Hébridas celtas, a Noruega viking e até mesmo a Aachen de Carlos Magno. Os tempos obscuros entre a queda de Roma e o Renascimento do século XII simplesmente não se qualificavam como civilização na concepção que Clark tinha da palavra. Esta só reviveu com a construção da catedral de Chartres, habilitada – apesar de não concluída – em 1260, e estava mostrando sinais de fadiga com os arranha-céus de Manhattan de meados do século XX.

Extremamente bem-sucedida, a série de Clark, transmitida pela primeira vez na Grã-Bretanha quando eu tinha cinco anos de idade, definiu civilização para toda uma geração no mundo anglófono. Civilização eram

os *chateaux* do Loire. Eram os *palazzi* de Florença. Era a Capela Sistina. Era Versalhes. Dos interiores sóbrios da República holandesa às fachadas exuberantes do Barroco, Clark soube explorar seus conhecimentos de historiador da arte. A música e a literatura fizeram suas aparições; a política e até mesmo a economia assomavam de vez em quando. Mas a essência da civilização de Clark era, claramente, alta cultura visual. Seus heróis eram Michelangelo, Da Vinci, Dürer, Constable, Turner, Delacroix.[1]

A série de Clark – sejamos justos – recebeu o subtítulo *Uma visão pessoal*. E ele estava ciente da implicação, já problemática em 1969, de que "a era pré-cristã e o Oriente" fossem, em certo sentido, *in*civilizados. No entanto, com o passar de quatro décadas, tornou-se cada vez mais difícil conviver com a visão de Clark, pessoal ou não (isso sem falar de seu leve ar de superioridade). Neste livro, adotarei uma abordagem mais ampla e comparativa, e espero ser mais simples do que sublime. Minha ideia de civilização está tão associada com canos de esgoto quanto com arcobotantes, se não até mais, porque sem uma rede hidráulica pública eficiente as cidades são armadilhas fatais, transformando rios e poços em paraísos para a bactéria *Vibrio cholerae*. Sem nenhum constrangimento, estou tão interessado no custo de uma obra de arte quanto em seu valor cultural. Para mim, uma civilização é muito mais do que o acervo de algumas poucas galerias de arte de prestígio. É uma organização social extremamente complexa. Suas pinturas, estátuas e edifícios podem muito bem ser suas realizações mais cativantes em termos visuais, mas são ininteligíveis sem alguma compreensão das instituições econômicas, sociais e políticas que as conceberam, financiaram, executaram – e preservaram para que pudéssemos contemplá-las.

"Civilização" é uma palavra de origem francesa, usada pela primeira vez pelo economista francês Anne-Robert-Jacques Turgot em 1752, e publicada pela primeira vez por Victor Riqueti, marquês de Mirabeau, pai do grande revolucionário, quatro anos mais tarde[2]. Samuel Johnson, como a primeira epígrafe a esta Introdução torna claro, não aceitava o neologismo, preferindo "civilidade". Se barbarismo tinha um antônimo para Johnson, era a vida urbana educada (embora às vezes também completamente rude) que

ele tanto apreciava em Londres. Uma civilização, conforme indica a etimologia da palavra, gira em torno de suas cidades, e em muitos aspectos são as cidades as heroínas deste livro[3]. Mas as leis de uma cidade (civis ou não) são tão importantes quanto seus muros, sua constituição e seus costumes – os hábitos de seus habitantes (civis ou não) –, tão importantes quanto seus palácios[4]. Civilização é tanto os laboratórios dos cientistas quanto os sótãos dos artistas. É tanto as formas de posse de terra quanto suas paisagens. O sucesso de uma civilização é medido não apenas por suas realizações estéticas, mas também, e sem dúvida esse é o aspecto mais importante, pela duração e pela qualidade de vida de seus cidadãos. E essa qualidade de vida tem muitas dimensões, nem todas facilmente quantificáveis. Podemos ser capazes de estimar a renda *per capita* dos povos em todo o mundo no século XV, ou sua expectativa média de vida ao nascer. Mas e quanto a seu conforto? Higiene? Felicidade? Quantas peças de roupa tinham? Quantas horas precisavam trabalhar? Que comida conseguiam comprar com seu salário? As obras de arte, por si sós, podem oferecer pistas, mas não conseguem responder a essas perguntas.

Claramente, de todo modo, uma cidade não faz uma civilização. Uma civilização é a maior unidade de organização humana, maior até que um império, embora mais amorfa. As civilizações são, em parte, uma resposta prática das populações humanas a seu meio – os desafios de se alimentar, se hidratar, se abrigar e se defender –, mas também são de caráter cultural; muitas vezes, ainda que nem sempre, religioso; muitas vezes, ainda que nem sempre, unidas por uma língua[5]. Elas são poucas, mas não raras. Carroll Quigley contou duas dezenas nos últimos dez milênios[6]. No mundo pré-moderno, Adda Bozeman identificou apenas cinco: o Ocidente, a Índia, a China, Bizâncio e o Islã[7]. Matthew Melko contou 12 ao todo, das quais sete desapareceram (a mesopotâmica, a egípcia, a cretense, a clássica, a bizantina, a centro-americana e a andina) e cinco permanecem (a chinesa, a japonesa, a indiana, a islâmica e a ocidental)[8]. Shmuel Eisenstadt contou seis, agregando ao clube a civilização judaica[9]. A interação dessas poucas civilizações umas com as outras, e também com seu próprio meio, está entre os motores mais importantes de transformação histórica[10]. O mais

surpreendente a respeito dessas interações é que as civilizações autênticas parecem permanecer válidas internamente durante longos períodos, apesar das influências externas. Conforme afirma Fernand Braudel: “Civilização é, de fato, a história mais longa de todas [...] Uma civilização [...] pode persistir ao longo de uma série de economias ou sociedades”[11].

Se, em 1411, você tivesse sido capaz de circum-navegar o globo, provavelmente teria ficado muito impressionado com a qualidade de vida das civilizações orientais. A Cidade Proibida estava sendo construída na China da dinastia Ming, e haviam começado as obras para a reabertura e melhoria do Grande Canal; no Oriente Próximo, os otomanos estavam se aproximando de Constantinopla, que finalmente tomariam em 1453. O Império Bizantino dava seu último suspiro. A morte do guerreiro Timur (Tamerlão) em 1405 havia eliminado a ameaça recorrente de hordas invasoras assassinas provenientes da Ásia Central – a antítese da civilização. Para o imperador Yongle, na China, e o sultão otomano Murad II, o futuro era brilhante.

Já a Europa Ocidental, em 1411, o teria impressionado por ser um lugar remoto e miserável, recuperando-se das devastações da peste negra – que havia reduzido a população à metade conforme se propagou para o leste entre 1347 e 1351 – e ainda assolada por péssimas condições sanitárias e guerras aparentemente incessantes. Na Inglaterra, o rei leproso Henrique IV ocupava o trono, depois de haver destronado e assassinado Ricardo II. A França estava à mercê da guerra interna entre os seguidores do duque de Borgonha e os do duque de Orléans, que havia sido assassinado. A Guerra dos Cem Anos entre a França e a Inglaterra estava prestes a ser retomada. Os outros reinos belicosos da Europa Ocidental – Aragão, Castela, Navarra, Portugal e Escócia – aparentavam estar um pouco melhores. Um muçulmano ainda governava Granada. O rei escocês, Jaime I, era prisioneiro na Inglaterra, após ter sido capturado por piratas ingleses. As partes mais prósperas da Europa eram, de fato, as cidades-estados do norte da Itália: Florença, Gênova, Pisa, Siena e Veneza. Quanto à América do Norte, no século XV era uma selvageria anárquica em comparação com os reinos dos astecas, dos maias e dos incas nas Américas Central e do Sul,

com seus templos grandiosos e suas estradas em meio às nuvens. Quando você terminasse sua volta ao mundo, a noção de que o Ocidente poderia vir a dominar o restante durante grande parte dos 500 anos seguintes pareceria absolutamente fantasiosa.

Mas aconteceu.

Por alguma razão, a partir do fim do século XV, os pequenos Estados da Europa Ocidental, com suas línguas bastardas emprestadas do latim (e, em menor medida, do grego), sua religião proveniente dos ensinamentos de um judeu de Nazaré e suas dívidas intelectuais à matemática, à astronomia e à tecnologia orientais produziram uma civilização capaz não só de conquistar os grandes impérios orientais e subjugar a África, as Américas e a Austrália, como também de converter os povos de todo o mundo ao modo de vida ocidental – uma conversão alcançada, no fim das contas, mais pela palavra do que pela espada.

Há aqueles que contestam tal afirmação, alegando que todas as civilizações são iguais em certo sentido, e que o Ocidente não pode reivindicar superioridade sobre o leste da Eurásia, por exemplo[12]. Mas tal relativismo é comprovadamente absurdo. Nenhuma civilização anterior foi capaz de exercer a dominação que o Ocidente exerce sobre o restante do mundo[13]. Em 1500, as futuras potências imperiais da Europa dominavam cerca de 5% da superfície da Terra, e quando muito 16% de sua população. Em 1913, 11 impérios ocidentais[14] controlavam aproximadamente três quintos de todo o território e população, e quase três quartos (surpreendentes 74%) da produção econômica mundial15. A expectativa de vida média na Inglaterra era de quase duas vezes a da Índia. Os padrões de vida mais altos no Ocidente também se refletiram em uma dieta melhor, até mesmo para os trabalhadores agrícolas, e estatura mais alta, mesmo para os presos e para os soldados comuns[16]. A civilização, conforme vimos, são as cidades. Segundo esse critério, também, o Ocidente aparece em primeiro. Em 1500, até onde podemos saber, a maior cidade do mundo era Pequim, com uma população entre 600 mil e 700 mil habitantes. Das dez maiores cidades do mundo naquela época, somente uma – Paris – era europeia, e sua população não passava de 200 mil. Londres tinha, talvez, 50 mil habitantes.

As taxas de urbanização também eram mais altas na África do Norte e na América do Sul do que na Europa. Mas em 1900 observa-se uma reviravolta impressionante. Só uma das dez maiores cidades do mundo nessa época era asiática, e essa cidade era Tóquio. Com uma população de cerca de 6,5 milhões, Londres era a megalópole global[17]. O domínio do Ocidente tampouco terminou com o declínio e a queda dos impérios europeus. Com a ascensão dos Estados Unidos, o abismo entre Ocidente e Oriente tornou-se ainda maior. Em 1990, a renda *per capita* dos norte-americanos era 73 vezes a dos chineses[18].

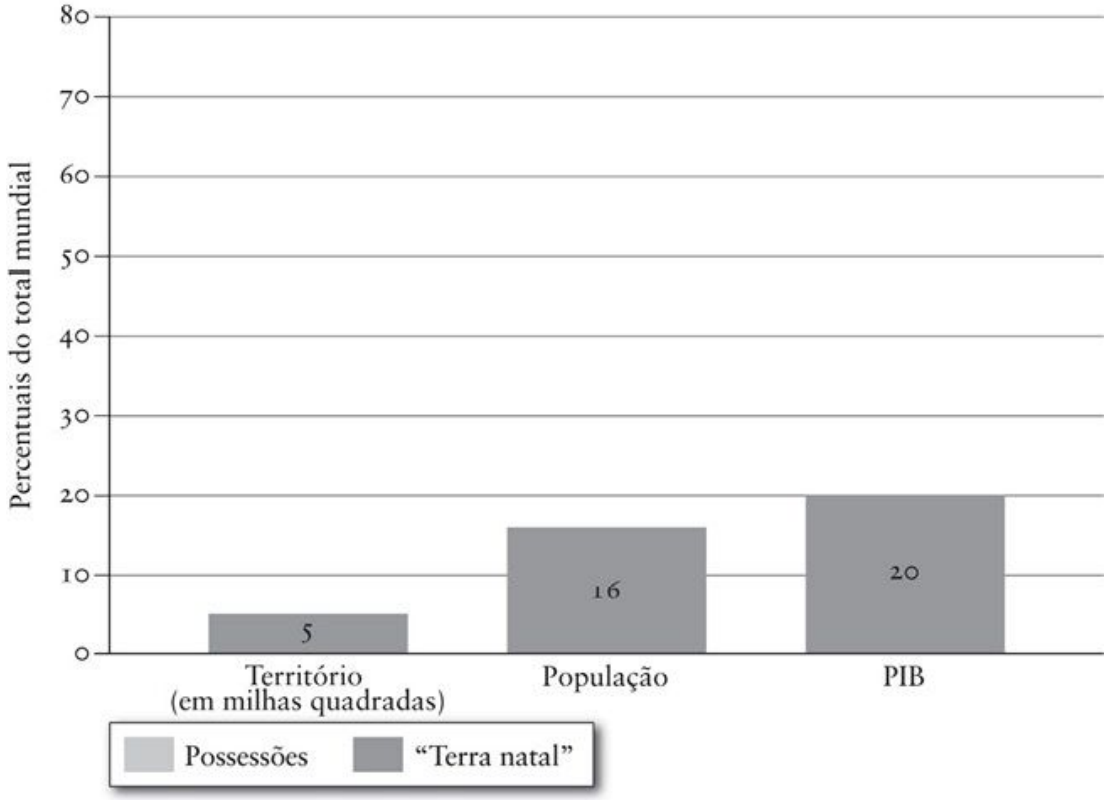
Além disso, ficou claro, na segunda metade do século XX, que a única forma de diminuir a enorme distância quanto à renda era que as sociedades orientais seguissem o exemplo do Japão, adotando as mesmas (embora não todas) instituições e maneiras de operar do Ocidente. Em consequência, a civilização ocidental tornou-se uma espécie de modelo para o modo como o restante do mundo aspirava a se organizar. Antes de 1945, é claro, havia vários modelos de desenvolvimento – ou sistemas operacionais, para usar uma metáfora da computação – que podiam ser adotados pelas sociedades não ocidentais. Mas os mais atraentes eram todos de origem europeia: o capitalismo liberal, o socialismo nacional, o comunismo soviético. A Segunda Guerra Mundial matou o segundo na Europa, embora tenha sobrevivido com outros nomes em muitos países em desenvolvimento. O colapso do império soviético entre 1989 e 1991 matou o terceiro.

Sem dúvida, muito se falou, no início da crise financeira global, sobre os modelos econômicos asiáticos alternativos. Mas nem mesmo o relativista cultural mais fervoroso recomenda uma volta às instituições da dinastia Ming ou dos mongóis. O atual debate entre os proponentes dos livres mercados e aqueles da intervenção estatal é, em essência, um debate entre escolas de pensamento notadamente ocidentais: os seguidores de Adam Smith e os de John Maynard Keynes, com alguns poucos devotos obstinados de Karl Marx que ainda persistem. Os lugares de nascimento de todos os três falam por si sós: Kirkcaldy, Cambridge, Tréveris. Na prática, a maior parte do mundo hoje está integrada a um sistema econômico ocidental em que, conforme recomendou Adam Smith, o mercado estipula a

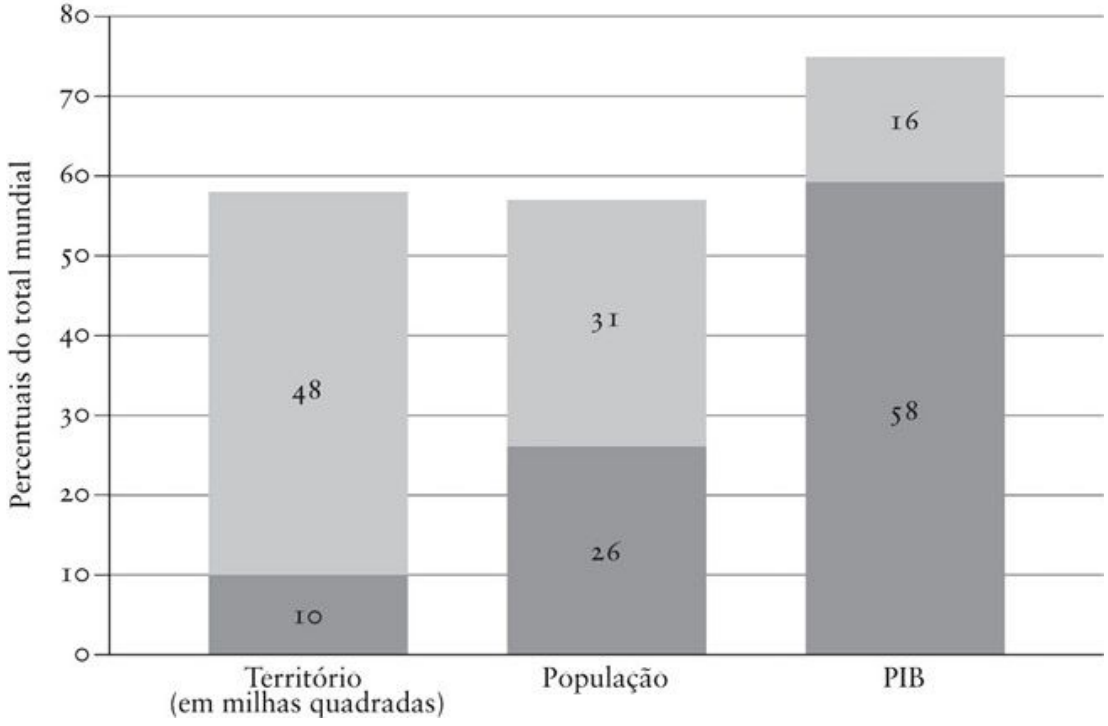
maior parte dos preços e determina o fluxo de comércio e a divisão de trabalho, mas o governo desempenha um papel mais próximo daquele vislumbrado por Keynes, intervindo para tentar abrandar o ciclo de negócios e reduzir a desigualdade de renda.

Quanto às instituições não econômicas, não há nenhum debate digno de nota. Em todo o mundo, as universidades estão convergindo para as normas ocidentais. Isso também é válido para o modo com que a ciência médica é organizada, das pesquisas abstrusas aos sistemas de saúde na linha de frente. A maioria das pessoas, hoje, aceita as grandes verdades científicas reveladas por Newton, Darwin e Einstein e, mesmo que não aceitem, ainda procuram avidamente pelos produtos da farmacologia ocidental diante do primeiro sintoma de gripe ou bronquite. Só algumas poucas sociedades continuam a resistir à invasão dos padrões ocidentais de marketing e consumo, bem como ao próprio estilo de vida ocidental. Cada vez mais seres humanos seguem uma dieta ocidental, vestem roupas ocidentais e vivem em uma casa ocidental. Até mesmo o modo tipicamente ocidental de trabalhar – cinco ou seis dias por semana, das 9h às 17h, com duas ou três semanas de férias – está se tornando uma espécie de padrão universal. Enquanto isso, a religião que os missionários ocidentais procuraram exportar para o restante do mundo é seguida por um terço da humanidade, e vem fazendo progressos notáveis no país mais populoso do mundo. Mesmo o ateísmo, pioneiro no Ocidente, vem avançando de maneira impressionante.

## Futuros Impérios Ocidentais (1500)




## Impérios Ocidentais (1913)



A cada ano que passa, mais e mais seres humanos compram como nós, ficam saudáveis (ou doentes) como nós e rezam (ou não rezam) como nós. Hambúrgueres, bicos de Bunsen, Band-Aids, bonés de beisebal e Bíblias: não é possível se livrar deles facilmente, aonde quer que se vá. Apenas na esfera das instituições políticas ainda resta uma diversidade global significativa, com uma ampla gama de governos pelo mundo resistindo à ideia do Estado de direito, com sua proteção aos direitos individuais, como a base para um governo representativo significativo. É tanto como ideologia política quanto como religião que um Islã militante procura resistir ao avanço das normas ocidentais do século XX de igualdade de gênero e liberdade sexual[19].

Portanto, não é "eurocentrismo" ou (anti)"orientalismo" dizer que a ascensão da civilização ocidental é o fenômeno histórico mais importante da segunda metade do segundo milênio depois de Cristo. É uma afirmação do óbvio. O desafio é explicar como isso aconteceu. O que houve na civilização da Europa Ocidental depois do século XV que lhe permitiu sobrepujar os impérios visivelmente superiores do Oriente? Sem dúvida, foi algo mais que a beleza da Capela Sistina.

A resposta fácil, se não tautológica, a essa pergunta é que o Ocidente dominou o Oriente por causa do imperialismo[20]. Ainda hoje, há muitas pessoas que podem se sentir profundamente indignadas com os excessos dos impérios europeus. Excessos decerto existiram, e não estão ausentes destas páginas. Também está claro que as diferentes formas de colonização – povoamento *versus* exploração – tiveram impactos muito diferentes a longo prazo[21]. Mas, para a história, o império não é uma explicação suficiente da supremacia ocidental. Houve impérios muito antes do imperialismo denunciado pelos marxistas-leninistas. De fato, o século XVI viu uma série de impérios asiáticos aumentarem significativamente seu poder e sua extensão. Entretanto, após o fracasso do projeto de Carlos V – de um grande império dos Habsburgo estendendo-se da Espanha à Alemanha, passando pelos Países Baixos –, a Europa ficou mais fragmentada do que nunca. A Reforma desencadeou mais de um século de guerras religiosas europeias.

Um viajante do século XVI dificilmente deixaria de notar o contraste. Além de abarcar a Anatólia, o Egito, a Arábia, a Mesopotâmia e o Iêmen, o Império Otomano – sob Solimão, o Magnífico (1520-66) – estendeu-se até os Bálcãs e a Hungria, ameaçando os portões de Viena em 1529. Mais ao leste, o Império Safávida, sob Abbas I (1587-1629), estendia-se de Ispaã e Tabriz a Kandahar, ao passo que o norte da Índia, de Déli a Bengala, era governado pelo poderoso imperador mongol Akbar (1556-1605). A China Ming também parecia serena e segura atrás do grande muro. Poucos europeus que visitassem a corte do imperador Wanli (1572-1620) poderiam ter previsto a queda de sua dinastia menos de três décadas após sua morte. Escrevendo de Istambul no fim da década de 1550, o diplomata flamengo Ogier Ghiselin de Busbecq – o homem que transplantou tulipas da Turquia à Holanda – comparou, nervoso, a situação fraturada da Europa com a "grande prosperidade" do Império Otomano.

É verdade que o século XVI foi uma época de intensa atividade europeia no além-mar. Mas, para os grandes impérios do Oriente, os navegantes portugueses e holandeses pareciam o exato oposto dos portadores de civilização; eram apenas os últimos bárbaros a ameaçar o Reino do Meio, de fato mais repulsivos – e certamente mais malcheirosos – que os piratas do Japão. E o que mais atraía os europeus à Ásia além da qualidade superior dos tecidos indianos e da porcelana chinesa?

Foi só em 1683 que um exército otomano marchou até os portões de Viena – a capital do império Habsburgo – e exigiu que a população da cidade se rendesse e se convertesse ao islamismo. E só após o levantamento do cerco que o mundo cristão pôde começar, pouco a pouco, a repelir o poder otomano na Europa Central e Oriental ao longo dos Bálcãs em direção ao Bósforo, e levou muitos anos até que algum império europeu pudesse se equiparar às conquistas do imperialismo oriental. A "grande divergência" entre o Ocidente e o Oriente foi ainda mais lenta de se materializar em outros lugares. As diferenças materiais entre a América do Norte e a do Sul não estavam muito bem demarcadas até meados do século XIX, e até o início do século XX a maior parte da África não esteve sob domínio europeu; só umas poucas faixas litorâneas.

Se a supremacia ocidental não pode, portanto, ser explicada nos velhos termos gastados do imperialismo, teria sido – como afirmam alguns estudiosos – simplesmente uma questão de sorte? Foi a geografia ou o clima da extremidade ocidental da Eurásia o que fez com que a grande divergência acontecesse? Os europeus só tiveram a sorte de tropeçar nas ilhas do Caribe, com sua localização tão ideal para o cultivo de açúcar, rico em calorias? O Novo Mundo proporcionou à Europa os "acres fantasmas" dos quais a China carecia? E é só por causa da Lei de Murphy que os depósitos de carvão da China eram mais difíceis de explorar e transportar do que os da Europa[22]? Ou será que a China, de alguma forma, foi vítima de seu próprio sucesso – presa na "armadilha do equilíbrio", devido à capacidade de seus agricultores de fornecer a um grande número de pessoas apenas a quantidade suficiente de calorias para sobreviver[23]? Será mesmo possível que a Inglaterra tenha se tornado a primeira nação industrial porque a falta de saneamento e as doenças mantiveram a vida excepcionalmente curta para a maioria das pessoas, dando aos ricos e aos empreendedores melhor chance de transmitir seus genes[24]?

O imortal lexicógrafo inglês Samuel Johnson rejeitou todas essas possíveis explicações para a supremacia ocidental. Em seu livro *História de Rasselas: príncipe da Abissínia*, publicado em 1759, ele leva Rasselas a perguntar:

> Por que meios [...], então, os europeus são poderosos? Por que, já que eles podem visitar a Ásia e a África com tanta facilidade para o comércio ou para a conquista, os asiáticos e africanos não conseguem invadir sua costa, implementar colônias em seus portos e impor leis a seus príncipes naturais? O mesmo vento que os traz de volta nos levaria para lá.[25]

À qual o filósofo Imlac responde:

> Eles são mais poderosos do que nós porque são mais sábios, *Sir*; o conhecimento sempre predominará sobre a ignorância, da mesma forma que o homem governa os outros animais. Mas por que o conhecimento deles é maior que o nosso, eu não sei que outra razão pode ser dada além do desejo insondável do Ser Supremo[26].

De fato, conhecimento é poder, quando proporciona maneiras melhores de navegar, escavar materiais, usar armas de fogo e curar doenças. Mas será mesmo que os europeus têm mais conhecimento que outros povos? Talvez tivessem em 1759; a inovação científica, por cerca de dois séculos e meio após 1650, foi quase exclusivamente de origem ocidental[27]. Mas e em 1500? Conforme veremos, durante séculos a tecnologia chinesa, a matemática indiana e a astronomia árabe estiveram muito à frente.

Foi, portanto, uma diferença cultural mais nebulosa o que permitiu que os europeus saíssem à frente de seus pares orientais? Esse foi o argumento do sociólogo alemão Max Weber. Manifesta-se de várias formas – o individualismo inglês medieval, o humanismo e a ética protestante –, e foi buscado em toda parte, da força de vontade dos agricultores ingleses às regras de etiqueta das cortes reais, sem falar dos livros contábeis dos mercadores mediterrâneos. Em *A riqueza e a pobreza das nações*, David Landes defende o argumento da diferença cultural, afirmando que a Europa Ocidental liderou o mundo desenvolvendo uma pesquisa intelectual autônoma, o método científico de verificação e a racionalização da pesquisa e sua difusão. Mas mesmo ele admitiu que algo mais era necessário para que aquele modo de operação florescesse: intermediários financeiros e um bom governo[28]. A chave – e isso torna-se cada vez mais visível – está em suas instituições.

É claro que as instituições são, em certo sentido, produto da cultura. Mas, uma vez que formalizam um conjunto de normas, costumam ser aquilo que mantém uma cultura no rumo certo, determinando até que ponto esta conduz ao bom comportamento e não ao mau. Para ilustrar esse argumento, o século XX fez uma série de experimentos, impondo instituições muito diferentes a dois conjuntos de alemães (ocidentais e orientais), dois conjuntos de coreanos (do Norte e do Sul) e dois conjuntos de chineses (dentro e fora da República Popular). Os resultados foram muito impressionantes, e a lição, claríssima. Se tomarmos o mesmo povo, com mais ou menos a mesma cultura, e impusermos instituições comunistas a um grupo e capitalistas a outro, quase imediatamente haverá uma divergência no modo como se comportam.

Hoje, muitos historiadores concordariam que havia poucas diferenças realmente profundas entre as extremidades oriental e ocidental da Eurásia em 1500. Ambas as regiões adotaram desde cedo a agricultura, as trocas baseadas no mercado e as estruturas estatais centradas em cidades[29]. Mas houve uma diferença institucional crucial. Na China, consolidou-se um império monolítico, ao passo que a Europa permaneceu politicamente fragmentada. Em *Armas, germes e aço*, Jared Diamond explica por que a Eurásia havia avançado mais que o restante do mundo[30]. Mas foi só em seu ensaio "Como ficar rico" (1999) que ele deu uma resposta à pergunta de por que uma ponta da Eurásia esteve, até agora, à frente da outra. A resposta era que, nas planícies da Eurásia Oriental, os impérios orientais monolíticos freavam a inovação, ao passo que, na Eurásia Ocidental, montanhosa e dividida por rios, várias monarquias e cidades-estados se engajaram na competição criativa e na comunicação[31].

É uma resposta atraente. Mas ainda não basta. Observemos as duas séries de gravuras chamadas "As misérias da guerra", publicadas pelo artista Jacques Callot, de Lorraine, nos anos 1630, como que para alertar o restante do mundo dos perigos do conflito religioso. A competição entre os pequenos Estados da Europa – e também no interior deles – durante a primeira metade do século XVII era desastrosa, despovoando grandes extensões de terra da Europa Central e mergulhando as ilhas britânicas em mais de um século de disputas recorrentes e debilitantes. A fragmentação política muitas vezes tem esse efeito. Se você duvida, pergunte aos habitantes da ex-Iugoslávia. A competição é certamente uma parte da história da supremacia ocidental, conforme veremos no Capítulo 1; mas só uma parte.

Neste livro, quero mostrar que o que distinguiu o Ocidente do Oriente – as molas propulsoras do poder global – foram seis novos sistemas de instituições identificáveis e as ideias e os comportamentos associados a eles. Para simplificar, abaixo eu os resumo em seis tópicos:

1. A competição
2. A ciência

3. Os direitos de propriedade
4. A medicina
5. A sociedade de consumo
6. A ética do trabalho

Para usar a linguagem do mundo computadorizado e sincronizado de nossos dias, estes foram os seis “incríveis aplicativos” (ou *apps*) que permitiram que uma minoria da humanidade, originando-se no extremo oeste da Eurásia, dominasse o mundo durante a maior parte dos últimos 500 anos.

Agora, antes que você escreva para mim indignado, reclamando que esqueci algum aspecto crucial da supremacia ocidental, como o capitalismo ou a liberdade ou a democracia (ou, aliás, armas, germes e aço), leia as seguintes breves definições:

1. A competição: uma descentralização da vida política e econômica, que criou as condições para o surgimento dos Estados-nação e do capitalismo.
2. A ciência: uma forma de estudar, entender e, finalmente, transformar o mundo natural, que deu ao Ocidente (entre outras coisas) uma importante vantagem militar sobre o restante.
3. Os direitos de propriedade: o controle da lei como um meio de proteger os proprietários privados e solucionar pacificamente as disputas entre eles, que assentou a base para a forma mais estável de governo representativo.
4. A medicina: um ramo da ciência que possibilitou uma importante melhoria na saúde e na expectativa de vida, inicialmente nas sociedades ocidentais, mas também em suas colônias.
5. A sociedade de consumo: um modo de vida material em que a produção e a compra de roupas e outros bens de consumo desempenham um papel econômico central, e sem o qual a Revolução Industrial teria sido insustentável.

6. A ética do trabalho: um sistema moral e um modo de atividade derivados do cristianismo protestante (entre outras fontes), que fornece coesão à sociedade dinâmica e potencialmente instável criada pelos itens 1 a 5.

Não se engane: esta não é mais uma versão presunçosa do "triunfo do Ocidente"[32]. Pretendo mostrar que não foi só a superioridade ocidental que levou à conquista e à colonização de grande parte do restante do mundo; foi também a fraqueza fortuita de seus rivais. Na década de 1640, por exemplo, uma combinação de crise fiscal e monetária, mudança climática e epidemia desencadeou uma rebelião e o colapso da dinastia Ming. Isso não teve nada a ver com o Ocidente. Da mesma maneira, o declínio político e militar do Império Otomano teve mais causas internas do que externas. As instituições políticas norte-americanas floresceram à medida que cresciam as feridas da América do Sul; mas o fracasso de Simón Bolívar em criar os Estados Unidos da América Latina não foi culpa dos gringos.

O ponto crítico é que a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo era institucional. A Europa Ocidental superou a China em parte porque no Ocidente havia mais competição tanto na esfera política quanto na econômica. A Áustria, a Prússia e, mais tarde, até mesmo a Rússia se tornaram mais eficazes em termos administrativos e militares porque a rede de comunicação que levou à Revolução Científica surgiu no mundo cristão, mas não no muçulmano. A razão pela qual as ex-colônias norte-americanas se saíram muito melhor que as da América do Sul é que os colonizadores ingleses estabeleceram no Norte um sistema de direitos de propriedade e representação política completamente diferente daquele implementado por espanhóis e portugueses no Sul. (O Norte era uma "ordem de acesso aberto", em vez de fechado, administrada segundo os interesses de elites exclusivas e em busca de privilégios.)[33] Os impérios europeus foram capazes de penetrar na África não só porque tinham a metralhadora Maxim; eles também conceberam vacinas contra doenças tropicais às quais os africanos eram igualmente vulneráveis.

Da mesma maneira, a industrialização precoce do Ocidente refletia vantagens institucionais: a possibilidade de uma sociedade de consumidores em massa existia nas ilhas britânicas bem antes do advento e da disseminação da energia a vapor ou do sistema fabril. Mesmo quando a tecnologia industrial estava disponível quase universalmente, a diferença entre o Ocidente e o restante do mundo persistiu: de fato, tornou-se ainda maior. Sem um maquinário totalmente padronizado de fiação e tecelagem de algodão, o trabalhador europeu ou norte-americano ainda era capaz de trabalhar de maneira mais produtiva, e seu empregador capitalista de acumular riqueza mais depressa do que seus pares orientais[34]. O investimento em saúde e em educação pública deu bons resultados; onde não houve investimento, as pessoas continuaram pobres[35]. Este livro é sobre todas essas diferenças – por que existiram e por que foram tão importantes.

Até agora, usei palavras como “Ocidente” e “ocidental” de maneira mais ou menos aleatória. Mas exatamente a que – ou a que lugar – eu me refiro quando digo “civilização ocidental”? Os homens brancos anglo-saxões protestantes do pós-guerra costumavam situar o Ocidente (também conhecido como “o mundo livre”), de maneira mais ou menos instintiva, em um corredor relativamente estreito que ia (certamente) de Londres a Lexington, Massachusetts, e (possivelmente) de Estrasburgo a São Francisco. Em 1945, quando esses homens tinham acabado de voltar dos campos de batalha, a primeira língua do Ocidente era o inglês, seguida de um francês hesitante. Com o sucesso da integração europeia nos anos 1950 e 1960, o clube ocidental se expandiu. Hoje, poucos discordariam que os Países Baixos, a França, a Alemanha, a Itália, Portugal, a Escandinávia e a Espanha pertencem ao Ocidente, ao passo que a Grécia é um membro extraoficial, apesar de sua fidelidade posterior ao cristianismo ortodoxo, graças à nossa dívida duradoura para com a filosofia helênica antiga e às dívidas mais recentes dos gregos para com a União Europeia.

Mas e quanto ao restante do sul e do leste do Mediterrâneo, abarcando não só os Bálcãs ao norte do Peloponeso, como também a África do Norte e a Anatólia? E quanto ao Egito e à Mesopotâmia, berços das primeiras civilizações? A América do Sul – colonizada por europeus tanto quanto a

América do Norte, e geograficamente no mesmo hemisfério – é parte do Ocidente? E quanto à Rússia? A Rússia europeia é verdadeiramente ocidental, mas a Rússia além dos montes Urais será, em alguns aspectos, parte do Oriente? Durante toda a Guerra Fria, a União Soviética e seus satélites foram chamados de "bloco oriental". Mas sem dúvida há razões para afirmar que a União Soviética foi um produto da civilização ocidental tanto quanto os Estados Unidos. Sua ideologia central tinha a mesma origem vitoriana que o nacionalismo, o abolicionismo e o sufrágio universal feminino: nasceu e se formou na velha sala de leitura circular da Biblioteca Britânica. E sua extensão geográfica era um produto da expansão e da colonização europeia tanto quanto o povoamento das Américas. Na Ásia Central, assim como na América do Sul, os europeus governavam os não europeus. Nesse sentido, o que aconteceu em 1991 foi simplesmente a morte do último império europeu. Mas a mais influente das definições atuais de civilização ocidental, a de Samuel Huntington, exclui não só a Rússia como todos os países com tradição religiosa ortodoxa. O Ocidente de Huntington consiste apenas de Europa Ocidental (excluindo o Leste Ortodoxo), América do Norte (excluindo o México) e Australásia. Grécia, Israel, Romênia e Ucrânia não foram escalados; nem as ilhas caribenhas, apesar do fato de muitas serem tão ocidentais quanto a Flórida[36].

"O Ocidente", então, é muito mais do que apenas uma expressão geográfica. É um conjunto de normas, comportamentos e instituições com fronteiras nebulosas ao extremo. As implicações disso são dignas de análise. É realmente possível que uma sociedade asiática se torne ocidental ao adotar as formas ocidentais de se vestir e fazer negócios, como fez o Japão a partir da era Meiji, e como grande parte do restante da Ásia parece estar fazendo agora? Tempos atrás, esteve em voga insistir que o "sistema mundial" capitalista impunha uma divisão de trabalho permanente entre o Ocidente – o centro – e o Resto – a periferia[37]. Mas e se o mundo inteiro acabar sendo ocidentalizado, pelo menos quanto à aparência e ao estilo de vida? Ou será que, conforme argumentou Huntington, as outras civilizações são mais resilientes – sobretudo a civilização "sínica", ou seja, a Grande China,[38] e o Islã, com suas "entranhas e fronteiras sangrentas"?[39] Até que

ponto a adoção de modos ocidentais de operar é meramente uma modernização superficial, sem qualquer profundidade cultural? Essas perguntas serão abordadas a seguir.

Outro enigma com relação à civilização ocidental é que a falta de unidade parece ser uma de suas características decisivas. No início dos anos 2000, muitos analistas norte-americanos reclamavam do "alargamento do Atlântico" – a ruptura dos valores comuns que uniam os Estados Unidos a seus aliados da Europa Ocidental durante a Guerra Fria[40]. Se, em comparação com a época em que Henry Kissinger foi secretário de Estado, ficou um pouco mais fácil saber a quem um estadista norte-americano deveria chamar quando quisesse falar com a Europa, ficou mais difícil dizer quem atende o telefone em nome da civilização ocidental. Mas a divisão atual entre a América do Norte e a "Velha Europa" é branda e amigável em comparação com os grandes cismas do passado, por religião, por ideologia – e até mesmo pelo significado da própria civilização. Durante a Primeira Guerra Mundial, os alemães afirmaram estar travando a guerra de uma *Kultur* mais elevada contra uma *civilisation* anglo-francesa espalhafatosa e materialista (a distinção foi feita por Thomas Mann e Sigmund Freud, entre outros). Mas essa distinção foi difícil de conciliar com o incêndio da Biblioteca da Universidade de Leuven e as execuções sumárias dos civis belgas na primeira fase da guerra. Os propagandistas britânicos replicaram, definindo os alemães como "hunos" – bárbaros além dos limites da civilização – e chamaram a própria guerra de "a grande guerra pela civilização" em sua medalha da vitória[41]. Falar do "Ocidente" como civilização unitária tem mais sentido hoje do que em 1918?

Por fim, vale lembrar que a civilização ocidental já havia decaído e sucumbido antes. As ruínas romanas espalhadas por toda a Europa, pelo Norte da África e pelo Oriente Próximo servem como lembretes contundentes disso. A primeira versão do Ocidente – a Civilização Ocidental 1.0 – surgiu no chamado Crescente Fértil, estendendo-se do vale do Nilo à confluência dos rios Eufrates e Tigre, e alcançou seu auge com a democracia ateniense e o Império Romano[42]. Os principais elementos de nossa civilização atual – não só a democracia, como também o atletismo, a

aritmética, o direito civil, a geometria, o estilo clássico de arquitetura e uma proporção considerável das palavras em inglês moderno – têm suas origens no antigo Ocidente. Em seu apogeu, o Império Romano foi um sistema incrivelmente sofisticado. Grãos, manufaturas e moedas circulavam em uma economia que ia do norte da Inglaterra à cabeceira do Nilo; os estudos acadêmicos floresceram; havia lei, medicina e até centros de compras, como o Fórum de Trajano, em Roma. Mas essa versão da civilização ocidental se deteriorou rapidamente no século V d.C., arruinada por invasões bárbaras e divisões internas. No espaço de uma geração, Roma, a grande metrópole imperial, estava em ruínas, os aquedutos, quebrados, os esplêndidos mercados ao ar livre, desertos. O conhecimento do Ocidente clássico teria sido totalmente perdido se não fosse pelos bibliotecários de Bizâncio[43], pelos monges da Irlanda[44] e pelos papas e padres da Igreja Católica Romana – e não podemos esquecer os califas abássidas[45]. Sem sua liderança, a civilização do Ocidente não poderia ter ressurgido como ressurgiu na Itália renascentista.

O declínio e a queda são o destino que paira sobre a Civilização Ocidental 2.0? Em termos demográficos, faz muito tempo que a população das sociedades ocidentais representa uma minoria dos habitantes do mundo, mas hoje ela está visivelmente definhando. Um dia tão dominantes, as economias dos Estados Unidos e da Europa estão atualmente diante da possibilidade real de ser superadas pela China em 20 anos, ou mesmo em dez, e o Brasil e a Índia não ficam muito atrás. O poderio militar e econômico do Ocidente parece estar se desgastando no Grande Oriente Médio, do Iraque ao Afeganistão, ao passo que o "Consenso de Washington" sobre a política econômica de livre mercado se desintegra. A crise financeira que começou em 2007 também parece indicar uma falha fundamental no cerne da sociedade de consumidores, com sua ênfase na terapia do consumo estimulada pelas compras a prazo. A ética protestante da prosperidade, que um dia pareceu tão central ao projeto ocidental, praticamente desapareceu. Enquanto isso, as elites ocidentais são acossadas por medos quase milenares de um apocalipse ambiental vindouro.

E, o que é ainda mais grave, a civilização ocidental parece ter perdido a confiança em si mesma. A começar por Stanford em 1963, uma sucessão de importantes universidades parou de oferecer o curso de história da "Civilização Ocidental" a seus graduandos. Nas escolas, também, as grandes narrativas da ascensão ocidental estão fora de moda. Graças a uma nova mania entre os educadores de – em nome da "Nova História" – dar mais importância às "habilidades históricas" que ao conhecimento histórico, somada às consequências não intencionais do processo de reforma curricular, muitos estudantes britânicos saem do ensino médio conhecendo apenas fragmentos desconectados da história ocidental: Henrique VIII e Hitler, com uma pequena dose de Martin Luther King Jr. Uma pesquisa com estudantes do primeiro ano de História de uma importante universidade britânica revelou que apenas 34% sabiam quem foi o monarca inglês na época da Armada, 31% sabiam a localização da Guerra dos Bôeres, 16% sabiam quem comandou as forças britânicas em Waterloo (mais que o dobro destes pensava que tivesse sido Nelson em vez de Wellington) e apenas 11% foram capazes de mencionar um único primeiro-ministro britânico do século XIX[46]. Em uma pesquisa similar, 17% dos adolescentes ingleses entre 11 e 18 anos pensavam que Oliver Cromwell havia lutado na batalha de Hastings e 25% situavam a Primeira Guerra Mundial no século errado[47]. Além disso, em todo o mundo anglófono, ganhou terreno o argumento de que devemos estudar as outras culturas, e não a nossa. A coleção musical enviada para o espaço com a aeronave *Voyager* em 1977 continha 27 faixas, e somente dez delas eram de compositores ocidentais, incluindo não só Bach, Mozart e Beethoven como também Louis Armstrong, Chuck Berry e Blind Willie Johnson. Uma história do mundo "em cem objetos", publicada pelo diretor do Museu Britânico em 2010, incluía não mais de trinta produtos da civilização ocidental[48].

Mas qualquer história das civilizações do mundo que subestime sua subordinação gradativa ao Ocidente depois de 1500 não dá conta do ponto essencial – aquele que mais requer uma explicação. A ascensão do Ocidente é, pura e simplesmente, o fenômeno histórico mais notável da segunda metade do segundo milênio depois de Cristo. É a história no próprio cerne

da história moderna. É, talvez, o enigma mais desafiador que os historiadores têm de resolver. E devemos resolvê-lo não só para satisfazer nossa curiosidade. Pois é só identificando as verdadeiras causas de nossa supremacia que podemos esperar estimar com certa precisão a iminência de nosso declínio e queda.

---

Clark, Civilisation.

Braudel, *A History of Civilizations.*

Ver também Bagby, *Culture and History*; e Mumford, *The City in History.*

Sobre costumes, ver Elias, *The Civilizing Process.*

Ver Coulborn, *The Origin of Civilized Societies* e, mais recentemente, Fernández-Armesto, *Civilizations.*

Quigley, *The Evolution of Civilizations.*

Bozeman, *Politics and Culture in International History.*

Melko, *The Nature of Civilizations.*

Eisenstadt, *Comparative Civilizations and Multiple Modernities.*

) McNeill, *The Rise of the West.*

l Braudel, *A History of Civilizations,* p. 34 ss.

2 Ver Fernández-Armesto, *Millennium*; Goody, *Capitalism and Modernity* e *The Eurasian Miracle*; Wong, *China Transformed.*

3 McNeill, *The Rise of the West*. Ver também Darwin, *After Tamerlane.*

4 Os 11 impérios eram Áustria, Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Portugal, Espanha, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos. Destes, somente França, Portugal e Espanha existiam em 1500 de forma similar à do início do século XX. Sobre a reivindicação da Rússia de ser considerada parte do Ocidente, ver a seguir.

5 Com base em dados de Maddison, *The World Economy*. Os números históricos sobre a produção mundial (Produto Interno Bruto) devem ser tratados ainda com mais cuidado que aqueles sobre a população, devido às suposições heroicas que Maddison teve de fazer para construir suas estimativas, e também porque ele escolheu calcular o PIB em termos de paridade de poder de compra para levar em conta os preços muito mais baixos de produtos não comercializados em países relativamente pobres.

6 Detalhes em Fogel, *The Escape from Hunger and Premature Death,* tabelas 1.2, 1.4.

7 Dados de Chandler, *Four Thousand Years of Urban Growth*.

8 Calculado em dólares atuais, do banco de dados on-line dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

) Ver uma esclarecedora discussão em Scruton, *The West and the Rest*.

) Ver, por exemplo, Laue, “The World Revolution of Westernization”.

l Acemoglu et al., “Reversal of Fortune”; Putterman e Weil, “Post-1500 Population Flows”.

2 Pomeranz, *The Great Divergence*.

3 Elvin, *The Pattern of the Chinese Past*.

4 Clark, *A Farewell to Alms*.

5 De fato, essa questão estava sendo levantada nos impérios não ocidentais durante o século XVIII. Em 1731, o escritor otomano Ibrahim Müteferrika perguntou: “Por que as nações cristãs, que foram tão débeis no passado em comparação com as nações muçulmanas, passaram a dominar tantas terras e até mesmo a derrotar os outrora vitoriosos exércitos otomanos?”.

6 Johnson, *The History of Rasselas*, p. 56 ss.

7 Murray, *Human Accomplishment*.

8 Landes, *The Wealth and Poverty of Nations*.

9 Hibbs e Olsson, “Geography”; Bockstette et al., “States and Markets”.

) Diamond, *Guns, Germs and Steel*.

l Diamond, “How to Get Rich”.

2 Ver, por exemplo, Roberts, *The Triumph of the West*.

3 Ver North, *Understanding the Process of Economic Change*; North et al., *Violence and Social Orders*.

4 Clark, *A Farewell to Alms*, p. 337-42.

5 Rajan e Zingales, “The Persistence of Underdevelopment”; Chaudhary et al., “Big BRICs, Weak Foundations”.

6 Huntington, *The Clash of Civilizations*.

7 Wallerstein, *The Modern World-System*.

8 É uma noção peculiar que uma das civilizações mais veneráveis do mundo tenha um nome que não é conhecido por ninguém, a não ser por um teórico político. Em seu ensaio original de 1993, Huntington usou o termo “confuciana”.

9 Huntington, *The Clash of Civilizations*.

) Ver, por exemplo, Kagan, *Of Paradise and Power* e, mais recentemente, Schuker, “A Sea Change in the Atlantic Economy?”.

l Ver mais recentemente Osborne, *Civilization*.

2 Morris, *Why the West Rules*.

3 Brownworth, *Lost to the West*.

4 Cahill, *How the Irish Saved Civilization.* No momento em que este livro está sendo escrito, ainda é preciso saber se o elogio será retribuído.

5 Dawson, *The Making of Europe*; Woods, *How the Catholic Church Built Western Civilization*.

5 Matthews, “The Strange Death of History Teaching”; Guyver, “England and the Battle”.

7 Amanda Kelly, “What Did Hitler Do in the War, Miss?”, *Times Educational Supplement*, 19 de janeiro de 2001.

8 MacGregor, *A History of the World in 100 objects*.

OceanofPDF.com

# 1
# Competição

A China parece estar há muito tempo estacionada, tendo adquirido, provavelmente há muito tempo, todas as riquezas compatíveis com a natureza de suas leis e instituições. Mas essas riquezas talvez sejam muito inferiores ao que seu solo, clima e localização poderiam permitir se a região contasse com outras leis e instituições. Um país que negligencia ou menospreza o comércio exterior, e que permite os navios de nações estrangeiras apenas em um ou dois de seus portos, não tem como fazer o mesmo volume de negócios que poderia se tivesse leis e instituições diferentes [...] Um comércio exterior mais abrangente [...] certamente promoveria um grande aumento das manufaturas da China e melhoraria muitíssimo as capacidades produtivas de sua indústria manufatureira. Com uma navegação mais abrangente, os chineses naturalmente aprenderiam a arte de usar e construir, eles próprios, todos os tipos de máquinas usadas em outros países, bem como as outras melhorias técnicas e industriais que são promovidas em todas as partes do mundo.
ADAM SMITH

Por que eles são pequenos e, ao mesmo tempo, fortes? Por que nós somos grandes e, ao mesmo tempo, fracos? [...] Com os bárbaros, só precisamos aprender sobre [...] navios resistentes e armas eficazes.
FENG GUIFEN

## *Dois rios*

A Cidade Proibida (Gugong) foi construída no coração de Pequim por mais de 1 milhão de trabalhadores, usando materiais provenientes de todo o império chinês. Com aproximadamente mil edificações dispostas, construídas e decoradas para simbolizar o poder da dinastia Ming, a Cidade Proibida não é apenas uma relíquia daquela que foi um dia a maior

civilização do mundo; é também um lembrete de que nenhuma civilização dura para sempre. Em 1776, Adam Smith ainda podia se referir à China como "um dos países mais ricos, isto é, um dos mais férteis, mais bem cultivados, mais industriosos e mais populosos do mundo [...], um país muito mais rico que qualquer parte da Europa". Mas Smith também identificou a China como "há muito tempo estacionada" ou "estagnada"[1]. Nesse aspecto, ele certamente tinha razão. Pode-se afirmar que, em menos de um século após a construção da Cidade Proibida entre 1406 e 1420, teve início o declínio do Oriente. Já os pequenos Estados da Europa Ocidental, empobrecidos e divididos por conflitos, embarcaram em meio milênio de expansão quase ininterrupta. Enquanto isso, os grandes impérios do Oriente estagnaram e, por fim, sucumbiram à dominação ocidental.

Por que a China afundou enquanto a Europa progrediu? A principal resposta de Smith é que os chineses foram incapazes de "encorajar o comércio exterior" e, portanto, não colheram os benefícios da vantagem comparativa e da divisão internacional do trabalho. Mas outras explicações eram possíveis. Escrevendo na década de 1740, Charles de Secondat, barão de Montesquieu, culpou o "plano de tirania estabelecido", que ele atribuía à população excepcionalmente grande da China, que, por sua vez, se devia ao clima do Leste Asiático:

> Eu penso o seguinte: a Ásia não tem uma zona temperada, já que os lugares situados em um clima muito frio estão lado a lado com aqueles que são excessivamente quentes, isto é, Turquia, Pérsia, Índia, China, Coreia e Japão. Na Europa, ao contrário, a zona temperada é muito extensa [...] e por isso cada [país] se assemelha ao país adjacente; não há grandes diferenças entre eles [...] Daí decorre que, na Ásia, as nações fortes se opõem às fracas; os povos valentes, ativos e belicosos estão lado a lado com aqueles que são indolentes, efeminados e medrosos; um deve, portanto, conquistar, e o outro, ser conquistado. Na Europa, ao contrário, nações fortes se opõem a nações fortes; e aquelas que são vizinhas têm praticamente a mesma coragem. Este é o grande motivo da fraqueza da Ásia, e da força da Europa; da liberdade da Europa, e da escravidão da Ásia: um motivo que eu não me recordo de haver sido salientado alguma vez[2].

Escritores europeus posteriores acreditavam que foi a tecnologia do Ocidente que superou a do Oriente – em particular, a tecnologia que culminou na Revolução Industrial. Esta foi, sem dúvida, a impressão que

teve o conde Macartney em sua missão notadamente frustrante à corte imperial chinesa em 1793 (ver a seguir). Outro argumento, popular no século XX, era que a filosofia confuciana inibia a inovação. Mas essas explicações da época para o mau desempenho oriental estavam equivocadas. O primeiro dos seis atributos que o Ocidente tinha, e que faltava ao Oriente, não era comercial, nem climático, nem tecnológico, nem filosófico. Era, acima de tudo, conforme identificou Adam Smith, institucional.

Se, em 1420, você fizesse duas viagens por dois rios diferentes – o Tâmisa e o Yangtze –, ficaria impressionado com o contraste.

O Yangtze era parte de um vasto complexo de canais que ligava Nanquim a Pequim, mais de 800 quilômetros para o norte, e a Hancheu, ao sul. No centro desse sistema, estava o Grande Canal, que, em sua máxima extensão, tinha mais de 1000 quilômetros. Datando do século VII a.C., com comportas introduzidas no século X d.C. e belíssimas pontes como a Baodai, cheia de arcos, o Canal foi significativamente restaurado e aprimorado durante o reinado do imperador Yongle (1402-24), da dinastia Ming. Quando o engenheiro responsável, Bai Ying, terminou de represar e desviar o fluxo do rio Amarelo, foi possível transportar cerca de 12 mil carregamentos de grãos pelo Canal a cada ano[3]. Aproximadamente 50 mil homens foram empregados em sua manutenção. No Ocidente, é claro, o maior de todos os grandes canais sempre será o de Veneza. Mas até mesmo Marco Polo, o intrépido viajante veneziano, quando visitou a China na década de 1270, ficou impressionado com o volume de tráfego no Yangtze:

> A quantidade de embarcações que cobrem este imenso rio é tão grande que ninguém acreditaria. O volume de mercadorias transportadas para cima e para baixo ultrapassa todo entendimento. De fato, é tão grande que parece ser um mar em vez de um rio.

O Grande Canal da China não só serviu como a principal artéria de comércio interno, como também permitiu que o governo imperial estabilizasse o preço dos grãos por meio dos cinco celeiros estatais, que compravam quando o grão estava barato e vendiam quando estava caro[4].

Nanquim era provavelmente a maior cidade do mundo em 1420, com uma população de meio a 1 milhão. Durante séculos, foi um próspero centro de manufatura de algodão e seda. Sob o imperador Yongle, também se tornou um centro de estudos. O nome Yongle significa “felicidade perpétua”; ação perpétua talvez fosse uma descrição melhor. O mais importante de todos os imperadores da dinastia Ming não fazia nada pela metade. O compêndio de estudos chineses que ele encomendou demandou o trabalho de mais de 2 mil estudiosos e encheu mais de 11 mil volumes. Foi a maior enciclopédia do mundo até 2007, quando, após um domínio de quase 600 anos, foi superada pela Wikipedia.

Mas Yongle não estava satisfeito com Nanquim. Logo após assumir o trono, ele resolveu construir uma nova capital ao norte, mais espetacular: Pequim. Em 1420, quando a Cidade Proibida estava terminada, a China da dinastia Ming proclamava, não sem razão, ser a civilização mais avançada do mundo.

Em comparação com o Yangtze, o Tâmisa, no início do século XV, era um verdadeiro fim de mundo. Londres era um porto movimentado, é verdade; o principal centro de comércio inglês com o continente. O mais famoso prefeito da cidade, Richard Whittington, era um importante comerciante de seda que fizera fortuna com a exportação de lã, em notável crescimento na Inglaterra. E a indústria de construção naval da capital inglesa era impulsionada pela necessidade de transportar homens e suprimentos para as recorrentes campanhas da Inglaterra contra a França. Em Shadwell e Ratcliffe, os navios podiam ser rebocados em ancoradouros para ser reabastecidos. E havia, é claro, a Torre de Londres, mais sinistra que proibida.

Mas um visitante que viesse da China dificilmente ficaria impressionado com tudo isso. A própria Torre era uma construção rudimentar em comparação com os vários salões da Cidade Proibida. A Ponte de Londres era uma feira canhestra sobre palafitas se comparada à ponte Baodai. E as técnicas de navegação primitivas confinavam os navegantes ingleses a faixas estreitas de água – o Tâmisa e o Canal – de onde podiam avistar bancos e litorais conhecidos. Nada poderia ter sido mais inimaginável, tanto

para os ingleses quanto para os chineses, do que a ideia de navios londrinos velejando pelo Yangtze.

Em comparação com Nanquim, a Londres à qual Henrique V retornou em 1421, após sua vitória sobre a França – a mais famosa de todas em Agincourt –, mal podia ser chamada de cidade. Seus muros velhos e remendados se estendiam por cerca de cinco quilômetros – mais uma vez, uma fração do tamanho dos de Nanquim. O fundador da dinastia Ming levou mais de 20 anos para construir o muro em torno da capital, e este se estendia por mais de 30 quilômetros, com portões tão grandes que um único portão era capaz de abrigar 3 mil soldados. E foi construído para durar. Grande parte dele ainda está de pé, ao passo que pouca coisa resta do muro medieval de Londres.

Para os padrões do século XV, a China era um lugar relativamente agradável de se viver. A rígida ordem feudal estabelecida no início da dinastia Ming estava sendo afrouxada com o florescimento do comércio interno[5]. Quem visita Suzhou hoje em dia ainda pode ver os frutos arquitetônicos daquela prosperidade nos canais arborizados e nas calçadas elegantes do velho centro da cidade. A peste negra – a praga bubônica causada pela bactéria *Yersinia pestis*, transmitida pela mosca, que atingiu a Inglaterra em 1349 – havia reduzido a população de Londres a cerca de 40 mil, menos de um décimo do tamanho da de Nanquim. Além da praga, o tifo, a disenteria e a varíola também eram abundantes. E, mesmo na ausência de epidemias, a falta de saneamento fazia de Londres uma armadilha fatal. Sem qualquer espécie de sistema de esgoto, as ruas fediam a céu aberto, enquanto nas cidades chinesas os excrementos humanos eram sistematicamente coletados e usados como fertilizantes em arrozais afastados. Quando Dick Whittington foi prefeito da cidade – quatro vezes entre 1397 e sua morte em 1423 –, as ruas de Londres eram pavimentadas com algo muito menos fascinante que ouro.

Nas escolas, as crianças normalmente são levadas a pensar que Henrique V é uma das grandes figuras heroicas da história inglesa, a antítese de seus predecessores com a exceção de um, o decadente Ricardo II. Sinto dizer, mas o reino deles estava muito longe da “ilha coroada” do *Ricardo II* de

Shakespeare – parecia mais uma ilha séptica. O dramaturgo chamou-a de "esse outro Éden, quase um paraíso,/ Essa Fortaleza construída pela própria Natureza/ Contra a infecção […]". Mas, entre 1540 e 1800, a expectativa de vida ao nascimento na Inglaterra era, em média, de míseros 37 anos; no caso de Londres, esse número ficava na casa dos 20. Aproximadamente uma em cada cinco crianças inglesas morria no primeiro ano de vida; em Londres, quase uma em cada três. O próprio Henrique V tornou-se rei aos 26 e morreu de disenteria aos 35 – um lembrete de que a maior parte da história, até pouco tempo atrás, foi feita por pessoas muito jovens e de vida curta.

A violência era endêmica. A guerra contra a França era quase uma situação permanente. Quando não estavam guerreando contra os franceses, os ingleses lutavam contra os galeses, os escoceses e os irlandeses. Quando não era contra os celtas, lutavam entre si, em uma sucessão de guerras pelo controle da coroa. O pai de Henrique V chegara ao trono por meio da violência; seu filho, Henrique VI, o perdeu por meios similares, com a irrupção da Guerra das Rosas, que viu quatro reis perderem o trono e 40 nobres adultos morrerem em batalha ou decapitados. Entre 1330 e 1479, um quarto das mortes na aristocracia inglesa foi violento. E, nas camadas populares, os homicídios eram lugar-comum. Segundo dados do século XIV, a taxa de homicídio anual em Oxford era de mais de 100 a cada 100 mil habitantes. Londres era um pouco mais segura, com uma taxa de cerca de 50 a cada 100 mil habitantes. Hoje, as piores taxas de assassinato em todo o mundo são na África do Sul (69 a cada 100 mil), na Colômbia (53) e na Jamaica (34). Até mesmo Detroit, em sua pior fase (durante os anos 1980), tinha uma taxa de apenas 45 a cada 100 mil[6].

De fato, a vida inglesa nesse período era, conforme o pensador político Thomas Hobbes mais tarde observou (a respeito daquilo que ele chamou de "estado de natureza"), "solitária, pobre, cruel, brutal e breve". Até mesmo para uma próspera família de Norfolk, como os Paston, havia pouca segurança. A mulher de John Paston, Margaret, foi expulsa de casa quando tentou defender o direito legítimo da família à mansão de Gresham, ocupada pelo herdeiro do dono anterior. O castelo de Caister fora deixado

aos Paston pelo *Sir* John Fastolf, mas foi tomado pelo duque de Norfolk logo após a morte de John Paston e permaneceu em seu poder por longos 17 anos[7]. E a Inglaterra estava entre os países mais prósperos e menos violentos da Europa. A vida era ainda mais curta, brutal e cruel na França, e ficava cada vez pior quanto mais se adentrava a Europa. Mesmo no começo do século XVIII os franceses tinham, em média, um consumo diário de 1660 calorias, pouco acima do mínimo requerido para sobreviver, e metade da média atual no Ocidente. Antes da Revolução, a estatura média dos homens franceses era de apenas 1,64 metro[8]. E em todos os países continentais dos quais temos dados disponíveis com relação ao período medieval, os índices de homicídio eram mais altos que na Inglaterra, sendo os piores registrados na Itália, uma terra tão famosa por seus assassinos quanto por seus artistas.

Às vezes argumenta-se que a própria crueldade da Europa Ocidental era uma espécie de vantagem velada. Considerando que as altas taxas de mortalidade eram comuns especialmente entre os pobres, talvez estas, de alguma forma, ajudassem os ricos a ficarem mais ricos. Certamente, uma consequência da peste negra foi aumentar a renda *per capita* europeia; os que sobreviveram recebiam salários mais altos, tamanha era a escassez da mão de obra. Também é verdade que os filhos dos ricos na Inglaterra tinham muito mais probabilidade de chegar à vida adulta do que os dos pobres[9]. Mas parece improvável que essas peculiaridades da demografia europeia expliquem a grande divergência entre o Ocidente e o Oriente. Há países no mundo atualmente em que a vida é quase tão miserável quanto foi na Inglaterra medieval, onde a pestilência, a fome, a guerra e o assassinato garantem que a expectativa de vida se mantenha deploravelmente baixa, onde só os ricos vivem muito. O Afeganistão, o Haiti e a Somália mostram poucos sinais de se beneficiar dessas condições. Conforme veremos, a Europa deu um salto em direção à prosperidade e ao poder apesar da morte, e não por causa dela.

É importante que os estudiosos e leitores atuais se lembrem de como costumava ser a morte. “O triunfo da morte”, a obra-prima visionária do artista flamengo Pieter Bruegel, o Velho (c. 1525-69), obviamente não é

uma obra realista, mas com certeza Bruegel não precisou confiar apenas em sua imaginação para retratar uma cena de destruição e morte de revirar o estômago. Em uma terra governada por um exército de esqueletos, um rei jaz moribundo, seu tesouro perdido, ao passo que um cachorro mordisca um cadáver. No fundo, vemos dois homens pendurados em forcas, quatro homens atados a rodas com os ossos esmagados, e um quinto prestes a ser decapitado. Exércitos em conflito, casas queimadas, barcos afundados. Em primeiro plano, homens e mulheres, jovens e velhos, soldados e civis, todos são conduzidos tumultuosamente por um túnel estreito. Ninguém é poupado. Até mesmo o trovador cantando para sua amante está certamente condenado. O próprio artista morreu com pouco mais de 40 anos, um homem mais jovem que este autor.

Um século mais tarde, o artista italiano Salvator Rosa pintou talvez o mais tocante de todos os *memento mori*, intitulado simplesmente “L’umana fragilità” (“A fragilidade humana”). Foi inspirado na praga que varreu sua Nápoles natal em 1655, cobrando a vida de seu filho recém-nascido, Rosalvo, e levando também o irmão, a irmã, o cunhado e cinco de seus sobrinhos. Arreganhando horrivelmente os dentes, o anjo da morte paira na escuridão atrás da esposa de Rosa para reivindicar seu filho, enquanto ele faz sua primeira tentativa de escrever. O ânimo do artista de coração partido é imortalizado em apenas oito palavras latinas gravadas na tela:

Conceptio culpa
Nasci pena
Labor vita
Necesse mori

“A concepção é um pecado, o nascimento é dor, a vida é trabalho, a morte é inevitável.” Poderia haver descrição mais sucinta para a vida na Europa daquela época?

## *O eunuco e o unicórnio*

Como podemos entender essa preeminência do Oriente? Para começar, a agricultura asiática era consideravelmente mais produtiva que a europeia. Na Ásia Oriental, um acre de terra era suficiente para sustentar uma família, tamanha era a eficiência do cultivo do arroz, ao passo que, na Inglaterra, o número médio estava mais próximo de 20 acres. Isso ajuda a explicar por que a Ásia Oriental já era mais populosa que a Europa Ocidental. O sistema oriental de cultivo de arroz, mais sofisticado, tinha capacidade para alimentar muito mais bocas. Sem dúvida, o poeta Zhou Shixiu, da dinastia Ming, via a vida no campo através de lentes cor-de-rosa; de qualquer modo, a imagem aqui é de uma população rural satisfeita:

> No caminho escuro, avistam-se portas humildes; um beco sinuoso conduz ao interior. Aqui, dez famílias [...] vivem lado a lado há gerações. De onde quer que se observe, a fumaça da lareira delas se mistura; da mesma maneira, em sua rotina, as pessoas cooperam umas com as outras. O filho de um homem dirige a casa a oeste, ao passo que a filha de outro é a esposa do vizinho ocidental. Um vento frio de outono sopra no santuário do deus do solo; leitões e saquê são oferecidos ao Ancestral dos Campos, a quem o velho xamã queima papel-moeda, enquanto garotos batucam em um tambor de bronze. A névoa envolve em silêncio o jardim de cana-de-açúcar, e a garoa fina cai sobre os campos de inhame-branco, enquanto as pessoas voltam para casa após as cerimônias, esparramam esteiras e conversam, meio ébrias […][10].

Mas tais cenas de êxtase bucólico só contam uma parte da história. As gerações posteriores de ocidentais costumavam pensar na China imperial como uma sociedade estática, alérgica à inovação. Em *Confucionismo e taoismo* (1915), o sociólogo alemão Max Weber definiu o racionalismo confuciano como um "ajuste racional ao mundo", em oposição ao conceito ocidental de "domínio racional do mundo". Essa era uma visão amplamente endossada pelo filósofo chinês Feng Youlan em seu *História da filosofia chinesa* (1934), bem como por Joseph Needham, pesquisador de Cambridge, em sua história em vários volumes da *Ciência e civilização na China*. Tais explicações culturais – sempre atraentes para aqueles, como Feng e Needham, que simpatizaram com o regime maoista após 1949 – são difíceis de conciliar com os indícios de que, muito antes da era Ming, a

civilização chinesa tentara sistematicamente dominar o mundo por meio da inovação tecnológica.

Não sabemos ao certo quem criou o primeiro relógio d'água. Podem ter sido os egípcios, os babilônios ou os chineses. Mas em 1086 Su Song incluiu um escape – dispositivo que controla a rotação das engrenagens – para criar o primeiro relógio mecânico do mundo, um complicado aparelho de 12 metros de altura que não só marcava a hora como também mapeava os movimentos do Sol, da Lua e dos planetas. Marco Polo viu um campanário operado por um desses relógios quando visitou Dadu, no norte da China, não muito depois da construção da torre em 1272. Não havia nada tão preciso na Inglaterra até um século mais tarde, quando foram construídos os primeiros relógios astronômicos para as catedrais de Norwich, St. Albans e Salisbury.

A imprensa de tipos móveis é tradicionalmente creditada à Alemanha quatrocentista. Na verdade, foi inventada na China, no século XI. O papel também se originou na China, muito antes de ter sido introduzido no Ocidente. E também o papel-moeda, o papel de parede e o papel higiênico[11].

Muitas vezes se afirma que Jethro Tull, o pioneiro agrícola inglês, descobriu a semeadeira em 1701. Na verdade, esta foi inventada na China 2 mil anos antes. O arado de Rotherham, que, com sua aiveca curva de ferro, foi uma ferramenta essencial na Revolução Agrícola inglesa do século XVIII, foi mais uma inovação antecipada pelos chineses[12]. O *Tratado sobre agricultura*, escrito por Wang Zhen em 1313, estava cheio de implementos então desconhecidos no Ocidente[13]. A Revolução Industrial também foi prefigurada na China. O primeiro alto-forno para fundição de minério de ferro não foi construído em Coalbrookdale em 1709 e sim na China antes de 200 a.C. A mais antiga ponte suspensa de ferro em todo o mundo não é britânica, e sim chinesa; datando de 65 d.C., seus restos ainda podem ser vistos perto de Ching-tung, na província de Yunnan[14]. Mesmo em 1788, os níveis de produção de ferro na Grã-Bretanha ainda eram mais baixos que os da China em 1078. Foram os chineses que revolucionaram pela primeira vez a produção têxtil, com inovações como a roda de fiar e a bobina para enrolar fios de seda, exportadas para a Itália no século XIII[15]. E está longe

de ser verdade que os chineses usaram sua invenção mais famosa, a pólvora, unicamente para os fogos de artifício. O livro *Huolongjing*, de Jiao Yu e Liu Ji, publicado no fim do século XIV, descreve minas terrestres e marítimas, foguetes e balas de canhão, todos ocos e cheios de explosivos.

Outras inovações chinesas incluem o inseticida químico, o carretel de pesca, fósforos, a bússola magnética, cartas de baralho, a escova de dentes e o carrinho de mão. Todos sabem que o golfe foi inventado na Escócia. Mas os registros do mercado de Dong Xuan, da dinastia Song (960-1279), descrevem um jogo chamado *chuiwan*. Era jogado com dez tacos, incluindo um *cuanbang*, um *pubang* e um *shaobang*, que são mais ou menos análogos a nosso madeira 1, madeira 2 e madeira 3. Os tacos eram incrustados com jade e ouro, indicando que o golfe, assim como hoje, era um jogo para as elites.

E isso não é tudo. Quando um novo século se iniciou, em 1400, a China estava determinada a fazer outro avanço tecnológico, um que tinha o potencial de tornar o imperador Yongle o mestre não só do Reino do Meio, mas do mundo inteiro – literalmente, “de tudo sob o céu”.

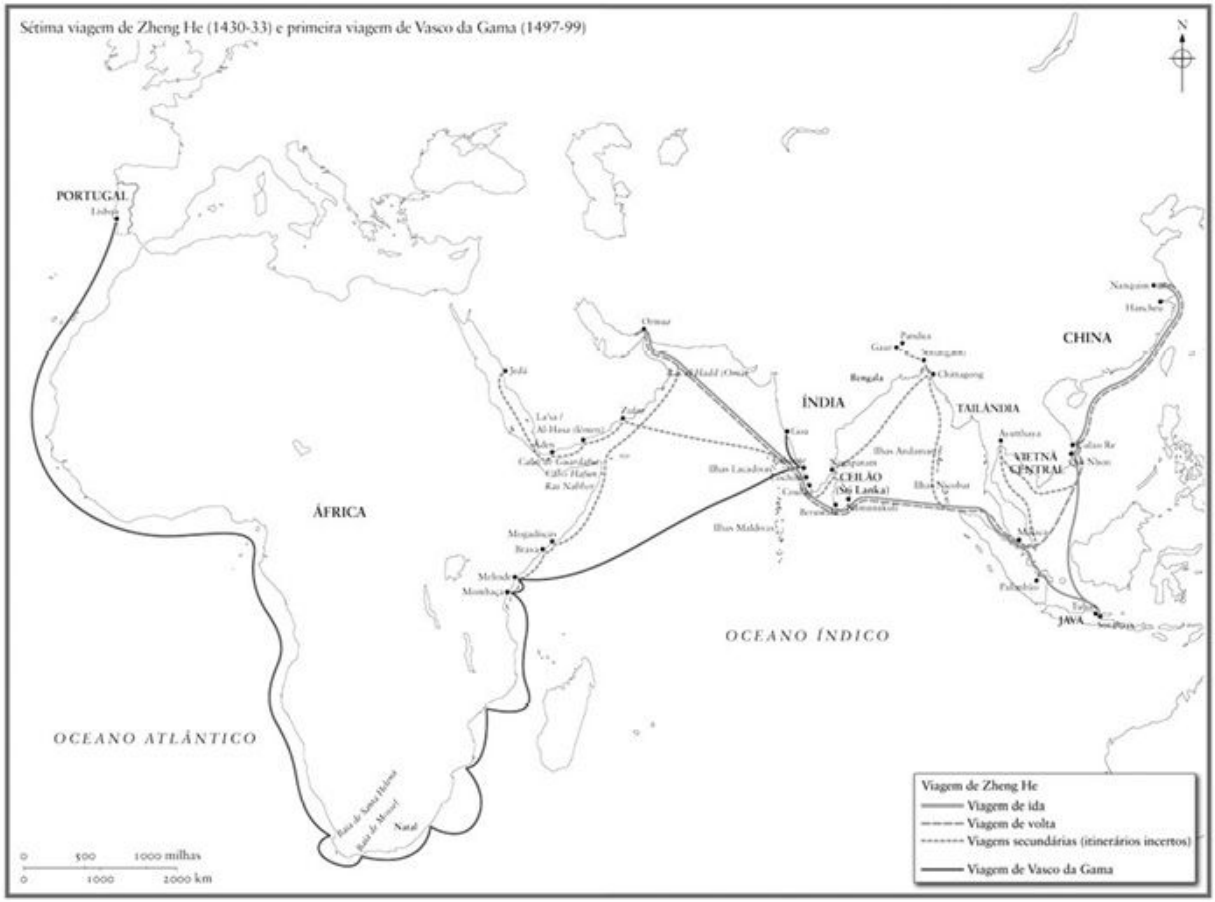
Em Nanquim, hoje, podemos ver uma réplica em tamanho real do navio do tesouro do almirante Zheng He, o navegador mais famoso da história chinesa. Tem 120 metros de altura – quase cinco vezes o tamanho do *Santa María*, a bordo do qual Cristóvão Colombo atravessou o Atlântico em 1492. E esta era só parte de uma frota de mais de 300 enormes veleiros transoceânicos. Com vários mastros e câmaras de flutuação separadas para evitar que eles afundassem no caso de um buraco abaixo da linha d’água, esses navios eram muito maiores que qualquer coisa em construção na Europa quatrocentista. Com uma tripulação total de 28 mil homens, a marinha de Zheng He era mais numerosa que tudo que existiu no Ocidente até a Primeira Guerra Mundial.

Esse capitão e comandante era um homem extraordinário. Aos 11 anos de idade, havia sido capturado no campo de batalha pelo fundador da dinastia Ming, Zhu Yuanzhang. Como era costume, o cativo foi castrado. Então, foi designado como servo de Zhu Di – o quarto filho do imperador –, o homem que se apoderaria do trono imperial sob o nome de Yongle. Em troca do

serviço leal de Zheng He, Yongle lhe confiou uma tarefa que incluía explorar os oceanos do mundo.

Em uma série de seis viagens épicas entre 1405 e 1424, a frota de Zheng He esteve em toda parte.[16] O almirante velejou à Tailândia, a Sumatra, a Java e ao porto de Calicute (atual porto de Kozhikode, em Kerala), que um dia fora importante; a Temasek (mais tarde Singapura), Malaca e Ceilão; a Cuttack, em Orissa; a Ormuz, Áden e, subindo o mar Vermelho, até Jedá[17]. Em teoria, essas viagens eram uma busca pelo predecessor de Yongle, que havia sumido misteriosamente, e pelo selo imperial que desaparecera com ele. (Yongle estava tentando se redimir por haver matado para chegar ao trono, ou encobrir o fato de que havia feito isso?) Mas encontrar o imperador desaparecido não era o verdadeiro motivo.

Antes de sua última viagem, Zheng He recebeu "ordens imperiais de ir a Ormuz e a outros países, com 61 navios de diferentes tamanhos [...] e [transportar] sedas coloridas [...] [e] comprar tecidos de cânhamo". Seus oficiais também receberam instruções de "comprar porcelana, caldeirões de ferro, presentes e munição, papel, petróleo, cera etc."[18]. Isso pode parecer indicar uma lógica comercial, e certamente os chineses tinham produtos cobiçados pelos mercadores do oceano Índico (porcelana, seda e almíscar), bem como matérias-primas que queriam trazer para a China (pimentas, pérolas, pedras preciosas, marfim e chifres de rinocerontes, estes últimos supostamente medicinais)[19]. Na verdade, entretanto, o imperador não estava primordialmente preocupado com o comércio, conforme Adam Smith mais tarde compreendeu. Nas palavras de uma inscrição da época, a frota deveria "ir até os países [bárbaros] e lhes oferecer presentes a fim de convertê-los por meio da demonstração de nosso poder […]". O que Yongle queria em troca desses "presentes" era que os governantes estrangeiros lhe rendessem homenagem tal como faziam os vizinhos asiáticos da China, reconhecendo, assim, sua supremacia. E quem poderia se recusar a reverenciar um imperador de posse de uma frota tão poderosa?[20]




Em três das viagens, navios da frota de Zheng He chegaram à costa leste da África. Eles não permaneceram por muito tempo. Enviados de cerca de 30 líderes africanos foram convidados a subir a bordo para reconhecer a "supremacia cósmica" do imperador Ming. O sultão de Malindi (no atual Quênia) enviou uma delegação com presentes exóticos, entre os quais uma girafa. Yongle recebeu pessoalmente o animal na entrada do palácio imperial, em Nanquim. A girafa foi recebida como o *qilin* (unicórnio) mítico: "um símbolo de virtude perfeita, governo perfeito e harmonia perfeita no império e no universo"[21].

Mas então, em 1424, essa harmonia foi quebrada. Yongle morreu, e as ambições ultramarinas da China foram enterradas com ele. As viagens de Zheng He foram suspensas imediatamente e revividas por um breve período com uma expedição final pelo oceano Índico em 1432-33. O decreto *haijin*

baniu de uma vez por todas as viagens oceânicas. A partir de 1500, qualquer pessoa na China que fosse encontrada construindo um navio com mais de dois mastros podia ser punida com a pena de morte; em 1551, passou a ser crime até mesmo ir para o mar em um desses navios[22]. Os registros das jornadas de Zheng He foram destruídos. É quase certeza que o próprio Zheng He tenha sido enterrado no mar ao morrer.

O que estava por trás dessa importante decisão? Foi consequência de problemas fiscais e discórdias políticas na corte imperial? Foi porque os custos da guerra em Annam (atual Vietnã) se mostraram excessivamente altos?[23] Ou foi simplesmente porque os estudiosos confucianos suspeitavam das "coisas estranhas" que Zheng He havia trazido de volta consigo, em particular a girafa? Talvez nunca saibamos ao certo. Mas as consequências da reclusão da China parecem claras.

Assim como as missões do projeto Apolo à Lua, as viagens de Zheng He foram uma formidável demonstração de riqueza e sofisticação tecnológica. A chegada de um eunuco chinês à costa leste africana em 1416 foi, em muitos aspectos, um feito comparável à chegada de um astronauta norte-americano à Lua em 1969. Mas, ao suspender abruptamente a exploração oceânica, os sucessores de Yongle afirmaram que as vantagens econômicas dessa conquista eram irrisórias.

Mas o mesmo não podia ser dito das viagens que estavam prestes a ser feitas por um velejador muito diferente, partindo de um diminuto reino europeu do outro lado do continente eurasiático.

### *A corrida por especiarias*

Foi no castelo de São Jorge, no alto das colinas sobre o porto ventoso de Lisboa, que o recém-coroado rei português, Manuel, colocou Vasco da Gama no comando de quatro pequenos navios com uma grande missão. Juntas, as quatro embarcações caberiam facilmente dentro do navio de Zheng He. A tripulação era, ao todo, de apenas 170 homens. Mas sua missão – "fazer descobertas e sair em busca de especiarias" – tinha o potencial de fazer o mundo inteiro pender para oeste.

As especiarias em questão eram canela, cravo, macis e noz-moscada, que os europeus não conseguiam cultivar por conta própria, mas desejavam obter para melhorar o sabor de seus alimentos. Durante séculos, a rota das especiarias correra do oceano Índico ao mar Vermelho, ou também por terra, atravessando a Arábia e a Anatólia. Em meados do século XV, seu lucrativo trecho final, ao chegar à Europa, estava estritamente controlado pelos turcos e pelos venezianos. Os portugueses perceberam que, se conseguissem encontrar uma rota alternativa, descendo pela costa oeste da África e contornando o cabo da Boa Esperança até o oceano Índico, esse negócio poderia ficar em suas mãos. Outro marinheiro português, Bartolomeu Dias, havia contornado o Cabo em 1488, mas sua tripulação o forçara a voltar. Nove anos depois, cabia a Vasco da Gama fazer o caminho completo.

As ordens do rei Manuel nos dizem algo de extrema importância sobre o modo como a civilização ocidental se expandiu para além-mar. Conforme veremos, o Ocidente tinha mais de uma vantagem sobre o Oriente. Mas o pontapé inicial foi, sem dúvida, a competição acirrada que impulsionou a era das Grandes Navegações. Para os europeus, navegar em torno da África não era só uma questão de exigir homenagem simbólica para algum monarca poderoso em sua terra natal. Era questão de sair à frente dos concorrentes, tanto em termos econômicos quanto políticos. Se Vasco da Gama conseguisse, Lisboa superaria Veneza. A exploração marítima, em suma, foi a corrida espacial da Europa quatrocentista. Ou, melhor dizendo, sua corrida por especiarias.

Vasco da Gama partiu em 8 de julho de 1497. Quando, quatro meses depois, ele e seus companheiros portugueses circundaram o cabo da Boa Esperança na extremidade mais meridional da África, não se perguntaram que animais exóticos poderiam trazer de volta para seu rei. O que lhes interessava era saber se finalmente haviam logrado o que outros não conseguiram: encontrar uma nova rota para as especiarias. Eles queriam comércio, e não homenagens.

Em abril de 1498, 82 anos após a chegada de Zheng He, Vasco da Gama chegou a Malindi. Os chineses haviam deixado pouca coisa para trás, além

de alguma porcelana e DNA – de 20 marinheiros chineses que, segundo consta, naufragaram perto da ilha Pate, nadaram até a costa e ali ficaram, casando-se com mulheres africanas e ensinando aos nativos os estilos chineses de trançado de cestos e produção de seda[24]. Os portugueses, por sua vez, perceberam imediatamente o potencial de Malindi como entreposto comercial. Vasco da Gama ficou particularmente entusiasmado por ter encontrado mercadores indianos por lá, e é quase certo que foi com a ajuda de um deles que conseguiu usar os ventos de monções para chegar a Calicute.

Essa avidez por comércio estava longe de ser a única diferença entre os portugueses e os chineses. Havia um traço de crueldade – de fato, de pura brutalidade – nos homens de Lisboa, que Zheng He raras vezes manifestou. Quando o rei de Calicute olhou com desconfiança para os produtos que os portugueses trouxeram de Lisboa, Vasco da Gama capturou 16 pescadores como reféns. Em sua segunda viagem à Índia, liderando 15 navios, ele bombardeou Calicute e mutilou terrivelmente a tripulação dos navios capturados. Conta-se que, em outra ocasião, ele trancou os passageiros a bordo de um navio com destino a Meca e o incendiou.

Os portugueses se dedicaram a demonstrações de violência porque sabiam que encontrariam resistência ao tentar abrir uma nova rota de especiarias. Certamente acreditavam que a melhor defesa é o ataque. Conforme Afonso de Albuquerque, o segundo governador da Índia portuguesa, informou orgulhosamente ao rei em 1513: “diante do rumor de nossa chegada, os navios [nativos] desapareceram e até os pássaros pararam de deslizar sobre a água”. Contra alguns inimigos, os canhões e as espadas eram, sem dúvida, ineficazes. A primeira expedição de metade dos homens de Vasco da Gama não sobreviveu à viagem, sobretudo porque seu capitão tentou voltar para a África contra o vento de monções. Apenas dois dos quatro navios originais conseguiram chegar a Lisboa. O próprio Vasco da Gama morreu de malária durante uma terceira viagem à Índia em 1524; seus restos foram levados de volta à Europa e atualmente estão em um belo túmulo no mosteiro de São Jerônimo (hoje igreja de Santa Maria de Belém), em Lisboa. Mas outros exploradores portugueses prosseguiram viagem até

a China. Antes, os chineses conseguiam tratar com indiferença, se não com desprezo, os bárbaros distantes da Europa. Mas agora a corrida por especiarias havia posto os bárbaros nos portões do próprio Reino do Meio. E devemos lembrar que, embora os portugueses tivessem poucos produtos valiosos que interessassem aos chineses, eles levaram prata, para a qual havia uma enorme demanda na China da dinastia Ming, já que as moedas haviam substituído o papel-moeda e a mão de obra como principal forma de pagamento.

Em 1557, os portugueses chegaram a Macau, uma península no delta do rio Pérola. Uma das primeiras coisas que eles fizeram foi erguer um portão – a Porta do Cerco – com a inscrição: "Temam nossa grandeza e respeitem nossa virtude". Em 1586, Macau era um entreposto comercial suficientemente importante para ser reconhecido como uma cidade: a Cidade do Nome de Deus na China. Foi o primeiro de muitos de tais enclaves comerciais europeus na China. Luís de Camões, autor de *Os lusíadas*, o poema épico da expansão marítima portuguesa, viveu em Macau por certo tempo, depois de ter sido exilado de Lisboa por agressão. Como um reino tão pequeno como Portugal – admirava-se o poeta –, com uma população que é menos de 1% da chinesa, pode aspirar a dominar o comércio dos impérios da Ásia, muitíssimo mais populosos? E ainda assim seus compatriotas velejaram, estabelecendo uma rede incrível de entrepostos comerciais que se estendiam como um colar global, que partia de Lisboa, contornava a costa da África, a Arábia e a Índia, atravessava o estreito de Málaca, chegava às próprias ilhas das especiarias, e de lá ia ainda mais longe, depois até mesmo de Macau. "Havia outros mundos por ser descobertos", escreveu Camões acerca de seus conterrâneos, "eles também os encontrariam!"[25].

As vantagens da expansão ultramarina não passaram despercebidas para os rivais europeus de Portugal. Assim como Portugal, a Espanha havia saído na frente, tomando a iniciativa no Novo Mundo (ver Capítulo 3) e estabelecendo também um entreposto asiático nas Filipinas, de onde os espanhóis foram capazes de transportar uma enorme quantidade de prata mexicana à China[26]. Durante décadas depois que o Tratado de Tordesilhas

(1494) dividiu o mundo entre elas, as duas potências ibéricas puderam olhar para suas conquistas imperiais com incrível autoconfiança. Mas os holandeses, rebeldes e ótimos comerciantes – e que na época estavam sob domínio espanhol –, passaram a avaliar o potencial de uma nova rota de especiarias; de fato, em meados do século XVII eles haviam superado os portugueses quanto à tonelagem e ao número de navios contornando o Cabo. Os franceses também entraram na lista.

E quanto aos ingleses, cujas ambições territoriais um dia não foram além da França e cuja única ideia econômica inovadora na Idade Média fora vender lã aos flamengos? Como poderiam ficar de fora enquanto chegavam notícias de que seus arqui-inimigos, os espanhóis e os franceses, estavam fazendo fortuna no além-mar? É claro que não tardou para que os ingleses se somassem à corrida pelo comércio ultramarino. Em 1496, John Cabot fez sua primeira tentativa de atravessar o Atlântico partindo de Bristol. Em 1553, Hugh Willoughby e Richard Chancellor partiram de Deptford à procura de uma "passagem nordeste" para a Índia. Willoughby morreu congelado na tentativa, mas Chancellor conseguiu chegar a Arcangel, e então, por via terrestre, chegou à corte de Ivan, o Terrível, em Moscou. Em seu retorno a Londres, Chancellor não tardou em empreender a Companhia de Moscóvia para estabelecer relações comerciais com a Rússia (seu nome completo era "The Mystery and Company of Merchant Adventurers for the Discovery of Regions, Dominions, Islands, and Places unknown" [O ofício e companhia de mercadores aventureiros para a descoberta de regiões, domínios, ilhas e lugares desconhecidos]). Projetos similares proliferaram com entusiástico apoio real, não só no Atlântico como também ao longo da rota das especiarias. Em meados do século XVII, o comércio da Inglaterra estava florescendo de Belfast a Boston, de Bengala às Bahamas.

O mundo estava sendo dilacerado em um frenesi de competição acirrada. Mas a questão permanece: por que os europeus parecem ter muito mais fervor comercial do que os chineses? Por que Vasco da Gama tinha tanta fome de dinheiro – fome suficiente a ponto de matar por causa disso?

Podemos encontrar a resposta observando os mapas da Europa medieval, que mostram literalmente centenas de Estados concorrentes, dos reinos da

costa ocidental às muitas cidades-estados situadas entre o Báltico e o Adriático, de Lübeck a Veneza. Havia aproximadamente mil cidades na Europa do século XIV; e ainda cerca de 500 unidades mais ou menos independentes 200 anos mais tarde. Por quê? A resposta mais simples é a geografia. A China tinha três grandes rios, o Amarelo, o Yangtze e o Pérola, todos fluindo de oeste para leste[27]. A Europa tinha muitos rios fluindo em várias direções e uma série de cadeias montanhosas como os Alpes e os Pirineus, sem falar das densas florestas e regiões pantanosas da Alemanha e da Polônia. Talvez a China simplesmente estivesse mais exposta às investidas dos mongóis; a Europa não podia ser facilmente invadida por um bando de homens a cavalo – e, portanto, tinha menos necessidade de se unir. Não temos como saber ao certo por que a ameaça da Ásia Central se retirou da Europa após Timur. Talvez as defesas russas tenham melhorado. Talvez os cavalos mongóis preferissem a grama das estepes.

É verdade que, conforme vimos, os conflitos podiam ser devastadores na Europa – basta pensar no caos gerado pela Guerra dos Trinta Anos na Alemanha, em meados do século XVII. Pobres daqueles que viviam na fronteira entre os mais de dez Estados europeus que estiveram em guerra durante, em média, mais de dois terços do tempo entre 1550 e 1650. Em todos os anos de 1500 a 1799, a Espanha esteve em guerra contra inimigos estrangeiros durante 81% do tempo; a Inglaterra, 53%; e a França, 52%. Mas essas lutas constantes tiveram três vantagens não intencionais. Primeiro, encorajaram a inovação em tecnologia militar. Em terra, as fortificações tinham de ser mais fortes à medida que os canhões se tornavam mais poderosos e fáceis de manobrar. O destino do castelo de Tannenberg, acima de Seeheim, no sul da Alemanha, serviu como um alerta: em 1399, esta se tornou a primeira fortificação europeia a ser destruída com explosivos.

No mar, enquanto isso, os navios continuavam pequenos por boas razões. Em comparação com a galera mediterrânea, cujo desenho pouco havia mudado desde os tempos romanos, a caravela portuguesa do fim do século XV, com suas velas redondas e seus dois mastros, encontrou um equilíbrio ideal entre velocidade e potência. Era muito mais fácil de manobrar e muito

mais difícil de acertar que um dos juncos gigantes de Zheng He. Em 1501, a técnica francesa de colocar filas de canhão em alas especiais em ambos os lados de um navio transformou os “homens de guerra” europeus em fortalezas flutuantes[28]. Se houvesse ocorrido um encontro naval entre Zheng He e Vasco da Gama, os portugueses possivelmente teriam afundado os cascos dos navios chineses, feitos de tábuas de madeira, assim como, no oceano Índico, deram cabo dos *dhows* árabes, menores, porém mais ágeis – ainda que em Tamao, em 1521, uma frota de Ming tenha de fato afundado uma caravela portuguesa.

A segunda vantagem da situação de guerra quase incessante da Europa é que os Estados rivais se tornavam cada vez melhores no que dizia respeito a levantar a verba necessária para financiar as campanhas. Medindo os impostos em gramas ou prata por cabeça, os governantes da Inglaterra e da França foram capazes de coletar muito mais que seus pares chineses durante todo o período de 1520 a 1630[29]. A começar pela Itália no século XIII, os europeus também passaram a experimentar métodos sem precedentes de empréstimo público, plantando as sementes dos atuais mercados de obrigações. A dívida pública era uma instituição totalmente desconhecida na China da dinastia Ming, e só foi introduzida no fim do século XIX, sob influência europeia.

Outra inovação fiscal que transformou o mundo foi a ideia holandesa de conceder direitos de monopólio comercial a empresas de capital aberto em troca de uma participação em seus lucros, e uma compreensão de que as empresas atuariam como fornecedoras de serviços navais contra as potências inimigas. A Companhia Holandesa das Índias Orientais, fundada em 1602, e sua imitação britânica epônima foram as primeiras verdadeiras corporações capitalistas, com seu patrimônio líquido dividido em ações negociáveis e pagando dividendos em moeda corrente a critério de seus diretores. Mas no Oriente não surgiu nada que lembrasse essas instituições incrivelmente dinâmicas. E, embora elas tenham aumentado a receita do reino, também diminuíram as prerrogativas reais ao criar, nos primórdios do Estado moderno, novos grupos de interesse que perdurariam até nossos dias: banqueiros, debenturistas e diretores de empresas.

Acima de tudo, décadas de conflito interno garantiram que nenhum monarca europeu jamais se tornasse forte o suficiente para ser capaz de proibir a exploração ultramarina. Mesmo quando os turcos avançaram rumo à Europa Oriental, tal como fizeram repetidas vezes nos séculos XVI e XVII, não houve nenhum imperador pan-europeu para ordenar que os portugueses suspendessem suas explorações marítimas e focassem no inimigo a leste[30]. Ao contrário, todos os monarcas europeus estimulavam o comércio, a conquista e a colonização como parte de sua competição uns com os outros.

A guerra religiosa foi a ruína da vida europeia por mais de um século depois que a reforma luterana varreu a Alemanha (ver Capítulo 2). Mas as batalhas sangrentas entre protestantes e católicos, bem como as perseguições periódicas e localizadas contra os judeus, também tiveram efeitos colaterais benéficos. Em 1492, os judeus foram expulsos de Castela e Aragão, sendo considerados hereges. Inicialmente, muitos deles procuraram refúgio no Império Otomano, mas uma comunidade judaica se estabeleceu em Veneza após 1509. Em 1566, com a revolta dos holandeses contra o governo espanhol e o estabelecimento das Províncias Unidas como uma república protestante, Amsterdã se tornou mais um porto de tolerância. Quando os huguenotes protestantes foram expulsos da França em 1685, eles conseguiram se restabelecer na Inglaterra, na Holanda e na Suíça[31]. E, é claro, o fervor religioso forneceu outro incentivo para a expansão ultramarina. O príncipe português Henrique, o Navegador, encorajou seus marinheiros a explorar a costa africana, em parte na esperança de que conseguissem encontrar o reino mítico perdido de Preste João, o santo cristão, e que este pudesse ajudar a Europa a enfrentar os turcos. Além de insistir na isenção das taxas alfandegárias indianas, Vasco da Gama teve a audácia de exigir que Calicute expulsasse todos os muçulmanos de seu reino, e travou uma campanha de pirataria contra navios muçulmanos com destino a Meca.

Em suma, a fragmentação política que caracterizou a Europa impossibilitou a criação de qualquer coisa que lembrasse remotamente o império chinês. Também incentivou os europeus a procurar oportunidades –

econômicas, geopolíticas e religiosas – em terras distantes. Você poderia dizer que se tratou de dividir e governar – exceto que, paradoxalmente, foi dividindo a si mesmos que os europeus conseguiram governar o mundo. Na Europa, o pequeno era belo porque significava competição – e competição não só entre Estados, mas também no interior destes.

Oficialmente, Henrique V era rei da Inglaterra, de Gales e até da França, a qual reivindicava. Mas, na prática, na Inglaterra rural, o verdadeiro poder estava nas mãos da grande nobreza, os descendentes dos homens que haviam imposto a Carta Magna sobre o rei João, bem como milhares de nobres proprietários de terras e inumeráveis corporações, eclesiásticas e laicas. A Igreja só ficou sob controle real depois do reinado de Henrique VIII. As cidades eram, com frequência, autogovernadas. E, o que é crucial, o mais importante centro comercial do país era quase completamente autônomo. A Europa não era só feita de Estados, como também de estratos: aristocratas, clérigos e citadinos.

As origens e a estrutura da City of London Corporation [Corporação da cidade de Londres] remontam ao século XII. Notadamente, em outras palavras, o *Lord Mayor*, os *sheriffs*, os *aldermen*, o *Common Council*, os *liverymen* e os *freemen*, todos estão lá há mais de 800 anos.[32] A Corporação de Londres é um dos mais antigos exemplos de instituição comercial autônoma – em alguns aspectos, a precursora das corporações que conhecemos hoje; em outros, a precursora da própria democracia.

Já nos anos 1130, Henrique I concedera aos cidadãos de Londres o direito de escolher seu próprio xerife e juiz e de administrar seus assuntos jurídicos e financeiros sem interferência da Coroa ou de outras autoridades[33]. Em 1191, enquanto Ricardo I empreendia uma cruzada na Terra Santa, o direito de eleger um prefeito também foi concedido, um direito confirmado pelo rei João em 1215[34]. Em consequência, a cidade nunca reverenciou a Coroa. Com o apoio dos homens livres de Londres, o prefeito Thomas fitz Thomas apoiou a revolta de Montfort contra Henrique III em 1263-65. Em 1319, foi a vez de Eduardo II de confrontar a cidade, quando os comerciantes de seda procuraram reduzir os privilégios dos mercadores estrangeiros. Quando a Coroa resistiu, a “plebe de Londres” apoiou Roger Mortimer na deposição

do rei. No reinado de Eduardo III, a maré se voltou contra a cidade; mercadores italianos e hanseáticos se estabeleceram em Londres e ofereceram à Coroa empréstimos em condições generosas, uma prática que continuou durante a minoridade de Ricardo II[35]. Mas os londrinos continuaram a desafiar a autoridade real, mostrando pouco entusiasmo pela causa da Coroa durante a Revolta dos Camponeses (1381) ou quando um grupo de nobres – os chamados *lords appelant* – desafiou Ricardo. Em 1392, o rei revogou os privilégios e liberdades de Londres, mas cinco anos depois uma generosa "doação" de 10 mil libras – negociada pelo prefeito Whittington – assegurou sua restauração. Os empréstimos e doações à Coroa se tornaram a chave da autonomia urbana. Quanto mais rica a cidade se tornava, maior sua capacidade de alavancagem financeira. Whittington emprestou a Henrique IV no mínimo 24 mil libras, e a seu filho Henrique V em torno de 7.500 libras[36].

Não só a cidade competia com a Coroa por poder. Havia competição até mesmo no interior de Londres. As origens de todas as corporações de ofício remontam ao período medieval: a dos tecelões, a 1130; a dos padeiros, a 1155; a dos vendedores de peixe, a 1272; a dos ourives, a dos alfaiates mercantes e a dos comerciantes de peles, a 1327; a dos comerciantes de seda, a 1364; a dos comerciantes de panos, a 1384; e a dos merceeiros, a 1428. Essas guildas exerciam considerável poder sobre seus setores específicos da economia, mas também tinham poder político. Eduardo III reconheceu isso quando declarou ser "um irmão" da Guilda dos Alfaiates – mais tarde, Alfaiates Mercantes. Em 1607 os Alfaiates Mercantes contavam, entre seus membros honorários passados e presentes, com sete reis e uma rainha, 17 príncipes e duques, nove condessas, duquesas e baronesas, mais de 200 condes, lordes e outros nobres e um arcebispo. As "12 grandes" corporações – em ordem de prioridade: comerciantes de seda, merceeiros, comerciantes de tecido, vendedores de peixe, ourives, comerciantes de peles, alfaiates mercantes, comerciantes de aviamentos, vendedores de sal, ferreiros, comerciantes de vinhos e tecelões – são um lembrete da influência que os artesãos e os mercadores de Londres um dia foram capazes de exercer, mesmo que seu papel hoje seja em grande

medida cerimonial. Em seu apogeu competitivo, eles eram tão propensos a disputar entre si quanto a jantar uns com os outros[37].

Entre outras coisas, essa competição em vários níveis, entre Estados e também no interior destes – e até mesmo no interior das cidades –, ajuda a explicar a rápida disseminação e os avanços tecnológicos do relógio mecânico na Europa. Já na década de 1330, Ricardo de Wallingford instalara um relógio mecânico incrivelmente sofisticado na parede do transepto sul da abadia de St. Albans, que mostrava o movimento da Lua, das marés e de certos corpos celestes. Com seus característicos sinos que soam de hora em hora – daí o nome: clock, *clokke*, *Glocke*, *cloche* (dos vocábulos célticos *clagan* e *clocca*, que significam "sino") –, o relógio mecânico e o relógio de corda que o substituiu no século XV não só eram mais precisos que os relógios d'água chineses, como também foram concebidos para ser disseminados, em vez de monopolizados pelos astrônomos do imperador. Assim, se a catedral de uma cidade instalava um novo mostrador em sua torre, a cidade rival mais próxima logo se sentia na obrigação de fazer a mesma coisa. Se os relojoeiros protestantes não eram bem-vindos na França após 1685, os suíços os acolheram alegremente. E, assim como com a tecnologia militar, a competição levou ao progresso, à medida que os artesãos tratavam de introduzir melhorias pequenas mas cumulativas à precisão e à elegância do produto. Na época em que o missionário jesuíta Matteo Ricci levou os relógios europeus à China, no fim do século XVI, estes eram tão superiores aos orientais que foram recebidos com espanto[38]. Em 1602, por solicitação do imperador Wanli, Ricci produziu em papel-arroz um belo mapa-múndi que retratava a China no centro da Terra. Ele devia saber, no entanto, que em matéria de tecnologia o país estava agora se deslocando para a periferia do globo.

Por possibilitar medições mais precisas e maior pontualidade nas ações coordenadas, o relógio mecânico e, mais tarde, o relógio de pulso avançaram de mãos dadas com a Europa e a propagação da civilização ocidental. A cada novo relógio, menos tempo restava à era da supremacia oriental.

Em comparação com a colcha de retalhos da Europa, a Ásia Oriental era – pelo menos em termos políticos – um vasto cobertor monocromático. Os principais concorrentes do Reino do Meio eram os saqueadores mongóis ao norte e os piratas japoneses a leste. Desde a época de Qin Shihuangdi – muitas vezes chamado de "primeiro imperador" da China (221-210 a.C.) –, a maior ameaça viera do norte, demandando o espetacular investimento em defesa imperial que conhecemos como a Grande Muralha. Nada remotamente parecido foi construído na Europa da época de Adriano à de Erich Honecker. Comparável em escala foi a rede de canais e trincheiras que irrigavam as terras aráveis da China, que, segundo o sinólogo marxista Karl Wittfogel, foi o produto mais importante de um despotismo oriental "hidráulico-burocrático".

A Cidade Proibida, em Pequim, é outro monumento a um poder chinês monolítico. Para ter uma ideia de seu tamanho imenso e seu espírito característico, os visitantes devem atravessar o Portão da Suprema Harmonia e ir até o salão homônimo, que contém o próprio Trono do Dragão, e então se dirigir ao Salão da Harmonia Central, a sala particular do imperador, e daí ao Salão da Harmonia Preservada, o lugar onde era feita a etapa final dos exames imperiais para selecionar servidores públicos (ver a seguir). A harmonia (和), parece estar claro, estava intimamente associada à ideia de uma autoridade imperial não dividida[39].

Assim como a Grande Muralha, a Cidade Proibida simplesmente não encontrava um equivalente no Ocidente seiscentista, menos ainda em Londres, onde o poder estava subdividido entre a Coroa, os Lordes Temporais e Espirituais e os Comuns, bem como a Corporação da Cidade de Londres e as corporações de ofício. Cada um destes tinha seus palácios e salões, mas todos muito pequenos para os padrões orientais. Da mesma maneira, enquanto os reinos europeus medievais eram governados por uma combinação de clérigos e donos de terra hereditários, selecionados (e, muitas vezes, impiedosamente descartados) com base no privilégio real, a China era governada de cima para baixo por uma burocracia confuciana, recrutada com base no sistema de exames que talvez seja o mais exigente de toda a história. Aqueles que aspiravam a uma carreira no serviço imperial

tinham de se submeter a três etapas de exaustivas provas realizadas em centros de exame construídos especialmente para essa finalidade, como aquele que ainda hoje pode ser visto em Nanquim: um enorme complexo murado contendo milhares de minúsculas celas um pouco maiores que o lavatório de um trem.

> Esses minúsculos compartimentos de tijolo [escreveu um viajante europeu] tinham cerca de 1,1 metro de profundidade, 1 metro de largura e 1,7 metro de altura. Tinham duas bases de pedra, uma servindo como mesa, a outra como assento. Durante os dois dias de duração do exame, soldados situados na torre de vigilância observavam os candidatos [...] O único movimento permitido era a entrada e saída de funcionários para repor comida e água, ou recolher dejetos humanos. Quando um candidato ficava cansado, ele podia fazer sua cama e descansar todo encolhido. Mas uma luz brilhante na cela vizinha provavelmente o levaria a se colocar de pé outra vez [...] Alguns candidatos ficavam completamente loucos sob a pressão[40].

Sem dúvida, após três dias e duas noites em uma caixa de sapato, eram os candidatos mais hábeis – e, certamente, mais motivados – que passavam no exame. Mas com essa forte ênfase nos Quatro Livros e Cinco Clássicos do Confucionismo, com seus desconcertantes 431.286 caracteres a serem memorizados, e o ensaio de oito partes, com estilo rígido, introduzidos em 1487, este era um exame que premiava a conformidade e a cautela[41]. Era extremamente competitivo, sem dúvida, mas não era do tipo de competição que promove a inovação, muito menos o apetite por mudança. A língua escrita que estava no cerne da civilização chinesa foi concebida para a produção de uma elite conservadora e a exclusão das massas. O contraste dificilmente poderia ser maior com os vernáculos concorrentes da Europa – italiano, francês, castelhano, além de português e inglês –, usados na literatura da elite, mas que, com uma educação relativamente simples e fácil de ser ampliada, estavam prontamente acessíveis a um público mais amplo[42].

Conforme o próprio Confúcio afirmou: “Um homem comum fica maravilhado com coisas incomuns. Um homem sábio fica maravilhado com o lugar-comum”. Mas havia coisas demais que eram lugar-comum no modo como a China Ming funcionava, e muito poucas novidades.

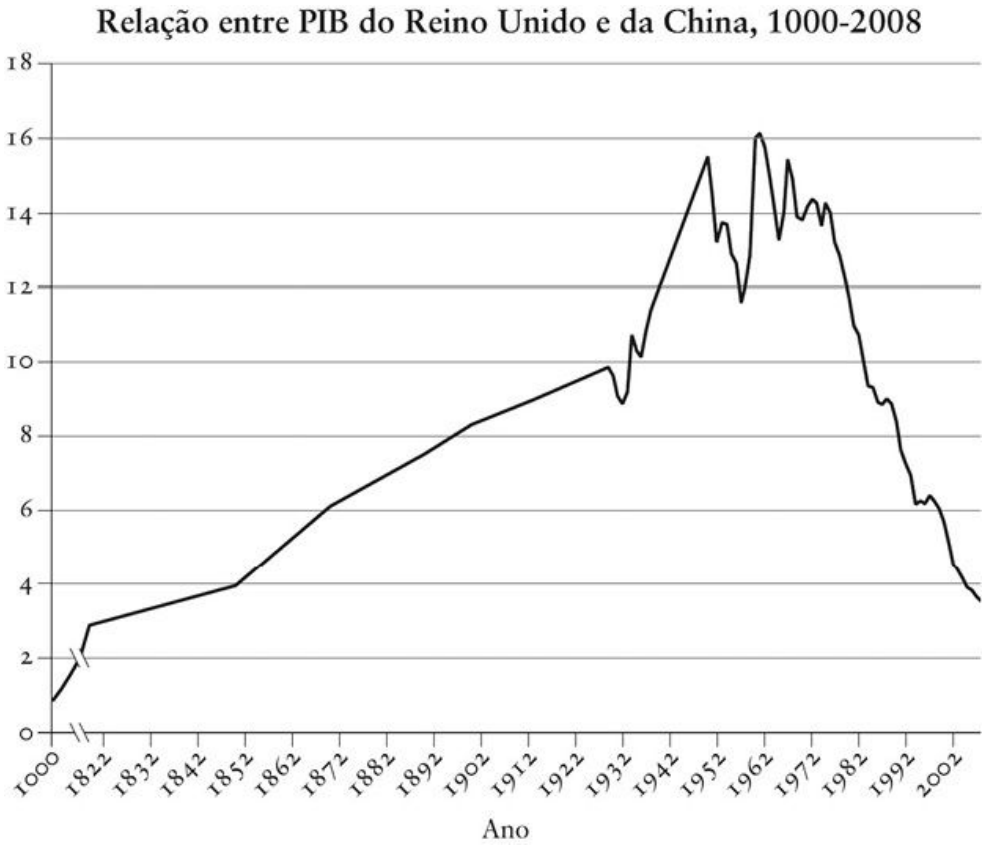
## *O reino medíocre*

As civilizações são coisas complexas. Durante séculos, elas podem florescer em um centro de poder e prosperidade. Mas então, muitas vezes de maneira um tanto abrupta, podem se transformar em caos.

A dinastia Ming na China nascera em 1368, quando o comandante militar Yuanzhang mudou seu nome para Hongwu, que significa “grande poder militar”. Durante a maior parte dos três séculos seguintes, conforme vimos, a China Ming foi a civilização mais sofisticada do mundo em praticamente todos os aspectos. Mas então, em meados do século XVII, o trem descarrilou. Isso não é exagerar sua estabilidade inicial. Afinal de contas, Yongle só sucedera Hongwu, seu pai, após um período de guerra civil e a deposição do sucessor legítimo, o filho de seu irmão mais velho. Mas a crise de meados do século XVII foi, sem dúvida, uma ruptura maior. O facciosismo político foi exacerbado por uma crise fiscal à medida que o poder de compra da prata, cada vez menor, foi minando o valor real das receitas provenientes dos impostos[43]. O clima rigoroso, a fome e as epidemias abriram caminho para rebeliões no interior do império e para incursões de fora[44]. Em 1644, a própria Pequim foi dominada pelo líder rebelde Li Zicheng. O último imperador Ming se enforcou por vergonha. Essa drástica transição do equilíbrio confuciano à anarquia levou pouco mais de uma década.

As consequências do colapso da dinastia Ming foram devastadoras. Entre 1580 e 1650, os conflitos e as epidemias reduziram de 35% a 40% a população chinesa. O que havia dado errado? A resposta é que a reclusão foi fatal, sobretudo para uma sociedade complexa e densamente povoada como a chinesa. O sistema Ming havia criado um grande equilíbrio – impressionante para fora, mas frágil para dentro. O campo era capaz de sustentar um número enorme de pessoas, mas só à base de uma ordem social estática, que literalmente parou de inovar. Foi uma espécie de armadilha. E, quando o menor detalhe deu errado, a armadilha foi acionada. Não havia recursos externos com os quais contar. É verdade que um número considerável de estudiosos procurou representar a China da dinastia Ming

como uma sociedade próspera, com comércio interno significativo e um mercado vibrante para bens de luxo[45]. As mais recentes pesquisas chinesas, no entanto, mostram que a renda *per capita* estagnou na era Ming e que o estoque de capital de fato encolheu[46].




Por outro lado, como a população da Inglaterra cresceu rapidamente no fim do século XVII, a expansão ultramarina foi fundamental para que o país não caísse na armadilha identificada por Thomas Malthus. O comércio transatlântico trouxe um influxo de novos nutrientes, como batata e açúcar – um acre de cana-de-açúcar produzia a mesma quantidade de energia que 12 acres de trigo[47] –, além de muito bacalhau e arenque. A colonização permitiu a emigração da população excedente. Com o tempo, o efeito foi um aumento de produtividade, renda, nutrição e até mesmo estatura média.

Consideremos o destino de outro povo insular, situado, assim como os ingleses, em um arquipélago da costa eurasiática. Enquanto os ingleses se

voltaram agressivamente para fora, assentando as bases daquela que pode ser apropriadamente chamada de “anglobalização”, os japoneses tomaram o caminho oposto, com a política de reclusão estrita (*sakoku*) do xogunato de Tokugawa após 1640. Todas as formas de contato com o mundo externo foram proibidas. Em consequência, o Japão perdeu todos os benefícios associados a um rápido aumento de migração e comércio global. Os resultados foram alarmantes. No fim do século XVIII, mais de 28% da dieta dos trabalhadores rurais ingleses consistia de produtos de origem animal; seus congêneres japoneses viviam de uma dieta monótona, 95% composta de cereais, principalmente arroz. Essa divergência nutricional explica a diferença marcante em estatura que se fez notar após 1600. A altura média dos condenados ingleses no século XVIII era de 1,69 metro. A altura média dos soldados japoneses no mesmo período era de apenas 1,58 metro[48]. Quando o Oriente encontrou o Ocidente naquela época, eles já não conseguiam se olhar diretamente nos olhos.

Em outras palavras, muito antes da Revolução Industrial, a pequena Inglaterra estava saindo à frente das grandes civilizações do Oriente devido às vantagens materiais do comércio e da colonização. O caminho escolhido pelos chineses e pelos japoneses – ignorar o comércio exterior e intensificar o cultivo de arroz – significou que, com o crescimento populacional, as rendas caíram, e também a nutrição, a estatura e a produtividade. Quando a safra era escassa ou seu plantio era interrompido, os resultados eram catastróficos. Os ingleses tiveram mais sorte também com relação às drogas: há muito habituados ao álcool, foram despertados de sua embriaguez no século XVII pelo tabaco norte-americano, pelo café árabe e pelo chá chinês. Eles tiveram o estímulo das *coffee houses*, que funcionavam em parte como cafeterias, em parte como bolsa de valores e em parte como sala de bate-papo[49]; os chineses acabaram na letargia dos antros do ópio, e seus cachimbos eram abastecidos por ninguém menos que a Companhia Britânica das Índias Orientais[50].

Nem todos os analistas europeus reconheceram, conforme fez Adam Smith, a estagnação da China. Em 1697, o filósofo e matemático alemão Gottfried Leibniz anunciou: “Publicarei uma nota em minha porta: Agência de

Informação para o Conhecimento Chinês". Em seu livro *As últimas notícias sobre a China*, ele propôs que "missionários chineses fossem enviados até nós para nos ensinar os objetivos e as práticas da teologia natural, assim como nós enviamos missionários para instruí-los na religião revelada". "Não precisamos estar obcecados pelos méritos dos chineses", declarou o filósofo francês Voltaire em 1764, "para reconhecer [...] que seu império é, de fato, o melhor que o mundo já viu." Dois anos mais tarde, o fisiocrata François Quesnay publicou *O despotismo da China*, que elogiava a primazia da agricultura na política econômica chinesa.

Mas aqueles do outro lado do Canal que se interessavam mais pelo comércio e pela indústria – e que também estavam menos inclinados a idealizar a China como uma forma de criticar indiretamente seu próprio governo – perceberam a realidade da estagnação chinesa. Em 1793, o primeiro conde Macartney liderou uma expedição ao imperador Qianlong, em um esforço vão de persuadir os chineses a reabrirem seu império ao comércio. Embora Macartney tenha explicitamente se recusado a se ajoelhar diante do imperador, ele levou consigo vários presentes: um planetário feito por alemães, "possivelmente a maior e mais perfeita lente de vidro já fabricada", além de telescópios, teodolitos, bombas de ar, máquinas elétricas e "um grande aparato para ajudar a explicar e ilustrar os princípios da ciência". Mas o velho imperador (então com mais de 80 anos) e seus subordinados não ficaram impressionados com essas maravilhas da civilização ocidental:

> descobriu-se que o gosto [pelas ciências], se é que existiu, desapareceu por completo [...] [Todos] foram [...] perdidos e jogados fora pelos chineses ignorantes [...] que, segundo consta, logo após a morte do embaixador [sic] os amontoaram nas salas de madeira de Yuen-min-yuen [o Velho Palácio de Inverno]. Não tiveram mais sucesso as várias demonstrações de arte e elegância dos exemplos selecionados das manufaturas britânicas. A impressão que a contemplação de tais artigos pareceu causar ao espírito dos cortesãos foi de pura inveja [...] Tal conduta provavelmente pode ser atribuída a um tipo de política estatal, que desencoraja a introdução de novidades [...]

Posteriormente, o imperador dirigiu uma declaração desdenhosa ao rei George III: "não carecemos de nada", afirmou. "Nós nunca demos muita

importância a objetos estranhos ou engenhosos, tampouco precisamos dos produtos manufaturados de seu país."[51]

A abertura infrutífera de Macartney para com a China foi um emblema perfeito da transferência do poder global do Oriente ao Ocidente que vinha ocorrendo desde 1500. O Reino do Meio, um dia o berço das invenções, era agora o reino medíocre, deliberadamente hostil em relação às inovações dos outros povos. Aquela engenhosa criação chinesa, o relógio, havia voltado para casa, mas em sua forma europeia, modificada e melhorada, com mecanismos ainda mais precisos compostos de molas e dentes de engrenagem. Hoje, na Cidade Proibida, há uma sala inteira dedicada a uma vasta coleção imperial de máquinas para marcar o tempo. Ao contrário do imperador Qianlong, seus predecessores colecionaram relógios de maneira obsessiva. Quase todos foram feitos na Europa, ou por artesãos europeus vivendo na China.

A supremacia do Ocidente foi confirmada em junho de 1842, quando as canhoneiras da Marinha Real Britânica subiram o Yangtze até o Grande Canal, para retaliar a destruição dos estoques de ópio provocada por um oficial chinês. A China teve de pagar uma indenização de 21 milhões de dólares em prata, abrir cinco portos ao comércio britânico e ceder a ilha de Hong Kong. Foi irônico, mas apropriado, que este primeiro dos chamados "Tratados Desiguais" tenha sido assinado em Nanquim, no templo Jinghai – originalmente construído em homenagem ao almirante Zheng He e a Tianfei, a Deusa do Mar, que protegera o almirante e sua frota durante mais de quatro séculos.

Atualmente, na China, estão construindo navios outra vez – grandes navios capazes de circunavegar o globo, deixando contêineres cheios de produtos manufaturados chineses e levando de volta as matérias-primas necessárias para alimentar a economia industrial do país, que cresce de maneira insaciável. Quando visitei o maior estaleiro de Xangai em junho de 2010, fiquei chocado com o tamanho dos navios em construção. A cena fez as docas de Glasgow de minha infância parecerem insignificantes. Nas fábricas de Wenzhou, os trabalhadores produzem ternos às centenas de milhares e canetas de plástico aos milhões. E as águas do Yangtze são

constantemente agitadas por incontáveis barcas com grandes pilhas de carvão, cimento e minério de ferro. A competição, as empresas, os mercados, o comércio – estas são as coisas para as quais a China um dia deu as costas. Já não mais. Hoje, o almirante Zheng He, a personificação do expansionismo chinês e por tanto tempo esquecido, é um herói na China. Nas palavras do maior reformador econômico da era pós-Mao, Deng Xiaoping:

> Hoje, nenhum país que deseje ser desenvolvido pode fechar suas portas. Nós já vivenciamos essa experiência amarga e nossos ancestrais também. No início da dinastia Ming, no reino de Yongle, quando Zheng He velejou pelo oceano ocidental, nosso país era aberto. Depois que Yongle morreu, a dinastia entrou em declínio. A China foi invadida. Desde meados da dinastia Ming até as guerras do ópio, durante 300 anos de isolamento, a China empobreceu, e se tornou atrasada e atolada na escuridão e na ignorância. Não abrir as portas não é uma opção.

É uma leitura plausível da história (e notadamente similar à de Adam Smith).

Há 30 anos, se você tivesse previsto que em meio século a economia da China seria uma das maiores do mundo, teria sido considerado um lunático. Mas, se em 1420 você tivesse previsto que a Europa Ocidental um dia estaria produzindo mais que a Ásia inteira, e que em 500 anos a renda *per capita* média dos britânicos seria nove vezes a dos chineses, não seria considerado mais realista. Tal foi o efeito dinâmico da competição na Europa Ocidental – e o efeito retardador do monopólio político na Ásia Oriental.

---

Smith, *Wealth of Nations*, Livro I, caps. 8, 11, Livro IV, cap. 9.

Montesquieu, *The Spirit of the Laws*, Livro VIII, cap. 21. Ver também Livro VII, cap. 7, Livro XIX, caps. 17-20.

Ver Bishop, *China's Imperial Way*.

Tsai, *Perpetual Happiness*, p. 123.

Brook, *The Confusions of Pleasure*.

Pinker, *The Better Angels of our Nature*.

Castor, *Blood and Roses*.

Fogel, *The Escape from Hunger and Premature Death*, tabelas 1.2, 1.4.

Clark, *A Farewell to Alms*.

) Dardess, “A Ming Landscape”, p. 323 ss.

l Needham (Org.), *Science and Civilization in China*, vol. V, p. 52, 313.

2 Ibid., vol. VI, p. 558, 571, 581. Cf. Hobson, *The Eastern Origins of Western Civilisation*, p. 201.

3 Mokyr, *Lever of Riches*, p. 209 ss.

4 Needham (Org.), *Science and Civilization in China*, vol. IV, p. 184.

5 Ibid., vol. V, p. 61, 157, 354, 421. Cf. Hobson, *The Eastern Origins of Western Civilisation*, p. 207-12.

6 Houve uma sétima viagem em 1430-33. Gavin Menzies afirmou que navios chineses circundaram o Cabo da Boa Esperança, subiram pela costa oeste da África até as ilhas de Cabo Verde, atravessaram o Atlântico e então prosseguiram até a Terra do Fogo e a costa da Austrália; e que um dos almirantes de Zheng He pode ter chegado à Groelândia, voltando à China pela costa norte da Sibéria e pelo Estreito de Bering. Os indícios para tais afirmações são, quando muito, circunstanciais, se não inexistentes.

7 Levathes, *When China Ruled the Seas*.

8 Ray, “An Analysis of the Chinese Maritime Voyages”, p. 82.

9 Ibid., p. 82-4.

) Duyvendak, “The True Dates of the Chinese Maritime Expeditions”.

l Cotterell, *The Imperial Capitals of China*, p. 222. Ver também Fernández-Armesto, *Millennium*, cap. 4; *Pathfinders*, cap. 4.

2 Landes, *The Wealth and Poverty of Nations*, p. 95 ss.

3 Keay, *China: A History*, p. 385.

4 De acordo com Nicholas D. Kristof, “1492: The Prequel”, *New York Times*, 6 de junho de 1999.

5 Finlay, “Portuguese and Chinese Maritime Imperialism”, p. 240 ss.

6 Flynn e Giraldez, “Born with a ‘Silver Spoon’”, p. 204.

7 Chirot, “The Rise of the West”, p. 181 ss.

8 Cipolla, *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion*, p. 77-82.

9 Hoffman, “Why Was It that Europeans Conquered the World?” Sobre as deficiências do sistema de impostos da dinastia Ming, ver Huang, *1587*, p. 64.

) Jones, *The European Miracle*, p. 67.

l Ibid., p. 120.

2 Atualmente, a City of London Corporation é o órgão responsável pela City, o distrito financeiro de Londres (também chamado Square Mile). O Common Council é o Conselho Municipal, formado por conselheiros municipais e *aldermen* (cada distrito da City elege um *alderman* para um mandato de

seis anos). Os *liverymen* são membros seniores das 108 tradicionais corporações de ofício, e são responsáveis por eleger anualmente o *lord mayor* (o prefeito da City – mas não da Grande Londres) e também os dois *sheriffs*, cuja função hoje é simbólica. Um *freeman* (“homem livre”), na Idade Média, era todo indivíduo que não pertencia a um senhor feudal, mas que gozava do privilégio de ganhar dinheiro e ser proprietário de terras. Atualmente, é quem recebe o título de “cidadão honorário”, concedido pela City of London Freemen’s School. Tanto os conselheiros municipais quanto os *aldermen* devem ser *freemen* para ter o direito de ser membros do Common Council. (N. T.) Fonte: http://www.cityoflondon.gov.uk/Corporation/LGNL_Services/Council_and_democracy/Councillors_democracy_and_elections/glossary.htm

3 Birch, *The Historical Charters and Constitutional Documents of the City of London*, p. 3 ss.

4 Ibid., p. 19 ss.

5 Ibid., p. 61 ss.

6 Detalhes de Inwood, *A History of London*.

7 Burrage e Corry, “At Sixes and Sevens”.

8 Landes, *Revolution in Time*, p. 34-42.

9 Barmé, *The Forbidden City*.

0 Cotterell, *The Imperial Capitals of China*, p. 222.

1 Cotterell, *China: A History*, p. 178.

2 Catto, “Written English”.

3 Flynn e Giraldez, “Arbitrage, China, and World Trade in the Early Modern Period”.

4 Ebrey, *The Cambridge Illustrated History of China*, esp. p. 215.

5 Para um bom resumo, ver Goody, *Capitalism and Modernity*, p. 103-17.

6 Guan e Li, “The GDP and Economic Structure of the Ming Dinasty”.

7 Ver Mintz, *Sweetness and Power*, p. 191; Higman, “The Sugar Revolution”.

8 Clark, *Farewell to Alms*, p. 57.

9 Pelzer and Pelzer, “The Coffee Houses of Augustan London”.

0 Para uma abordagem revisionista, que subestima os danos sociais causados pelas exportações do ópio por parte da British India, ver Newman, “Opium Smoking in Late Imperial China”.

1 Barrow, Some account of the Public *Life of the Earl of Macartney*, vol. I, p. 348 ss.

OceanofPDF.com

# 2
# Ciência

> Fingi ter um grande interesse pela ciência; e, por fingir, logo me tornei verdadeiramente interessado. Deixei de ser um homem de negócios [...] Decidi abandonar minha terra natal, e minha saída da corte forneceu uma desculpa plausível. Atendi o rei; enfatizei o grande desejo que eu tinha de me familiarizar com as ciências do Ocidente, e insinuei que minhas viagens poderiam até mesmo lhe ser úteis.
> MONTESQUIEU

> Seria útil explicar de que modo a região arenosa de Brandemburgo veio a exercer tanto poder que os esforços dirigidos contra ela foram maiores que todos os esforços já reunidos contra Luís XIV.
> VOLTAIRE

## *O cerco*

Desde que o Islã se expandiu para além dos desertos árabes no século VII, houve repetidos choques entre o Ocidente e o Oriente. Os seguidores de Maomé travaram guerras santas contra os seguidores de Jesus Cristo, e os cristãos retribuíram a cortesia com cruzadas à Terra Sagrada – nove ao todo entre 1095 e 1272 – e com a reconquista da Espanha e de Portugal. Durante a maior parte dos últimos 300 anos, apesar de um ou outro contratempo ocasional, o Ocidente venceu sistematicamente o choque de civilizações. Um dos principais motivos foi a superioridade da ciência ocidental. Essa vantagem, no entanto, nem sempre existiu[1].

Não foi só o fervor religioso que permitiu que os sucessores do profeta Maomé estabelecessem um califado que, em meados do século VIII,

estendia-se da Espanha ao Afeganistão, passando pela África do Norte, pelas terras árabes centrais e daí seguindo para o norte, atravessando a Síria e o Cáucaso, e então para a Pérsia, a leste – todo o percurso de Toledo a Cabul. O califado dos abássidas esteve na vanguarda da ciência. Na Bayt al-Hikma (Casa da Sabedoria), fundada pelo califa Harun al-Rashid na Bagdá do século IX, textos gregos de Aristóteles e outros autores foram traduzidos para o árabe. O califado também construiu aqueles que alguns consideram os primeiros hospitais de verdade, como o *bimaristan* fundado em Damasco pelo califa al-Waleed bin Abdel Malek em 707, concebido para curar em vez de simplesmente abrigar os doentes. Também foi o lar daquela que, para alguns, foi a primeira instituição de ensino superior, a Universidade Al-Karaouine, fundada em Fez, em 859. Apoiando-se no conhecimento dos gregos e sobretudo no dos indianos, os matemáticos muçulmanos instituíram a álgebra (do árabe *al-jabr*, que significa "restauração") como uma disciplina distinta da aritmética e da geometria. O primeiro livro didático de álgebra foi o *Compêndio de cálculo para a restauração e a comparação* (Hisab al-Jabr W'al-Musqabalah), escrito em árabe pelo estudioso persa Muhammad ibn Mūsā al-Khwārizmī por volta de 820. O primeiro cientista verdadeiramente experimental foi um muçulmano: Abū 'Alī al-.Hasan ibn al-.Hasan ibn al-Haytham (965-c. 1039), cujo *Livro de Óptica*, em sete volumes, derrubou uma série de conceitos antigos equivocados, notadamente a ideia de que somos capazes de ver objetos porque nossos olhos emitem luz. Foi Ibn al-Haytham quem estudou pela primeira vez por que um projétil tem mais probabilidade de penetrar uma parede quando a atinge em um ângulo reto. Também foi ele quem construiu a primeira câmara escura – a câmara *pinhole*, usada ainda hoje para apresentar a óptica aos estudantes – e o primeiro a perceber que as estrelas não eram corpos sólidos. Seus estudos foram continuados pelo persa Kamal al-Din al-Farisi, de fins do século XIII, que estudou os arco-íris[2]. O Ocidente deve muito ao mundo muçulmano medieval, não só porque este preservou a sabedoria clássica, mas também porque produziu novos conhecimentos em cartografia, medicina e filosofia, bem como em

matemática e óptica. O pensador inglês Roger Bacon reconheceu: “A filosofia veio dos muçulmanos”[3].

Sendo assim, como pode ser que o mundo muçulmano tenha ficado atrás do Ocidente no âmbito da ciência? E como, exatamente, uma revolução científica ajudou a civilização ocidental a dominar o mundo, tanto em termos militares quanto acadêmicos? Para responder a essas perguntas, devemos recuar mais de três séculos, ao último momento em que o império islâmico ameaçou seriamente a segurança do Ocidente.

O ano era 1683, e mais uma vez – assim como havia ocorrido em 1529 – um exército otomano estava nos portões de Viena. Seu líder era Kara Mustafá Köprülü, grão-vizir do sultão Mehmed IV.

Uma dinastia anatoliana estabelecida nas ruínas do Império Bizantino, os otomanos foram os porta-estandartes do Islã desde que conquistaram Constantinopla em 1453. Seu império não se estendeu para o leste como o califado dos abássidas,[4] mas conseguiu propagar o Islã em território até então cristão – não só nos antigos reinos bizantinos de ambos os lados dos estreitos do mar Negro, mas também na Bulgária, na Sérvia e na Hungria. Belgrado foi conquistada pelos otomanos em 1521, e Buda, em 1541. O poder naval otomano também tomou Rodes (1522). Viena poderia ter sobrevivido, como fez Malta. Mas, tendo o domínio otomano se estendido de Bagdá a Basra; de Van, no Cáucaso, a Áden, na foz do mar Vermelho; e ao longo da costa bárbara, de Argel a Trípoli, Solimão, o Magnífico (1520-66), pôde legitimamente afirmar: “Sou o sultão dos sultões, o soberano dos soberanos, o distribuidor de coroas aos monarcas do globo, a sombra de Deus na Terra [...]”.[5] A mesquita em Istambul que leva seu nome é um testemunho permanente de sua afirmação de grandeza. Menos conhecido é o fato de que Solimão também construiu uma escola médica (a Dâruttib ou Süleymaniye Tıp Medresesi)[6]. Legislador e poeta talentoso, Solimão reuniu poder religioso, político e econômico (sendo responsável, inclusive, pela estipulação de preços). A seus olhos, o poderoso sacro imperador romano Carlos V era meramente “o rei de Viena”[7], e os mercadores aventureiros de Portugal não passavam de piratas. Com Solimão no trono, estava longe de

ser inconcebível que os otomanos se ergueriam contra os portugueses no oceano Índico e os derrotariam[8].

Para o enviado Ogier Ghiselin de Busbecq, do século XVI, o contraste entre o Império dos Habsburgo e o Otomano era extremamente alarmante:

> Pensar em qual seria o resultado de uma luta entre sistemas tão diferentes me faz estremecer; um de nós deve prevalecer, e o outro deve ser destruído; não há maneira de ambos existirem em segurança. Do lado deles, está a vasta riqueza de seu império, recursos irrestritos, experiência e prática em armadas, uma tropa experiente, uma série ininterrupta de vitórias, prontidão para enfrentar adversidades, união, ordem, disciplina, parcimônia e cautela. Do nosso lado, encontramos um erário vazio, hábitos luxuriosos, recursos esgotados, espíritos dilacerados, uma tropa despreparada e insubordinada, e disputas mesquinhas; não há consideração pela disciplina, a permissividade corre solta, os homens se entregam à embriaguez e à libertinagem e – o que é pior – os inimigos estão acostumados à vitória, e nós, à derrota. Podemos ter dúvidas quanto ao resultado[9]?

O século XVII presenciou mais conquistas otomanas: Creta foi tomada em 1669. O domínio do sultão se estendia até mesmo à Ucrânia Ocidental. O poder naval dos otomanos também era incrível[10]. Os acontecimentos de 1683, portanto, eram há muito temidos no Ocidente. Foi em vão que o sacro imperador romano Leopoldo I[11] aderiu à paz que havia sido assinada em Vasvár em 1664[12]. E foi em vão que ele disse a si mesmo que Luís XIV era a ameaça mais grave.

No verão de 1682, o sultão fez sua primeira ofensiva, reconhecendo o rebelde magiar Imre Thököly como rei da Hungria em troca de seu reconhecimento da suserania (soberania) otomana. No decurso do inverno seguinte, um imenso exército foi reunido em Adrianopla e então enviado a Belgrado. Em junho de 1683, os turcos haviam entrado em território habsburgo. Antes de julho eles já haviam tomado Győr. Em Viena, enquanto isso, Leopoldo hesitava. As defesas da cidade eram deploravelmente inadequadas, e a Guarda da Cidade fora dizimada por um surto recente de peste. As forças ineptas dos Habsburgo sob Carlos de Lorena pareciam incapazes de frear o avanço otomano. Falsas esperanças foram trazidas pelo enviado de Leopoldo a Istambul, que lhe garantiu que a força militar turca era “medíocre”[13].

Em 13 de julho de 1683, essa força militar supostamente medíocre – um exército otomano de 60 mil janízaros e cavaleiros *sipahi*, apoiado por 80 mil auxiliares balcânicos e um exército de tártaros temerosos – chegou aos portões de Viena. No comando geral estava o grão-vizir Kara Mustafá Köprülü, cujo apelido, Kara – "o negro" –, se referia tanto a seu caráter quanto a sua compleição. Este era um homem que, após capturar uma cidade polonesa em 1674, esfolara vivos os prisioneiros. Tendo montado seu acampamento a 450 passos dos muros da cidade, Kara Mustafá ofereceu aos defensores uma alternativa:

> Aceitem o Islã, e vivam em paz sob o sultão! Ou entreguem a fortaleza, e vivam em paz sob o sultão como cristãos; e, se algum homem preferir, poderá partir em paz, levando consigo seus bens! Mas se insistirem [em resistir], então a morte ou a espoliação ou a escravidão será o destino de todos vocês![14]

Enquanto os conquistadores muçulmanos de Bizâncio confrontavam os herdeiros cristãos de Roma, os sinos soaram em toda a Europa Central, convocando os fiéis a rezar pela intercessão divina. O *graffiti* nas paredes da catedral de Santo Estêvão dá uma ideia do clima em Viena: "Fora Maomé, seu canalha!". A resistência de Leopoldo, no entanto, não foi além disso. Embora a ideia de fuga ferisse seu "senso de dignidade", ele foi persuadido a escapar para garantir sua segurança.

O acampamento otomano era, por si só, uma afirmação de autoconfiança. Kara Mustafá tinha um jardim plantado em frente de sua própria tenda palaciana[15]. A mensagem era clara: se necessário, os turcos tinham tempo para fazer que os vienenses passassem fome até que se rendessem. Músicas estranhas e ameaçadoras vinham do acampamento e atravessavam os muros da cidade quando os otomanos batucavam seus imensos tambores *kös*. O ruído também servia para encobrir o barulho das pás enquanto os turcos cavavam túneis e construíam trincheiras. A detonação de uma imensa bomba no dia 25 de julho conseguiu derrubar as fortificações da cidade, sua primeira linha de defesa. Outra grande explosão abriu caminho para o entrincheiramento dos austríacos no revelim, uma fortificação exterior

triangular separada. No dia 4 de setembro, os turcos quase subjugaram os defensores do forte central.

Mas então, fatalmente, Kara Mustafá hesitou. O outono havia chegado. Suas linhas de comunicação em território otomano eram demasiado longas. Seus homens, agora, careciam de suprimentos. E ele não tinha certeza de qual deveria ser a próxima ação caso conseguisse capturar Viena. A hesitação turca deu a Leopoldo tempo vital para reunir um exército em seu auxílio. Antes da invasão otomana, ele havia assinado um tratado de defesa mútua com o reino da Polônia; assim, foi o recém-entronado rei polonês Jan III Sobieski quem liderou o exército polono-alemão, de 60 mil homens, até Viena. Sobieski já havia passado da juventude, mas almejava a glória. Era, de fato, uma força heterogênea a que ele liderava: poloneses, bávaros, francônios e saxões, além de tropas habsburgas. E fez pouco progresso em direção a Viena, sobretudo porque seu líder tinha noções um tanto duvidosas de geografia austríaca. Mas, por fim, nas primeiras horas de 12 de setembro de 1683, o contra-ataque começou com um tiro de foguete. As forças otomanas estavam divididas, algumas ainda tentando freneticamente entrar na cidade, outras lutando contra a infantaria polonesa que avançava, em uma ação de retaguarda. Kara Mustafá pouco havia feito para defender as rotas de acesso. Às 5h da tarde, Sobieski lançou sua cavalaria em um rápido ataque massivo partindo de Kahlenberg, a colina que paira sobre Viena, rumo ao acampamento otomano. Conforme conta uma testemunha turca, os corsários poloneses pareciam “uma enchente de piche negro descendo da montanha, consumindo tudo que tocava”. A fase final da batalha foi cruel, mas decidida rapidamente. Sobieski entrou na tenda de Kara Mustafá e a encontrou vazia. O cerco de Viena havia terminado.

Saudado pelos vienenses como seu salvador, Sobieski estava exultante, e modificou as famosas palavras de César para: “Nós viemos, nós vimos, Deus conquistou”. Canhões otomanos capturados foram derretidos para que fosse feito um novo sino para a catedral de Santo Estêvão, decorada com seis cabeças turcas incrustadas. No refúgio, Kara Mustafá pagou o preço final por seu fracasso. Em Esztergom, os turcos sofreram uma derrota tão

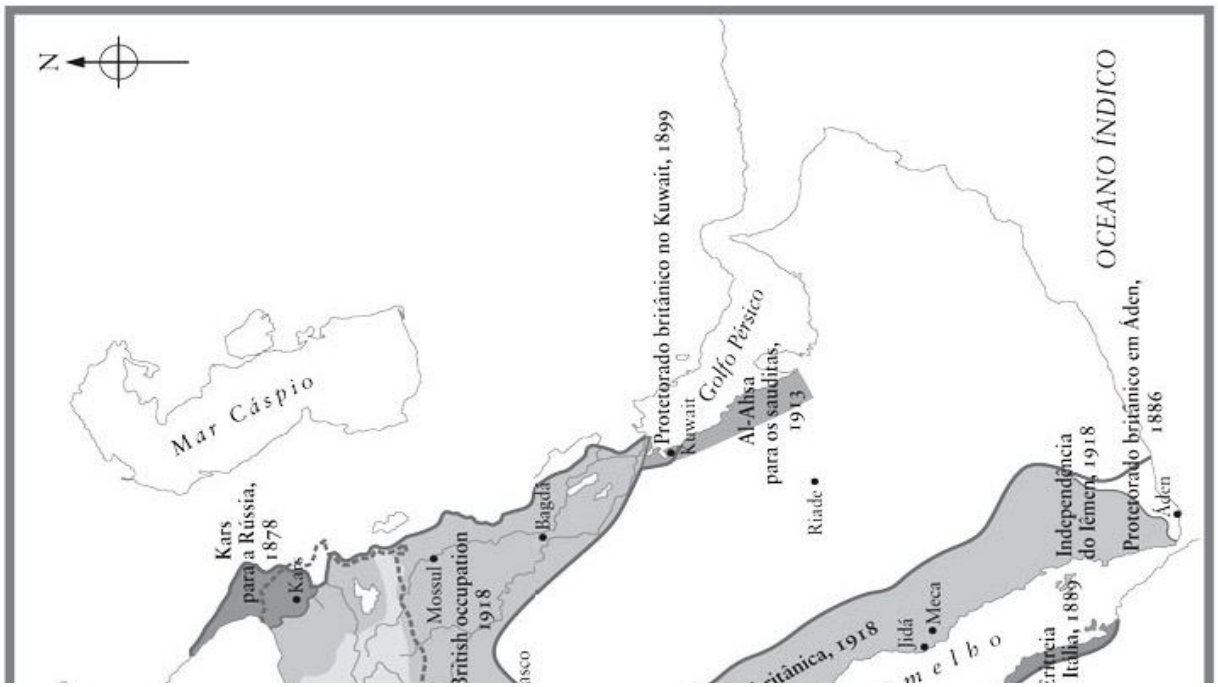
grave que o sultão ordenou sua execução imediata. Ele foi estrangulado à moda otomana tradicional, com um cordão de seda.

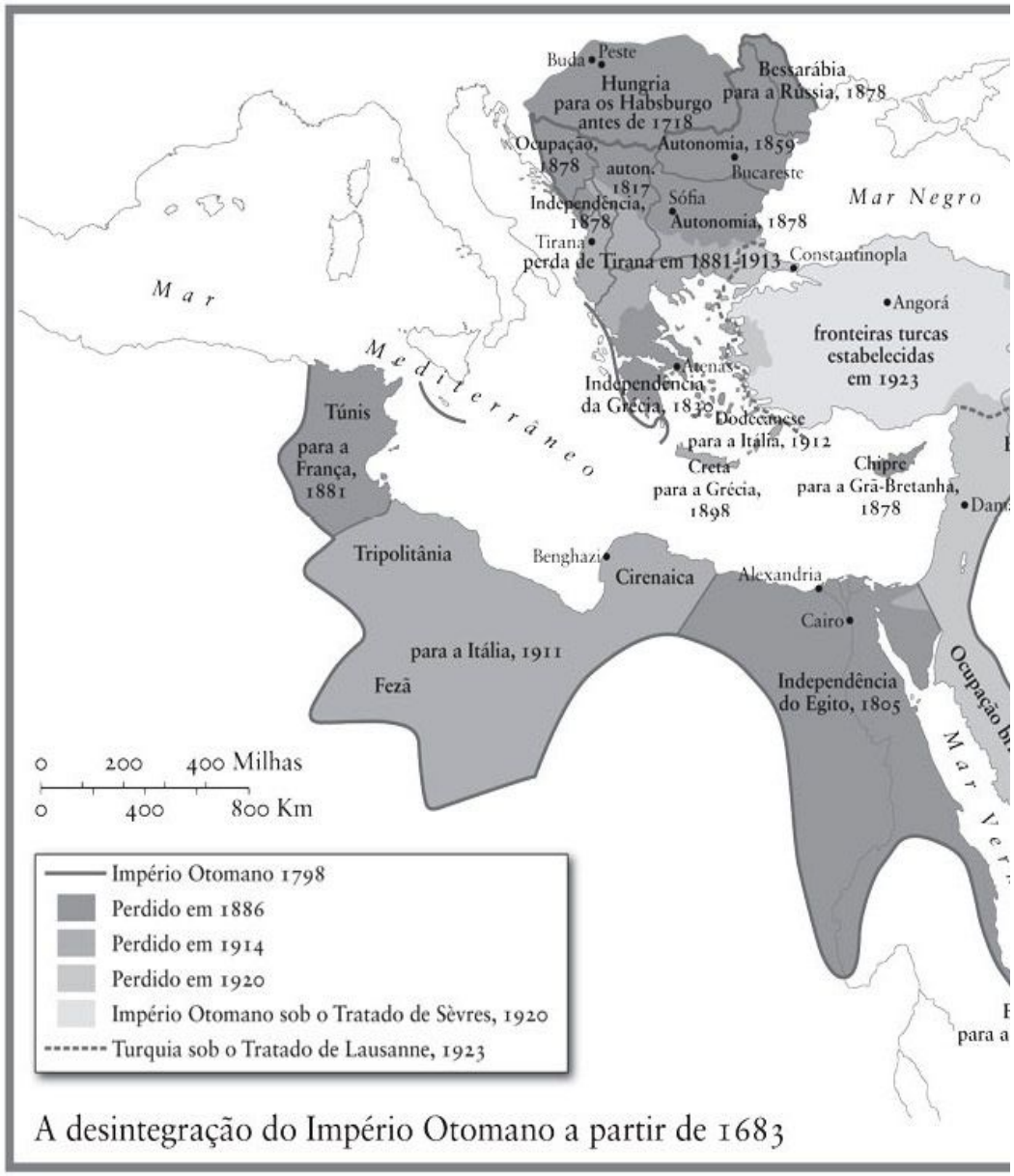
Uma série de lendas surgiu em consequência da libertação de Viena: que as luas crescentes nas bandeiras turcas inspiraram o *croissant*,[16] que se usou café otomano abandonado para fundar o primeiro café vienense e preparar o primeiro cappuccino, e que os instrumentos de percussão capturados (címbalos, triângulos e tambores) foram adotados pelas bandas militares austríacas. A verdadeira importância histórica do acontecimento foi muito maior. Para o Império Otomano, este segundo fracasso em tomar Viena marcou o início do fim: um momento em que o império havia se expandido demasiadamente, com consequências desastrosas a longo prazo. Batalha após batalha, culminando na vitória esmagadora do príncipe Eugênio de Savoia em Zenta em 1697, os otomanos foram expulsos de praticamente todas as terras europeias conquistadas por Solimão, o Magnífico. O Tratado de Karlowitz, sob o qual o sultão renunciou a todas as reivindicações à Hungria e à Transilvânia, foi uma humilhação[17].

O levantamento do cerco de Viena não foi apenas uma reviravolta nessa batalha secular entre o cristianismo e o islamismo. Foi também um momento essencial na ascensão do Ocidente. No campo de batalha, é verdade, os dois lados pareciam quase empatados em 1683. De fato, em muitos aspectos havia pouco a escolher entre eles. Os tártaros lutaram de ambos os lados. Tropas cristãs da Moldávia e da Valáquia, controladas pela Turquia, foram obrigadas a apoiar os otomanos. As muitas pinturas e gravuras da campanha tornam claro que as diferenças entre os dois exércitos eram de vestimenta, mais que tecnológicas ou táticas. Mas o momento do cerco foi significativo. Pois o fim do século XVII foi uma época de mudanças aceleradas na Europa em dois campos cruciais: a filosofia natural (como a ciência era então conhecida) e a teoria política. Nos anos que se seguiram a 1683, houve profundas mudanças no modo como o pensamento ocidental concebia a natureza e o governo. Em 1687, Isaac Newton publicou seus *Principia*. Três anos mais tarde, seu amigo John Locke publicou seu *Segundo tratado sobre o governo*. Se houve algo que diferenciou o Ocidente do Oriente foi o nível em que tais

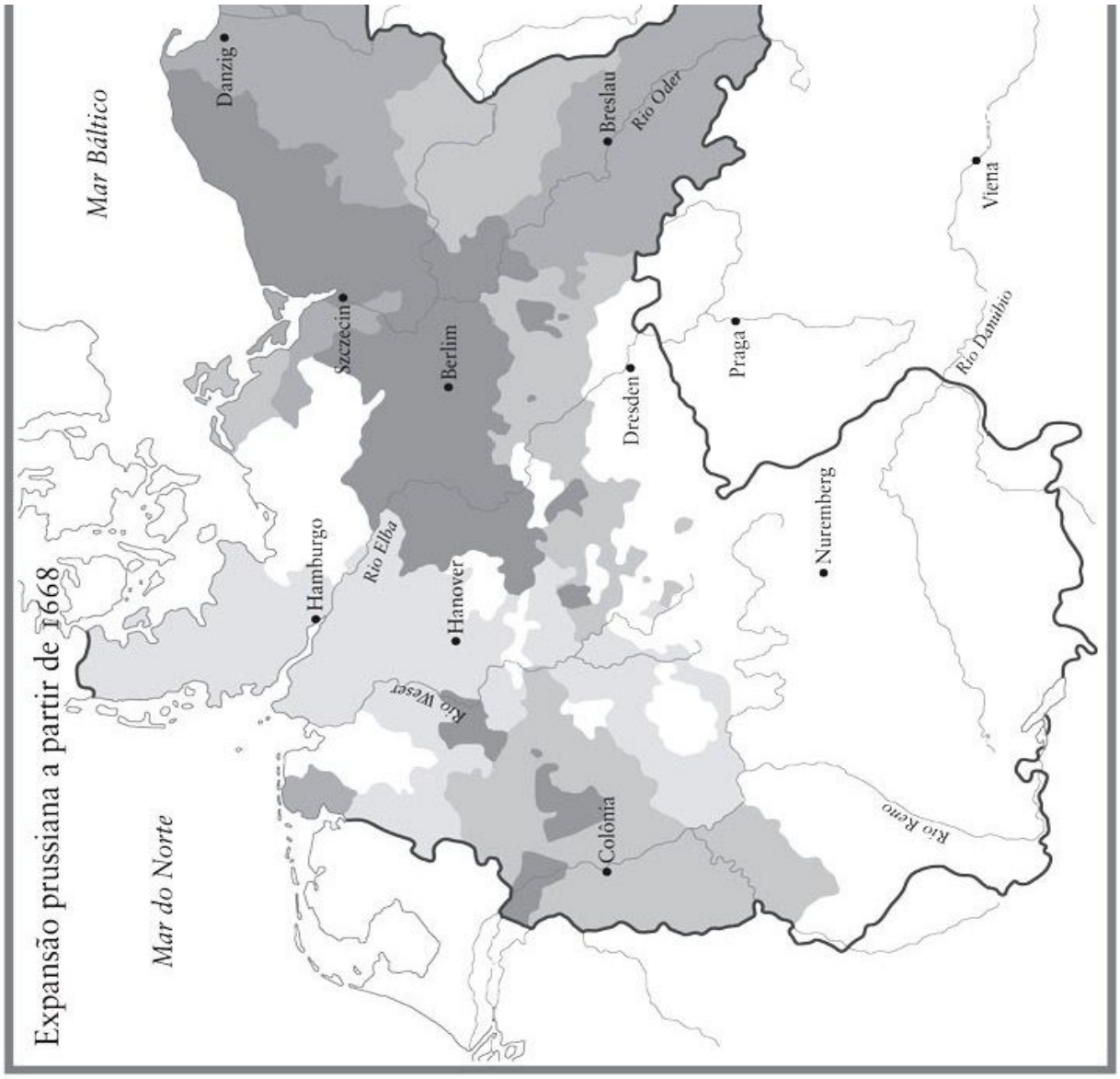
conhecimentos novos e profundos foram sistematicamente buscados e aplicados em cada uma dessas civilizações.

A longa retirada otomana após 1683 não ocorreu por razões econômicas. Istambul não era uma cidade mais pobre que seus vizinhos próximos na Europa Central; tampouco o Império Otomano foi mais lento que muitas áreas da Europa para abraçar o comércio global e, posteriormente, a industrialização[18]. A explicação para o declínio da China imperial proposta no capítulo anterior não se aplica aqui; nas terras otomanas, não havia carência de competição econômica nem de entidades corporativas autônomas como as guildas[19]. Havia também grande competição entre otomanos, safávidas e mongóis. O declínio otomano também não deve ser entendido simplesmente como uma consequência da crescente superioridade militar ocidental[20]. Examinando mais de perto, notamos que tal superioridade se baseou em um aprimoramento na aplicação da ciência à guerra e na aplicação da racionalidade ao governo. No século XV, conforme vimos, a competição política e econômica havia dado ao Ocidente uma vantagem crucial sobre a China. No século XVIII, sua vantagem sobre o Oriente era tanto uma questão de capacidade intelectual quanto de capacidade militar.






A desintegração do Império Otomano a partir de 1683




## *Micrografia*

O caminho da Europa para a Revolução Científica e o Iluminismo esteve muito longe de ser curto e direto; ao contrário, foi longo e tortuoso. Suas origens remontam ao dogma cristão fundamental de que a Igreja e o Estado deviam ser separados. “A César o que é de César e a Deus o que é de Deus” (Mateus 22:21) é uma injunção radicalmente diferente daquela do Corão, que insiste na indivisibilidade da lei de Deus conforme revelada ao Profeta

e na unidade de toda estrutura de poder baseada no Islã. Foi justamente a distinção de Cristo entre o temporal e o espiritual, esboçada no século V por Santo Agostinho em *A cidade de Deus* (em oposição à "cidade dos homens" do Império Romano), que possibilitou que sucessivos governantes europeus resistissem às pretensões políticas do papado em Roma. De fato, até Gregório VII (1073-85) reafirmar o poder papal sobre a investidura (nomeação) do clero, foram as autoridades seculares que ameaçaram transformar o papa em uma marionete.

Antes de 1500, a Europa era um vale de lágrimas, mas não de ignorância. Grande parte do aprendizado clássico foi redescoberta durante a Renascença, muitas vezes graças ao contato com o mundo muçulmano. Houve importantes inovações também. O século XII viu o nascimento da polifonia, um marco revolucionário na história da música ocidental. A importância do método experimental foi proposta por Robert Grosseteste e corroborada por Roger Bacon no século XIII. Por volta de 1413, Filippo Brunelleschi inventou a perspectiva linear na pintura. O primeiro verdadeiro romance foi o anônimo *A vida de Lazarillo de Tormes* (1500). Mas um marco mais decisivo que a Renascença foi o advento da Reforma e a decorrente fragmentação do cristianismo ocidental após 1517. Isso se deveu, em grande medida, ao papel revolucionário da imprensa, certamente a inovação tecnológica mais importante do período anterior à Revolução Industrial. Conforme vimos, os chineses podem afirmar ter inventado a impressão com uma prensa (ver Capítulo 1). Mas o sistema de Gutenberg, que usava tipos móveis de metal, era mais flexível e escalável que qualquer coisa desenvolvida na China. Conforme ele afirmou, "a maravilhosa composição, proporção e harmonia de punções e tipos" permitiu a rápida produção de panfletos e livros. Era uma tecnologia poderosa demais para ser monopolizada (como Gutenberg desejou que fosse). Em apenas alguns anos após sua primeira aparição em Mainz, outras imprensas foram criadas por imitadores – notadamente o inglês William Caxton – em Colônia (1464), Basileia (1466), Roma (1467), Veneza (1469), Nuremberg, Utrecht, Paris (1470), Florença, Milão, Nápoles (1471), Augsburgo (1472), Budapeste, Lion, Valência (1473), Cracóvia, Bruges (1474), Lübeck,

Breslau (1475), Westminster, Rostock (1476), Gênova, Palermo, Messina (1478), Londres (1480), Antuérpia, Leipzig (1481), Odense (1482) e Estocolmo (1483)[21]. Antes de 1500 já havia mais de 200 tipógrafos só na Alemanha. Em 1518, um total de 150 obras impressas foram publicadas na Alemanha, subindo para 260 em 1519, 570 em 1520 e 990 em 1524.

Nenhum autor se beneficiou mais dessa explosão de publicações que Martinho Lutero, sobretudo porque percebeu o potencial de escrever na língua vernácula em vez de em latim. Começando modestamente com a introdução a uma edição da *Theologia Deutsch* e os Sete Salmos Penitenciais, ele e Johann Grunenberg, tipógrafo de Wittenberg, logo inundaram o mercado alemão com tratados religiosos que criticavam as práticas da Igreja Católica romana. O mais famoso ataque de Lutero, As 95 Teses contra a venda de indulgências da Igreja (como uma forma de penitência por pecado), inicialmente não foi publicado, e sim pregado à porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Mas não tardou muito para que surgissem várias cópias impressas[22]. A mensagem de Lutero era que “a fé sozinha, sem obras, justifica, liberta, e salva” e que todos os homens eram “para sempre padres [...] dignos de aparecer diante de Deus, de rezar pelos outros, e para os outros, e de ensinar mutuamente uns aos outros sobre as coisas que são de Deus”[23]. Essa noção de um “sacerdócio [autodidata] de todos os crentes” era radical em si mesma. Mas foi a imprensa que a tornou viável, ao contrário da manifestação anterior de Jan Hus contra o poder papal, que fora impiedosamente esmagada como todas as heresias medievais. Em apenas alguns anos, os panfletos de Lutero estavam disponíveis em toda a Alemanha, apesar do Édito de Worms de 1521, ordenando que fossem queimados. Dos 30 sermões e outros escritos que Lutero publicou entre março de 1517 e o verão de 1520, cerca de 370 edições foram impressas. Se a tiragem média de uma edição era de mil exemplares, então cerca de 300 mil exemplares de suas obras estiveram em circulação no fim desse período. Entre 1521 e 1545, Lutero sozinho foi responsável por metade de todas as publicações a favor da Reforma[24].

Por sua ênfase na leitura individual das escrituras e no “ensino mútuo”, o novo meio foi verdadeiramente a mensagem da Reforma. No entanto, assim

como com tantos outros aspectos da supremacia ocidental, a competição comercial desempenhou seu papel. O próprio Lutero reclamou que seus editores eram “sórdidos mercenários” que se importavam mais com os lucros que com o público[25]. De fato, os benefícios econômicos da imprensa se espalharam por toda a sociedade. No decurso do século XVI, as cidades com tipógrafos cresceram muito mais rapidamente que as cidades sem tipógrafos[26].

De maneira crucial, a imprensa difundiu outros ensinamentos além dos de Lutero. O próprio Novo Testamento foi publicado em inglês pela primeira vez em 1526, na tradução de Matthew Tyndale, o que possibilitou que leigos alfabetizados lessem as escrituras por conta própria. Os conservadores religiosos podiam denunciar aquela “máquina vilã”, a imprensa, e olhar com nostalgia para “uma época feliz em que todos os Ensinamentos estavam nos Manuscritos, e alguma Autoridade [...] detinha as Chaves da Biblioteca”[27]. Mas aquele tempo se fora para sempre. Conforme logo compreendeu Thomas Morus, ministro de Henrique VIII, nem mesmo aqueles que se opunham à Reforma tinham outra opção além de se unir à batalha na imprensa. A única forma de limitar a difusão da Bíblia de Gênova (1560) dos calvinistas por toda a Escócia e Inglaterra era que o rei Jaime VI e I encomendasse uma versão “autorizada” alternativa, a terceira e mais bem-sucedida tentativa de produzir uma tradução inglesa oficial.[28] Também reveladas e difundidas pela imprensa foram as obras dos filósofos da Antiguidade, notadamente as de Aristóteles (cujo *De anima* foi publicado em tradução moderna em 1509), bem como as de humanistas anteriores à Reforma, como Nicolaus Marschalk e George Sibutus. Antes de 1500, mais de mil obras científicas e matemáticas haviam sido impressas, entre as quais *Da natureza*, de Lucrécio, que fora redescoberta em 1417, *De re medica*, de Celso, uma compilação romana da ciência médica grega, e versões latinas das obras de Arquimedes[29]. Os tipógrafos italianos desempenharam um papel especialmente importante ao disseminar técnicas de aritmética e contabilidade úteis para o comércio, em obras como *Treviso Arithmetic* (1478) e *Summa de arithmetica, geometria, proportioni et proportionalita* (1494), esta última de autoria de Luca Pacioli.

Possivelmente ainda mais notável é o fato de que, na época em que os panfletos contra os turcos eram quase tão populares quanto os tratados contra o Papado na Alemanha[30], o Corão foi traduzido para o latim e publicado em Basileia pelo tipógrafo Johannes Oporinus. Quando, em 1542, a câmara municipal de Basileia baniu a tradução e recolheu os exemplares disponíveis, o próprio Lutero escreveu em defesa de Oporinus:

> Eu me dei conta de que não se pode fazer nada mais grave para Maomé ou para os turcos, nem lhes causar mais danos (mais que com todas as armas), que trazer seu Corão aos cristãos à luz do dia, para que eles possam ver o quão absolutamente maldito, abominável e perigoso é esse livro, cheio de mentiras, fábulas e abominações que os turcos ocultam e encobrem [...] Para honrar a Cristo, para fazer bem aos cristãos, para prejudicar os turcos, para irritar o demônio, não censurem nem detenham esse livro [...] É preciso abrir as chagas e feridas para curá-las[31].

Três edições foram publicadas em 1543, seguidas por uma quarta edição sete anos depois. Nada poderia ilustrar melhor a abertura do pensamento europeu que se seguiu à Reforma.

É claro que nem tudo que é publicado contribui para a construção do conhecimento humano. Grande parte do que foi impresso durante os séculos XVI e XVII era sem dúvida destrutivo, como as 29 edições do *Malleus maleficarum* que apareceram entre 1487 e 1669, legitimando a perseguição às bruxas, uma mania pan-europeia que matou entre 12 mil e 45 mil pessoas, em sua maioria mulheres[32]. Para as plateias que assistiram a *Doutor Fausto*, de Christopher Marlowe, encenado pela primeira vez em 1592, a ideia de que um estudioso alemão pudesse vender sua alma ao Diabo em troca de 24 anos de poder e prazer sem limites era perfeitamente crível:

> Graças a ele serei o grande imperador do mundo,
> E construirei uma ponte no ar,
> Para atravessar o oceano com um bando de homens;
> Unirei as colinas que orlam a costa africana,
> E tornarei contíguo à Espanha aquele território,
> E ambos contribuirão para minha coroa:
> O Imperador não viverá sem minha permissão [...]

Mas, apenas 70 anos depois, Robert Hooke pôde publicar sua *Micrografia* (1665), uma celebração triunfante do empirismo científico:

> Graças aos *telescópios*, não há nada *tão distante* que não possa ser representado a nossos olhos; e, com a ajuda dos *microscópios*, não há nada tão *pequeno* que escape à nossa investigação; portanto, há um novo mundo visível revelado ao conhecimento. Dessa forma os céus se revelam, e um grande número de novas estrelas, e novos movimentos, e novas produções aparecem neles, os quais eram completamente desconhecidos por todos os astrônomos antigos. Com isso, a própria Terra, que está tão perto de nós, sob nossos pés, nos mostra algo novo [...] Talvez sejamos incapazes de discernir todas as obras secretas da Natureza. Portanto, o que não poderíamos esperar dela se buscássemos a fundo? *Expressar* e *discutir argumentos* logo darão lugar a *executar*; todos os grandes *sonhos* das opiniões, e das *naturezas metafísicas universais*, concebidos pela luxúria dos pensamentos sutis, rapidamente desapareceriam e dariam lugar a *histórias, experiências e obras sólidas*. E, assim como no começo a humanidade *caiu* por *provar* da árvore proibida do conhecimento, nós também, sua posteridade, podemos, em parte, ser *restabelecidos* da mesma maneira, não só *observando* e *contemplando*, mas *provando* também aqueles frutos do conhecimento natural, que jamais foram proibidos. Daí que o mundo pode se beneficiar de uma *variedade* de invenções, podem-se *reunir novos assuntos* para as ciências, *aprimorar os antigos*, e eliminar sua ferrugem [...]

O uso que Hooke faz do termo “célula” para uma unidade microscópica de matéria orgânica foi um de uma série de marcos conceituais, agrupados de maneira impressionante no espaço e no tempo, que redefiniram fundamentalmente nossa compreensão do mundo natural.

Pode-se dizer que a Revolução Científica começou com avanços quase simultâneos no estudo do movimento dos planetas e da circulação sanguínea. Mas o microscópio de Hooke levou a ciência a um novo patamar ao revelar o que, até então, era invisível ao olho humano. A *Micrografia* foi um manifesto a favor do novo empirismo, um mundo distante da feitiçaria de Fausto. No entanto, a nova ciência era mais que mera observação precisa. Começando com Galileu, consistiu na experimentação sistemática e na identificação de relações matemáticas. As possibilidades da matemática foram ampliadas, por sua vez, quando Isaac Newton e Gottfried Leibniz introduziram, respectivamente, o cálculo infinitesimal e o diferencial. Por fim, a Revolução Científica foi também uma revolução filosófica, visto que

René Descartes e Baruch de Espinosa derrubaram teorias tradicionais sobre a percepção e a razão. Sem exagero, pode-se afirmar que essa sucessão de inovação intelectual deu origem à anatomia, à biologia, à química, à geologia, à geometria, à matemática, à mecânica e à física modernas. Seu caráter é mais bem ilustrado por uma lista dos 29 avanços mais importantes do período que vai de 1530 a 1789.[33]

1530 Paracelso é pioneiro na aplicação da química à fisiologia e à patologia.

1543 *De revolutionibus orbium coelestium* [Das revoluções das esferas celestes], de Nicolau Copérnico, propõe a teoria heliocêntrica do sistema solar.

*De humani corporis fabrica* [Da organização do corpo humano], de Andreas Vesalius, substitui o compêndio anatômico de Galeno.

1546 *De natura fossilium* [Da natureza fóssil], de Agricola, classifica os minerais e introduz o termo “fóssil”.

1572 Tycho Brahe registra a primeira observação europeia de uma supernova.

1589 Os experimentos dos corpos em queda, de Galileu (publicados em *De motu*), revolucionam o método experimental.

1600 *De magnete, magnetisque corporibus* [Sobre os ímãs, os corpos magnéticos e o grande ímã terrestre], de William Gilbert, descreve as propriedades magnéticas da terra e a eletricidade.

1604 Galileu descobre que a distância percorrida por um corpo em queda livre varia em função do quadrado do tempo.

1608 Hans Lippershey e Zacharias Jansen, trabalhando independentemente, inventam o telescópio.

1609 Galileu faz as primeiras observações telescópicas do céu noturno.

1610 Galileu descobre quatro luas de Júpiter e infere que a Terra não está no centro do universo.

1614 *Mirifici logarithmorum canonis descriptio* [A descrição da maravilhosa tábua de logaritmos], de John Napier, introduz os logaritmos.

1628 William Harvey escreve *Exercitatio anatomica de motu cordis et sanguinis in animalibus* [Um exercício anatômico do movimento do coração e do sangue nos animais], descrevendo com precisão a circulação sanguínea.
1637 “La Géométrie”, de René Descartes, um apêndice de seu *Discurso do método*, inaugura a geometria analítica.
1638 *Discursos e demonstrações matemáticas referentes a duas ciências novas*, de Galileu, inaugura a mecânica moderna.
1640 Pierre de Fermat funda a teoria dos números.
1654 Fermat e Blaise Pascal fundam a teoria da probabilidade.
1661 *Skeptical Chymist* [O químico cético], de Robert Boyle, define os elementos e a análise química.
1662 Boyle propõe a Lei de Boyle, de que o volume ocupado por uma massa estável de gás em um recipiente é inversamente proporcional à pressão que exerce.
1669 *De analysi per aequationes numero terminorum infinitas* [Sobre a análise de equações com um número limitado de termos], de Isaac Newton, apresenta a primeira explicação sistemática do cálculo, desenvolvida de maneira independente por Gottfried Leibniz.
1676 Antoni van Leeuwenhoek descobre microrganismos.
1687 *Philosophiae naturalis principia mathematica* [Princípios matemáticos da filosofia natural], de Newton, propõe a lei da gravitação universal e as leis de movimento.
1735 *Systema naturae* [Sistema natural], de Carlos Lineu, introduz a classificação sistemática de gêneros e espécies de organismos.
1738 *Hydrodynamica*, de Daniel Bernoulli, propõe o Princípio de Bernoulli e funda o estudo matemático dos fluidos e a teoria cinética dos gases.
1746 Jean-Etienne Guettard prepara os primeiros verdadeiros mapas geológicos.
1755 Joseph Black identifica o dióxido de carbono.
1775 Antoine Lavoisier descreve corretamente a combustão.

1785 “Concerning the System of the Earth”, de James Hutton, apresenta a teoria uniformitarista do desenvolvimento da Terra.
1789 *Traité élémentaire de chimie, de Lavoisier*, propõe a lei da conservação da matéria.

Em meados do século XVII, esse tipo de conhecimento científico estava se disseminando tão rapidamente quanto a doutrina da Reforma Protestante um século antes. Juntos, a imprensa e os serviços postais cada vez mais confiáveis criaram uma rede de comunicação extraordinária, pequena para os padrões atuais, mas mais poderosa que qualquer coisa alcançada até então por uma comunidade de estudiosos. Houve, é claro, grande resistência intelectual, como sempre ocorre quando o paradigma – o próprio marco conceitual – muda[34]. De fato, parte dessa resistência veio de dentro. O próprio Newton se envolveu com alquimia. Hooke quase se matou com remédios fraudulentos para indigestão. Para esses homens, não era nada fácil conciliar a nova ciência com a doutrina cristã, à qual poucos estavam prontos a renunciar[35]. Mas continua sendo inegável que esta foi uma revolução intelectual ainda mais transformadora que a revolução religiosa que a precedeu e, sem querer, a provocou. Estabeleceram-se as regras fundamentais da pesquisa científica, inclusive no que diz respeito à difusão de descobertas e à atribuição de crédito ao primeiro a publicá-las. “Sua primeira carta me batizou na religião newtoniana”, escreveu o jovem e sagaz filósofo francês François-Marie Arouet (mais conhecido por seu pseudônimo Voltaire) a Pierre-Louis Moreau de Maupertuis depois que este último publicou seu *Discurso sobre as diferentes figuras dos planetas* em 1732, “e sua segunda me deu a confirmação. Eu lhe agradeço por seus sacramentos.[36]” Isso era uma ironia; mas também reconhecia a natureza reveladora da nova ciência.

Aqueles que condenam o “eurocentrismo” como se este fosse um preconceito detestável têm um problema: a Revolução Científica foi, de acordo com toda e qualquer medida científica, totalmente eurocêntrica. Uma parcela incrivelmente alta de suas principais figuras – em torno de 80% – provinha de um hexágono formado por Glasgow, Copenhagen,

Cracóvia, Nápoles, Marselha e Plymouth, e praticamente todo o restante nasceu em um raio de 160 quilômetros dessa área[37]. Em nítido contraste, inexistiu nesse período um progresso científico otomano. A melhor explicação para essa divergência era a soberania irrestrita da religião no mundo muçulmano. No fim do século XI, clérigos islâmicos influentes começaram a afirmar que o estudo da filosofia grega era incompatível com os ensinamentos do Corão[38]. De fato, era uma blasfêmia insinuar que o homem poderia ser capaz de discernir o modo de operação divino, o qual, em todo caso, podia variar segundo a vontade de Deus. Nas palavras de Abu Hamid al-Ghazali, autor de *A incoerência dos filósofos*, "É raro que alguém passe a se ocupar desta ciência [estrangeira] sem renunciar à religião e, com ela, ao domínio da crença"[39]. Sob influência do clero, o estudo da filosofia antiga foi tolhido, livros foram queimados, e os chamados livres-pensadores foram perseguidos; cada vez mais, as madraçais – escolas islâmicas – concentravam-se exclusivamente na teologia, em uma época em que as universidades europeias estavam ampliando o escopo de seus estudos[40]. Também houve resistência à imprensa no mundo muçulmano. Para os otomanos, a escrita era sagrada: havia uma reverência religiosa pela pena, uma preferência pela arte da caligrafia em detrimento da tipografia. Afirmava-se que "a tinta dos estudiosos é mais sagrada que o sangue dos mártires"[41]. Em 1515, um decreto do sultão Selim I ameaçou com a morte todo aquele que usasse a prensa tipográfica[42]. Esse fracasso em conciliar o Islã com o progresso científico se mostraria desastroso. Os cientistas muçulmanos, que um dia foram fonte de ideias e inspiração para os estudiosos europeus, agora estavam de fora das investigações mais recentes. Se a Revolução Científica foi gerada por uma rede de comunicação, o Império Otomano estava praticamente desconectado. Até o fim do século XVIII, o único livro ocidental traduzido para um idioma do Oriente Médio foi um livro médico sobre o tratamento da sífilis[43].

Nada ilustra melhor essa divergência que o destino do observatório construído em Istambul na década de 1570 pelo renomado polímata Takiyüddīn al-Rāsid (Taqi al-Din). Nascido na Síria em 1521 e educado em

Damasco e no Cairo, Takiyüddīn foi um cientista talentoso, autor de inúmeros tratados sobre astronomia, matemática e ótica. Ele projetou seus próprios relógios astronômicos – extremamente precisos – e chegou a fazer experiências com a energia a vapor. Em meados dos anos 1570, como astrônomo do sultão, conseguiu interceder a favor da construção de um observatório. Segundo consta, a Darü'r-Rasadü'l-Cedid (Casa das Novas Observações) era uma instalação sofisticada, comparável ao Uranienborg, o observatório mais famoso do dinamarquês Tycho Brahe. Mas, em 11 de setembro de 1577, um cometa foi avistado sobre Istambul, o que levou a demandas por uma interpretação astrológica. Imprudentemente, de acordo com algumas versões, Takiyüddīn o interpretou como o prenúncio de uma vitória militar otomana. Mas o xeque ul-Islam Kadizade, o clérigo mais ancião da época, persuadiu o sultão de que a intromissão de Takiyüddīn nos segredos dos céus era uma blasfêmia tão grande quanto as tábuas planetárias do astrônomo Ulugh Beg, de Samarcanda, que supostamente fora decapitado por audácia similar. Em janeiro de 1580, apenas cinco anos após ter sido construído, o sultão ordenou a demolição do observatório de Takiyüddīn[44]. Não haveria outro observatório em Istambul até 1868. Por tais métodos, o clero muçulmano eliminou as chances de progresso científico – no exato momento em que as igrejas cristãs da Europa estavam afrouxando seu controle sobre a liberdade de pesquisa. Os avanços europeus em Istambul foram descartados, vistos como meras "bobagens"[45]. O legado da um dia celebrada Casa da Sabedoria do Islã desapareceu em uma nuvem de religiosidade. No início do século XIX, ainda se podia escutar Hüseyin Rıfkı Tamani, o diretor da Mühendishane-i Cedide (Nova Escola de Engenharia), explicando aos alunos: "O universo tem a aparência de uma esfera, e seu centro é a Terra [...] O Sol e a Lua giram em torno do globo e movimentam os signos do zodíaco"[46].

Na segunda metade do século XVII, enquanto os herdeiros de Osman descansavam, governantes de toda a Europa promoviam ativamente a ciência, sem se preocupar muito com os receios do clero. Em julho de 1662, dois anos após sua fundação no Gresham College, a Sociedade Real de Londres para o Progresso do Conhecimento da Natureza recebeu um alvará

do rei Carlos II. O objetivo era fundar uma instituição “para a promoção do aprendizado experimental físico-matemático”. De maneira significativa, nas palavras do primeiro historiador da Sociedade, os fundadores:

> admitiam livremente homens de diferentes religiões, países e profissões. Isso eles eram obrigados a fazer, ou não estariam à altura da grandeza de suas próprias declarações. Pois eles professam abertamente não assentar as bases de uma filosofia inglesa, escocesa, irlandesa, papal ou protestante; mas de uma filosofia da humanidade [...] Ao admitir homens de todos os países, abrem caminho para grandes benefícios no futuro. Pois, por esses meios, serão capazes de instaurar uma inteligência constante, em todas as nações civis; e de fazer da Sociedade Real o banco geral e porto livre do mundo[47].

Quatro anos mais tarde, a Académie Royale des Sciences foi formada em Paris, inicialmente como um centro pioneiro para a cartografia[48]. Esses se tornaram os modelos para instituições similares em toda a Europa. Entre os fundadores da Sociedade Real estava Christopher Wren – arquiteto, matemático, cientista e astrônomo. Quando, em 1675, Carlos II incumbiu Wren de projetar o Observatório Real em Greenwich, certamente não esperava que ele previsse os resultados das batalhas. A ciência real, como bem entendeu o rei, era de interesse nacional.

O que tornou a Sociedade Real tão importante não foi tanto um mecenato real, mas sobretudo o fato de que esta era parte de um novo tipo de comunidade científica, que tornava possível compartilhar ideias e abordar problemas de maneira coletiva, por um processo de competição direta. O exemplo clássico é a Lei da Gravidade, que Newton não poderia ter formulado sem os esforços anteriores de Hooke. De fato, a Sociedade – da qual Newton se tornou presidente em 1703 – foi um centro na nova rede de comunicação científica. Isso não significa que a ciência moderna foi ou é totalmente colaborativa. Na época, assim como agora, os cientistas eram movidos tanto pela ambição quanto pelo altruísmo. Mas, devido à necessidade de publicar as novas descobertas, o conhecimento científico pôde crescer e se acumular – embora, às vezes, com ressentimentos. Houve uma disputa exasperada entre Newton e Hooke para estabelecer qual dos dois havia sido o primeiro a identificar a lei quadrática inversa da

gravitação universal ou a verdadeira natureza da luz[49]. Newton também teve uma discussão desagradável com Leibniz, que desprezava a gravidade por considerar que esta tinha uma "qualidade oculta"[50]. Houve, de fato, uma importante divisão intelectual aqui, entre o pensamento metafísico do continente europeu e a prática empírica das Ilhas Britânicas. Sempre foi mais provável que estas últimas, com sua cultura singular de experimentação e observação paciente, produzissem os avanços tecnológicos sem os quais não poderia ter havido Revolução Industrial (ver Capítulo 5)[51]. O caminho que conduziu das leis de Newton à máquina a vapor de Thomas Newcomen – usada pela primeira vez para drenar as minas de carvão de Whitehaven em 1715 – foi notadamente curto e direto, embora Newcomen não passasse de um humilde ferreiro mecânico de Dartmouth[52]. Não é por acaso que três das mais importantes inovações tecnológicas do mundo – a máquina a vapor aperfeiçoada de James Watt (1764), o cronômetro marítimo de John Harrison (1761), capaz de informar a localização longitudinal, e a máquina de fiar hidráulica de Richard Arkwright (1769) – foram inventadas no mesmo país, na mesma década.

Quando Newton morreu, em março de 1727, seu corpo foi velado durante quatro dias na abadia de Westminster, antes de um funeral em que seu caixão foi carregado por dois duques, três condes e o chanceler do Reino. O funeral foi presenciado por Voltaire, que ficou perplexo diante da veneração dedicada a um cientista de berço humilde. "Eu vi", escreveu o famoso *philosophe* ao voltar para a França, "um professor de matemática, só por ter sido excelente em sua vocação, ser enterrado como um rei querido por seus súditos". No Ocidente, a ciência e o governo haviam se tornado parceiros. E nenhum monarca era capaz de exemplificar melhor os benefícios dessa parceria que o amigo de Voltaire, Frederico, o Grande, da Prússia.

### *Osman e Fritz*

Setenta anos após o cerco de Viena, dois homens personificavam a distância cada vez maior entre a civilização ocidental e sua rival muçulmana no Oriente Próximo. Em Istambul, o sultão Osman III presidia com indolência

um Império Otomano decadente, ao passo que, em Potsdam, Frederico, o Grande, implementava reformas que fariam do reino da Prússia um sinônimo de eficiência militar e racionalidade administrativa.

Visto de longe, o Império Otomano ainda parecia uma autocracia tão impressionante quanto havia sido nos dias de Solimão, o Magnífico. Mas, na verdade, desde meados do século XVII, o império vinha sendo afligido por graves problemas estruturais. Havia uma profunda crise fiscal, já que os gastos eram maiores que os impostos arrecadados, e uma crise monetária, pois a inflação, importada do Novo Mundo e agravada pela desvalorização da moeda (como também aconteceu na Europa), provocou a elevação de preços[53]. Sob o vizirato de Mehmed Köprülü, de seu filho Ahmed e de seu malfadado filho adotivo Kara Mustafá, foi uma dificuldade constante cobrir as despesas da imensa corte do sultão, conter os janízaros – a infantaria otomana, outrora celibatária, que se tornara uma espécie de casta hereditária com suas próprias leis – e controlar as províncias imperiais mais remotas. A corrupção corria solta. As forças centrífugas estavam se fortalecendo. O poder dos proprietários de terra, os *sipahi*, diminuía. Insurgentes como os *celali*, na Anatólia, desafiavam a autoridade central. Houve, também, um conflito religioso entre clérigos ortodoxos como Kadızâde Mehmed – que atribuíam todos os reveses otomanos a desvios da palavra do Profeta[54] – e místicos sufistas como Sivasi Efendi[55]. A burocracia otomana fora equipada com escravos (sob o sistema de *devşirme*), muitas vezes capturados nas comunidades cristãs dos Bálcãs. Mas agora a seleção e a promoção pareciam depender mais do suborno e do favoritismo que da aptidão; a taxa de rotatividade se tornou absurdamente alta à medida que as pessoas se acotovelavam para obter vantagens pessoais[56]. Hoje, os registros do governo otomano dão uma ideia da deterioração nos padrões administrativos. O censo de 1458, por exemplo, é um documento meticuloso. Já em 1694, porém, os registros equivalentes haviam se tornado irremediavelmente descuidados, com abreviações e rasuras[57]. As autoridades otomanas estavam cientes da deterioração, mas a única solução que podiam recomendar era um retorno aos bons velhos tempos de Solimão, o Magnífico[58].

Mas talvez o problema mais grave fosse o declínio na qualidade dos próprios sultões. A rotatividade no topo era alta; houve nove sultões entre 1566 – quando Solimão, o Magnífico, morreu – e 1648 – quando Mehmed IV subiu ao trono. Desses, cinco foram depostos e dois, assassinados. A poligamia significava que os sultões otomanos não tinham as dificuldades de monarcas cristãos como Henrique VIII, cujo esforço por produzir um herdeiro masculino demandou não menos que seis esposas, das quais duas foram submetidas à execução e outras duas, ao divórcio. Em Istambul, o perigo era ser um dos quase sempre numerosos filhos do sultão. Só um deles se tornaria sultão e, até 1607, os outros foram invariavelmente estrangulados, como uma forma de garantir que não haveria disputas pela sucessão. Tal medida estava longe de ser uma receita de amor paterno. O destino do talentoso primogênito de Solimão, Mustafá, não foi de todo atípico. Ele foi assassinado na tenda do próprio pai em consequência de intrigas provocadas pela segunda esposa do sultão, sua madrasta, em favor de seus próprios filhos. Outro filho, Bayezid, também foi estrangulado. Quando Mehmed III subiu ao trono em 1597, 19 de seus irmãos foram executados. Após 1607, essa prática foi abandonada em favor do governo do primogênito. Daí em diante, os filhos mais jovens passaram a ser confinados ao harém – literalmente, “o proibido” – habitado por esposas, concubinas e descendentes do sultão[59].

Descrever a atmosfera no harém como pouco saudável seria um eufemismo. Osman III se tornou sultão aos 57 anos, tendo passado os 51 anteriores efetivamente como prisioneiro no harém. Na época em que subiu ao trono, desconhecendo quase por completo o reino que deveria governar, ele havia cultivado tamanho ódio por mulheres que deu de usar sapatos com sola de ferro. Ao escutar seus passos, as damas do harém deveriam desaparecer de vista. Meio século esquivando-se de concubinas dificilmente era o melhor preparo para o poder. A vida real era muito diferente nas terras ao norte dos Bálcãs.

“O governante é a primeira pessoa do Estado”, escreveu Frederico, o Grande, em 1752, no primeiro dos dois Testamentos Políticos redigidos para a posteridade. “Ele é bem pago para que possa manter a dignidade de

seu gabinete. Mas, em troca, exige-se que trabalhe efetivamente para o bem-estar do Estado."[60] Sentimentos muito similares haviam sido expressos um século antes por seu bisavô Frederico Guilherme, o Grande Eleitor, cuja conquista foi transformar o Marco de Brandenburgo, então uma terra devastada pela guerra, no centro do Estado governado com maior rigidez da Europa Central. Suas finanças eram baseadas na administração eficiente do extenso reino, sua ordem social era baseada na classe proprietária de terras – cujos membros foram servidores leais do reino, montados em cavalos ou atrás de escrivaninhas –, e sua segurança era baseada em um exército camponês bem treinado. Na época em que seu filho foi reconhecido como "rei da Prússia", em 1701, o reino de Frederico Guilherme era o que mais se aproximava do ideal de monarquia absoluta recomendado pelo teórico político inglês Thomas Hobbes como o antídoto para a anarquia. Era um jovem e esbelto Leviatã.

O contraste com o sistema otomano é exemplificado pela residência real favorita de Frederico, o Grande, em Potsdam. Projetada pelo próprio rei, era mais uma mansão que um palácio, e, embora ele a chamasse de Sanssouci – "Sem preocupação" –, seu senhor real era tudo menos despreocupado. "Não posso ter interesses", declarou, "que não sejam os interesses de meu povo. Se os dois são incompatíveis, sempre devo dar preferência ao bem-estar e ao benefício do reino."

O projeto simples de Sanssouci servia de exemplo para toda a burocracia prussiana. A rígida autodisciplina, a rotina férrea e a incorruptibilidade imaculada seriam seus lemas. Frederico manteve apenas um pequeno séquito de funcionários em Sanssouci: seis mensageiros, cinco criados domésticos e dois pajens, mas nenhum criado pessoal devido à simplicidade de seu guarda-roupa, quase invariavelmente um uniforme militar surrado, manchado de rapé. Na opinião de Frederico, mantos reais não tinham um propósito prático, e uma coroa era meramente "um chapéu que deixava a chuva entrar"[61]. Em comparação com seus congêneres no Palácio de Topkapı, ele vivia como um monge. Em vez de um harém, tinha uma esposa (Isabel Cristina de Brunswick), a quem detestava. "A madame engordou" é como ele a cumprimentava após uma das muitas longas separações[62]. Além

disso, as minutas do Gabinete Real Prussiano – páginas e mais páginas de decisões reais registradas vividamente – são a antítese dos documentos otomanos do século XVIII.

O poeta Lorde Byron certa vez escreveu a um amigo: “na Inglaterra, os vícios da moda são a prostituição e a bebida; na Turquia, a sodomia e o fumo; nós preferimos uma garrafa e uma garota; eles, um cachimbo e um [sodomita] passivo [...]” Ironicamente, é bem possível que Frederico, o Grande, o pioneiro do despotismo esclarecido, tivesse sido mais feliz como um jovem na corte otomana. Um intelectual extremamente sensível e provavelmente homossexual, ele foi submetido a uma educação austera, e às vezes sádica, sob comando do pai, o irascível e amante de desfiles Frederico Guilherme I.

Enquanto Frederico Guilherme relaxava com companheiros rudes de bebedeira em seu “Tabak Collegium”, o filho buscava conforto na história, na música e na filosofia. O pai autocrático o descreve como “um garoto afeminado, que não tem uma única inclinação masculina, que não sabe cavalgar nem atirar, e, ainda por cima, é a sujeira em pessoa, nunca corta o cabelo, e o encaracola feito um idiota”[63]. Quando Frederico foi pego tentando fugir da Prússia, o pai o aprisionou no castelo de Küstrin e o obrigou a assistir à decapitação do amigo que o ajudara a planejar a fuga, Hans Hermann von Katte. O corpo e a cabeça do amigo foram deixados no solo do lado de fora da prisão do Príncipe Herdeiro[64]. Ele permaneceu no cativeiro em Küstrin por dois anos.

Mas Frederico não pôde repudiar a paixão do pai pelo exército prussiano. Como coronel do regimento de Goltz (depois de ter sido libertado da prisão), procurou aperfeiçoar suas habilidades militares. Estas se mostraram indispensáveis quando ele se empenhou em compensar a posição geográfica vulnerável da Prússia, que se estendia quase diagonalmente pela Europa Central. Durante seu reinado, Frederico aumentou o tamanho do exército que herdou, de 80 mil para 195 mil homens, transformando-o no terceiro maior da Europa. De fato, com um soldado para cada 29 súditos, a Prússia era, em termos relativos, o país mais militarizado do mundo no fim de seu reinado, em 1786[65]. E, ao contrário do pai, Frederico estava preparado para

empregar seu exército não só nos desfiles mas também na conquista de novos territórios. Alguns meses após assumir o trono em 1740, ele abalou o continente ao invadir e cercar a próspera província de Silésia, na Áustria. O esteta sensível que não conseguia montar em um cavalo e que preferia o som da flauta ao de bater continência se revelou um artista no exercício do poder: *der alte Fritz*.

Como é possível explicar essa transformação? Uma pista se encontra em uma de suas primeiras obras de filosofia política, *O anti-Maquiavel*, um de uma série de refutações reais ao notoriamente cínico manual para governantes de Nicolau Maquiavel, *O príncipe*. Em sua versão, Frederico defende o direito de um monarca a travar uma guerra preventiva "quando a grandeza excessiva das maiores potências da Europa parecer prestes a transbordar e engolir o mundo"; em outras palavras, manter o equilíbrio de poder, "aquele sábio equilíbrio pelo qual a força superior de alguns soberanos é contrabalançada pelas forças unidas das outras potências": "É [...] melhor travar uma guerra ofensiva quando se é livre para optar entre o ramo de oliva e a coroa de louros do que esperar o momento perigoso em que uma declaração de guerra posterga apenas temporariamente a escravidão e a ruína"[66]. Frederico mais tarde descreveu a vizinha Polônia como uma "alcachofra, pronta para ser consumida folha por folha" – e de fato foi o que ocorreu quando a região foi repartida entre a Áustria, a Prússia e a Rússia[67]. O ataque de Frederico à Silésia, portanto, não foi um ato impensado. A expansão da Prússia seria como uma imagem espelhada da contração otomana: a conquista de um novo tipo de poder baseado em racionalismo implacável.

Frederico Guilherme I havia acumulado dinheiro, tirando cada centavo de suas extensas terras da Coroa, e deixou a seu herdeiro um cofre com 8 milhões de táleres. Seu filho estava determinado a investir esse tesouro, não só para aumentar seu domínio como também para lhe dar uma capital digna de um reino de primeira classe. Um dos primeiros grandes edifícios que ele pretendeu converter em um esplêndido fórum no coração de Berlim foi a Ópera Estatal. Perto desta, construiu a magnífica catedral de Santa Edwiges. Aos olhos desatentos dos turistas modernos, elas não são muito diferentes

das casas de ópera e catedrais vistas em outras capitais europeias. Mas requerem um exame mais minucioso. De maneira pouco usual no norte da Europa, a Ópera Estatal de Berlim nunca esteve ligada a um palácio real. Existia não para o prazer pessoal do monarca, e sim para o deleite de um público mais amplo. A catedral de Frederico também era inusitada, já que era uma igreja católica em uma cidade luterana – construída por um rei agnóstico, não nas margens, de má vontade, e sim no centro da maior praça da cidade. O pórtico da catedral é conscientemente inspirado no Panteão – o templo de todos os deuses – da antiga Roma[68]. Sobrevive como um monumento à tolerância religiosa de Frederico, o Grande.

O liberalismo dos decretos promulgados quando Frederico subiu ao trono é impressionante até mesmo atualmente, tanto por sua absoluta tolerância religiosa quanto por sua liberdade de imprensa irrestrita e por sua abertura para os imigrantes. Em 1700, quase um em cada cinco berlinenses era, de fato, um huguenote francês, vivendo em uma "colônia" francesa. Havia também protestantes de Salisburgo, valdenses, menonitas, presbiterianos escoceses, judeus, católicos e confessos céticos religiosos. "Aqui, todos podem procurar salvação da maneira que lhes parecer mais apropriada", declarou Frederico, incluindo até mesmo os muçulmanos[69]. É verdade, judeus e cristãos eram tolerados no Império Otomano, no sentido de que podiam viver lá. Mas o *status* deles estava mais próximo daquele dos judeus na Europa medieval: confinados a áreas e ocupações específicas, e obrigados a pagar impostos mais altos[70].

Estimulada pela combinação de liberdade e presença de estrangeiros, a Prússia passou por um florescimento cultural marcado pela fundação de novas sociedades de leitura, grupos de discussão, livrarias, publicações periódicas e sociedades científicas. Embora o próprio Frederico professasse o desprezo pelo próprio idioma, preferindo escrever em francês e falar em alemão apenas com seu cavalo, seu reino viu uma explosão de novas publicações em alemão. Foi sob seu governo que Immanuel Kant emergiu como, talvez, o maior filósofo do século XVIII. Em sua *Crítica da razão pura* (1781), investigou a própria natureza e as limitações da racionalidade humana. Tendo vivido e trabalhado durante toda a vida na Universidade

Albertina em Königsberg, Kant foi uma figura ainda mais austera que seu rei, fazendo sua caminhada matinal com tanta pontualidade que os moradores locais ajustavam seu relógio com base nele. Não importava nem um pouco a Frederico que o grande pensador fosse neto de um fabricante de selas escocês. O que importava era a qualidade de seu intelecto, e não seu lugar de origem. Frederico também não se incomodava com o fato de que um dos intelectuais quase à altura de Kant, Moisés Mendelssohn, fosse judeu. O cristianismo, conforme observou o rei de maneira mordaz, estava "cheio de milagres, contradições e absurdos, foi gerado nas imaginações fervorosas dos orientais e então se espalhou para nossa Europa, onde alguns fanáticos o adotaram, alguns confabuladores fingiram estar convencidos dele e alguns imbecis de fato acreditaram nele[71].

Aqui estava a própria essência daquele movimento que conhecemos como Iluminismo, que foi, em muitos aspectos – embora não em todos –, uma extensão da Revolução Científica. As diferenças eram duas. Primeiro, o círculo de *philosophes* era mais amplo. O que estava acontecendo na Prússia estava acontecendo em toda a Europa: editoras de livros, revistas e jornais abasteciam um mercado expandido, graças a uma melhoria significativa na taxa de alfabetização. Na França, a proporção de homens capazes de assinar o próprio nome – um bom indicador de alfabetismo – subiu de 29% nos anos 1680 para 47% nos anos 1780, embora os índices com relação às mulheres (de 14% para 27%) permanecessem marcadamente inferiores. Em Paris, em 1789, a taxa de alfabetização masculina girava em torno de 90%, e a feminina, de 80%. A competição entre as instituições protestantes e católicas, bem como o aumento da provisão estatal, os altos índices de urbanização e a melhoria nos transportes, tudo isso tornou os europeus mais capazes de ler. Mas o Iluminismo não foi transmitido unicamente por meio da leitura. A esfera pública do século XVIII também consistia de concertos para assinantes (como o de Wolfgang Amadeus Mozart em Viena, em 1784), novos teatros e exposições de arte, sem falar de uma rede complexa de sociedades culturais e fraternidades como as lojas maçônicas que proliferaram nessa época. "Escrevo como um cidadão do

mundo”, entusiasmou-se o poeta e dramaturgo alemão Friedrich Schiller em 1784:

> O público, hoje, é tudo para mim: minha preocupação, meu soberano e meu amigo. A partir de agora, eu pertenço apenas a ele. Desejo me colocar perante esse tribunal e nenhum outro. É a única coisa que temo e respeito. Uma sensação de grandeza toma conta de mim diante da ideia de que a única algema que uso é o veredicto do mundo – e de que o único trono ao qual devo apelar é à alma humana[72].

Em segundo lugar, a principal preocupação dos pensadores iluministas não eram as ciências naturais, e sim as sociais, o que o filósofo escocês David Hume chamou “ciências do homem”. O grau de cientificidade do Iluminismo é questionável. O empirismo, sobretudo na França, estava em baixa. Os cientistas do século XVII estavam interessados em descobrir como era, de fato, o mundo natural. Já os *philosophes* do século XVIII estavam mais preocupados em propor como a sociedade humana poderia ou deveria ser. Já deparamos com Montesquieu afirmando o papel do clima na formação da cultura política chinesa, Quesnay admirando a primazia da agricultura na política econômica daquele país e Adam Smith argumentando que a estagnação da China era decorrência de um comércio exterior insuficiente. Nenhum desses homens havia estado na China. John Locke e Claude Adrien Helvétius concordavam que a mente humana era como uma tábula rasa, a ser formada pela educação e pela experiência. Mas nenhum deles tinha o mínimo indício experimental que corroborasse essa teoria. Isso, e muito mais, foi resultado de reflexão, e de uma boa dose de leitura.

Onde o Iluminismo facilmente marcava pontos era ao contrapor a razão às superstições associadas com a fé religiosa ou com a metafísica. Ao tratar com desprezo o cristianismo, Frederico, o Grande, estava colocando às claras o que Voltaire, David Hume, Edward Gibbon e outros insinuaram mais sutilmente em seus escritos históricos ou filosóficos. O Iluminismo sempre foi mais eficaz quando estava sendo irônico – como no capítulo de tirar o fôlego que Gibbon escreveu sobre o início do cristianismo (volume I, capítulo 15 de sua *História do declínio e queda do Império Romano*) ou em

*Cândido*, a devastadora gozação de Voltaire sobre a afirmação de Leibniz de que “vivemos sempre no melhor dos mundos possíveis”.[73]

Mas talvez a maior realização da época tenha sido a análise de Adam Smith sobre os costumes que unem a sociedade civil (*A teoria dos sentimentos morais*) e sobre a economia de mercado (*A riqueza das nações*). De maneira significativa, em comparação com grande parte do que foi escrito no período, ambos os trabalhos estiveram firmemente enraizados em observações do mundo burguês escocês em que o autor viveu durante toda a vida. Mas onde, claramente, a “mão invisível” do mercado teve de ser inserida em uma rede de práticas costumeiras e de confiança mútua, os *philosophes* francófonos mais radicais procuraram desafiar não só as instituições religiosas estabelecidas como também as instituições políticas estabelecidas. *O contrato social* (1762), do suíço Jean-Jacques Rousseau, levantou dúvidas sobre a legitimidade de todo sistema político que não fosse baseado na “vontade geral”. Nicolas de Caritat, marquês de Condorcet, questionou a legitimidade do trabalho forçado em *A escravidão dos negros: reflexões* (1781). E, se um rei prussiano podia ridicularizar a fé cristã, o que impediria os escritores parisienses de dirigir insultos a seu próprio monarca e a sua rainha? O Iluminismo deixava um longo rastro, indo das alturas rarefeitas da Königsberg de Kant às profundezas insalubres da sarjeta parisiense, lar dos chamados *libelles* (panfletos políticos), como a *Le Gazetier Cuirassé*, editada por Charles Théveneau de Morande. Até Voltaire ficou horrorizado com os ataques vulgares da *Gazetier* ao governo, considerando-a “uma dessas obras satânicas em que todos, do monarca ao último cidadão, são insultados com furor”[74].

A ironia da consequência revolucionária – em parte intencional – do Iluminismo é que este foi, em si mesmo, um assunto extremamente aristocrático. Entre os adeptos estavam o barão de Montesquieu, o marquês de Mirabeau, o marquês de Condorcet e o arquiateísta barão de Holbach. Quanto aos *philosophes* provenientes das classes inferiores, todos dependiam mais ou menos do mecenato real ou aristocrático: Voltaire, da marquesa de Châtelet; Adam Smith, do duque de Buccleuch; Friedrich Schiller, do duque de Württemberg; Denis Diderot, de Catarina, a Grande.

Assim como outros monarcas europeus, Frederico, o Grande, fez mais que simplesmente libertar os intelectuais da religião e de outras limitações. Seu mecenato foi muito além de oferecer a Voltaire um teto em Sanssouci. Em junho de 1740 – impressionado com o modo como Maupertuis comprovou a hipótese de Newton de que a Terra era uma esfera oblata, um pouco achatada em ambos os polos –, Frederico convidou os franceses a virem até Berlim e ajudarem a fundar uma equivalente prussiana da Sociedade Real. Essa iniciativa sofreu um contratempo quando Maupertuis foi desonrosamente aprisionado pelos austríacos durante a Primeira Guerra Silesiana, mas o projeto sobreviveu[75]. Em janeiro de 1744, Frederico criou a Academia Prussiana de Ciência e Belas-Letras, combinando uma antiga Academia Real de Ciência e uma Sociedade Literária não governamental fundada no ano anterior, e persuadiu Maupertuis a voltar a Berlim como seu presidente – "a maior conquista da minha vida", conforme afirmou o rei a Voltaire[76].

Sem dúvida, Frederico foi, ele próprio, um pensador sério. Em sua insistência sobre a função do monarca como um servidor público, seu *O anti-Maquiavel* é um documento marcadamente revolucionário:

> a verdadeira sabedoria dos soberanos é fazer o bem e dar o exemplo em seus Estados [...] não é suficiente que realizem ações brilhantes e satisfaçam suas ambições e glórias [...] Eles devem preferir a felicidade da raça humana [...] Grandes príncipes sempre se esqueceram de si mesmos em nome do bem comum [...] A um soberano impelido à guerra por sua ambição febril, é preciso mostrar todas as consequências terríveis para seus súditos – os impostos que oprimem as pessoas de um país, os alistamentos que levam seus jovens, as doenças contagiosas das quais tantos soldados morrem indignamente, os cercos sanguinários, as batalhas ainda mais cruéis, os mutilados privados de seu único meio de subsistência, e os órfãos cuja família foi arrebatada pelo inimigo [...] Eles sacrificam por suas paixões impetuosas o bem-estar de uma infinidade de homens a quem têm a obrigação de proteger [...] Os soberanos que tratam seu povo como escravos arriscam a vida deles sem piedade e os veem morrer sem remorso, mas os príncipes que tratam os homens como seus iguais e, em certos aspectos, como seus amos [*comme leurs egaux et à quelques egards* [...] *comme leurs maitres*], são parcimoniosos com seu sangue e avaros com sua vida[77].

As composições musicais de Frederico também tinham mérito real – sobretudo a serena “Sonata para Flauta em Dó maior”, que não é um mero pastiche de Johann Sebastian Bach. Seus outros textos políticos estavam longe de ser obras de um amador. Mas havia uma importante diferença entre o Iluminismo tal como ele o concebia e a primeira Revolução Científica. A Sociedade Real fora o centro de uma rede de comunicação intelectual notadamente aberta. Já a Academia Prussiana foi concebida para ser uma hierarquia, inspirada na própria monarquia absolutista. “Assim como teria sido impossível para Newton delinear seu sistema de atração se ele tivesse colaborado com Leibniz ou Descartes”, observou Frederico em seu *Testamento político* (1752), “também é impossível que um sistema político seja criado e sustentado se não surgir de uma única mente”[78]. Esse tipo de coisa era frequente demais para que o espírito livre de Voltaire pudesse suportar. Quando Maupertuis abusou de sua posição de autoridade quase real para exaltar seu próprio princípio de ação mínima, Voltaire escreveu *Diatribe du Docteur Akakia, médecin du Pape*, uma sátira cruel. Este era precisamente o tipo de comportamento insubordinado que Frederico não tolerava. Ele ordenou que os exemplares de *Diatribe* fossem destruídos e deixou claro que Voltaire já não era bem-vindo em Berlim[79].

Outros eram mais inclinados à submissão. Kant, que antes de se tornar filósofo foi astrônomo, ganhou notoriedade em 1754 quando recebeu um prêmio da Academia Prussiana por sua obra sobre o papel do atrito na desaceleração da rotação da Terra. O filósofo mostrou sua gratidão em uma passagem memorável de seu famoso ensaio “O que é Iluminismo?”, que convocava todos os homens a “ousar saber!” (*Sapere aude!*), mas sem desobedecer a seu rei:

> Somente aquele que é iluminado (…) e tem um exército numeroso e disciplinado para garantir a paz pública pode dizer: “Argumentem o quanto quiserem, e sobre o que quiserem, desde que obedeçam!”. Uma república não ousaria dizer isso [...] Um grau maior de liberdade civil parece vantajoso para a liberdade de pensamento, mas na realidade lhe impõe limitações intransponíveis. Um grau menor de liberdade civil, ao contrário, proporciona à mente o espaço necessário para que cada homem possa se desenvolver em sua plena capacidade[80].

O Iluminismo da Prússia, em suma, estava associado com o pensamento livre, e não com a ação livre. Além disso, esse pensamento livre era concebido primordialmente para aumentar o poder do Estado. Assim como os imigrantes contribuíram para a economia prussiana, o que permitiu o aumento de impostos, a manutenção de um exército maior e a conquista de mais territórios, também a pesquisa acadêmica poderia dar uma contribuição estratégica. Pois o novo conhecimento podia fazer mais que iluminar o mundo natural, desmistificando os movimentos dos corpos celestes. Também tinha o potencial de determinar a ascensão e a queda dos poderes terrenos.

Atualmente, Potsdam é só mais um subúrbio desleixado de Berlim, poeirento no verão, sombrio no inverno, com o horizonte desfigurado por prédios feios que carregam as marcas do “socialismo real” da Alemanha Oriental. Na época de Frederico, o Grande, no entanto, a maioria dos habitantes de Potsdam era composta de soldados, e quase todas as edificações tinham algum tipo de relação com o exército ou um propósito militar. O atual Museu do Cinema foi construído originalmente como um laranjal, e então transformado em cocheira para a cavalaria. Numa caminhada pelo centro da cidade, passamos pelo Orfanato Militar, pela Praça de Desfiles e pela antiga Escola de Montaria. Na esquina da Lindenstrasse com Charlottenstrasse, está o antigo Quartel da Guarda, cheio de ornamentos militares. Até mesmo as casas eram construídas com um andar adicional na parte superior para servir de alojamento aos soldados.

Produtividade do trabalho no exército francês.
Índice de tiro certeiro por soldado de infantaria, 1600-1750

| *Data aproximada* | *Índice de tiro certeiro por revólver (disparos por minuto)* | *Revólveres por soldado de infantaria* | *Índice de tiro certeiro por soldado de infantaria (disparos por minuto)* | *Hipóteses* |
|---|---|---|---|---|
| 1600 (1620 para revólveres por soldado de infantaria) | 0,50 | 0,40 | 0,20 | 1 disparo por minuto com mosquete; índice de erro de 0,50 |
| 1700 | 0,67 | 1,00 | 0,67 | 1 disparo por minuto com fecharia de pederneira; índice de erro de 0,33. As baionetas substituíram os homens armados com lanças |
| 1750 | 2,00 | 1,00 | 2,00 | 3 disparos por minuto com fecharia de pederneira, vareta e cartucho de papel, índice de erro de 0,33 |

Potsdam era a Prússia em caricatura e em miniatura. O auxiliar de Frederico, Georg Heinrich von Berenhorst, certa vez observou, meio de brincadeira, meio a sério: “A monarquia prussiana não é um território com um exército, e sim um exército com um território onde está situado”[81]. O exército deixou de ser apenas um instrumento do poder das dinastias; tornou-se parte integral da sociedade prussiana. Os proprietários de terra foram obrigados a servir como oficiais do exército, e os camponeses fisicamente aptos ocuparam o lugar dos mercenários estrangeiros na hierarquia militar. A Prússia era o exército – e o exército era a Prússia. No fim do reinado de Frederico, mais de 3% da população prussiana pertencia ao exército, mais que o dobro da proporção na França e na Áustria.

Um foco em treino e disciplina era considerado a essência do sucesso militar prussiano. Nesse aspecto, Frederico foi o verdadeiro sucessor de Maurício de Nassau e do rei sueco Gustavus Adolphus, os mestres da arte da guerra no século XVII. De uniforme azul, a infantaria prussiana marchava – como se fossem soldados mecânicos – a 90 passos por minuto, desacelerando para 70 quando se aproximava do inimigo[82]. A Batalha de Leuthen foi travada em dezembro de 1757, quando a própria existência da Prússia esteve ameaçada por uma aliança das três grandes potências: a França, a Áustria e a Rússia. Como de costume, a infantaria prussiana

surpreendeu a longa linha austríaca, atacando em sua ala meridional e encurralando-a. Mas então, quando os austríacos tentaram se reagrupar, encontraram algo muito mais letal que um inimigo marchando depressa: a artilharia. Pois a precisão fatal de sua capacidade de fogo foi tão crucial para a ascensão da Prússia quanto a fabulosa "obediência cadavérica" de sua infantaria[83].

Nos primeiros anos, Frederico havia considerado a artilharia um "poço de despesas"[84]. Mas passou a reconhecer seu valor. "Hoje estamos lutando contra algo mais do que homens", afirmou. "Devemos entender que o tipo de guerra que travaremos de agora em diante será uma questão de duelos de artilharia [...]."[85] Em Leuthen, os prussianos tinham 63 canhões de campanha e oito obuses, além de dez armas com calibre de 12 libras, conhecidas como *Brummer* – "roncadores" –, devido a seu barulho estrondoso. As baterias móveis de artilharia a cavalo criadas por Frederico logo se tornaram um padrão europeu[86]. Seu desenvolvimento rápido e concentrado em uma escala sem precedentes seria a chave das vitórias posteriores de Napoleão Bonaparte.

Armas como essas exemplificaram a aplicação de conhecimento científico ao domínio do poder militar. Foi um processo de competição, inovação e progresso, que rapidamente abriu uma distância imensa entre o Ocidente e o Oriente. Mas seus heróis continuam, em grande medida, não celebrados.

Benjamin Robins nasceu desprovido de tudo, menos de inteligência. Sem os meios necessários para frequentar a universidade, foi autodidata em matemática e ganhou seu sustento como professor particular. Depois de eleito membro da Sociedade Real aos 21 anos de idade, foi empregado pela Companhia das Índias Orientais como oficial de artilharia e engenheiro militar. No início dos anos 1740, Robins aplicou a física newtoniana ao problema da artilharia, usando equações diferenciais para fornecer a primeira verdadeira descrição do impacto da resistência do ar sobre as trajetórias de projéteis de alta velocidade (um problema que Galileu não fora capaz de resolver). Em *Novos princípios de artilharia*, publicado na Inglaterra em 1742, Robins usou a Lei de Boyle e a proposição 39 do livro I

dos *Princípios* de Newton (que analisa o movimento de um corpo sob a influência de forças centrípetas), além de suas próprias observações cuidadosas, para calcular a velocidade de um projétil quando este deixava a boca do cano de uma arma. Então, usando seu próprio pêndulo balístico, ele demonstrou o efeito da resistência do ar, que podia ser de até 120 vezes o peso do próprio projétil, distorcendo completamente a trajetória parabólica proposta por Galileu. Robins também foi o primeiro cientista a mostrar como a rotação de uma bala de mosquete em movimento a fazia se desviar da linha de fogo pretendida. Seu artigo "Of the Nature and Advantage of a Rifled Barrel Piece", que ele leu diante da Sociedade Real em 1747 – ano em que foi premiado com a Medalha Copley –, recomendava que as balas tivessem forma ovalada e que os canos das armas fossem estriados. A conclusão do artigo demonstra que Robins compreendia muito bem a importância estratégica e científica de seu trabalho:

> todo Estado deve compreender por completo a natureza e as vantagens das peças com canos estriados, e, ao facilitar e concluir sua construção, deve introduzir em seus exércitos seu uso geral com uma destreza em seu manuseio; dessa forma, alcançará uma superioridade, que estará à altura de praticamente tudo o que já se alcançou graças à excelência de um certo tipo de arma[87].

Pois quanto mais precisa e eficaz se tornava a artilharia, menos valiosas se tornavam as fortificações sofisticadas; e menos letais se tornavam até mesmo os mais bem treinados regimentos de infantaria regulares.

Foram necessários apenas três anos para que Frederico, o Grande, encomendasse uma tradução alemã dos *Novos princípios de artilharia* de Robins. O tradutor, Leonard Euler, ele próprio um excelente matemático, melhorou o original incluindo um apêndice abrangente de tabelas determinando a velocidade, o alcance, a altitude máxima e o tempo de voo para um projétil disparado a uma certa velocidade de saída e a um certo ângulo de elevação[88]. Uma tradução francesa surgiu em 1751. Houve, é claro, outros inovadores militares nessa época – notadamente o príncipe da Áustria, Joseph Wenzel von Liechtenstein, e o general da França Gribeauval –, mas é de Robins o crédito pela revolução balística do século XVIII. A

ciência proporcionara ao Ocidente uma arma verdadeiramente letal: a artilharia precisa. Foi uma realização um tanto surpreendente para um homem como Robins – um *quaker* de berço.

É claro que os otomanos ficaram de fora de tal revolução balística, do mesmo modo como haviam ignorado as leis newtonianas mais gerais do movimento. No século XVI, os armamentos otomanos provenientes da Casa de Fundição de Canhões do Estado Imperial foram mais do que um páreo para a artilharia europeia[89]. No século XVII, isso começou a mudar. Já em 1664, Raimondo Montecuccoli, o grande estrategista de Habsburgo que derrotou o exército otomano em São Gotardo, observou: "Esta enorme artilharia [dos turcos] causa grandes danos quando atinge, mas é difícil de manobrar e requer muito tempo para recarregar e apontar [...] Nossa artilharia é mais manejável e eficiente, e aqui reside nossa vantagem sobre o canhão dos turcos"[90]. Durante os dois séculos seguintes, essa distância só aumentou, à medida que as potências ocidentais aprimoraram seu conhecimento e seus armamentos em instituições como a Academia de Engenharia e Artilharia de Woolwich, fundada em 1741. Quando o esquadrão de *Sir* John Duckworth bloqueou o estreito dos Dardanelos em 1807, os turcos ainda estavam usando canhões antigos que arremessavam enormes bolas de pedra na direção dos navios de ataque.

## *Excursões do Tanzimat*

O romance epistolar de Montesquieu, *Cartas persas*, imagina dois muçulmanos embarcando em uma viagem de descoberta com destino à França, via Turquia. "Observei com assombro a fraqueza do império dos osmanlis", escreve Usbek durante sua jornada rumo a Oeste. "Esses bárbaros abandonaram todas as artes, até mesmo a da guerra. Enquanto as nações da Europa se tornam mais sofisticadas a cada dia, essas pessoas permanecem em um estado de ignorância primitiva, e raramente pensam em empregar novas invenções na guerra enquanto não tiverem sido usadas mil vezes contra eles."[91]

Tais expedições com o propósito de investigar as razões da superioridade militar do Ocidente, que crescia visivelmente, de fato aconteceram. Quando Yirmisekiz Çelebi Mehmed foi enviado a Paris em 1721, ele foi instruído a "visitar a fortaleza, as fábricas e as obras da civilização francesa e indicar quais delas poderiam ser aplicáveis". De volta, ele escreveu com entusiasmo sobre as escolas militares e os campos de treinamento franceses.

Nessa época, os otomanos já estavam cientes de que precisavam aprender com o Ocidente. Em 1732, İbrahim Müteferrika, um oficial otomano cristão, nascido na Transilvânia, presenteou o sultão Mahmud I com sua obra *Bases racionais para a política das nações*, que levantava a pergunta que desde então assombrou os muçulmanos: "Por que as nações cristãs, tão débeis no passado em comparação às muçulmanas, hoje começam a dominar tantas terras e até mesmo a derrotar os exércitos otomanos, outrora vitoriosos?". A resposta de Müteferrika foi muitíssimo abrangente. Ele se referiu ao sistema parlamentar na Inglaterra e na Holanda, à expansão cristã na América e no Extremo Oriente, e até mencionou que, enquanto o Império Otomano estava sujeito à lei *sharia* (*sheriat*), os europeus tinham "leis e regras inventadas pela razão". Mas era, acima de tudo, a distância militar que era preciso transpor:

> Que os muçulmanos ajam com perspicácia e se tornem intimamente familiarizados com novos métodos europeus, novas organizações, estratégias, táticas e operações militares europeias [...] Todos os homens sábios do mundo concordam que o povo da Turquia se distingue dos outros povos por sua natureza de aceitar o governo e a ordem. Se eles aprenderem as novas ciências militares e forem capazes de aplicá-las, nenhum inimigo jamais resistirá a esse Estado[92].

A mensagem era clara: se quisesse ser digno de crédito como uma grande potência, o Império Otomano deveria abraçar tanto a Revolução Científica quanto o Iluminismo. Não é coincidência ter sido Müteferrika quem finalmente introduziu a imprensa no Império Otomano em 1727 e quem, um ano depois, publicou o primeiro livro a usar tipos móveis árabes, o dicionário Van Kulu. Em 1732, ele publicou uma compilação de várias obras inglesas e latinas como *Fuyuzat-ı miknatisiye* ("O esclarecimento do magnetismo")[93].

Em 2 de dezembro de 1757, o servidor público e diplomata otomano Ahmed Resmî Efendi partiu de Istambul rumo a Viena para anunciar a ascensão de um novo sultão ao trono: Mustafá III. Esta seria uma expedição otomana muito diferente daquela liderada por Kara Mustafá em 1683. Resmî foi acompanhado não por um exército, mas por mais de cem oficiais militares e civis; sua missão não era cercar a capital dos Habsburgo, e sim aprender com ela. Após uma permanência de 153 dias, ele escreveu um relatório detalhado – e entusiástico – de mais de 245 folhas manuscritas.[94] Em 1763, foi enviado em outra missão diplomática, desta vez a Berlim. Na verdade, ele ficou ainda mais impressionado com a Prússia do que com a Áustria. Embora um pouco desconcertado com o traje de Frederico ("poeirento com o uso diário"), ele aplaudiu a dedicação do rei à atividade do governo, sua ausência de preconceito religioso e os abundantes indícios de desenvolvimento econômico da Prússia[95].

Os relatos anteriores sobre a Europa escritos por enviados otomanos estavam cheios de escárnio. De fato, um complexo de superioridade crônico fora mais um obstáculo à reforma otomana. Os relatos entusiásticos de Resmî marcavam uma mudança drástica – e dolorosa. No entanto, nem todos em Istambul foram receptivos. As críticas implícitas e explícitas de Resmî aos sistemas otomanos de serviço civil e militar provavelmente foram o motivo pelo qual o talentoso oficial nunca se tornou um grão-vizir. Descrever a superioridade dos governos europeus era uma coisa. Implementar reformas no sistema otomano era outra bem diferente.

Especialistas ocidentais foram convidados a Istambul para aconselhar o sultão. Claude Alexandre, conde de Bonneval, supervisionou a reforma dos Corpos de Mineiros e do Transporte de Artilharia otomanos, bem como dos Corpos de Artilheiros. O barão François de Tott, um oficial francês de origem húngara, foi trazido para supervisionar a construção de defesas novas e eficazes para a capital otomana. Enquanto navegava pelo Bósforo, De Tott percebeu com assombro que muitas das fortificações não só estavam ultrapassadas como também situadas em lugar inadequado, e por isso qualquer navio inimigo estaria completamente fora do alcance até mesmo das armas modernas. Em suas memórias, ele as descreveu como

“mais parecidas com as ruínas de um cerco do que com as preparações para uma defesa”. De Tott instaurou o Sür’at Topçulari Ocağı, inspirada nos “Corps de Diligents” franceses, e a Hendesehane (Academia Militar), onde um escocês, Campbell Mustafá, instruía os cadetes em matemática. Ele também construiu uma nova casa de fundição para a manufatura de canhões e estimulou a criação de unidades de artilharia móvel[96].

Reiteradas vezes, no entanto, as tentativas de mudança enfrentaram oposição política, sobretudo a dos janízaros, que em 1807 conseguiram desmantelar completamente o Exército da Nova Ordem (Nizam-ı Cedid), instituído sob a direção de outro especialista francês, o general Albert Dubayet. Nessa época, o exército otomano parecia ser administrado primordialmente para o enriquecimento e a conveniência de seus oficiais. Cada vez mais vulnerável em batalha, já não era eficaz nem mesmo para conter revoltas internas[97]. Foi só durante a era do Tanzimat (a Reorganização) – os reinos dos sultões reformadores Mahmud II e Abdülmecid I – que um sultão esteve preparado para confrontar diretamente tal oposição.

Em 11 de junho de 1826, em uma grande praça de desfiles perto dos principais quartéis janízaros, 200 soldados demonstravam suas habilidades usando novos uniformes em estilo europeu. Dois dias depois, cerca de 20 mil janízaros se reuniram para protestar, gritando: “Não queremos o treinamento militar dos infiéis!”. Eles simbolicamente derrubaram seus caldeirões de *pilav* [arroz turco] e ameaçaram marchar para o palácio de Topkapı. Mahmud II agarrou a oportunidade. Os janízaros seriam massacrados – declarou –, ou gatos caminhariam sobre as ruínas de Istambul. Ele havia se preparado bem, assegurando a lealdade de unidades essenciais do Exército, como os Corpos de Artilharia. Quando suas armas se voltaram contra os quartéis dos janízaros, as forças reacionárias foram desestruturadas. Houve centenas de mortes. Em 17 de junho, os janízaros foram eliminados[98].

Não só os uniformes do exército foram europeizados. Os soldados também tinham de marchar em um ritmo completamente novo, seguindo orientações do instrutor-geral da música otomana imperial, Giuseppe

Donizetti, irmão do mais famoso Gaetano Donizetti, o compositor de "Lucia di Lammermoor". Donizetti escreveu dois hinos nacionais marcadamente italianizados para seu empregador, além de supervisionar a criação de uma banda militar em estilo europeu, a quem ensinou tocar *ouvertures* de Rossini. Os tambores de guerra, que um dia incutiram o temor a Alá nos defensores de Viena, haviam desaparecido. Conforme informou o jornal francês *Le Ménestrel* em dezembro de 1836:

> Em Istambul, a antiga música turca morreu agonizando. O sultão Mahmoud adora música italiana e a introduziu em seus exércitos [...] Ele gosta particularmente de piano, tanto que solicitou muitos instrumentos de Viena para suas damas. Eu não sei como elas vão aprender a tocar, já que até agora ninguém conseguiu se aproximar delas[99].

O símbolo mais duradouro da era da reforma foi construído pelo sultão Abdülmecid I. Erguido entre 1843 e 1856, o palácio Dolmabahçe tinha não menos de 285 aposentos, 44 salões, 68 banheiros e seis *hammans* (banhos turcos). Foram usadas 14 toneladas de folha de ouro para folhear o teto do palácio, do qual pendia um total de 36 candelabros. No topo da ofuscante escadaria de cristal, o Salão Muayede (Cerimonial), o maior aposento do palácio, ostenta um imenso carpete de uma única peça medindo 120 metros quadrados e um candelabro que pesa mais de quatro toneladas. É uma mistura da Grand Central Station com um palco montado na *Opéra* de Paris.

Tudo que restava era implementar, após um atraso de quase 200 anos, a Revolução Científica. Um relatório do governo publicado em 1838 confirmou a nova importância dada ao conhecimento ocidental: "O conhecimento religioso traz salvação no mundo vindouro, mas a ciência traz a perfeição do homem neste mundo". No entanto, foi só em 1851 que uma Assembleia do Conhecimento (Encümen-i Daniş) foi estabelecida nos moldes da Académie Française (os membros deveriam ser "cultos e versados em ciência, tendo um conhecimento perfeito de uma das línguas europeias"), à qual se seguiu, dez anos mais tarde, a Sociedade Científica Otomana (Cemiyet-i İlmiye-i Osmaniye).[100] Ao mesmo tempo, com a

criação de uma espécie de parque industrial a oeste de Istambul, houve um esforço conjunto para construir fábricas capazes de produzir uniformes e armamentos modernos. Parecia que os otomanos estavam, enfim, abrindo-se sinceramente para o Ocidente[101]. O orientalista James Redhouse – que, após abandonar o trabalho em um navio aos 17 anos de idade, fora empregado como professor na Escola de Engenharia Naval otomana – trabalhou duro por décadas para traduzir obras inglesas para o turco e compilar dicionários, gramáticas e manuais que tornariam o conhecimento europeu mais acessível aos leitores otomanos, além de ter contribuído para melhorar a compreensão ocidental acerca dos turcos, que tinham má reputação no Ocidente. Em 1878, Ahmed Midhat fundou o jornal *Intérprete da verdade*, no qual publicou, em séries, muitas de suas próprias obras, entre as quais *Avrupa'da Bir Cevelan* (Uma viagem pela Europa, 1889), que descreve suas experiências na Exposição Universal de Paris e, em particular, suas impressões sobre o Palácio das Máquinas[102].

Contudo, apesar dos esforços sinceros de grão-vizires como Reshid Pasha, Fuad e Ali Pasha e Midhat Pasha, nenhuma dessas mudanças foi acompanhada pelo tipo de reforma no sistema de administração otomano que poderia ter fornecido uma base sólida para apoiar essa bela fachada103. Novos exércitos, novos uniformes, novos hinos e novos palácios, tudo isso estava muito bem. Mas, sem um sistema fiscal efetivo para financiá-los, uma parcela cada vez maior do custo era paga com empréstimos de Paris e de Londres. E, quanto mais se gastava com o pagamento de juros aos debenturistas europeus, menos sobrava para financiar a defesa do império, agora decadente. Impulsionado pelos gregos nos anos 1820, e perdendo grandes extensões de território nos Bálcãs em 1878, o Império Otomano parecia estar em sua fase terminal, com sua moeda desvalorizada pela emissão de notas grosseiras (e facilmente falsificadas) de papel-moeda conhecidas como *kaime*[104], uma parte cada vez maior de suas receitas consumida pelo pagamento de juros aos credores europeus[105], e sua periferia ameaçada por uma combinação de nacionalismo eslavo e conspiração das grandes potências. A tentativa de introduzir uma constituição para limitar o

poder do sultão terminou com o exílio de Midhat Pasha e o restabelecimento do governo absoluto de Abdul Hamid II.

Em um canto de um dos muitos vastos salões do palácio de Dolmabahçe está um relógio extraordinário, que é também termômetro, barômetro e calendário. Foi um presente do quediva do Egito ao sultão. Tem até mesmo uma inscrição em árabe: “Que cada minuto seu valha uma hora, e que cada hora valha cem anos”. Parece uma obra de arte da tecnologia oriental – com exceção de um detalhe: foi feito na Áustria, por Wilhelm Kirsch. Como o relógio de Kirsch ilustra perfeitamente, a mera importação da tecnologia ocidental não eximia os otomanos da necessidade de uma modernização vinda de dentro. Os turcos precisavam não só de um novo palácio, mas de uma nova constituição, de um novo alfabeto – com efeito, de um novo Estado. O fato de eles finalmente terem conseguido todas essas coisas se deveu, em grande medida, aos esforços de um único homem. Seu nome era Kemal Atatürk. Sua ambição era se tornar o Frederico, o Grande, da Turquia.

### *De Istambul a Jerusalém*

> Tenho sérias razões para supor que o planeta de onde veio o Pequeno Príncipe é o asteroide conhecido como B-612. Esse asteroide foi visto uma única vez ao telescópio – por um astrônomo turco, em 1909. O astrônomo apresentou sua descoberta no Congresso Internacional de Astronomia, em uma grande demonstração. Mas ele usava roupas turcas, e por isso ninguém lhe deu crédito [...] No entanto, felizmente para a reputação do asteroide B-612, um ditador turco criou uma lei obrigando seus súditos, sob pena de morte, a se vestirem à moda europeia. Então, em 1920, o astrônomo repetiu sua demonstração, em trajes de impressionante elegância e estilo. E desta vez todos acreditaram.

Em *O pequeno príncipe*, Antoine de Saint-Exupéry zomba gentilmente da modernização da Turquia. Sem dúvida, os turcos mudaram sua forma de se vestir após a Primeira Guerra Mundial, adequando-se cada vez mais às normas ocidentais, assim como os japoneses haviam feito após a Restauração Meiji (ver Capítulo 5). Mas quão profunda era a mudança que isso representava? Em particular, a nova Turquia era mesmo capaz de atuar na mesma liga científica que as potências ocidentais?

Ao contrário de Frederico, o Grande, Mustafá Kemal não nasceu para o poder. Um viciado em mulheres e álcool, Kemal foi beneficiário da reformulação do exército otomano no fim do século XIX, inspecionada por Colmar Freiherr von der Goltz (Goltz Pasha) nos anos 1880 e início dos 1890. Goltz era a personificação da Prússia criada por Frederico, o Grande: nascido na Prússia Oriental, filho de um soldado e fazendeiro medíocre, chegou ao posto de marechal de campo graças a uma combinação de inteligência e bravura. Kemal aprendeu a maneira alemã de guerrear e colocou a teoria em prática em 1915, quando desempenhou um papel fundamental na bem-sucedida defesa turca contra a força invasora britânica. Após a guerra, com o Império Otomano se desintegrando e um exército grego marchando sobre a Anatólia, foi Kemal quem organizou o contra-ataque decisivo e se proclamou o pai – Atatürk – de uma nova república turca. Embora tenha transferido a capital de Istambul para Ankara, no coração da Anatólia, Atatürk não tinha dúvida de que o Estado que ele havia forjado deveria se voltar para o Ocidente. Durante séculos, segundo afirmou, os turcos haviam "caminhado do Oriente em direção ao Ocidente".[106] "Podemos nomear uma única nação", perguntou ao escritor francês Maurice Pernot, "que não tenha se voltado para o Ocidente em sua busca por civilização?".[107]

Uma parte essencial da reorientação da Turquia promovida por Atatürk foi a reforma radical do alfabeto, que ele introduziu pessoalmente. A escrita árabe não só simbolizava a dominação do Islã, como também se adequava parcamente aos fonemas da língua turca e, portanto, ler ou escrever não era nada fácil para a maior parte da população. Atatürk deu o primeiro passo no parque Gülhane, outrora um jardim do palácio de Topkapı, numa noite de agosto de 1928. Dirigindo-se a um grande público de convidados, ele pediu a alguém capaz de ler turco que recitasse o texto de um papel em sua mão. Quando o voluntário, visivelmente desconcertado, examinou o que estava escrito na folha, Atatürk disse à multidão: "Este jovem está perplexo porque ele não conhece o verdadeiro alfabeto turco". Então, entregou a folha a um colega, que leu em voz alta:

> Nossa língua rica e harmoniosa agora será capaz de se mostrar com novas letras turcas. Devemos nos libertar desses sinais incompreensíveis que durante séculos detiveram nossa mente em uma morsa de ferro [...] Vocês devem aprender depressa as novas letras turcas [...] Considerem isso um dever nacional e patriótico [...] Pois é vergonhoso que uma nação consista de 10% ou 20% de letrados e 80% ou 90% de iletrados [...] Devemos reparar esses erros [...] Nossa nação mostrará, com esta escrita e com sua inteligência, que seu lugar é no mundo civilizado.[108]

A ocidentalização do alfabeto foi só uma parte de uma revolução cultural mais ampla projetada por Atatürk para incluir a Turquia no século XX. As roupas foram ocidentalizadas tanto para os homens quanto para as mulheres; o fez e o turbante foram substituídos pelo chapéu ocidental, e o uso do véu foi desestimulado. Adotou-se o calendário ocidental, e inclusive os anos passaram a seguir a numeração cristã. Mas o que Atatürk fez de mais importante foi estabelecer a nova Turquia como um Estado secular, completamente separado de toda autoridade religiosa. O califado foi abolido em março de 1924; um mês depois, as cortes religiosas foram fechadas e a lei *sharia* foi substituída por um código civil baseado no da Suíça. Aos olhos de Atatürk, nada fora mais responsável por retardar o avanço do Império Otomano que a interferência religiosa no domínio da ciência. Em 1932, após consultar Albert Malche, da Universidade de Genebra, ele substituiu a antiga Darülfünun (Casa das Múltiplas Ciências), que estivera firmemente nas mãos dos imames, pela Universidade de Istambul, de estilo ocidental, que mais tarde abriu as portas para cerca de cem acadêmicos alemães fugindo do regime nacional-socialista porque eram judeus ou porque pertenciam à esquerda política. “Para tudo no mundo – para a civilização, para a vida, para o sucesso”, ele declarou em palavras inscritas no principal edifício da Universidade de Ankara, “o guia mais verdadeiro é o conhecimento e a ciência. Procurar outro guia que não o conhecimento e a ciência é [um sinal de] negligência, ignorância e aberração”.[109]

Ao dissolver o Império Otomano e impelir seu centro turco em direção ao secularismo, a Primeira Guerra Mundial impulsionou – ainda que sem querer – os valores da Revolução Científica e do Iluminismo. Para assegurar vitória, no entanto, os britânicos procuraram mobilizar inimigos

internos contra o sultão, entre eles os árabes e os judeus. Para os árabes, os britânicos prometeram reinos independentes. Para os judeus, um novo "lar nacional para o povo judeu" na Palestina. Essas promessas, conforme sabemos, se mostraram incompatíveis.

Embora sagrada para todas as três religiões monoteístas, Jerusalém hoje às vezes parece o equivalente moderno de Viena em 1683 – uma cidade fortificada na fronteira da civilização ocidental. Fundada em maio de 1948 como um Estado judeu – *por* judeus mas não exclusivamente *para* judeus –, o Estado de Israel se considera um posto avançado ocidental. Mas está cercado por todos os lados. Israel, que reivindica Jerusalém como sua capital,[110] é ameaçado por forças muçulmanas que colocam em risco sua própria existência: pelo Hamas, nos territórios ocupados de Gaza (que atualmente controla) e da Cisjordânia; pelo Hezbollah, no Líbano vizinho; e pelo Irã, a leste; sem falar da Arábia Saudita. No Egito e na Síria, os israelenses veem os islamitas fazendo progresso contra governos seculares. Até mesmo a Turquia, tradicionalmente amigável, hoje claramente se inclina para o islamismo e o antissionismo, sem falar de uma política externa neo-otomana. Em consequência, muitas pessoas em Israel se sentem tão ameaçadas quanto os vienenses em 1683. A principal pergunta é até que ponto a ciência pode continuar a ser o atributo que confere a uma sociedade ocidental como Israel uma vantagem sobre seus inimigos.

Num grau notável para um país tão pequeno, Israel está na vanguarda da inovação científica e tecnológica. Entre 1980 e 2000, o número de patentes registradas em Israel foi 7.652, em comparação com 367 para todos os países árabes juntos. Em 2008, inventores israelenses se apresentaram para registrar 9.591 novas patentes. O número equivalente para o Irã foi 50 e, para todos os países de maioria muçulmana, 5.657.[111] Israel tem mais cientistas e engenheiros *per capita* que qualquer outro país, e produz mais artigos científicos *per capita*. Com relação ao PIB, seus gastos com pesquisa e desenvolvimento civil são os mais altos do mundo[112]. O banqueiro judeu-alemão Siegmund Warburg não estava errado quando, na época da Guerra dos Seis Dias, comparou Israel com a Prússia do século XVIII. (Warburg ficou especialmente impressionado com o Instituto de

Ciência Weizmann em Rehovoth, um centro de pesquisa fundado em 1933 por Chaim Weizmann, o notável químico que se tornaria o primeiro presidente de Israel.)[113] Uma caixa de areia cercada de inimigos, cada país precisava de ciência para garantir sua sobrevivência estratégica. Hoje, nada ilustra melhor o nexo entre ciência e segurança do que a sala de controle da vigilância policial no coração de Jerusalém. Literalmente, cada rua movimentada na velha cidade tem sua própria câmera de circuito fechado, permitindo à polícia monitorar, registrar e, onde necessário, demover suspeitos de terrorismo.

Mas hoje essa distância científica finalmente mostra sinais de estar sendo superada. Embora seja uma república islâmica, o Irã abriga dois festivais de ciência anuais – o Festival Internacional de Ciências Elementares de Kharazmi e o Festival Anual de Investigação em Ciências Médicas Razi – concebidos para fomentar pesquisas de ponta tanto no campo teórico quanto no aplicado. Recentemente, o governo iraniano destinou 150 bilhões de riyal (em torno de 17,5 milhões de dólares) à construção de um novo observatório, como parte de um importante investimento em astronomia e astrofísica. De maneira surpreendente, tendo em vista a rigidez da aplicação da lei *sharia* por parte do regime, hoje cerca de 70% de seus estudantes de Ciência e Engenharia são mulheres. De Teerã a Riad, passando pela escola privada para garotas muçulmanas, financiada por sauditas (a qual visitei ano passado em West London), o tabu contra a educação feminina está diminuindo. Isso, por si só, é um avanço bem-vindo. O que é muito menos bem-vindo é o uso que o Irã vem fazendo de sua recém-fundada literatura científica.

Em 11 de abril de 2006, o presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad anunciou que o Irã havia conseguido enriquecer urânio. Desde então, apesar da ameaça de sanções econômicas, o país está cada vez mais perto de seu antigo sonho de ser uma potência nuclear. Ostensivamente, esse é um programa projetado para produzir energia nuclear. Na realidade, é um segredo conhecido por todos que Mahmoud Ahmadinejad aspira ter uma arma nuclear. Isso, no entanto, não faria do Irã a primeira potência nuclear islâmica. Graças ao trabalho pioneiro do inescrupuloso Dr. A. Q. Khan, o

Paquistão vem sendo, há anos, a principal locomotiva de proliferação de armas nucleares. No momento em que escrevo este livro, não está nada claro se Israel, sozinho, tem uma resposta militar viável para a ameaça de um Irã munido de armas nucleares.

Hoje, então, mais de três séculos após o cerco de Viena, a questão principal é até que ponto o Ocidente continua sendo capaz de manter a liderança científica na qual – entre muitas outras coisas – há muito se apoia sua superioridade militar. Ou talvez a questão possa ser formulada em outros termos. Será que uma potência oriental pode realmente esperar se beneficiar do conhecimento científico ocidental se continuar a rejeitar esta outra parte fundamental da fórmula vencedora do Ocidente: a terceira inovação institucional dos direitos de propriedade privada, o Estado democrático de direito e um governo verdadeiramente representativo?

---

Ver, em geral, Bakar, *Tawhid and Science*; Morgan, *Lost History*; Lyons, *The House of Wisdom*.

Freely, *Aladdin's Lamp*, p. 163.

Lyons, *The House of Wisdom*, p. 5.

De maneira crucial, tanto os muçulmanos Shi'a, da Pérsia, quanto os mongóis – menos doutrinários – na Índia rejeitaram as pretensões otomanas sobre o califado e resistiram a elas.

O título completo de Solimão era: "Sua majestade imperial, o sultão Solimão I, soberano da Casa Imperial de Osman, sultão dos sultões, khan dos khans, comandante dos fiéis e sucessor do profeta do Senhor do Universo, protetor das cidades sagradas de Meca, Medina e Jerusalém, imperador das três cidades de Constantinopla, Adrianopla e Bursa, e das cidades de Damasco e Cairo, de toda a Armênia, do Magris, de Barka, de Cairuão, de Aleppo, do Iraque árabe e de Ajim, de Basra, de Al-Hasa, de Dilen, de Raka, de Mossul, de Partia, de Diyarbakır, da Cilícia, dos vilaietes de Erzurum, de Sivas, de Adana, de Karaman, de Van, da Berbéria, da Abissínia, da Tunísia, de Trípoli, de Damasco, de Chipre, de Rodes, de Candia, do vilaiete da Moreia, do mar de Mármara, do mar Negro e também de seu litoral, da Anatólia, da Rumélia, de Bagdá, do Curdistão, da Grécia, do Turquistão, da Tartária, da Circássia, dos dois territórios de Cabárdia, da Geórgia, da planície de Kipshak, de todo o território dos tártaros, de Kefa e de todos os territórios vizinhos, da Bósnia e de suas dependências, da cidade e do forte de Belgrado, do vilaiete da Sérvia, com todos os castelos, fortes e cidades, de toda a Albânia, de todo Iflak e Bogdania [...]".

İhsanoğlu, *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire*, p. 16 ss.

Mansel, *Constantinople*, p. 62.

Hamdani, "The Ottoman Response to the Discovery of America and the New Route to India".

Forster e Daniel (Org.), *The Life and Letters of Ogier Ghiselin de Busbecq*, p. 221.

0 Hess, “The Evolution of the Ottoman Seaborne Empire in the Age of the Oceanic Discoveries”.

1 Leopoldo personificava a capacidade da família Habsburgo para adquirir territórios por nascimento em vez de por guerra e, ao mesmo tempo, as dificuldades decorrentes da endogamia. Ele foi batizado Leopoldo Ignácio José Baltazar Feliciano de Habsburgo, e seu título completo, quando foi eleito sacro imperador romano, era “Leopoldo I, pela graça de Deus eleito Sacro Imperador Romano, para sempre Augusto, rei da Alemanha, rei da Hungria, rei da Boêmia, da Dalmácia, da Croácia, da Eslavônia, de Rama, da Sérvia, da Galícia, da Lodoméria, da Cumânia, da Bulgária, arquiduque da Áustria, duque de Borgonha, de Brabante, da Estíria, da Caríntia, Carníola, marquês da Morávia, duque de Luxemburgo, da Alta e da Baixa Silésia, de Württemberg e Teck, príncipe da Suábia, conde de Habsburgo, Tirol, Kyburg e Gorizia, *landgrave* da Alsácia, marquês do Sacro Império Romano, da Burgóvia, do Enns, da Alta e da Baixa Lusácia, lorde do marquesado da Eslavônia [e] de Pordenone e Salines”. Atormentado por um maxilar inferior especialmente protuberante (o notório “maxilar de Habsburgo”), Leopoldo se casou três vezes: primeiro, com a espanhola Margarita Teresa, sua sobrinha e prima em primeiro grau, depois com a arquiduquesa tirolesa Claudia Felicitas e, por último, com a princesa Leonor de Neuburgo. Teve 16 filhos ao todo, só quatro dos quais continuavam vivos quando ele morreu.

2 İnalcik e Quataert, *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*, p. xviii.

3 Stoye, *The Siege of Vienna*, p. 32.

4 Ibid., p. 119. Cf. Panaite, *The Ottoman Law of War and Peace*.

5 Goodwin, *Lords of the Horizons*, p. 229.

6 A história pode ter surgido com Alfred Gottschalk, autor da primeira edição da *Larousse Gastronomique* (1938). Primeiro ele atribuiu o *croissant* ao cerco de Budapeste em 1686, quando um padeiro supostamente alertou as autoridades sobre as escavações turcas. Em uma publicação posterior, Gottschalk mudou o cenário para Viena em 1683.

7 Lewis, *What Went Wrong?*, p. 18 ss.

8 Özmucur e Pamuk, “Real Wages and Standards of Living in the Ottoman Empire”; Quataert, *Ottoman Manufacturing in the Age of the Industrial Revolution*. Assim como na Índia, a manufatura têxtil tradicional foi duramente afetada pela competição europeia no início do século XIX, mas a economia otomana se saiu melhor no período posterior a 1850.

9 Rafeq, “Making a Living or Making a Fortune”; Pamuk, “Institutional Change and the Longevity of the Ottoman Empire”.

0 Grant, “Rethinking the Ottoman ‘Decline’”.

1 Steinberg, *Five Hundred Years of Printing*, p. 22-5.

2 Eisenstein, *The Printing Revolution in Early Modern Europe*, p. 168.

3 Luther, *Concerning Christian Liberty* (1520).

4 Crofts, “Printing, Reform and Catholic Reformation in Germany”, p. 376.

5 Holborn, “Printing and the Growth of a Protestant Movement in Germany”, p. 134 ss.

6 Dittmar, “Ideas, Technology, and Economic Change”.

7 Walsham, “Unclasping the Book?”, p. 156.

3 A Versão Autorizada (como veio a ser conhecida a Bíblia do rei Jaime, de 1611) está, ao lado das obras de William Shakespeare, entre as maiores obras da literatura inglesa. Os tipógrafos reais falharam uma única vez com a equipe de 47 estudiosos que a produziram: a edição de 1631 – conhecida como "a Bíblia perversa" – omitiu a palavra "não" do mandamento "Não deverás cometer adultério".

9 Hall, "Intellectual Tendencies", p. 390 ss.

0 Bohnstedt, "The Infidel Scourge of God", p. 24.

1 Clark, "The Publication of the Koran in Latin", p. 9.

2 Thomas, *Religion and the Decline of Magic*; Levack, *The Witch-Hunt in Early Modern Europe*.

3 Entre os avanços científicos mais importantes do mundo – 369 eventos mencionados em quase todas as obras de referência sobre a história da ciência –, uma proporção incrivelmente alta (38%) ocorreu entre o início da Reforma e o início da Revolução Francesa. O papel da liberdade de pensamento, tanto religiosa quanto política, é uma variável essencial na teoria das realizações humanas de Charles Murray, notável mas negligenciada. Murray também identifica as contribuições da urbanização e, talvez paradoxalmente, do conflito militar. Conforme veremos, a relação entre a guerra e o progresso científico era de fato muito próxima.

4 Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions*.

5 Henry, *The Scientific Revolution and the Origins of Modern Science*, p. 74.

6 Shank, *The Newton Wars and the Beginning of the French Enlightenment*, p. 239.

7 Murray, *Human Accomplishment*, esp. p. 257 ss., 297 ss. Ver também Basalla, "The Spread of Western Science".

8 Smith, "Science and Technology in Early Modern Islam". Cf. Clark, "Aristotle and Averroes".

9 Deen, *Science under Islam*, p. 122 ss; Huff, *The Rise of Early Modern Science*, p. 92.

0 Huff, *The Rise of Early Modern Science*, p. 75.

1 Deen, *Science under Islam*, p. 4 ss.; Faroqhi, *Subjects of the Sultan*.

2 Mansel, *Constantinople*, p. 45.

3 Lewis, *What Went Wrong?*, p. 43.

4 Barkey, *Empire of Difference*, p. 232 ss.; İhsanoğlu, *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire*, p. 20. Ver também Mansel, *Constantinople*, p. 46; Vlahakis et al. *Imperialism and Science*, p. 79.

5 İhsanoğlu, *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire*.

6 Barkey, *Empire of Difference*, p. 233.

7 Sprat, *The History of the Royal Society of London*, p. 63 ss.

8 Fernández-Armesto, *Pathfinders*, p. 281.

9 Gribbin, *The Fellowship*, p. 253 ss.

0 Hall, *Philosophers at War*.

1 Stewart, *The Rise of Public Science*, p. 258.

2 Allen, *The Steam Engine of Thomas Newcomen*; Allen, *The 1715 and Other Newcomen Engines*.

3 Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, p. 367. Cf. Gerber, "The Monetary System of the Ottoman Empire"; Pamuk, "Prices in the Ottoman Empire".

4 Goffman, *The Ottoman Empire and Early Modern Europe*, p. 119.

5 Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, p. 207.

6 Lewis, *The Middle East*, p. 126. Ver também Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, p. 378 ss.

7 Lewis, *The Emergence of Modern Turkey*, p. 23.

8 Coles, *The Ottoman Impact on Europe*, p. 163.

9 Mansel, *Constantinople*, p. 86-96; Goodwin, *Lords of the Horizons*, p. 168.

10 Clark, *Iron Kingdom*, p. 240.

11 T. R. Ybarra, "Potsdam of Frederick the Great – After William II", *New York Times*, 10 de setembro de 1922.

12 Clark, *Iron Kingdom*, p. 189.

13 Chakrabongse, *The Education of the Enlightened Despots*, p. 52 ss.

14 Fraser, *Frederick the Great*, p. 29 ss.

15 Clark, *Iron Kingdom*, p. 215.

16 Frederick, *Anti-Machiavel*, cap. 26.

17 Clark, *Iron Kingdom*, p. 231.

18 Ibid., p. 241 ss.

19 Haffner, *The Rise and Fall of Prussia*, p. 37, 43 ss.

20 Gerber, "Jews and Money-Lending in the Ottoman Empire". Ver também Quataert, *Manufacturing and Technology Transfer in the Ottoman Empire*.

21 Clark, *Iron Kingdom*, p. 187.

22 Blanning, *The Culture of Power and the Power of Culture*, p. 108 ss.

23 Em suas viagens, Cândido, Cunegonde e os leibnizianos dr. Pangloss e Cacambo vivenciam ou testemunham fustigações, guerra, sífilis, naufrágio, estrangulamento, um terremoto, escravidão, bestialidade, doença e morte por pelotão de fuzilamento.

24 Darnton, *The Literary Underground of the Old Regime*, p. 25.

25 Terrall, *The Man Who Flattened the Earth*, p. 181-5.

26 Aldington (Org.), *Letters of Voltaire and Frederick the Great*, p. 179.

27 Frederick, *Anti-Machiavel*, p. 400-405.

28 Terrall, *The Man Who Flattened the Earth*, p. 235.

29 Shank, *The Newton Wars*, p. 475; Fraser, *Frederick the Great*, p. 259.

30 Kant, "Answer to the Question: 'What is Enlightenment?'"

1 Clark, *Iron Kingdom*, p. 215.

2 Ibid., p. 195.

3 Palmer, “Frederick the Great”, p. 102.

4 Bailey, *Field Artillery and Firepower*, p. 165 ss.

5 Duffy, *Frederick the Great*, p. 264.

6 Kinard, *Weapons and Warfare*, p. 157 ss.

7 Steele, “Muskets and Pendulums”, p. 363 ss.

8 Ibid., p. 368 ss.

9 Agoston, “Early Modern Ottoman and European Gunpowder Technology”.

0 Coles, *The Ottoman Impact on Europe*, p. 186.

1 Montesquieu, *Persian Letters*, Letter XIX.

2 Mansel, *Constantinople*, p. 185 ss.

3 Shaw, *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey*, p. 236-8.

4 Lewis, What Went Wrong?, p. 27.

5 Aksan, *An Ottoman Statesman in War and Peace*.

6 İhsanoğlu, *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire*, p. 56. Ver também Levy, “Military Reform”.

7 Reid, *Crisis of the Ottoman Empire*, p. 59-64.

8 Mansel, *Constantinople*, p. 237 ss.

9 Araci, “Giuseppe Donizetti and the Ottoman Court”, p. 51.

20 İhsanoğlu, *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire*, p. 170 ss.

21 Clarke, “The Ottoman Industrial Revolution”, p. 67 ss.

22 Findley, “Na Ottoman Occidentalist in Europe”.

23 Weiker, “The Ottoman Bureaucracy”, esp. p. 454 ss.

24 Pamuk, “From Bimetallism to the ‘Limping Gold Standard’”, p. 16; Davison, *Essays in Ottoman and Turkish History*, p. 64-7. Cf. Farley, *Turkey*, p. 121 ss.

25 Pamuk, *The Ottoman Empire and European Capitalism*, p. 55-9.

26 Kinross, *Atatürk*, p. 386.

27 Mango, *Atatürk*, p. 396

28 Kinross, *Atatürk*, p. 442 ss.

29 Mango, *Atatürk*, p. 412.

30 Jerusalém foi temporariamente cercada por forças árabes em 1948, após uma grande batalha que levou à expulsão da comunidade judaica e à destruição das antigas sinagogas da cidade. No entanto, na época do cessar-fogo de janeiro de 1949, Israel reivindicou a nova cidade (Jerusalém Ocidental) e o velho bairro judeu. A Transjordânia reivindicou Jerusalém Oriental, com a margem ocidental do

Jordão. Por quase duas décadas, a cidade foi dividida em duas (tal como Berlim entre 1961 e 1989), embora sem reconhecimento internacional. Mas então, durante a Guerra dos Seis Dias, em 1967, Jerusalém Oriental foi "libertada" pelas Forças de Defesa israelenses, mais uma vez a despeito das Nações Unidas. Sob o prefeito Teddy Kollek, grandes partes da Jerusalém árabe foram destruídas, inclusive o bairro marroquino. A política de construção de assentamentos judeus em Jerusalém Oriental também foi concebida para tornar permanente o controle israelense. Mas ondas recorrentes de violência, notadamente as *intifadas* lideradas por jovens árabes, tenderam a restaurar a divisão da cidade, enquanto persuadiam muitos israelenses de que um retorno às fronteiras anteriores a 1967 deveria ser parte de um acordo de paz duradouro. No entanto, a lei israelense continua afirmando que "Jerusalém, completa e unificada, é a capital de Israel". Desde 1988 os palestinos reivindicam a cidade (que eles chamam al-Quds al-Sharif) como sua capital. No momento em que escrevo este livro, qualquer acordo sobre o assunto é difícil de imaginar.

1 Organização Mundial da Propriedade Intelectual, *World Intellectual Property Indicators 2010* (Geneva, 2010): http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/.

2 Senor e Singer, *Start-Up Nation*.

3 Ferguson, *High Financier*, p. 317 ss.

OceanofPDF.com

# 3
# Propriedade

> Ser livre é [...] ter liberdade para ordenar e controlar, conforme lhe convém, sua pessoa, suas ações, suas posses e todas as suas propriedades, dentro do permitido por lei; e nisto não estar sujeito à vontade arbitrária de outrem [...] O grande e *principal propósito*, portanto, de que os homens se unam em comunidades [...] é a *preservação de sua propriedade*.
> JOHN LOCKE

> Somos os descendentes vis dos espanhóis predatórios que vieram à América para embranquecê-la e procriar com suas vítimas. Mais tarde, os filhos ilegítimos dessas uniões se uniram aos filhos dos escravos transportados da África. Com tal mistura racial e tal registro moral, podemos colocar as leis acima dos líderes e os princípios acima dos homens?
> SIMÓN BOLÍVAR

## *Novos mundos*

Aquele era um novo mundo. Mas seria o mundo do Ocidente. Foram os europeus que atravessaram o oceano Atlântico para tomar posse de um vasto território que, antes da *Universalis cosmographia* de Martin Waldseemüller, de 1507, simplesmente não aparecia nos mapas: a América – que recebeu esse nome em homenagem ao explorador Américo Vespúcio.[1] Foram as monarquias da Europa – sobretudo a Espanha e a Inglaterra – que, competindo por almas, ouro e terras, estiveram dispostas a atravessar oceanos e conquistar continentes inteiros. Para muitos historiadores, a descoberta das Américas (em uma definição ampla que inclui as ilhas caribenhas) é a principal razão para a supremacia do Ocidente. Sem o Novo Mundo, conforme se afirmou, “a Europa Ocidental continuaria sendo uma

região pequena e retrógrada da Eurásia, dependente do Oriente para transferência de tecnologia, transmissões de cultura e transferências de riqueza”.[2] Sem os “acres fantasmas” americanos e os escravos africanos que trabalharam neles, não poderia ter havido um “milagre europeu”, nem Revolução Industrial[3]. Diante dos avanços já alcançados na Europa Ocidental tanto em termos econômicos quanto científicos antes do desenvolvimento em grande escala do Novo Mundo, essas afirmações parecem exageradas. O verdadeiro significado da conquista e da colonização das Américas é que este foi um dos maiores experimentos naturais da história: pegue duas culturas ocidentais, exporte-as – os britânicos no Norte, os espanhóis e os portugueses no Sul –, imponha-as sobre uma ampla gama de povos e terras diferentes, e depois veja qual delas se sai melhor.

Mas não era uma competição. Observando o mundo hoje, quatro séculos depois, ninguém duvida que a força dominante da civilização ocidental são os Estados Unidos da América. Até bem recentemente, a América Latina esteve muito atrás da anglicana. Como e por que isso aconteceu? Talvez você pense que foi porque o solo setentrional era mais fértil ou continha mais ouro e petróleo, ou porque o clima era melhor, ou porque a localização dos rios era mais apropriada – ou apenas porque a Europa estava geograficamente mais próxima. Mas esses não foram os segredos para o sucesso norte-americano. Tampouco se pode afirmar que o império espanhol – ou o português – era afligido pelos defeitos dos grandes impérios orientais. Ao contrário dos chineses, os espanhóis estiveram entre os primeiros participantes da explosão de comércio global após 1500. Ao contrário dos otomanos, eles participaram da Revolução Científica desde o começo[4]. Em vez disso, foi uma ideia o que levou à diferença crucial entre a América britânica e a ibérica – uma ideia sobre o modo como as pessoas deveriam ser governadas. Algumas pessoas cometem o erro de chamar essa ideia de “democracia” e imaginar que todo país pode adotá-la simplesmente convocando eleições. Na realidade, a democracia foi o cimo de um edifício cuja base era o Estado de direito – para ser preciso, a santidade da liberdade

individual e a segurança dos direitos de propriedade privada, garantidos por um governo constitucional e representativo.

"Há poucas palavras usadas de maneira tão vaga quanto a palavra 'Civilização'", declarou o maior de todos os anglo-americanos, em uma época em que a civilização, tal como ele a entendia, corria um sério perigo. "O que significa?" Sua resposta é a definição mais perfeita já formulada da diferença política entre o Ocidente e o Oriente:

> Significa uma sociedade baseada na opinião dos civis. Significa que a violência, o governo de guerreiros e líderes despóticos, as situações de campos de concentração e guerra, de baderna e tirania, dão lugar a parlamentos, onde são criadas as leis, e a cortes de justiça independentes, onde essas leis são mantidas durante longos períodos. Isso é Civilização – e em seu solo crescem continuamente a liberdade, o conforto e a cultura. Quando a Civilização reina em um país, uma vida mais ampla e menos penosa é concedida às massas. As tradições do passado são valorizadas e a herança deixada a nós por homens sábios ou valentes se torna um estado rico a ser desfrutado e usado por todos. O princípio central de Civilização é a subordinação da classe dominante aos costumes do povo e à sua vontade, tal como expressos na Constituição [...][5].

Assim declarou, em 1938, Winston Churchill, filho de um aristocrata inglês e de uma herdeira americana. Mas de onde veio essa definição peculiarmente anglo-americana de civilização – de liberdade e paz baseadas no Estado de direito e no governo constitucional? E por que ela não conseguiu criar raízes na América ao sul do Rio Grande?

Nossa história começa com dois navios. Em um, que chegou ao norte do Equador em 1532, havia menos de 200 espanhóis acompanhando o homem que já reivindicava o título de "governador do Peru". Sua ambição era conquistar o Império Inca para o rei da Espanha e assegurar para si próprio uma grande fatia da suposta abundância de metais preciosos na região. O outro navio, o *Carolina*, chegou ao Novo Mundo 138 anos mais tarde, em 1670, em uma ilha na costa da atual Carolina do Sul. Entre os tripulantes estavam servos cuja modesta ambição era encontrar uma vida melhor que a pobreza esmagadora que haviam deixado para trás na Inglaterra.

Os dois navios simbolizaram essa narrativa das duas Américas. Em um, conquistadores; no outro, servos por contrato. Um grupo sonhava com a

pilhagem imediata – das montanhas de ouro maia à sua disposição. Os outros sabiam que teriam anos de trabalho duro pela frente, mas também que seriam recompensados com um dos bens mais atraentes do mundo – terras norte-americanas de qualidade –, além de participação no processo de criação das leis. Propriedade mais representação: este era o sonho norte-americano.

Mas no início eram os conquistadores no Sul – e não os pobres imigrantes ingleses no Norte – que pareciam estar mais bem situados. Os espanhóis, afinal, haviam chegado primeiro. Durante o século XVI, o trabalho de colonizar as Américas foi deixado quase totalmente nas mãos da península Ibérica. Enquanto os ingleses ainda ansiavam por conquistar Calais, poderosos impérios ameríndios estavam sendo subjugados por aventureiros espanhóis. No México, os astecas sanguinários foram dominados por Hernán Cortés entre 1519 e 1521. E no Peru, apenas uma década mais tarde, o imponente império andino dos incas foi conquistado por Francisco Pizarro.

Pizarro não tinha ilusões sobre a relação entre os riscos e as recompensas da conquista. Foram necessárias duas expedições, em 1524 e 1526, só para localizar o Império Inca. Durante a segunda, quando alguns de seus irmãos menos obstinados estavam hesitando, Pizarro explicitou essa relação desenhando uma linha na areia:

> Companheiros e amigos, daquele lado estão a morte, as penúrias, a fome, a nudez, as chuvas e o abandono; o lado de cá representa o conforto. Aqui vocês retornam ao Panamá para ser pobres; lá vocês podem avançar para o Peru para ser ricos. Escolham o que mais lhes convém, como bons espanhóis[6].

A terceira expedição, que partiu do Panamá em 1530, consistiu de 180 homens, entre os quais um núcleo de irmãos e amigos íntimos provenientes de Trujillo. Na época em que eles chegaram aos altiplanos peruanos, Pizarro tinha apenas 60 cavaleiros e 90 soldados rasos sob seu comando. A audácia do que eles fizeram continua surpreendente mesmo depois de meio

milênio. A população do império que eles pretendiam subjugar ficava entre 5 e 10 milhões.

Do lado dos conquistadores, no entanto, estava um aliado invisível: as doenças europeias contra as quais os sul-americanos não tinham resistência alguma – varíola, gripe, sarampo e tifo. Ao mesmo tempo, os cavalos, os revólveres e os arcos e as flechas dos espanhóis eram armas muito superiores a qualquer coisa no arsenal inca, dotando os invasores de um aspecto extraterrestre assustador. E os próprios incas estavam divididos. Desde a morte de Huayna Capac, seus filhos Atahualpa e Huascar vinham lutando pela sucessão, enquanto as tribos sujeitadas percebiam uma chance de se livrar de ambos. A batalha de Cajamarca (14 de novembro de 1532), portanto, mal foi uma batalha. Conforme descreveu Hernando, irmão de Pizarro, Atahualpa caiu em uma armadilha quando aceitou o convite dos espanhóis para jantar:

> Quando Atahualpa chegou ao centro de um espaço aberto, ele parou, e um frei dominicano, que estava com o governador [Pizarro], deu um passo à frente para lhe dizer, da parte do governador, que este o estava esperando em seu alojamento, e que ele havia sido enviado para falar com ele. O frei, então, contou a Atahualpa que era padre, e que fora enviado para ensinar as coisas da fé caso eles desejassem ser cristãos. Ele mostrou a Atahualpa um livro que carregava em suas mãos [a Bíblia], e lhe contou que aquele livro continha as coisas de Deus. Atahualpa pediu o livro, e o jogou no chão, dizendo: “Eu não deixarei este lugar até que vocês tenham devolvido tudo o que tiraram de minha terra. Eu sei muito bem quem vocês são e para que vieram”. Então ele se ergueu em sua liteira e se dirigiu a seus homens, e houve murmúrios entre eles e chamados àqueles que estavam armados. O frei foi até o governador e relatou o que estava sendo feito, e que não havia tempo a perder. O governador mandou me chamar; e eu havia combinado com o capitão da artilharia que, quando um sinal fosse dado, ele deveria descarregar suas armas, e que, quando escutassem os ruídos, todas as tropas deveriam sair do esconderijo imediatamente. Isso foi feito, e, como os índios estavam desarmados, eles foram derrotados sem que cristão algum corresse perigo[7].

Nas palavras de Waman Poma, cronista andino do século XVI, os espanhóis mataram os índios apavorados “como se fossem formigas”[8].

O Peru não foi conquistado em uma única batalha. Houve revoltas incas lideradas por Manco Cápac em 1535 e novamente, em uma escala muito

maior, entre 1536 e 1539. E tampouco os índios foram lentos em adotar as táticas de guerra europeias. Eles se mostraram guerrilheiros obstinados. Ao mesmo tempo, os espanhóis brigavam tanto entre si que isso comprometia sua dominação – a tal ponto que uma rixa fraterna custou a vida do próprio Pizarro em 1541. Foi só com a execução de Túpac Amaru, mais de 30 anos depois, em setembro de 1572, que a resistência inca foi irremediavelmente destruída.

Entre os espanhóis, havia um jovem capitão de Segóvia chamado Jerónimo de Aliaga. Para Aliaga, o Peru era ao mesmo tempo estranho e maravilhoso. Ele se admirava com a magnitude e a sofisticação da arquitetura inca, sobretudo o enorme muro setentrional da fortaleza de Sacsayhuamán em sua capital, Cuzco, com suas pedras de 200 toneladas intercaladas com perfeição. Grande parte do que mais tarde foi construído pelos espanhóis em Cuzco foi erguido sobre muros e bases incas, num reconhecimento à sua extraordinária capacidade de resistir a terremotos[9]. Atualmente, podemos ter uma ideia melhor da grandeza das conquistas incas anteriores à Conquista em Machu Picchu – por exemplo, a lendária "cidade perdida dos incas", que parece flutuar em meio às nuvens dos Andes, uma cidade que os espanhóis jamais encontraram e, por isso, nunca saquearam e reconstruíram. Muito acima do rio Urubamba, Machu Picchu provavelmente foi construída em meados do século XV. Apesar de sua localização aparentemente pouco prática, agarrando-se a encostas íngremes mais de 2,4 quilômetros acima do nível do mar, foi sem dúvida um assentamento autossuficiente, com nascentes de água corrente e terraços para o cultivo de plantas e o pastoreio de gado. Completamente desconhecida pelo mundo ocidental até 1911, quando foi encontrada pelo acadêmico e explorador norte-americano Hiram Bingham[10], serve como um alerta de que nenhuma civilização, não importa quão poderosa pareça ser, é indestrutível. Ainda não sabemos a que propósito servia a cidade. Tampouco sabemos exatamente quando e por que os incas a abandonaram. Uma grande possibilidade é que as epidemias chegaram até lá partindo de Hispaniola (a ilha que hoje é dividida entre a República Dominicana e o

Haiti) antes dos conquistadores, matando a população e convertendo Machu Picchu em uma cidade fantasma.

O pretexto para o ataque inicial espanhol em Cajamarca foi que os incas se recusaram a se converter ao cristianismo. Mas não era Deus, e sim ouro, o que realmente interessava a Pizarro. A vã tentativa de Atahualpa de ser libertado, enchendo sua cela uma vez com ouro e duas vezes com prata, só aumentou o apetite dos conquistadores por metais preciosos. As seis toneladas de ouro 22 quilates e as 12 toneladas de pura prata acumuladas fizeram com que cada homem na expedição se tornasse rico de uma hora para outra. Mas havia mais – muito mais[11]. Os espanhóis também haviam encontrado ouro em Hispaniola e vastos depósitos de prata em Zacatecas, no centro do México. Agora, haviam encontrado o *cerro rico* ("serra bonita") em Potosí, uma mina de prata sem equivalente no mundo. Ao que parecia, para onde quer que os espanhóis olhassem no Peru havia dinheiro. Sendo o contador de Pizarro, Jerónimo de Aliaga estava bem situado para compreender toda a dimensão dessa riqueza recém-descoberta. Antes de 1550, foram levadas do Peru quantidades de ouro equivalentes a cerca de 10 milhões de pesos – metade disso obtido por pilhagem, o restante extraído das minas[12]. Com o tempo, a produção das minas de prata aumentou gradativamente, de cerca de 50 toneladas por ano no início dos anos 1500 a mais de 900 toneladas em 1780[13]. Ao todo, entre 1500 e 1800, metais preciosos no valor aproximado de 175 bilhões de libras ao preço de hoje foram transportados do Novo Mundo à Europa ou via Pacífico até a Ásia, e grande parte destes veio das minas do Peru. Homens como Aliaga se tornaram muito ricos. Ele conseguiu construir para si próprio uma magnífica residência em Lima, a nova capital peruana, com um pátio interno que ocupava o lugar de um templo inca. A casa vem sendo ocupada por seus descendentes desde então; o ocupante atual, Gonzalo de Aliaga, é descaradamente orgulhoso de seu ancestral conquistador.

Os espanhóis pareciam estar assentando as bases para uma civilização completamente nova e espetacular, a ser governada por uma minúscula elite próspera de homens nascidos na Espanha e situados em algumas poucas cidades ilustres. E essas cidades cresceram rapidamente. A Cidade do

México tinha 100 mil habitantes em 1692, uma época em que Boston tinha apenas 6 mil. Vinte e cinco universidades espanholas foram fundadas na América, como a de Santo Domingo, que antecede a de Harvard em quase um século[14]. Os conhecimentos de cartografia e de metalurgia floresceram[15]. Os espanhóis aprenderam a desfrutar de pelo menos alguns dos itens essenciais da dieta mesoamericana: pimenta vermelha, amendoim, batata e peru (todos posteriormente adaptados pelos norte-americanos)[16]. Centenas de igrejas profusamente adornadas foram construídas, e algumas das mais imponentes catedrais do mundo, como a magnífica catedral de Cuzco, projetada pelo arquiteto Francisco Becerra e concluída em 1669 pelo jesuíta flamengo Juan Bautista Egidiano. Milhares de franciscanos e jesuítas chegaram à América do Sul para converter o que restava da população indígena. Mas, embora a Igreja fosse influente, o poder supremo estava nas mãos da Coroa Espanhola. E, o que é crucial, a Coroa era dona de todas as terras. A história da propriedade na América do Norte seria completamente diferente.

### *Terra da liberdade*

Em 1670, após uma angustiante viagem transatlântica, um jovem casal inglês sem um centavo no bolso desceu do primeiro navio a aportar na costa da Carolina. Assim como seu companheiro de viagem Abraham Smith, Millicent How havia assinado um contrato de servidão em setembro de 1669:

> Que seja do conhecimento de todos que eu, Millicent How, solteira, de Londres, na presente data, de pleno acordo com estes termos, comprometo-me e obrigo-me a ser uma serva obediente e fiel em todos os aspectos, a servir e residir com o capitão Joseph West, mercador da cidade de Londres, na plantação, ou província da Carolina[17].

Entre 65% e 80% de todos os britânicos que vieram à baía de Chesapeake durante o século XVII o fizeram nessas condições[18]. Aquilo de forma alguma era excepcional. Durante todo o período colonial, três quartos de

todos os imigrantes europeus à América britânica vieram sob o regime de servidão por contrato[19].

Essa era uma migração muito diferente daquela vivenciada por Jerónimo de Aliaga. Os espanhóis, literalmente, encontraram montanhas de prata no México e no Peru. Tudo que parecia haver na costa da Carolina era um depósito de troncos de árvore embranquecidos. Esta não era nenhuma El Dorado. Ao contrário, os colonos da América do Norte tiveram de plantar milho para comer e tabaco para comercializar[20]. Por muitos anos, as colônias americanas da Grã-Bretanha permaneceram uma colcha de retalhos de propriedades rurais e povoados, com algumas poucas cidades e praticamente nenhuma metrópole. E aqui os nativos, embora menos numerosos, não foram subjugados tão facilmente. Mesmo em 1670, você ainda poderia ser perdoado por pensar que a América de Jerónimo de Aliaga era a terra do futuro e que a de Millicent How estava destinada a continuar sendo uma obscura Ruritânia.

E se tivesse sido o contrário? E se Aliaga tivesse desembarcado em uma Carolina espanhola e How e Smith tivessem ido parar em um Peru britânico? “Se Henrique VIII [da Inglaterra] tivesse financiado a primeira viagem de Colombo”, certa vez refletiu, meio de brincadeira, o historiador J. H. Elliott,

> e se uma força expedicionária [de homens ingleses] tivesse conquistado o México para Henrique VIII, seria possível imaginar [...] um grande aumento na riqueza da coroa inglesa, com quantidades cada vez maiores de prata americana afluindo para os cofres reais; o desenvolvimento de uma estratégia imperial coerente para explorar os recursos do Novo Mundo; a criação de uma burocracia imperial para governar as sociedades de colonizadores e suas populações subjugadas; a influência cada vez menor do parlamento na vida nacional, e o estabelecimento de uma monarquia absolutista inglesa financiada pela prata da América[21].

Em outras palavras, nada nos permite concluir que as colônias britânicas teriam se tornado o que se tornaram se tivessem sido estabelecidas na América do Sul e não na América do Norte.

E se a Nova Inglaterra fosse no México e a Nova Espanha em Massachusetts? Se é possível imaginar a Inglaterra, em vez de Castela,

seduzida ao absolutismo pela prata das minas peruanas, seria igualmente possível imaginar Castela, em vez da Inglaterra, plantando as sementes da virtude republicana em latitudes mais altas? As cortes – o que a Espanha, nos primórdios da Idade Moderna, tinha de mais parecido com um parlamento – poderiam ter reunido poder suficiente para estabelecer a primeira monarquia constitucional na Europa Ocidental? E os Estados Unidos poderiam ter surgido de uma crise da autoridade imperial espanhola, em vez de inglesa, falando espanhol desde o início? Tal papel oposto não é tão implausível. As Províncias Unidas, afinal, surgiram da Revolta Holandesa contra o governo espanhol. Talvez tenha sido mera contingência – a ausência ou a presença de ouro e de prata no Novo Mundo – o que conduziu os ingleses pelo caminho elevado do parlamentarismo e os espanhóis pela estrada dos prazeres do absolutismo. Com uma fonte extra de receita não submetida ao controle do parlamento, Carlos I poderia ter mantido seu "reinado pessoal" e evitado o confronto inevitável que desencadeou a Guerra Civil Inglesa. Seus oponentes puritanos na Câmara dos Comuns eram homens idosos em 1640. Em poucos anos, sua oposição teria desaparecido[22]. Tampouco havia alguma certeza de que a Grã-Bretanha se afastaria do absolutismo uma segunda vez devido à invasão holandesa e ao golpe que instaurou Guilherme de Orange como rei[23]. A cadeia de acontecimentos que levaram das dificuldades financeiras de Jaime I à deposição de Jaime II poderia ter sido interrompida facilmente em muitas ocasiões. Nenhuma narrativa é mais tendenciosa que a interpretação *whig* da história inglesa, com sua hipótese de que a Revolução Gloriosa de 1688 foi um compromisso divino entre o monarca e a legislatura. Mesmo após 1688, a supremacia dos aristocratas *whigs*, que eram os verdadeiros beneficiários do afastamento dos Stuart, continuou, de tempos em tempos, vulnerável a contragolpes jacobitas, que desfrutavam de considerável apoio da periferia celta.

O x da questão é a importância relativa no processo histórico, por um lado, da disponibilidade de recursos nos territórios colonizados do Novo Mundo, e, por outro, dos planos institucionais que os colonizadores europeus trouxeram consigo. Se as condições iniciais foram determinantes,

não importa muito se foram ingleses ou espanhóis que chegaram ao Peru; o resultado teria sido quase o mesmo, porque os ingleses teriam sido igualmente tentados a pilhar os incas e propensos a sucumbir ao “paradoxo da abundância” de ouro e prata baratos[24]. Supostamente, também, os colonizadores espanhóis poderiam ter sido mais inovadores diante da ausência de ouro na baía de Chesapeake. Mas se você acredita que o fator essencial foram as instituições que os colonizadores traziam consigo, é possível vislumbrar alternativas bem diferentes.

Em geral, a colonização britânica deu melhores resultados econômicos que a espanhola ou a portuguesa, onde quer que tenha sido experimentada. Não há uma forma perfeita de comprovar essa hipótese, já que não houve duas colônias exatamente iguais, mas o Arizona é mais rico que o México, e Hong Kong é mais rica que Manila. Sendo assim, possivelmente a colonização britânica do México e do Peru teria obtido melhores resultados que a espanhola a longo prazo, produzindo, em última análise, algum tipo de Estados Unidos da América Central e do Sul. E possivelmente a colonização espanhola da América do Norte teria deixado a região relativamente empobrecida e dividida em repúblicas beligerantes: vários Estados-nação como a Colômbia, em vez de um único território tendo a Colômbia como sede de um governo federal; e a eterna inimizade entre Wisconsin e Minnesota, e não entre a Colômbia e a Venezuela.

A Inglaterra já era diferente da Espanha em 1670, muito antes do advento da industrialização. Os índices de violência, conforme apontavam os índices de homicídio, vinham decaindo constantemente desde os anos 1300. Com a Revolução Gloriosa de 1688, uma era de guerra civil intermitente teve de chegar ao fim, embora ainda ocorressem batalhas difíceis para impor a ordem sobre a periferia celta, sobretudo o norte da Escócia e o sul da Irlanda. Começando por volta de 1640, a taxa de natalidade inglesa cresceu gradativamente de cerca de 26 por 1000 para um pico de 40 por 1000 no início do século XIX. Mas, ao contrário do que vinha ocorrendo em outros lugares, o país não caiu na armadilha malthusiana, como havia feito no passado. Os salários reais subiam. Os aluguéis baixavam. E a alfabetização crescia notadamente[25]. Uma mudança crucial foi o fato de que aqueles que

desejavam se arriscar em uma viagem transatlântica tinham a opção de fazê-lo. Já nos anos 1640, a emigração líquida excedeu os 100 mil, e ficou entre 30 mil e 70 mil a cada década até os anos 1790[26]. Aqueles que temiam que esses tipos aventureiros significassem uma perda para sua terra natal não foram capazes de enxergar os benefícios recíprocos da emigração transatlântica à medida que florescia o comércio entre as colônias americanas e a Europa. A mão de obra exportada era simplesmente mais produtiva na América, rica em terras e pobre em mão de obra. A saída dos emigrantes também beneficiou indiretamente seus consanguíneos mais avessos ao risco que ficaram para trás, ao elevar um pouco o preço de seu trabalho.

Aqueles que, como Millicent How e Abraham Smith, partiram da Inglaterra rumo à América após 1670 levaram pouca coisa consigo. Até mesmo o preço de sua passagem foi pago, com efeito, por um empréstimo a ser ressarcido com seu trabalho futuro. Mas eles carregavam um conjunto de ideias que tiveram profundas implicações para o futuro norte-americano. A primeira era a noção de direitos de propriedade[27] que vinha se formando nos tribunais de direito comum (*common law*) – e nos Tribunais de Equidade – desde o século XII[28]. A segunda ideia era a de um protestantismo militante (embora seja importante não esquecer que *quakers*, católicos e judeus também desempenharam seu papel no povoamento da costa oriental)[29]. A terceira ideia era que a legitimidade da tributação dependia de aprovação do Parlamento; a Coroa era "abastecida" em troca de concordar com a reparação de injustiças por meio da legislação. Estas haviam sido as questões centrais da Guerra Civil Inglesa.

A oposição à uniformidade da fé anglicana à qual havia aspirado o arcebispo William Laud, combinada com a hostilidade para com as inovações fiscais de Carlos I, deram à crise de meados do século XVII um caráter único nas Ilhas Britânicas. Já em 1628, na Petição de Direitos, os críticos parlamentares do rei exigiram que "nenhum homem, de agora em diante, seja compelido a fazer qualquer doação, empréstimo ou caridade, nem a pagar imposto ou cobrança similar, sem a devida aprovação do Parlamento". Quando uma tentativa malfeita de impor o Livro de Oração

Comum, de Laud, sobre a Escócia presbiteriana terminou em guerra, Carlos, de cabeça baixa, foi forçado a convocar novamente o Parlamento. Mas em vez de aceitar que a prerrogativa real fosse transgredida por aquele que veio a ser o Longo Parlamento, Carlos levantou o estandarte real em agosto de 1642, submergindo o país na guerra. Ele perdeu, e pagou o preço com sua cabeça em 30 de janeiro de 1649. Após o regicídio, instaurou-se a República (a *Commonwealth*), que, por sua vez, foi seguida – conforme prevê a teoria política clássica – pela Tirania, com Oliver Cromwell como lorde protetor. Com a morte de Cromwell, a monarquia foi restaurada, mas as velhas questões logo voltaram à tona. Carlos II e seu irmão eram suspeitos, e com razão, de ter inclinações católicas romanas e de querer diminuir o poder do Parlamento. A deposição de Jaime II em 1688 foi um golpe holandês a convite do Parlamento; a Declaração de Direitos pôs fim, de maneira enfática, à discussão sobre o poder fiscal: "É ilegal cobrar dinheiro para uso da Coroa, sob pretexto de prerrogativa, sem a permissão do Parlamento, por tempo superior, ou de outra maneira que não a permitida". Ao acabar com a ameaça de tributação arbitrária e colocar as receitas, as despesas e os empréstimos do governo sob a supervisão de um grupo no qual os proprietários de terras estavam representados de forma desproporcional, a Revolução Gloriosa assentou uma base sólida para o posterior surgimento daquele que poderia ser chamado "complexo marítimo-fiscal" britânico[30]. Mesmo se os Stuart tivessem retomado o poder em 1714 ou em 1745, é questionável se eles teriam desfeito isso.

Mas a mudança mais profunda ocorrida na Inglaterra oitocentista estava associada com a própria natureza da política. A disputa era entre dois homens de Oxford – um, educado em Magdalen Hall, o outro, na Igreja Cristã –, ambos beneficiários de mecenato aristocrático – o conde de Devonshire, no primeiro caso, e o conde de Shaftesbury, no segundo –, e cuja inspiração veio do período em que viveram no exterior – respectivamente, na França e nos Países Baixos. Para Thomas Hobbes, em seu *Leviatã* (1651), a lição da primeira metade do século XVII era clara: "Quando os homens vivem sem um poder comum capaz de mantê-los intimidados, eles se encontram [...] em uma guerra [...] de todos contra

todos”[31]. Os homens são levados a cumprir com seus deveres apenas por “medo”, argumentava Hobbes, e portanto o poder deve ser delegado a um soberano poderoso que seja responsável pela defesa, pela educação, pela legislação e pela justiça. O ponto crucial era a crença de Hobbes de que o soberano deve estar protegido de qualquer oposição vinda de baixo. Ele não poderia ser obrigado por nenhum “pacto” (Constituição) anterior, não poderia ser “divisível” e não poderia “justamente ser morto”[32]. Esta não foi (como às vezes se acredita) uma tentativa de justificar o absolutismo real; ao contrário, com sua visão pessimista da imperfectibilidade humana e seus argumentos pragmáticos a favor de um soberano poderoso, o *Leviatã* rompeu os laços de Hobbes com os Stuart, então exilados. Pois Hobbes tornou claro que seu soberano poderia ser um monarca ou um Parlamento (“um homem, ou uma assembleia de homens”)[33]. Seu conceito, portanto, estava muito distante do absolutismo do direito divino de alguém fiel aos Stuart como *Sir* Robert Filmer, autor de *Patriarca*.

O primeiro *Tratado de governo* de John Locke (1690) foi uma refutação às ideias de Filmer, mas seu segundo *Tratado* apresentou uma oposição mais perspicaz e original ao pensamento de Hobbes. Locke argumentou que, longe de um soberano poderoso ser a solução para um estado natural de guerra, o verdadeiro estado de natureza é harmonioso; é o aspirante a déspota, ao procurar “eliminar a *liberdade*”, que está em guerra com a sociedade[34]. As pessoas não escolhem ser governadas unicamente por medo. Como “uma sociedade de seres racionais”, elas entram em “uma comunidade para o bem comum”. Em uma comunidade constituída sobre essa base, conforme propunha Locke, o poder é meramente delegado pela “sociedade civil” a um “legislativo”, cujas decisões majoritárias se baseiam no consentimento implícito de todos os cidadãos. Em oposição à crença de Hobbes de que o soberano deve ser unitário e indivisível, Locke defendeu de maneira explícita a separação entre os poderes Executivo, Federativo – como ele o designou – e Legislativo, embora concebesse este último como a instituição dominante, com a responsabilidade de nomear juízes e criar leis. Ainda mais marcante é a diferença entre a teoria da liberdade de Hobbes e a de Locke. De acordo com o primeiro, “a liberdade dos súditos [...] está

apenas naquelas coisas que [...] o soberano permitiu [isto é, concedeu explicitamente]" – nos casos do "silêncio da lei", a presunção deve estar a favor do soberano. Locke entendia a questão de forma bem diferente:

> Onde não há lei, não há liberdade [...] O Legislativo [...] tem a obrigação de fazer Justiça [...] por leis estabelecidas e promulgadas, e juízes autorizados e conhecidos [...] cujo único propósito deve ser o bem do Povo[35].

Na visão de Locke, liberdade era algo muito diferente. "Ser livre é [...] ter liberdade para ordenar e controlar, conforme lhe convém, sua pessoa, suas ações, suas posses e todas as suas propriedades, dentro do permitido por lei; e nisto não estar sujeito à vontade arbitrária de outrem [...].[36]" Aqui estava o cerne da questão: "O grande e *principal propósito*, portanto, de que os homens se unam em comunidades [...] é a *preservação de sua propriedade*"[37]. E o Legislativo não pode "tomar de nenhum homem parte alguma de sua propriedade sem o seu consentimento", querendo dizer que uma maioria de representantes deve estar de acordo com a tributação. Isso teve implicações verdadeiramente revolucionárias, conforme Locke bem sabia, considerando-se que escrevia logo após os acontecimentos de 1688:

> sendo o Legislativo não mais que um poder fiduciário para determinados fins, resta ainda *ao povo o poder supremo* de destituí-lo ou *alterá-lo*, quando considerar que este age contrariamente à confiança nele depositada[38].

Embora tenha surgido uma única edição norte-americana dos *Dois tratados* antes de 1776 – e uma edição imperfeita, por sinal –, as ideias de Locke teriam uma grande influência sobre o desenvolvimento da sociedade e da política na América do Norte. Já a política latino-americana após a independência acabaria oscilando entre o anárquico estado de natureza de Hobbes e uma caricatura grosseira de seu soberano autoritário.

O Novo Mundo representou uma vasta anexação de territórios às monarquias da Europa Ocidental. A principal questão com que depararam os novos colonizadores nas Américas – espanhóis no sul, britânicos no norte – foi como alocar todas essas novas terras. Suas respostas a essa

pergunta acabariam determinando a futura liderança da civilização ocidental. Elas não poderiam ter sido mais diferentes.

Quando o capitão do primeiro navio a chegar nas Carolinas colocou os pés na praia, ele trouxe consigo um modelo institucional para o Novo Mundo – um modelo em cujo cerne estava a questão da terra. As "Constituições fundamentais da Carolina" foram redigidas em março de 1669 por ninguém menos que Locke, na qualidade de secretário de um dos oito "Lordes Proprietários" da Carolina, o conde de Shaftesbury. O documento é memorável tanto pelas coisas que os colonos não adotaram quanto por aquelas que adotaram. Obediente para com seu patrono aristocrático, que estava ansioso para "evitar erigir uma democracia numerosa", Locke esboçou um esquema que teria estabelecido uma aristocracia hereditária e uma sociedade hierárquica nas Américas, incluindo um lorde palatino dotado de poder soberano, *landgraves*, baronias e todos os tipos de excentricidade como caciques e servos (os chamados *leet-men*), bem como limites estritos sobre a alienação e a subdivisão de terra. Ele também procurou banir advogados profissionais, alegando ser "um gesto vil e desprezível advogar por dinheiro ou recompensa". E, para seu considerável embaraço, foi forçado pelo nobre patrono a incluir um artigo (número 96) nomeando a Igreja da Inglaterra como a igreja oficial da Carolina[39]. Os colonos sabiamente ignoraram a maior parte, mas mantiveram um dos principais pressupostos de Locke – de que deveria haver uma relação entre a representação política e a propriedade de terras. O artigo 4 especificava que três quintos das terras seriam divididos "entre o povo". Os artigos 71 e 72 declaravam que haveria um Parlamento, reunido a cada dois anos, e que:

> Não deve ser escolhido como membro do Parlamento nenhum homem que tenha menos de 500 acres de propriedade dentro da jurisdição para a qual é escolhido; nem tampouco deve ter direito a voto na escolha o membro que tenha menos de 50 acres de propriedade dentro de dita jurisdição.

Portanto, tudo dependia de como a terra seria dividida na Carolina.

Por um tempo, houve receio de que a primeira frota de colonizadores enviados à Carolina tivesse se perdido no mar. Quando se descobriu que eles de fato chegaram em segurança, foi redigida, para regulamentar a distribuição de terra, aquela que se tornou conhecida como a Proclamação de Barbados. O importante é que havia um mínimo garantido: "a cada homem livre que chegar, para plantar e habitar, antes do dia 25 de março de 1672, 100 acres de terra para ele e seus herdeiros para sempre [...]". Mas e se houvesse insuficientes homens livres para se beneficiar dessa oferta? A resposta óbvia foi que, quando os servos por contrato tivessem concluído seu tempo de servidão – normalmente cinco ou seis anos –, eles também deveriam receber terras.

A vida na Inglaterra havia sido difícil para Millicent How e Abraham Smith. A travessia do Atlântico fora cheia de perigos, e sem dúvida eles estavam cientes de que um número considerável de emigrantes rumo às colônias norte-americanas não sobreviveu ao primeiro ou ao segundo ano de "aclimatação". Mas aqui havia um incentivo para correr esses riscos. Na Inglaterra, os direitos de propriedade eram garantidos, mas a propriedade estava nas mãos de uns poucos. (Em 1436, entre 6 mil e 10 mil famílias de nobres e aristocratas detinham cerca de 45% das terras; a Igreja, 20%; a Coroa, 5%.) Mas, na América, qualquer um tinha a chance de conseguir um pedaço de terra. Essa foi a essência do sistema de *headright*, também introduzido na Virgínia, em Maryland, em Nova Jersey e na Pensilvânia. Era um sistema que fazia perfeito sentido nas colônias em que a terra era abundante e a mão de obra, escassa[40]. Conforme Locke observou em suas "Considerações sobre as consequências da redução dos juros": "A maioria das nações nas partes civilizadas do mundo são mais ou menos ricas ou pobres proporcionalmente à pobreza ou riqueza de seu povo, e não à esterilidade ou à fertilidade de suas terras". Impérios rivais – como o espanhol e o holandês – não promoviam "melhoria alguma por meio das plantações; o que eles fazem nas Índias Orientais é só por meio de guerra, comércio e construção de cidades e castelos fortificados à beira-mar, para garantir o comércio exclusivo com os lugares e os povos a quem conquista, e não por meio da divisão do solo e da plantação, como fizeram os

ingleses”[41]. Esse plantio ativo não só era uma forma economicamente superior de capitalismo, como também legitimava a expropriação da terra dos indígenas caçadores-coletores. Nas palavras de Locke: “Configura-se como propriedade a extensão de terra que um homem prepara, planta, melhora, cultiva e de cujos produtos pode usufruir. Com seu trabalho, ele, por assim dizer, a delimita e a separa do bem comum”[42]. Os territórios de caça dos indígenas eram, por essa definição de propriedade privada, *terra nullius* – terra sem dono, pronta para ser explorada. Essa foi uma carta de direitos em favor da expropriação.

Cada transação de terra desde a chegada dos primeiros colonizadores está registrada no Conveyancing Office de North Charleston, incluindo todos os pequenos terrenos concedidos a homens e mulheres que haviam cumprido o prazo de seu contrato de servidão. Millicent How e Abraham Smith receberam, respectivamente, 100 e 270 acres de terra para manter ou vender conforme considerassem apropriado. Eles realmente se deram bem, não só em termos econômicos como também políticos. Pois Locke havia tornado claro em suas “Constituições fundamentais” que na Carolina o poder político estaria nas mãos dos proprietários de terras. Se você fosse um homem como Abraham Smith – embora não uma mulher como Millicent How – e tivesse 50 acres de terra ou mais, poderia votar e ser membro de um júri. Com 500 acres, poderia se tornar membro da assembleia da Carolina ou juiz. E, o que é crucial, como eleitor, membro do júri ou do Parlamento, você tinha um e apenas um voto, independentemente de ser proprietário do número mínimo de acres ou de cem vezes essa quantia.

Essa democracia de proprietários de terras começou singela. No início, os primeiros representantes eleitos da Carolina se reuniam no andar superior de uma modesta casa de Charleston, no número 13 da Church Street. Mas instituições como essa seriam o ponto de partida para uma revolução no governo. A Coroa Inglesa havia assentado as bases de seu império norte-americano simplesmente concedendo direitos às empresas mercantis. Embora os governadores fossem nomeados pelo monarca, havia um pressuposto de que os colonos deveriam ter suas próprias assembleias representativas, em decorrência de suas origens como companhias

majestáticas. E, de fato, elas não tardaram muito a fundar essas assembleias. A da Virgínia se reuniu pela primeira vez já em 1619. Em 1640, havia oito de tais assembleias nas colônias britânicas, incluindo a baía de Massachusetts, Maryland, Connecticut, Plymouth e New Haven, além de Barbados[43]. Na América Latina, não havia nenhuma instituição parecida.

O fator decisivo, em suma, foi a mobilidade social – o fato de que um homem como Abraham Smith pudesse chegar a uma área virgem sem absolutamente nada e em apenas alguns anos se tornar proprietário de terras e eleitor. Às vésperas da Revolução Americana, em sete dos 13 futuros estados norte-americanos o direito a voto estava de acordo com a propriedade de terra ou com o pagamento de um imposto territorial – leis que, em alguns casos, continuaram vigentes até meados do século XIX.
Nas colônias espanholas ao sul, a terra fora alocada de maneira diametralmente oposta.

Em uma *cedula* (um decreto) datada de 11 de agosto de 1534, Francisco Pizarro concedeu a Jerónimo de Aliaga e a outro conquistador chamado Sebastián de Torres um vasto domínio – uma *encomienda* – denominado Ruringuaylas, no belo vale de Callejón de Huaylas, nos Andes peruanos. O vale era fértil, as montanhas, cheias de minério precioso. A questão, para Aliaga, era como explorar esses recursos. A resposta foi bem diferente daquela concebida por John Locke para a América do Norte.

No início, não foi a terra que foi concedida a Aliaga e a Torres; tecnicamente, foi apenas a mão de obra dos cerca de seis mil índios que viviam ali. Ao contrário de colônias britânicas como a Carolina, onde os acres foram amplamente distribuídos, na América espanhola foi o direito de explorar os povos indígenas que foi concedido a uma diminuta elite. Antes, eles haviam trabalhado para o imperador inca sob o sistema de *mita*. Agora, seu destino era trabalhar para os espanhóis. Era, em essência, um sistema de tributos – e o tributo adquiria a forma de trabalho forçado. Aliaga poderia usar os índios como quisesse, quer fosse para arar a terra, quer para extrair ouro e prata das montanhas. Esse sistema mudou muito pouco com a introdução, em 1542, do *repartimiento de labor*, que impôs controle real sobre a alocação de mão de obra nativa em resposta aos relatórios de abuso

por parte dos *encomenderos*. (Torres, de fato, foi assassinado por alguns de seus trabalhadores indígenas devido à sua crueldade.) As *encomiendas* não eram concedidas perpetuamente a um homem e seus herdeiros; segundo a lei de Castela, as terras em que eles se encontravam continuavam sendo propriedade da Coroa; elas nem sequer deveriam ser cercadas. Só muito lentamente se converteram em *haciendas* hereditárias[44]. Mas o resultado final foi que os conquistadores se tornaram os ricos ociosos da América. A maioria das pessoas recebeu apenas parcelas diminutas de terra. Até mesmo entre os imigrantes espanhóis, os *encomenderos* eram minoria, talvez não mais que 5% da população espanhola no Peru[45]. Porque, apesar das doenças que acometiam os nativos, a mão de obra indígena continuou sendo relativamente abundante – a densidade populacional em 1700 nas três principais colônias espanholas era muitas vezes maior que nas colônias britânicas no continente –, e os espanhóis não sentiram necessidade de importar em grande escala mão de obra europeia sob o regime de servidão por contrato. De fato, desde o início do século XVI, o governo espanhol fez todo o possível para restringir a emigração para suas colônias americanas[46]. Sob o governo espanhol, em consequência, não houve a possibilidade de ascensão que caracterizou a América britânica.

Um governo espanhol também implicava o catolicismo romano como religião, que não foi de todo ruim – o missionário dominicano Frei Pedro de Córdoba foi o primeiro a expor os terríveis abusos contra os povos indígenas sob o sistema de *encomienda* –, mas foi fundamentalmente um monopólio de outro tipo. A América do Norte, em contrapartida, tornou-se o lar de numerosas seitas protestantes; a dissidência e a diversidade estavam entre os princípios organizadores da colonização britânica. Isso teve seu lado negro (os julgamentos das bruxas de Salem vêm à mente), mas o claro benefício foi a criação de uma sociedade de comerciantes e proprietários rurais comprometidos com a liberdade religiosa e política. No artigo 97 de suas “Constituições fundamentais da Carolina”, John Locke deixou claro o comprometimento britânico com a tolerância religiosa:

> Uma vez que os índios daquele lugar, que estarão envolvidos em nossa plantação, desconhecem totalmente o cristianismo, que sua idolatria, ignorância ou erro não nos dá o direito de expulsá-los ou maltratá-los; e, inevitavelmente, que aqueles que vêm de outras partes para plantar terão opiniões diferentes com relação a questões religiosas, eles esperam ter liberdade quanto a isso, e, portanto, não será razoável excluí-los; é possível manter a paz civil em meio à diversidade de opiniões, e cumprir, de maneira fiel e obediente, nosso acordo e pacto com todos os homens; sua violação, por qualquer que seja o motivo, não pode ocorrer sem que constitua uma grave ofensa ao Deus Todo-Poderoso, e grande escândalo para a religião que professamos; e também, que judeus, pagãos e outros que dissentem da pureza da religião cristã não sejam intimidados nem afastados dela, mas, tendo uma oportunidade de se familiarizarem com a verdade e a razoabilidade de suas doutrinas, e de ver que aqueles que as professam são pacíficos e inofensivos, sejam convencidos – por bom uso e persuasão, e por todos os métodos convincentes de delicadeza e docilidade, de acordo com os preceitos e os desígnios do evangelho – a abraçar e genuinamente receber a verdade; portanto, *quando sete pessoas ou mais se colocam de acordo sobre qualquer religião, devem constituir uma igreja* ou profissão, à qual devem dar um nome, para distingui-la das demais [grifo nosso].

Foi necessária uma notável autoconfiança, após tantos anos de intenso conflito religioso na Europa, para vislumbrar uma sociedade em que bastava um grupo de sete pessoas para fundar legitimamente uma nova igreja. Essas profundas diferenças entre as sociedades civis das colônias da América do Norte e do Sul teriam consequências duradouras quando chegou o momento de governarem a si mesmas de maneira independente.

## *Revoluções americanas*

Em 1775, apesar de todas as profundas diferenças econômicas e sociais que se desenvolveram entre elas, a América do Norte e a do Sul continuavam compostas de colônias governadas por reis distantes. Isso, no entanto, estava prestes a mudar.

Em 2 de julho de 1776, uma grande multidão se reuniu na entrada da antiga bolsa de comércio de Charleston para escutar o governo da Carolina do Sul declarar a independência da colônia com relação à Grã-Bretanha. Foi a primeira a fazê-lo. Cerca de 40 anos mais tarde, o governo espanhol chegou ao fim na América Latina. Mas enquanto uma revolução consolidou os direitos democráticos dos proprietários de terras, e criou uma república

federativa que em cem anos seria o país mais rico do mundo, as revoluções sul-americanas destinaram toda a América ao sul do Rio Grande a dois séculos de divisão, instabilidade e subdesenvolvimento. Por que isso ocorreu?

Tanto o império espanhol quanto o britânico estavam em crise no fim do século XVIII. A maior regulação do comércio transatlântico por parte das autoridades imperiais e o alto custo da Guerra dos Sete Anos (1756-63) pavimentaram o caminho para revoltas coloniais. Aquelas que irromperam nas colônias britânicas na América durante os anos 1770 tiveram seu equivalente nas colônias espanholas: a Rebelião Andina de Túpac Amaru II, de 1780-83, e a Revolta dos Comuneros em Nova Granada (atual Colômbia), em 1781. Mas quando a independência foi reivindicada por 13 das colônias britânicas na América do Norte, foi a reação de uma sociedade conscientemente libertária de comerciantes e proprietários rurais contra aquela que consideravam uma extensão exacerbada da autoridade imperial. Não foi só a velha questão da tributação e da representação o que causou essa que pode ser legitimamente entendida como uma consequência da Guerra Civil Inglesa dos anos 1640[47]. De maneira significativa, a terra desempenhou um papel de vital importância na Revolução Americana. A tentativa do governo britânico de limitar a ocupação de terras a oeste dos montes Apalaches acertou em cheio a visão de futuro expansionista dos colonos[48] – uma visão de evidente rapinagem que agradava sobretudo a especuladores como George Washington.[49] Quando o governo em Londres fez acordos com as tribos indígenas durante a Guerra dos Sete Anos, Washington presumiu que esses fossem meros expedientes dos tempos de guerra. Ele ficou chocado quando as terras dos indígenas foram efetivamente asseguradas pela proclamação real de 1763:

> Não posso entender aquela Proclamação (mas digo isso entre nós) senão como um expediente momentâneo para acalmar os ânimos dos indígenas [ele escreveu para seu futuro sócio William Crawford, em 1767]. Sem dúvida, será anulada em alguns anos, sobretudo quando os indígenas concordarem com que ocupemos suas terras. Qualquer pessoa [...] que negligenciar a presente oportunidade de sair em busca de boas terras, e de alguma forma delimitá-las e demarcá-las para si próprio, a fim de evitar que outros as ocupem, jamais terá uma nova chance de adquiri-las. Se

> você se der ao trabalho de procurar terras, eu me encarregarei de assegurá-las, assim que tiver uma possibilidade de fazê-lo, e, além do mais, arcarei com todos os custos e obrigações de inspecioná-las e patenteá-las [...] Agora talvez seja fácil para você perceber que meu plano é garantir uma boa parte das terras. Consequentemente, você receberá uma quantidade generosa [...] [Mas] mantenha todo este assunto em segredo, ou só o confie [...] àqueles que possam ajudá-lo a concretizá-lo explorando novas terras[50].

Em 1768, Washington adquiriu 45 mil acres dos atuais condados de Mason, Putnam e Kanawha, no território que hoje corresponde à Virgínia Ocidental; ele também foi beneficiário direto da subsequente expulsão das tribos de Delaware, Shawnee e Mingo das terras ao sul do rio Ohio. Mas, a seus olhos, a Lei do Quebec de 1774 tornou as coisas piores, não só por expandir o então Canadá francês para os atuais territórios de Illinois, Indiana, Michigan, Ohio, Wisconsin e partes de Minnesota, como também por garantir a liberdade de culto aos católicos francófonos. Não é de surpreender que os rebeldes da Nova Inglaterra tenham agrupado essa lei, junto com as quatro medidas punitivas após a Festa do Chá de Boston, como uma das “Leis Intoleráveis”.

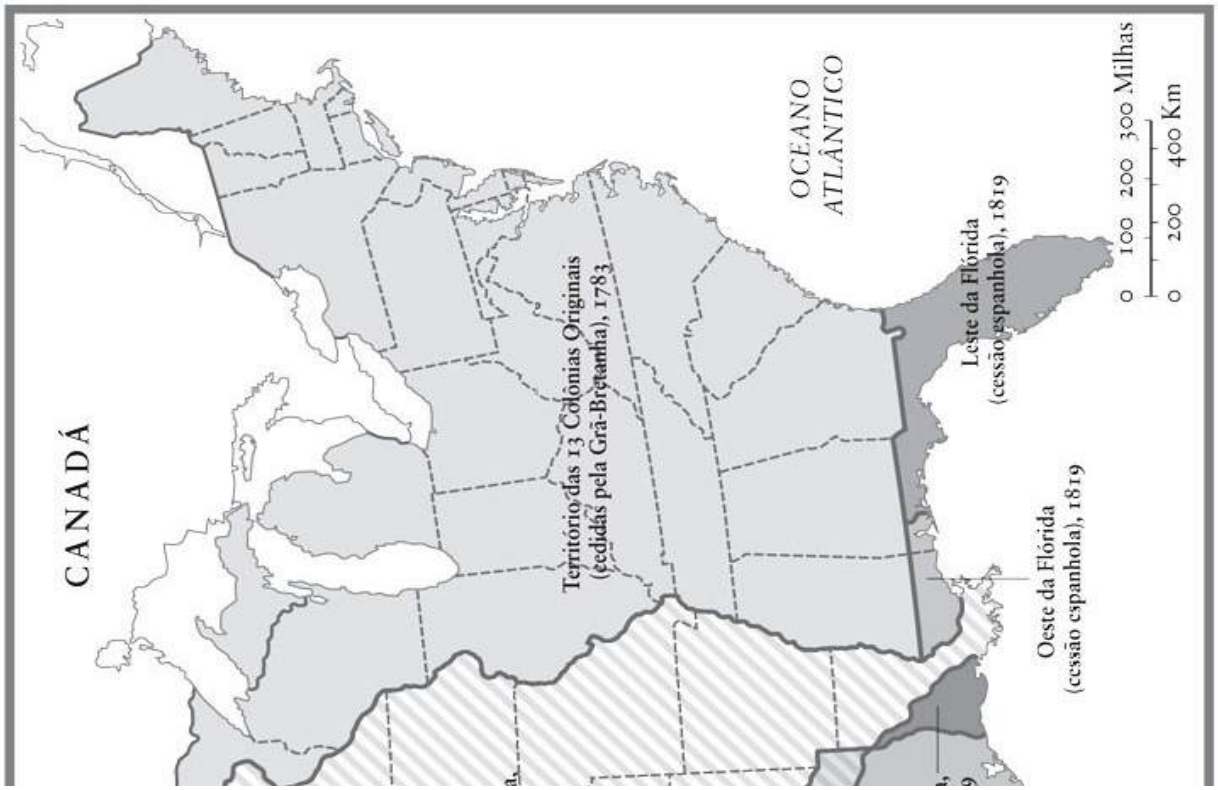
A guerra poderia ter sido evitada se Londres tivesse feito concessões oportunas às principais questões de tributação e representação. E poderia ter tomado outro rumo se os generais ingleses Howe e Burgoyne tivessem sido mais competentes em suas funções. Talvez uma diplomacia mais acertada pudesse ter evitado o fatídico isolamento da Grã-Bretanha que culminou na vitória francesa – pois isso foi o que ocorreu – em Yorktown em 1781. É até mesmo possível imaginar as 13 colônias posteriormente se fragmentando em vez de se unindo. Os problemas econômicos da guerra e do pós-guerra foram graves: a inflação se aproximava de 400% ao ano, atingindo seu pico em 1779; uma recessão reduziu pela metade a renda *per capita* entre 1774 e 1790, quando a dívida acumulada equivalia a 62% do Produto Interno Bruto; os estados impunham tarifas uns sobre os outros, e – o que é pior – proprietários rurais de Massachusetts como Daniel Shays foram impelidos ao confronto direto quando suas propriedades foram confiscadas para pagar impostos devidos e dívidas privadas. Se a revolução não tivesse ido além dos Artigos da Confederação, talvez o destino da América do Norte tivesse

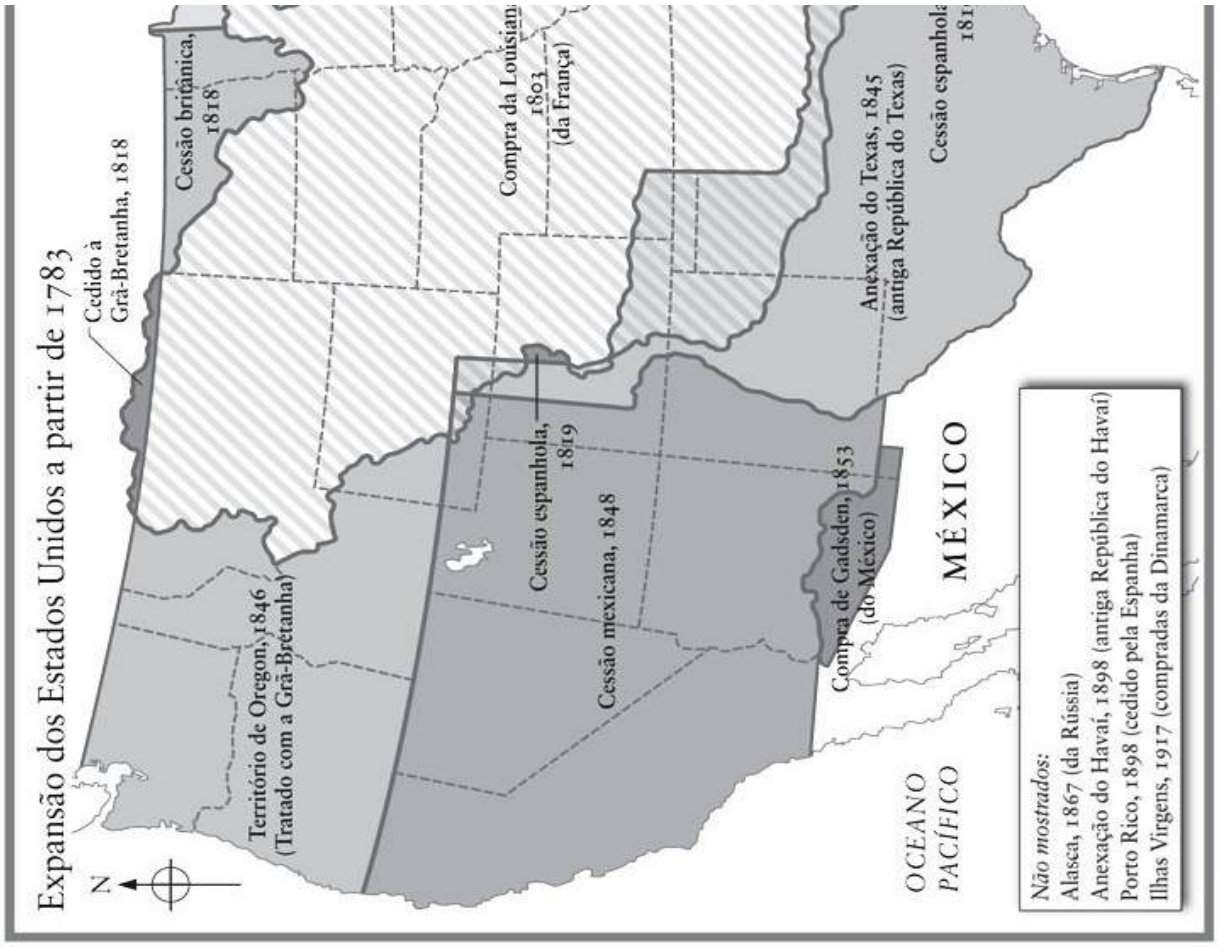
sido mais parecido com o da América do Sul – uma história de fragmentação em vez de unificação. Foi preciso a Constituição de 1787, a mais impressionante obra de criação institucional política em toda a história, para instaurar uma estrutura federal viável para a nova república, criando não só um quarteto de poderes lockiano – Executivo, Legislatura Bicameral e Suprema Corte – como também um único mercado, uma única política comercial, uma única moeda, um único exército e (o que é notável) uma única lei de bancarrota para pessoas cujas dívidas excediam suas propriedades – sem esquecer uma emenda, a Quarta, protegendo o indivíduo contra "buscas e apreensões abusivas".

Na raiz de tudo estava a propriedade. E a esse respeito Washington foi um daqueles homens obstinados que se saíram bem com a Guerra de Independência. Seu testamento, executado em 1800, lista um total de 52.194 acres de terra na Virgínia, na Pensilvânia, em Maryland, em Nova York, no Kentucky e no vale de Ohio, além de terrenos em várias cidades da Virgínia: Alexandria, Winchester, Bath (atual Berkeley Springs, Virgínia Ocidental) e a recém-fundada cidade que recebera seu nome. Nada poderia ilustrar melhor a firmeza do nexo entre terra e liberdade nos primórdios da história dos Estados Unidos. Na América do Sul, os índios trabalharam a terra. Na América do Norte, eles a perderam.

O George Washington da América do Sul deveria ter sido Simón Bolívar. Ele também derrubou um império – o da Espanha. Mas não conseguiu criar os Estados Unidos da América do Sul. A Revolução Americana não só conseguiu a unificação das ex-colônias britânicas (embora, é claro, as colônias canadenses e caribenhas tenham permanecido fiéis ao império, assim como muitos norte-americanos fiéis à Coroa que escolheram deixar a nova república)[51], mas também levou os Estados Unidos a um *status* até hoje inigualado de prosperidade e poder. Já a independência da Espanha deixou a América do Sul com um duradouro legado de conflito, pobreza e desigualdade. Por que o capitalismo e a democracia não prosperaram na América Latina? Por que, quando perguntei a um colega em Harvard se ele achava que a América Latina pertencia ao Ocidente, ele ficou em dúvida? Por que, em suma, Bolívar não foi o Washington latino?

Nascido em julho de 1783, filho de um próspero plantador de cacau venezuelano, órfão antes dos 10 anos de idade e soldado antes dos 14, Bolívar estudou na Espanha e na França, vivendo um tempo em Paris em 1804 depois que todos os estrangeiros – inclusive os *criollos* latino-americanos – haviam sido expulsos de Madri em resposta a uma carência de alimentos. Ele regressou à Venezuela em 1807, tão inspirado pela fase napoleônica da Revolução Francesa (ver Capítulo 4) quanto decepcionado com o governo espanhol. Bolívar já vinha sonhando com mudanças análogas em sua terra natal. Mas quando a Revolução chegou à América do Sul, não foi tanto um plano premeditado, mas mais uma resposta caótica ao vácuo repentino de poder após o ataque de Napoleão à Espanha, em 1808. Dois anos mais tarde, Bolívar foi enviado a Londres para obter apoio britânico no caso de um ataque francês às colônias espanholas na América. Ele não conseguiu, mas conheceu Francisco de Miranda e se tornou amigo dele, o veterano que já havia lutado pela independência venezuelana. Ao voltar para casa em julho de 1811, eles proclamaram a Primeira República da Venezuela.






A república terminou em fracasso. A Constituição de 1811 confinava explicitamente o direito de voto aos proprietários de terras, mas, conforme veremos, isso excluía uma proporção muito maior da população do que as regras equivalentes na América do Norte. O resultado foi que os que não tinham propriedades, incluindo um grande número de escravos libertos (os *pardos*), apoiaram a causa monarquista[52]. Depois que os monarquistas asseguraram Puerto Cabello, Bolívar ficou desiludido com Miranda e o entregou aos espanhóis. Fugindo para Nova Granada, Bolívar então procurou reunir os *criollos* lá, visando uma segunda conclamação à independência.

Tendo proclamado uma Segunda República na qual ocupou o papel de ditador, Bolívar lançou a chamada *campaña admirable*, na qual expulsou os

monarquistas de Mérida, Bogotá, Caracas e Trujillo, e que lhe conferiu o epíteto de *el Libertador*. Seu Decreto de Guerra ou Morte, em 1813, ilustra a crueldade cada vez maior do conflito: “Todo espanhol que, por todos os meios ativos e efetivos, não atuar contra a tirania em nome desta causa justa será considerado um inimigo e punido; como traidor da nação, será inevitavelmente fuzilado por um pelotão”[53]. Prisioneiros eram mortos de forma rotineira – em certa ocasião, 800 de uma vez. Bolívar só parou quando um de seus confederados, apelidado *el Diablo*, enviou-lhe a cabeça de um ancião espanhol. Mas, apesar desse ato de terrorismo, os não brancos continuaram a defender os monarquistas. Um terremoto devastador que assolou Caracas em março de 1812, matando cerca de 10 mil pessoas, parecia confirmar a condenação da Igreja ao movimento de independência.[54] Bolívar foi tipicamente desafiador, declarando: “Se a natureza está contra nós, nós lutaremos contra ela e a forçaremos a nos obedecer”[55]. Seu maior problema, no entanto, não era a natureza, e sim José Tomás Boves, um espanhol renegado cujo caótico exército de *llaneros* – índios, escravos fugitivos e desertores mais interessados em pilhagem do que em liberdade – se mostrou impossível de subjugar[56]. Uma sucessão de infortúnios militares nas mãos deles forçou Bolívar a fugir de novo, desta vez para a Jamaica. Uma breve permanência no Haiti só aumentou sua convicção de que a libertação dos escravos da Venezuela agora deveria se tornar parte de sua estratégia. Só tornando a causa da independência atraente tanto para os negros quanto para os *criollos* brancos é que ele poderia ter sucesso[57]. Bolívar, agora, dirigia seus apelos a todos os sul-americanos, inclusive à *gente de color*[58].

Funcionou – ao menos por um tempo. Seduzidos pela oferta de representação política, muitos *pardos* se alistaram no exército de Bolívar. O símbolo de suas aspirações se tornou Manuel Carlos Piar, filho de um comerciante espanhol e de uma mulata metade holandesa, metade africana, oriunda de Curaçao. O fato de um mulato como Piar obter o posto de general comandante parecia provar que Bolívar era sincero em sua pretensão de ser o libertador de todos os sul-americanos, independentemente de sua cor. Enquanto isso, o apoio espanhol à

reafirmação da autoridade real estava desvanecendo. Em 1820, houve uma enorme rebelião em Cádiz entre os 14 mil homens prestes a atravessar o Atlântico para “recolonizar a América”[59]. Esse foi um duro golpe para Pablo Morillo, o comandante monarquista, cuja tarefa ingrata era sustentar o império decadente da Espanha.

A maré estava virando a favor de Bolívar. Mas ainda havia muitas batalhas pela frente. Para reforçar ainda mais as forças à sua disposição, Bolívar agora procurava auxílio no exterior[60]. Curiosamente, ele o encontrou na Grã-Bretanha.

É um tanto destoante encontrar nomes como Brown, MacGregor e até mesmo Ferguson – para não mencionar O’Connor, O’Leary e Robertson – gravados proeminentemente no grandioso monumento aos pais fundadores da Venezuela, no centro de Caracas. Mas esses foram apenas alguns dos soldados britânicos e irlandeses que lutaram e, em muitos casos, morreram pela causa da liberdade latino-americana entre 1810 e 1825.

Ao todo, por volta de 7 mil voluntários britânicos e irlandeses se apresentaram para ajudar a libertar a América do Sul do governo espanhol. Alguns eram veteranos das guerras napoleônicas que não tinham nenhum interesse na paz que se seguiu a Waterloo. Mas a maioria (dois terços do total) era composta de militares principiantes. Alguns sem dúvida foram inspirados pela causa nobre que Bolívar agora personificava: uma América do Sul livre e unida. Após 1815, a libertação estava no ar, e outros idealistas, dos quais o mais famoso é Byron, foram ajudar os gregos a combater os otomanos para recuperar sua independência. Mas, assim como os primeiros britânicos que migraram para a América do Norte, a maioria dos que velejaram à Venezuela foi atraída sobretudo por promessas de terra – os *haberes militares* prometidos como recompensa pelo serviço militar. Entre eles estava um jovem capitão de Manchester chamado Thomas Ferrier, que logo assumiu o comando da legião britânica de Bolívar.

A primeira visão que Ferrier teve da nova América Bolivariana foi uma cidade chamada Angostura (o lar do aperitivo amargo)[61] nas margens inóspitas do rio Orinoco, onde Bolívar havia estabelecido sua base. Durante quatro anos, ele e seus homens lutaram em uma sucessão de batalhas da

costa do Atlântico à do Pacífico. Em agosto de 1819, após a Batalha de Boyacá, ajudaram a tomar Tunja e Bogotá, onde Bolívar proclamou a República da Colômbia[62]. Então, eles se voltaram para o norte, rumo à Venezuela. Finalmente, em 24 de junho de 1821, chegaram a Carabobo, ao sul de Puerto Cabello. Essa seria a batalha decisiva da campanha venezuelana de Bolívar. Cerca de 6.500 republicanos enfrentaram 5 mil monarquistas leais à Espanha. Se as tropas de Bolívar conseguissem ganhar, a estrada rumo a Caracas, a leste, ficaria livre.

Bolívar ordenou que 600 homens sob o comando de Ferrier flanqueassem os espanhóis, que se entrincheiraram em uma colina que controlava o campo de batalha. Eles conseguiram se aproximar sem ser vistos ao longo de valas bem escondidas. Mas, assim que foram avistados, os espanhóis abriram fogo com pelo menos dois canhões e 3 mil mosquetes. No calor abafado, Ferrier esperou, em vão, que Bolívar enviasse reforços. Finalmente, receberam ordens de avançar. O ataque de baioneta que se seguiu foi um dos maiores feitos militares já vistos nos campos de batalha da América do Sul. Um relato o descreve como "uma tarefa que requeria não só coragem heroica, mas resistência herculana e determinação feroz para continuar enquanto restasse a última fagulha de vida e força". Quando a posição inimiga foi tomada, Ferrier sucumbiu, ferido mortalmente. Um Bolívar extasiado proclamou os soldados britânicos: "*Salvadores de mi Patria!*".

Bolívar era agora o senhor daquela que chamou de "Grã-Colômbia", englobando Nova Granada, Venezuela e Quito (atual Equador). José de San Martín, o libertador da Argentina e do Chile, lhe havia cedido liderança política. Em abril de 1825, seus homens expulsaram as últimas forças espanholas do Peru; o Alto Peru fora renomeado "Bolívia" em sua homenagem. O passo seguinte foi criar uma Confederação Andina reunindo a Grã-Colômbia, o Peru e a Bolívia.

Por que a Grã-Colômbia de Bolívar não foi capaz de se estabelecer como o centro dos Estados Unidos da América Latina? A resposta superficial reside em sua determinação de centralizar o poder e em sua resistência aos

caudilhos regionais, que haviam ocupado o vácuo deixado pelo colapso espanhol[63]. Mas essa resposta ignora três dificuldades mais profundas[64].

A primeira é que os sul-americanos praticamente não tinham experiência alguma em tomada de decisões democrática, do tipo que fora usual nas assembleias das colônias norte-americanas desde o início. De fato, uma vez que o poder estivera tão concentrado nas mãos dos *peninsulares*, nascidos na Espanha, os *criollos* tinham pouca experiência em qualquer tipo de responsabilidade administrativa. Conforme afirmou Bolívar em 1815:

> Nós não somos [...] nem índios, nem europeus, mas uma espécie intermediária entre os proprietários legítimos deste território e os usurpadores espanhóis [...] Nós fomos tolhidos e, de certo modo, removidos do mundo com relação à ciência do governo e à administração do Estado. Nunca fomos vice-reis nem governadores, com a exceção de raríssimos casos; poucas vezes arcebispos e bispos; diplomatas, nunca; como militares, apenas subordinados; como nobres, sem privilégios reais. Em síntese, não fomos nem magistrados nem financistas e raramente comerciantes[65].

Bolívar ficou consternado com as disputas faccionárias que presenciou nas assembleias *criollas* de Nova Granada[66]. Em seu Manifesto de Cartagena, de 1812, ele desdenhou "o [...] fatal [...] sistema tolerante [...], um sistema há muito condenado como débil e ineficaz por todo homem sensato" e a "clemência criminal" dos "visionários benevolentes que, criando repúblicas fantásticas em sua imaginação, procuraram alcançar a perfeição política, presumindo a perfectibilidade da raça humana". Além disso, denunciou a experiência federalista da Primeira República Venezuelana, que "ao autorizar o autogoverno, rompe os pactos sociais e reduz as nações à anarquia"[67]. Na época de seu segundo período de exílio na Jamaica, Bolívar se convencera de que "as instituições que são totalmente representativas não são adequadas para nosso caráter, costumes e conhecimento atual"[68]. Dois anos antes da Batalha de Carabobo, ele se dirigiu ao recém-formado Congresso de Angostura em um espírito similar:

> Embora a nação tenha como berço a liberdade, tenha se criado na liberdade e se alimente de pura liberdade; […] é surpreendente […] que um governo tão débil e complicado como o federal tenha conseguido governá-la em circunstâncias tão difíceis e delicadas como as passadas […].

Para ele, a Constituição dos Estados Unidos demandaria uma "república de santos" para funcionar[69]. Tal sistema não poderia funcionar na América do Sul:

> Independentemente de quão eficaz seja esta forma de governo na América do Norte, devo dizer que nem remotamente passou pela minha cabeça comparar a situação e a natureza de dois Estados tão distintos como a América inglesa e a espanhola.

Portanto, o sonho de Bolívar não era a democracia, e sim a ditadura; não o federalismo, e sim a centralização da autoridade, porque, conforme ele afirmara no Manifesto de Cartagena, "nossos concidadãos não são capazes de exercer plenamente seus direitos por si mesmos, pois carecem das virtudes políticas que caracterizam os verdadeiros republicanos"[70]. Sob a Constituição que ele concebeu – que, entre outras peculiaridades, contemplava uma legislatura tricameral –, Bolívar se tornaria ditador perpétuo, com o direito de nomear seu sucessor. "Estou absolutamente convencido", declarou, "de que a América só pode ser governada por um despotismo capaz [...] [Não podemos] colocar as leis acima dos líderes e os princípios acima dos homens"[71]. Seu Decreto Orgânico da Ditadura, de 1828, tornou claro que não haveria democracia baseada na propriedade em uma América do Sul bolivariana, e tampouco um Estado de direito.

O segundo problema tinha a ver com a distribuição desigual da propriedade. Afinal, a própria família de Bolívar tinha cinco grandes propriedades, abrangendo mais de 120 mil acres. Após a independência, praticamente toda a terra na Venezuela estava nas mãos de uma elite *criolla* de apenas 10 mil pessoas – 1,1% da população. O contraste com os Estados Unidos é especialmente notável nesse aspecto. Após a Revolução Americana, adquirir terras ficou ainda mais fácil para os novos colonizadores, quer fosse em consequência de créditos governamentais (sob várias leis promulgadas de 1787 a 1804), quer por meio de leis como a *General Preemption Act* de 1841, que concedia título legal a colonizadores, e o *Homestead Act* de 1861, que basicamente concedia pequenos lotes de terra nas áreas fronteiriças. Nada desse tipo foi feito na América Latina,

devido à oposição de grupos interessados em preservar grandes propriedades nas zonas rurais e mão de obra barata nas populosas cidades costeiras. No México, entre 1878 e 1908, por exemplo, mais de um décimo de todo o território nacional foi transferido em grandes terrenos para empresas de desenvolvimento territorial. Em 1910 – às vésperas da Revolução Mexicana –, apenas 2,4% dos chefes de família nas áreas rurais eram donos de alguma parcela de terra. Os índices de propriedade na Argentina eram mais altos – indo de 10% na província de La Pampa a 35% em Chubut –, mas em parte alguma se aproximava dos da América do Norte. Em 1900, o índice de proprietários rurais nos Estados Unidos era de quase 75%[72].

Deve-se salientar que esse não foi um fenômeno exclusivamente norte-americano. O índice de proprietários rurais era ainda mais alto no Canadá – 87% – e resultados similares foram alcançados na Austrália, na Nova Zelândia e mesmo em partes da África britânica, uma demonstração de que a ideia de proprietários (brancos) amplamente dispersos tinha um caráter especificamente britânico, e não norte-americano. Hoje, essa continua sendo uma das maiores diferenças entre a América do Norte e a do Sul. No Peru, até bem recentemente – 1958 – 2% dos proprietários de terras controlavam 69% de todas as terras aráveis; 83% detinham apenas 6%, consistindo de terrenos de 12 acres ou menos. Assim, os voluntários britânicos que vieram lutar por Bolívar na esperança de obter uma parte dos *haberes militares* acabaram ficando decepcionados. Dos 7 mil que partiram para a Venezuela, apenas 500 permaneceram lá. Três mil morreram em batalha ou de doença e o restante regressou à Grã-Bretanha[73].

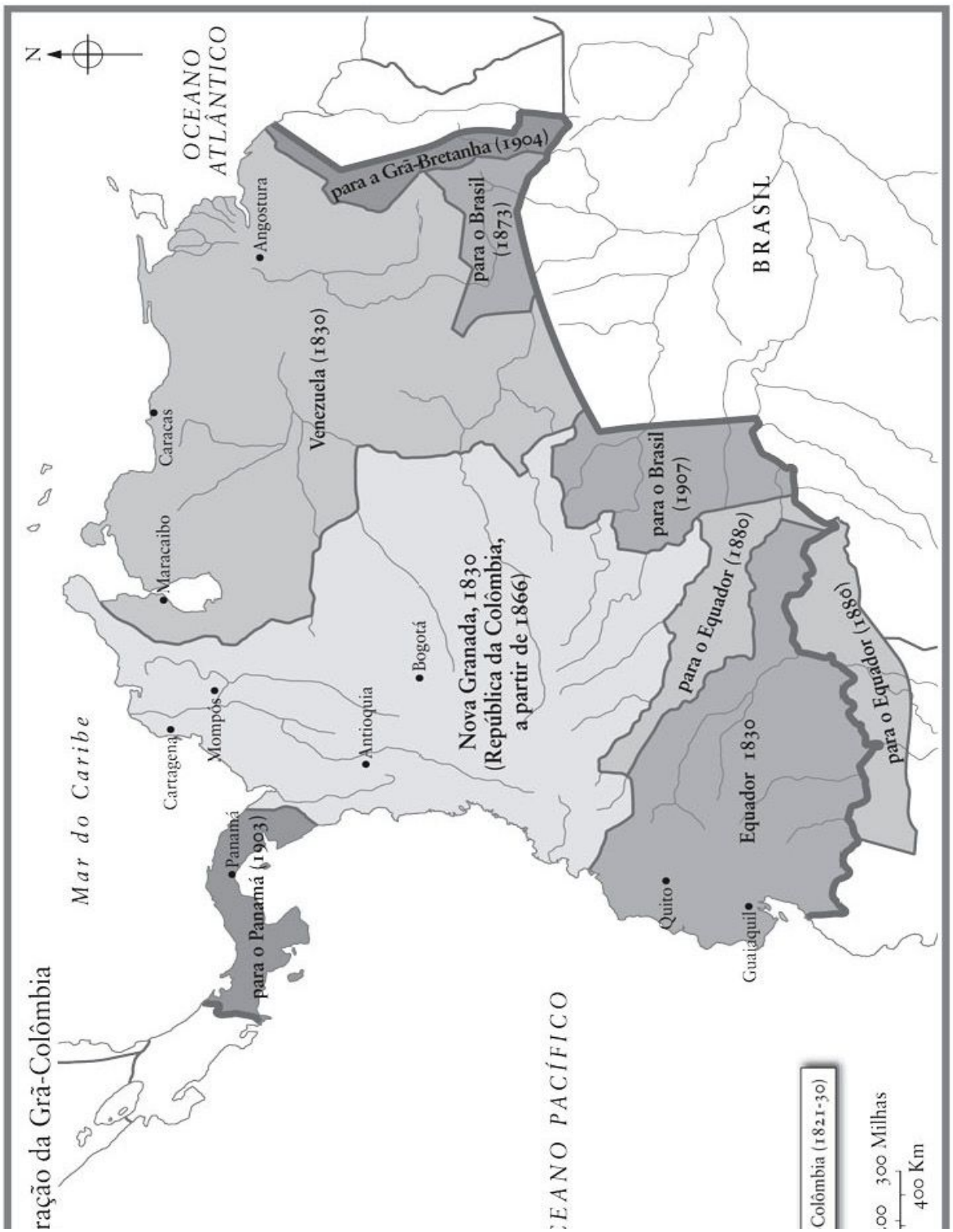
A terceira dificuldade – intimamente relacionada – é que o grau de divisão e heterogeneidade racial era muito maior na América do Sul. Os *criollos* como Bolívar odiavam os *peninsulares* com rancor extraordinário, muito pior que a inimizade entre os “patriotas” e os “casacas vermelhas” até mesmo em Massachusetts. Mas os sentimentos dos *pardos* e escravos para com os *criollos* não eram muito mais amistosos. Ao convocar o apoio dos negros, Bolívar não se baseou em uma crença sincera na igualdade racial; tratava-se de uma questão de conveniência política. Quando ele suspeitou

que Piar planejava reunir seus companheiros mulatos contra os brancos, prendeu-o e condenou-o por deserção, insubordinação e conspiração contra o governo. Em 15 de outubro de 1817, Piar foi executado por um pelotão de fuzilamento contra o muro da catedral de Angostura, e do gabinete de Bolívar, próximo dali, se escutaram os tiros[74]. Bolívar também não tinha o menor interesse em ampliar os direitos políticos à população indígena. Com efeito, o requerimento constitucional de que todos os eleitores fossem alfabetizados os excluía da nação política.

Para entender por que as divisões raciais eram mais complexas na América do Sul que na América do Norte, é fundamental avaliar as profundas diferenças que surgiram na época de Bolívar. Em 1650, os índios americanos correspondiam a 80% da população, tanto na América do Norte quanto na do Sul, inclusive no Brasil. Em 1825, no entanto, as proporções eram radicalmente diferentes. Na América espanhola, os povos indígenas ainda representavam 59% da população, mas, no Brasil, esse número havia sido reduzido para 21%, ao passo que na América do Norte estava abaixo de 4%. Nos Estados Unidos e no Canadá, a migração massiva da Europa já estava a caminho, ao passo que a expropriação das terras indígenas e seu deslocamento para "reservas" de terras marginais foi conseguido com relativa facilidade por meio da força militar. Na América espanhola, os índios eram não só mais numerosos como também, na ausência de uma imigração comparativamente grande, a mão de obra indispensável para o sistema de *encomienda*. Além disso, conforme veremos, a instituição da escravidão africana teve impactos demográficos muito distintos nas várias regiões de colonização europeia[75].

No fim, então, a concepção de Bolívar acerca da unidade sul-americana se mostrou impossível de concretizar. Após revoltas na Nova Granada, na Venezuela e em Quito, a proposta Confederação Andina foi rejeitada e a própria Grã-Colômbia se desintegrou quando a Venezuela e Quito romperam relações. O vitorioso foi o antigo aliado de Bolívar, o caudilho José Antonio Páez, que havia se projetado como o proponente de um Estado-nação exclusivamente venezuelano[76]. Um mês antes de morrer de tuberculose em dezembro de 1830, tendo renunciado a seus postos de

presidente e capitão-geral, Bolívar escreveu uma última carta desesperançada:



> [...] governei por 20 anos, e destes obtive apenas algumas certezas: (1) a América [do Sul] é ingovernável, para nós; (2) Aqueles que fazem uma revolução lavram o mar; (3) A única coisa que se pode fazer na América é emigrar; (4) Este país inevitavelmente cairá nas mãos das massas desordenadas, e então passará, de maneira quase imperceptível, às mãos de tiranos mesquinhos, de todas as cores e raças; (5) Uma vez que tenhamos sido devorados por cada crime e extintos por absoluta crueldade, os europeus nem sequer considerarão que somos dignos de ser conquistados; (6) Se fosse possível que alguma parte do mundo retornasse ao caos primitivo, seria a América em seu momento final[77].

Era uma previsão dolorosamente precisa dos 150 anos seguintes da história latino-americana. Os Estados recém-independentes começaram sua vida sem uma tradição de governo administrativo, com uma distribuição de terra profundamente desigual e com segmentações raciais que se aproximavam muitíssimo das desigualdades econômicas. O resultado foi um ciclo de revoluções e contrarrevoluções, golpes e contragolpes, à medida que os sem terra lutavam por alguns acres, enquanto as elites *criollas* se agarravam a suas *haciendas*. Repetidas vezes, experiências democráticos fracassaram porque, ao primeiro sinal de que poderiam ser expropriadas, as prósperas elites recorriam a um caudilho de uniforme para restabelecer o *status quo* por meio da violência. Essa não era uma receita para o rápido crescimento econômico.

Não é por acaso que o atual presidente da Venezuela, “El Comandante” Hugo Chávez, se intitula o Bolívar moderno – e, de fato, venera tanto o Libertador que em 2010 abriu o túmulo de Bolívar para se comunicar com seu espírito (sob os holofotes da televisão). Um ex-soldado com uma predileção por teatro político, Chávez adora discorrer sobre sua “revolução bolivariana”. Hoje, por toda a cidade de Caracas é possível ver pôsteres e murais com o rosto alongado e elegantemente bigodudo de Bolívar, muitas vezes lado a lado com o de Chávez, mais redondo e grosseiro. A realidade

do regime de Chávez, no entanto, é que é uma falsa democracia, em que a polícia e a mídia são usadas como armas contra os opositores políticos e as receitas provenientes das inúmeras jazidas de petróleo do país são usadas para comprar apoio da população na forma de subsídios à importação, esmolas e subornos. Os direitos de propriedade privada, tão centrais à ordem legal e política dos Estados Unidos, são rotineiramente violados. Chávez nacionaliza empresas quase conforme sua vontade, de fabricantes de cimento a bancos e emissoras de televisão. E, assim como tantos ditadores baratos na história latino-americana, ele zomba do Estado de direito alterando a Constituição para beneficiar a si mesmo – primeiro em 1999, logo após sua primeira vitória eleitoral; mais recentemente, em 2009, quando aboliu os limites de reeleição, para garantir que ele próprio seja reeleito um número indefinido de vezes.

Nada exemplifica melhor o contraste entre as duas revoluções americanas do que isto: a Constituição dos Estados Unidos, modificável mas inviolável, e as 26 Constituições da Venezuela, todas mais ou menos descartáveis. Só a República Dominicana teve mais Constituições desde a sua independência (32). O Haiti e o Equador ficam em terceiro e em quarto lugar, com, respectivamente, 24 e 20[78]. Ao contrário dos Estados Unidos, onde a Constituição foi projetada para servir de base para “um governo de leis, e não de homens”, as Constituições latino-americanas são usadas como instrumentos para subverter o próprio Estado de direito.

Mas, antes de celebrar o longo sucesso do modelo de colonização britânico na América do Norte, precisamos reconhecer que, em um aspecto peculiar, esse não foi, de forma alguma, superior ao da América Latina. Sobretudo após a Revolução Americana, a divisão racial entre brancos e negros se acirrou. A Constituição dos Estados Unidos, com todas as suas muitas virtudes, institucionalizou essa divisão ao aceitar a legitimidade da escravidão – o pecado original da nova república. Nas escadas da antiga Bolsa de Charleston, onde a Declaração de Independência foi lida, eles continuaram a vender escravos até 1808, graças ao artigo 1o, seção 9 da Constituição, que permitia que o comércio de escravos continuasse por mais 20 anos. E a representação da Carolina do Sul no Congresso foi

determinada de acordo com a regra de que um escravo – “outros povos”, na linguagem da Constituição – deveria ser contado como três quintos de um homem livre.

A pergunta é: como, então, resolvemos esse paradoxo no cerne da civilização ocidental – de que a revolução mais bem-sucedida em nome da liberdade tenha sido feita, em grande medida, por proprietários de escravos, em uma época em que o movimento pela abolição da escravidão já avançava a passos largos em ambos os lados do Atlântico?

## *O destino dos gullahs*

Esta é outra história, sobre dois navios trazendo para as Américas um tipo muito diferente de imigrante. Ambos partiram da pequena ilha de Gorée, na costa do Senegal, um com destino à Bahia, no nordeste do Brasil, o outro com destino a Charleston, Carolina do Sul. Ambos transportavam escravos africanos – só uma diminuta fração dos 8 milhões que atravessaram o Atlântico entre 1450 e 1820. Aproximadamente dois terços dos imigrantes com destino às Américas entre 1500 e 1760 foram escravos; antes de 1580, essa proporção era de um quinto, mas chegou a quase três quartos entre 1700 e 1760[79].

À primeira vista, a escravidão era uma das poucas instituições que a América do Norte e a do Sul tinham em comum. Tanto a plantação sulista de tabaco quanto o engenho brasileiro passaram a depender de escravos importados da África quando ficou claro que eles eram mais baratos e poderiam ser mais explorados que a mão de obra europeia em regime de servidão por contrato, no Norte, e os índios, no Sul. Do rei de Dahomey para baixo, os vendedores de escravos africanos não faziam distinção; eles atendiam tanto os compradores britânicos quanto os portugueses, além dos árabes, seus clientes tradicionais. Afinal, o comércio de escravos transaariano remontava ao século II. Os portugueses encontraram mercados de escravos em pleno funcionamento quando chegaram a Benin em 1500[80]. Para um africano cativo mantido na casa dos escravos de Gorée, parecia fazer pouca diferença se ele seria transportado no navio com destino à

América do Norte ou à do Sul. A probabilidade de que ele morresse no caminho (cerca de uma em seis, já que sabemos que 16% não sobreviveram ao martírio) era praticamente a mesma.

No entanto, houve diferenças importantes entre as formas de escravidão que surgiram no Novo Mundo. A escravidão fora parte integral da economia mediterrânea desde a Antiguidade, e foi revivida na época das Cruzadas, ao passo que na Inglaterra estava basicamente extinta. O *status* de vilania [os vilões deviam obrigações aos senhores feudais, mas, diferentemente dos servos, não estavam presos à terra] havia deixado de constar no *common law* em uma época em que os portugueses estavam abrindo uma nova rota marítima dos mercados de escravos do oeste da África ao Mediterrâneo e estabelecendo as primeiras plantações de açúcar, primeiro nas Madeiras (1455) e então em São Tomé, no golfo da Guiné (1500)[81]. Os primeiros escravos africanos chegaram ao Brasil em 1538; na América do Norte, não houve nenhum escravo antes de 1619, quando então 350 chegaram a Jamestown, após terem sido roubados de um navio espanhol com destino a Veracruz[82]. Não havia plantações de açúcar na América do Norte; e estas – os engenhos da Bahia e de Pernambuco – foram, sem dúvida, os lugares onde as condições de trabalho para os escravos foram mais cruéis, devido às características do cultivo pré-industrial de açúcar, que requeria mão de obra peculiarmente intensiva.[83] As minas de ouro do sudeste do Brasil (tais como as de Minas Gerais) não eram muito melhores, nem tampouco as plantações de café do início do século XIX. Foram transportados muito mais escravos africanos ao Brasil que ao sul dos Estados Unidos. De fato, o Brasil rapidamente superou as ilhas caribenhas como o principal centro mundial de produção de açúcar, produzindo cerca de 16 mil toneladas por ano já em 1600. (Foi só mais tarde que a produção em Santo Domingo e em Cuba alcançou níveis comparáveis.)[84] Embora a economia tenha se diversificado com o tempo, passando da produção de açúcar à mineração, ao cultivo de café e à manufatura básica, continuou-se a dar preferência à importação de escravos que aos imigrantes livres, e a escravidão era a forma usual de mão de obra em quase todos os setores da economia[85]. A escravidão foi tão importante

para o Brasil que, em 1825, pessoas de origem ou ascendência africana representavam 56% da população, em comparação com 22% na América espanhola e 17% na América do Norte. Muito depois de o comércio de escravos e a própria escravidão terem sido abolidos no mundo anglófono, os brasileiros continuavam com ambos, importando mais de um milhão de novos escravos entre 1808 e 1888, apesar de um tratado anglo-brasileiro de 1826 com o objetivo de colocar fim à comercialização. Na década de 1850, quando as intervenções navais britânicas começaram a perturbar seriamente o tráfico transatlântico, a população escrava brasileira era o dobro do que havia sido em 1793.

A quantidade de escravos na América Latina pré-revolucionária não foi de todo desprezível. As autoridades real e religiosa de fato intervieram para aliviar a situação dos escravos, assim como tinham condições de limitar outros direitos de propriedade privada. O pressuposto católico romano era que a escravidão era, quando muito, um mal necessário; não podia alterar o fato de que os escravos tinham alma. Os escravos nas plantações latino-americanas tinham mais facilidade de conseguir a alforria que os das plantações de tabaco na Virgínia[86]. Em 1872, três quartos dos negros e mulatos no Brasil eram livres[87]. Em Cuba e no México, um escravo podia até mesmo ter seu preço declarado e comprar sua liberdade em parcelas[88]. Segundo consta, os escravos brasileiros também desfrutavam de mais dias livres (todos os domingos, além de 35 dias santos) que seus congêneres nas Índias Ocidentais Britânicas[89]. Começando no Brasil, tornou-se a norma, na América Latina, que os escravos tivessem suas próprias parcelas de terra.

Certamente, não devemos imaginar um cenário demasiado otimista. No auge das exportações, algumas plantações brasileiras de açúcar funcionavam 24 horas por dia, sete dias por semana, e os escravos, literalmente, eram explorados até a morte. Foi um proprietário rural brasileiro que declarou que, “quando comprava um escravo, era com a intenção de usá-lo por um ano, já que poucos sobreviviam mais tempo que isso, mas que o fazia trabalhar o suficiente não só para compensar seu investimento inicial, como também para obter um bom lucro”[90]. Assim como nas ilhas caribenhas, os senhores viviam com medo das revoltas de

escravos, e recorriam à brutalidade exemplar para manter a disciplina. Uma punição comum em algumas plantações brasileiras eram as novenas, em que o escravo era submetido a chibatadas por nove noites consecutivas, durante as quais as feridas da vítima eram esfregadas com sal e urina[91]. Na Minas Gerais do século XVIII, não era nenhum segredo que as cabeças cortadas de escravos fugitivos eram expostas à beira das estradas. Não é de surpreender que a expectativa de vida de um escravo brasileiro fosse, em média, de apenas 23 anos ainda nos anos 1850; um escravo precisava durar apenas cinco anos para que seu dono ganhasse o dobro do investimento inicial[92]. Por outro lado, os escravos brasileiros pelo menos tinham o direito de se casar, o que era negado aos escravos sob domínio britânico (e holandês). E, tanto na América espanhola quanto na portuguesa, a tendência era que os códigos de escravidão se tornassem menos draconianos com o tempo.

Na América do Norte, os proprietários de escravos se sentiam no direito de tratar todos os seus "bens móveis" como bem entendessem, independentemente de serem seres humanos ou pedaços de terra. Conforme a população de escravos cresceu – atingindo um pico de quase um terço da população das colônias britânicas nas Américas em 1760 –, as autoridades foram estabelecendo uma distinção cada vez mais nítida entre os trabalhadores brancos em regime de servidão por contrato, cujo período de servidão normalmente era estipulado em cinco ou seis anos, e os escravos negros, que eram obrigados a servir durante toda a vida. A legislação promulgada em Maryland em 1663 era inequívoca: "todos os negros ou outros escravos na província [...] devem servir *durante vitae*; e todas as crianças nascidas de qualquer negro ou outro escravo devem ser escravas como o foram seus pais"[93]. E a escravidão na América do Norte se tornou mais estrita com o tempo. Uma lei promulgada na Virgínia em 1669 declarava que não era nenhum crime se um senhor matasse seu escravo. Uma lei da Carolina do Sul de 1726 afirmava explicitamente que os escravos eram "bens" (posteriormente chamados "bens móveis"). A punição corporal foi não só sancionada como codificada[94]. Chegou-se ao ponto em que escravos fugitivos da Carolina começaram a atravessar a

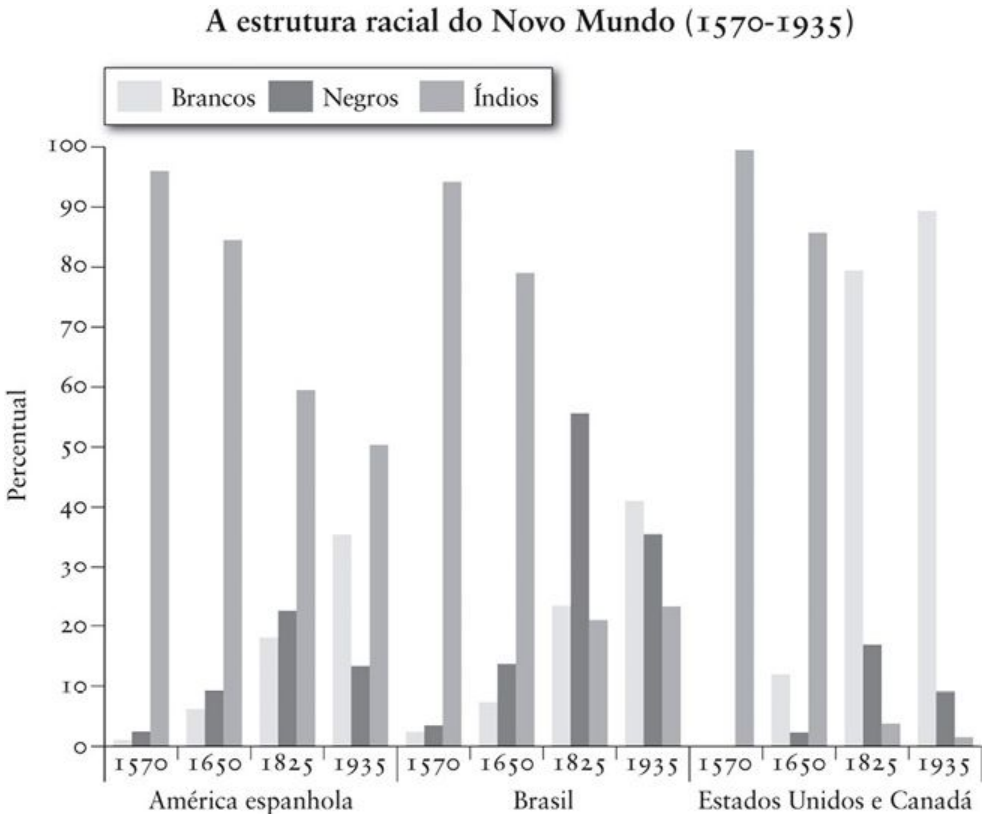
fronteira para a Flórida espanhola, onde o governador permitia que eles estabelecessem um assentamento autônomo, desde que se convertessem ao catolicismo[95]. Isso era uma mudança notável, considerando que – conforme vimos – a escravidão havia sido extinta na Inglaterra séculos antes, o que ilustra como as instituições europeias eram perfeitamente capazes de se transformar estando em solo americano. Um magistrado da Virgínia captou impecavelmente a tensão no cerne dessa "instituição peculiar" quando declarou: "Os escravos não são apenas propriedade; são também seres racionais, e têm direito à humanidade da Corte, quando esta possa ser exercida *sem ferir os direitos de propriedade*".[96] Os comerciantes de escravos só se tornaram alvo do ataque de abolicionistas no momento em que ultrapassaram um limiar muito elevado, como fez o capitão do navio *Zong*, de Liverpool, quando, em 1783, lançou 133 escravos ao mar, vivos e acorrentados, devido a uma escassez de água a bordo. É notável o fato de ele ter sido processado primeiro por fraude contra a seguradora, até que Olaudah Equiano alertou o abolicionista Granville Sharp sobre a verdadeira natureza do crime que ele havia cometido[97].

Uma diferença especialmente marcante entre o Norte e o Sul é o tabu norte-americano contra a procriação entre raças – a "miscigenação", como então se dizia. A América Latina aceitou desde o início a realidade das uniões inter-raciais, classificando seus vários produtos (*mestizos*, os descendentes de homens espanhóis e mulheres indígenas; mulatos, nascidos da união de *criollos* e negros; e zambos, filhos de índios e negros) em hierarquias cada vez mais elaboradas. O próprio Pizarro teve uma esposa inca, Inés Huayllas Yupanqui, que lhe deu uma filha, Doña Francisca[98]. Em 1811, esses vários "mestiços" constituíam mais de um terço da população da América espanhola, uma porção equivalente à da população indígena, e superior à dos *criollos* de origem puramente hispânica, que representavam menos de um quinto. No Brasil do século XVIII, os mulatos ocupavam apenas 6% da mão de obra predominantemente africana nas plantações, mas um quinto dos postos gerenciais e artesanais mais qualificados; eles eram a classe subalterna do império português.

Já nos Estados Unidos, houve tentativas sofisticadas de proibir tais uniões, ou pelo menos negar sua legitimidade. Isso foi, em parte, consequência de mais uma diferença. Quando os britânicos emigraram para a América, geralmente levaram consigo a esposa ou companheira. Quando os homens espanhóis e portugueses atravessaram o Atlântico, quase sempre viajaram sozinhos. Por exemplo, dos 15 mil nomes registrados no "Catálogo de Pasajeros a Indias" (uma lista de passageiros espanhóis que embarcaram para o Novo Mundo entre 1509 e 1559), apenas 10% eram mulheres. Os resultados não eram difíceis de prever. Cientistas liderados por Andrés Ruiz-Linares estudaram amostras de DNA mitocondrial de 13 populações de *mestizos* em sete países do Chile ao México. Os resultados mostram claramente que, em toda a América Latina, homens europeus tiveram como parceiras mulheres africanas e indígenas, e não o contrário[99]. Estudos de caso de lugares como Medellín, na Colômbia – onde a população costuma ser considerada "puramente" hispânica –, corroboram essas descobertas. Em outra amostra, verificou-se que as linhagens de cromossomo Y (herdado do pai) eram cerca de 94% europeias, 5% africanas e apenas 1% ameríndias, ao passo que as linhagens de DNA mitocondrial (herdado da mãe) eram 90% ameríndias, 8% africanas e 2% europeias[100].

Não que a miscigenação não tenha ocorrido na América do Norte. Ocorreu. Thomas Jefferson é só o mais famoso norte-americano a ter assumido a paternidade de filhos de uma de suas escravas. No fim da época colonial, havia aproximadamente 60 mil mulatos na América britânica. Hoje, entre um quinto e um quarto do DNA da maioria dos afro-americanos nos Estados Unidos tem origens europeias. Mas o modelo que criou raízes no período colonial foi essencialmente binário. Um indivíduo com uma "gota" sequer de sangue afro-americano – na Virgínia, um único avô negro – era categorizado como negro, não importava o quão clara fosse sua pele ou caucasiana sua fisionomia. O casamento inter-racial era tratado como crime passível de punição na Virgínia já em 1630, e foi legalmente proibido em 1662; a colônia de Maryland havia adotado legislação similar um ano antes. Tais leis foram promulgadas por cinco outras colônias norte-

americanas. No século após a fundação dos Estados Unidos, o casamento inter-racial foi banido em nada menos que 38 estados. Em 1915, 28 estados ainda mantinham tais estatutos; dez deles chegaram a ponto de tornar constitucional a proibição da miscigenação. Houve até mesmo uma tentativa, em dezembro de 1912, de emendar a Constituição dos Estados Unidos a fim de proibir a miscigenação "para sempre"[101].




Nota: Os dados sobre a população miscigenada não estão disponíveis.

Fazia uma grande diferença, então, para onde iam os escravos africanos. Aqueles com destino à América Latina acabaram em uma espécie de caldeirão racial onde um escravo, sendo homem, tinha uma chance razoável de obter sua liberdade se sobrevivesse aos primeiros anos de trabalho duro, e, sendo mulher, tinha uma probabilidade não trivial de gerar um filho de raça mista. Aqueles destinados aos Estados Unidos entravam em uma sociedade em que a distinção entre branco e negro era definida e sustentada de forma muito mais rígida.

Conforme vimos, foi John Locke quem fez da propriedade privada a base da vida política na Carolina. Mas não era só a propriedade de terras que ele tinha em mente. No artigo 110 de suas "Constituições fundamentais", ele afirmara claramente: "Todo homem livre da Carolina terá absoluto poder e autoridade sobre seus escravos negros, qualquer que seja sua opinião ou religião". Para Locke, a propriedade de seres humanos era parte tão integrante do projeto colonial quanto a propriedade da terra. E esses seres humanos não seriam nem proprietários de terras, nem eleitores. Os legisladores posteriores se esforçaram para manter essa distinção. A seção X da lei que regulamentava a escravidão na Carolina do Sul, de 1740, autorizava uma pessoa branca a deter e examinar qualquer escravo encontrado fora de uma casa ou plantação que não estivesse acompanhado de uma pessoa branca. A seção XXXVI proibia os escravos de saírem da plantação, sobretudo nos sábados à noite, nos domingos e nos feriados. Os escravos que violassem a lei poderiam ser submetidos a "chicotadas moderadas". A seção XLV proibia pessoas brancas de ensinarem escravos a ler e a escrever.

Os profundos efeitos de tais leis se fazem notar ainda hoje em algumas áreas dos Estados Unidos. A costa *gullah* vai de Sandy Island, na Carolina do Sul, a Amelia Island, na Flórida. Nessa região, as pessoas têm seu próprio dialeto, culinária e estilo musical característicos102. Alguns antropólogos acreditam que *gullah* seja uma corruptela de "Angola", de onde possivelmente vieram os ancestrais dos habitantes. Começando em meados do século XVII, uma proporção muito elevada de todos os escravos transportados às Américas – talvez 44% – vieram de partes da África que seus contemporâneos chamavam Angola (o país atual mais a região entre Camarões e a margem norte do rio Congo)[103]. Um terço dos escravos que passaram por Charleston veio de Angola[104]. A maioria destes foi tomada dos povos mdunbu do reino Ndongo, cujo governante, o *ngola*, emprestou seu nome ao país atual. Eles terminaram dispersos pelas Américas, do Brasil às Carolinas, passando pelas Bahamas.

Que ainda haja ecos discerníveis de Angola na Carolina do Sul – incluindo vestígios da língua quimbundo – é, por si só, significativo. As

pessoas que vivem lá são descendentes diretos dos escravos angolanos, e pouca coisa aconteceu para diluir seu conjunto de genes. A sobrevivência da cultura *gullah* atesta a notável permanência da segregação racial em estados como a Carolina do Sul. Já os angolanos enviados para a América do Sul tiveram chances muito maiores de escapar da prisão da escravatura – às vezes literalmente, como no caso dos fugitivos de Pernambuco que fundaram seu próprio quilombo independente, também conhecido como Pequena Angola, em Palmares, bem no meio da floresta do estado de Alagoas. Em seu auge, esse pequeno reino teve uma população de mais de 10 mil e um chefe eleito, o "Ganga Zumba". Fundada no início dos anos 1600, só foi conquistada por forças portuguesas em 1694. O destino do *gullah* Jack Pritchard, um escravo angolano que planejou iniciar uma rebelião contra os *buckra* (brancos) em Charleston em 1822, foi muito diferente. Ele foi enforcado. Ironicamente, a Terra da Liberdade parecia ser, para cerca de um quinto de sua população, a Terra da Escravidão Permanente. Ao norte do Rio Grande, a escravidão se tornara hereditária.

No fim, é claro, a anomalia da escravidão em uma sociedade supostamente livre só poderia ser resolvida por uma guerra entre os estados escravocratas do Sul e os estados abolicionistas do Norte. Só a intervenção naval britânica em favor da Confederação poderia ter derrotado os defensores da União, e aquilo nunca foi muito provável. Mas, embora a Guerra Civil tenha colocado fim à escravidão, muitos norte-americanos continuaram a acreditar, por mais de um século, que sua prosperidade se devia à linha divisória entre brancos e negros. Já na década de 1820, Edward Everett escreveria na *North American Review*:

> Não temos nenhuma consideração para com a América do Sul; não temos por eles simpatia alguma, não podemos ter com eles nenhuma afinidade política fundamentada. *Somos oriundos de linhagens diferentes* [...] Nem todos os tratados que poderíamos firmar, nem os comissários que poderíamos enviar, nem o dinheiro que lhes poderíamos emprestar, transformariam seus [...] Bolívares em Washingtons[105].

Para uma geração posterior de partidários da supremacia branca, a segregação era o principal motivo pelo qual os Estados Unidos haviam

prosperado, ao passo que os povos “mesclados” da América Latina atolaram na pobreza (sem falar, em alguns casos, no comunismo).

Com o lema “Segregação agora! Segregação amanhã! Segregação sempre!”, George Wallace, o governador do Alabama, colocou, em época recente – 1963 –, a divisão racial no cerne da história de sucesso norte-americana, em seu discurso de posse:

> Esta nação nunca foi concebida para ser uma unidade de uma [...], mas uma unidade de muitas [...] Este é o exato motivo pelo qual nossos antepassados, amantes da liberdade, instituíram os estados, para dividir os direitos e poderes entre os estados, garantindo que nenhum poder central pudesse obter controle governamental soberano [...]
> E assim também foi concebida nossa vida racial [...] cada raça em seu próprio contexto tem a liberdade de ensinar [...] de instruir [...] de desenvolver [...] de pedir e de receber a merecida ajuda de outros de raças distintas. Essa é a grande liberdade de nossos pais fundadores americanos [...], mas se amalgamamos em uma unidade conforme defendem os filósofos comunistas [...] então o enriquecimento de nossa vida [...] a liberdade para o nosso desenvolvimento [...] estarão perdidos. Tornamo-nos, portanto, uma unidade mista de um sob um único governo todo-poderoso [...] e representamos tudo [...] e nada.

Tais argumentos, na época, estiveram longe de ser pouco atrativos: 10 milhões de eleitores (13,5% do total) votaram em Wallace e em seu Partido Americano Independente quando ele se candidatou à presidência em 1968.

Mas a ideia de que o sucesso dos Estados Unidos estava associado à segregação racial era absurda. É um equívoco acreditar, como fez Wallace, que os Estados Unidos eram mais prósperos e estáveis do que a Venezuela ou o Brasil graças às leis antimiscigenação e à ampla gama de barreiras de cor que mantinham brancos e negros separados em bairros, hospitais, escolas, faculdades, locais de trabalho, parques, piscinas, restaurantes e até mesmo cemitérios. Ao contrário, a América do Norte estava melhor que a do Sul pura e simplesmente porque o modelo britânico de direitos de propriedade privada e democracia amplamente distribuídos funcionava melhor que o modelo espanhol de riqueza concentrada e autoritarismo. Longe de ser indispensável para o sucesso, a escravidão e a segregação eram obstáculos ao progresso norte-americano, e seu legado ainda é dolorosamente visível nos problemas sociais – gravidez adolescente, baixo

desempenho escolar, abuso de drogas e prisão desproporcional – que hoje atormentam tantas comunidades afro-americanas.

Hoje, um homem com pai africano e mãe branca – que poderia ter sido chamado mulato nos dias de Simón Bolívar – é o presidente dos Estados Unidos, tendo derrotado um herói condecorado de guerra de origem clássica escocesa e irlandesa, até mesmo no estado da Virgínia. Isso é algo que teria parecido uma possibilidade absurdamente remota há apenas 30 anos, quando visitei o sul dos Estados Unidos pela primeira vez. É fácil esquecer que, em 1967, 16 estados ainda tinham leis proibindo o casamento inter-racial. Foi só com o julgamento da Suprema Corte – no apropriadamente denominado *Loving* versus *Virginia* – que as proibições legais de casamento inter-racial foram consideradas inconstitucionais em todo o território norte-americano. Mesmo assim, o Tennessee só repeliu formalmente o artigo de sua Constituição em março de 1978, e o Mississippi postergou sua eliminação até dezembro de 1987. As atitudes raciais norte-americanas mudaram profundamente daí em diante. Toda uma gama de palavras e pensamentos tradicionais já não pode ser pronunciada em público.

Ao mesmo tempo, as pessoas nas ruas de muitas cidades norte-americanas se parecem cada vez mais com as da América do Sul. A migração constante proveniente da América Latina, sobretudo do México, significa que em 40 anos os brancos não hispânicos provavelmente serão uma minoria da população dos Estados Unidos[106]. Então, é provável que o país se torne bilíngue, se não oficialmente, ao menos na prática. E a sociedade norte-americana também está se tornando racialmente mista como em nenhum momento anterior. O censo dos Estados Unidos distingue entre quatro categorias “raciais”: “negro”, “branco”, “nativo americano” e “asiático ou nativo do Pacífico”. Com base nisso, uma em cada 20 crianças nos Estados Unidos é de origem mista, uma vez que seus pais não pertencem à mesma categoria racial. O número de tais casais inter-raciais quadruplicou entre 1990 e 2000, chegando a aproximadamente 1,5 milhão. Vista nessa perspectiva, a eleição de Barack Obama em 2008 parece muito menos surpreendente.

Enquanto isso, uma das economias mais dinâmicas do mundo é a do Brasil multicolorido. O segredo para o sucesso do Brasil – ainda uma das sociedades mais desiguais do mundo – tem sido a reforma, há muito necessária, de dar a uma parcela cada vez maior da população uma chance de ter uma propriedade e ganhar dinheiro. Após mais de um século de dependência excessiva e protecionismo, substituição de importações e outras formas de intervenção estatal, a maior parte da América Latina – com a lamentável exceção da Venezuela – vem alcançando maior crescimento desde os anos 1980 com uma combinação de privatização, investimento estrangeiro e incentivo às exportações[107]. Os dias em que as economias da região oscilavam entre a hiperinflação e o não pagamento da dívida parecem ter ficado no passado. Nos anos 1950, o Produto Interno Bruto da América do Sul era menos de um quinto do norte-americano. Hoje, está se aproximando de um terço.

Em outras palavras, 500 anos após o início do processo de conquista e colonização, a enorme distância entre a Anglo-América e a América Latina parece finalmente estar diminuindo. Em todo o hemisfério ocidental, enfim está surgindo uma única civilização americana – uma espécie de realização tardia do sonho pan-americano de Bolívar.

Isso, no entanto, é antecipação. Pois o auge das teorias de distinção racial não foi no século XIX, e sim na primeira metade do século XX. Para entender por que a raça se tornou uma preocupação da interação do Ocidente com outras civilizações, devemos nos voltar agora para a própria África, que se tornaria o ponto focal da expansão imperial europeia no período. No discurso que apresentamos no início deste capítulo, Churchill – cuja própria carreira imperial começou no Sudão e na África do Sul – fez uma pergunta que, em muitos aspectos, foi central à vida de toda uma geração de construtores de impérios: “Por que os mesmos princípios que definiram a civilização livre, ordenada e tolerante das ilhas Britânicas e do Império Britânico não poderiam ser úteis na organização deste mundo inquieto?”. A civilização tal como ele a entendia havia sido capaz de criar raízes na América do Norte – tanto nos Estados Unidos quanto nas regiões

que permaneciam sob governo britânico. Havia florescido nas terras áridas da Austrália. Por que não na África, também?

Na América, as quatro potências europeias haviam tentado plantar suas civilizações em solo estrangeiro (cinco se considerarmos os holandeses na Guiana e na "Nova Amsterdã", seis se considerarmos os suecos em Saint-Barthélemy, sete incluindo os dinamarqueses nas Ilhas Virgens, e oito com os assentamentos russos no Alasca e na Califórnia), com graus muitíssimo variados de sucesso. Na corrida por fazer a mesma coisa na África, haveria ainda mais competidores. E o maior rival da Grã-Bretanha nessa corrida acabou sendo o país que ela havia conseguido ofuscar na América: a França.

---

Ele poderia muito bem ter chamado o continente de "Colômbia", mas o livro *Mundos novus* ("Mundo novo"), de Vespúcio, de 1504, roubou parte da repercussão de Colombo.

Fernández-Armesto, *The Americas*, p. 66.

As afirmações clássicas são de Pomeranz, *The Great Divergence*; Williams, *Capitalism and Slavery*. Para uma versão modificada do argumento, ver Acemoglu et al., "The Rise of Europe".

Barrera-Osorio, *Experiencing Nature*.

Churchill, "Civilization", p. 45 ss.

Hemming, *The Conquest of the Incas*, p. 28.

Markham (Org.), *Reports on the Discovery of Peru*, p. 113-27.

Wood, *Conquistadors*, p. 134.

Hemming, *The Conquest of the Incas*, p. 121.

) Bingham, *Lost City of the Incas*.

Burkholder, *Colonial Latin America*, p. 46.

2 Ibid., p. 126.

3 Findlay and O'Rourke, *Power and Plenty*, figura 4.4.

4 Lanning, *Academic Culture in the Spanish Colonies*.

5 Barrera-Osorio, *Experiencing Nature*.

6 Fernández-Armesto, *The Americas*, p. 95.

7 Departamento de Arquivos e História da Carolina do Sul, Charleston.

8 Tomlins, "Indentured Servitude in Perspective".

9 Engerman e Sokoloff, "Once upon a Time in the Americas".

) Ver, em geral, Egnal, *New World Economies*.

l Elliott, *Empires of the Atlantic World*, p. 411.

2 Adamson, “England without Cromwell”.

3 Clark, “British America”.

4 Acemoglu et al., “Reversal of Fortune”.

5 Clark, *A Farewell to Alms*.

6 Emmer, *Colonialism and Migration*, p. 35.

7 Especificamente, o suposto direito do filho homem de herdar a terra de seu pai; a distinção, quanto à alienabilidade, entre *fee simple* [domínio pleno dos bens herdados] e *fee tail* [domínio limitado]; a distinção, quanto à garantia de posse da terra, entre *freehold* [posse efetiva] e *copyhold* [posse cedida em troca de serviços]; o uso de invasão e despejo para determinar o título e a legitimidade do “uso”; e o “fideicomisso” como uma forma de evadir obrigações feudais ou outras imposições.

8 North et al., *Violence and Social Orders*, cap. 3.

9 Fernández-Armesto, *The Americas*, p. 159.

) A afirmação clássica é de North e Weingast, “Constitutions and Commitment”. Ver também, sobre o papel da vantagem fiscal e da expansão ultramarina em O’Brien, “Inseparable Connections”.

l Hobbes, *Leviatã*, parte I, cap. 13.

2 Ibid., cap. 18.

3 Ibid., parte II, caps. 17, 19.

4 Locke, *Two Treatises of Government*, Livro II, cap. 3.

5 Ibid., cap. 11.

6 Ibid., cap. 6.

7 Ibid., cap. 9.

8 Ibid., cap. 13.

9 Texto completo em http://avalon.law.yale.edu/17th_century/nc05.asp.

) Engerman e Sokoloff, “Once upon a Time in the Americas”.

l Arneil, *John Locke and America*, p. 98.

2 Locke, *Two Treatises of Government*, Livro II, cap. 5.

3 Elliott, *Empires of the Atlantic World*, p. 135.

4 Ibid., p. 40. Ver também Sato, *Legal Aspects of Landownership in Colonial Spanish America*.

5 Engerman e Sokoloff, “Once upon a Time in the Americas”.

6 Ibid.

7 Ver Clark, *The Language of Liberty*.

8 Clark, “British America”.

9 Aos 17 anos de idade, Washington foi nomeado supervisor do recém-criado condado fronteiriço de Culpeper. Essas experiências lhe foram muito úteis quando ele se tornou oficial do Exército nas Guerras Franco-Indígenas, que os colonos chamaram Guerra dos Sete Anos. Em 1752, Washington começou sua carreira como especulador imobiliário ao comprar 1.459 acres ao longo do Bullskin Creek, no condado de Frederick, na Virgínia. Após a vitória na Guerra de Independência, ele e seus companheiros veteranos atacaram as terras a oeste do rio Ohio como os legítimos despojos de guerra.

0 George Washington a William Crawford, 20 de setembro de 1767, em Washington e Crawford, *Washington–Crawford Letters*, p. 3 ss.

1 Ver Jasanoff, *Liberty's Exiles*.

2 Lynch, *Simón Bolívar*, p. 63.

3 http://faculty.chass.ncsu.edu/slatta/hi216/documents/bolivar/sbwar1813.html.

4 No entanto, alguns clérigos apoiaram o movimento de independência, em particular em Nova Granada, onde havia considerável insatisfação com os impostos que a Igreja sul-americana era obrigada a pagar à Coroa. Contra esses padres dissidentes, os monarquistas usaram a Inquisição de Cartagena.

5 Ortega, "Earthquakes during the Colonial Period".

6 Lynch, "Bolívar and the Caudillos", p. 6 ss.

7 King, "A Royalist View of Colored Castes in the Venezuelan War of Independence".

8 Lynch, "Bolívar and the Caudillos", p. 16 ss.

9 Woodward, "The Spanish Army and the Loss of America".

0 Ullrick, "Morillo's Attempt to Pacify Venezuela", p. 553.

1 O aperitivo de Angostura (*bitters*), de fato, foi inventado por um alemão a serviço de Bolívar, chamado dr. Johann Gottlieb Benjamin Siegert, que foi o primeiro a produzir o concentrado alcoólico com base em uma receita secreta, em 1824. Um Pisco Sour sem algumas gotas da invenção de Siegert não é digno do nome.

2 Hamnett, "The Counter Revolution of Morillo and the Insurgent Clerics of New Granada".

3 Lynch, *Simón Bolívar*, p. 99.

4 Ver, em geral, Langley, *The Americas in the Age of Revolution*, esp. p. 243-84.

5 http://web.archive.org/web/19970615224356/www.umich.edu/~proflame/mirror/etext/bol5.html.

6 Williamson, *The Penguin History of Latin America*, p. 218.

7 http://web.archive.org/web/19970615224356/www.umich.edu/~proflame/mirror/etext/bol5.html.

8 Bolívar a *Sir* Henry Cullen, 6 de setembro de 1815, em Bolívar (Org.), *Selected Writings of Bolívar*, vol. I, p. 114.

9 http://web.archive.org/web/19970615224356/www.umich.edu/~proflame/mirror/etext/bol2.html.

0 http://web.archive.org/web/19970615224356/www.umich.edu/~proflame/mirror/etext /bol5.html.

1 Lynch, *Simón Bolívar*, p. 218.

2 Engerman e Sokoloff, "Once upon a Time in the Americas".

3 Brown, *Adventuring through Spanish Colonies*, figura 2.2.

4 Lynch, “Bolívar and the Caudillos”, p. 16 ss.

5 Dados de Engerman e Sokoloff, “Once upon a Time in the Americas”.

6 Lynch, “Bolívar and the Caudillos”, p. 34.

7 Lynch, *Simón Bolívar*, p. 276.

8 Cordeiro, “Constitutions around the World”.

9 Engerman e Sokoloff, “Once upon a Time in the Americas”.

0 Fage, “Slavery and the Slave Trade in the Context of West African History”, p. 395.

1 Curtin, *Plantation Complex*, p. 4-26.

2 Thornton e Heywood, *Central Africans*.

3 Cada etapa do processo – corte, transporte, moagem, fervura e secagem – era fisicamente extenuante, e não podia haver atraso entre elas.

4 Curtin, *The Rise and Fall of the Plantation Complex*, p. 26; Klein e Luna, *Slavery in Brazil*, p. 28. Ver também Prado, *The Colonial Background of Modern Brazil*; Poppino, *Brazil*.

5 Schwartz, “The Colonial Past”, p. 185.

6 Schwartz, *Slaves, Peasants and Rebels*, p. 46.

7 Graham, *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil*, p. 26.

8 Elkins, *Slavery*, p. 76.

9 Davis, “Slavery”, p. 72.

0 Thomas, *The History of the Atlantic Slave Trade*, p. 633.

1 Davis, “Slavery”, p. 78.

2 Schwartz, *Slaves, Peasants and Rebels*, p. 42.

3 Elkins, *Slavery*, p. 40.

4 Ibid., p. 50.

5 Elliott, *Empires of the Atlantic World*, p. 283.

6 Davis, “Slavery”, p. 125.

7 Walvin, *Black Ivory*, p. 16 ss.

8 Ver Rostworowski, *Doña Francisca Pizarro*.

9 Wang et al., “Geographic Patterns”.

00 Carvajal-Carmona et al., “Strong Amerind/White Sex Bias”; Bedoya et al., “Admixture Dynamics in Hispanics”.

01 Ferguson, *The War of the World*, p. 20-22.

02 Creel, *A Peculiar People*.

03 Eltis, “The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade”, tabela 1.

)4 Schaefer, *Genealogical Encyclopaedia of the Colonial Americas*; Thornton e Heywood, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas*.

)5 Langley, *The Americas in the Age of Revolution*, p. 240. Grifo nosso.

)6 Sam Roberts, "Projections Put Whites in Minority in U.S. by 2050", *New York Times*, 18 de dezembro de 2009.

)7 Haber, "Development Strategy or Endogenous Process?".

OceanofPDF.com

# 4
# Medicina

Consideremos, primeiro, que estado de coisas é descrito pela palavra “civilização”. Sua verdadeira prova reside no fato de que as pessoas que vivem nela fazem do bem-estar físico seu objetivo de vida […] Os europeus, hoje, vivem em casas mais bem construídas do que viviam há 100 anos […] Antes, eles vestiam peles e usavam lanças como armas. Hoje, usam calças compridas, e [...] em vez de lanças carregam revólveres [...] Antes, na Europa, as pessoas aravam suas terras principalmente por meio do trabalho manual. Hoje, um homem pode arar um vasto pedaço de terra usando máquinas a vapor e, assim, acumular grandes riquezas [...] Antes, os homens viajavam em carruagens. Hoje, eles atravessam grandes distâncias em trens, avançando 600 quilômetros por dia ou mais [...] Antes, quando as pessoas queriam lutar umas contra as outras, elas mediam a força física; hoje, um único homem atrás de uma arma, situado em uma colina, é capaz de tirar milhares de vidas [...] Hoje há doenças com as quais as pessoas nunca sonharam, e um exército de médicos comprometido em encontrar a cura para elas, e também os hospitais aumentaram. Esta é uma prova de civilização [...] O que mais preciso dizer? [...]

A civilização é tal que só precisamos ser pacientes e ela se autodestruirá. De acordo com os ensinamentos de Maomé, esta seria considerada uma Civilização Satânica. O hinduísmo a chama de Era Negra [...] Deve ser evitada.

MAHATMA GANDHI

É um povo que, por meio de seus filhos (Robespierre, Descartes etc.), fez muito pela humanidade. Eu não tenho o direito de desejar-lhe mal.

ESTUDANTE SENEGALÊS

## *A profecia de Burke*

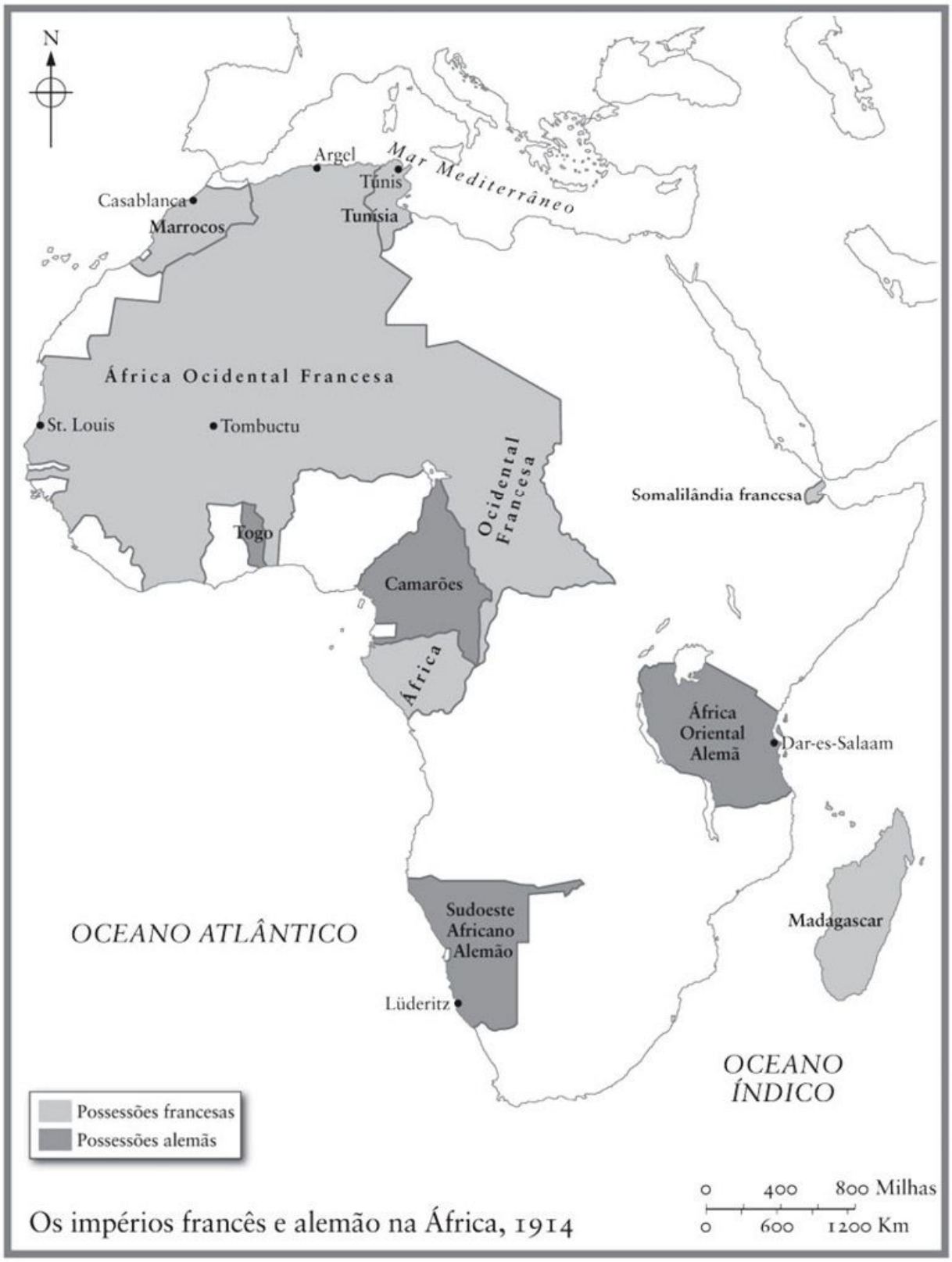
De meados do século XIX a meados do século XX, o Ocidente dominou o restante do mundo. Essa foi a era não só dos impérios como do imperialismo, uma teoria de expansão ultramarina que justificou a dominação formal e informal dos povos não ocidentais apresentando razões altruístas e egoístas. Império significava “espaço habitável” para o excesso populacional. Significava mercados de exportação garantidos, que uma potência rival não podia restringir com taxas alfandegárias. Significava retornos mais altos sobre o investimento do que os que estavam disponíveis em casa[1]. O império também podia ter uma função política, transformando os conflitos sociais da era industrial em um espírito belicoso de orgulho patriótico, ou gerando compensações para acalmar os ânimos de grupos de interesse poderosos. Mas também significou a disseminação da civilização, um termo usado cada vez com mais frequência para descrever todo o sistema de instituições marcadamente ocidentais que encontramos nos capítulos anteriores: a economia de mercado, a Revolução Científica, a ligação entre propriedade privada e governo representativo. Também significou a disseminação do cristianismo, pois, no processo de construção do império, os missionários foram quase tão importantes quanto os mercadores e os militares (ver Capítulo 6).

De todos os impérios ocidentais, o maior foi, de longe, o britânico. Da Grant Land, a extremidade mais setentrional do Canadá, à costa abafada de Georgetown, Guiana, e à Graham Land na Antártida; descendo o Nilo até Nyanza, e pelo Zambeze até o Cabo; do golfo Pérsico a Bengala – atravessando toda a Índia –, e daí à Birmânia e a Bornéu; de Singapura a Sydney – faixas imensas do mapa-múndi, incluindo inúmeras ilhas minúsculas, foram cobertas do tom rosado que a pele de um escocês adquire sob o sol tropical. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o Império Britânico cobria cerca de um quarto da superfície da Terra e abarcava praticamente a mesma proporção da população mundial. Também exercia um controle sem igual sobre as rotas marítimas do mundo e sobre a rede internacional de telégrafos. Mas os britânicos estavam longe de ser a única potência imperialista. Apesar do custo apavorante da Revolução e das Guerras Napoleônicas em termos de vidas humanas, os franceses

retomaram a expansão imperial apenas 15 anos depois de terem sido derrotados em Waterloo. Combinando antigas ilhas produtoras de açúcar, como Réunion, Guadalupe e Martinica, e entrepostos comerciais, como Saint-Louis e Gorée, com novas possessões no norte, no centro e no oeste da África, bem como no oceano Índico, na Indochina e na Polinésia, o Império Francês, em 1913, cobria pouco menos de 9% da superfície mundial. Os belgas, os alemães e os italianos também adquiriram colônias ultramarinas, ao passo que os portugueses e os espanhóis retiveram grande parte de seus impérios anteriores. Enquanto isso, avançando por terra, e não por mar, os russos expandiram seu império sobre o Cáucaso, a Sibéria e a Ásia Central. Os austríacos também anexaram novos territórios; depois de terem sido expulsos da Alemanha pela Prússia em 1866, os Habsburgo se voltaram para o sul, em direção aos Bálcãs. Até mesmo ex-colônias se tornaram colonizadoras, como os Estados Unidos, que conquistaram Porto Rico e as Filipinas, além do Havaí e de uma porção de ilhas menores no Pacífico.

Em 1913, os impérios ocidentais dominavam o mundo. Onze metrópoles abrangendo apenas 10% da superfície da Terra governavam mais da metade do planeta. Estima-se que 57% da população mundial vivia nesses impérios, o que correspondia a quase quatro quintos da produção econômica global. Mesmo naquela época, sua conduta foi alvo de críticas ferrenhas. De fato, a palavra “imperialismo” é um termo pejorativo que se popularizou entre nacionalistas, liberais e socialistas. Choveram críticos ridicularizando a afirmação de que os impérios estavam exportando civilização. Segundo consta, quando lhe perguntaram o que ele achava da civilização ocidental, o líder nacionalista indiano Mahatma Gandhi teria respondido, com perspicácia, que achava que seria uma boa ideia. Em *Hind Swaraj* (Autogoverno da Índia), publicado em 1908, Gandhi chegou a ponto de chamar a civilização ocidental de “uma doença” e “um veneno”[2]. Mark Twain, um ferrenho anti-imperialista norte-americano, preferiu a ironia. “Para aqueles que acreditam”, escreveu em 1897, “que o produto singular chamado civilização francesa seria uma melhoria da civilização da Nova Guiné e similares, a conquista de Madagascar e a instauração da civilização

francesa lá estarão completamente justificados”[3]. O líder bolchevique Vladimir Ilich Lenin também estava sendo irônico quando chamou o imperialismo de “a fase superior do capitalismo”, o resultado da disputa dos bancos monopolistas “pelas fontes de matéria-prima, pela exportação de capital, por esferas de influência, isto é, por esferas para negócios rentáveis, concessões, lucros de monopólio e assim por diante”. Na verdade, ele considerava o imperialismo um “capitalismo moribundo”, “decadente” e “parasita”[4]. Essas são visões da era dos impérios que continuam sendo compartilhadas ainda hoje por muitas pessoas. Além do mais, é uma verdade aceita praticamente em todas as escolas e faculdades do mundo ocidental que o imperialismo é a raiz de quase todos os problemas atuais, dos conflitos no Oriente Médio à pobreza na África subsaariana – um álibi conveniente para ditadores vorazes como Robert Mugabe, do Zimbábue.



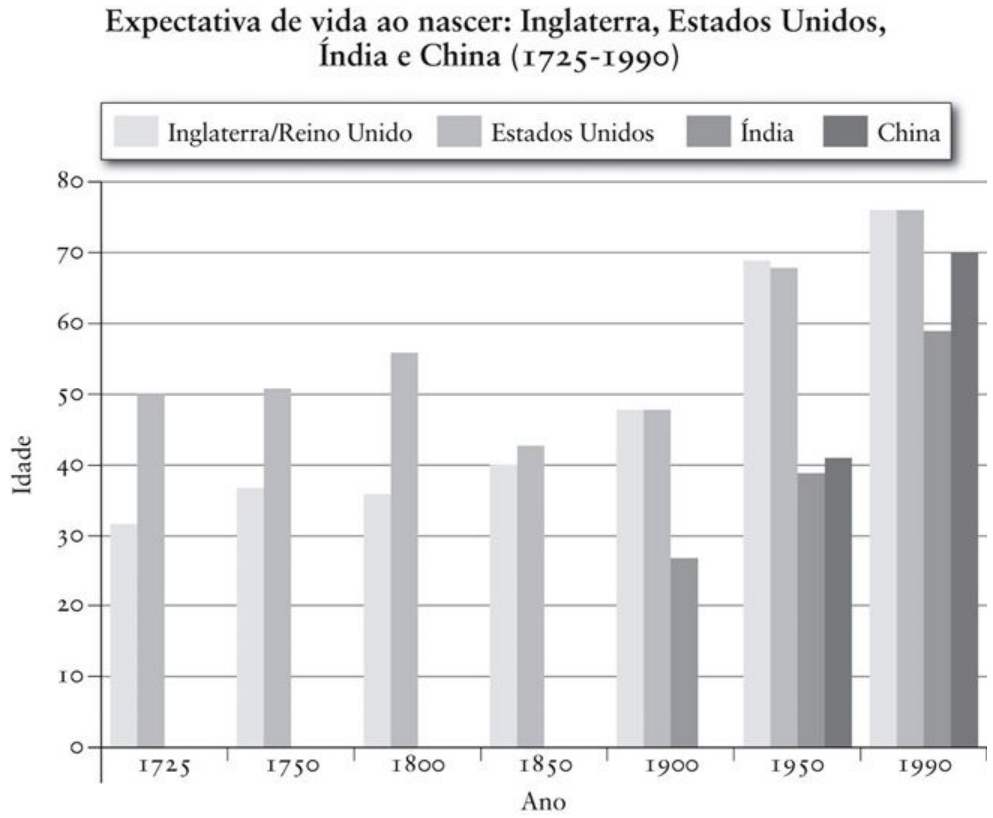

Os impérios francês e alemão na África, 1914

Mas está se tornando cada vez mais difícil culpar o colonialismo do passado pelo drama contemporâneo do "bilhão inferior" – as pessoas que vivem nos países mais pobres do mundo[5]. Houve, e continua havendo, grandes obstáculos ambientais e geográficos ao desenvolvimento econômico da África. Seus governantes mais recentes, com raras exceções, não tiveram melhor desempenho que os colonizadores antes ou depois da independência; na verdade, a maioria se saiu até pior. E, hoje em dia, uma missão civilizatória ocidental totalmente distinta – a missão das agências humanitárias governamentais e não governamentais – alcançou muito menos do que se poderia esperar, apesar da transferência de grandes somas na forma de assistência[6]. Apesar de todos os esforços dos astros de rock irlandeses e dos economistas da Ivy League, a África continua sendo o continente mais pobre, dependente da caridade dos ocidentais ou da extração de matérias-primas. É verdade que há sinais de melhora, sobretudo os efeitos da telefonia móvel barata, que (por exemplo) está proporcionando aos africanos, pela primeira vez, serviços bancários eficientes e de baixo custo. Há também uma possibilidade real de que a água doce se torne mais disponível do que é atualmente.[7] No entanto, os obstáculos ao crescimento continuam sendo assustadores, em particular o governo assombroso que vitima tantos Estados africanos, simbolizado pela estátua grotesca que hoje se ergue sobre Dacar, representando um casal senegalês gigante no pior estilo do realismo-socialista. (Foi construída por um empreendimento estatal da Coreia do Norte.) O advento da China como um importante investidor na África está fazendo pouco para solucionar esse problema. Ao contrário, os chineses estão felizes de trocar investimentos em infraestrutura por acesso à riqueza mineral africana, sem se importar se estão fazendo negócio com ditadores militares, cleptocratas corruptos ou autocratas senis (ou com todos os três). Logo quando as agências governamentais e não governamentais do Ocidente estão finalmente começando a condicionar a ajuda que oferecem à implementação de melhorias nos governos africanos, elas se encontram solapadas por um império chinês emergente.

Essa coincidência de altruísmo estrangeiro e exploração estrangeira não é nada nova na história africana. No século XIX, conforme vimos, os

europeus foram à África por motivos variados. Alguns estavam em busca de dinheiro, outros, de glória. Alguns foram investir, outros, roubar. Alguns foram salvar almas, outros, fincar raízes. Quase todos, no entanto, estavam convencidos – assim como as agências humanitárias de hoje – de que os benefícios da civilização ocidental poderiam e deveriam ser concedidos ao "continente negro".[8] Antes que nos apressemos em condenar os impérios ocidentais como malévolos e exploradores – capazes unicamente de comportamentos que eram o próprio oposto do civilizado –, precisamos entender que havia mais do que um pouco de verdade em sua afirmação de que estavam em uma missão civilizatória.

Tomemos o caso do mais notável "aplicativo" do Ocidente – aquele que, longe de ser "incrível", teve a capacidade de duplicar a expectativa de vida humana: a medicina moderna. Gandhi, o ascético homem santo, desdenhou do "exército de médicos" da civilização ocidental. Em uma entrevista em Londres, em 1931, ele citou a "conquista da doença" como um dos parâmetros puramente "materiais" com base nos quais a civilização ocidental media o progresso[9]. Para os incontáveis milhões de pessoas cuja vida foi prolongada pela medicina ocidental, no entanto, a escolha entre pureza espiritual e sobrevivência não era tão difícil de fazer. Por volta de 1800, a média mundial da expectativa de vida ao nascer era de apenas 28,5 anos. Dois séculos mais tarde, em 2001, havia mais que dobrado, passando a 66,6 anos. As melhorias não se restringiram às metrópoles coloniais. Os historiadores que normalmente confundem fome ou guerra civil com genocídio e *gulag*, em uma tentativa deliberada de representar as autoridades coloniais como moralmente equivalentes a nazistas ou stalinistas, fariam muito bem em ponderar o impacto mensurável que a medicina ocidental teve sobre a expectativa de vida no período colonial e pós-colonial.




O momento da “transição da saúde” – quando começaram as melhorias contínuas na expectativa de vida – é bem claro. Na Europa Ocidental, ocorreu entre os anos 1770 e 1890, tendo início na Dinamarca, com a Espanha na retaguarda. Às vésperas da Primeira Guerra Mundial, o tifo e o cólera haviam sido efetivamente eliminados da Europa, em consequência de melhorias em saneamento e saúde pública, ao passo que a difteria e o tétano foram controlados com vacinas. Nos 23 países asiáticos modernos para os quais há informações disponíveis, com uma única exceção, a transição da saúde se deu entre os anos 1890 e 1950. Na África, ocorreu entre os anos 1920 e 1950, com apenas duas exceções entre os 43 países. Em quase todos os países asiáticos e africanos, portanto, a expectativa de vida começou a melhorar *antes* do fim do governo colonial europeu. De fato, a taxa de melhoria na África diminuiu desde a independência, sobretudo – mas não unicamente – por causa da epidemia de HIV/aids. Também é digno de nota que os países latino-americanos não se saem melhor, apesar de desfrutar de independência política desde o início do século XIX[10]. É muito interessante

notar que o momento de elevação na expectativa de vida quase sempre foi anterior à introdução de antibióticos (sobretudo a estreptomicina, como uma cura para a tuberculose), do inseticida DDT e de outras vacinas, além das simples para varíola e febre amarela, inventadas na era imperial (ver a seguir). Os indícios apontam para melhorias contínuas em saúde pública em várias frentes, reduzindo a mortalidade por doenças causadas por contaminação fecal, malária e até mesmo tuberculose. Essa foi, sem dúvida, a experiência de uma colônia britânica, a Jamaica; e a história foi provavelmente similar em outras, como Ceilão, Egito, Quênia, Rodésia, Trinidad e Uganda, que passaram por melhorias mais ou menos simultâneas[11]. Conforme veremos, esse mesmo quadro é válido para as colônias da França. Acontece que o repertório peculiarmente ameaçador de doenças tropicais na África despertou um esforço contínuo por parte dos cientistas e funcionários da saúde no Ocidente que não teria existido na ausência do imperialismo. Aqui, o dramaturgo e intelectual irlandês George Bernard Shaw fornece a resposta perfeita a Gandhi:

> Há um século, a civilização vem eliminando as condições que favorecem as febres bacterianas. O tifo, um dia frequente, desapareceu; a peste e o cólera foram barrados em nossas fronteiras por um bloqueio sanitário [...] Hoje se conhecem melhor os perigos das infecções e as formas de evitá-las [...] Em nossos dias, os problemas de pacientes tuberculosos aumentam muitíssimo devido à tendência cada vez maior a tratá-los como leprosos [...] mas o medo de infecção – embora leve até mesmo os médicos a falarem como se a única coisa realmente científica a fazer com um paciente febril fosse jogá-lo na vala mais próxima e atirar ácido carbólico sobre ele a uma distância segura, até que ele esteja pronto para ser cremado ali mesmo – levou a muito mais cuidados e higiene. E o resultado tem sido uma série de vitórias sobre a doença[12].

Essas vitórias não foram confinadas aos imperialistas; também beneficiaram seus súditos coloniais.

O porém é que até mesmo a ciência médica de fins do século XIX e início do século XX teve seu lado obscuro. A luta contra patógenos coincidiu com uma luta pseudocientífica contra a ameaça ilusória da degeneração racial. Finalmente, em 1914, uma guerra entre os impérios rivais do Ocidente,

denominada “a grande guerra pela civilização”, revelaria que a África não era, afinal, o continente mais negro do mundo.

A maioria dos impérios proclama sua intenção pacífica de levar a civilização aos países atrasados. Mas poucos na história gostaram mais do termo “missão civilizatória” do que os franceses. Para entender por quê, é necessário primeiro analisar a profunda diferença entre a Revolução Francesa e a Americana. O primeiro homem a entender essa diferença foi o parlamentar *whig* Edmund Burke, o maior pensador político a surgir da zona de colonização protestante no sul da Irlanda. Burke havia apoiado a Revolução Americana, simpatizando muitíssimo com o argumento dos colonos de que eles estavam sendo tributados sem representação, e discernindo corretamente que a atuação do primeiro-ministro Lord North era incapaz de lidar com a crise original sobre a tributação em Massachusetts. A reação de Burke ao início da Revolução Francesa foi diametralmente oposta. “Devo de fato parabenizar um louco”, escreveu em suas *Reflexões sobre a Revolução na França*, “que escapou da contenção protetora e da saudável escuridão de sua cela, quando este volta a desfrutar da luz e da liberdade? Devo parabenizar um assaltante e assassino que fugiu da prisão por recuperar seus direitos naturais?”[13] Burke adivinhou o caráter violento da Revolução Francesa em um estágio surpreendentemente inicial. Essas palavras foram publicadas em 1o de novembro de 1790.

A reação política em cadeia que começou em 1789 foi resultado de uma crise fiscal crônica que se tornou aguda com a intervenção francesa na Revolução Americana. Desde a traumática crise financeira de 1719-20 – a Bolha do Mississippi –, o sistema fiscal francês havia ficado muito para trás do inglês. Não havia um banco central emitindo papel-moeda. Não havia um mercado de obrigações com liquidez, onde a dívida do governo pudesse ser comprada e vendida. Em grande medida, o sistema de impostos fora privatizado. Em vez de vender obrigações, a Coroa Francesa vendia cargos, criando uma folha de pagamento inflada por parasitas. Uma sucessão de ministros capazes – Charles de Calonne, Loménie de Brienne e Jacques Necker – tentou, sem sucesso, reformar o sistema. O caminho fácil para sair do caos teria sido que Luís XVI declarasse moratória das dívidas da

monarquia, que assumiram uma variedade impressionante de formas diferentes e custaram quase duas vezes o que o governo britânico estava pagando sobre suas obrigações padronizadas[14]. Em vez disso, o rei buscou o consenso. Mas uma Assembleia de Notáveis não foi a parte alguma, e os advogados dos *parlements* só criaram problemas. Por fim, em agosto de 1788, Luís foi persuadido a convocar os Estados Gerais, um grupo que não se reunia desde 1614. Ele deveria ter previsto que uma instituição do século XVII lhe daria uma crise do século XVII.

No início, a Revolução Francesa foi a Guerra Civil Inglesa, só deixando de fora o puritanismo. A convocação dos Estados Gerais deu aos descontentes na aristocracia uma oportunidade de dar vazão a seu ressentimento, com o conde de Mirabeau e o marquês de Lafayette na frente de batalha. Assim como na Inglaterra, a Câmara Baixa adquiriu vontade própria. Em 17 de junho de 1789, o Terceiro Estado (os Comuns) se proclamou uma "Assembleia Nacional". Três dias depois, no famoso Juramento do Jogo da Péla, seus membros juraram que esta não se dissolveria até que a França tivesse uma nova Constituição. A esse ponto, tratava-se da versão francesa do Longo Parlamento. Mas quando se tratou de conceber as novas regras fundamentais da vida política francesa, os revolucionários adotaram uma linguagem reconhecidamente norte-americana. À primeira vista, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 27 de agosto de 1789, teria encontrado pouca oposição na Filadélfia:

> 2. Os direitos naturais e imprescindíveis do homem [...] são a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão [...]
> 10. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas [...]
> 17. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado [...][15]

Então por que, começando com um discurso áspero no dia 1o de fevereiro de 1790, Edmund Burke reagiu de maneira tão violenta contra a revolução? Aqui ele está a todo vapor:

> Os franceses se rebelaram contra um monarca moderado e justo com mais fúria, indignação e insulto do que qualquer povo já se ergueu contra o usurpador mais ilegal ou o tirano mais sanguinário. Sua resistência se opôs a concessões [...] seu golpe teve por alvo uma mão entregando graças, favores e privilégios [...] Eles encontraram, em seu sucesso, sua punição: leis derrubadas; tribunais subvertidos; indústria sem vigor; comércio expirando; os impostos de renda não pagos, mas o povo empobrecido; uma igreja pilhada, e um Estado não desonerado; anarquia civil e militar convertida em constituição do reino; todas as coisas humanas e divinas sacrificadas ao ídolo do crédito público, e em consequência a bancarrota nacional; e, para coroar tudo, os títulos mobiliários de uma potência nova, precária e cambaleante [...] entregues como moeda para o sustento de um império[16].

Se Burke tivesse escrito essas palavras em 1793, não haveria grande mistério. Mas ter previsto o verdadeiro caráter da Revolução Francesa um ano antes de seu início foi extraordinário. O que ele havia visto? A resposta é Rousseau.

*O contrato social* (1762), de Jean-Jacques Rousseau, estava entre os livros mais perigosos que a civilização ocidental já produziu. O homem, segundo Rousseau, é um "bom selvagem" relutante em submeter-se à autoridade. A única autoridade legítima à qual ele é capaz de se submeter é a soberania do "povo" e da "vontade geral". De acordo com Rousseau, essa vontade geral deve ser suprema. Os magistrados e legisladores devem se curvar diante dela. Não pode haver "associações setoriais". Não pode haver cristianismo, que, afinal, implicaria uma separação de poderes (o espiritual do temporal). A liberdade é uma coisa boa, sem dúvida. Mas, para Rousseau, a virtude é mais importante. A vontade geral deveria ser a virtude em ação[17]. Retomando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, o leitor atual pode começar a entender o que chamou a atenção de Burke:

> 6. A lei é a expressão da vontade geral [...]
> 10. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, *desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei* [...]
> 17. Como a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado *a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir* [...] [grifos nossos]

Foi dessas condições que Burke teve receio. A primazia que Rousseau dava à "ordem pública" e à "necessidade pública" lhe pareceu profundamente assustadora. A vontade geral era, no pensamento de Burke, um critério menos confiável para selecionar um governante do que o princípio hereditário, já que os governantes escolhidos dessa forma eram mais propensos a respeitar "liberdades antigas", que Burke preferia, em detrimento da "nova liberdade", singular e abstrata. O Terceiro Estado, segundo afirmava, inevitavelmente seria corrompido pelo poder (e pelo "interesse econômico"), ao contrário de uma aristocracia, que desfrutava da independência que a riqueza privada confere. Burke também compreendeu o significado da expropriação das terras da Igreja em novembro de 1789 – um dos primeiros atos verdadeiramente revolucionários – e os perigos de imprimir papel-moeda (os *assignats*) cujo lastro era nada mais que as terras confiscadas da Igreja. O verdadeiro contrato social, para Burke, não era o pacto de Rousseau entre os bons selvagens e a vontade geral, mas uma "parceria" entre a geração presente e as gerações futuras. Com presciência impressionante, Burke alertou contra a utopia "dos adeptos": "No horizonte", escreveu na maior profecia da era, "vocês não verão nada além de forcas".[18] O ataque a instituições tradicionais, conforme alertou, terminaria em uma "oligarquia perversa e ignóbil" e, finalmente, em ditadura militar[19]. Em tudo isso, os fatos mostrariam que Burke tinha razão.

A Constituição de setembro de 1791 determinava a inviolabilidade de uma série de quesitos: dos direitos de propriedade, do "rei dos franceses", do direito de associação e da liberdade de culto. Em dois anos, todos os quatro haviam sido violados, a começar pelos direitos de propriedade da Igreja. O seguinte foi o direito de livre associação, com a abolição de ordens monásticas, guildas e sindicatos (embora não de facções políticas, que floresceram). E, em agosto de 1792, o *status* privilegiado do rei foi violado quando ele foi preso após a tomada das Tulherias. Sem dúvida, Luís XVI provocou isso com a fuga fatalmente desastrosa da família para Varennes, uma vã tentativa de escapar de Paris (disfarçada de comitiva de uma baronesa russa) à cidadela monarquista de Montmédy, perto da fronteira nordeste. Com a eleição de uma nova Convenção Nacional

democrática em setembro de 1792, a probabilidade de um regicídio aumentou ainda mais. Mas a execução de Luís XVI em 21 de janeiro de 1793 teve consequências muito diferentes da execução de Carlos I. Na Revolução Inglesa, matar o rei fora o desfecho de uma guerra civil. Na Revolução Francesa, foi meramente a inauguração, já que o poder passou, por meio da agrupação jacobina Sociedade dos Amigos da Constituição, à Comuna Insurrecional e, então, aos Comitês de Vigilância e de Salvação Pública da Convenção Nacional. Não pela última vez na história ocidental, os revolucionários se armaram com uma nova religião para se prepararem para revoltas maiores. Em 10 de novembro de 1793, a devoção a Deus foi proibida e se instituiu o culto à Razão, a primeira religião política da era moderna, completada com ícones, ritos – e mártires.

Na verdade, a Revolução Francesa havia sido violenta desde o início[20]. A tomada da odiada prisão da Bastilha em 14 de julho de 1789 foi celebrada com a decapitação do marquês de Launay (o governador da Bastilha) e de Jacques de Flesselles (preboste dos comerciantes de Paris). Mais de uma semana depois, Joseph-François Foullon de Doué, secretário de Estado do rei, e seu enteado, Berthier de Sauvigny, também foram assassinados. Quando a multidão revolucionária atacou a família real em Versalhes no outubro seguinte, cerca de cem pessoas foram mortas. O ano de 1791 viu o Dia dos Punhais e o massacre no Champs de Mars. Em setembro de 1792, por volta de 1.400 prisioneiros monarquistas foram executados após manifestações contrarrevolucionárias em Brittany, Vendée e Dauphiné. Mas algo mais foi necessário para produzir a carnificina do Terror, a primeira demonstração, na era moderna, da terrível verdade de que as revoluções devoram seus próprios filhos.

Uma geração de historiadores presos às ideias de Karl Marx (ver Capítulo 5) procurou a resposta no conflito de classes, atribuindo a Revolução a colheitas ruins, ao aumento no preço do pão e ao descontentamento dos *sans-culottes*, que, no *ancien régime*, eram o que mais se aproximava de um proletariado. Mas as interpretações marxistas ignoraram os indícios abundantes de que a burguesia não travou uma guerra de classe contra a aristocracia. Em vez disso, foi uma elite de “notáveis”, alguns burgueses,

outros aristocratas, que, reunida, fez a Revolução. Uma interpretação muito mais sutil já havia sido apresentada por um intelectual aristocrata chamado Alexis de Tocqueville, cujas duas obras principais, *Da democracia na América* (1835) e *O antigo regime e a revolução* (1856), oferecem uma resposta sem igual à pergunta: por que a França não era a América? Havia, segundo Tocqueville, cinco diferenças fundamentais entre as duas sociedades, e, portanto, entre as duas revoluções que estas produziram. Primeiro, a França era cada vez mais centralizada, ao passo que os Estados Unidos eram um país naturalmente federal, com uma sociedade civil e uma vida social provincial agitadas. Segundo, os franceses tenderam a colocar a vontade geral acima da letra da lei, uma atitude que encontrou resistência na influente profissão legal nos Estados Unidos. Terceiro, os revolucionários franceses atacaram a religião e a Igreja que a sustentava, ao passo que o sectarismo norte-americano forneceu um escudo contra as pretensões das autoridades seculares. (Tocqueville foi um cético religioso, mas compreendeu, mais cedo que a maioria, o valor social da religião.) Quarto, os franceses concederam poder demais a intelectuais irresponsáveis, ao passo que na América os homens práticos reinavam supremos. Por fim, e o que era mais importante segundo Tocqueville, os franceses colocaram a igualdade acima da liberdade. Em suma, eles escolheram Rousseau em vez de Locke.

No capítulo XIII de *Da democracia na América*, Tocqueville vai direto ao ponto:

> O cidadão dos Estados Unidos é ensinado desde a tenra infância a confiar em seu próprio esforço para superar os males e as dificuldades da vida; ele vê a autoridade social com desconfiança e inquietude, e só pede sua assistência quando é incapaz de avançar sem ela [...] Na América, a liberdade de associação para fins políticos é irrestrita [...] Os países em que as associações são mais necessárias, para evitar o despotismo de uma facção ou o poder arbitrário de um príncipe, são aqueles que são constituídos democraticamente[21].

A debilidade comparativa da sociedade civil francesa foi, portanto, grande parte do motivo pelo qual as repúblicas francesas tenderam a violar

liberdades individuais e a degenerar em autocracias. Mas Tocqueville incluiu um sexto ponto, quase como uma reflexão tardia:

> Na França, a paixão pela guerra é tão intensa que não existe nenhuma outra tarefa que seja tão insana, ou tão ofensiva ao bem-estar da Nação, que um homem não se considere honrado em defendê-la, arriscando a própria vida[22].

Aqui, certamente, residia a maior diferença entre as duas revoluções. Ambas tiveram de guerrear para sobreviver. Mas a guerra que os revolucionários franceses precisaram travar foi maior e mais longa. Isso fez toda a diferença.

A partir do momento, em julho de 1791, em que o sacro imperador romano Leopoldo II convocou seus colegas monarcas para vir em auxílio de Luís XVI – um chamado atendido primeiro por Frederico Guilherme II, herdeiro de Frederico, o Grande –, a Revolução Francesa foi obrigada a lutar por sua vida. As declarações de guerra na Áustria (abril de 1792), e também na Grã-Bretanha, na Holanda e na Espanha (fevereiro de 1793), desencadearam uma conflagração que foi muito mais ampla e mais longa que a Guerra de Independência dos Estados Unidos. De acordo com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, 4.435 patriotas perderam a vida defendendo o país até a Batalha de Yorktown; 6.188 foram feridos. Os números para a Guerra de 1812 foram, respectivamente, 2.260 e 4.505[23]. A quantidade de baixas britânicas foi um pouco menor. Mesmo que uma grande proporção dos feridos tenha perecido e um número significativo de soldados e civis tenha sucumbido a doenças ou adversidades causadas pela guerra, este ainda foi um conflito pequeno. Algumas das batalhas mais celebradas – a de Brandywine ou a própria Batalha de Yorktown – foram meras brigas para os padrões europeus; na última, o total de norte-americanos mortos em combate foi apenas 88. Já o número de mortos na Revolução Francesa e nas Guerras Napoleônicas foi muito maior – segundo uma estimativa, a mortalidade total em campo de batalha entre 1792 e 1815, considerando ambos os lados, foi de 3,5 milhões. Segundo um cálculo conservador, o número de franceses que perdeu a vida defendendo a

revolução foi de 20 vezes o de norte-americanos defendendo a sua. E isso não inclui as vítimas da repressão interna. Estima-se que 17 mil homens e mulheres franceses tenham sido executados após o devido processo, entre 12 mil e 40 mil tenham ido para a guilhotina ou a forca sem julgamento, e algo entre 80 mil e 300 mil tenham perecido na opressão da rebelião monarquista no Vendée[24]. A Revolução Francesa também causou muito mais estragos que a Americana em termos econômicos. Os norte-americanos tiveram inflação seguida de estabilização; os franceses tiveram hiperinflação, que culminou no colapso do papel-moeda *assignat*. Toda a população masculina foi mobilizada para a guerra. Os preços e os salários foram controlados. A economia de mercado quebrou.

É nesse contexto que a radicalização da Revolução Francesa – a concretização da profecia de Burke – deve ser entendida. A partir de abril de 1793, quando o poder ficou concentrado no Comitê de Salvação Pública, Paris se tornou um caos. Primeiro, os membros da facção do Clube Jacobino conhecida como girondina (seus rivais mais extremos eram os *montagnards*, ou montanheses) foram presos e, em 31 de outubro, executados. Os próximos candidatos à decapitação seriam os seguidores de Georges-Jacques Danton (6 de abril de 1794). Enfim, foi a vez de Maximilien Robespierre encarar a guilhotina – ele a figura dominante no Comitê de Salvação Pública e o principal defensor do culto de Rousseau à virtude republicana. No decurso de toda essa *danse macabre*, cujo acompanhamento musical era a ainda assustadoramente sanguinária Marselhesa,[25] a acusação mais fatal a ser feita a um "inimigo do povo" era a de traição. Contratempos militares fomentaram a paranoia. Conforme Burke havia previsto, pois ele conhecia sua teoria política clássica, tal democracia inevitavelmente deveria ser suplantada por uma oligarquia e, por fim, pela tirania de um general. Ao longo de uma década, a Convenção foi substituída pelo Diretório (outubro de 1795), o Diretório pelo Primeiro Cônsul (novembro de 1799) e o título de primeiro cônsul pelo de imperador (dezembro de 1804). O que havia se iniciado com Rousseau terminava com uma nova versão da queda da república romana.

Na Batalha de Austerlitz,[26] em 2 de dezembro de 1805, cerca de 73.200 tropas francesas derrotaram 85.700 russos e austríacos. Esses números devem ser comparados com as forças em Yorktown em 1781, onde os 17.600 homens de Washington derrotaram os 8.300 casacas vermelhas de Cornwallis. As baixas infligidas por essa batalha excederam todos os participantes da primeira em mais de 12 mil. Em Austerlitz, mais de um terço do exército russo foi morto, ferido ou capturado. Mas a artilharia usada lá não foi notadamente distinta daquela usada pelo exército de Frederico, o Grande, em Leuthen, quase meio século antes. A artilharia móvel provocou a maioria das baixas. O que era novo era a escala da guerra napoleônica, e não a tecnologia. Em 1812, o exército francês reunia 700 mil homens. Ao todo, 1,3 milhão de franceses foram alistados entre 1800 e aquele ano fatídico. Cerca de 2 milhões de homens perderam a vida em todas as guerras travadas por Bonaparte; quase metade deles eram franceses – aproximadamente um em cada cinco de todos os nascidos entre 1790 e 1795. Em mais de um aspecto, essa revolução devorou seus próprios filhos.

Havia alguma singularidade na sociedade civil norte-americana que deu à democracia uma chance melhor do que na França, como afirmou Tocqueville? O Estado francês, já centralizado, estava mais propenso a produzir um Napoleão do que os Estados Unidos, descentralizados? Não podemos saber ao certo. Mas não é ilógico perguntar quanto tempo a Constituição dos Estados Unidos teria durado se o país tivesse sofrido as mesmas pressões econômicas e militares que solaparam a constituição francesa de 1791.

### *A força devastadora da guerra*

A Revolução não devorou apenas seus próprios filhos. Muitos daqueles que lutaram contra ela eram, literalmente, crianças. Carl von Clausewitz tinha 12 anos de idade e já era um anspeçada no exército prussiano, quando lutou contra os franceses pela primeira vez. Um verdadeiro guerreiro erudito, Clausewitz sobreviveu à demolidora derrota prussiana em Jena, em 1806, recusou-se a lutar ao lado dos franceses contra os russos em 1812, e

também lutou em Ligny em 1815. Foi ele quem, melhor que qualquer um (incluindo o próprio Napoleão), entendeu como a Revolução Francesa havia transformado a arte sombria da guerra. Sua obra-prima publicada postumamente, *Da guerra* (1832), continua sendo a mais importante sobre o assunto a ter sido produzida por um autor ocidental. Embora seja, em muitos aspectos, uma obra atemporal, *Da guerra* também é uma observação indispensável sobre a era napoleônica, pois explica *por que* a guerra havia mudado de escala, e o que isso implicou para sua condução.

"A guerra", declara Clausewitz, "*é* [...] *um ato de força para compelir o inimigo a fazer nossa vontade* [...] *não* [é] *meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas, realizadas com outros meios.*" Essas são, talvez, suas palavras mais famosas – e também mais mal traduzidas e mal compreendidas. Mas não são as mais importantes. O que Clausewitz ajudou a compreender foi que, no início da Revolução Francesa, uma nova paixão havia chegado ao campo de batalha. "Até o mais civilizado dos povos", observou, claramente aludindo aos franceses, "pode atirar contra o outro com ódio passional [...]." Após 1793, "a guerra, mais uma vez, tornou-se o negócio do povo", em oposição ao passatempo dos reis; tornou-se uma "força devastadora" conduzida pelo "temperamento de uma nação". Clausewitz reconheceu a genialidade de Bonaparte como condutor dessa nova força militar devastadora. Sua "audácia e sorte" haviam "lançado ao vento as velhas práticas aceitas". Sob Napoleão, a guerra havia "alcançado o estado de perfeição absoluta". De fato, o arrivista da Córsega era nada menos que "o próprio Deus da Guerra [...], [cuja] superioridade levou sistematicamente ao colapso do inimigo". Mas essa liderança excepcional foi menos significativa que o novo espírito popular que impulsionava seu exército.

A guerra, conforme escreveu Clausewitz, naquela que mereceria ser sua formulação mais conhecida, era agora "uma trindade paradoxal – composta de inimizade, ódio e violência primordiais, que devem ser considerados uma força natural e cega; de sorte e probabilidade [...]; e de seus elementos de subordinação, como um instrumento político, o que a torna sujeita unicamente à razão". É verdade que o "desejo de aniquilar as forças do

inimigo” é muito intenso – “o primogênito” dessa nova guerra das nações. Mas, alertou Clausewitz, a defesa é sempre “uma forma mais vigorosa de luta do que o ataque”, pois “a força de um ataque pouco a pouco diminui [...]”. Mesmo na defesa, há uma dificuldade inerente: “Tudo na guerra é muito simples, mas a coisa mais simples é difícil [...] uma espécie de atrito [...] diminui o nível geral de desempenho”. Por essas razões, um comandante eficaz deve sempre lembrar quatro coisas. Primeiro, “avalie as probabilidades”.[27] Segundo, “aja com máxima concentração”. Terceiro, “aja o mais rapidamente possível”:

> O conjunto de toda a atividade militar deve, portanto, relacionar-se direta ou indiretamente com o compromisso. O propósito para o qual o soldado é recrutado, fardado, armado e treinado [...] *é simplesmente que ele deve lutar no lugar certo e no momento certo*.

Acima de tudo, no entanto, essa força devastadora deve ser mantida sob controle. O que Clausewitz chama guerra “absoluta”, portanto, “requer [a] *primazia da política*” – em outras palavras, a subordinação dos meios de guerra aos objetivos da política estrangeira. Essa é a verdadeira mensagem de *Da guerra*[28].

Sendo assim, quais eram os objetivos políticos de Napoleão? Em alguns aspectos, eles adquirem uma aparência reacionária: compare as pinturas *A coroação de Napoleão I* (1804), de Jacques-Louis David, onde ele está envolto no manto imperial de pele de arminho em Notre Dame, e *Napoleão no passo de Saint-Bernard* (1801), o herói romântico do mesmo artista, representando em cada centímetro o *Zeitgeist* revolucionário a cavalo (nas palavras do filósofo Georg Wilhelm Friedrich Hegel). Essa metamorfose causou tanta repugnância em Ludwig van Beethoven, o espírito musical da época, que ele furiosamente rasurou o título original de sua Terceira Sinfonia – “Buonaparte” – e o alterou para “Sinfonia heroica”. Havendo coroado a si mesmo imperador em dezembro de 1804, Napoleão obrigou o imperador austríaco Francisco II a renunciar ao título de sacro imperador romano e então se casou com sua filha. Ao mesmo tempo, com a

Concordata de 1801, Napoleão selou a paz da França com o papa, eliminando o que restava do culto jacobino à razão.

Mas essa foi uma das poucas coisas retrógradas no império que Napoleão tratou de construir na Europa, que foi verdadeiramente revolucionário. Ele não só expandiu a França até suas "fronteiras naturais" e diminuiu a Prússia, como também criou uma nova confederação suíça; uma nova Confederação Germânica do Reno, com 40 Estados, estendendo-se do Báltico aos Alpes; um novo reino da Itália (do Norte); e um novo ducado de Varsóvia. É verdade que esses novos Estados seriam vassalos da França; ele até mesmo instalou seu irmão caçula, o esbanjador Jerônimo, como governante titular do novo reino da Vestfália, e seu vaidoso cunhado, Joaquim Murat, como o equivalente em Nápoles. É verdade, também, que os vencidos pagaram tributos onerosos aos franceses vencedores. Ao todo, entre 1795 e 1804, os holandeses deram 229 milhões de florins aos franceses, mais que a receita nacional de um ano. As campanhas de Napoleão de 1806-7 não só foram autofinanciadas, como cobriram pelo menos um terço dos gastos ordinários do governo francês. E, na Itália, entre 1805 e 1812, metade de todos os impostos recolhidos foi para o tesouro francês. No entanto, o mapa europeu, tal como foi redesenhado por Napoleão, transformou a antiga colcha de retalhos de territórios hereditários em uma nova rede de Estados-nação. Além do mais, o governo francês foi acompanhado de uma mudança fundamental na esfera jurídica, com a introdução do novo código de direito civil que ele havia promovido – uma mudança que, posteriormente, teria efeitos positivos e duradouros na economia dos países envolvidos. O governo francês eliminou os privilégios que até então protegiam a nobreza, o clero, as guildas e as oligarquias urbanas e estabeleceu o princípio de igualdade perante a lei[29]. Quando, mais tarde, Napoleão disse que seu "desejo era fundar um sistema europeu, um código de leis europeu, um judiciário europeu", de modo que "haveria um único povo na Europa", ele não estava inventando[30]. Só porque seu império não durou não significa que ele carecia de visão política. Para Napoleão, a guerra não era um fim em si mesmo. Era, como entendeu Clausewitz, um meio para implementar uma política.

A falha não estava no objetivo de Bonaparte; estava, sim, no fato de que, mais cedo ou mais tarde, as forças de seus inimigos acabariam sendo numericamente superiores, mesmo que seus comandantes jamais chegassem a ser tão habilidosos quanto ele. Desolada não tanto pelo inverno russo quanto pela estratégia russa de terra arrasada,[31] isso sem falar da epidemia de tifo, a Grande Armée sucumbiu diante de um exército mais numeroso – em particular, uma cavalaria mais numerosa – em Leipzig, em 1813[32]. Aconteceu quase a mesma coisa quando os prussianos fizeram a balança pender em Waterloo, em 1815. Muito antes disso, no entanto, a França já havia perdido a guerra no mar. Na baía de Aboukir (a Batalha do Nilo), em 1798, *Sir* Horatio Nelson ganhou reputação por atacar de maneira habilidosa a frota francesa de ambos os lados, dando um golpe mortal no sonho de Napoleão de conquistar o Egito. Sete anos mais tarde, em Trafalgar, a força de Nelson, composta de 27 navios, esquivou-se de uma *flotilla* maior franco-espanhola empregando o "toque de Nelson" – a tática de velejar a grande velocidade pela linha inimiga, atirando contra o estibordo de um navio, a popa de outro e então o bombordo do segundo.

A derrota de Napoleão no mar foi duplamente significativa. Em primeiro lugar, a França foi sendo pouco a pouco privada de suas possessões ultramarinas. Já em 1791, a colônia açucareira de Saint-Domingue, extremamente lucrativa, havia eclodido em revolução sob a liderança do escravo liberto François-Dominique Toussaint "Louverture" (literalmente, "a abertura") depois que a Assembleia Legislativa em Paris estendeu o direito de voto aos mulatos e negros livres, mas não aos escravos. A abolição da escravidão pela Convenção Nacional em 1794 submergiu a ilha em uma sangrenta guerra civil racial, que se propagou para a vizinha espanhola Santo Domingo e se alastrou, até que Toussaint foi preso e deportado para a França em 1802 e a escravidão foi restaurada por Napoleão. Ao todo, entre 160 mil e 350 mil pessoas perderam a vida na Revolução Haitiana. Um ano mais tarde, os franceses optaram por vender aos Estados Unidos o vasto território norte-americano então conhecido como Louisiana (não deve ser confundido com o estado atual), e tudo por uma pechincha: 530 milhões de acres por 15 milhões de dólares (menos de

3 centavos por acre). Em segundo lugar, e talvez o mais importante, a França perdeu a guerra financeira. Apesar das vendas contínuas das antigas terras da Igreja, da introdução de uma nova moeda e da extorsão de contribuintes holandeses e italianos, Napoleão não conseguiu baixar o custo dos empréstimos para menos de 6%. Entre Trafalgar e Waterloo, o rendimento médio dos *rentes* (juros) do governo francês era dois pontos percentuais superior ao dos títulos de dívida pública consolidada do governo britânico. Era uma diferença fatídica.

Mercantilista como era, Bonaparte procurou enfraquecer a posição econômica da Grã-Bretanha banindo o comércio entre o continente europeu e a ilha. Mas os mercadores britânicos foram capazes de muito rapidamente mudar para mercados além-mar, amparados pelo controle da Marinha Real sobre as principais rotas marítimas. Às vezes, presume-se erroneamente que a industrialização precoce da Grã-Bretanha tenha lhe dado uma vantagem sobre Napoleão. Na verdade, foram o comércio e as finanças que venceram, não o ferro e o vapor. Não só o comércio se manteve ativo; o aspecto crucial é que a Grã-Bretanha foi capaz de manter um superávit de transações correntes em ganhos invisíveis provenientes da marinha mercante, de seguros e de investimentos ultramarinos, mais os lucros do império (ganhos com o comércio de escravos e com a tributação dos indianos por meio da Companhia das Índias Orientais). O superávit dos serviços do Reino Unido totalizou 14 milhões de libras por ano entre 1808 e 1815, superando em muito o déficit do comércio de mercadorias durante o mesmo período. Isso permitiu que a Grã-Bretanha fizesse transferências volumosas ao exterior – em seu auge, equivalentes a 4,4% da receita nacional anual – na forma de pagamento a seus exércitos e subsídios a seus aliados. Entre 1793 e 1815, o país destinou, ao todo, 65,8 milhões de libras aos inimigos continentais da França. O novo espírito da época, apoiado contra um pilar na bolsa de valores, foi um judeu nascido em Frankfurt chamado Nathan Rothschild – o *Finanzbonaparte* –, que desempenhou um papel fundamental ao financiar a campanha de guerra do duque de Wellington e seus aliados[33].

Napoleão havia sido derrotado. A França, agora, se via onerada com uma enorme indenização e com o retorno dos Bourbon ao trono, na forma do corpulento Luís XVIII. Mas nem o sonho da revolução nem o sonho do império revolucionário morreram com Napoleão quando ele faleceu, quase certamente de câncer de estômago, na miserável Ilha de Santa Helena, no sul do Atlântico, em 1821. A Revolução de 1789 dera à França um roteiro político de drama sem paralelo. Durante a maior parte do século seguinte, a tentação de reencenar a obra foi irresistível; aconteceu em 1830, em 1848 e novamente em 1871. O ponto crítico é que, cada vez que as barricadas eram levantadas nas ruas do centro de Paris, uma onda de choque – embora de magnitude cada vez menor – atravessava a Europa e os impérios europeus. A promessa da Declaração dos Direitos do Homem por parte dos revolucionários vermelhos não podia simplesmente ser envolta em um hábito preto e esquecida, como tão bem ilustra o romance *O vermelho e o negro* (1830), de Stendhal. Qualquer um, afinal, podia adotar a terminologia e a iconografia da Revolução. Os civis armados às pressas, os guerreiros de dorso nu, os mártires cada vez mais frequentes – essas figuras tinham pela frente uma longa carreira na forma de clichés.[34]

As revoluções de 1848 se alastraram mais ainda. As pessoas tomaram as ruas em Berlin, Dresden, Hanover, Karlsruhe, Kassel, Munique, Stuttgart e Viena, bem como em Milão, Nápoles, Turim e Veneza. Foi uma revolução liderada por intelectuais desencantados, acima de tudo, com os limites que os regimes monárquicos restaurados em 1815 impuseram à liberdade de expressão. Tipicamente, o compositor Richard Wagner e o anarquista russo Mikhail Bakunin fizeram sua parte em prol da "conflagração mundial" ao tramar escrever juntos uma ópera sacrílega.[35] A Grã-Bretanha foi um dos poucos países poupados da Europa Ocidental, sobretudo porque 35 mil soldados, 85 mil policiais especiais, 1.200 pensionistas militares e 4 mil policiais estavam disponíveis para garantir que os cartistas – proponentes do sufrágio universal – se comportassem. Em consequência, a Londres de 1848 foi marcada por discursos nos parques, e não por sangue nas ruas.

Mas a chamada Primavera dos Povos não se restringiu à Europa. Assim como tantas outras ideias ocidentais no século XIX, a revolução ao estilo

francês logo se tornou um fenômeno global. Em todo o Império Britânico havia agitação – no Ceilão, na Guiana, na Jamaica, em Gales do Sul, na Soberania do rio Orange, no Punjab e na Terra de Van Diemen (atual Tasmânia)[36]. Ainda mais notáveis foram os acontecimentos nas colônias francesas na África Ocidental. Lá, ao contrário do que ocorreu nas colônias britânicas, a mudança política radical teve o apoio de um governo revolucionário na metrópole.

Tudo isso serve para esclarecer a característica mais singular do imperialismo francês: seu caráter revolucionário permanente. O Império Britânico foi, por instinto, socialmente conservador; a cada ano que passava, seus administradores se tornavam mais admiradores das elites locais, mais confortáveis com o governo indireto por meio dos chefes tribais e dos marajás cheios de ornamentos. Mas os franceses ainda nutriam a esperança de que a liberdade, a igualdade e a fraternidade – junto com o *Code Napoléon* e a comida enlatada (outra invenção napoleônica) – fossem produtos de exportação universal[37].

O império francês ultramarino, assim como todos os impérios europeus, havia se apoiado pelo menos em parte na escravidão. Mas, em 1848, o novo governo republicano da França declarou que a escravidão seria novamente abolida em todo o Império Francês, inclusive no Senegal, sua colônia na África Ocidental. Os britânicos já haviam feito isso em seu império 15 anos antes. Mas a abolição foi só a primeira parte dessa revolução na África francesa. Também se anunciou que os escravos recém-libertos teriam direito a voto – ao contrário dos nativos nas colônias britânicas. Com a introdução do sufrágio universal masculino em todo o Império Francês, o eleitorado quase totalmente africano e *métis*, ou de raça mista (os brancos correspondiam a apenas 1% do total), votou nas eleições de novembro de 1848 e escolheu o primeiro homem não branco a ocupar uma cadeira na Assembleia Nacional francesa[38]. Embora o direito dos senegaleses de enviar um deputado a Paris tenha sido revogado pelo imperador Napoleão III em 1852 e só restaurado em 1879, manteve-se a prática de eleger os conselheiros das *quatre communes* (Saint-Louis, Gorée, Rufisque e Dacar) com base no sufrágio universal masculino[39]. A primeira assembleia

democrática multirracial na história africana se reuniu naquela que era, então, a capital colonial de Saint-Louis.

Os homens da época reconheceram a enorme mudança que isso significava. “Aquele que visitar o Conselho”, escreveu um britânico em visita a Saint-Louis, “testemunhará, com frequência, um presidente negro recriminando um membro europeu por sua brutalidade [...] Os membros negros criticaram imerecidamente as autoridades no Senegal. Nenhuma colônia britânica toleraria os ataques que os nativos fazem às autoridades europeias no Senegal”[40]. Para os britânicos, o império consistia em hierarquia, da mesma maneira que a sociedade em casa consistia em classes. No topo estava Vitória, a rainha e imperadora. Todos os seus 400 milhões de súditos estavam dispostos abaixo dela em uma elaborada cadeia de *status*, até chegar ao mais baixo *punkah wallah* em Calcutá. O Império Francês era diferente.

Para os revolucionários de 1848, parecia evidente que os súditos coloniais deveriam ser convertidos em franceses o mais rapidamente possível. No jargão da época, os africanos seriam “assimilados”. Ao mesmo tempo, o casamento inter-racial (*métissage*) entre oficiais franceses e mulheres africanas era encorajado[41]. Esse imperialismo progressista foi personificado por Louis Faidherbe, um soldado experiente que se tornou governador do Senegal em 1854. Em Saint-Louis, Faidherbe supervisionou a construção de novas pontes, estradas pavimentadas, escolas e desembarcadouros, além do fornecimento de água doce e a implementação de um serviço regular de balsa no rio. “Aldeias de liberdade” foram fundadas em todo o Senegal para escravos emancipados. Em 1857, Faidherbe reuniu um exército colonial senegalês – os *Tirailleurs Sénégalais* –, transformando o soldado africano, então um trabalhador em regime de servidão por contrato, em um soldado de infantaria regular e completamente preparado. Foi fundada uma escola para os filhos dos chefes nativos[42]. O próprio Faidherbe se casou com uma garota senegalesa de 15 anos de idade.

“Nossas intenções são puras e nobres”, declarou Faidherbe quando seu mandato como governador chegava ao fim. “Nossa causa é justa.” É claro, sua missão era mais que civilizar. “O objetivo”, conforme declarou em

1857, era “dominar o país ao custo mais baixo possível e, por meio do comércio, obter as maiores vantagens”[43]. Ele havia recebido instruções de estender a influência francesa para o interior e alcançar o *mise en valeur* (desenvolvimento econômico) do Senegal desafiando o controle dos africanos nativos sobre o comércio de goma arábica (feita da seiva das árvores de acácia) e de amendoim. A estratégia de Faidherbe era construir uma cadeia de fortes franceses ao longo do rio Senegal, começando em Médine, abaixo da cachoeira Félou. Isso inevitavelmente levou a um conflito com os poderes dominantes no interior: os mouros de Trarza em Waalo, os cayor no sul e El Hadj Umar Tall, o governante muçulmano do Médio Níger, que mais tarde estabeleceu o Império Toucouleur na vizinha Mali[44]. De maneira gradativa e inexorável, entretanto, esses rivais africanos foram forçados a se retirar. Em 1857, as forças francesas derrubaram a república Lebu, transformando a capital Ndakarou na nova cidade colonial de Dacar. O centro da cidade, hoje, continua sendo um monumento à concepção colonial francesa, do *palais* branco do governador-geral à larga avenida Faidherbe, das *boulangeries* com suas baguetes frescas e aromáticas às *pâtisseries* servindo *café au lait*. Para formalizar o processo de galicização, o país inteiro foi dividido em unidades administrativas – os *arrondissements*, *cercles* e cantões. Na época em que Faidherbe deixou o cargo, em 1865, um francês poderia passear por Saint-Louis e se orgulhar das conquistas de seu país. Os antigos mercados de escravos haviam se tornado exultantes entrepostos de cultura gálica. As vítimas do imperialismo haviam se transformado em cidadãos com direito a voto e o dever de portar armas. Conforme afirma o jornalista Gabriel Charmes:

> Se a essas imensas regiões onde hoje reinam apenas o fanatismo e o banditismo [a França] trouxesse [...] paz, comércio e tolerância, quem poderia dizer que houve uso indevido da força? [...] Ter ensinado a milhões de homens a civilização e a liberdade a encheria do orgulho que constitui uma grande nação[45].

É claro que a realidade do imperialismo francês não tinha como corresponder às expectativas dessa declaração exaltada. O maior desafio foi

atrair funcionários competentes vindos da França. Aqueles que se ofereciam para servir na África Ocidental, como afirmou, sem meias palavras, um dos sucessores de Faidherbe, geralmente eram “pessoas que, se não comprometidas em casa, eram no mínimo incapazes de garantir o próprio sustento” em seu novo destino: se não criminosos mesquinhos, no mínimo bêbados e falidos[46]. De acordo com um colonizador em 1894, as colônias eram “o *refugium peccatorum* de todos os nossos desajustados, o depósito do excremento de nosso organismo social e político”. Quando um homem partia para uma das colônias, recorda o diretor da École Coloniale, seus amigos perguntavam: “Que crime ele terá cometido? De que cadáver está fugindo?”[47]. Uma série de administradores coloniais se tornou notória por sua brutalidade para com os nativos; um homem, Emile Toqué, celebrou o Dia da Bastilha em 1903 explodindo um prisioneiro com pólvora[48]. A maioria dos administradores coloniais provavelmente compartilhava a visão de pelo menos um professor na École de que seus súditos africanos eram todos intelectualmente retardados. O código *indigénat* lhes dava poderes para, se julgassem conveniente, aprisionar nativos rebeldes por até 15 dias por 46 crimes diferentes, a maioria dos quais não era considerado ilegal na França.[49] Não havia mecanismo de apelação. O trabalho forçado (o *corvée*) era parte inerente do sistema de tributação na África Ocidental; foi assim que a ferrovia Dacar-Níger foi construída. Para um trabalhador em uma plantação de borracha, o imposto *per capita* no Congo francês era equivalente a cem dias de trabalho por ano. Capturavam-se reféns quando as aldeias não cumpriam suas obrigações. Alguns administradores – como aquele no Sudão francês condenado por vários assassinatos, pelo menos um estupro, graves danos corporais, erros judiciais e apropriação indébita – parecem ter tomado como modelo o personagem Kurtz do romancista Joseph Conrad[50]. Um homem, chamado Brocard, decapitou por “compaixão” um prisioneiro que ficara cego em consequência da falta de saneamento em sua cela[51]. O ponto culminante de tal loucura foi a missão de Paul Voulet e Julien Chanoine ao lago Chade (1898-9), que deixou um rastro de aldeias incineradas, nativos enforcados e até mesmo crianças

queimadas, até que finalmente os soldados africanos sob seu comando se rebelaram contra os dois e os assassinaram[52].

Entretanto, o nível dos administradores coloniais franceses melhorou nitidamente, sobretudo após a Primeira Guerra Mundial, quando a École Coloniale atraiu não só melhores alunos como também etnólogos notáveis como Maurice Delafosse e Henri Labouret. Como diretor da École, o virtuoso Georges Hardy personificou a *mission civilisatrice*. Ao mesmo tempo, os franceses fizeram um verdadeiro esforço para atrair e preparar talentos nativos. Faidherbe tornou claro seu pensamento em um discurso que deu ao conceder o posto de segundo-tenente a um soldado chamado Alioun Sall:

> Esta nominação [...] demonstra que, até mesmo para as posições mais elevadas em nossa hierarquia social, a cor já não é motivo de exclusão [...] Só os mais capazes terão sucesso. Aqueles que teimosamente preferem a ignorância à civilização continuarão ocupando os postos mais baixos da sociedade, como é o caso em todos os países do mundo[53].

Em 1886, o filho do rei de Porto-Novo (mais tarde Daomé/Benim) reuniu uma dúzia de alunos asiáticos na École Coloniale. A cada ano, de 1889 até 1914, a "seção nativa" da École admitiu cerca de 20 estudantes não franceses[54]. Claramente, foi graças à ideia francesa de uma missão civilizatória que um homem como Blaise Diagne, nascido em uma casa modesta no velho centro de comércio de escravos de Gorée em 1872, pôde entrar para a alfândega colonial e ascender na hierarquia. Isso teria sido muito mais difícil – de fato, quase inconcebível – na África britânica. Em 1914, Diagne era o primeiro africano negro (de raça pura) na Assembleia Nacional Francesa, algo nada desprezível para o neto de um escravo senegalês. Em comparação com o espírito dos outros impérios europeus da época, não há dúvida de que o Império Francês era o mais liberal em sua concepção. Nas comunas de Dacar, a canção *wolof* que era cantada para celebrar a vitória de Diagne resumia de maneira sucinta a nova situação política: "A ovelha negra [superou] a ovelha branca"[55].

O elogio mais irônico ao imperialismo francês foi feito em 1922 por um tal “Nguyen Ai Quoc”, em uma carta ao governador-geral de outra colônia francesa do outro lado do mundo: a Indochina. “Sua Excelência”, começava o autor, cujo nome verdadeiro era Nguyen Sinh Cung, e cujo francês fluente ele devia à época em que frequentou o *lycée* de Hué:

> Sabemos muito bem que sua afeição pelos nativos, pelas colônias em geral e pelos anameses em particular é enorme. Sob seu proconsulado, o povo anamês conheceu a verdadeira prosperidade e a felicidade real, a felicidade de ver proliferar em seu país um número cada vez maior de casas de ópio e de bebidas alcoólicas que, com os esquadrões de fuzilamento, as prisões, a “democracia” e todo o aparato aperfeiçoado da civilização moderna, combinam-se para fazer dos anameses os mais avançados dos asiáticos e os mais felizes dos mortais. Esses atos de benevolência nos poupam do trabalho de recordar todos os outros, tais como os empréstimos e os recrutamentos forçados, as repressões sanguinárias, o destronamento e exílio de reis, a profanação de lugares sagrados etc.[56]

Não fora só o idioma francês que o autor da carta aprendera na escola. Sob outro pseudônimo, “Ho Chi Minh”, ele mais tarde lideraria o movimento por um Vietnã independente – citando explicitamente a Declaração de Direitos do Homem de 1791 em sua própria declaração de independência vietnamita –, da mesma maneira que Vo Nguyen Giap, o vitorioso da decisiva Batalha de Dien Bien Phu (e aluno do mesmo *lycée*), havia aprendido a arte da guerra estudando as campanhas de Napoleão. Tal era o destino inevitável de uma missão civilizatória que exportou a tradição revolucionária juntamente com *boules* e baguetes[57]. Não é mero acaso que os presidentes da Costa do Marfim, de Níger, de Daomé e do Mali após a independência fossem todos oriundos da École William Ponty – assim como o primeiro-ministro senegalês[58].

E, ainda assim, tudo isso – toda a *mission civilisatrice* francesa – foi ameaçado por um adversário letal – a doença – que tornou grandes extensões de terra da África subsaariana praticamente inabitáveis para os europeus[59]. Há um século e meio, a vida já era bastante curta no Ocidente. Na Grã-Bretanha, a expectativa de vida ao nascer em 1850 era de apenas 40 anos, em comparação com os atuais 75. Mas, na África, os índices de

mortalidade infantil e morte prematura eram assombrosamente altos. No século XIX, a expectativa de vida no Senegal ficava entre 20 e 25 anos[60]. Portanto, a África seria o terreno de prova derradeiro para o quarto atributo da civilização ocidental: a capacidade da medicina moderna de prolongar a vida humana.

### *Médecins sans frontières*

Não sem motivo, a África Ocidental ficou conhecida como o cemitério do homem branco: em toda a África, o projeto colonial europeu correu o risco de ser extinto em sua infância. Uma boa ilustração dos riscos que os europeus corriam na África é o monumento na Ilha de Gorée aos 21 médicos franceses que pereceram de um surto de febre amarela em 1878. As doenças tropicais afetavam gravemente os servidores públicos da colonização francesa; entre 1887 e 1912, um total de 135 dos 984 nomeados (16%) morreram nas colônias. Em média, os administradores coloniais aposentados morriam sete anos mais cedo que seus pares no governo metropolitano. Até 1929, quase um terço dos 16 mil europeus que viviam nas colônias francesas da África Ocidental era hospitalizado, em média, durante 14 dias por ano[61]. As coisas não eram muito melhores na África britânica. A taxa de mortalidade entre os soldados britânicos em Serra Leoa era a pior em todo o Império Britânico, 30 vezes mais alta que para os soldados que ficavam em casa. Se índices similares tivessem persistido, a colonização da África pelos europeus certamente teria sido abandonada.

Como todas as boas administrações coloniais, a francesa mantinha registros impecáveis. Nos Arquivos Nacionais em Dacar, ainda é possível encontrar detalhes de todas as epidemias relatadas para cada doença que acometeu os territórios franceses na África Ocidental: febre amarela no Senegal, malária na Guiné, lepra na Costa do Marfim. Boletins de saúde, leis de saúde, missões de saúde – a saúde, ao que parece, era uma obsessão para os franceses. E por que não? Era preciso encontrar uma maneira de manter essas doenças sob controle. Conforme *Sir* Rubert William Boyce afirmou em 1910, a condição para a presença europeia nos trópicos se

resumia nestes termos: “Mosquito ou homem”. “O futuro do imperialismo”, nas palavras de John L. Todd, “reside no microscópio.”[62] Mas os principais avanços não seriam feitos nos laboratórios impecáveis das empresas farmacêuticas e universidades ocidentais.

Em setembro de 1903, a revista satírica *Punch* publicou uma ode dos insones aos estudiosos das doenças tropicais:

> Homens de ciência, vocês que têm a audácia
> De desafiar o micróbio em seu refúgio
> Procurando pela densa floresta
> O germe africano da Doença do Sono
> Escutem, ah, escutem, minha última súplica
> Enviem *um micróbio para mim*![63]

Não era nenhuma fantasia imaginar os homens da ciência trilhando a selva. Os pesquisadores de doenças tropicais instalaram laboratórios nas colônias africanas mais remotas – o estabelecido em Saint-Louis em 1896 esteve entre os primeiros. Eles fizeram ensaios clínicos de vacinas com os animais mantidos lá: 82 gatos receberam vacina contra disenteria e 11 cachorros contra tétano. Outros laboratórios investigaram cólera, malária, raiva e varíola. Tais esforços tiveram suas origens no trabalho pioneiro sobre germes desenvolvido por Louis Pasteur nos anos 1850 e 1860.

O Império inspirou uma geração de médicos europeus inovadores. Foi na Alexandria, em 1884, que o bacteriologista alemão Robert Koch – que já havia isolado o anthrax e os bacilos da tuberculose – descobriu a *Vibrio cholerae*, a bactéria que transmite cólera, que no ano anterior havia matado Louis Thuillier, o rival francês de Koch. Foi após um surto em Hong Kong em 1894 que outro francês, Alexandre Yersin, identificou o bacilo responsável pela peste bubônica[64]. Foi um médico no Serviço Médico Indiano, Ronald Ross, quem pela primeira vez explicou em detalhes a etiologia da malária e o papel do mosquito anopheles em sua transmissão; ele próprio sofreu da doença. Foram três cientistas holandeses trabalhando em Java – Christiaan Eijkman, Adolphe Vorderman e Gerrit Grijns – que descobriram que o beribéri era causada por uma deficiência nutricional no

arroz branco (a carência de vitamina B1). Foi de um italiano, Aldo Castellani, a pesquisa em Uganda que identificou o protozoário tripanossoma na mosca tsé-tsé, responsável pela doença do sono. E foi a equipe de pesquisadores de Jean Laigret, do Instituto Pasteur em Dacar, a primeira a conseguir isolar o vírus da febre amarela e vislumbrar uma vacina que poderia ser administrada de maneira simples – por método de escarificação –, sem a necessidade de agulhas e seringas esterilizadas, mais tarde aprimorada para produzir a vacina Peltier-Durieux, que também oferecia proteção contra a varíola[65]. Esses e outros avanços, concentrados no período que vai da década de 1880 à de 1920, mostraram-se cruciais para manter os europeus, e portanto o projeto colonial, vivos nos trópicos. A África e a Ásia haviam se tornado laboratórios gigantes para a medicina moderna[66]. E, quanto mais bem-sucedida a pesquisa – quanto mais remédios (como o quinino, cujas propriedades antimalária foram descobertas no Peru) pudessem ser descobertos –, mais os impérios ocidentais podiam se espalhar e, com eles, o benefício supremo de vida humana mais longa.

No início, a colonização da África esteve limitada a assentamentos costeiros. Mas, com o advento de outro progresso ocidental – a mecanização da mobilidade –, pôde se espalhar para o interior. Ferrovias como a que vai de Dacar a Bamako, em Mali, foram vitais para o projeto imperial ocidental. “A civilização se espalha e cria raízes ao longo dos caminhos de comunicação”, declarou Charles de Freycinet, o ministro de Obras Públicas da França, em 1880. “A África, abrindo-se diante de nós, demanda nossa especial atenção.”[67] Após a criação, em 1895, da Federação da África Ocidental Francesa (Afrique Occidentale Française), que se estendia para além de Tombuctu, até o Níger, e expandia o governo francês para mais de 10 milhões de africanos, este se tornou um dos *leitmotivs* do governo francês. Nas palavras de Ernest Roume, o primeiro governador da Federação:

> Desejamos abrir verdadeiramente à civilização as imensas regiões que a perspicácia de nossos estadistas e a bravura de nossos soldados e exploradores nos legaram [...] A condição necessária para alcançar esse objetivo é a criação de linhas de penetração, um meio de transporte perfeito

> para compensar a ausência de meios naturais de comunicação que mantiveram este país na pobreza e no barbarismo [...] A verdadeira atividade econômica não pode nem sequer ser concebida sem ferrovias. É, portanto, nosso dever [...] como nação civilizada tomar as medidas que a própria natureza impõe e que são as únicas eficazes [...] É, hoje, convicção de todos que nenhum progresso material ou moral em nossas colônias africanas é possível sem ferrovias.[68]

As ferrovias ajudaram a impor o domínio europeu ao interior africano. Mas espalharam duas outras coisas: não só o comércio de amendoim e borracha, como também o conhecimento médico ocidental. Pois, sem melhorias na saúde pública, as ferrovias terminariam espalhando doenças, aumentando assim o perigo de epidemias. Isso seriam os Médicos sem Fronteiras ao estilo novecentista. Os benefícios foram muitas vezes negligenciados por aqueles, como Gandhi, que afirmavam que os impérios europeus não tinham nenhuma característica redentora.

À destruição das estruturas de poder nativas seguiu-se uma tentativa de destruir as superstições nativas. Hoje, a aldeia de Jajak é notável porque tem nada menos que três curandeiros tradicionais, um deles uma mulher idosa chamada Han Diop. As pessoas vêm de quilômetros de distância para consultá-la e, conforme me contou quando a visitei em Jajak, em 2010, ela é capaz de curar qualquer coisa, de asma a dor de cotovelo, com remédios à base de ervas e uma pitada de profecia. Esse tipo de medicina vem sendo praticado pelos africanos há centenas, talvez milhares de anos. É um dos motivos pelos quais a expectativa de vida na África permanece tão inferior à do Ocidente. As ervas e os feitiços são notadamente ineficazes contra a maioria das doenças tropicais.

Em 1897, as autoridades coloniais francesas baniram os curandeiros. Sete anos depois, foram além, criando planos para o primeiro serviço de saúde nacional africano, a Assistance Médicale Indigène. Os franceses não só estenderam seu sistema de saúde pública a toda a África Ocidental Francesa; em fevereiro de 1905, o governador-geral Roume emitiu uma ordem criando um serviço gratuito de saúde para a população nativa, algo que não havia na França. Daí em diante, os “postos de saúde” nas localidades tornariam a medicina moderna disponível a todos os africanos

sob o governo francês[69]. Dirigindo-se à Assembleia Nacional em 1884, o primeiro-ministro Jules Ferry resumira um novo estado de ânimo:

> Cavalheiros, devemos falar com mais clareza e honestidade! Devemos dizer abertamente que, de fato, as raças superiores têm um direito sobre as raças inferiores [...] Eu repito, as raças superiores têm um direito porque elas têm um dever. Elas têm o dever de civilizar as raças inferiores [...] Na história dos primeiros séculos, esse dever, cavalheiros, foi muitas vezes mal-entendido; e certamente, quando os soldados e exploradores espanhóis introduziram a escravidão na América Central, eles não cumpriram com seu dever como homens de uma raça superior [...] Mas, em nossa época, eu insisto que as nações europeias se familiarizem com a generosidade, com a grandeza e com a sinceridade desse dever civilizatório superior.[70]

Isso era muito diferente do estilo indireto de governo cada vez mais favorecido na África britânica. Nas palavras de Robert Delavignette, um administrador colonial experiente e diretor da École Coloniale:[71]

> O representante dos poderes da República de Dacar, um membro da maçonaria francesa e do partido Radical Socialista, será, na África, diante da primeira dificuldade, um governador autoritário, e usará métodos autocráticos de governo para conduzir os nativos ao progresso [...] Muitos administradores quiseram tratar os senhores feudais [isto é, os chefes nativos] da mesma maneira que os havíamos tratado durante a Revolução Francesa. Ou destruí-los ou usá-los para nossos propósitos. Os administradores britânicos tiveram mais compaixão pelos senhores feudais; era a aristocracia respeitando a aristocracia.[72]

Aos olhos de William Ponty, governador-geral da África Ocidental Francesa entre 1908 e 1915, as instituições africanas tradicionais eram o principal obstáculo entre seu povo e a civilização que ele estava tentando disseminar. Os chefes tribais, conforme declarou Ponty, “não passavam de parasitas”. “Nós não levamos os senhores feudais muito a sério”, recordou um administrador colonial dos anos 1920. “Nós os consideramos um tanto ridículos. Depois da Revolução Francesa, não se pode esperar que voltemos à Idade Média.”[73] Delavignette pensava de maneira similar. No império revolucionário com o qual ele sonhava, os heróis eram os “camponeses negros”, o título de seu premiado romance de 1931. Nas palavras do primeiro socialista a assumir o Ministério de Colônias, Marius Moutet, o objetivo da política francesa era “considerar a aplicação dos grandes

princípios da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão aos países além-mar".[74]

Hoje, é fácil desprezar tais aspirações, considerando-as produto da insuportável arrogância gálica. Mas não há dúvida de que aqui, como em toda parte, o império ocidental promoveu um progresso real e mensurável. Após a introdução da vacinação obrigatória em 1904, a varíola foi significativamente reduzida no Senegal. Em apenas quatro anos entre 1925 e 1958 o número de casos excedeu 400 por ano[75]. A malária também foi contida por meio da destruição sistemática dos criadouros pantanosos dos mosquitos e por meio do isolamento das vítimas, bem como pela distribuição gratuita de quinino[76]. A epidemia de febre amarela também se tornou menos frequente no Senegal após a introdução de uma vacina eficaz.

A Partilha da África se tornou sinônimo de divisão cruel de um continente inteiro por europeus opressores. Seu clímax grotesco foi o incidente de Fachoda, quando expedições francesas e britânicas rivais convergiram na cidade de Fachoda (atual Kodok), na província de Bahr-el-Ghazal, no leste do Sudão. Os franceses, liderados pelo major Jean-Baptiste Marchand, sonhavam com uma linha de Dacar a Djibuti (então a Somalilândia francesa), ligando o Níger ao Nilo e criando uma cadeia ininterrupta de controle francês do Senegal à costa do mar Vermelho. Os britânicos, liderados por *Sir* Herbert (mais tarde Lorde) Kitchener, viram o controle do Sudão como a chave para uma linha britânica comparável estendendo-se de norte a sul, do Cairo ao Cabo. O confronto veio em 18 de setembro de 1898, no ponto em que essas duas linhas se cruzavam. Embora o número de homens fosse absurdamente pequeno – Marchand foi acompanhado de 12 oficiais franceses e 150 *tirailleurs* – e o ponto de discórdia um extremamente desolado pântano de junco, lodo e peixe morto, Fachoda colocou a Grã-Bretanha e a França à beira de uma guerra[77].

Mas a luta pela África também foi uma luta por conhecimento científico, e esta foi tanto colaborativa quanto competitiva, com benefícios inegáveis para os nativos e também para os europeus. O bacteriologista, muitas vezes arriscando a própria vida para encontrar a cura para afecções letais, foi outro tipo de herói imperial, tão corajoso, à sua maneira, quanto o soldado

explorador. Nesse momento, toda potência europeia com ambições imperiais sérias precisava ter um instituto de medicina tropical: o Instituto Pasteur em Paris, fundado em 1887, foi posteriormente igualado pelas escolas de medicina tropical de Londres e de Liverpool (1899) e pelo Instituto de Marinha Mercante e Doenças Tropicais (1901), com sede em Hamburgo.

No entanto, esses avanços encontraram limites. Em 1914, ainda havia menos de cem médicos disponíveis nos postos de saúde rural no Senegal. Mesmo mais recentemente, em 1946, havia apenas 152 postos de saúde em toda a África Ocidental Francesa. No Congo francês, o posto em Stanley Pool (mais tarde Brazzaville) deveria supostamente atender 80 mil pessoas com um orçamento anual de apenas 200 francos. Quando o escritor André Gide visitou a região, em 1927, disseram-lhe que se "o serviço médico recebe solicitação de medicamentos, geralmente envia, depois de muita demora, nada além de iodo, sulfato de soda e – ácido bórico!". Essa "lamentável penúria" fez com que "doenças que poderiam ser detectadas facilmente [...] persistissem e até mesmo ganhassem terreno"[78]. Isso foi, em parte, uma questão de realidade econômica. A própria França ainda estava muito longe de ter um sistema de saúde universal. Simplesmente não havia recursos disponíveis para enviar médicos e vacinas às aldeias isoladas do interior do Senegal ou do Congo. Mas também foi uma questão de prioridades. Os institutos de pesquisa ocidentais quase sempre estavam mais interessados nas doenças que afetavam mais gravemente os europeus – sobretudo a malária e a febre amarela – do que no cólera e na doença do sono, as principais causas de morte dos africanos.

Originalmente, a missão civilizatória francesa havia se baseado na ideia revolucionária de cidadania universal. Mas, à medida que o Império Francês se expandiu, essa ideia recuou. Em teoria, um *sujet* da África Ocidental ainda poderia se tornar um *citoyen*. Na prática, poucos eram considerados elegíveis (por exemplo, praticar poligamia era considerado uma desqualificação). Ainda em 1936, da população total de 15 milhões da África Ocidental Francesa, havia apenas 2.136 cidadãos franceses fora das quatro comunas costeiras[79]. A segregação residencial se tornou a norma

(separando o “Plateau” europeu da “Médina” africana em Dacar, por exemplo), com a justificativa de que os africanos eram portadores de doenças infecciosas. A educação também estava restrita a uma diminuta elite de “intermediários”[80]. Um dia os franceses haviam aspirado à assimilação racial[81]. Agora, a ciência médica recomendava a separação. Isso coincidia com a visão predominante de que a “associação” era um objetivo mais realista do que a assimilação devido à “oposição entre os princípios de 1789 e o conservadorismo das populações não europeias”, conforme afirmou o teórico colonial Louis Vignon[82].

A batalha contra as doenças tropicais não foi travada apenas nas placas de Petri dos laboratórios; também o foi nas cidades e aldeias africanas. Quando a peste bubônica acometeu o Senegal, as autoridades francesas reagiram de maneira implacável. A casa dos infectados foi incendiada; os residentes foram removidos à força e colocados em quarentena sob guarda armada; os mortos foram enterrados em creosoto ou cal sem cerimônia, violando as tradições muçulmanas. Essa foi uma batalha na qual os africanos se sentiram mais vítimas que beneficiários. Em Dacar, houve protestos e rebeliões em massa, e a primeira greve geral na história senegalesa[83].

Os imperativos da ciência médica requeriam medidas drásticas para conter a epidemia. Mas a ciência da época também forneceu uma justificativa espúria para tratar os africanos com brutalidade. Eles não eram meros ignorantes da ciência médica. De acordo com a teoria eugênica, eram uma espécie inferior. Em nenhum lugar a pseudociência da eugenia, a meia-irmã mutante da bacteriologia, teve uma influência mais perniciosa do que no emergente Império Germânico.

### *Os crânios da ilha de Shark*

No início do século XX, a Alemanha estava na vanguarda da civilização ocidental. Foram professores alemães que ganharam a maior parte dos Prêmios Nobel de ciência: 33% do total concedido entre 1901 e 1910 e 29% na década seguinte. Foram universidades alemãs que lideraram o mundo em química e bioquímica. Graduados ambiciosos provenientes de toda a

Europa afluíram a Göttingen, Heidelberg e Tübingen para estremecer diante dos titãs da *Wissenschaft* alemã. Depois de Pasteur, Robert Koch havia emergido como a força dominante em bacteriologia. Outro alemão, Emil von Behring, foi um dos desenvolvedores das antioxinas do tétano e da difteria, pelas quais recebeu o Prêmio Nobel e a Cruz de Ferro. Dois outros cientistas alemães, Fritz Schaudinn e Erich Hoffmann, identificaram a *Spirocheta pallida* como causa da sífilis, e um terceiro, Paul Ehrlich, foi um dos inventores do Salvarsan, o primeiro tratamento eficaz para a doença.

Mas esse extraordinário sucesso científico teve um lado sombrio. Ocultando-se na ciência real havia uma pseudociência, que afirmava que a humanidade não era uma única espécie mais ou menos homogênea, e sim subdividida em uma hierarquia que vai de uma "raça superior" ariana até uma raça negra indigna da designação *Homo sapiens*. E que lugar melhor para testar essas teorias do que nas colônias africanas recém-adquiridas pela Alemanha? A África estava prestes a se tornar outro tipo de laboratório – desta vez, da biologia racial.

Cada potência europeia tentou dominar a África à sua própria maneira. Os franceses, conforme vimos, promoveram as ferrovias e os centros de saúde. Os britânicos fizeram mais do que simplesmente escavar em busca de ouro e caçar pelos vales; eles também construíram escolas missionárias. Os belgas transformaram o Congo em um vasto Estado escravo. Os portugueses fizeram o mínimo possível. Os alemães foram os últimos a chegar à festa. Para eles, colonizar a África era um experimento gigantesco para testar, entre outras coisas, uma teoria racial. As primeiras potências colonizadoras, é claro, haviam sido motivadas por um senso de superioridade inata. De acordo com a teoria do "darwinismo social", os africanos eram biologicamente inferiores, um obstáculo inconveniente ao desenvolvimento da África por parte dos "arianos" brancos, mais avançados. Mas nenhuma transformou essa teoria em prática social de maneira mais cruel que os alemães no Sudoeste Africano, na atual Namíbia.

Primeiro, os alemães reivindicaram a costa árida do Sudoeste Africano em 1884. Um ano mais tarde, Heinrich Ernst Göring – pai de Hermann, mais famoso – foi nomeado comissário do Reich. Na época em que

Theodor Leutwein foi nomeado primeiro governador da colônia em 1893, as intenções alemãs estavam se tornando claras: expropriar os povos nativos hereros e namas e ocupar suas terras com agricultores alemães. Essa política seria abertamente defendida por Paul von Rohrbach em seu influente livro *Economia colonial alemã* (1907)[84]. Foi um projeto que, na época, parecia tão cientificamente legítimo quanto a campanha europeia contra as doenças tropicais.

Em 1851, Francis Galton, primo de Charles Darwin, havia chegado a esse país árido, porém adorável, sob a égide da Sociedade Geográfica Real. Ao voltar a Londres, Galton relatou que havia visto "tantas raças selvagens que tinha material suficiente para estudar pelo resto da vida". As observações de Galton sobre os hereros e os namas mais tarde formariam seu pensamento sobre a evolução humana. Foi o estudo antropométrico de Galton sobre a hereditariedade humana que assentou as bases para a disciplina que ele batizou de "eugenia" – o uso da procriação seletiva para melhorar o conjunto de genes humanos.[85] Aqui estava uma solução definitiva para o problema de saúde pública: uma raça superior de super-humanos, produzida para resistir aos ataques de patógenos. O ponto crucial a observar é que, há cem anos, obras como a de Galton estavam na vanguarda da ciência. O racismo não era uma ideologia reacionária e retrógrada; aqueles que não tinham formação científica a abraçavam com tanto entusiasmo quanto as pessoas hoje em dia aceitam a teoria do aquecimento global causado pelo homem. Foi só na segunda metade do século XX que a eugenia e o conceito associado de "higiene racial" finalmente caíram em descrédito, com a percepção de que as diferenças genéticas entre as etnias são relativamente pequenas, e as variações no interior delas, muito grandes.

Há um século, quase ninguém no Ocidente duvidaria que os homens brancos eram superiores aos negros. Isto é, quase nenhum branco. A teoria racial justificava a desigualdade flagrante que mais tarde seria institucionalizada no sul dos Estados Unidos como segregação e na África do Sul como "apartheid" – separação. Nas colônias alemãs do Sudoeste Africano, os negros eram proibidos de cavalgar, eram obrigados a bater continência para os brancos, não podiam caminhar nas trilhas de pedestres,

não tinham o direito de ter bicicletas ou frequentar bibliotecas. Nos tribunais de direito rudimentares da colônia, a palavra de um alemão valia o mesmo que a palavra de sete africanos. Os colonizadores eram multados por crimes como assassinato e estupro, para os quais os africanos eram sumariamente enforcados. Conforme comentou um missionário, "o alemão médio olha com superioridade para os nativos, como se estes últimos estivessem no mesmo nível que os primatas mais evoluídos (babuínos é seu termo favorito para nativos), e os trata como animais".[86] Os britânicos e os franceses fizeram um avanço ao abolir a escravidão em suas colônias durante o século XIX. Os alemães não[87].

Houve apenas um pequeno problema. Os hereros e os namas não eram como se fossem as crianças da teoria racial. Os hereros eram vaqueiros fortes, habilidosos em manter o gado nos pastos esparsos que se encontram entre os desertos da Namíbia e do Kalahari. Os namas eram incursionistas, tão talentosos como cavaleiros e atiradores quanto os bôeres a leste[88]. Tendo presenciado os holandeses e britânicos em ação na África do Sul, eles sabiam muito bem o que os alemães estavam tramando. A situação econômica dos hereros fora gravemente debilitada na virada do século por um surto devastador de peste bovina. Em consequência, o processo de venda de terras aos colonizadores alemães já estava a caminho. Também havia tensão cada vez maior entre os hereros e os mercadores alemães, cujos métodos de cobrança de dívidas estavam longe de ser sutis[89]. Mas os hereros estavam fadados a resistir à usurpação, sobretudo após uma sucessão de atos notórios de violência, incluindo o assassinato (e tentativa de estupro) da nora de um de seus chefes por parte de um colonizador alemão[90].

Foi um jovem tenente chamado Zürn que acendeu o barril de pólvora, ao falsificar a assinatura de anciãos hereros em documentos determinando as fronteiras das novas reservas nativas[91]. Em 12 de janeiro de 1904, sob a liderança de Samuel Maharero, os hereros se ergueram em rebelião, matando todo alemão fisicamente apto que puderam encontrar nas proximidades de Okahandja, poupando, entretanto, mulheres e crianças. Mais de uma centena de colonizadores foi morta[92]. Em resposta, o kaiser

alemão, Guilherme II, enviou o general Adrian Dietrich Lothar von Trotha com instruções de “restaurar a ordem [...] por todos os meios necessários”. Ele escolheu os meios mais repulsivos que estavam a seu alcance.

Os teóricos alemães da colonização já foram mais longe que seus pares franceses e britânicos quando falaram da necessidade de “erradicação efetiva” das “tribos [nativas] ruins, culturalmente ineptas e predatórias”. E agora Trotha decidira colocar essa teoria em prática. Ele prometeu usar o “terrorismo absoluto” para “destruir as tribos rebeldes derramando rios de sangue”[93]. Em um decreto arrepiante dirigido aos hereros, ele soletrou em otjiherero rudimentar o que a teoria racial alemã significava na prática:

> Eu sou o grande general dos alemães. Envio um comunicado a vocês, hereros, vocês que são hereros que já não estão sob os alemães [isto é, que já não estão subordinados aos alemães] [...] Vocês, hereros, devem deixar esta terra; ela pertence aos alemães. Se não fizerem isso, eu os expulsarei com o *Groot Rohr* [grande canhão]. Uma pessoa em terra alemã deve ser morta pela arma. Eu não capturarei mulheres ou doentes, mas os perseguirei em busca de seus chefes, ou os matarei com a arma.
> Estas são minhas palavras para o povo herero.
> O grande general do poderoso kaiser alemão.
> Trotha[94].

A Batalha de Hamakari perto do planalto de Waterberg em 11 de agosto de 1904 não foi uma batalha. Foi um massacre. Os hereros estavam concentrados em um grande acampamento, onde, após terem expulsado um exército alemão, esperavam por negociações de paz. Em vez disso, Trotha os circundou, iniciou um bombardeio letal e prosseguiu exterminando homens, mulheres e crianças com metralhadoras automáticas. Como parece ter sido a intenção do general, os sobreviventes fugiram para o árido deserto de Omaheke e, em suas palavras, rumo à “perdição”. Os olhos-d’água na beira do deserto eram estritamente controlados. Nas palavras de um relatório oficial do comando-geral do Sudoeste Africano: “O Omaheke seco deve terminar o que as armas alemãs haviam começado: o extermínio do povo herero”. Trotha foi igualmente explícito: “Acredito que a nação, como tal, deve ser aniquilada”[95].

Os alemães não contaram apenas com o deserto. Os hereros que não haviam participado do levante foram capturados por “patrulhas de limpeza” das *Schutztruppen* (“tropas de proteção”) colonizadoras, cujo lema era “eliminar, deter, abater” até que todos tenham desaparecido”[96]. Os que não foram mortos imediatamente, sobretudo mulheres e crianças, foram colocados em cinco campos de concentração. Mais tarde, uniram-se a eles os clãs namas, que cometeram o erro de participar da revolta contra os alemães e o erro ainda maior de entregar as armas em troca de garantias de que a vida deles seria poupada. Esses campos de concentração diferiam daqueles estabelecidos pelos britânicos na África do Sul durante a Guerra dos Bôeres. Lá, uma guerrilha ainda estava se alastrando, e a intenção era atrapalhar as linhas de abastecimento dos bôeres; os índices de mortalidade alarmantes eram consequência não intencional das péssimas condições sanitárias. Nas colônias alemãs do Sudoeste Africano, a guerra havia terminado, e o propósito dos campos de concentração era funcionar como campos de morte. O mais notório ficava na ilha de Shark, perto de Lüderitz.

O campo estava situado na extremidade mais distante da ilha, para maximizar sua exposição ao vento. Desprovidos de abrigo, vestuário e alimentação adequados, os prisioneiros eram forçados a construir molhes, submersos até a cintura na água gelada. Aqueles que faltavam com suas obrigações eram impiedosamente açoitados pelos guardas, que manejavam com destreza seus *sjamboks*. Um missionário chamado August Kuhlman visitou a ilha em setembro de 1905. Ele ficou horrorizado ao ver uma mulher exausta receber tiros fatais na coxa e no braço simplesmente por rastejar em busca de água. Entre setembro de 1906 e março de 1907, um total de 1.032 de 1.795 prisioneiros na ilha de Shark morreu. O índice final de mortalidade esteve próximo de 80%. Antes do levante, os hereros totalizavam 80 mil; depois, restavam apenas 15 mil. Os namas eram 20 mil; havia menos de 10 mil quando um censo foi feito em 1911. Só um em cada dez prisioneiros namas sobreviveu aos campos. Com todas as terras hereros e namas agora confiscadas por um decreto imperial de dezembro de 1905, o número de colonizadores alemães triplicou, chegando a aproximadamente 15 mil em 1913. Os hereros e namas sobreviventes estavam pouco melhores

que os trabalhadores escravos, submetidos a punições físicas brutais diante da insubordinação mais trivial[97].

O sofrimento dos povos nativos do Sudoeste Africano tampouco acabou ali. Como se não fosse suficiente obliterar a maior parte deles, os alemães submeteram os povos hereros e namas a outros experimentos em nome da "higiene racial". Pelo menos um médico fez experimentos letais em prisioneiros de campos de concentração no Sudoeste Africano. Em 1906, 778 deles foram submetidos a autópsias em nome das chamadas pesquisas em biologia racial. Depois disso, amostras de crânios foram enviadas à Alemanha para investigações complementares. Por incrível que pareça, prisioneiras foram forçadas a limpar os crânios raspando-os com cacos de vidro[98].

O Dr. Eugen Fischer foi um dos muitos cientistas alemães extremamente interessados na nova área de pesquisa então em moda – a raça. Intrigado com o que havia escutado sobre um povo de raça mista no Sudoeste Africano, os *rehoboth basters*, Fischer passou dois meses em campo medindo-os da cabeça aos pés e examinando sua fisionomia. Em 1913, ele publicou suas descobertas, proclamando-as como a primeira tentativa de aplicar aos humanos os princípios da hereditariedade genética desenvolvidos pelo austríaco Gregor Mendel. "Os bastardos", como ele os chamava, eram racialmente superiores aos negros puros, mas inferiores aos brancos puros. Uma pessoa de raça mista, portanto, poderia ser útil na colônia, na função de policial ou oficial de baixo escalão. Mas toda mistura racial posterior deveria ser evitada:

> Sabemos disto com toda a certeza: sem exceção, todo povo europeu [...] que tenha absorvido o sangue de raças de menos valor – e somente um fanático pode negar que os negros, hotentotes e muitos outros têm menos valor [do que os brancos] – pagou, por essa absorção, com sua decadência espiritual [e] cultural[99].

A essa altura, já havia um sistema de leis contra a miscigenação nas colônias alemãs do Sudoeste Africano.

Nem todos na Alemanha compartilhavam de tal visão. Os socialistas e católicos alemães ergueram a voz para protestar contra o que estava sendo feito na África por seu país supostamente civilizado[100]. Até mesmo o teórico da economia colonial, Paul Rohrbach, condenou a política genocida de Trotha, salientando que o Sudoeste Africano simplesmente não poderia funcionar sem a mão de obra africana[101]. Mas a questão perturbadora ainda persiste. O Sudoeste Africano teria sido um local de teste para genocídios futuros, muito maiores?[102] Foi, como insinuou Joseph Conrad em seu livro *O coração das trevas*, um caso de africanos transformando europeus em selvagens, em vez de europeus civilizando a África? Onde estava o verdadeiro coração das trevas? Na África? Ou nos europeus, que a trataram como um laboratório para uma pseudociência racial que, ao lado da ideologia do comunismo, está entre as mais letais de todas as exportações da civilização ocidental?92

Mas as crueldades infligidas aos africanos seriam vingadas de maneira terrível. Pois a teoria racial era uma ideia demasiado virulenta para ser confinada à periferia colonial. Com o amanhecer de um novo século, ela chegou à Europa. A civilização ocidental estava prestes a encontrar seu adversário mais perigoso: ela mesma.

A guerra que começou em 1914 não foi uma guerra entre alguns poucos Estados europeus. Foi uma guerra entre impérios mundiais. Foi uma guerra no interior da civilização ocidental. E foi o primeiro sinal de que o Ocidente carregava as sementes de sua própria destruição. Nessa guerra, mais do que em qualquer conflito anterior, o Ocidente lançou seus incríveis aplicativos contra si próprio. A economia industrial forneceu os meios de destruição mecanizada. E a medicina moderna também desempenhou seu papel no negócio sanguinário da guerra total.

Em nenhum outro lugar os problemas de comunicação eram tão graves quanto na África, e, na ausência de extensas ferrovias e burros de carga confiáveis, havia uma única solução: homens. Mais de 2 milhões de africanos serviram na Primeira Guerra Mundial, quase todos como carregadores de suprimentos, armas e feridos, e, embora estivessem distantes dos campos de Flandres, esses auxiliares esquecidos tiveram dias

tão infernais quanto as tropas que compunham as linhas de frente mais expostas da Europa. Não só eram subalimentados e trabalhavam em excesso; uma vez removidos de seu lugar habitual, eles eram tão suscetíveis a doenças quanto seus senhores brancos. Cerca de um quinto de todos os africanos empregados como transportadores morreu, muitos deles vítimas da disenteria que devastou todos os exércitos coloniais nos campos de batalha. Na África Oriental, 3.156 brancos a serviço dos britânicos morreram em serviço; destes, menos de um terço foi vítima de ação inimiga. Mas, se as tropas e os carregadores negros forem incluídos, o total de mortes foi de mais de 100 mil[103].

Conforme vimos, a justificativa comum do domínio branco na África é que este conferia ao continente os benefícios da civilização. Mas a guerra – travada em todas as colônias africanas da Alemanha (Togolândia, Camarões e África Oriental, além do Sudoeste Africano) – zombou de tal pretensão. "Deixamos um rastro de campos destruídos, armazéns saqueados e, para o futuro imediato, fome", escreveu Ludwig Deppe, um médico no exército alemão da África Oriental. "Já não somos agentes de cultura; nosso caminho é marcado por morte, pilhagem e vilarejos evacuados, assim como o percurso de nosso próprio exército e do exército inimigo na Guerra dos Trinta Anos."[104]

Durante a maior parte da Primeira Guerra Mundial, houve um impasse. Os alemães, na posição de defensores – a quem os franceses e os britânicos precisavam, de alguma forma, fazer com que abandonassem suas posições entrincheiradas no fronte ocidental –, levaram vantagem naquele que acabou sendo o maior cerco da história. Houve um impasse similar nos frontes de Trentino e Isonzo, onde os italianos não conseguiram desalojar os austro-húngaros. A guerra no Oriente foi muito mais móvel, mas lá também os alemães detiveram o controle, apesar dos erros crassos de seus aliados habsburgos. Tentativas de sair do impasse abrindo novos frontes – Gallipoli, Tessalônica, Mesopotâmia – tiveram resultados desprezíveis. E tampouco surgiu alguma superarma, como mais tarde surgiu a bomba atômica; o gás venenoso foi amplamente usado, com efeitos horríveis, mas não decisivos; submarinos foram capazes de perturbar as importações comerciais da Grã-

Bretanha, mas não de impedi-las. Na primavera de 1917, com a persistência da guerra de exaustão, as perspectivas para a França foram se tornando sombrias. Os motins e a revolução na Rússia em fevereiro haviam dado à Alemanha a esperança de vitória no fronte oriental. Os Estados Unidos, embora oficialmente em guerra contra a Alemanha desde 6 de abril, não seriam capazes de desempenhar um papel militar significativo no fronte ocidental durante pelo menos seis meses. E, após as terríveis perdas sofridas na Batalha de Verdun (1916), o governo francês estava extremamente preocupado com a carência de homens. A limitação do tamanho da família havia começado mais cedo na França do que em outros lugares – talvez porque as mulheres francesas tivessem mais educação sexual e contassem com métodos contraceptivos à sua disposição – e, portanto, o número de jovens franceses era significativamente menor que o de alemães. Antes do fim de março de 1917, cerca de 1,3 milhão de franceses havia sido morto ou capturado. Ao todo, as perdas francesas durante a guerra foram quase o dobro das britânicas. Em torno de um em cada oito franceses entre 15 e 49 anos perderam a vida. O "imposto de sangue" – *l'impôt du sang* – foi mesmo oneroso.

É fácil esquecer que a França perdeu duas das três guerras contra a Alemanha entre 1870 e 1940. Em 1917, o país parecia estar prestes a perder, também, a Primeira Guerra Mundial. Onde buscariam ajuda? A resposta é: na África. Embora, conforme vimos, a maioria dos africanos nas colônias não tivesse direito à plena cidadania francesa, eles ainda eram considerados elegíveis para portar armas em defesa de *la patrie*. Mas em toda parte – no Senegal, no Congo francês, no Sudão francês, em Daomé e na Costa do Marfim – os africanos se recusaram a atender ao chamado da metrópole. O ânimo coletivo foi captado pelo lamento de uma mãe a um oficial francês: "Vocês já levaram tudo que eu tenho, e agora estão levando meu único filho". A maioria percebeu que o alistamento no exército equivalia a uma sentença de "morte certa". O único homem que parecia capaz de resolver essa situação era Blaise Diagne, o primeiro africano a ser eleito à Assembleia Nacional Francesa. Agora, estaria ele disposto a voltar ao Senegal como uma espécie de sargento recrutador glorificado?

Diagne viu nisso a oportunidade de chegar a um acordo com o primeiro-ministro Georges Clemenceau. Ele insistiu que todo africano que viesse lutar deveria receber a cidadania francesa. Mais hospitais e escolas deveriam ser construídos na África Ocidental. *Tirailleurs* veteranos deveriam ser isentos de tributação e receber pensões decentes. Diagne enviou um telegrama a seus colegas em Dacar para desencorajar o alistamento se as concessões que ele demandava não fossem feitas[105].

Em seu discurso inaugural na Assembleia Nacional Francesa, Diagne havia declarado: "Se podemos vir até aqui para legislar, somos cidadãos franceses e, se somos, exigimos o direito de servir [no exército] como fazem todos os cidadãos franceses". Foi um apelo engenhoso à tradição da Revolução Francesa, com seu ideal de nação armada – todos são cidadãos com direito à liberdade, à igualdade e à fraternidade, mas também com o solene dever de pegar em armas em defesa da nação. Clemenceau foi vencido: "Aqueles que sucumbem sob fogo não são nem brancos, nem negros", declarou. "Eles sucumbem como franceses, e pela mesma bandeira."[106]

Como um incentivo para entrar para o exército, a promessa de cidadania francesa se mostrou surpreendentemente bem-sucedida. Pelo menos 63 mil africanos ocidentais atenderam ao chamado de Diagne, mais que o dobro do número que os franceses haviam solicitado. Ao todo, 164 mil homens da África Ocidental e da África Equatorial Francesas foram combatentes na Europa durante a guerra, uma parte significativa de uma força militar colonial de meio milhão, oriunda de todo o Império Francês. Como lembrou um recruta, Ndematy Mbaye: "Ele [Diagne] nos disse que a França havia entrado em guerra contra os alemães. E disse: 'Vocês são amigos dos franceses. E, quando são amigos de alguém – quando alguém está em dificuldade –, vocês precisam ajudar. Por isso, os franceses pediram [a vocês] para que venham ajudá-los na guerra'".[107] A maioria dos voluntários estava entusiasmada, assegurando quanto estavam "contentes" por servir, "felizes" por lutar, "orgulhosos" por fazer parte do exército. Demba Mboup estava entre aqueles que ansiavam por lutar pela França:

> Fiquei muito feliz porque não sabia o que era uma guerra. Então foi uma espécie de curiosidade – saber o que era uma guerra, e o que era ser um soldado [...] E por isso fiquei feliz, [acreditando] que descobriria novas experiências. Eu não sabia.[108]

Ele descobriria logo, logo. Seu comandante, o general Charles Mangin, pensou que conhecia uma ou duas coisas sobre os africanos. Ele havia sido membro da expedição do major Marchand no incidente de Fachoda. Em 1910, como um ambicioso jovem tenente-coronel, ele e um grupo de cientistas percorreram a África Ocidental com ordens de aumentar o recrutamento. Mangin estava familiarizado com as últimas novidades da ciência racial. Sua equipe, após examinar recrutas com a gama completa de métodos pseudocientíficos, concluiu que, graças a seu sistema nervoso supostamente subdesenvolvido, os soldados africanos sentiriam menos dor que seus congêneres europeus. Eles, portanto, seriam excepcionalmente leais na linha de fogo. Em 1917, Mangin conseguiu colocar sua teoria à prova. Sob sua liderança, Mboup e seus colegas *tirailleurs* foram colocados contra aqueles que, possivelmente, eram os soldados mais bem treinados que o Ocidente já havia produzido: a máquina de guerra que era o exército imperial alemão.

## *Vergonha negra*

Em abril de 1917, Demba Mboup e seus companheiros nos Corpos Coloniais franceses, parte do Sexto Exército do general Charles Mangin e do Décimo Exército do general Denis Duchêne, enfrentaram as posições extremamente fortificadas do Sétimo Exército alemão sob o comando do general Hans von Boehn no Chemin des Dames – o Caminho das Damas, assim chamado devido a seu uso pelas duas filhas de Luís XV no século XVIII. Em março de 1814, os soldados de Napoleão haviam lutado por essa mesma estrada contra os exércitos invasores da Áustria e da Rússia. A estrada foi essencial para a posição defensiva dos alemães no fronte ocidental.

O comandante francês, o general Robert Nivelle, estava confiante de que seria o homem que alcançaria o tão esperado avanço no fronte ocidental. Os

franceses construíram 480 quilômetros de novas linhas ferroviárias a fim de abastecer a ofensiva com 872 carregamentos de munição. Ao todo, mais de um milhão de homens ficaram em prontidão para o ataque, distribuídos ao longo de um fronte de 40 quilômetros. Esperava-se que dias de barragem de artilharia fizessem os alemães ceder. Então, às 6 da manhã do dia 16 de abril, as tropas coloniais subiram as colinas que, com a chuva e a neve, haviam se convertido em um mar de lodo. Mangin havia colocado os senegaleses na primeira onda de ataque. Mas ele, quase certamente, tinha um motivo oculto: poupar vidas francesas. De acordo com o tenente-coronel Debieuvre, comandante do 58o Regimento de Infantaria Colonial, os africanos eram "afinal, e acima de tudo, excelentes tropas de ataque possibilitando que seja poupada a vida dos brancos, os quais, atrás deles, exploram seu sucesso e organizam as posições que eles conquistam".[109]

Das trincheiras alemãs, o capitão Reinhold Eichacker assistiu horrorizado:

> Os negros senegaleses, gado da França rumo ao matadouro. Centenas de olhos belicosos, fixos, ameaçadores, mortais. E eles vieram. Primeiro isoladamente, em grandes intervalos. Tateando o caminho, como os braços de uma terrível sépia.Ávidos, agarrando tudo, como as garras de um monstro poderoso. Assim eles se aproximaram depressa, tremulando e às vezes desaparecendo em sua nuvem. Homens fortes e selvagens, arreganhando os dentes feito panteras. Horríveis seus olhos cheios de sangue, ardentes, tão escancarados que nem pareciam naturais.
> Continuavam vindo, uma parede sólida e negra em movimento, subindo e descendo, arfando e oscilando, impenetrável, interminável.
> "Fechem o cerco! Atirem em um de cada vez! Mirem com cuidado!" Minhas ordens soaram nítidas e claras.
> Os primeiros negros caíram de cabeça em nossos obstáculos de arame, dando cambalhotas como palhaços em um circo. Grupos inteiros evaporaram. Corpos desmembrados, terra pegajosa, rochas despedaçadas, tudo misturado na mais completa desordem. A nuvem negra parou, hesitou, cerrou suas fileiras e se aproximou cada vez mais, irresistível, esmagando, devastando!
> Uma parede de chumbo e ferro subitamente se arremessou contra os atacantes e os emaranhados de arame bem diante de nossas trincheiras. Então, se ouviu uma ensurdecedora comoção de batidas e fragores, golpes e estampidos, pancadas e estrondos, lançando tudo à terra em um clamor de estourar os ouvidos e abalar os nervos. Nossas metralhadoras haviam flanqueado os negros! Como uma mão invisível, elas devastaram os homens e os atiraram à terra, mutilando-os e rasgando-os em pedaços! Um por um, em linhas e colunas, em montes, os negros sucumbiram.

> Um ao lado do outro, um atrás do outro, um em cima do outro.[110]

Onze dias antes da batalha, de fato, um suboficial francês capturado havia fornecido planos detalhados do ataque aos alemães. Eles estavam bem protegidos do bombardeio francês graças a um sistema de pedreiras profundas conhecido como a Gruta do Dragão, que usaram como abrigos contra as bombas. E quando a infantaria avançou, os alemães estavam prontos, com as mais sofisticadas metralhadoras móveis. Só no primeiro dia, as tropas ofensivas sofreram 40 mil baixas. Em 10 de maio, um em cada cinco soldados franceses estava morto ou ferido. Para Demba Mboup, que ficou mutilado devido à explosão de uma granada, essa foi uma revelação da realidade marcadamente incivilizada da vida europeia em tempos de guerra total. Os africanos estavam tão desiludidos que alguns deles se uniram ao grande motim que posteriormente tomou conta do exército francês e forçou o governo a substituir Nivelle. Em agosto, 200 homens do 61o Batalhão dos Tirailleurs Sénégalais – conhecido como o Batalhão Malafosse, por seu comandante – se recusaram a assumir posições ao longo do Chemin des Dames. Como um deles afirmou de maneira sucinta: “o Batalhão Malafosse não tem utilidade alguma. Nenhum descanso, sempre guerreando, sempre matando negros”.[111] Vários dos rebeldes foram levados à corte marcial, e quatro condenados à morte, embora nenhuma das sentenças tenha de fato sido executada.

Embora Blaise Diagne protestasse contra o uso imprudente de seus compatriotas, ele logo estava de volta ao Senegal à procura de novos recrutas, dessa vez armado com uma garantia de que lutar significava não só a cidadania como também uma Croix de Guerre (condecoração militar francesa). Em 18 de fevereiro de 1918, Clemenceau defendeu o reinício do recrutamento militar diante de um grupo de senadores, tornando claro como exatamente os franceses viam os senegaleses:

> Embora eu tenha infinito respeito por esses negros bravos, eu preferiria ver dez negros mortos do que um único francês, porque acredito que já foram mortos franceses suficientes, e é necessário sacrificá-los o mínimo possível[112].

Ao todo, mais de 33 mil africanos ocidentais morreram na guerra, um quinto dos que participaram. O número de soldados franceses mortos em combate foi menos de 17% desse total. Já o índice de mortalidade entre as tropas indianas britânicas foi a metade do dos soldados do Reino Unido.[113]
A guerra é um inferno. Quando o poeta inglês Rudyard Kipling visitou uma seção francesa do fronte ocidental em 1915 – não muito antes da morte de seu próprio filho na Batalha de Loos –, ele deparou com a realidade da grande guerra pela civilização:

> "O mesmo trabalho. Sempre o mesmo trabalho!", disse [um] oficial [referindo-se à escavação de trincheiras]. "E você pode caminhar daqui até o mar ou até a Suíça naquele fosso – e encontrará sempre o mesmo trabalho sendo feito em toda parte. Não é guerra."
> "É melhor que isso", disse outro. "É a devoração de um povo. Eles vêm e enchem as trincheiras e morrem, e morrem; e mais são enviados, e estes também morrem. Nós fazemos o mesmo, é claro, mas – veja!"
> Ele apontou para as grandes ondas de fumaça se renovando ao longo da praia amarelada. "Aquela é a fronteira da civilização. Eles têm toda a civilização contra si – aqueles brutos mais ao longe [referindo-se aos alemães]. Não é das vitórias locais das velhas guerras que estamos atrás. É dos bárbaros – de todos os bárbaro [sic]. Agora você viu a coisa toda em miniatura."[114]

Mas a guerra também pode impulsionar o progresso humano. Conforme vimos, as rixas incessantes entre os Estados europeus auxiliaram, e não dificultaram, os avanços impressionantes da Revolução Científica. Isso também é válido para o choque de impérios entre 1914 e 1918. A carnificina do fronte ocidental foi como um grande e sinistro laboratório para a ciência médica, produzindo avanços significativos em cirurgia, sem falar da psiquiatria. Inventaram-se o enxerto de pele e a irrigação antisséptica de feridas. Ocorreram as primeiras tentativas de transfusão de sangue. Pela primeira vez, todos os soldados britânicos foram vacinados contra a febre tifoide, e os soldados feridos recebiam rotineiramente injeções antitetânicas[115].

Não que esses avanços, no entanto, tenham ajudado os *tirailleurs*. Quando não eram mortos nas trincheiras, morriam de pneumonia. Por quê? De acordo com os médicos franceses, eles tinham uma predisposição racial para a doença.

Os europeus tinham ido à África afirmando que a tornariam civilizada. Mas até mesmo os franceses, com todas as suas boas intenções, foram incapazes de implantar mais do que uma versão limitada da civilização ocidental naquele continente. Em outros lugares, os desafios dos terrenos inóspitos e da resistência tribal revelaram o lado mais destrutivo dos europeus, de maneira mais evidente, mas não exclusiva, nas colônias alemãs. Os métodos de guerra total, vivenciados primeiro em povos como os hereros, foram importados para a Europa e combinados com a geração seguinte de artilharia industrializada, com efeitos devastadores. E, em uma última reviravolta cruel, os africanos foram atraídos para a Europa e sacrificados em uma das ofensivas mais estúpidas da guerra.

O legado da guerra em território africano foi tão profundo na Europa quanto na África. O general Paul Emil von Lettow-Vorbeck, que havia desempenhado seu papel no genocídio contra os hereros, também liderou a campanha contra as forças britânicas na África Oriental. Com o fim da guerra, Lettow-Vorbeck voltou à Alemanha, mas não demorou muito para que ele e seus veteranos agissem novamente. À medida que sua terra natal submergiu na revolução, eles marcharam para o interior de Hamburgo para detectar a ameaça de uma república soviética alemã. A guerra civil se alastrou não só nas grandes cidades alemãs, mas também ao longo da fronteira oriental da Alemanha, onde os chamados *Freikorps*, liderados por veteranos como Franz Xavier Ritter von Epp e Hermann Ehrhardt, travaram guerra contra nacionalistas eslavos e bolcheviques como se fossem tribos africanas, diferindo apenas na cor da pele.

Para Epp e Ehrhardt, isso veio naturalmente; ambos haviam sido oficiais nas guerras contra os hereros e os namas[116].

Embora o teórico racial Eugen Fischer tenha ido parar no lado perdedor, a Primeira Guerra Mundial se mostrou surpreendentemente frutífera para seu campo de pesquisa. À medida que as tropas coloniais eram enviadas para os campos alemães de prisioneiros de guerra, estas proporcionavam a especialistas da ciência racial, como Otto Reche, um novo e conveniente suprimento de espécimes[117]. O livro *Hereditariedade humana e higiene racial*, que Fischer escreveu em coautoria com Erwin Baur e Fritz Lens,

publicado em 1921, logo se tornou uma obra de referência no campo em rápida expansão da eugenia. Adolf Hitler o leu enquanto esteve na prisão após o golpe fracassado a Munique em 1923, e se referiu a ele em *Minha luta*. Para Hitler, poucas ideias eram mais pavorosas que a de que os soldados senegaleses situados na Renânia após a guerra houvessem engravidado mulheres alemãs. Essa foi a notória "vergonha negra" que produziu os "bastardos da Renânia" – novos indícios da conspiração para poluir o sangue da raça ariana. Considerando que ele era agora o diretor do novo Instituto de Antropologia, Hereditariedade Humana e Eugenia do kaiser Guilherme, fundado em Berlim em 1927, a influência de Fischer era tão ampla quanto maligna. Ele, mais tarde, serviu como um dos cientistas da Comissão Especial Número Três da Gestapo, que planejou e executou a esterilização forçada dos "bastardos da Renânia". Entre seus estudantes estava Josef Mengele, responsável pelos experimentos notadamente desumanos com prisioneiros em Auschwitz[118].

Para os muitos ex-soldados coloniais que se uniram ao partido nazista – de seus antigos uniformes vêm as primeiras camisas pardas da SA –, era perfeitamente natural que as teorias nascidas nos campos de concentração da África fossem levadas à "colonização" nazista da Europa Oriental e às políticas raciais assassinas que produziram o Holocausto. Não foi mera coincidência que o *Reichsmarschall* a cargo da *Luftwaffe* – a força aérea alemã – fosse o filho do *Reichskommissar* do Sudoeste Africano. Não foi coincidência que Hans Grimm, autor de *Povo sem espaço* (1926), tenha passado 14 anos no sul da África. Não foi coincidência que o homem que Hitler nomeou como governador provincial de Posen em 1939, Viktor Böttcher, tenha sido um servidor público na colônia alemã de Camarões. Ele foi um dos muitos funcionários nazistas que procuraram "executar agora, no Leste do Reich, a obra construtiva que um dia realizaram na África". Os nazistas sempre pretenderam considerar "de um ponto de vista colonial" os territórios que anexavam na Europa Oriental, a ser "explorados economicamente com métodos coloniais"[119].

A principal diferença, que mais chamou a atenção dos homens daquela época, foi que, na Europa Oriental, os colonizados eram da mesma cor que

os colonizadores. “Nenhuma nação que pertencesse à raça branca jamais foi submetida a tal situação”, escreveu Eugene Erdely, um dos primeiros a comentar sobre o governo imperial nazista. Mas isso não representou uma dificuldade para os nazistas, graças à engenhosidade desvirtuada de suas próprias teorias raciais. Para Heinrich Himmler, o chefe da SS, os povos eslavos eram todos “tipos mongóis” que deveriam ser substituídos por “arianos” a fim de criar uma nova “província loira” no Oriente. Para Hitler, os russos poderiam ser facilmente equiparados aos “peles-vermelhas”. Se Auschwitz marcou o ápice da violência de Estado contra populações estrangeiras definidas racialmente, a guerra contra os hereros e os namas foi, sem dúvida, o primeiro passo naquela direção.

Alguns impérios são piores que outros. É um aspecto simples que os críticos absolutos do imperialismo quase sempre ignoram. Para se ter uma ideia do modo de atuação do Império Francês no período entreguerras, vale a pena assistir *La Croisière noire*, um documentário feito nos anos 1920 pela empresa de carros Citroën. Quando Georges-Marie Haardt e Louis Audoin-Dubreuil partiram em automóveis semilagartas na Expédition Citroën Centre-Afrique em outubro de 1924, não estavam apenas tentando vender mais carros. Essa foi uma tentativa de divulgar o governo benévolo da França na África, que se estendia até mesmo ao “l’inconnu de la forêt équatoriale”. Uma celebração das “conquistas da civilização”, o filme justapõe cenas de “feiticeiros brancos” maravilhando africanos com suas proezas técnicas ao lado de cenas dos “pequenos gnomos estranhos” (pigmeus) na floresta. Termina com a bandeira *tricolore* sobrevoando orgulhosamente todo o continente africano, de Algiers a Dacar, de Brazzaville a Madagascar. Não seria difícil zombar dessa expressão clássica da aspiração imperialista francesa[120]. Mas essa aspiração não foi de todo infrutífera. No Senegal, conforme vimos, o governo colonial esteve associado com uma elevação contínua na expectativa de vida, que aumentou dez anos em média, passando de 30 a 40.

Momento e ritmo das transições de saúde no Império Francês

| | Senegal | Tunísia | Argélia | Vietnã | França |
|---|---|---|---|---|---|
| Começo da transição | *c.* 1945 | 1935 | *c.* 1940 | *c.* 1930 | *c.* 1795 |
| Aumento anual da expectativa de vida (em anos) | 0,63 | 0,68 | 0,70 | 0,67 | 0,25 |
| Expectativa de vida no início | 30,2 | 28,8 | 31,2 | 22,5 | 28,1 |
| Expectativa de vida em 1960 | 39,6 | 45,8 | 45,2 | 42,6 | 69,4 |
| Expectativa de vida em 2000 | 52,3 | 72,1 | 71,0 | 69,4 | 78,6 |
| Ano em que a expectativa de vida superou os 65 anos de idade | – | *c.* 1985 | 1987 | 1987 | 1948 |

A Argélia e a Tunísia viram melhorias comparáveis.[121] A melhoria nos cuidados médicos – em particular, a redução da mortalidade infantil e da infertilidade prematura – foi o motivo pelo qual as populações da África francesa começaram a crescer tão rapidamente após 1945[122]. Na Indochina, foram os franceses que construíram mais de 30 mil quilômetros de rodovias e mais de 3 mil de ferrovias, abriram minas de carvão, estanho e zinco e estabeleceram plantações de borracha[123]. Em 1922, por volta de 20 mil vietnamitas receberam cidadania francesa – ainda uma pequena minoria em uma população de 3 milhões, mas não um número insignificante[124]. Nas colônias francesas do Sudoeste Africano, a concessão foi estendida a um milhão de africanos em 1946 e outros 3 milhões cinco anos mais tarde[125]. A doença do sono, que fora o flagelo de Camarões sob o governo alemão, foi praticamente erradicada sob o governo francês[126].

Já os belgas administraram o pior de todos os impérios africanos no Congo[127], ao passo que o Terceiro Reich merece ser considerado o pior de todos os impérios europeus – a *reductio ad absurdum* e *ad nauseam* da noção novecentista de missão civilizatória, porque seu efeito real sobre os

territórios que controlou brevemente foi a barbarização. O objetivo, conforme Himmler concebeu em setembro de 1942, era que “os povos germânicos” crescessem em número, de 83 milhões para 120 milhões, e recolonizassem todos os territórios que a Alemanha havia tomado da Tchecoslováquia, da Polônia e da União Soviética. Eles prosseguiriam e se multiplicariam em províncias totalmente novas, com nomes como Ingermanland. Autopistas e ferrovias de alta velocidade conectariam um “colar de pérolas” – entrepostos alemães fortificados – chegando ao Don, ao Volga e, finalmente, até mesmo aos Urais. Nas palavras de Himmler, a conquista alemã do “Oriente” seria “a maior obra de colonização que o mundo já viu”[128].

Na realidade, o Império Nazista se revelou a obra de colonização mais fracassada que já se viu. Lançada em 1938, a campanha para se expandir além das fronteiras alemãs de 1871 chegou ao auge no fim de 1942, época em que o império incluía cerca de um terço do continente europeu e quase metade de seus habitantes – 244 milhões de pessoas. Mas, em outubro de 1944, quando o Exército Vermelho entrou na Prússia Oriental, já se havia acabado, tornando-se um dos impérios mais breves de toda a história, e também um dos piores. Essa duração fugaz, é claro, seria explicada primordialmente em termos militares. Uma vez que o Terceiro Reich se envolveu em uma guerra não só com o Império Britânico, mas também com a União Soviética e os Estados Unidos, seu império estava certamente condenado. Mas há uma explicação secundária, endógena, para o fracasso do Terceiro Reich como império.

Do ponto de vista da demografia simples, não havia, de fato, nada implausível no projeto de colocar 80 milhões de alemães no controle do continente europeu. Em teoria, deveria ter sido mais fácil para a Alemanha governar a Ucrânia do que foi para a Grã-Bretanha governar Uttar Pradesh. Primeiro, Kiev estava mais perto de Berlim do que Kanpur de Londres. Segundo, os alemães eram genuinamente bem-vindos como libertadores em muitas partes da Ucrânia em 1941. E não só lá. Em toda a União Soviética Ocidental, havia minorias étnicas a quem Stalin havia tratado com desconfiança e violência nos anos 1930. A maioria presumiu que o governo

alemão seria uma melhoria com relação ao governo russo. Mas os alemães foram totalmente incapazes de explorar essas vantagens.

Os “alemães do Reich, arrogantes e autoritários”, desfilando em seus uniformes pomposos, afastavam até mesmo os de etnia alemã que eles supostamente deveriam estar libertando da opressão estrangeira. E, o que é pior, eles se orgulhavam de fazer os povos subjugados passarem fome. “Eu vou exaurir até o último recurso deste país”, declarou o *Reichskommissar* Erich Koch, quando colocado a cargo da Ucrânia. “Eu não vim até aqui para disseminar a felicidade [...].” Göring se gabava de “não se importar nem um pouco” se os não alemães estavam “morrendo de fome”[129]. Um claro indício do que tais atitudes desumanas implicavam era o tratamento dado aos prisioneiros de guerra do Exército Vermelho após a Operação Barbarossa. Em fevereiro de 1942, apenas 1,1 milhão dos 3,9 milhões capturados originalmente continuava vivo. Arrebanhados em cercas de arame farpado, eles foram simplesmente deixados à mercê da desnutrição e da doença. Mas os nazistas não se contentavam em fazer os conquistados passarem fome. Eles também tinham prazer em submetê-los à violência, desde surras improvisadas (que podiam ser infligidas porque um prisioneiro não fez a saudação de Hitler ou porque o fez de maneira presunçosa, conforme a preferência) até o genocídio industrializado. Esse foi, de fato, a Hererolândia em versão ampliada.

Alguns poucos alemães entenderam a estupidez que isso significava. Nas palavras de *Gauleiter* Alfred Frauenfeld em fevereiro de 1944:

> O princípio de brutalidade implacável; o tratamento dado ao país [Ucrânia], de acordo com pontos de vista e métodos usados em séculos passados contra povos escravos de cor; e o fato, desafiando toda política razoável, de que o desprezo por aquele povo foi não só expresso em ações contra indivíduos como também em palavras, em cada ocasião possível e impossível [...], tudo isso é testemunho da completa falta de instinto com relação ao tratamento dos povos estrangeiros, o que, tendo em vista suas consequências, só pode ser considerado [...] desastroso.[130]

Foi, conforme afirmou um oficial no Ministério do Oriente, uma “obra-prima de tratamento equivocado [...] que, em um ano, tenhamos adentrado bosques e pântanos para perseguir, como guerrilheiros, um povo que era

absolutamente a favor dos alemães e nos havia saudado alegremente como seus libertadores”[131].

Além da arrogância, da frieza e da brutalidade, houve a mais completa inépcia. Já em 1938, um oficial do Estado-Maior da *Wehrmacht* (Forças Armadas) observou o “nível grosseiro” da “incapacidade do Estado para governar” na *Sudetenland* recém-adquirida. O Ministério do Oriente (*Ost-Ministerium*) de Alfred Rosenberg logo foi apelidado “Ministério do Caos” (*Cha-Ost-Ministerium*). A SS almejou estabelecer algum tipo de controle centralizador sobre o império, mas Himmler e seus lacaios arruinaram até mesmo a recolonização de 800 mil alemães étnicos. Otto Ohlendorf – que, como leal comandante de um *Einsatzgruppe* (grupo de intervenção), foi responsável pelo assassinato em massa de dezenas de milhares de judeus soviéticos – lamentou que a especialidade de Himmler fosse “organizar a desordem”[132]. Mas o verdadeiro responsável pelo caráter disfuncional do Império Nazista não foi Rosenberg nem Himmler, e sim seu mestre. Afinal, era Hitler quem estava a cargo do Terceiro Reich. (Das 650 principais ordens legislativas emitidas durante a guerra, apenas 72 não foram decretos ou ordens emitidos em seu nome.) Foi Hitler quem afirmou, logo após a invasão da União Soviética, que, “tendo em vista o vasto tamanho dos territórios conquistados a leste, as forças disponíveis para manter a segurança nessas áreas só seriam suficientes se, em vez de punir a resistência com sentenças em um tribunal de direito, as forças ocupantes espalhassem terror de modo a oprimir, entre a população, qualquer disposição para resistir”. Era Hitler quem preferia, como método para pacificar os territórios ocupados, “atirar em todos aqueles que, de alguma forma, parecessem suspeitos”. Aos olhos de Werner Best (uma das raras figuras no Terceiro Reich com um conceito razoavelmente são de governo imperial), Hitler era um Gêngis Khan moderno – um especialista em destruição, cujo império de barbarismo não podia esperar perdurar[133].

Em muitos aspectos, então, o Império Nazista foi a última encarnação abominável de um conceito que, em 1945, era obsoleto. Durante séculos, parecera plausível que o caminho para a riqueza fosse a exploração de povos estrangeiros e suas terras. Muito antes de a palavra *Lebensraum*

[espaço vital] ter sido cunhada, conforme vimos, os impérios europeus haviam competido por novos lugares para colonizar, novos povos para tributar – e, antes deles, os impérios asiáticos, americanos e africanos. Mas, no decurso do século XX, pouco a pouco se tornou claro que uma economia industrial poderia funcionar perfeitamente bem sem colônias. De fato, as colônias talvez fossem um fardo desnecessário. Em 1942, o economista Helmut Schubert observou que o verdadeiro futuro da Alemanha era como "uma grande área industrial", dependente de uma "presença permanente e cada vez maior de trabalhadores estrangeiros". A germanização do Oriente era uma impossibilidade; a orientalização da Alemanha era muito mais provável, já que a mão de obra continuava a migrar da agricultura para a indústria. As exigências da economia de guerra confirmavam essa visão. No fim de 1944, cerca de 5 milhões de estrangeiros haviam sido recrutados para trabalhar nas fábricas e minas do velho Reich. Por uma fina ironia, o sonho do império racialmente puro havia transformado a própria Alemanha em um Estado multiétnico, embora um Estado escravo. A substituição, após a guerra, de escravos do Leste Europeu por "trabalhadores convidados" da Turquia e da Iugoslávia não alterou o argumento econômico. A Alemanha moderna, de fato, não precisava de "espaço vital". Precisava de imigrantes vitais.

O Império Francês nunca foi tão irremediavelmente bárbaro quanto o Império Nazista. Se tivesse sido, sem dúvida teria sido impossível reviver grande parte dele após a Segunda Guerra Mundial – e até mesmo reafirmar a antiga ambição de assimilação sob o novo rótulo "União Francesa". Mesmo os dez anos entre a Conferência Brazzaville de 1944 e o golpe duplo da derrota em Dien Bien Phu e da revolta na Argélia excederam a duração total do império extra-alemão de Hitler. No entanto, as guerras mundiais foram o terrível castigo que se seguiu à arrogância da *mission civilisatrice*, quando todos os impérios europeus aplicaram uns contra os outros os métodos que haviam explorado pela primeira vez (embora com graus variáveis de crueldade) contra os africanos. A ciência médica, que parecera um salvador universal na guerra contra as doenças, acabou sendo pervertida pelo preconceito racial e pela pseudociência da eugenia,

transformando até mesmo alguns médicos em assassinos. Em 1945, a "civilização ocidental" de fato parecia uma contradição de termos, tal como Gandhi havia afirmado. A rápida dissolução dos impérios europeus nos anos pós-guerra pareceu uma sentença bastante justa, independentemente de a maioria das colônias estar ou não preparada para o autogoverno[134].

O grande enigma é que, de alguma forma, dessa época atroz de destruição, emergiu um novo modelo de civilização centrado não na colonização e sim no consumo. Em 1945, era hora de o Ocidente abaixar as armas e pegar as sacolas de compra – tirar o uniforme e vestir um jeans azul.

---

Para uma formulação clássica, ver o discurso de Jules Ferry de 28 de julho de 1885, citado em Brunschwig, *French Colonialism*, p. 76 ss.

Gandhi, *Hind Swaraj*, cap. VI.

Twain, *Following the Equator*, p. 321.

Lenin, *Imperialism*, cap. X.

Collier, *The Bottom Billion*.

Moyo, *Dead Aid*. Ver também Easterly, *The White Man's Burden*.

O purificador de água de Dean Kamen, simples mas eficaz, poderia ser distribuído facilmente por intermédio da incomparável rede de distribuição da Coca-Cola – das fábricas de produção aos pontos de venda –, que se estende por todo o mundo em desenvolvimento. Considerando o enorme número de vidas perdidas a cada ano por água potável contaminada, isso sem dúvida enterraria para sempre o termo pejorativo "coca-colonização".

A frase aludia tanto à cor da pele dos habitantes do continente quanto a seu atraso econômico relativo (assim como a "idade das trevas"). Hoje, a África continua sendo o Continente Negro no sentido de que, visto à noite do espaço, há comparativamente pouca luz artificial para ser vista, com exceção dos extremos no Norte e no Sul.

Gandhi, *The Collected Works of Mahatma*, vol. LIV, p. 233 ss. http://www.gandhiserve.org/cwmg/VOL054.PDF.

) Riley, "The Timing and Pace of Health Transitions around the World", esp. figura 2, tabela 1.

Ibid., p. 750, 752.

2 Shaw, "Preface on Doctors", p. lxvii–lxviii.

3 Burke, *Reflections on the Revolutions in France*, p. 151.

4 Ferguson, *The Ascent of Money*, p. 154.

5 http://avalon.law.yale.edu/18th_century/rightsof.asp.

6 Burke, *Reflections on the Revolutions in France*, p. 190 ss.

7 Rousseau, *The Social Contract*.

8 Burke só não foi capaz de prever a adoção da guilhotina como uma solução tipicamente racionalista da Revolução ao problema de como colocar fim a uma vida humana da maneira mais eficiente possível.

9 Burke, *Reflections on the Revolutions in France*, p. 291.

0 Schama, *Citizens*. Continua sendo o relato inglês mais fácil de ler.

1 Tocqueville, *Democracy in America*, p. 148-51.

2 Ibid., p. 153.

3 Carter et al. (Orgs.), *Historical Statistics of the United States*, tabela Ed1-5.

4 http://users.erols.com/mwhite28/wars18c.htm.

5 Composta por Claude-Joseph Rouget de Lisle em abril de 1792: "O estandarte ensanguentado da tirania/ contra nós se levanta/ […] Ouvis nos campos rugirem/ esses ferozes soldados?/ Vêm eles até nós/ Degolar nossos filhos, nossas mulheres./ Às armas cidadãos!/ Formai vossos batalhões!/ Marchemos, marchemos!/ Nossa terra do sangue impuro se saciará!/ […] Mas esses déspotas sanguinários/ […] Todos esses tigres que, sem piedade,/ Rasgam o seio de suas mães!".

6 Atual Slavkov na República Tcheca, Austerlitz foi o palco da batalha que levou Napoleão a encomendar o Arco do Triunfo.

7 Na École Militaire, em Paris, Napoleão fora sabatinado por Pierre-Simon Laplace, um dos pioneiros da matemática da probabilidade.

8 Todas as citações são de Clausewitz, *On War*, Livro I, caps. 1, 2, 7; Livro III, cap. 17; Livro VII, caps. 4, 5, 6, 22; Livro VIII, caps. 1-9.

9 Acemoglu et al., "The Consequences of Radical Reform".

0 McLynn, *Napoleon*, p. 664.

1 Tal estratégia consistiu em recuar cada vez mais para o interior do território, destruindo tudo o que encontravam pelo caminho, para que as tropas napoleônicas não conseguissem abrigo nem alimento. (N.T.)

2 Lieven, *Russia against Napoleon*.

3 Ferguson, *The Ascent of Money*, p. 81 ss.

4 Compare "A liberdade guiando o povo" (1830), de Eugène Delacroix, com "Episódio da Revolução Belga de 1830" (1835), de Gustaf Wappers, e (entre muitos exemplos do século XX) "O arsenal" (1928), do mexicano Diego Rivera.

5 Wagner, de acordo com sua autobiografia, havia "concebido o plano de uma tragédia para a encenação ideal do futuro, intitulada Jesus de Nazaré": "Bakunin me implorou para que eu lhe poupasse dos detalhes; e, quando procurei seduzi-lo para meu projeto com algumas insinuações verbais, ele me desejou sorte, mas insistiu que eu deveria, a todo custo, fazer Jesus aparecer como um personagem débil. Quanto à música da obra, ele me recomendou que, entre todas as variações, eu usasse apenas um conjunto de expressões, a saber: para o tenor, 'Cortem a cabeça dele!'; para o

soprano, ‘Enforquem-no!’; e para o baixo contínuo, ‘Atirem! Atirem!’”. A anedota capta muito bem o espírito acalorado de 1848.

5 Taylor, “The 1848 Revolutions and the British Empire”.

7 Blanton et al., “Colonial Style and Post-Colonial Ethnic Conflict in Africa”.

8 Crowder, *Senegal*, p. 6 ss., 14 ss.; Cruise O’Brien, *White Society in Black Africa*, p. 39.

9 Klein, *Islam and Imperialism in Senegal*, p. 118.

0 R. L. Buell, *The Native Problem in Africa* (1928), citado em Crowder, *Senegal*, p. 23.

1 Cruise O’Brien, *White Society in Black Africa*, p. 33.

2 Gifford and Louis, *France and Britain in Africa*, p. 672.

3 Cohen, *Rulers of Empire*, cap. 1.

4 Brunschwig, “French Exploration and Conquest in Tropical Africa”.

5 Conklin, *A Mission to Civilise*, p. 13.

6 Fonge, *Modernization without Development in Africa*, p. 66.

7 Ibid.

8 Berenson, *Heroes of Empire*, p. 197 ss.

9 Joireman, “Inherited Legal Systems and Effective Rule of Law”.

0 Cohen, *Rulers of Empire*, p. 79 ss.

1 Asiwaju, *West African Transformations*, p. 60.

2 Taithe, *The Killer Trail*.

3 Echenberg, *Colonial Conscripts*, p. 18.

4 Cohen, *Rulers of Empire*, p. 38.

5 Lunn, *Memoirs of the Maelstrom*, p. 62.

6 Marr, *Vietnamese Anticolonialism*. Para texto completo em inglês, ver www.fsmitha.com/h2/y14viet.html.

7 Gardiner, “The French Impact on Education in Africa”, p. 341.

8 Sabatier, “‘Elite’ Education in French West Africa”.

9 Ver, em geral, Acemoglu et al., “Disease and Development in Historical Perspective”.

0 Iliffe, *Africans*, p. 70.

1 Cohen, *Rulers of Empire*, p. 23.

2 MacLeod e Lewis (Orgs.), *Disease, Medicine and Empire*, p. 7.

3 *Punch*, 16 de setembro de 1903.

4 MacLeod e Lewis (Orgs.), *Disease, Medicine and Empire*.

5 Echenberg, “Medical Science in Colonial Senegal”; Marcovich, *French Colonial Medicine and Colonial Rule*.

5 Ver, por exemplo, Beck, “Medicine and Society in Tanganyika”.

7 Conklin, *A Mission to Civilise*, p. 56 ss.

8 Ibid., p. 51 ss.

9 Ibid., p. 48 ss.

0 Robiquet (Org.), *Discours et opinions de Jules Ferry*, p. 199-201, 210-11.

1 Pretensiosamente renomeada École Nationale de la France d’Outre Mer, em 1934.

2 Cohen, *Rulers of Empire*, p. 74.

3 Ibid., p. 77.

4 Van Beusekom, *Negotiating Development*, p. 6

5 Schneider, “Smallpox in Africa during Colonial Rule”.

6 Ngalamulume, “Keeping the City Totally Clean”, p. 199.

7 Wright, *Conflict on the Nile*. Ver também Daly, “Omdurman and Fashoda”; Chipman, *French Power*, p. 53.

8 Gide, *Travels in the Congo*, p. 35.

9 Crowder, *Senegal*, p. 4 ss.

0 Yansané, “The Impact of France on Education in West Africa”, p. 350; Gifford e Louis, *France and Britain in Africa*, p. 697.

1 Betts, “The Establishment of the Medina in Dakar”; Cruise O’Brien, *White Society in Black Africa*, p. 54. Cf. Smith, *Vietnam and the West*, p. 88 ss.

2 Cohen, *Rulers of Empire*, p. 49. Cf. Betts, *Assimilation and Association in French Colonial Theory*, p. 64, 152.

3 Echenberg, *Black Death, White Medecine*.

4 Rohrbach, *Deutsche Kolonialwirtschaft*, vol. I, p. 330-33. Cf. Steer, *Judgment on German Africa*, p. 61.

5 Posteriormente, Galton escreveu um romance, *Kantsaywhere*, que imagina uma utopia eugenista em que o direito do indivíduo de se reproduzir dependia de uma avaliação de desempenho e em que “a propagação de filhos por parte dos ineptos é considerada [...] crime pelo Estado”.

6 Madley, “Patterns of Frontier Genocide”, p. 169.

7 Deutsch, *Emancipation without Abolition in German East Africa*.

8 Steer, *Judgment on German Africa*, p. 55 ss.

9 Seiner, *Bergtouren und Steppenfahrten im Heroland*, p. 267-78.

0 Olusoga e Erichsen, *The Kaiser’s Holocaust*, p. 118.

1 Gewald, *Herero Heroes*, p. 146 ss.

2 Rust, *Krieg und Frieden im Heroland*, p. 6-15; Anôn., *Die Rheinische Mission*, p. 10-6; Leutwein, *Elf Jahre Gouverneur*, p. 466-7; Kuhlmann, *Auf Adlers Flügeln*, p. 42 ss.

3 Olusoga e Erichsen, *The Kaiser’s Holocaust*, p. 139.

4 Texto completo em Gewald, “The Great General of the Kaiser”, p. 68.

5 Zimmerer, “The First Genocide of the Twentieth Century”, p. 37.

6 Gewald, Herero Heroes, p. 173. Para um relato alemão contemporâneo, Bayer, *Mit dem Hauptquartier*, p. 161-7.

7 Drechsler, *Südwestafrika unter deutscher Kolonialherrschaft*, p. 251-79. Cf. Olusoga e Erichsen, *The Kaiser's Holocaust*, p. 235.

8 Ibid., p. 224.

9 Fischer, *Die Rehobother Bastards*, p. 302f.

10 Eiermann, “The Good, the Bad, and the Ugly”.

11 Rohrbach, *Aus Südwest-Afrikas schweren Tagen*, p. 177 ss.

12 Para um bom panorama da vasta literatura disponível atualmente, ver Madley, “From Africa to Auschwitz”.

13 Strachan, *The First World War in Africa*.

14 Strachan, *The First World War, vol. 1: To Arms*, p. 95.

15 Conklin, *A Mission to Civilise*, p. 146-59.

16 Lunn, *Memoirs of the Maelstrom*, p. 78.

17 Ibid., p. 69.

18 Ibid., p. 71.

19 Ibid., p. 139.

20 Eichacker, “The Blacks Attack!”

21 Smith et al., *France and the Great War*, p. 128.

22 Lunn, *Memoirs of the Maelstrom*, p. 140.

23 Winter, *The Great War and the British People*, p. 75; Beckett and Simpson (Orgs.), *A Nation in Arms*, p. 11.

24 Kipling, “France at War”, p. 341 ss.

25 Ver, em geral, McCullum, *Military Medicine*.

26 Olusoga e Erichsen, *The Kaiser's Holocaust*, p. 284 ss.

27 Evans, “Anthropology at War”.

28 Madley, “From Africa to Auschwitz”, p. 453 ss. Ver, em geral, *Weindling, Health, Race and German Politics*.

29 Mazower, *Hitler's Empire*, p. 147, 584.

30 Levine, “Film and Colonial Memory”.

31 Riley, “The Timing Pace of Health Transitions around the World”, tabela 4.

32 Iliffe, *Africans*, p. 251-3.

33 Singer e Langdon, *Cultured Force*, p. 20.

24 Tai, “The Politics of Compromise”.

25 Saxe, “The Changing Economic Structure of French West Africa”.

26 Centre d’Informations Documentaires, *Work of France*, p. 17.

27 Hochschild, *King Leopold’s Ghost*.

28 Mazower, *Hitler’s Empire*, p. 205.

29 Ibid., p. 152, 286.

30 Ibid., p. 137.

31 Ibid., p. 149.

32 Ibid., p. 256.

33 Ibid., p. 248.

34 Fieldhouse, *Black Africa*.

OceanofPDF.com

# 5
# Consumo

> O que devemos fazer é transformar nosso império e nosso povo, tornar o império como os países da Europa e nosso povo como os povos da Europa.
> INOUE KAORU

> O Ocidente, que leva sua grande invenção, a democracia, mais a sério que a palavra de Deus, se levantará contra este golpe que colocou fim à democracia em Kars? [...] Ou devemos concluir que a democracia, a liberdade e os direitos humanos não importam, que tudo que o Ocidente quer é que o restante do mundo os imite como macacos? O Ocidente será capaz de aturar uma democracia alcançada por inimigos que não se parecem com eles em nenhum aspecto?
> ORHAN PAMUK

## *O nascimento da sociedade de consumo*

Em 1909, inspirado por uma visita ao Japão, o banqueiro e filantropo franco-judeu Albert Kahn1 resolveu criar um álbum de fotografias coloridas de pessoas de todas as partes do mundo. O objetivo, segundo Kahn, era "fazer uma espécie de inventário fotográfico da superfície do globo habitada e desenvolvida pelo homem no início do século XX". Criadas com o recém-inventado processo de autocromo, as 72 mil fotografias e 100 horas de filmagem nos "arquivos do planeta" de Kahn mostram uma variedade impressionante de trajes e costumes de mais de 50 países diferentes: camponeses miseráveis no Gaeltacht, recrutas desgrenhados na Bulgária, líderes hostis na Arábia, guerreiros completamente nus em Daomé, marajás cheios de adornos na Índia, sacerdotisas sedutoras na Indochina e caubóis de aparência estranhamente impassível no Velho Oeste

americano[2]. Naquele tempo, o que parece espantoso atualmente, éramos o que vestíamos.

Hoje, um século mais tarde, o projeto de Kahn teria pouco sentido, porque a maioria das pessoas em todo o mundo se veste de maneira muito parecida: as mesmas calças jeans, os mesmos tênis, as mesmas camisetas. Há apenas alguns poucos lugares onde as pessoas resistem contra o liquidificador gigantesco da indumentária. Uma delas é a zona rural do Peru. Nas montanhas dos Andes, as mulheres quéchuas ainda usam seus vestidos e xales de cores vivas e seus pequenos chapéus de feltro, elegantemente atados e decorados com suas insígnias tribais. No entanto, essas não são roupas quéchuas tradicionais. Os vestidos, xales e chapéus são, na verdade, de origem andaluz, e foram impostos pelo vice-rei espanhol Francisco de Toledo em 1572, após a derrota de Túpac Amaru. Os trajes autenticamente tradicionais das mulheres andinas consistiam de uma túnica (a *anacu*) presa à cintura por uma faixa (a *chumpi*), sobre a qual se vestia um manto (o *lliclla*), que era atado com um alfinete *tupu.* O que as mulheres quéchuas vestem hoje em dia é uma combinação desses trajes originais com as roupas que seus senhores espanhóis as obrigaram a vestir. Os chapéus-cocos, populares entre as mulheres bolivianas, vieram mais tarde, quando os trabalhadores ingleses chegaram para construir as primeiras ferrovias daquele país[3]. A moda atual entre os homens andinos para vestuário informal americano é, portanto, apenas o último capítulo em uma longa história de ocidentalização da indumentária.

O que há em nossas roupas que parece ser irresistível aos outros povos? Vestir-se como nós significa querer *ser* como nós? Claramente, não se trata só de roupas. Trata-se de abraçar toda uma cultura popular que passa pela música e pelo cinema, sem falar dos refrigerantes e da *fast food*. Essa cultura popular contém uma mensagem sutil. Diz respeito à liberdade – o direito de se vestir ou beber ou comer como você quiser (mesmo que isso signifique ser como todos os demais). Diz respeito à democracia – porque só os produtos de consumo que realmente agradam as pessoas são produzidos. E, é claro, diz respeito ao capitalismo – porque as corporações têm de lucrar vendendo coisas. Mas o vestuário está no cerne do processo

de ocidentalização por uma razão muito simples. Aquela grande transformação econômica que os historiadores há muito chamaram Revolução Industrial – o salto quantitativo no padrão material de vida para uma parcela cada vez maior da humanidade – teve suas origens na manufatura têxtil. Foi, em parte, um milagre da produção em massa ocasionado por uma onda de inovação tecnológica, que teve sua origem na Revolução Científica (ver Capítulo 2). Mas a Revolução Industrial não teria começado na Grã-Bretanha e se espalhado para o restante do mundo sem o desenvolvimento simultâneo de uma sociedade de consumo dinâmica, caracterizada por uma demanda quase infinitamente elástica por roupas baratas. A mágica da industrialização, embora os críticos da época geralmente ignorassem esse aspecto, foi que o trabalhador era, ao mesmo tempo, consumidor. O "escravo assalariado" também fazia compras; o mais pobre dos proletários tinha mais de uma camisa, e aspirava ter mais de duas.

Hoje, a sociedade de consumo é tão onipresente que é fácil presumir que sempre existiu. Mas, na realidade, é uma das inovações mais recentes que fez que o Ocidente saísse à frente do Resto. Sua característica mais marcante é sua atração aparentemente irresistível. Ao contrário da medicina moderna, que (conforme vimos no capítulo anterior) foi muitas vezes imposta à força nas colônias ocidentais, a sociedade de consumo é um incrível aplicativo que o restante do mundo geralmente ansiou por instalar. Mesmo as ordens sociais concebidas explicitamente como anticapitalistas – de maneira mais evidente nas várias experiências derivadas da doutrina de Karl Marx – foram incapazes de excluí-la. O resultado é um dos maiores paradoxos da história moderna: que um sistema econômico projetado para oferecer escolha infinita ao indivíduo tenha terminado homogeneizando a humanidade.

A Revolução Industrial é muitas vezes deturpada, como se uma ampla gama de inovações tecnológicas tivesse transformado várias atividades econômicas ao mesmo tempo. Não foi isso o que ocorreu. A primeira fase de industrialização esteve firmemente concentrada nos produtos têxteis. A fábrica arquetípica era uma tecelagem de algodão, como a Anchor Mill, em Paisley, que ainda hoje é um monumento ao apogeu industrial da Escócia.[4]

O que aconteceu de fato? Uma resposta simples é que, em algum momento do século XIX, a produção econômica britânica por pessoa, que já havia começado a se acelerar no século XVII, deslanchou como um foguete. Devido à extrema dificuldade de calcular em retrospecto medições anacrônicas como Produto Interno Bruto ou renda nacional, os estudiosos diferem quanto ao momento preciso. Uma estimativa confiável é que a taxa média anual de crescimento do PIB *per capita* subiu de menos de 0,2% entre 1760 e 1800 para 0,52% entre 1800 e 1830 e para 1,98% entre 1830 e 1870[5].Todos esses números são baixíssimos para os padrões do século XXI. No entanto, seu efeito foi revolucionário. Tal aceleração contínua no crescimento econômico jamais havia ocorrido; e não parou aí. Ao contrário, o crescimento ainda mais rápido significou que, em 1960, um britânico era, em média, seis vezes mais rico que seu bisavô havia sido em 1860[6]. Especialmente notável foi a velocidade com que a mão de obra britânica deixou a agricultura para trabalhar em outros setores (não só na manufatura, mas também em serviços). Já em 1850, pouco mais de um quinto da população economicamente ativa da Grã-Bretanha se dedicava à agricultura, em uma época em que o número estava mais próximo de 45%, até mesmo nos Países Baixos. Em 1880, menos de um em cada sete britânicos trabalhava na terra; em 1910, era um em cada 11[7]. Os números do crescimento agregado mascaram o caráter drástico dessa mudança. Embora tenha durado décadas, a Revolução Industrial foi extremamente localizada. Em Gloucestershire, por exemplo, foi quase invisível. Em Lancashire era impossível deixar de notá-la – ainda que imersa em neblina. As Terras Altas da Escócia permaneceram intocadas; foi por isso que os vitorianos aprenderam a amar aquilo que havia impressionado a geração do Dr. Johnson como apenas uma terra desolada e sombria. Glasgow, ao contrário, foi transformada pelo comércio e pela indústria na “segunda cidade” do Império Britânico, com suas chaminés exalando mais fumaça que as de Edimburgo, sua rival famosa pelo mal cheiro.

A Revolução Industrial já foi caracterizada como uma “onda de invenções”[8]. Certamente, foi a inovação tecnológica o que explicou grande parte do aumento decisivo na produtividade da terra, da mão de obra e do

capital (os chamados fatores de produção). O segundo e o terceiro desses fatores aumentaram em quantidade no século XIX,[9] mas foram as melhorias qualitativas que realmente importaram – o fato de que a produção total excedia os aumentos combinados de trabalhadores e tecelagens. Quanto à oferta, a Revolução Industrial foi uma busca por eficiência. Máquinas de fiar hidráulicas como a *spinning jenny*, de James Hargreaves (1766), a *water frame*, de Richard Arkwright (1769), a *mule*, de Samuel Crompton (1779), e a *self-acting mule*, de Richard Roberts (1830), bem como o tear mecânico de Edmund Cartwright (1787), foram maneiras de produzir mais fios ou tecidos por homem-hora. A *spinning jenny*, por exemplo, permitia que um único trabalhador fiasse algodão com oito carretéis ao mesmo tempo. Graças a essas inovações, o preço unitário das manufaturas britânicas de algodão caiu em aproximadamente 90% entre meados dos anos 1790 e 1830[10]. E isso também se aplicou a outros avanços essenciais na produção de ferro e na geração de energia a vapor. O alto-forno de James Neilson, patenteado em 1828, melhorou muitíssimo o processo de fundição inventado por Abraham Darby em 1709, alimentado por coque em vez de por carvão. A produção de ferro no forno de Darby em Coalbrookdale saltou de 81 toneladas por ano em 1709 para 4.632 em 1850. Igualmente, a máquina a vapor de Thomas Newcomen, de 1705, teve pouca utilidade prática; mas a inclusão de um condensador separado por James Watt foi uma melhoria significativa, e a versão de Richard Trevithick, de alta pressão, foi ainda melhor. A máquina de Newcomen queimava 22 quilos de carvão para produzir um único cavalo-vapor por hora. Uma máquina a vapor do fim do século XIX era capaz de produzir o mesmo com menos de 500 gramas de carvão[11]. Em 1870, as máquinas a vapor da Grã-Bretanha geravam, juntas, 4 milhões de cavalos-vapor, o equivalente ao trabalho de 40 milhões de homens. Alimentar uma mão de obra humana tão numerosa teria requerido três vezes toda a produção de trigo do país[12]. Em termos intelectuais, nada disso foi tão profundo quanto os grandes avanços científicos do século XVII, embora o fato de Boulton e Watt serem membros da Sociedade Lunar de Birmingham, que também contava com o químico pioneiro Joseph Priestley entre seus notáveis, demonstre que as

duas revoluções estiveram intimamente relacionadas[13]. Este foi, antes, um processo evolutivo de aperfeiçoamento, caracterizado pela acumulação de pequenas melhorias, às vezes implementadas por homens com educação científica mínima. O espírito da época havia descido de seu cavalo de batalha e agora era encontrado trabalhando na casa de fundição Soho, de Boulton & Watt. A inovação, personificada pelo austero Watt, e o empreendedorismo, personificado pelo entusiasmado Boulton: essa foi a parceria perfeita que esteve no cerne da Revolução Industrial.

"Aqui eu vendo, *Sir*", Boulton disse a James Boswell em 1776, "o que o mundo inteiro deseja ter: ENERGIA."[14] Mas para quê? A Revolução Industrial teria sido sem sentido se tivesse consistido unicamente de um grande aumento na quantidade de tecido, ferro e energia mecânica que podia ser produzida em um ano. Igualmente importante foi o rápido desenvolvimento e a propagação de uma sociedade de consumo que de fato queria mais dessas coisas[15]. Se a inovação tecnológica incentivou o lado da oferta, o lado da demanda da Revolução Industrial foi impulsionado pelo apetite aparentemente insaciável dos seres humanos por ter roupas. Nada contribuiu mais para estimular esse apetite que a importação em grande escala de tecido indiano pela Companhia das Índias Orientais, começando no século XVII. (As importações de porcelana chinesa tiveram um efeito similar sobre a demanda por utensílios de cerâmica.)[16] As donas de casa queriam essas coisas e adaptaram seu comportamento e seu orçamento de acordo com esse desejo[17]. Os empreendedores procuraram usar novas tecnologias para imitar os produtos importados e, assim, substituí-los[18].

O algodão foi, de fato, o rei do milagre econômico britânico. O setor têxtil representava cerca de um décimo da renda nacional, e a manufatura de algodão foi a que fez os progressos mais rápidos em eficiência. As fábricas de Manchester e as oficinas de Oldham se tornaram o ponto focal da transformação. O impressionante é que uma parte muito grande da produção de algodão britânica não era destinada ao consumo doméstico. Em meados dos anos 1780, as exportações de algodão correspondiam a apenas 6% do total das exportações britânicas. Em meados dos anos 1830, a proporção havia subido para 48%, em sua maior parte para a Europa

continental[19]. Os historiadores costumavam discutir sobre o que surgiu primeiro na Grã-Bretanha: a onda tecnológica ou a sociedade de consumo. No continente, não há dúvida. Os europeus adquiriram um gosto por roupas baratas industrializadas muito antes de aprender a produzi-las por conta própria.

Por que a Grã-Bretanha se industrializou primeiro? A sociedade de consumo não era significativamente mais avançada do que em outros Estados do noroeste europeu. O nível e a disseminação de conhecimento científico não eram notadamente superiores. Houvera avanços impressionantes em outros setores da economia britânica durante o século XVIII – por exemplo, agricultura, serviços bancários e comércio –, mas não é óbvio por que isso desencadearia um surto de investimento no aumento da produtividade do algodão, do ferro e da produção de energia a vapor. Insinuou-se que a explicação para a industrialização precoce da Grã-Bretanha deve residir no reino da política ou do direito. Afirma-se que o *common law*, por exemplo, encorajou a formação de corporações e ofereceu aos credores melhor proteção do que os sistemas continentais como aqueles que derivaram do código de direito civil de Napoleão[20]. As vantagens institucionais sem dúvida ajudaram a Grã-Bretanha a sair à frente de outros futuros impérios no século XVII e sobretudo no século XVIII, conforme vimos. Mas não está nem um pouco claro por que a doutrina da soberania do Parlamento ou a evolução do *common law* teria dado a Boulton e Watt incentivos mais contundentes do que tiveram seus pares desconhecidos no continente.

É possível que os impostos do século XVIII que incidiam sobre os calicos (tecidos grosseiros de algodão) indianos tenham dado alguma vantagem aos manufatureiros britânicos, assim como políticas protecionistas similares mais tarde nutririam as indústrias incipientes dos Estados Unidos, protegendo-as da competição britânica[21]. A doutrina da vantagem comparativa,[22] de David Ricardo, não foi o único motivo pelo qual as exportações de algodão na Grã-Bretanha dispararam na primeira metade do século XIX. À exceção desse aspecto, parece pouco convincente que as instituições políticas ou legais da Grã-Bretanha (ou, aliás, dos Estados

Unidos) fossem mais favoráveis ao desenvolvimento industrial do que as holandesas, as francesas ou as alemãs[23]. Aos olhos dos homens da época, a situação dos sistemas políticos e legais da Grã-Bretanha nas principais décadas de florescimento industrial eram tudo menos favoráveis a uma indústria desenvolvida. O polemista radical William Cobbett caracterizava como "a velha corrupção" o modo como o Parlamento, a Coroa e a Cidade interagiam. Em *Bleak House* (1852-3), Charles Dickens retratou o Tribunal da Equidade como um obstáculo, grotescamente ineficaz para solucionar disputas de propriedade, ao passo que em *Little Dorrit* (1855- -7) o alvo de sua sátira foi o "Departamento do Circunlóquio", uma repartição de governo dedicada a obstruir o progresso econômico. As sociedades anônimas continuaram ilegais até que a Lei da Bolha, de 1720, foi revogada em 1824, ao passo que as prisões para devedores, como a de Marshalsea – retratadas com riqueza de detalhes em *Little Dorrit* –, continuaram a funcionar até a aprovação da Lei da Bancarrota de 1869. Também vale lembrar que grande parte das leis aprovadas pelos parlamentos vitorianos com relação à indústria têxtil foi concebida para limitar a liberdade econômica dos proprietários de fábricas, notadamente no que concerne ao trabalho infantil.

A Grã-Bretanha diferia significativamente de outros países do noroeste da Europa em dois aspectos que tornam a Revolução Industrial compreensível. O primeiro era que o trabalho era claramente mais caro que no continente – ou, na verdade, que em qualquer lugar do qual temos registro. Na segunda metade do século XVIII, o salário real de um trabalhador parisiense (em prata, atualizado pela inflação) era pouco mais da metade do de um londrinense. O salário real em Milão era 26% do de Londres[24]. Os salários na China e no sul da Índia eram ainda mais baixos, e não só devido à produtividade superior do cultivo de arroz asiático em comparação com a produção de trigo europeia[25]. A segunda razão era que o carvão na Grã-Bretanha era abundante, acessível e, portanto, muito mais barato que do outro lado do canal da Mancha. Entre a década de 1820 e a de 1860, a produção anual das minas de carvão britânicas quadruplicou; o preço por tonelada caiu em 25%. Juntas, essas diferenças explicam por que os

empreendedores britânicos estavam muito mais motivados para buscar a inovação tecnológica do que seus pares continentais. Fazia mais sentido na Grã-Bretanha do que em qualquer outra parte substituir homens caros por máquinas alimentadas por carvão barato.

Assim como a Revolução Francesa, a Revolução Industrial britânica se espalhou pela Europa. Mas essa foi uma conquista pacífica[26]. Os grandes inovadores foram incapazes de proteger o que hoje seria chamado direito de propriedade intelectual. Com notável rapidez, portanto, a nova tecnologia foi copiada e reproduzida no continente e do outro lado do Atlântico. A primeira verdadeira tecelagem de algodão, a de Richard Arkwright em Cromford, Derbyshire, foi construída em 1771. Em sete anos, uma cópia apareceu na França. Levou apenas três anos para que os franceses copiassem a máquina a vapor de Watt, de 1775. Em 1784, havia versões alemãs de ambas, em grande medida graças à espionagem industrial. Os norte-americanos, que tinham a vantagem de ser capazes de cultivar seu próprio algodão, assim como extrair seu próprio carvão, foram um pouco mais lentos: a primeira tecelagem de algodão apareceu no rio Bass, Massachusetts, em 1788; a primeira máquina a vapor, em 1803[27]. Os belgas, os holandeses e os suíços não ficaram muito atrás. O padrão foi similar depois que as primeiras locomotivas a vapor começaram a transportar vagões nas ferrovias de Stockton e Darlington em 1825, embora essa inovação tenha levado apenas cinco anos para atravessar o Atlântico, em comparação com 12 anos para chegar à Alemanha e 22 para chegar à Suíça[28]. À medida que a tecnologia foi se tornando mais eficiente, passou a ser atraente em termos econômicos, mesmo onde a mão de obra era mais barata e o carvão, mais escasso. Entre 1820 e 1913, o número de carretéis no mundo cresceu quatro vezes mais rápido que a população mundial, mas a taxa de crescimento foi duas vezes mais rápida no Reino Unido. Os ganhos em produtividade – e o crescimento da demanda – foram tão grandes que a produção bruta da indústria mundial de algodão cresceu três vezes mais rápido que a quantidade total de carretéis[29]. Em consequência, entre 1820 e 1870 vários países do noroeste da Europa e da América do

Norte alcançaram as taxas de crescimento britânicas; de fato, a Bélgica e os Estados Unidos cresceram ainda mais rapidamente.

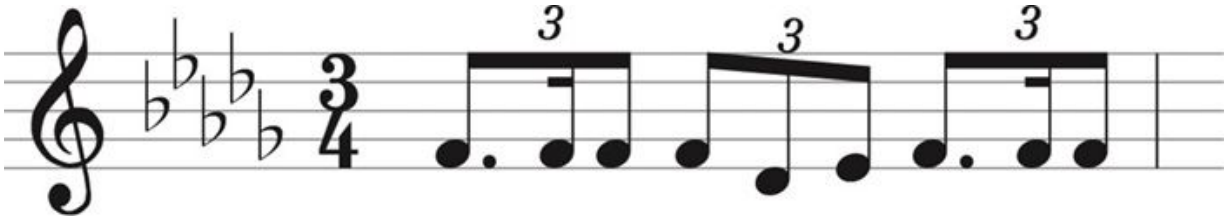
No fim do século XIX, portanto, a industrialização estava em plena atividade em duas faixas amplas: uma que se estendia pelo nordeste dos Estados Unidos, tendo como centro cidades como Lowell, no coração de Massachusetts, e outra que se estendia de Glasgow a Varsóvia e chegava até mesmo a Moscou. Em 1800, sete das dez maiores cidades do mundo continuavam sendo asiáticas, e Pequim ainda excedia Londres em tamanho. Em 1900, em grande parte como consequência da Revolução Industrial, só uma das dez maiores cidades era asiática; as demais eram europeias ou norte-americanas.

A propagação da cidade industrial em estilo britânico pelo mundo inspirou alguns observadores, mas consternou outros. Entre os inspirados estava Charles Darwin, que, conforme reconheceu em *A origem das espécies* (1859), estava "bem preparado para avaliar a luta pela existência" graças à experiência de ter vivido durante a Revolução Industrial. Grande parte da explicação de Darwin sobre a seleção natural poderia ter sido aplicada ao mundo econômico do negócio têxtil de meados do século XIX:

> Todos os seres orgânicos estão expostos à competição severa [...] Como são gerados mais indivíduos do que são capazes de sobreviver, deve haver, em todo caso, uma luta pela existência, seja uma luta individual com outro da mesma espécie, ou com os indivíduos de uma espécie distinta, ou com as condições físicas da vida. Cada ser orgânico [...] precisa lutar para sobreviver [...] Como a seleção natural atua unicamente acumulando variações mínimas, sucessivas e favoráveis, ela não pode produzir uma modificação grande ou repentina [...][30]

Assim, talvez fizesse mais sentido para os historiadores falar de uma *Evolução* Industrial, na acepção darwiniana da palavra. Conforme os economistas Thorstein Veblen e Joseph Schumpeter observariam mais tarde, o capitalismo do século XIX foi um autêntico sistema darwiniano, caracterizado por uma mutação aparentemente aleatória, especiação ocasional e sobrevivência diferencial ou, para usar o termo memorável de Schumpeter, "destruição criativa".[31]

Mas foi exatamente a volatilidade dos mercados mais ou menos desregulados criada pela Revolução Industrial que causou consternação entre muitos homens da época. Até os principais avanços em saúde pública descritos no capítulo anterior, as taxas de mortalidade nas cidades industriais eram notadamente piores que as do interior. Além disso, o advento de uma nova forma de "ciclo de negócio", que estava longe de ser regular, marcada por crises periódicas de superprodução industrial e pânico financeiro, quase sempre causou uma impressão mais forte nas pessoas do que a aceleração gradativa da taxa média de crescimento da economia. Embora, evidentemente, a Revolução Industrial tenha melhorado as condições de vida a longo prazo, a curto prazo parecia tornar as coisas piores. Uma das ilustrações de William Blake para seu prefácio a *Milton* continha, entre outras imagens sombrias, uma figura de pele negra segurando um pedaço de fio de algodão empapado de sangue.[32] Para o compositor Richard Wagner, Londres era "o sonho de Alberich tornado realidade – Nibelheim, domínio mundial, atividade, trabalho, em toda parte a sensação opressiva do vapor e da neblina". Imagens infernais da fábrica britânica inspiraram sua representação do reino subterrâneo do anão em *Das Rheingold* [O ouro do Reno], bem como um dos *leitmotivs* de todo o ciclo *O anel dos Nibelungos*, o ritmo insistente e estacado de vários martelos:




Apoiado na literatura e na filosofia alemã, o escritor escocês Thomas Carlyle foi o primeiro a identificar aquele que parecia o defeito fatal da economia industrial: que ela reduzia todas as relações sociais ao que ele chamou, em seu ensaio *Passado e presente*, de "o nexo do dinheiro":

> O mundo vem se alvoroçando, com espírito tão febril, para conseguir que cada vez mais trabalho seja feito que acaba não tendo tempo de pensar em dividir os salários; e simplesmente deixa que eles sejam disputados segundo a lei do mais forte, a lei da oferta e demanda, a lei do *laissez-faire*, e outras leis e des-leis sem propósito. Nós chamamos isso sociedade; e tratamos de professar abertamente a total separação, o total isolamento. Nossa vida não é ajuda mútua; em vez disso, mascarada sob leis de guerra, denominada "competição justa" e assim por diante, é hostilidade mútua. Em toda parte, esquecemos completamente que o *pagamento em dinheiro* não é a única forma de relação entre os seres humanos [...] Não é o único nexo de homem com homem – longe disso! Muito mais profundas que a da oferta e demanda são as leis e obrigações sagradas da própria vida humana[33].

Essa expressão – "o nexo do dinheiro" – agradou tanto o filho de um advogado judeu apóstata da Renânia que ele e seu coautor, o herdeiro de um proprietário de tecelagem de algodão em Wuppertal, se apropriaram dele para o insultante "manifesto" que publicaram às vésperas das revoluções de 1848.

Os fundadores do comunismo, Karl Marx e Friedrich Engels, foram apenas dois dos muitos críticos radicais da sociedade industrial, mas foram eles que conseguiram conceber o primeiro plano internamente coerente para uma ordem social alternativa. Como esse foi o começo de um cisma na civilização ocidental que duraria quase um século e meio, vale a pena fazer uma pausa para considerar as origens de sua teoria. Uma mistura da filosofia de Hegel, que representava o processo histórico como dialético, e da economia política de David Ricardo, que propôs retornos menores para o capital e uma lei "de ferro" de salários baixos, o marxismo tomou a revulsão de Carlyle contra a economia industrial e substituiu a nostalgia por uma utopia.

Marx era um indivíduo detestável, um desleixado que sempre viveu à custa dos outros e um polemista cruel. Ele gostava de se gabar de que sua esposa era a "*née* baronesa Von Westphalen", mas mesmo assim teve um filho ilegítimo com a criada. Na única ocasião em que se candidatou a um emprego (como caixa ferroviário), não foi aceito porque sua caligrafia era péssima. Tentou investir no mercado de ações, mas não tinha talento para isso. Durante a maior parte da vida, portanto, Marx dependeu da ajuda

financeira de Engels, para quem o socialismo era um passatempo, assim como a caça de raposas e as mulheres; seu trabalho diurno era administrar uma das fábricas de algodão do pai em Manchester (cujo produto patenteado era conhecido como o "fio diamante"). Nenhum homem na história cuspiu no prato que comeu com tanto gosto quanto Marx.

A essência do marxismo era a crença de que a economia industrial estava fadada a produzir uma sociedade intoleravelmente desigual, dividida entre a burguesia, ou os proprietários do capital, e o proletariado, destituído de propriedades. De maneira inexorável, o capitalismo demandava a concentração de capital em cada vez menos pessoas e a redução de todos os demais à escravidão assalariada, o que significava receber apenas "a quantidade dos meios de subsistência que é absolutamente necessária para manter o trabalhador apenas existindo como trabalhador". No capítulo 32 do primeiro tomo de *O capital* (1867), sua obra de difícil leitura, Marx profetizou o desfecho inevitável:

> Junto com a diminuição constante do número de magnatas capitalistas, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, cresce a massa de miséria, opressão, escravidão, degradação e exploração; mas com esta também cresce a revolta da classe trabalhadora [...]
> A centralização dos meios de produção e a socialização da mão de obra chegam a um ponto em que eles se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista, que se rompe. Soa o sino da propriedade privada capitalista. Os expropriadores são expropriados.

Não é por acaso que essa passagem tem um caráter wagneriano, parte *O crepúsculo dos deuses*, parte *Parsifal*. Mas, na época em que o livro foi publicado, o grande compositor havia deixado o espírito de 1848 muito para trás. Em vez disso, foi a canção de Eugène Pottier, "A internacional", que se tornou o hino do marxismo. Musicada por Pierre De Geyter, incitava as "massas servis" a deixar de lado suas "superstições" religiosas e fidelidades nacionais e guerrear contra os "ladrões" e seus cúmplices, os tiranos, os generais, os príncipes e similares.

Antes de entender por que eles estavam errados, precisamos identificar em que aspectos Marx e seus discípulos tinham razão. A desigualdade de

fato cresceu em consequência da Revolução Industrial. Entre 1780 e 1830, a produção por trabalhador no Reino Unido aumentou mais de 25%, mas os salários cresceram meros 5%. A proporção da receita nacional que ia para a camada superior da população cresceu de 25% em 1801 para 35% em 1848. Em Paris, em 1820, por volta de 9% da população foi classificada como "proprietários e *rentiers*" (que vivem de renda) e tinha 41% da riqueza registrada. Em 1911, sua parcela havia subido para 52%. Na Prússia, a proporção da renda que se concentrava nas mãos dos 5% mais ricos subiu de 21% em 1854 para 27% em 1896, e 43% em 1913[34]. Parece estar claro que as sociedades industriais ficaram mais desiguais no decurso do século XIX. Isso teve consequências previsíveis. Na epidemia de cólera que irrompeu em Hamburgo em 1892, por exemplo, a taxa de mortalidade para indivíduos com renda inferior a 800 marcos por ano era 13 vezes mais alta que a de indivíduos que ganhavam mais de 50 mil marcos por ano[35]. Não era necessário ser um marxista para ficar horrorizado com a desigualdade da sociedade industrial. O dono de fábrica galês Robert Owen, que cunhou o termo "socialismo" em 1817, vislumbrou um modelo econômico alternativo baseado na produção coletiva e em vilarejos utópicos como aqueles que fundou em Orbiston, na Escócia, e em Nova Harmonia, Indiana[36]. Até mesmo o esteta e intelectual irlandês Oscar Wilde reconheceu a base da miséria social sobre a qual se erguia o mundo refinado das belas-artes:

> Estes são os pobres; e entre eles não há modos graciosos, ou discursos fascinantes, ou civilização [...] De sua força coletiva, a humanidade ganha muito em prosperidade material. Mas é só o resultado material que ela obtém, e o homem que é pobre não tem importância alguma. Ele é meramente o átomo infinitesimal de uma força que, longe de respeitá-lo, o oprime: de fato, prefere que ele esteja oprimido, pois assim ele é muito mais obediente [...] Agitadores são pessoas que interferem, que se intrometem, que se opõem a uma classe perfeitamente satisfeita da comunidade, e espalham as sementes dos descontentes entre ela. Esta é a razão pela qual os agitadores são tão absolutamente necessários. Sem eles, em nosso estado incompleto, não haveria avanços rumo à civilização [...] [Mas] o fato é que essa civilização requer escravos. Nisso, os gregos estavam certos. A não ser que existam escravos para fazer o trabalho feio, horrível, desinteressante, a cultura e a contemplação se tornam quase impossíveis. A escravidão humana é errada, insegura e

> desmoralizante. Da escravidão mecânica, da escravidão da máquina, depende o futuro do mundo[37].

Mas a revolução temida por Wilde e ansiosamente prevista por Marx nunca se materializou – pelo menos, não onde se esperava. Os tumultos de 1830 e 1848 foram consequência de aumentos súbitos no preço dos alimentos e crises financeiras, mais que de polarização social[38]. Com a melhoria da produtividade agrícola, o crescimento do emprego no setor industrial e a redução da amplitude do ciclo de negócio, o risco de revolução na Europa diminuiu. Em vez de se unir em uma massa empobrecida, o proletariado se subdividiu em "aristocracias trabalhistas" com habilidades e em um lumpemproletariado com vícios. Os primeiros favoreceram greves e negociação coletiva em vez de revolução e, desse modo, asseguraram salários reais mais altos. Os últimos preferiram o gim. A classe trabalhadora respeitável tinha seus sindicatos e clubes de trabalhadores[39]. Os briguentos – "*keelies*" em Glasgow – tinham o café-concerto e as brigas de rua.

De todo modo, estranhamente, as propostas do *Manifesto comunista* não atraíram os trabalhadores industriais a quem se dirigiam. Marx e Engels reivindicavam a abolição da propriedade privada; a abolição da herança; a centralização do crédito e das comunicações; a propriedade estatal de todas as fábricas e meios de produção; a criação de "exércitos industriais para a agricultura"; a abolição da distinção entre cidade e campo; a abolição da família; uma "comunidade de mulheres" (troca de esposas) e a abolição de todas as nacionalidades. Já os liberais de meados do século XIX queriam um governo constitucional, a liberdade de expressão, de imprensa e de associação, uma representação política mais ampla por meio da reforma eleitoral, o livre comércio e, onde não existia, a autodeterminação nacional ("autogoverno"). Meio século após as revoltas de 1848, eles conseguiram uma boa parte dessas coisas – o suficiente, de todo modo, para fazer com que as soluções desesperadas de Marx e Engels parecessem dispensáveis. Em 1850, só a França, a Grécia e a Suíça tinham colônias em que mais de um quinto da população votava. Em 1900, essa era a realidade em dez

países europeus, e a Grã-Bretanha e a Suécia não ficavam muito atrás. A representação mais ampla levou a uma legislação que beneficiava os grupos de baixa renda; o livre comércio na Grã-Bretanha significou pão barato, e isso, combinado com o aumento nos salários reais graças às pressões dos sindicatos, se traduziu em um ganho real significativo para os trabalhadores. Em Londres, o salário diário dos trabalhadores da construção dobrou em termos reais entre 1848 e 1813. A representação mais ampla também levou a uma tributação progressiva. A Grã-Bretanha saiu na frente em 1842, quando *Sir* Robert Peel introduziu um imposto de renda em tempos de guerra; em 1913, o índice padrão era de 14 centavos de libra (6%). Antes de 1842, praticamente toda a receita britânica vinha da tributação indireta do consumo, por meio de taxas alfandegárias e impostos especiais, e os impostos regressivos significavam que, quanto mais rico fosse um indivíduo, menor o percentual de imposto sobre a renda que ele era obrigado a pagar. Em 1913, um terço da renda vinha de impostos diretos sobre os relativamente mais ricos. Em 1842, o governo central gastou praticamente zero em educação e em artes e ciências. Em 1913, esses itens respondiam por 10% dos gastos. Na época, a Grã-Bretanha havia seguido o exemplo da Alemanha ao implementar uma pensão estatal para os idosos.

Marx e Engels, portanto, estavam equivocados em dois pontos. Primeiro, sua lei de ferro dos salários não fazia sentido. A riqueza, de fato, tornou-se extremamente concentrada no sistema capitalista e essa tendência se manteve até meados do século XX. Mas as diferenças de renda começaram a diminuir à medida que os salários reais subiam e a tributação se tornava menos regressiva. Os capitalistas entenderam o que Marx havia ignorado: que os trabalhadores também eram consumidores. Portanto, não fazia sentido tentar reduzir seus salários aos níveis de subsistência. Ao contrário, como o caso dos Estados Unidos tornava cada vez mais claro, não havia maior potencial de mercado para a maioria das empresas capitalistas do que seus próprios funcionários. Longe de condenar as massas à “miséria”, a mecanização da produção têxtil criou cada vez mais oportunidades de emprego para os trabalhadores ocidentais – embora à custa de fiadeiros e tecelões indianos –, e a queda no preço do algodão e de outros produtos

significou que os trabalhadores ocidentais podiam comprar mais com seus salários semanais. O impacto se faz mais notório na diferença gritante entre os salários e os padrões de vida ocidentais e não ocidentais durante o período. Mesmo no Ocidente, a distância entre a vanguarda industrializada e os retardatários rurais aumentou drasticamente. Em Londres, no início do século XVII, o salário real de um trabalhador não qualificado (isto é, com relação ao custo de vida) não era tão diferente do que seu par ganhava em Milão. Da década de 1750 até a de 1850, no entanto, os londrinenses estavam muito à frente dos demais. No pico da grande divergência na Europa, os salários reais de Londres eram seis vezes os de Milão. Com a industrialização do norte da Itália na segunda metade do século XIX, essa distância começou a diminuir, e às vésperas da Primeira Guerra Mundial estava mais próxima de uma proporção de 3 para 1. Os trabalhadores alemães e holandeses também se beneficiaram da industrialização, embora mesmo em 1913 eles continuassem atrás dos ingleses[40]. Os trabalhadores chineses, ao contrário, não conseguiram acompanhá-los. Onde os salários eram mais altos, em grandes cidades como Pequim e Cantão, os trabalhadores da construção recebiam o equivalente a mais ou menos três gramas de prata por dia, sem nenhum movimento ascendente no século XVIII e apenas uma pequena melhora no século XIX e início do século XX (para cerca de cinco-seis gramas). Houve alguma melhora para os trabalhadores em Cantão após 1900, mas foi mínima; os trabalhadores em Sichuan continuaram miseráveis. Já em Londres os trabalhadores viram seu salário equivalente em prata subir de 18 gramas entre 1800 e 1870 para 70 gramas entre 1900 e 1913. Cobrindo o custo de manter uma família, o padrão de vida médio de um trabalhador chinês caiu durante o século XIX, de maneira mais acentuada durante a Rebelião Taiping (ver Capítulo 6). É verdade que a subsistência era mais barata na China que no noroeste da Europa. Também devemos lembrar que, na época, os londrinos e os berlinenses desfrutavam de uma dieta muito mais variada de pão, produtos lácteos e carne, acompanhados de muito álcool, ao passo que a maioria dos habitantes do Leste Asiático subsistia à base de arroz branqueado e pequenos grãos. Entretanto, parece claro que, na segunda década do século

XX, a diferença no padrão de vida dos habitantes de Londres e de Pequim ficava em torno de 6 para 1, em comparação com 2 para 1 no século XVIII[41].

O segundo erro que Marx e Engels cometeram foi subestimar o caráter adaptativo do Estado novecentista – em particular quando este foi capaz de se legitimar como um *Estado-nação.*

Em sua *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*, Marx, como se sabe, chamou a religião de "o ópio do povo". Sendo assim, o nacionalismo era a cocaína das classes médias. Em 17 de março de 1846, o teatro La Fenice, de Veneza, foi o palco para a estreia de uma nova ópera do já celebrado compositor italiano Giuseppe Verdi. Tecnicamente, Verdi era de nacionalidade francesa: ele fora formalmente registrado como "Joseph Fortunin François Verdi" porque o povoado onde nasceu estava então sob domínio napoleônico, havendo sido anexado à França com o restante do ducado de Parma e Piacenza. Veneza também havia sido conquistada pelos franceses, mas foi entregue à Áustria em 1814. A impopularidade do exército e da burocracia dos Habsburgo explica o áspero entusiasmo com que o público predominantemente italiano reagiu a estas palavras:

> Tardo per gli anni, e tremulo,
> È il regnator d'Oriente;
> Siede un imbelle giovine
> Sul trono d'Occidente;
> Tutto sarà disperso
> Quand'io mi unisca a te . . .
> *Avrai tu l'universo,*
> *Resti l'Italia a me.*
> (Idoso e débil/ É o governador do Oriente;/ Um jovem imbecil ocupa o trono do Ocidente;/ Tudo estará disperso/ Se eu me unir a ti [...]/ *Leva teu universo/ Mas deixa a Itália para mim.*)

Declamadas a Átila pelo enviado romano Ezio após a pilhagem de Roma, essas palavras são um apelo parcamente velado ao sentimento nacionalista. Elas ilustram perfeitamente o que o nacionalismo tinha que o socialismo não tinha: estilo.

O nacionalismo, é claro, também tinha seus manifestos. Outro Giuseppe – Mazzini – foi talvez a coisa mais parecida com um teórico que o nacionalismo já produziu. Conforme ele observou em 1852, de maneira muito sagaz, a Revolução havia "assumido duas formas; a questão que todos concordaram em denominar social, e a questão das nacionalidades". Os nacionalistas italianos do Risorgimento:

> Lutavam [...], assim como a Polônia, a Alemanha e a Hungria, por território e liberdade; por um mundo inscrito em um estandarte, proclamando ao mundo que eles também vivem, pensam, amam e trabalham para o benefício de todos. Eles falam a mesma língua, carregam a marca da consanguinidade, ajoelham-se ao lado dos mesmos túmulos, enaltecem as mesmas tradições; e demandam se associar livremente, sem obstáculos, sem dominação estrangeira [...][42]

Para Mazzini, era simples: "O mapa da Europa deve ser redesenhado". No futuro, segundo argumentou, seria reorganizado em 11 Estados-nação. Isso, no entanto, era muito mais fácil na teoria do que na prática, motivo pelo qual ele preferia que os modos de nacionalismo fossem artísticos ou atléticos em vez de programáticos. O nacionalismo funcionava melhor na poesia demótica de escritores como o grego Rigas Feraios ( Καλλιο΄ναι μίας ὥρας ελεύθερη ζωή παρά σαράντα χρόνια σκλαβιά και φυλακή – "É melhor ter uma hora como um homem livre do que 40 anos de escravidão e prisão"), ou nas canções comoventes das fraternidades estudantis ("*Fest steht und treu die Wacht am Rhein*" – "A guarda no Reno permanece firme e leal"), ou até mesmo nos campos esportivos, onde a Escócia enfrentou a Inglaterra no dia de St. Andrew, em 1872, na primeira partida de futebol internacional do mundo (resultado: zero a zero). Era mais problemático quando as fronteiras políticas, linguísticas e religiosas não coincidiam – o caso mais evidente foi o fatídico triângulo de território entre o Báltico, os Bálcãs e o mar Negro. Entre 1830 e 1905, oito novos Estados conquistaram a independência ou a unidade: a Grécia (1830), a Bélgica (1830-9), a Romênia (1856), a Itália (1859-71), a Alemanha (1864-71), a Bulgária (1878), a Sérvia (1867-78) e a Noruega (1905). Mas os sul-americanos fracassaram em sua tentativa de formar um Estado, assim como os armênios, os croatas, os tchecos, os irlandeses, os poloneses, os eslovacos, os eslovenos e os ucranianos. Os

húngaros se contentaram com o papel de parceiros menores nos impérios que ajudaram a administrar, e o mesmo vale para os escoceses. Quanto a povos tão distintos em termos étnicos e linguísticos quanto os romanis, os sindis, os cassubianos, os sorábios, os wendos, os valacos, os székelys, os cárpato-rutenos e os ladinos, ninguém os via muito seriamente como capazes de autonomia política.

O sucesso ou o fracasso do jogo de construção nacional esteve associado, em última instância, com a *Realpolitik*. Convinha a Camillo Benso, conte di Cavour, transformar o restante da Itália em um apêndice colonial da Sardenha-Piemonte, e também convinha a Otto Eduard Leopold von Bismarck, conde de Bismarck-Schönhausen, preservar os privilégios da monarquia prussiana convertendo-a na instituição mais poderosa em um *Reich* alemão federal. “Eu nunca duvidei”, escreveu Bismarck em suas *Reminiscências*,

> que a essência da política alemã era estar baseada em príncipes e dinastias, e não em publicistas, quer fosse no Parlamento e na imprensa, quer fosse nas barricadas [...] O nó górdio da situação alemã [...] só poderia ser desfeito pela espada: sendo assim, o rei da Prússia, consciente ou não, e com ele o exército prussiano devem ser conquistados para a causa nacional, quer se considere como principal objetivo a hegemonia da Prússia, do ponto de vista “borusso”, ou a unificação da Alemanha, do ponto de vista nacional: ambas as metas coexistem [...] As dinastias sempre foram mais fortes do que a imprensa e o Parlamento [...] para que o patriotismo alemão seja ativo e eficaz, precisa de um governo que se apoie em uma dinastia [...] É como prussiano, hanoveriano, württembergeriano, bavariano ou hessiano, e não como alemão, que [o alemão] está disposto a dar prova inequívoca de patriotismo[43].

A transformação do *Bund* alemão de 39 estados, dominados pela Áustria, em um *Reich* de 25 estados, dominados pela Prússia, foi uma manobra inteligente de Bismarck. O que aconteceu quando a Prússia derrotou a Áustria e os outros membros da Confederação Germânica em 1866 deve ser entendido não como uma guerra de unificação, e sim como uma vitória do Norte sobre o Sul na guerra civil alemã, pelo simples motivo de que muitos falantes de alemão ficaram excluídos da nova Alemanha. Mas a vitória de Bismarck só se completou quando ele conseguiu se esquivar de seus oponentes liberais em casa, primeiro implementando o sufrágio universal, o

que lhes custou assentos na nova dieta imperial (o *Reichstag*), e então dividindo-os com relação ao livre-comércio em 1878. O preço foi dar aos alemães do sul duas importantes posições de bloqueio: o papel fundamental do Partido do Centro Católico no *Reichstag* e o veto combinado dos estados do Sul da Alemanha na câmara alta (*Bundesrat*).

*Se vogliamo che tutto rimanga come è, bisogna che tutto cambi* – "se queremos que tudo permaneça como está, tudo deve mudar". A famosa frase do romance histórico de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, *O leopardo* (1958), é muitas vezes citada para resumir o caráter veladamente conservador da unificação italiana. Mas os novos Estados-nação não se resumiam a apenas preservar os privilégios das preocupadas elites proprietárias de terra da Europa. Entidades como a Itália ou a Alemanha, compostas de vários pequenos estados, ofereciam a todos os seus cidadãos uma série de benefícios: economia de escala, externalidade de rede, custos de transação reduzidos e a provisão mais eficiente de bens públicos essenciais, como lei e segurança, infraestrutura e saúde. Os novos Estados podiam tornar as grandes cidades industriais da Europa, os criadouros de cólera e revolução, finalmente seguros. Erradicação de favelas, bulevares largos demais para entrincheirar, igrejas maiores, parques frondosos, estádios esportivos e, acima de tudo, mais policiais – todas essas coisas transformaram as capitais da Europa, sobretudo Paris, que o barão Georges Haussmann remodelou completamente para Napoleão III. Todos os novos Estados tinham aparência imponente; nem mesmo a Áustria, derrotada, tardou muito em se reinventar como uma Áustria-Hungria "imperial-real", com sua identidade arquitetônica edificada em torno do *Ringstrasse* (anel viário) de Viena[44]. Mas por trás das aparências havia conteúdo real. Escolas foram construídas para martelar línguas nacionais padronizadas na cabeça dos jovens. Quartéis foram erguidos, a fim de treinar os estudantes que concluíram o ensino médio para defenderem a pátria. E ferrovias foram construídas em lugares onde sua lucratividade parecia duvidosa, para transportar as tropas até a fronteira, caso houvesse necessidade. Os camponeses se tornaram cidadãos franceses – ou alemães, ou italianos, ou sérvios, dependendo de onde nasceram.

O paradoxo é que essa época de nacionalismo coincidiu com uma padronização constante dos modos de vestir. Os uniformes militares, é claro, continuaram sendo distintos de um país para outro, de modo que, no calor da batalha, um *poilu* pudesse ser distinguido de um *boche* ou de um *rosbif*, mesmo quanto à silhueta. Mas as inovações militares do século XIX – que melhoraram muitíssimo a precisão e o poder da artilharia, além de introduzir a pólvora química, que quase não produzia fumaça – necessitavam se afastar dos casacos de cores vivas dos séculos XVIII e XIX e adotar uniformes totalmente apagados. Os britânicos adotaram o cáqui após a Guerra Anglo-Zulu de 1879, um exemplo mais tarde seguido pelos norte-americanos e pelos japoneses. Os russos também escolheram cáqui, mas de um tom mais acinzentado, em 1908. Os italianos optaram por um verde acinzentado; os alemães e os austríacos, por cinza-esverdeado e cinza-azulado, respectivamente. Além disso, à medida que os exércitos aumentaram de tamanho, a economia ditou a simplificação. O visual da batalha se tornou mais monótono.

Os homens civis também renunciaram ao dandismo de gerações anteriores. O próprio terno, tal como havia sido concebido por Beau Brummell na era da Regência, era uma simplificação com relação à moda do século XVIII. A tendência, a partir daí, apontava inexoravelmente para a sobriedade burguesa. O fraque com um único botão, que lembrava um pinguim, hoje em dia visto só em casamentos pretensiosos, substituiu a casaca de Brummell e o casaco de gola alta e com duas fileiras de botões, o preferido do príncipe Albert. Os coletes foram da seda colorida chinesa à lã negra ou cinza. As calças curtas deram lugar às calças compridas, e as meias longas desapareceram de vista, para ser substituídas por monótonas meias negras. As camisas eram uniformemente brancas. Os colarinhos pareceram encolher até que tudo o que restou foi um par de abas celuloide, envolto em uma gravata que era invariavelmente preta. Os chapéus também diminuíram, até que só restou o chapéu-coco. Era como se uma sociedade inteira estivesse indo a um velório.

É claro que os trajes femininos do período vitoriano eram muito mais variados e complexos. E havia um tipo diferente de uniformidade entre o

proletariado de macacão e os pobres de calças esfarrapadas. No entanto, a padronização do vestido no período vitoriano – que se espalhou por toda a Europa e muito além da costa oriental dos Estados Unidos – continua sendo uma realidade e um enigma, numa época em que o nacionalismo estava em ascensão. “A internacional” existia, ao que parece, só no nível do código de vestimentas burguês. A explicação, como se pode esperar da época industrial, era mecânica.

A máquina de costura Singer surgiu em 1850, quando Isaac Merritt Singer se mudou para Boston, Massachusetts, e percebeu o que havia de errado com a máquina que eles estavam fazendo na oficina de Orson C. Phelps. A agulha tinha de ser reta, e não curva. A lançadeira precisava ser transversal. E a coisa toda precisava ser operada por um pedal, e não manualmente. Assim como Marx, Singer não foi um homem bom. Ele teve, ao todo, um total de 24 filhos e cinco mulheres diferentes, uma das quais entrou com uma ação contra ele por bigamia, obrigando-o a fugir dos Estados Unidos. Assim como Marx – e como um número desproporcional de empreendedores dos séculos XIX e XX, sobretudo no negócio de vestuário e cosméticos[45] –, Singer era de origem judaica. E, assim como Marx, ele mudou o mundo – mas, ao contrário de Marx, para melhor.

A I. M. Singer & Company, posteriormente Singer Manufacturing Company, concluiu o processo de produção mecanizada de roupas que James Hargreaves havia iniciado menos de um século antes. Agora, até mesmo a junção de partes podia ser feita à máquina. O caráter revolucionário desse avanço passa facilmente despercebido por uma geração que nunca costurou nada além de um par de botões. Singer, evidentemente, foi um homem que amava as mulheres; algum homem fez mais por elas do que ele? Graças a Singer, as horas de esforço meticuloso que antes eram necessárias para coser a bainha de uma saia se tornavam meros minutos – e então segundos. A história da máquina de costura Singer ilustra o caráter evolutivo da Revolução Industrial, já que um ganho em eficiência abria caminho para outro. Após o avanço inicial, houve uma mutação incessante: o modelo Turtleback (1856) foi seguido pelo Grasshopper (1858), pelo New Family (1865) e pelo elétrico 99K (1880).

Em 1900, havia 40 modelos diferentes em produção. Em 1929, esse número havia aumentado para 3 mil.

Poucas invenções novecentistas viajaram mais rápido que esta. De sua sede em Nova York no número 458 (mais tarde 149) da Broadway, a Singer se espalhou com velocidade impressionante, tornando-se uma das primeiras marcas verdadeiramente mundiais, com fábricas no Brasil, no Canadá, na Alemanha, na Rússia e na Escócia; em seu auge, a fábrica Kilbowie, em Clydebank, cobria quase cem mil metros quadrados e empregava 12 mil pessoas. Em 1904, as vendas globais já superavam 1,3 milhão de máquinas por ano. Em 1914, esse número havia mais que dobrado. O logo da marca – o "S" envolto em uma costureira – era onipresente, para ser visto inclusive (segundo os redatores de publicidade da empresa) no cume do Everest. Em uma rara concessão à modernidade, Mahatma Gandhi reconheceu que era "uma das poucas coisas úteis já inventadas" – um elogio vindo do homem que desdenhava até mesmo a medicina moderna[46].

A Singer exemplificava a vantagem norte-americana. Não só os Estados Unidos continuavam atraindo empreendedores natos de todo o mundo, como agora havia quantidade suficiente deles para constituir um mercado interno verdadeiramente sem precedentes. Entre 1870 e 1913, os Estados Unidos superaram o Reino Unido. Em 1820, o Reino Unido tinha duas vezes mais habitantes que os Estados Unidos. Em 1913, era o contrário. Entre 1870 e 1913, a taxa de crescimento da população norte-americana foi 80% maior[47]. Já em 1900, os Estados Unidos eram responsáveis por uma parcela maior da produção manufatureira mundial: 24%, contra 18% na Grã-Bretanha[48]. Em 1913, até mesmo em termos *per capita* os Estados Unidos eram a maior economia industrial do mundo[49]. Talvez o fator mais importante tenha sido o fato de a produtividade norte-americana estar pronta para superar a britânica (embora não o tenha feito até os anos 1920)[50]. E, assim como no caso da industrialização britânica, o algodão e os produtos têxteis eram os pivôs da "época de ouro" dos Estados Unidos. Nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial, o algodão cru do sul ainda representava 25% das exportações do país[51]. A maioria das roupas norte-americanas, no entanto, era produzida para consumo doméstico. Na

Grã-Bretanha, as exportações líquidas de produtos de algodão em 1910 somaram 453 milhões de dólares; as dos Estados Unidos, apenas 8,5 milhões de dólares. Mas, talvez, a estatística mais surpreendente de todas é que, naquela época, o segundo maior exportador de produtos de algodão era um país não ocidental – o primeiro membro do Resto a encontrar uma forma de competir com o Ocidente. Esse país era o Japão[52].

### *Tornando-se ocidental*

Em 1910, o mundo estava economicamente integrado de uma forma jamais vista. Os diferentes laços que o conectavam – ferrovias, rotas de navios a vapor e linhas de telégrafos – foram quase todos inventados pelo Ocidente e pertencentes ao Ocidente. O Ocidente encolheu o mundo. Se todas as ferrovias dos Estados Unidos tivessem sido enfileiradas, o comprimento teria sido 13 vezes a circunferência da Terra. Um homem podia viajar de Versalhes a Vladivostok de trem. E as melhorias contínuas nos navios a vapor – propulsão por hélice, cascos de ferro, motores compostos e condensadores de superfície – tornaram a travessia oceânica mais rápida e mais barata que a terrestre. A tonelagem bruta do *Mauretania* (1907) era 46 vezes a do *Sirius* (1838), mas a potência de seus motores era 219 vezes maior, de modo que era três vezes mais rápido e atravessava o Atlântico com uma carga muito maior, levando nove dias e meio em vez de 16[53]. Os custos de frete marítimo caíram em mais de um terço entre 1870 e 1910. Custava oito xelins enviar uma tonelada de produtos de algodão por ferrovia de Manchester a Liverpool, a apenas 50 quilômetros de distância, mas apenas 30 xelins para enviar os mesmos produtos para Bombaim, 11.650 quilômetros mais longe. O custo do transporte marítimo de roupas equivalia a menos de 1% do custo dos produtos. A abertura do canal de Suez (1869) e do canal do Panamá (1914) encolheu o mundo ainda mais, o primeiro encurtando a rota Londres-Bombaim em mais de dois quintos, o segundo reduzindo em um terço o custo do transporte do Oriente à costa ocidental dos Estados Unidos[54]. No fim da década de 1860, graças à introdução do revestimento de guta-percha, tornou-se possível instalar

cabos submarinos e enviar telegramas de Londres a Bombaim ou a Halifax[55]. A notícia da Revolta dos Sipaios, na Índia, levou 46 dias para chegar a Londres em 1857, viajando a uma velocidade efetiva de seis quilômetros por hora. As notícias do enorme terremoto de Nobi no Japão, em 1891, levaram um único dia, viajando a 395 quilômetros por hora, 65 vezes mais rápido[56].

A mão de obra fluía entre fronteiras como em nenhum momento anterior. Entre 1840 e 1940, cerca de 58 milhões de europeus migraram para as Américas, 51 milhões de russos para a Sibéria, para a Ásia Central e para a Manchúria, e 52 milhões de indianos e chineses para o sudeste da Ásia, para a Australásia ou para a costa do oceano Índico[57]. Por volta de 2,5 milhões de migrantes do Sul e do Leste da Ásia também viajaram para as Américas. Em 1910, um em cada sete da população norte-americana era estrangeiro, um recorde que ainda está por ser quebrado[58]. O capital também fluía pelo globo. A Grã-Bretanha era o banqueiro mundial, exportando quantidades prodigiosas de capital ao restante do mundo; talvez os homens da época devessem ter valorizado o "excesso de poupança" inglês em vez de se queixar do imperialismo. No auge dos *booms* de investimento ultramarino – 1872, 1887 e 1913 –, o superávit de contas correntes da Grã-Bretanha excedeu 7% do PIB[59]. As empresas britânicas estavam prontas para exportar não só algodão, como também o maquinário para manufaturar algodão e o capital necessário para comprá-lo.

Mas talvez a expressão mais notável dessa primeira globalização tenha sido a indumentária. Com extraordinária velocidade, um modo de se vestir que era marcadamente ocidental se espalhou para o restante do mundo, consignando a vestimenta tradicional ao baú de disfarces da história. Certamente, essa não foi a intenção manifesta da Singer Manufacturing Company. Para a Feira Mundial "Grã-Colombiana" de 1892, em Chicago – o 400o aniversário da descoberta do Novo Mundo –, Singer encomendou uma série de 36 cartões comerciais chamados "Trajes do Mundo", que representavam pessoas de todas as cores, todas elas usando roupas tradicionais, felizes por usar máquinas Singer. De um avental húngaro a um quimono japonês,[60] qualquer tipo de traje podia se beneficiar de ser

costurado no devido tempo sob o característico *metal arm* de uma Singer. Tanto os bósnios quanto os birmaneses foram beneficiários da engenhosidade de Isaac Merritt; todos, de fato, da Argélia à Zuzulândia. Não é de admirar que uma Singer tenha se tornado o presente escolhido para potentados estrangeiros como o rei do Sião, dom Pedro II do Brasil e o imperador japonês Hirohito. Mas aqui a história toma outro rumo. Longe de usar suas máquinas Singer para confeccionar roupas tradicionais, os presenteados, agradecidos, as usaram para um propósito completamente diferente – isto é, para copiar e usar roupas ocidentais. As principais foram, para os homens, a sobrecasaca, a camisa branca de colarinho gomado, o chapéu de feltro e a bota de couro; e, para as mulheres, o espartilho, a anágua e o vestido na altura do tornozelo.

Em 1921, dois herdeiros reais e imperiais – o príncipe Hirohito, do Japão, futuro imperador Shōwa, e Eduardo, príncipe de Gales, o futuro Eduardo VIII – posaram lado a lado para um fotógrafo. O trono que eles estavam prestes a herdar quase não podia ser geograficamente mais distante. Mas ali estavam ambos, na escadaria da Henry Poole & Co., a alfaiataria da Savile Row,[61] vestidos de maneira mais ou menos idêntica. O príncipe japonês estava em Londres em uma viagem de compras pré-nupcial. Um representante da Henry Poole já havia velejado até Gibraltar para tomar suas medidas, que foram então telegrafadas a Londres. O livro contábil da Henry Poole para o ano em questão mostra o enorme pedido feito em nome de Hirohito: uniformes militares, coletes bordados, meias-casacas, fraques. Em uma típica linha na lista, lemos: “um terno elegante de cashmere, um terno de tecido azul, e um terno de flanela listrada”[62]. Hirohito estava longe de ser o único dignitário estrangeiro no mercado para um terno inglês confeccionado com perfeição. Preservados no porão da Henry Poole há milhares de moldes de ternos para clientes que iam do último imperador da Etiópia, Haile Selassie, ao último czar da Rússia, Nicolau II. O cliente mais fiel de Poole era Jitendra Narayan, marajá de Cooch Behar, que, no decorrer de sua vida, comprou mais de mil de tais ternos. Em todos os casos, o objetivo era o mesmo: estar tão bem-vestido quanto um perfeito *gentleman* inglês – e esse seria o fim dos “trajes do mundo”. É revelador que a palavra

japonesa para terno seja *sebiro:* “Savile Row”, a famosa rua de Londres onde até hoje se concentram as principais alfaiatarias. Mesmo hoje, os ternos mais elegantes em Tóquio têm *design* inglês, daí a popularidade da marca Eikokuya, que significa literalmente “loja inglesa”. Anglófilos exigentes em Ginza, o West End de Tóquio, ainda procuram a Ichibankan, fundada por um alfaiate que aprendeu seu ofício na Savile Row.

A revolução japonesa em vestuário data dos anos 1870. Em nome da *bunmei kaika* (“civilização e iluminismo”) e do *fukoku-kyōhei* (“país rico, exército forte”), a elite imperial da era Meiji havia trocado seus quimonos e suas vestes de samurai por réplicas de vestidos e ternos europeus. A inspiração para essas mudanças veio de uma viagem de dois anos de uma delegação liderada pelo ministro Iwakura Tomomi aos Estados Unidos e à Europa. Durante a viagem, o ministro precisou reconhecer que, após séculos de isolamento voluntário, “em muitos aspectos nossa civilização é inferior à deles”[63]. Desde 1853-4, quando a economia do Japão fora obrigatoriamente reaberta ao comércio pelos ameaçadores “navios negros” do comodoro norte-americano Matthew C. Perry, os japoneses haviam se esforçado para compreender o que tornava o Ocidente tão mais rico e mais poderoso do que o Resto. Viajar pelo Ocidente – uma prática tão comum que inspirou um *sugoroku* (jogo de tabuleiro) – só levantou mais perguntas. Qual era seu sistema político? Suas instituições educacionais? Sua cultura? Ou o modo como se vestiam? Na dúvida, os japoneses decidiram não fazer escolhas. Eles copiaram tudo. Da Constituição de 1889 em estilo prussiano à adoção do padrão-ouro britânico em 1897, as instituições japonesas foram remodeladas segundo modelos ocidentais. O Exército treinava como alemães; a Marinha velejava como britânicos. Um sistema norte-americano de escolas de ensino fundamental e médio também foi implementado. Os japoneses começaram até mesmo a comer carne, até então um tabu, e alguns reformadores chegaram a ponto de propor abandonar o idioma japonês e adotar o inglês.

A mudança mais visível, no entanto, foi a aparência dos japoneses. Começou em 1870, com uma proibição formal sobre o escurecimento dos dentes e a raspagem de sobrancelhas na corte. Por volta da mesma época, os

ministros começaram a cortar o cabelo no estilo ocidental. Um decreto imperial de 1871 ordenou que os altos oficiais trajassem *yōfuku*, a sobrecasaca europeia vestida sobre uma camisa branca de colarinho alto; em 1887, essa era a vestimenta padrão para todos os funcionários públicos[64]. Um ano mais tarde, por recomendação de seus conselheiros reformistas, o até então recluso imperador Meiji apareceu pela primeira vez em público, vestindo (de acordo com o embaixador austríaco) "um peculiar uniforme europeu, metade marinheiro e metade embaixador!" – uma casaca com uma porção de enfeites de ouro[65]. As Forças Armadas também tiveram de usar uniformes europeus. O traje do novo marinheiro se baseava no da Marinha Real, ao passo que o do Exército foi inicialmente inspirado no dos franceses, embora mais tarde tenha aderido ao estilo prussiano[66]. As mulheres da elite japonesa também começaram a usar vestidos ocidentais em 1884, quando passaram a receber convidados estrangeiros no recém-construído Rokumeikan,[67] embora o quimono continuasse sendo usado na vida privada. Até mesmo as roupas das crianças foram ocidentalizadas, com a adoção dos uniformes em estilo prussiano para os meninos nas escolas particulares de elite; os uniformes das meninas surgiram nos anos 1920 (e não mudaram muito desde essa época). Ninguém abraçou o novo visual ocidental com tanto entusiasmo quanto Ōkubo Toshimichi, um dos principais arquitetos da remodelação Meiji. Um dia fotografado como um samurai carregando uma espada, sentado orgulhosamente de pernas cruzadas e vestindo uma túnica bem solta, ele agora posava ereto sobre uma cadeira usando uma casaca negra de corte elegante, com a cartola nas mãos. Quando a delegação que ele liderava chegou à Inglaterra em 1872, o *Newcastle Daily Chronicle* relatou que "os cavalheiros usavam trajes diurnos comuns e, exceto pela cor da pele e pelas feições orientais, mal poderiam ser distinguidos de seus companheiros ingleses". Dezessete anos mais tarde, no dia em que a nova Constituição japonesa foi formalmente adotada, o imperador usou o uniforme de um marechal europeu, sua companheira, um encantador vestido de noite azul e rosa, e os ministros do governo, túnicas militares negras com dragonas de ouro[68].

Houve também aqueles que sentiram repulsa por essa macaqueação dos modos ocidentais; de fato, alguns cartunistas ocidentais retrataram os japoneses ocidentalizados precisamente como macacos[69]. O elemento de humilhação também desagradou os japoneses tradicionalistas. Em 14 de maio de 1878, quando estava a caminho de uma reunião do Conselho de Estado no palácio Akasaka em Tóquio, Ōkubo foi atacado e assassinado brutalmente por sete samurais, e tamanha foi a força do golpe mortal desferido contra sua garganta que a espada permaneceu fincada no chão abaixo dele[70]. Ōmura Masujirō, cujas reformas ocidentalizaram o exército do Japão, foi outra vítima de assassinos tradicionalistas na era Meiji. Até os anos 1930, esses representaram uma ameaça constante a ministros pró-Ocidente. Mas não havia volta. Embora os japoneses permanecessem vinculados ao código samurai do *bushido,* a maioria aceitava o argumento de Ōkubo de que a ocidentalização era indispensável se o Japão quisesse obter paridade com os impérios europeus e americanos, a começar por igual tratamento nos tratados de comércio e no direito internacional[71]. Nas palavras de um observador ocidental que conhecia bem o país, a motivação japonesa era perfeitamente racional:

> Sua grande ambição é ser tratados como homens, como cavalheiros, e como iguais aos Ocidentais. Com roupas antiquadas, eles sabiam que nem eles nem seu país jamais poderiam ser levados a sério. Logo vimos uma mudança no vestuário, não só entre soldados e samurais, como [também] entre todos os funcionários do governo e até mesmo no próprio Mikado [...] Essa revolução nas roupas foi de extrema utilidade para que o mundo inteiro reconhecesse o Japão como um igual na irmandade das nações.[72]

Os japoneses haviam compreendido que as roupas ocidentais eram um agente importantíssimo de desenvolvimento. Pois isso era muito mais do que simplesmente uma remodelação para fora. Era parte de um avanço essencial na história do mundo, já que o Japão se tornava a primeira sociedade não ocidental a experimentar o poder transformador da Revolução Industrial.

A disseminação do novo código de vestimenta coincidiu com o rápido crescimento da indústria têxtil japonesa. Entre 1907 e 1924, o número de

tecelagens de algodão no Japão dobrou de 118 para 232, o número de fiadoras mais que triplicou e o número de teares setuplicou[73]. Em 1900, as fábricas têxteis empregavam 63% de todos os trabalhadores fabris japoneses[74]. Dez anos mais tarde, o Japão era o único exportador líquido de linha, fio e tecido de algodão da Ásia; de fato, suas exportações excediam a da Alemanha, a da França e a da Itália. Os trabalhadores da indústria têxtil japonesa eram, de longe, os mais produtivos da Ásia. De 1907 a 1924, a indústria japonesa do algodão aumentou sua produção por trabalhador em 80% – apesar do fato de que, como fica claro no retrato de 1887 de Adachi Ginkō, *Ladies Sewing* [*Damas costurando*], a mão de obra era, em sua maior parte, formada por jovens mulheres, com uma média de idade de apenas 17 anos[75]. Para empresas como a Kanegafuchi, os anos que levaram à Depressão foram anos de crescimento, com lucros excedendo em 44% o capital[76]. Ao não apenas vestir roupas ocidentais mas também produzi-las, o Japão pôs fim ao monopólio do Ocidente sobre a manufatura moderna.

Como no Ocidente, um avanço industrial foi seguido de outro. A primeira ferrovia japonesa projetada por britânicos foi construída entre Tóquio e Yokohama no início dos anos 1870. Logo, começando com o distrito de Ginza, em Tóquio, as diferentes cidades do país começaram a adquirir redes de telégrafo, lâmpadas de rua, pontes de ferro e paredes de tijolo no lugar das de papel. Quatro conglomerados de negócios – os *zaibatsu* – emergiram como os atores dominantes na economia: Mitsui, Mitsubishi, Sumitomo e Yasuda. Rapidamente, sob instrução dos britânicos, os japoneses deixaram de comprar locomotivas a vapor e passaram a construí-las.[77] Em 1929, os Platt Brothers, de Oldham – durante a maior parte do século os principais fabricantes de maquinário têxtil –, pagaram direitos autorais aos inventores japoneses do tear automático Toyoda[78].

Nenhum outro país asiático abraçou o modo de vida americano com tanto entusiasmo quanto os japoneses. Já na Índia, quando esta foi dominada pelos britânicos, houve um esforço consciente por parte dos nacionalistas de manter os modos de vestir indianos – do tapa-sexo de Gandhi aos casacos de gola reta de Nehru e, mais tarde, os sáris de Indira Gandhi. Essa rejeição simbólica das normas ocidentais era compreensível. O protecionismo e a

produtividade da Grã-Bretanha haviam devastado a indústria têxtil tradicional da Índia, baseada na produção manual. Ao contrário dos japoneses, no entanto, os indianos foram lentos para adotar e explorar a tecnologia da Revolução Industrial. Esse é um dos muitos enigmas da história do século XIX. Os britânicos não tentaram monopolizar sua nova tecnologia; ao contrário, eles a disseminaram por seu império. Os indianos foram apresentados à tecelagem têxtil, à máquina a vapor e à ferrovia muito antes dos japoneses. No início dos anos 1900, os equipamentos têxteis não eram mais caros na Ásia do que na Europa continental. Nem tampouco o carvão. O custo dos salários era 16% do da Inglaterra. Na Ásia, o número de horas nas fábricas não era restringido por lei como acontecia nas fábricas britânicas. O algodão cru estava muito mais disponível do que na Inglaterra. Mas o desenvolvimento industrial não conseguiu deslanchar na Índia – e, por sinal, nem na China (onde os custos de mão de obra eram ainda mais baixos)[79]. A explicação é que, por mais barata que fosse a mão de obra nesses dois países, a vantagem foi eliminada devido à produtividade desoladoramente baixa. Um trabalhador norte-americano era, em média, de seis a dez vezes mais produtivo que um indiano usando o mesmo equipamento[80]. Os especialistas britânicos e norte-americanos ofereceram várias explicações para isso, variando da inerente inferioridade racial ao absenteísmo ou ociosidade crônica. “Em toda parte, era evidente que havia pouca ou má supervisão, e uma total ausência de disciplina”, lamentou um visitante norte-americano a uma tecelagem de Bombaim. “Máquinas de fiação vazias e carretéis ou bobinas frouxas rolavam pelo chão, os resíduos e as caixas de carretéis estavam amontoados, enquanto os carregadores de cestas, e mesmo alguns dos tecelões mais velhos, reuniam-se em grupos mascando *bhang* e *chunam*. Os supervisores, em sua maioria [pertencentes à casta dos] *mahrattas*, passeavam preguiçosamente.”[81] Uma explicação atual poderiam ser as péssimas condições de trabalho: a ventilação quase sempre insuficiente e as horas excessivas se combinavam com temperaturas e doenças desconhecidas em Lancashire ou Lowell[82]. O que era mais difícil de explicar era por que um país asiático – o Japão – estava obtendo ganhos

tão rápidos em produtividade que, no fim dos anos 1930, havia obrigado 15% das tecelagens de Bombaim a fecharem suas portas.

As roupas britânicas significavam, é claro, mais do que modernidade econômica. Em nenhuma parte as gradações sutis do sistema de classes britânico se expressaram de maneira mais clara do que nas roupas cuidadosamente confeccionadas. Esse era um mundo em que o *status* social de um homem era julgado pelo corte de seu terno. Infelizmente para Hirohito, e para os japoneses em geral, era um mundo em que era não menos natural julgar o valor de uma pessoa pela cor de sua pele e por suas feições.

Enquanto Hirohito voltava ao Japão com seus ternos ocidentais feitos sob medida, o futuro rei Eduardo VIII foi a um baile à fantasia com um amigo, o major Edward Dudley "Fruity" Metcalfe. Ambos estavam vestidos como "*coolies*[83] japoneses". Para eles, tais vestimentas eram simplesmente tão absurdas quanto os japoneses usando roupas ocidentais. De fato, em uma carta à amante, Edward se referiu a Hirohito como um "macaco valioso" e observou que o povo japonês "procria como coelhos". O Japão em que Hirohito cresceu era um país que admirava o Ocidente por sua modernidade e se ressentia dele por sua arrogância. Para ser tratado como um igual, ao que parecia, o Japão precisaria adquirir o acessório ocidental definitivo: um império. Não tardou muito tempo. Em 1805, a Marinha japonesa em estilo europeu derrotou a frota chinesa de Beiyang, em Weihaiwei, que fora conduzida com inépcia. Nas ilustrações japonesas da época, os vitoriosos pareciam quase europeus (até mesmo quanto às feições); os chineses vencidos, com suas mangas excessivamente largas e seus rabos de cavalo, estavam vestidos para a derrota[84]. Mas isso foi apenas o começo. Desapontados por terem sido forçados a se conformar com reparações em dinheiro e não em território como espólios de guerra, os japoneses começaram a perceber que seus modelos europeus poderiam relutar em lhes conceder o mesmo *status* imperial. Conforme afirmou com toda a franqueza o ministro do Exterior Inoue Kaoru:

> Precisamos estabelecer um novo império ao estilo europeu no mar do Leste [...] Como podemos colocar na cabeça de nossos 38 milhões de pessoas esse espírito ousado e essa atitude de independência e autogoverno? Na minha opinião, a única forma é fazer com que eles se choquem com os europeus, para que se sintam pessoalmente incomodados, percebam sua desvantagem e passem a ser conscientes do vigor ocidental [...] Considero que a maneira de fazer isso é promover um intercâmbio verdadeiramente livre entre os japoneses e os estrangeiros [...] Só assim nosso império pode alcançar uma posição igual à dos países ocidentais com respeito aos tratados. Só assim nosso império pode ser independente, próspero e poderoso.[85]

O primeiro choque com os ocidentais veio em 1904 com a Guerra Russo-Japonesa pela Manchúria. A vitória decisiva do Japão no mar e em terra enviou um sinal para o mundo: não havia nada determinado por uma ordem divina na supremacia ocidental. Com as instituições e a tecnologia adequadas – sem falar das roupas apropriadas – um império asiático seria capaz de derrotar um europeu. Um prognosticador econômico em 1910 já poderia ter previsto que o Japão superaria até mesmo a própria Grã-Bretanha antes do fim do século, o que de fato aconteceu; em 1980, o PIB *per capita* japonês excedeu pela primeira vez o britânico. Lamentavelmente, o caminho de 1910 a 1980 esteve longe de ser uma linha reta.

## *Da lama à fama*

A Primeira Guerra Mundial, conforme vimos, foi uma luta entre impérios cujos motivos e métodos haviam sido aprimorados no além-mar. Derrubou quatro dinastias e fragmentou seus impérios. O presidente norte-americano Woodrow Wilson – o primeiro dos quatro presidentes eleitos pelo Partido Democrata a mergulhar o país em uma grande guerra ultramarina – procurou reformular o conflito como uma guerra pela autodeterminação nacional, uma visão que nunca foi endossada pelos impérios britânico e francês, cujo debilitado esforço de guerra fora salvo pelo dinheiro e pelos homens norte-americanos. Tchecos, estonianos, georgianos, húngaros, lituanos, letões, poloneses, eslovacos e ucranianos não foram os únicos que farejaram liberdade; também o fizeram os árabes e os bengaleses, sem falar

dos irlandeses católicos. Com a exceção do irlandês e do finlandês, nenhum dos Estados-nação que emergiram em consequência da guerra conservava uma independência significativa ao fim de 1939 (exceto, talvez, a Hungria). O mapa mazziniano da Europa apareceu e logo desapareceu como um fogo de palha.

A visão alternativa do pós-guerra de Vladimir Ilitch Lenin era de uma União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, potencialmente se expandindo pela Eurásia. Essa visão ganhou força graças às circunstâncias econômicas excepcionais da guerra. Uma vez que todos os governos, em maior ou menor medida, financiaram o combate emitindo títulos de crédito de curto prazo e trocando-os por dinheiro em seus bancos centrais – em síntese, emitindo papel-moeda –, a inflação disparou durante a guerra. Com tantos homens no exército, a escassez de mão de obra possibilitou que os trabalhadores civis lutassem por melhores salários. Em 1917, centenas de milhares de trabalhadores participaram de greves na França, na Alemanha e na Rússia. Primeiro a gripe espanhola, e depois o bolchevismo russo, assolaram o mundo. Assim como em 1848, a ordem urbana foi perturbada, só que dessa vez contagiou lugares tão distantes quanto Buenos Aires e Bengala, Seattle e Xangai. Mas a revolução proletária fracassou em toda parte, com exceção do Império Russo, que foi reorganizado pelos bolcheviques após uma guerra civil brutal. Nenhum outro líder socialista foi tão implacável quanto Lenin ao adotar o "centralismo democrático" (que era o oposto de democrático), rejeitando o parlamentarismo e praticando terrorismo contra seus oponentes. Parte do que os bolcheviques fizeram (nacionalização dos bancos, confisco de terras) vinha diretamente do *Manifesto* de Marx e Engels. Parte do que fizeram ("a repressão mais feroz e selvagem [...] mares de sangue")[86] se devia mais a Robespierre. A "ditadura do proletariado" – que, de fato, significava a ditadura da liderança bolchevique – foi a contribuição original de Lenin. Isso foi ainda pior que a ressurreição de Bazarov, o niilista de *Pais e filhos* (1856), de Ivan Turgueniev. Foi a advertência que seu amigo distante Fiódor Dostoiévski havia feito à Rússia no epílogo de *Crime e castigo* (1866) – o pesadelo do

assassino Raskólnikov de uma “praga terrível, sem paralelo e sem precedentes” proveniente da Ásia:

> Os infectados eram isolados imediatamente e ficavam loucos. Mas os homens jamais se consideraram tão inteligentes e convencidos de suas verdades quanto os infectados. Jamais consideraram seus decretos, suas deduções científicas, suas convicções morais e suas crenças tão fundamentadas. Povoados inteiros, cidades e nações inteiras foram infectados e enlouqueceram [...] As pessoas se matavam com ódio sem sentido [...] os soldados se lançavam uns contra os outros, golpeavam e apunhalavam, comiam e devoravam uns aos outros.

A leste, praticamente não havia como parar a epidemia bolchevique. A oeste, esta não conseguiu ir além do Vístula, nem do sul do Cáucaso, graças a um trio talentoso de empreendedores políticos que conceberam aquela síntese de nacionalismo e socialismo que era a verdadeira manifestação do *Zeitgeist*: Józef Piłsudski, na Polônia, Kemal Atatürk, na Turquia, e Benito Mussolini, na Itália. A derrota do Exército Vermelho fora de Varsóvia (em agosto de 1920), a expulsão dos gregos anatolianos (em setembro de 1922) e a marcha fascista sobre Roma (em outubro de 1922) marcaram o advento de uma nova era – e de um novo visual.

Com exceção de Mussolini, que usava um traje com gola quebrada e perneiras, a maioria dos que participaram da proeza publicitária que foi a marcha sobre Roma vestia uniformes improvisados compostos de camisas negras, *jodhpurs* e botas de couro de montaria à altura dos joelhos. A ideia era que as virtudes marciais e viris da Grande Guerra agora seriam mantidas em tempos de paz, a começar por uma guerra menor travada nas ruas e nos campos contra a esquerda. A uniformidade era a ordem do dia – mas uma uniformidade de vestuário, sem a disciplina tediosa de um exército real. Até mesmo a famosa marcha foi mais um passeio, como deixam claras muitas fotografias na imprensa. Fora o nacionalista italiano Giuseppe Garibaldi quem usara pela primeira vez camisas de cor vermelha como base para um movimento político. Nos anos 1920, camisas coloridas eram obrigatórias entre os direitistas; os fascistas italianos optaram por negro, enquanto, conforme vimos, a *Sturmabteilung* nacional-socialista alemã adotou o marrom.

Tais movimentos poderiam ter se dissolvido na obscuridade se não fosse pela Grande Depressão. Após a inflação do início dos anos 1920, a deflação do começo da década de 1930 desferiu um golpe mortal na visão wilsoniana de uma Europa baseada na democracia e na identidade nacional. A crise do capitalismo norte-americano viu a bolsa de valores desmoronar em 89%, a produção cair em um terço, os preços ao consumidor serem reduzidos em um quarto e a taxa de desemprego ultrapassar os 25%. Nem todos os países europeus foram afetados com a mesma gravidade, mas nenhum saiu incólume[87]. Enquanto os governos se esforçavam para proteger suas próprias indústrias com impostos mais altos – nos Estados Unidos, a lei tarifária Smoot-Hawley elevou a taxa efetiva *ad valorem* sobre as manufaturas de algodão importado a 46% –, a globalização simplesmente ruiu. Entre 1929 e 1930, o comércio mundial encolheu em dois terços. A maioria dos países adotou alguma combinação de declaração de moratória, depreciação de moeda, tarifas protecionistas, proibições e cotas de importação, monopólios de importação e prêmios de exportação. Havia chegado o dia, ao que tudo indicava, do Estado nacional-socialista.

Isso foi uma ilusão. Embora a economia norte-americana parecesse estar implodindo, a principal causa era a desastrosa política monetária adotada pelos diretores do Federal Reserve, que quase destruiu o sistema bancário[88]. A inovação, a principal fonte de avanços industriais, não diminuiu nos anos 1930. Novos automóveis, rádios e outros bens duráveis proliferavam. Novas empresas estavam desenvolvendo esses produtos, como a Dupont (náilon), a Revlon (cosméticos), a Proctor & Gamble (sabão em pó Dreft), a RCA (rádio e televisão) e a IBM (máquinas de contabilidade); elas também estavam evoluindo e disseminando todo um novo estilo de gestão de negócio. Em nenhum lugar foi tão maravilhoso contemplar a criatividade quanto em Hollywood, lar da indústria cinematográfica. Em 1931 – quando a economia norte-americana estava à beira do pânico –, os grandes estúdios lançaram *Luzes da cidade*, de Charlie Chaplin, *A primeira página*, de Howard Hughes, e *Os quatro batutas*, dos irmãos Marx. O experimento da década anterior com a proibição do álcool havia sido um tremendo fracasso, gerando toda uma nova economia de crime organizado. Mas isso foi só

mais insumo para as fábricas de filmes. Também em 1931, o público chegava em bandos para ver James Cagney e Edward G. Robinson nos dois maiores filmes de gângster de todos os tempos: *Inimigo público* e *Alma no lodo.* Não menos criativo era o negócio da música – ao vivo, gravada e transmitida –, quando os norte-americanos brancos descobriram que os negros tinham praticamente todos os melhores ritmos. O jazz alcançou seu auge com o som ritmado da *big band* de Duke Ellington, que emplacou um hit atrás de outro mesmo quando as linhas de produção de automóveis pararam: "Mood Indigo" (1930), "Creole Rhapsody" (1931), "It Don't Mean a Thing (If It Ain't Got That Swing)" (1932), "Sophisticated Lady" (1933) e "Solitude" (1934). Neto de um escravo, Ellington levou os instrumentos de sopro a um patamar jamais visto, mimetizando tudo, de cantos religiosos aos metrôs de Nova York. A longa permanência de sua banda no Cotton Club esteve no próprio cerne do Renascimento do Harlem. E, é claro: como exigia seu nome aristocrático, Ellington estava sempre impecavelmente vestido – cortesia da Anderson & Sheppard, da Savile Row.

Em suma, o capitalismo não estava fatalmente comprometido, muito menos morto. Era apenas vítima de má gestão, e da incerteza que isso gerou. O mais inteligente economista da época, John Maynard Keynes, desdenhou da bolsa de valores, considerando-a um "cassino", e comparando as decisões dos investidores a um concurso de beleza nos jornais. O presidente Franklin D. Roosevelt – eleito logo quando a Depressão estava terminando – atacou os "inescrupulosos cobradores de dinheiro". Os verdadeiros culpados eram os banqueiros centrais, que primeiro haviam inflado uma bolha especulativa com políticas monetárias demasiado frouxas, e então trataram de torná-las mais rígidas (ou foram incapazes de flexibilizá-las da maneira adequada) depois que a bolha havia estourado. Entre 1929 e 1933, por volta de 15 mil bancos norte-americanos – dois quintos do total – faliram. Em consequência, a oferta de dinheiro sofreu uma drástica redução. Com os preços desmoronando em um terço – indo do valor máximo ao valor mínimo –, as taxas de juros reais subiram para mais

de 10%, onerando toda instituição ou família endividada. Keynes resumiu assim os efeitos negativos da deflação:

> Os negócios atuais, feitos em grande medida com dinheiro emprestado, serão necessariamente levados a uma paralisação por tal processo. Será do interesse de todos os negócios suspenderem suas atividades no momento; e de todos os que estão pensando em efetuar gastos, adiarem sua execução o máximo que puderem. O homem sábio será aquele que converter seus ativos em dinheiro, afastar-se dos riscos e de toda atividade produtiva e esperar pacientemente a valorização gradativa de seu dinheiro conforme lhe foi prometido. A provável expectativa de deflação já é ruim o bastante.[89]

Como escapar da armadilha da deflação? Com o comércio inativo e as importações de capital congeladas, a recomendação de Keynes – gasto governamental em obras públicas, financiadas por empréstimos – fazia sentido. Também ajudou a abandonar o padrão-ouro, segundo o qual as moedas tinham taxas de câmbio fixas, para deixar que a depreciação impulsionasse as exportações (embora, cada vez mais, o comércio continuasse no interior de blocos regionais) e possibilitar que as taxas de juros diminuíssem. Mas os governos parlamentares que adotaram apenas essas medidas alcançaram, quando muito, recuperações anêmicas. O desemprego diminuiu mais depressa quando os regimes autoritários adotaram planos para a expansão industrial e o rearmamento. Era aí que o "socialismo em um país" (na Rússia) e o "nacional-socialismo" (na Alemanha) pareciam oferecer soluções superiores a qualquer coisa disponível nas duas grandes economias anglófonas. De maneira única no mundo, a União Soviética alcançou um aumento na produção industrial entre 1929 e 1932; poucos perguntaram quantas pessoas morreram para cada tonelada de aço produzida sob o regime de Stalin (a resposta é 19). Não tardou muito para que Hitler perdesse a paciência com as realidades apresentadas por seu ministro de Economia, Hjalmar Schacht; em vez de diminuir o ritmo de desarmamento para levar em consideração as dificuldades na balança de pagamentos (em síntese, a escassez de ouro do *Reichsbank* para pagar pelas importações que excediam as exportações), Hitler esboçou um Plano de Quatro Anos, em imitação ao Plano

Quinquenal de Stalin. Os dois regimes estavam agora em competição flagrante, intervindo em lados opostos na Guerra Civil Espanhola, erigindo pavilhões rivais na Exposição Mundial de Paris de 1937. Um exame atento dos gigantes no topo dessas duas torres totalitárias revelou só duas diferenças significativas: os super-humanos do comunismo eram um casal, e vestiam macacões e aventais modestos; os super-homens arianos eram dois homens nus. A única coisa mais estranha do que o puritanismo do realismo socialista era a falta de sexualidade do nu ariano. O corpo nu fora parte integrante da arte ocidental desde os gregos antigos, um lembrete de que o que não vestimos é muitas vezes tão importante quanto o que vestimos. Desde o Renascimento, os artistas ocidentais retrataram apaixonadamente mulheres em vários graus de nudez, produzindo obras de arte eróticas como “Déjeuner sur l’herbe” e “Olympia”, de Edouard Manet (ambos de 1863), tributos, respectivamente, a “A tempestade” (c. 1506), de Giorgione, e “A Vênus de Urbino” (1538), de Tiziano. Mas os nus nazistas eram totalmente desprovidos de erotismo, com suas mulheres de peito chato e sem quadril e seus homens que, de tão musculosos, chegavam a ser implausíveis.

Tanto Stalin quanto Hitler prometeram crescimento e emprego mediante uma combinação de nacionalismo e socialismo, e cumpriram com ambas as promessas. Em 1938, a produção da economia norte-americana continuava mais de 6% abaixo do pico anterior à crise de 1929; já a produção alemã era 23% mais alta, e a produção soviética ainda mais, se podemos acreditar nas estatísticas oficiais de “produto material líquido”. Já em abril de 1937 o desemprego na Alemanha caiu abaixo da marca de 1 milhão, em comparação com 6 milhões pouco mais de quatro anos antes. Em abril de 1939, menos de 100 mil alemães estavam sem emprego; praticamente pleno emprego. Os Estados Unidos ficaram muito atrás, mesmo ajustando os números oficiais de desemprego para contar como empregados aqueles que viviam da ajuda emergencial do governo. Segundo os critérios atuais, a taxa de desemprego continuava sendo de 12,5% em 1938. O problema foi que o crescimento totalitário não se traduziu em padrões de vida significativamente mais elevados. O modelo econômico não era de fato

keynesiano; não usava o aumento dos gastos públicos para impulsionar a demanda agregada por meio de um efeito multiplicador sobre os gastos do consumidor. Em vez disso, a economia planificada mobilizava a mão de obra para trabalhar na indústria pesada, de infraestrutura e de armamentos; e financiava o processo com fundos de poupança compulsória. Em consequência, o consumo estagnou. As pessoas trabalhavam e eram pagas, mas, uma vez que havia cada vez menos coisas para comprar nas lojas, elas tinham pouca opção além de colocar o dinheiro em poupanças, onde este era reciclado para financiar o governo. A propaganda nazista estava cheia de imagens de famílias prósperas, bem alimentadas, bem-vestidas e dirigindo pelas autopistas nos novíssimos Beetles da Volkswagen, mas as estatísticas mostram outra história. À medida que o rearmamento se intensificou a partir de 1934, a produção têxtil estagnou e as importações diminuíram. Pouquíssimos civis tinham carros[90]. E, a cada ano que passava no Terceiro Reich, ficava mais difícil obter alimentos básicos importados, como o café. Em 1938, se os homens alemães quisessem se vestir com elegância, tinham de usar uniforme. Ao contrário do que ocorreu na União Soviética, na Alemanha se deu considerável atenção ao requinte dos trajes militares, dos quais o mais sinistramente elegante era o uniforme negro da *Schutzstaffel* (SS), desenhado por Karl Diebitsch e Walter Heck e produzido pela Hugo Boss.[91] Esse foi o auge da moda fascista.

A razão de ser da SS, e do nacional-socialismo como um todo, era a destruição, e não o consumo. O modelo econômico de Hitler, como ele tornou claro no documento que conhecemos como o Memorando Hossbach, necessariamente implicava a aquisição de “espaço vital” – a anexação de territórios adjacentes – como uma forma de adquirir as matérias-primas que a Alemanha não tinha mais condições de importar. A marcha forçada para o pleno emprego por meio do rearmamento, portanto, tornou a guerra cada vez mais provável. E a guerra, em sua variante do fim dos anos 1930, considerando o nível de tecnologia militar, foi um espetáculo de destruição. Já em 1937, revelou-se a devastação que o bombardeio aéreo era capaz de provocar, não só em Guernica, onde os aviões alemães e italianos bombardearam posições republicanas espanholas, como também em

Xangai, seriamente devastada pelos ataques aéreos japoneses. A força militar de combate aéreo era uma arma de terror, concebida para semear o pânico entre soldados e civis. Em terra, os tanques e outras formas de artilharia mecanizada resolveram o problema da imobilidade que havia decidido a Primeira Guerra Mundial no Ocidente, revelando, assim, as vantagens da guerra de trincheira. Pois a "guerra relâmpago" era muito mais custosa no que se refere a vidas humanas, não só para os combatentes expostos como ainda mais para os civis, que claramente foram a maioria das baixas da Segunda Guerra Mundial.

À primeira vista, a Segunda Guerra Mundial foi uma guerra entre quatro versões distintas da civilização ocidental: o nacional-socialismo, o comunismo soviético, o imperialismo europeu (que os japoneses haviam adotado) e o capitalismo norte-americano. No início, o primeiro e o segundo uniram forças contra o terceiro, ao passo que o quarto se manteve neutro. Após o ano decisivo de 1941, quando os nazistas atacaram os soviéticos e os japoneses atacaram os norte-americanos, a guerra passou a ser entre as potências do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) – mais seus impérios conquistados às pressas e alguns poucos seguidores – e os Aliados (a União Soviética, o Império Britânico e os Estados Unidos), mais todos os demais (daí as "Nações Unidas", como os Aliados gostavam de chamar a si mesmos). Na realidade, porém, uma convergência notável ocorreu quando a industrialização da destruição atingiu seu terrível ápice. Todos os principais combatentes se tornaram aparatos estatais extremamente centralizados, planejados para alocar recursos – mão de obra e equipamentos militares – por mecanismos não mercantis, de acordo com planos preconcebidos e extremamente complexos. Todos eles subordinavam a liberdade individual ao objetivo da vitória militar total e à capitulação incondicional do inimigo. Todos recrutaram para o exército uma proporção sem precedentes de seus homens fisicamente aptos. Todos trataram as concentrações de população civil como alvos militares legítimos. Todos discriminaram certos grupos civis no território que controlavam, mas nem os britânicos nem os norte-americanos – nem os italianos – chegaram perto da selvageria dos alemães e dos russos em relação às minorias étnicas suspeitas. Até mesmo os crimes

dos japoneses contra os civis chineses e prisioneiros de guerra aliados se tornam insignificantes em comparação com a “Solução Final para a questão judaica” de Hitler e a “liquidação dos kulaks como classe” de Stalin, ambos eufemismos para genocídio[92].

Todos, ao que parecia, vestiam uniforme. Em 1944, os seis maiores combatentes tinham mais de 43 milhões de pessoas, quase todos homens, sob o exército. Considerando todos os combatentes, o total certamente excedeu os 100 milhões. Isso era, no máximo, entre um quinto e um quarto da população, mas ainda era uma proporção muito maior do que em qualquer momento da história moderna, antes ou depois[93]. Serviram o exército mais de 34 milhões de cidadãos soviéticos, 17 milhões de alemães, 13 milhões de norte-americanos, quase 9 milhões de súditos leais de todo o Império Britânico e 7,5 milhões de japoneses. Os jovens desses países que não acabaram usando fardas enviadas pelo governo foram uma minoria. Em consequência, uma enorme proporção da indústria têxtil do mundo se dedicou à manufatura de uniformes militares. O que as pessoas faziam nesses uniformes variava bastante. A maioria dos alemães, japoneses e russos esteve envolvida em alguma forma ou outra de violência organizada letal. A maioria dos norte-americanos e britânicos não esteve na linha de frente, deixando o combate a uma minoria sem sorte. A guerra contra a Alemanha foi vencida por uma combinação de inteligência britânica, braços soviéticos e capital norte-americano; os britânicos decifraram os códigos alemães, os russos assassinaram os soldados alemães e os norte-americanos destruíram as cidades alemãs. A vitória sobre o Japão foi preponderantemente, embora não exclusivamente, uma conquista dos Estados Unidos, cujo Projeto Manhattan (que recebeu esse nome devido ao Distrito de Engenharia de Manhattan onde começou, em 1942) produziu as três bombas atômicas testadas no Novo México e lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki em 1945, colocando fim à guerra e transformando o mundo.

Inspirada pelo alerta de Albert Einstein a Roosevelt de que os alemães poderiam ser os primeiros a fabricar tal arma, e impulsionada pela descoberta britânica das propriedades divisíveis do isótopo urânio-235 – cuja importância os norte-americanos demoraram em compreender –, a

bomba atômica foi um feito autenticamente ocidental. Os cientistas que a conceberam eram de várias nacionalidades: australianos, britânicos, canadenses, dinamarqueses, alemães, húngaros, italianos e suíços, além de norte-americanos. Muitos deles (notadamente Otto Frisch e Edward Teller) eram judeus refugiados da Europa, o que ilustra não só o papel desproporcional exercido por judeus em cada área da vida intelectual desde a emancipação que se seguiu à Revolução Francesa,[94] como também o custo do antissemitismo de Hitler para o esforço de guerra alemão. Dois eram espiões soviéticos. Pode parecer estranho identificar a bomba atômica como uma das maiores criações da civilização ocidental. Embora tenha aumentado tremendamente a capacidade humana de causar morte, o efeito decisivo da bomba foi reduzir a escala e o caráter destruidor da guerra, começando por evitar a necessidade de uma sanguinária invasão anfíbia no Japão. É certo que não aboliu a guerra convencional; a década de 1940 mal havia acabado e outra grande guerra de aviões e tanques estava a caminho na Coreia. Mas a bomba atômica e, mais ainda, a bomba de hidrogênio testada em 1952 (e um ano depois pelos soviéticos), muito mais destrutiva, circunscreveram aquela guerra e todos os conflitos subsequentes, ao dissuadir os Estados Unidos e a União Soviética de colidir de frente. Todas as guerras travadas pelas duas superpotências, como vieram a ser conhecidas, se limitaram a guerras travadas por procuração. Embora o risco de uma guerra nuclear nunca fosse zero, em retrospecto podemos ver que a era da guerra total chegou ao fim com a capitulação do Japão.

Se a Guerra Fria tivesse esquentado, a União Soviética provavelmente teria ganhado. Com um sistema político muito mais capaz de absorver grandes perdas de guerra (sua taxa de mortalidade na Segunda Guerra Mundial, como um percentual da população pré-guerra, fora 50 vezes mais alta que a dos Estados Unidos), a União Soviética também tinha um sistema econômico idealmente adequado à produção em massa de artilharia sofisticada. De fato, em 1974 os soviéticos tinham um arsenal consideravelmente maior de mísseis balísticos e bombardeiros estratégicos. Em termos científicos, eles saíram só um pouco atrás. Também estavam armados com uma ideologia que era, em grande medida, mais atraente que

a alternativa norte-americana nas sociedades pós-coloniais em todo aquele que passou a ser conhecido como o Terceiro Mundo, cujos camponeses pobres se submetiam a uma vida de trabalho penoso sob as elites corruptas que eram donas de todas as terras e controlavam as Forças Armadas[95]. De fato, seria possível argumentar que os soviéticos na verdade ganharam a "Guerra do Terceiro Mundo". Onde havia guerra de classes significativa, o comunismo conseguiu prevalecer[96].

Mas a Guerra Fria acabou girando mais em torno de manteiga que de armas, mais de jogos esportivos que de bombas. As sociedades, ainda que vivessem o tempo todo com medo do Armagedom, precisavam seguir em frente com sua vida civil, já que até mesmo os grandes exércitos dos anos 1950 e 1960 continuavam sendo muito menores que os dos anos 1940. De um pico de 8,6% da população em 1945, as Forças Armadas dos Estados Unidos caíram para menos de 1% em 1948, e daí em diante nunca ultrapassaram 2,2%, mesmo no auge das intervenções norte-americanas na Coreia e no Vietnã. A URSS se manteve mais militarizada, mas ainda assim a proporção militar da população diminuiu de um pico de 7,4% em 1945 e permaneceu abaixo dos 2% após 1957[97]. O problema para a União Soviética era simples: os Estados Unidos ofereciam uma versão muito mais atraente da vida civil do que os soviéticos. E isso não só devido a uma vantagem inerente no que concerne à disponibilidade de recursos. Também porque o planejamento econômico centralizado, embora indispensável para o sucesso da corrida armamentista nuclear, era totalmente inadequado para satisfazer os desejos do consumidor. O planejador é mais capaz de conceber e entregar a arma decisiva para um único cliente, o Estado. Mas jamais pode esperar satisfazer os desejos de milhões de consumidores individuais, cujos gostos estão, de todo modo, em fluxo constante. Compreender isso foi uma das muitas contribuições do arquirrival de Keynes, o economia austríaco Friedrich von Hayek, cuja obra *O caminho da servidão* (1945) havia alertado a Europa Ocidental a resistir à quimera do planejamento em tempos de paz. Foi satisfazendo (e criando) demandas que o modelo de mercado norte-americano, revitalizado durante a guerra pelo maior estímulo

fiscal e monetário de todos os tempos, e protegido, graças à geografia, das depredações da guerra total, se mostrou invencível.

Um exemplo simples ilustra esse ponto. Antes da guerra, a maioria das roupas era feita sob medida por alfaiates. Mas a necessidade de manufaturar dezenas de milhões de uniformes militares encorajou o desenvolvimento de tamanhos padrão. Na verdade, a gama de proporções humanas não é tão variada; a altura e o peso humanos costumam ser distribuídos, o que significa que a maioria de nós se encontra em uma faixa mediana. Durante 1939 e 1940, cerca de 15 mil mulheres norte-americanas participaram de uma pesquisa nacional feita pela Agência Nacional de Economia Doméstica do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. Era o primeiro estudo científico sobre proporções femininas já realizado em grande escala. Um total de 59 medidas foram tomadas de cada voluntária. Os resultados foram publicados em 1941 como USDA Miscellaneous Publication 454, *Women's Measurements for Garment and Pattern Construction* [Medidas femininas para a confecção de moldes e peças de indumentária]. Os tamanhos padronizados permitiram que não só uniformes, como também roupas civis, fossem produzidos em massa e vendidos "acabados" ou "prontos para vestir". Em questão de algumas décadas, só as roupas da elite econômica continuavam sendo feitas sob medida: ternos masculinos da Savile Row e alta costura feminina de Paris e de Milão.

Nos Estados Unidos do pós-guerra, a sociedade de consumo se tornou um fenômeno de massas, diminuindo significativamente as diferenças de vestuário entre as classes sociais. Isso foi parte de um aumento generalizado do nível de vida após a guerra. Em 1928, o 1% mais rico da população detinha aproximadamente 20% da receita. Entre 1952 e 1982, essa proporção se manteve abaixo dos 9%, menos que a parcela equivalente destinada ao 1% mais rico na França[98]. As melhores oportunidades de educação para os soldados que voltavam da guerra, associadas com uma onda de construção de casas nos subúrbios, se traduziram em uma significativa melhoria na qualidade de vida. Os pais dos *baby boomers* foram a primeira geração a ter acesso significativo ao crédito ao consumidor. Eles compraram sua casa a prazo, seu carro a prazo e seus

eletrodomésticos – geladeiras, aparelhos de TV e máquinas de lavar roupa – a prazo[99]. Em 1930, quando veio a Depressão, mais de metade dos lares norte-americanos tinha eletricidade, um automóvel e uma geladeira. Em 1960, cerca de 80% dos norte-americanos tinha não só essas conveniências, como também telefone. E a velocidade com que os novos bens de consumo duráveis se difundiam continuou aumentando. A máquina de lavar roupa foi inventada antes da Depressão, em 1926. Em 1965, 39 anos mais tarde, metade dos lares tinha uma. O ar condicionado foi inventado em 1945. Passou da marca dos 50% em 1974, 29 anos depois. A secadora de roupas apareceu em 1949, e 23 anos depois estava em mais da metade dos lares. (A máquina de lavar louça, também inventada em 1949, tardou mais para deslanchar; foi só em 1997 que passou a estar presente em uma em cada duas casas.) A televisão em cores quebrou todos os recordes; inventada em 1959, estava em metade dos lares em 1973, apenas 14 anos mais tarde. Em 1989, quando a Guerra Fria efetivamente chegou ao fim, dois terços ou mais dos norte-americanos tinham todas essas coisas, com a exceção da máquina de lavar louça. Eles também haviam adquirido o forno micro-ondas (inventado em 1972) e o aparelho de videocassete (1977). Quinze por cento já tinham um computador pessoal (1978). Dois por cento pioneiros tinham telefones celulares. No fim do milênio, estes últimos também estavam presentes em metade das casas, assim como a internet[100].

Para as sociedades onde essa trajetória parecia factível, o comunismo soviético logo deixou de ser atraente. A Europa Ocidental, cuja recuperação no pós-guerra foi financiada com ajuda norte-americana, rapidamente recobrou o caminho de crescimento dos anos anteriores à Depressão (embora, na verdade, os maiores destinatários do programa que recebeu o nome de George Marshall não tenham crescido mais depressa). Os anos fascistas haviam debilitado os sindicatos de trabalhadores em grande parte da Europa; em consequência, as relações de trabalho eram menos ingovernáveis do que antes da guerra. As greves eram mais curtas (embora tivessem maior adesão). Só na Grã-Bretanha, na França e na Itália a ação industrial se tornou mais frequente. A negociação coletiva corporativista, o planejamento econômico, a gestão de demanda keynesiana e os Estados de

bem-estar social: os europeus ocidentais tomaram várias vacinas contra a ameaça comunista, incluindo a integração econômica inter-regional com a assinatura do Tratado de Roma, em 1957. De fato, naquela época a ameaça de Moscou já havia diminuído. As extorsões soviéticas, a ênfase constante na indústria pesada, a coletivização da agricultura e o surgimento do que Milovan Djilas chamou "nova classe" de privilegiados do Partido – todas essas coisas já haviam incitado revoltas em Berlim (1953) e Budapeste (1956). Os verdadeiros milagres econômicos aconteceram na Ásia, onde não só o Japão, como também Hong Kong, Indonésia, Malásia, Singapura, Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia, alcançaram crescimento sustentado e, na maioria dos casos, acelerado no período pós-guerra. A participação da Ásia no PIB mundial subiu de 14% para 34% entre 1950 e 1990 e, o que é essencial, a Ásia continuou crescendo nos anos 1970 e 1980, quando outras regiões do mundo desaceleraram ou, no caso da África e da América Latina, sofreram retração econômica. O desempenho da Coreia do Sul foi especialmente notável. Um país que, quanto à renda *per capita*, estivera atrás de Gana em 1960 havia avançado o suficiente em 1996 para entrar para a Organização de Desenvolvimento e Cooperação Econômica, o clube dos países ricos. Entre 1973 e 1990, foi a economia que mais rapidamente cresceu no mundo.

O milagre econômico do Leste da Ásia foi decisivo para a Guerra Fria. Se o Vietnã, e não a Coreia, tivesse sido a regra – em outras palavras, se a maioria das intervenções militares dos Estados Unidos tivesse fracassado –, o resultado poderia ter sido menos feliz. O que causou a diferença? Primeiro, os Estados Unidos e seus aliados (notadamente a Grã-Bretanha na Malásia) foram capazes de fornecer garantias de segurança aos governos após as intervenções militares. Em segundo lugar, as reformas pós-conflito criaram bases institucionais seguras para o crescimento, das quais um exemplo perfeito é a reforma agrária japonesa em 1946, que eliminou os remanescentes do feudalismo e tornou a propriedade de terras muito mais igualitária (algo que os reformadores da era Meiji se abstiveram de fazer). Em terceiro lugar, a ordem econômica global cada vez mais aberta sustentada pelos Estados Unidos beneficiou muito esses países asiáticos.

Por fim, eles usaram várias formas de direção estatal para assegurar que as economias fossem canalizadas para as indústrias de exportação, cujo setor essencial era, sem dúvida, a indústria têxtil. A sociedade de consumo forneceu ao Leste Asiático não só um modelo a ser seguido, como também um mercado para suas roupas baratas.

Deve-se notar que quase nenhum dos "Tigres Asiáticos" que seguiram o exemplo do Japão, industrializando-se por meio da exportação de commodities como produtos de algodão, o fizeram com a ajuda de instituições democráticas. A Coreia do Sul foi conduzida por sua revolução industrial pelos generais Park Chung-hee (1960-79) e Chun Doo-hwan (1980-87), enquanto Lee Kuan Yew, em Singapura, e Suharto, na Indonésia, foram essencialmente absolutistas (o primeiro, um iluminista), e partidos monopolistas predominaram em Taiwan e no Japão. Hong Kong continuou sendo uma colônia britânica até 1997. No entanto, em cada um desses casos, o sucesso econômico foi seguido, após certo atraso, pela democratização. O Leste da Ásia, em síntese, saiu do campo gravitacional soviético porque se tornou um acionista na sociedade de consumo norte-americana. Foi uma história muito diferente naqueles países – Irã, Guatemala, Congo, Brasil, República Dominicana e Chile – em que as intervenções norte-americanas tiveram duração mais curta, e ainda pior naqueles – Cuba, Vietnã, Angola e Etiópia – em que a intervenção ou assistência soviética foi mais efetiva.

Que o consumo em massa, com toda a padronização que isso implicava, pudesse de alguma forma ser conciliado com o individualismo extremo foi um dos truques mais inteligentes já realizados pela civilização ocidental. Mas o segredo para entender como isso foi feito reside exatamente nesta palavra: *western*. A União Soviética talvez possa ser perdoada por não ter sido capaz de inventar e disseminar a TV em cores ou o forno de micro-ondas. Mas nem todos os produtos que definem a sociedade de consumo eram tecnologicamente complexos. O mais simples de todos era, de fato, um tipo de calça de operário inventado na costa ocidental dos Estados Unidos. Talvez o maior mistério de toda a Guerra Fria seja por que o

Paraíso dos Trabalhadores não foi capaz de produzir um par decente de jeans.

### *The Jeans Genie*

Foi há muito tempo, no Velho Oeste, que nasceu a indumentária universal. O jeans começou a vida como a calça nada prática dos mineradores e vaqueiros. Nos anos 1970, era a peça de roupa mais popular do mundo – e um símbolo politicamente potente do que havia de errado com o sistema econômico soviético. Por quê? Por que os soviéticos não foram capazes de copiar um Levi's 501 como haviam copiado a bomba atômica?

O jeans tal como o conhecemos foi inventado em 1873, quando Levi Strauss, um comerciante de produtos secos nascido na Bavária, e Jacob Davis, um alfaiate do Reno, patentearam o uso de rebites de cobre para reforçar os bolsos dos "macacões" dos mineradores. O tecido que eles usaram era o brim, ou *denim* (originalmente, *serge de Nîmes*, assim como "jeans" provavelmente deriva de *Genoa*, Gênova em inglês), fabricado na tecelagem Amoskeag Mill em Manchester, New Hampshire, usando algodão cultivado nos Estados Unidos tingido com índigo cultivado nos Estados Unidos. As fábricas originais da Levi's ficavam em São Francisco, e foi lá que a conhecida etiqueta de couro foi usada pela primeira vez, em 1886, mostrando dois cavalos que não conseguiam rasgar um par de Levi's; a etiqueta vermelha foi adicionada em 1936. O jeans azul é barato de produzir, fácil de limpar, difícil de destruir e confortável de usar. Mas também o eram os macacões dos operários do tipo que se costumava usar na Grã-Bretanha (mais famosamente por Churchill durante a guerra), bem como os *dungarees*, que recebiam esse nome por causa do tecido proveniente de Dongri, na Índia. Por que foi que o jeans californiano – que também foi distribuído a presos em muitas penitenciárias estatais – passou a dominar o mundo da moda? A resposta está em duas das indústrias de maior sucesso do século XX: o cinema e a publicidade.

Começou quando o jovem John Wayne trocou as elaboradas chaparreiras de couro com franja dos primeiros filmes de caubói pelo jeans comum que

usou em *No tempo das diligências* (1939). Então vieram o jeans e a jaqueta de couro de Marlon Brando em *O selvagem* (1953), seguidos do traje vermelho (jaqueta), azul (jeans) e branco (camiseta) de James Dean em *Juventude transviada* (1955) e do jeans negro de Elvis Presley em *O prisioneiro do rock and roll* (1957). Os publicitários promoveram ainda mais o novo visual rústico com o "homem de Marlboro", o caubói que usava jeans e fumava cigarro, concebido pelo executivo de publicidade Burnett, em 1954. Marilyn Monroe também foi uma das primeiras a adotar o jeans; em um de seus primeiros ensaios fotográficos, ela vestia um uniforme de presidiária nada sedutor. Desde o começo, o segredo foi a associação entre jeans e mau comportamento juvenil. Já na década de 1830, o líder mórmon Brigham Young havia denunciado as calças com fecho de zíper como "calças de fornicação". Em 1944, a revista *Life* causou um escândalo ao publicar uma fotografia de duas mulheres da Wellesley College usando jeans[101]. Na época em que a marca Lee, concorrente da Levi's, implementou os zíperes, a reputação do jeans como sexualmente estimulante se consolidou – um efeito curioso, considerando a dificuldade que é fazer sexo com alguém usando um par de jeans apertados. O jeans teve uma carreira ascendente. Começou nos traseiros de peões e presidiários; foi obrigatório para os trabalhadores da defesa civil durante a guerra; passou aos grupos de ciclistas nos anos pós-guerra; foi adotado pelos estudantes de West Coast e então da Ivy League; graduou-se para "conquistar" escritores, cantores de música *folk* e grupos pop nos anos 1960; e acabou sendo usado em público por todos os presidentes depois de Richard Nixon. O crescimento da Levi's foi espetacular. Em 1948, a empresa vendeu 4 milhões de pares de jeans; em 1959, foram 10 milhões. As vendas da Levi's decuplicaram entre 1964 e 1975, passando da marca de 1 bilhão de dólares. Em 1979, haviam alcançado 2 bilhões de dólares. E a Levi's foi apenas uma das várias marcas de sucesso, com a Lee e a Wrangler também na disputa.

Essas roupas 100% norte-americanas também eram atraentes para os estrangeiros, como ficou claro quando a Levi's lançou uma campanha para promover a exportação do produto nos anos 1960 e 1970. Para os jovens de

todo o mundo, o jeans simbolizou uma revolta geracional contra as convenções asfixiantes da indumentária do pós-guerra. O gênio do jeans[102] havia saído da garrafa, e a garrafa era, muito provavelmente, a embalagem de vidro da Coca-Cola, com suas curvas acentuadas. Parecia ser só uma questão de tempo para que a Levi Strauss & Co. alcançasse sua ambição declarada de "vestir o mundo". "The World is Blue Jeans Country Now" ["O mundo, agora, é o país do jeans azul"], proclamou a revista *Life* em 1972[103]. Ao se expandir no exterior, a Levi's estava seguindo o manual de estratégia da Coca-Cola. O líquido efervescente marrom, inventado em 1886 quando John Pemberton carbonatou uma mistura de cocaína da folha de coca e cafeína da noz de cola, conseguiu superar até mesmo a Singer como uma marca global. A Coca-Cola se proclamava "a Bebida Internacional" já em 1929, quando estava à venda em 78 países diferentes, incluindo até mesmo a Birmânia – onde seu característico logotipo manuscrito spenceriano podia ser visto, de maneira um tanto desarmônica, na entrada do Pagode Schwedagon, em Yangon[104]. Na Segunda Guerra Mundial, a Coke gerenciava 64 usinas de engarrafamento diferentes em seis palcos de guerra. Conseguiu estabelecer uma usina de engarrafamento até mesmo no Laos em 1973, no auge da Guerra do Vietnã.

Tanto para a Levi's quanto para a Coca-Cola, no entanto, não havia barreira mais impenetrável do que a Cortina de Ferro instalada na Europa pela Guerra Fria. De fato, o chefe da Coca-Cola, Robert W. Woodruff, se recusou, por princípio, a participar da Exposição Nacional Americana em Moscou, culpando pessoalmente o vice-presidente Richard Nixon quando a Pepsi conseguiu a proeza de fazer com que o líder soviético Nikita Khrushchev experimentasse o refrigerante rival após o debate televisionado dos dois líderes na abertura da Exposição, em julho de 1959[105].

Na retórica da Guerra Fria, estava claro quem era o "Ocidente" e quem era o "Oriente". O Oriente começava onde o rio Elba marcava o fim da República Federal da Alemanha e o início da República Democrática Alemã. Terminava na fronteira entre a República Democrática Popular da Coreia e a República da Coreia. Mas, do ponto de vista do verdadeiro Oriente – do Oriente Médio ao Extremo Oriente –, o mundo parecia

simplesmente ter sido dividido entre dois Ocidentes rivais, um capitalista e um comunista. As pessoas no comando pareciam mais ou menos similares. De fato, em muitos aspectos a União Soviética desejava imitar os Estados Unidos, construir as mesmas armas – e também os mesmos bens de consumo. Conforme Khrushchev deixou bem claro em seu "debate de cozinha" com Nixon, os soviéticos aspiravam a se igualar aos norte-americanos produto por produto. Com relação ao vestuário, havia pouco a escolher entre os dois homens. Vestido totalmente em branco e negro, como que para confundir a tecnologia da TV em cores que se esperava que ele promovesse, Nixon parecia o austero advogado californiano que era. Usando terno e chapéu de cor clara, Khrushchev parecia mais um congressista *dixiecrat* que havia tomado muito martíni durante o almoço.

Assim como os jovens do mundo inteiro, os adolescentes da União Soviética e seus satélites na Europa Oriental estavam clamando por jeans. Portanto, é realmente estranho que o principal rival dos Estados Unidos no mundo pós-guerra não tenha sido capaz de copiar essa peça de roupa tão óbvia. Talvez se tenha pensado que a loucura ocidental por jeans havia tornado a vida mais fácil para os soviéticos. Afinal, supostamente a União Soviética era o paraíso proletário, e os jeans são muito mais fáceis de fazer que as calças Sta-Prest, por exemplo (outra invenção de Levi Strauss, introduzida em 1964). Mas, de alguma forma, o bloco comunista foi incapaz de entender o poder de sedução de uma peça de indumentária que poderia ter simbolizado com igual eficácia as virtudes do dedicado trabalhador soviético. Em vez disso, o jeans azul, e a música pop com a qual logo esteve intimamente associado, tornaram-se símbolos perfeitos da superioridade ocidental. E, ao contrário das ogivas nucleares, o jeans foi de fato lançado contra os soviéticos: houve exposições da Levi's em Moscou em 1959 e em 1967.

Se fosse um estudante vivendo atrás da Cortina de Ferro nos anos 1960 – na Berlim Oriental, por exemplo –, você não ia querer vestir o uniforme de um Jovem Pioneiro, o equivalente comunista dos escoteiros. Ia querer se vestir como todos os jovens no Ocidente. Stefan Wolle era um estudante da Alemanha Oriental naquela época. Ele recorda:

> No começo, não era possível [comprar jeans na República Democrática Alemã]. O jeans era considerado a personificação do imperialismo cultural anglo-saxão. E usar jeans era extremamente malvisto. E não se podia comprar um. [Mas] muitos conseguiam com parentes que viviam no Ocidente [...] Eles usavam, e os professores, os empregadores e os policiais nas ruas se irritavam. Isso deu origem a um mercado negro de produtos ocidentais que parecia ameaçar o Estado.[106]

O jeans era tão desejado que as autoridades policiais soviéticas cunharam o termo “crimes de jeans”, que se referia a “violações da lei provocadas por um desejo de usar de qualquer meio para obter artigos feitos de jeans”. Em 1986, Régis Debray, filósofo esquerdista francês e antigo companheiro de armas de Che Guevara, observou: “Há mais poder no rock, nos vídeos, no jeans azul, na *fast food*, nas redes de notícias e nas antenas de TV do que em todo o Exército Vermelho”[107]. Tudo isso estava se tornando claro em meados dos anos 1980. Em 1968, no entanto, não era nada certo.

O ano de 1968 foi um ano de revolução em todos os aspectos, de Paris a Praga, de Berlim a Berkeley, e até mesmo em Pequim[108]. Mas o fator comum de todas essas rupturas ao duopólio de poder da Guerra Fria era a juventude. Em raras ocasiões, nos tempos atuais, as pessoas entre 15 e 24 anos representaram uma parcela tão grande da população quanto na década pós-1968. Tendo sido reduzidas a meros 11% da população dos Estados Unidos em meados dos anos 1950, os jovens alcançaram um pico de 17% em meados dos anos 1970. Na América Latina e na Ásia, superaram os 20%. Ao mesmo tempo, a expansão da educação superior, sobretudo nos Estados Unidos, significou que uma proporção maior de jovens ia à universidade. Em 1968, os estudantes universitários compunham mais de 3% de toda a população norte-americana, em comparação com menos de 1% em 1928. Uma expansão mais modesta acontecera também na Europa. Estes eram os *baby boomers* do pós-guerra – jovens, numerosos, educados e prósperos. Eles tinham todos os motivos para serem gratos à geração de seus pais, que havia lutado por liberdade e de quem herdaram oportunidades. Em vez disso, eles se revoltaram.

Em 22 de março de 1968, os estudantes franceses ocuparam a sala dos professores no oitavo piso da Universidade de Paris em Nanterre –

“Nanterre, a louca”, como ficou conhecido o feio *campus* de concreto. Em maio, dezenas de milhares de estudantes, incluindo os da elite da Sorbonne, entraram em confronto com a polícia nas ruas de Paris[109]. Uma greve geral tomou conta do país quando os sindicatos aproveitaram a oportunidade para reivindicar melhores salários a um enfraquecido governo. Cenas similares ocorreram na Universidade de Berkeley, na Califórnia, na Universidade Livre, em Berlim, e até mesmo em Harvard, onde os membros da organização Students for a Democratic Society ocuparam a casa do presidente, e membros da Worker-Student Alliance tomaram de assalto o edifício da reitoria da Universidade (temporariamente rebatizado de Edifício Che Guevara), desalojando o reitor e os diretores que trabalhavam lá.

À primeira vista, essa revolta no *campus* foi dirigida contra a guerra dos Estados Unidos que almejava preservar a independência do Vietnã do Sul, uma guerra que, em 1968, havia custado a vida de mais de 30 mil americanos e perdido a aprovação da maior parte do público. A geração de 1968 também apoiou o movimento pelos direitos civis dos afro-americanos, uma oposição classicamente liberal aos obstáculos à igualdade racial que ainda persistiam no Sul dos Estados Unidos. Mas grande parte da linguagem de 1968 foi marxista, representando quase todo conflito, de Israel à Indochina, como uma luta anti-imperialista. De acordo com líderes estudantis mais doutrinários, como Daniel (“Danny, o Vermelho”) Cohn-Bendit e Rudi Dutschke, o objetivo era a “insurreição nos centros do capitalismo”. “A humanidade não será feliz”, os *enragés* declararam, “enquanto o último capitalista não for enforcado com as entranhas do último burocrata”. Como anarquistas, os membros da Internacional Situacionista queriam a abolição do próprio trabalho, instando os estudantes que os apoiavam: *Ne travaillez jamais* – Trabalhar, jamais[110]. Mas havia uma demanda mais prática que dizia muito sobre os verdadeiros objetivos da revolução: o acesso masculino irrestrito aos dormitórios femininos – daí o ditame de “abrir a mente com tanta frequência quanto o zíper”. Conforme um grafiteiro afirmou: “Quanto mais eu quero fazer amor, mais eu quero fazer a revolução. Quanto mais eu quero fazer a revolução, mais eu quero

fazer amor”[111]. As estudantes eram encorajadas a experimentar graus de exposição que até então eram tabus. Dos pijamas sem forma dos Guardas Vermelhos de Mao às calças boca de sino dos hippies, a revolução de 1968 foi toda sobre roupas. Das minissaias aos biquínis, a revolução sexual foi toda sobre a ausência delas. “As mulheres devem rejeitar seu papel como as principais consumidoras no estado capitalista”, declarou Germaine Greer, feminista de origem australiana, que gostava mais de festa do que de política[112].

A ironia foi que a geração de 1968, que denunciou o imperialismo norte-americano no Vietnã e simbolicamente quebrou as vidraças do escritório da American Express em Paris, prosseguiu com seu vício crônico na cultura popular norte-americana. O *blue jeans* – agora remodelado com cintura baixa e pernas boca de sino – continuou sendo o uniforme da rebelião juvenil. As gravadoras de discos continuaram a fornecer a trilha sonora: as músicas “Street Fightin’ Man”, dos Rolling Stones (lançada pela Decca em dezembro de 1968), e “Revolution”, dos Beatles (lançada pelo selo Apple, da própria banda, quatro meses antes), eram ambas notadamente céticas quanto aos benefícios da revolução. Calças jeans e discos de vinil: esses estiveram entre os produtos de maior sucesso do capitalismo do fim do século XX. E, assim como nos anos 1920, uma política de proibição – dessa vez de narcóticos – ofereceu um novo campo de oportunidade para a indústria do crime. Os situacionistas franceses podiam acumular insultos à sociedade de consumo, com sua cultura de materialismo obtusa e sua publicidade onipresente (que Guy Debord desdenhosamente chamou “sociedade do espetáculo”), mas aqueles que se rebelaram contra o capitalismo em Paris estavam subestimando de maneira brutal os benefícios que eles próprios colhiam do sistema. Com a exceção dos golpes ocasionais desferidos pelos cassetetes de policiais simplórios e grosseiros que desprezavam os “cabeludos” da classe média privilegiada, as autoridades no mundo ocidental em geral concederam aos estudantes liberdade para protestar. De fato, a maioria das universidades cedeu às exigências dos estudantes. Outra ironia foi o fato de um movimento jovem que defendia fazer “amor e não guerra” acabar sendo associado a tanta violência:

conflitos raciais em cidades norte-americanas, aumento repentino na taxa de homicídio e terrorismo na Europa Ocidental e no Oriente Médio. Uma nova era começou em 23 de julho de 1968, quando a Organização para a Libertação da Palestina sequestrou uma aeronave El Al que partia de Roma com destino a Tel Aviv. Não tardou muito para que o turbante *keffiyeh* defendido pelo líder da OLP, Yasser Arafat, se tornasse tão em voga quanto a boina de Che Guevara.

Atravessar a Cortina de Ferro em 1968 era como atravessar um espelho. Para o visitante proveniente da Europa Ocidental muita coisa soava familiar. Os planejadores urbanos em ambas as metades da Europa haviam cometido o mesmo erro, retirando as pessoas dos centros das cidades e abandonando-as em prédios baratos e repulsivos no estilo Bauhaus cruelmente funcional que havia fascinado os arquitetos do pós-guerra. Mas algumas coisas familiares podiam ter significados diametralmente opostos. Em Praga, os jovens também preferiram cabelo comprido e jeans em vez do ideal do Partido Comunista – cabelo curto atrás e dos lados, ternos de poliéster e gravatas vermelhas. Mas essa preferência era precisamente porque eles evocavam o Ocidente capitalista. Os tchecos até chamavam o jeans de *Texas-skis* – calças texanas[113]. Com os planejadores relutantes em fabricar jeans, a única forma de obtê-los era por contrabando. O cantor pop Petr Janda, cuja banda Olympic aspirava a ser os Beatles tchecos,[114] adquiriu seu primeiro par de Levi's 501 dessa maneira; era curto demais, mas ainda assim seus amigos se corroeram de inveja[115]. Como em Paris, também em Praga as universidades se tornaram barris de pólvora para um choque de gerações. O poeta *beatnik* Allen Ginsberg visitou a Universidade Carolina de Praga na primavera de 1965; ele foi expulso no início de maio pelo caráter "libertino e moralmente perigoso" de seus escritos. Em novembro de 1967, estudantes da Universidade Carolina se reuniram durante um blecaute e marcharam para o centro de Praga segurando velas. Um dos estudantes envolvidos no protesto foi Ivan Touška. Conforme ele recorda:

> Havia tantos cortes de luz na época – e as velas foram um símbolo prático durante o primeiro protesto – tínhamos velas, mas queríamos luz elétrica. Mas “Queremos luz” obviamente tinha um significado mais amplo: “luz” contra a “escuridão” do mais elevado corpo político da época – o Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia[116].

Em abril de 1968, Alexander Dubček lançou seu “Programa de Ação” para a liberalização econômica e política. De maneira significativa, sua política econômica abandonou o foco na indústria pesada e passou a centrar-se em bens de consumo. Mas a liderança soviética em Moscou viu a Primavera de Praga como uma ameaça inaceitável. Às 4 da manhã de 21 de agosto de 1968, os tanques e as tropas soviéticos cercaram o edifício que abrigava o Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia. Ameaçados por uma multidão raivosa, os tanques abriram fogo, matando um jovem. Por volta das 9 da manhã, tropas tomaram de assalto o edifício. Dubček foi levado à União Soviética, de onde teve a sorte de voltar vivo. Um ponto focal de resistência foi a praça Venceslau, onde os tchecos se reuniam diariamente em torno da estátua equestre de Venceslau, o beatificado duque da Boêmia do século X. Em Paris, os estudantes haviam lançado coquetéis molotov em chamas contra a tropa de choque. Em Praga, em 19 de janeiro de 1969, um estudante tcheco chamado Jan Palach embebeu suas roupas em querosene e ateou fogo em si mesmo. Ele morreu três dias depois. No Ocidente, os estudantes se enchiam de retórica marxista, mas o que realmente queriam era amor livre. Do outro lado da Cortina de Ferro, as reivindicações eram mais elevadas. O que estava em discussão era a própria liberdade.

Após 1968, o regime comunista restaurado exigiu que todos os músicos de rock tchecos fizessem uma prova escrita sobre marxismo-leninismo. Uma peculiar banda vanguardista chamada The Plastic People of the Universe, formada um mês depois da invasão soviética, respondeu com canções como “100 Points”[117] (“They are afraid of freedom./ They are afraid of democracy./ They are afraid of the [United Nations] Human Rights’ Charter./ They are afraid of socialism./ So why the hell are we afraid of them?”).[118] Logo ficou claro. Em janeiro de 1970, a licença de seus

músicos profissionais foi revogada. Dois anos mais tarde, foram proibidos de tocar em Praga, o que os obrigou a tocar em festas particulares no interior da Boêmia. Foi após um desses eventos subversivos – o Segundo Festival de Música da Cultura Alternativa em Bojanovice, em fevereiro de 1976 – que todos os membros da banda, incluindo seu vocalista canadense Paul Wilson, foram presos. Dois deles, Vratislav Brabenec e Ivan Jirous, foram levados aos tribunais acusados de "vulgaridade extrema [...] antissocialismo [...] niilismo [...] e decadência" e condenados a períodos de 18 e oito meses de prisão. Foi seu julgamento que inspirou a fundação da Carta 77, o grupo dissidente liderado por Václav Havel, o dramaturgo e futuro presidente da Tchecoslováquia. Nunca em sua história o rock foi mais politizado do que em Praga nos anos 1970.[119]

Então por que não deixar que os estudantes tchecoslovacos tivessem todo o jeans e rock and roll que quisessem? A resposta é que a sociedade de consumo apresentava uma ameaça fatal ao próprio sistema socialista. Era baseada no mercado. Reagia aos sinais dos consumidores – suas preferências por jeans em vez de calças de flanela, ou por Mick Jagger em vez de Burt Bacharach. E destinava uma parte cada vez maior dos recursos a satisfazer essas preferências. Isso o sistema soviético simplesmente não podia fazer. O Partido sabia do que todos precisavam – trajes marrons de poliéster – e fazia seus pedidos às fábricas estatais conforme a necessidade. A alternativa era inerentemente subversiva. Um fato significativo é que as autoridades da Alemanha Oriental colocaram a culpa da revolta dos trabalhadores de 1953 nos provocadores ocidentais "com calças de caubói e camisas texanas"[120]. Khrushchev pode ter desejado copiar a TV em cores; mas ele certamente não queria os Beatles. "Os jovens da União Soviética não precisam desse lixo cacofônico", declarou. "É só um pequeno passo dos saxofones [sic] aos canivetes."[121] De todo modo, para que os soviéticos pudessem acompanhar os norte-americanos, muito mais ricos, na corrida armamentista da Guerra Fria, os tanques precisavam ter precedência sobre as camisetas regatas, os bombardeiros estratégicos sobre as guitarras elétricas. Um crítico soviético observou, de maneira reveladora, que "cada gota de energia usada na pista de dança era energia que poderia e deveria ter

sido investida na construção de uma usina hidrelétrica”[122]. Isso não impediu que o jeans continuasse sendo contrabandeado para a própria Rússia por comerciantes do mercado negro conhecidos como *fartsovshchiki*, que se especializavam em permutar jeans por chapéus de pele e caviar, os únicos suvenires que os visitantes ocidentais em Moscou já quiseram comprar. Um par de jeans no mercado negro podia chegar a custar entre 150 e 250 rublos, numa época em que o salário médio mensal era menos de 200 rublos, e um par de calças comuns, fabricadas pelo Estado, era vendido por dez ou 20 rublos.

Com a repressão da Primavera de Praga, o sistema comunista na Europa Oriental parecia indestrutível. Em Berlim, a divisão da cidade em Oriental e Ocidental parecia um fato consumado. Mas, embora os comunistas fossem bons em reprimir a oposição política, eram muito mais vulneráveis à sociedade de consumo do Ocidente. A influência da moda ocidental se mostrou impossível de deter, sobretudo quando os alemães orientais puderam assistir televisão alemã ocidental (eles há muito tinham acesso à rádio ocidental). Designers como Ann Katrin Hendel começaram a confeccionar suas próprias roupas em estilo ocidental, vendendo-as em porta-malas de carros. Hendel fez até mesmo seu próprio jeans:

> Tentamos costurá-los usando lona encerada, ou roupa de cama, ou tecidos que não eram jeans. Também tentamos tingi-los, mas também era muito difícil acertar no tingimento [...] Eles se tornaram tão populares que as pessoas os arrancavam de nossas mãos.[123]

O ponto crucial é que o sucesso das indústrias de consumo ocidentais era agora comparado, como uma imagem espelhada, com o péssimo desempenho de suas equivalentes soviéticas. Não só o crescimento era cada vez mais baixo após 1973 (menos de 1%), como também os fatores de produtividade total estavam diminuindo. Com efeito, alguns empreendimentos estatais estavam subtraindo valor das matérias-primas que processavam. Como Hayek havia alertado, na ausência de preços significativos os recursos eram mal alocados; as autoridades corruptas restringiam a produção para maximizar seus próprios ganhos ilícitos; os

trabalhadores fingiam trabalhar e, em troca, os gestores fingiam pagá-los. Não só o estoque de capital industrial, como também o estoque de capital humano estavam sendo desperdiçados; as usinas de energia nuclear foram arruinadas; o alcoolismo disparou. Longe de desafiar a supremacia econômica dos Estados Unidos, como Khrushchev havia ameaçado, a União Soviética alcançou um consumo *per capita* de cerca de 24% do nível norte-americano – quando muito, um desafio à Turquia[124]. Ao mesmo tempo, a mudança nas relações das superpotências rumo à *détente* e ao desarmamento minou em grande medida a importância da capacidade dos soviéticos de produzir mísseis em massa. A alta no preço do petróleo na década de 1970 postergou apenas momentaneamente o colapso do sistema. Quando o preço do petróleo caiu nos anos 1980, o bloco soviético ficou sem nada além de dívidas em moeda forte – dinheiro emprestado do próprio sistema que Khrushchev havia prometido "enterrar". Mikhail Gorbachev, nomeado secretário-geral do Partido Comunista Soviético em março de 1985, percebeu que agora não havia outra alternativa senão reformar tanto a economia quanto o sistema político, incluindo o império soviético na Europa Oriental. Com a *glasnost* e a *perestroika* como os novos lemas em Moscou, os radicais em Berlim Oriental foram deixados sem salvação – forçados a censurar publicações e relatórios não só do Ocidente como também da União Soviética.

Assim como em 1848, e assim como em 1918, as revoluções de 1989 se espalharam depressa. Em Varsóvia, em fevereiro de 1989, o governo polonês concordou em dialogar com o sindicato livre Solidariedade; logo o país estava se preparando para eleições diretas. Em Budapeste, em maio, os comunistas húngaros decidiram abrir suas fronteiras com a Áustria. A Cortina de Ferro começou a enferrujar. Por volta de 15 mil alemães orientais partiram, via Tchecoslováquia, para "passar as férias" na Hungria naquela que era, na realidade, uma viagem sem volta para o Ocidente. Em junho, o Solidariedade venceu as eleições polonesas e tratou de compor um governo democrático. Em setembro, os comunistas húngaros seguiram o exemplo polonês, concordando com eleições livres. No mês seguinte, enquanto Erich Honecker aprimorava seus planos de celebrar o

quadragésimo aniversário da República Democrática Alemã, centenas, e então milhares, e então dezenas de milhares, e então centenas de dezenas de milhares de pessoas saíram às ruas em Leipzig, primeiro cantando “Wir sind das Volk” (Nós somos o povo), e depois consertando para “Wir sind ein Volk” (Nós somos um único povo). Dessa vez, ao contrário do que aconteceu em Budapeste em 1956 e em Praga em 1968 – sem esquecer de Gdánsk em dezembro de 1981 e Pequim em junho de 1989 –, as tropas permaneceram em seus quartéis. No Partido Alemão Oriental, onde o tamanho da bancarrota da República Democrática Alemã estava ficando claro, Honecker foi afastado por “reformadores” mais jovens. Mas era tarde demais para reformas. Outros, *apparatchiks* mais ágeis, notadamente na Romênia, já estavam mudando de lado, calculando os prováveis benefícios pessoais que obteriam com as reformas de mercado.

Em 9 de novembro de 1989, os jornalistas de Berlim Oriental receberam com perplexidade a informação de que “[se havia] decidido permitir que todos os cidadãos deixassem o país através dos pontos de travessia oficiais [...] entrando em vigor imediatamente”, notícia que levou uma legião de berlinenses orientais aos postos de controle da fronteira. Despreparados, os guardas optaram por não resistir. À meia-noite, todos os postos de controle haviam sido forçados a abrir passagem, e uma das maiores festas do século estava a caminho, seguida de uma das maiores febres de compras. Com a queda do Muro de Berlim, a Guerra Fria estava definitivamente encerrada, apesar de que foi só com o fracasso do Golpe de Moscou, em agosto de 1991, e com a subsequente dissolução da União Soviética, que os Estados bálticos, a Ucrânia e a Bielorrússia se tornaram Estados independentes, junto com as três grandes repúblicas caucasianas e os cinco “istões” da Ásia Central.

Poucos haviam previsto aquilo.[125] Para alguns, era “o fim da história”, a vitória definitiva do modelo capitalista liberal[126]. Para outros, era o “triunfo do Ocidente”, a conquista política dos três líderes carismáticos: Ronald Reagan, o papa João Paulo II e Margaret Thatcher[127]. Uma terceira visão deu crédito ao nacionalismo. Mas o analista que mais chegou perto foi o executivo de moda italiano que havia começado a comercializar uma linha

de “jeans *perestroika*” justos. Foi, acima de tudo, como sociedades de consumo que a União Soviética e seus satélites fracassaram. Não foi por acaso que os protestos populares de 2006 contra o regime incorrigivelmente autoritário na Bielorrússia consistiram em usar jeans – embora Minsk ainda esteja esperando sua Revolução do Jeans[128].

### *Pijamas e véus*

Com a Revolução Comunista de Mao Tsé-Tung em 1949, a China se tornou a sociedade mais sombria do mundo. Os últimos vestígios da seda da era Qing haviam desaparecido, assim como os trajes ocidentais favoritos dos nacionalistas entre as guerras. Na busca pela igualdade estrita, todos receberam vestimentas que eram muito parecidas com pijamas. Cinza. Mas hoje, ao caminhar por uma típica rua chinesa, o que vemos é um caleidoscópio de estilos de roupa ocidentais. Outdoors publicitários em todas as grandes cidades exaltam as virtudes das marcas ocidentais, de Armani a Ermenegildo Zegna. Assim como em todas as outras revoluções industriais, a da China começou com a produção têxtil. Até recentemente, a maioria das peças manufaturadas nas Zonas Econômicas Especiais da costa era destinada à exportação para o Ocidente. Hoje, com a demanda em baixa nas economias ocidentais em recessão, o principal desafio que as autoridades de Pequim enfrentam é como fazer o trabalhador chinês poupar menos e consumir mais; em outras palavras, comprar mais roupas. É como se o triunfo da sociedade de consumo do Ocidente estivesse próximo de ser completo. Ou não?

Istambul é uma cidade cosmopolita, onde as roupas e os acessórios da civilização ocidental há muito são lugar-comum nas ruas. Caminhando pelos principais centros de compras de İstiklâl Caddesi, a sensação é de que poderíamos estar em praticamente qualquer lugar no mundo mediterrâneo. Mas basta ir a outra parte na mesma cidade – na área de Fatih, perto de Sultão Ahmed, por exemplo – e as coisas parecem muito diferentes. Para os muçulmanos devotos, as normas ocidentais de indumentária feminina são inaceitáveis, porque revelam mais do que permite a religião.[129] E é por isso

que, em um país que é majoritariamente muçulmano, o turbante, o véu (*niqāb* ou *khimār*) e a capa preta solta (*abaya*) estão de volta.

Isso representa uma importante mudança de direção para a Turquia. Conforme vimos no Capítulo 2, o fundador da república turca, Kemal Atatürk, tratou de ocidentalizar o modo como os turcos se vestiam, proibindo o uso de roupas religiosas em todas as instituições estatais. O governo militar secularista que chegou ao poder em 1982 ressuscitou essa política proibindo as estudantes de usar véu na universidade. Essa proibição, no entanto, não foi rigorosa até 1997, quando o Tribunal Constitucional determinou explicitamente que o uso de véu em locais acadêmicos – incluindo escolas e universidades – violava o artigo 2 da Constituição, que preserva o caráter secular da república. (O uso de barba comprida por estudantes do sexo masculino também foi declarado inconstitucional.) Quando as autoridades nas escolas e universidades convocaram a tropa de choque para fazer valer essa medida, o país mergulhou na crise. Em outubro de 1998, por volta de 140 mil pessoas protestaram contra a proibição, dando as mãos para formar uma corrente humana em mais de 25 províncias. Em Istambul, milhares de garotas optaram por perder as aulas em vez de tirar o véu; algumas mantiveram vigílias diárias do lado de fora dos portões da escola. Na Universidade de Inönü, na Anatólia Oriental, uma manifestação contra a proibição se tornou violenta, levando à prisão de 200 protestantes. Uma série de mulheres jovens na cidade oriental de Kars chegou a cometer suicídio em protesto,[130] e um juiz que defendeu a proibição foi assassinado no tribunal, em maio de 2006. Em 2008, o governo islâmico, liderado desde 2003 pelo Partido de Justiça e Desenvolvimento de Recep Tayyip Erdogan, alterou a Constituição para permitir o uso de véu nas universidades, mas a decisão foi derrubada pelo Tribunal Constitucional. A Corte Europeia de Direitos Humanos também defendeu a proibição do véu.

A questão ilustra, mais uma vez, como nossas roupas e acessórios podem ter um significado mais profundo. O lenço de cabeça ou o véu são meramente uma expressão da fé pessoal, que qualquer sociedade ocidentalizada deveria tolerar com base no princípio de liberdade de

expressão? Ou são símbolos antiquados da desigualdade social determinada pelo Islã, que uma sociedade secular deveria proibir? A questão é encarada por islamitas como a jornalista Nihal Bengisu Karaca como uma questão de liberdade individual e direitos humanos:

> Queremos ser tratadas da mesma maneira que as mulheres que não usam o lenço. Somos iguais, nada é diferente, queremos ser tratadas da mesma maneira. Temos os direitos que elas têm [...] Só queremos uma democracia entre as mulheres que não usam lenço e as que usam.[131]

O argumento islamita é que cobrir o corpo é não mais que uma opção inofensiva, que algumas mulheres escolhem exercer livremente. O véu, segundo dizem, é apenas mais uma forma de indumentária feminina, disponível nas lojas de Istambul em todos as cores e estilos, com brilhos para as exibicionistas. A realidade, é claro, é que promover o véu é parte de um plano mais amplo de limitar os direitos humanos por meio da implementação da lei *sharia* na Turquia, alcançando pouco a pouco o que foi alcançado de maneira muito mais repentina no Irã após a Revolução de 1979 – uma reação contra a "intoxicação ocidental" (*gharbzadegi*) do Irã, promovida pelo xá, que o aiatolá Khomeini converteu em uma drástica contrarrevolução sexual[132]. Já é possível ver burcas nas ruas de Istambul, cobrindo as usuárias da cabeça aos pés, deixando-as com apenas uma minúscula abertura para enxergar – ocultando tão absolutamente sua identidade que, em 2010, a Assembleia Nacional Francesa votou pela proibição total dessas roupas. Não é nenhuma casualidade que essa mudança na indumentária tenha sido acompanhada de uma mudança na política externa da Turquia. Outrora um pilar pró-americano da Otan e candidata a membro da União Europeia, a Turquia está cada vez mais se voltando para o Oriente, competindo com a República Islâmica do Irã pela liderança do mundo muçulmano, ressuscitando memórias dos tempos do poder otomano.

Em suma (ou em detalhe, se preferir), o que as pessoas vestem é importante. Os dois grandes saltos do Ocidente – a evolução industrial e a sociedade de consumo – estiveram, em grande medida, associados com

roupas: primeiro tornando-as mais eficientes, e então usando-as de maneira mais reveladora. A disseminação do modo de vestir ocidental foi inseparável da disseminação do modo de vida ocidental, assim como a reação contra o modo de vestir ocidental no mundo islâmico é uma revivificação do islamismo no mundo. Os revolucionários iranianos referiam-se pejorativamente aos promotores da ocidentalização como *fokoli*, da palavra francesa *faux-col* (gravata-borboleta), e os homens em Teerã hoje rechaçam o uso de gravatas[133]. Com o crescimento das comunidades muçulmanas na Europa Ocidental, as mulheres usando véu são hoje uma cena tão comum nas ruas de Londres quanto as camisetas de futebol do Manchester United nas ruas de Xangai. A Grã-Bretanha deveria seguir o exemplo dos franceses e proibir a burca? Ou a sociedade de consumo do Ocidente tem um antídoto para o véu que seja tão efetivo quanto o jeans azul foi um dia contra os pijamas maoistas?

Talvez, pensando bem, essas não sejam as perguntas corretas, pois implicam que todas as conquistas da civilização ocidental – o capitalismo, a ciência, o Estado de direito e a democracia – foram reduzidos a um mero local de compras. A terapia do varejo talvez não seja a resposta para todos os nossos problemas. Talvez a ameaça definitiva ao Ocidente venha não do islamismo radical, nem de outra força externa, e sim de nossa falta de compreensão e de fé com relação a nossa própria herança cultural.

---

Kahn, um aluno do filósofo Henri Bergson, foi arruinado pela Depressão, o que pôs fim a seu grande projeto fotográfico. Uma seleção das imagens pode ser vista em http://www.albertkahn.co.uk/photos.html.

Okuefuna, *The Wonderful World of Albert Kahn*.

Galeano, *Open Veins of Latin America*, p. 47.

Clark's, a empresa que a construiu (e que forneceu a Kenneth Clark os meios para ser um estudioso de elite), foi fundada em 1812. A tecelagem que conhecemos atualmente foi construída em 1886 em um estilo utilitário que Jeremy Bentham teria admirado. Encerrou suas atividades em 1968, quando deixou de ser rentável, como a maior parte da indústria têxtil britânica, devido à competição japonesa.

Crafts, "British Economic Growth", tabela 6.1.

Clark, *A Farewell to Alms*, figura 9.2.

Gildea, *Barricades and Borders*, p. 6, 145, 181.

Mokyr, *The Economics of the Industrial Revolution*, p. 109.

A população da Inglaterra aumentou em mais de um terço entre as décadas de 1740 e de 1790; nos anos 1860, era mais de três vezes maior. A idade média ao se casar caiu de 26 para 23 anos, menos mulheres permaneciam solteiras e havia mais nascimentos ilegítimos. Gregory Clark afirmou que a tendência de que os filhos dos indivíduos mais ricos vivessem por mais tempo que os dos pobres explica a Revolução Industrial, já que "os valores da classe média e a orientação econômica tinham mais probabilidade de se espalhar por meio da vantagem reprodutiva [...] A parcimônia, a prudência, a negociação e o trabalho duro estavam sendo infundidos em comunidades outrora esbanjadoras, violentas, impulsivas e amantes do ócio" (Clark, *Farewell to Alms*, p. 132, 166). Mas, supostamente, as crianças ricas francesas e italianas também se davam melhor do que as pobres.

) Esteban, "Factory Costs, Market Prices, and Indian Calicos", figura 1.

l Allen, *The British Industrial Revolution in Global Perspective*, p. 156.

2 Morris, *Why the West Rules*, p. 497.

3 Jones, "Living the Enlightenment and the French Revolution".

4 Morris, *Why the West Rules*, p. 491.

5 Ver especialmente McKendrick et al., *The Birth of a Consumer Society*.

6 Berg, "In Pursuit of Luxury".

7 Vries, "Between Purchasing Power and the World of Goods".

8 Berg, "From Imitation to Invention".

9 Findlay e O'Rourke, *Power and Plenty*, tabelas 6.2 e 6.4.

) La Porta et al., "Law and Finance", "Investor Protection and Corporate Governance".

l O'Brien et al., "Political Components of the Industrial Revolution". Ver também Leunig, "A British Industrial Success", p. 93.

2 Vantagem comparativa significa a capacidade de um país para produzir um bem ou serviço com custo de oportunidade mais baixo/eficiência relativa mais alta do que outro. O famoso exemplo de David Ricardo diz respeito ao comércio entre a Inglaterra e Portugal. Em Portugal, é possível produzir vinho e tecido com mais facilidade e a um custo mais baixo que na Inglaterra, mas na Inglaterra é muito mais difícil e, portanto, mais caro produzir vinho do que tecido. Portanto, ambos os lados saem ganhando se Portugal foca na produção de vinhos, onde sua vantagem comparativa é maior, deixando à Inglaterra a produção exclusiva de tecido. O primeiro obtém mais tecido do que seria o caso se produzisse internamente; o último obtém vinho mais barato. Essa teoria, quando aplicada à Irlanda, teve resultados catastróficos. A especialização na produção de carne para o mercado inglês levou a uma dependência excessiva da batata para alimentar os trabalhadores rurais e, portanto, a uma grande vulnerabilidade à praga desse vegetal, a *Phytophthora infestans*, que se alastrou em meados dos anos 1840. Fiel aos princípios de Ricardo, o governo britânico se recusou a enviar alimentos emergenciais para aliviar a fome; um milhão de pessoas morreu, confirmando não as previsões de Ricardo, mas as de Thomas Malthus, o autor do *Ensaio sobre o princípio de população* (1798), que previu tais calamidades. Aos irlandeses sobreviventes só lhes restou emigrar, em sua maioria para os Estados Unidos.

3 Guinnane et al., “Putting the Corporation in its Place”; Lamoreaux, “Scylla or Charybdis?”

4 Allen, *The British Industrial Revolution in Global Perspective.*

5 Parthasarathi, “Rethinking Wages and Competitiveness in the Eighteenth Century”.

6 Pollard, *Peaceful Conquest*.

7 Ver Fowler Mohanty, *Labor and Laborers of the Loom*, esp. p. 76. Sobre as ramificações mais amplas do cultivo de algodão, ver Dattel, *Cotton and Race in the Making of America*.

8 Clark, *A Farewell to Alms*, p. 267.

9 Farnie, “The Role of Merchants as Prime Movers”, p. 20 ss.

0 Darwin, *On the Origin of Species*, caps. 3, 4 e 14.

1 Ferguson, “An Evolutionary Approach to Financial History”.

2 As “tecelagens sombrias e satânicas” do texto podem muito bem se referir às tecelagens de Albion Flour, construídas por Boulton e Watt em Londres em 1769 e destruídas por um incêndio em 1791.

3 Carlyle, *Past and Present*, Livro I, caps. 1-4, Livro IV, caps. 4, 8.

4 Kaelble, *Industrialization and Social Inequality in 19th-Century Europe*.

5 Evans, *Death in Hamburg*.

6 Grayling, *Toward the Light of Liberty*, p. 189-93.

7 Wilde, *De Profundis*, p. 21, 23, 33.

8 Berger e Spoerer, “Economic Crises and the European Revolutions of 1848”.

9 Ver, por exemplo, Fowler, *Lancashire Cotton Operatives and Work*.

0 Allen, “The Great Divergence in European Wages”. Sou grato a Robert Allen por compartilhar comigo seus dados sobre salários.

1 Allen et al., “Wages, Prices, and Living Standards in China, Japan and Europe”.

2 Mazzini, “To the Italians”.

3 Bismarck, *Reflections and Reminiscences*, vol. I, cap. 13.

4 Schorske, *Fin-de-Siècle Vienna*.

5 A lista de nomes a seguir fala por si só: Donna Karan, Calvin Klein, Estée Lauder, Ralph Lauren, Helena Rubenstein, Levi Strauss. Assim como a lista de lojas de departamento: Abraham & Straus, Bergdorf Goodman, Bloomingdale’s, Macy’s, Neiman Marcus, Saks e Sears, sem esquecer da varejista britânica de roupas Marks & Spencer.

6 H. C. Martin, “Singer Memories”: http://www.singermemories.com/index. html.

7 Maddison, *The World Economy*, tabelas B-10, B-21.

8 Kennedy, *Rise and Fall*, p. 190.

9 Bairoch, “International Industrialization Levels from 1750 to 1980”.

0 Broadberry, “Total Factor Productivity”.

1 Fordham, “‘Revisionism’ Reconsidered”.

2 Clark e Feenstra, “Technology in the Great Divergence”, tabela 8.

3 Dyos e Aldcroft, *British Transport*, tabela 4.

4 Maurer e Yu, *Big Ditch*, p. 145.

5 Clark e Feenstra, “Technology in the Great Divergence”.

6 Clark, *A Farewell to Alms*, tabela 15.3.

7 McKeown, “Global Migration”, p. 156.

8 Carter et al. (Orgs.), *Historical Statistics of the United States*, tabelas Ad354-443.

9 Mitchell, *Abstract of British Historical Statistics*, p. 333 ss.

0 Na realidade, um quimono não requer o tipo de pesponto curto produzido por uma máquina de costura.

1 James Poole, o pai de Henry Poole, começou trabalhando em Londres como “alfaiate” no início dos anos 1800, estabelecendo suas instalações no número 4 da Old Burlington Street, com outra entrada no número 32 da Savile Street, em 1828. Ele começou a produzir uniformes militares. A vitória de seu filho foi conceber um traje gracioso para os civis que fosse aceito pela nobreza.

2 Sou grato a Simon Cundey, da Henry Poole, por me permitir consultar os antigos livros de pedidos e outros documentos úteis da empresa.

3 Beasley, *Japan Encounters the Barbarian*.

4 Ver Hirano, *The State and Cultural Transformation*, p. 124.

5 Keene, Emperor of Japan, p. 12. Ver a fotografia do Imperador de 1873, de Uchida Kyuichi: http://ocw.mit.edu/ans7870/21f/21f.027j/throwing_off_asia_01/emperor_02.html.

6 Malony, “Modernity, Gender and the Empire”.

7 Foi aqui, no Pavilhão Rokumeikan, projetado pelo inglês Josiah Conder, que a elite japonesa colocou seus vestidos de baile e suas sobrecasacas e dançou quadrilha, valsa, polca e mazurca ao som das últimas canções europeias. Ironicamente, a adoção completa da cultura ocidental coincidiu com o interesse ocidental por arte japonesa – que até mesmo Vincent van Gogh abraçou por um breve período –, embora este tenha sido passageiro.

8 Ver *Illustration of the Ceremony Promulgating the Constitution*, artista desconhecido (1890).

9 Penn State University, *Making Japanese* online resource, http://www.east-asian-history.net/textbooks/MJ/ch3.htm.

0 Keene, *Emperor of Japan*, p. 295.

1 Gong, *The Standard of ‘Civilization’ in International Society*.

2 Keene, *Emperor of Japan*, p. 194.

3 Associação japonesa de fiadores de algodão, *Cotton Statistics of Japan: 1903-1924*, tabela 1.

4 Wall, *Japan’s Century*, p. 17.

5 Kamisaka, *Cotton Mills and Workers in Modern Japan*.

6 Moser, *The Cotton Textile Industry of Far Eastern Countries*, p. 30.

7 Foram Richard e Francis Trevithick, netos de Richard Trevithick, que ajudaram os japoneses a construir sua primeira locomotiva em Kobe, em 1893. Eles estiveram entre as chamadas *yatoi* (máquinas vivas), cujos conhecimentos os japoneses absorveram avidamente na era Meiji.

8 Ibid.

9 Farnie, "The Role of Cotton Textiles in the Economic Development of India".

0 Clark e Feenstra, "Technology in the Great Divergence". Sobre a produtividade norte-americana, ver Copeland, "Technical Development in Cotton Manufacturing since 1860".

1 Ver, por exemplo, Moser, *The Cotton Textile Industry of Far Eastern Countries*, p. 102. Ver também Wolcott e Clark, "Why Nations Fail".

2 Upadhyay, *Existence, Identity and Mobilization*.

3 Termo usado para designar trabalhadores braçais asiáticos, atualmente considerado pejorativo. (N.T.)

4 Um excelente exemplo é a xilografia de Mizono Toshikata no Museu de Belas Artes, Boston.

5 Meech-Pekarik, *The World of the Meiji Print*, p. 145.

6 Lenin, *The State and Revolution* (1918).

7 Cole et al., "Deflation and the International Great Depression".

8 Friedman e Schwartz, *A Monetary History of the United States*.

9 Keynes, *Tract on Monetary Reform* (1924).

0 Tooze, *The Wages of Destruction*.

1 A empresa de Boss, com sede em Metzingen, havia ido à bancarrota com a Depressão em 1930. Quando entrou para o partido nazista no ano seguinte, ele logo se estabeleceu como um dos principais fornecedores de uniformes para o "Movimento Hitler".

2 Para mais detalhes, ver Ferguson, *The War of the World*.

3 Harrison, *The Economics of World War II*.

4 O papel dos judeus na vida intelectual do Ocidente no século XX – sobretudo nos Estados Unidos – foi de fato desproporcional, insinuando uma vantagem genética e cultural. Correspondendo a 0,2% da população mundial e 2% da população norte-americana, os judeus ganharam 22% de todos os prêmios Nobel, 20% de todas as medalhas Fields de matemática e 67% das medalhas John Clarke Bates para economistas com menos de 40 anos. Também ganharam 38% dos Oscar de Melhor Diretor, 20% dos prêmios Pulitzer para não ficção e 13% dos Grammy Lifetime Achievement Awards.

5 Westad, *The Global Cold War*.

6 Ferguson, *The War of the World*, p. 606-17.

7 Dados de Singer e Small, projeto Correlates of War.

8 Piketty e Saez, "Income Inequality in the United States", esp. figura 20.

9 Hyman, "Debtor Nation".

00 Sou grato a meu colega Diego Comin por estes dados.

01 Sullivan, *Jeans*, p. 9, 77.

)2 Em inglês, *jean genie*: o termo remete à música *The Jean Genie*, de David Bowe, gravada em 1972. Possivelmente um trocadilho com o nome do autor francês Jean Genet, um ícone da contracultura, a música foi inspirada no cantor Iggy Pop e é uma referência ao estilo de vida rebelde simbolizado por um par de jeans. (N.T.)

)3 Ibid., p. 214 sq.

)4 "Coca-Cola as Sold Throughout the World", *Red Barrel*, 8, 3 (março de 1929).

)5 Ver Allen, *Secret Formula*, p. 325.

)6 Entrevista com o autor, 2009. Ver também Wolle, *Der Traum von der Revolte*, esp. p. 56-61.

)7 Debray, "The Third World", http://www.digitalnpq.org/archive/1986_ spring/kalashnikov.html.

)8 Suri, *Power and Protest*.

)9 Kurlansky, *1968*.

10 Marshall, *Demanding the Impossible*, p. 551 ss.

11 Para o graffiti de 1968, ver http://www.bopsecrets.org/CF/graffiti.htm.

12 Greer, *The Female Eunuch*, p. 322.

13 Sullivan, *Jeans*, p. 131.

14 Sua música de maior sucesso, "Zelva" (Tartaruga), tinha letra evidentemente inspirada na última fase de John Lennon: "Se não prestar atenção às tartarugas/ Elas podem te enganar./ É difícil pegar tartarugas/ Quando elas estão na água".

15 Entrevista com o autor, 2009.

16 Entrevista com o autor, 2009.

17 Ramet, "Rock Music in Czechoslovakia", p. 59, 63.

18 "Eles têm medo da liberdade./ Eles têm medo da democracia./ Eles têm medo da Carta de Direitos Humanos [das Nações Unidas]./ Eles têm medo do socialismo./ Então por que é que temos medo deles?" (N.T.)

19 Entre os primeiros representantes oficiais que Havel convidou a Praga após tomar posse como presidente em 29 de dezembro de 1989 estavam Frank Zappa e Lou Reed.

20 Poiger, *Jazz, Rock and Rebels*, p. 62 ss.

21 Safanov, "You Say You Want a Revolution".

22 Siefert, "From Cold War to Wary Peace".

23 Entrevista com o autor, 2009.

24 Bergson, "How Big was the Soviet GDP?" Ver, em geral, Cox (Org.), *Rethinking the Soviet Collapse*.

25 A profecia mais assombrosamente precisa foi a do jornalista norte-americano James P. O'Donnell em um artigo intitulado "O trem-fantasma de Berlim", publicado na revista *Das Beste von Reader's Digest*, da Alemanha Ocidental, em janeiro de 1979, que previu a destruição do Muro dez anos depois e até mesmo a venda de pedaços do Muro como suvenires. Infelizmente, as recompensas para tal previsão são escassas – assim como foram as penalidades que deveriam ter sido pagas por uma

geração de acadêmicos “sovietólogos” desnorteados. O negócio da previsão política continua sendo um mercado extremamente ineficaz.

26 Fukuyama, The *End of History and the Last Man*.

27 Gaddis, *The Cold War*.

28 Charlotte Sector, “Belarusians Wear Jeans in Silent Protest”, ABC News, 13 de janeiro de 2006.

29 A ideia de cobrir a cabeça (o termo árabe é *hijāb*) e o corpo (*jilbāb*) feminino vem do Corão, que determina que as mulheres “sujeitem os olhos e mantenham a castidade. Elas não devem revelar nenhuma parte do corpo, exceto a que seja necessária. Devem cobrir o peito, e não devem relaxar esse código na presença de outras pessoas que não o marido, o pai, o pai do marido, os filhos, os filhos do marido, os irmãos, os filhos dos irmãos, os filhos das irmãs, outras mulheres, os servos ou empregados cujo impulso sexual haja sido anulado, ou os meninos que ainda não chegaram à puberdade” (Sura 24 (Al-Nur):31). O *hadith*, que reconta os atos de Maomé, vai ainda mais longe, requerendo que se cubram o pescoço, os tornozelos e os pulsos. Os muçulmanos fervorosos defendem o uso da burca (*burqa*), um termo normalmente usado para se referir à *niqāb* e à *abaya*.

30 Esses acontecimentos inspiraram o primeiro romance de Orhan Pamuk, *Neve* (2002). Todos aqueles que desejam entender a psicologia do terrorismo islâmico devem ler a última conversa entre o Diretor de Educação de Kars e seu assassino, tal como imaginada por Pamuk.

31 Entrevista com o autor, 2009.

32 Ferdows, “Women and the Islamic Revolution”; Nashat, “Women in the Islamic Republic of Iran”.

33 Ebadi, *Iran Awakening*, p. 41 sq.

OceanofPDF.com

# 6
# Trabalho

> O cristianismo vai deixar de existir. Vai definhar e desaparecer. Não preciso discutir isso; tenho razão, e o futuro vai mostrar que tenho razão. Hoje, somos mais populares que Jesus; eu não sei qual dos dois vai desaparecer primeiro – o rock and roll ou o cristianismo. Está tudo bem com Jesus, mas seus discípulos eram grosseiros e vulgares. Para mim, foram eles que arruinaram o cristianismo.
> JOHN LENNON

> Nos últimos 20 anos, percebemos que o cerne de nossa cultura é a religião de vocês: o cristianismo. É por isso que o Ocidente foi tão poderoso. A base moral cristã da vida social e cultural foi o que tornou possível o surgimento do capitalismo e então a transição bem-sucedida para a política democrática. Não temos dúvidas quanto a isso.
> MEMBRO ANÔNIMO DA ACADEMIA CHINESA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## *Ética do trabalho e ética da educação*

No decurso de aproximadamente 500 anos, conforme vimos, a civilização ocidental adquiriu uma posição de supremacia extraordinária no mundo. Estruturas institucionais ocidentais como a corporação, o mercado e o Estado-nação se tornaram os padrões globais para a política e a economia competitiva – modelos a serem copiados pelo restante do mundo. A ciência ocidental mudou os paradigmas; os outros a seguiram, ou ficaram para trás. Os sistemas jurídicos ocidentais e os modelos políticos que daí surgiram, inclusive a democracia, substituíram ou derrotaram as alternativas não ocidentais. A medicina ocidental marginalizou os feiticeiros e outros curandeiros. Acima de tudo, o modelo ocidental de produção industrial e

consumo de massa deixou em dificuldade todos os modelos alternativos de organização econômica. Nitidamente, mesmo nos anos 1990 o Ocidente continuava sendo a civilização dominante do mundo. As cinco principais potências ocidentais – os Estados Unidos, a Alemanha, o Reino Unido, a França e o Canadá – eram responsáveis por 44% de toda a produção mundial. O mundo científico foi dominado por universidades ocidentais, cujos funcionários ficaram com a maior parte dos Prêmios Nobel e outras distinções. Uma onda democrática varreu o mundo, sobretudo após as revoluções de 1989. Marcas ocidentais como a Levi's e a Coca-Cola floresceram em toda parte; da mesma maneira, os arcos dourados do McDonald's eram vistos em todas as grandes cidades do mundo. Não só a União Soviética havia ruído; o Japão, que, segundo algumas previsões, dominaria os Estados Unidos, decaíra e mergulhara em uma década perdida de crescimento próximo de zero e deflação. Os analistas de relações internacionais se esforçaram para encontrar palavras grandiosas o bastante para descrever a supremacia dos Estados Unidos, a principal potência do mundo ocidental: um império? Um poder hegemônico? Uma superpotência?

No momento em que escrevo este livro, após o estouro de duas bolhas financeiras, duas guerras inesperadamente difíceis, uma grande recessão – e sobretudo após a notável ascensão da China, que tomou o lugar do Japão como a segunda maior economia do mundo –, a pergunta é se os 500 anos de supremacia ocidental estão finalmente chegando ao fim.

Estamos vivendo a decadência do Ocidente? Não seria a primeira vez. Assim Edward Gibbon descreveu a pilhagem de Roma pelos godos em agosto de 410 d.C.:

> No momento de selvageria, quando as paixões estavam inflamadas e se deixou de lado todo comedimento [...] os romanos foram vítimas de uma carnificina cruel [...] as ruas da cidade foram cobertas de cadáveres, que para consternação geral permaneceram sem ser enterrados [...] Sempre que os bárbaros eram provocados pela oposição, eles estendiam o massacre promíscuo aos débeis, aos inocentes e aos indefesos [...] As matronas e virgens de Roma foram expostas a danos mais terríveis, temia-se mais a perda da castidade do que a própria morte [...] Os soldados cruéis satisfaziam seus apetites sexuais sem consultar a disposição ou os deveres de suas cativas [...] Na

> pilhagem de Roma, dava-se justa preferência a ouro e joias [...] mas, depois que essas riquezas portáteis haviam sido levadas pelos usurpadores mais diligentes, os palácios de Roma foram brutalmente despidos de seus móveis esplêndidos e caros [...]
> A aquisição de riquezas só serviu para estimular a avareza dos bárbaros predadores, que prosseguiram, com ameaças, golpes e torturas, forçando seus prisioneiros a entregarem o tesouro escondido [...] Não foi fácil calcular a enorme quantidade de indivíduos que, de um *status* honrado e uma fortuna próspera, foram subitamente reduzidos à condição miserável de cativos e exilados [...] As calamidades de Roma [...] dispersaram os habitantes rumo aos refúgios mais solitários, mais seguros e mais distantes[1].

*Declínio e queda do Império Romano*, publicado em seis volumes entre 1776 e 1788, conta a história do último momento em que o Ocidente ruiu. Hoje, muitas pessoas no Ocidente temem que estejamos vivendo uma espécie de sequela. Quando pensamos sobre o que causou a queda da antiga Roma, tais medos parecem não de todo fantasiosos. Crise econômica; epidemias que assolaram a população; imigrantes ultrapassando as fronteiras imperiais; a ascensão de um império rival – o da Pérsia – no Oriente; o terror personificado pelos godos de Alarico e pelos hunos de Átila. Será possível que, depois de tantos séculos de supremacia, estejamos enfrentando uma conjuntura similar? Em termos econômicos, o Ocidente está estagnando em consequência da pior crise financeira desde a Grande Depressão, enquanto muitos países de outras partes do mundo estão crescendo em ritmos sem precedentes. Vivemos com medo de pandemias e mudanças climáticas globais provocadas pelo homem. Há indícios alarmantes de que algumas comunidades de imigrantes em nossa sociedade se tornaram berços de ideologia islâmica e de redes de terroristas. Um ataque nuclear terrorista seria muito mais devastador para Londres ou Nova York do que os godos foram para Roma. Enquanto isso, um império rival está em ascensão no Oriente: a China, que pode muito bem se tornar a maior economia do mundo na próxima década.

O argumento mais provocador de Gibbon em *Declínio e queda do Império Romano* é que o cristianismo foi um dos principais responsáveis pela primeira versão da civilização ocidental. O monoteísmo, com sua ênfase na vida após a morte, estava fundamentalmente em desacordo como

o paganismo diversificado do império em seu apogeu. Mas foi uma forma muito específica de cristianismo – a variante que surgiu na Europa Ocidental no século XVI – que deu à versão moderna da civilização ocidental a sexta das vantagens essenciais sobre o restante do mundo: o protestantismo – ou melhor, a ética peculiar de trabalho duro e prosperidade com a qual ele veio a ser associado. É hora de entender o papel que Deus desempenhou na supremacia do Ocidente, e de explicar por que, no fim do século XX, tantos ocidentais viraram as costas para Ele.

Se você fosse um próspero industrial vivendo na Europa no fim do século XIX, haveria uma chance desproporcional de que fosse protestante. Desde a Reforma, que levara muitos Estados do norte da Europa a se afastarem da Igreja Católica Romana, o poder econômico havia passado de países católicos, como a Áustria, a França, a Itália, a Espanha e Portugal, para países protestantes, como a Inglaterra, a Holanda, a Prússia, a Saxônia e a Escócia. Era como se as formas de fé e de culto estivessem, de algum modo, relacionadas com a fortuna econômica das pessoas. A pergunta era: o que havia de diferente no protestantismo? O que havia nos ensinamentos de Lutero e de seus sucessores que encorajou as pessoas não só a trabalhar duro como também a acumular capital? O homem que deu a resposta mais influente a essas perguntas foi um professor alemão depressivo chamado Max Weber – o pai da sociologia moderna e o autor que cunhou o termo “ética protestante”.

Weber foi um jovem precoce. Cresceu em Erfurt, um dos baluartes da Reforma alemã, e, aos 13 anos de idade, deu a seus pais de presente de Natal um ensaio intitulado “Sobre o curso da história alemã, com especial referência às posições do imperador e do papa”. Aos 14, já escrevia cartas cheias de referências a autores clássicos, de Cícero a Virgílio, e era um grande conhecedor da filosofia de Kant e de Espinosa, entre outros. No início, sua carreira acadêmica foi uma sequência de triunfos: aos 22, ele já havia se tornado advogado. Três anos depois, obteve um doutorado por uma tese sobre “A história das organizações de negócios medievais” e, aos 27, sua especialização em “História agrária romana e sua importância para o direito privado” lhe garantiu um cargo de professor-assistente na

Universidade de Berlim. Aos 30, foi nomeado professor de economia em Freiburg, ganhando fama e notoriedade por sua aula inaugural, que convocava a um imperialismo alemão mais ambicioso.

Essa trajetória de ascensão acadêmica foi dolorosamente interrompida em 1897, quando Weber sofreu um colapso nervoso paralisante, precipitado pela morte do pai após uma briga ferrenha entre os dois. Em 1899, ele se sentiu obrigado a renunciar a seu posto acadêmico. Passou três anos se recuperando, e nesse período se tornou cada vez mais preocupado com a religião e sua relação com a vida econômica. Seus pais haviam sido protestantes; de fato, seu avô materno fora um calvinista devoto, e seu outro avô, um próspero comerciante de linho. Sua mãe fora uma verdadeira calvinista em seu ascetismo; seu pai, ao contrário, fora um *bon-vivant*, vivendo a vida totalmente graças a uma fortuna herdada. A relação entre a religião e a vida econômica era o enigma no cerne da existência do próprio Weber. Qual de seus pais tinha a atitude correta para com a riqueza mundana?

Até a Reforma, a devoção religiosa cristã fora vista como algo distinto das questões materiais do mundo. Emprestar dinheiro cobrando juros era pecado. Os homens ricos eram menos propensos do que os pobres a entrar no Reino do Céu. As recompensas para uma vida devota estavam na vida após a morte. Tudo isso havia mudado após os anos 1520, pelo menos nos países que abraçaram a Reforma. Refletindo sobre sua própria experiência, Weber começou a se perguntar o que havia na Reforma que fez que o norte da Europa fosse mais receptivo ao capitalismo do que o sul. Foi necessária uma viagem transatlântica para que ele encontrasse a resposta.

Em 1904, Weber viajou a St. Louis, Missouri, nos Estados Unidos, para participar do Congresso de Artes e Ciências da Exposição Universal[2]. O parque que abrigou a Exposição tinha mais de 200 acres, e parecia estar transbordando com tudo que o capitalismo norte-americano tinha para oferecer. Weber ficou fascinado com as luzes brilhantes do Palácio da Eletricidade. O rei da corrente direta, o próprio Thomas Edison, estava presente, a personificação do empreendedorismo norte-americano. St. Louis estava repleta das maravilhas da tecnologia moderna, de aparelhos de

telefone a filmes de cinema. O que poderia explicar o dinamismo dessa sociedade, que fez até mesmo a Alemanha industrial parecer calma e lenta? Com inquietude quase maníaca, Weber percorreu os Estados Unidos à procura de uma resposta. Uma caricatura do professor alemão distraído, ele causou uma forte impressão em suas primas norte-americanas Lola e Maggie Fallenstein, que ficaram especialmente impressionadas com seu traje um tanto estranho, um terno xadrez marrons com calças de golfe e meias marrons até os joelhos. Mas aquilo não era nada em comparação com a impressão que a América causou em Weber. Viajando de trem de St. Louis a Oklahoma, passando por pequenas cidades do Missouri como Bourbon e Cuba, Weber finalmente entendeu:

> Esse tipo de lugar é mesmo uma coisa incrível: acampamentos de trabalhadores, sobretudo acantonamentos para as numerosas ferrovias em construção; "ruas" em um estado natural, normalmente besuntadas com petróleo duas vezes a cada verão para evitar a poeira, e com o cheiro característico; igrejas de madeira de pelo menos 4-5 denominações [...] Soma-se a isso o emaranhado usual de linhas de telégrafo e de telefone, e ferrovias elétricas em construção, para que a "cidade" se estenda pela distância sem limites[3].

A pequena cidade de St. James, cerca de 800 quilômetros a oeste de St. Louis, é típica dos milhares de novos assentamentos que brotaram ao longo das ferrovias à medida que estas se espalharam para o oeste dos Estados Unidos. Quando Weber passou por ela há cem anos, ficou maravilhado com o grande número de igrejas e capelas de todo tipo. Com a extravagância industrial da Exposição Universal ainda fresca em sua memória, ele começou a identificar uma espécie de aliança sagrada entre o sucesso material dos Estados Unidos e sua vida religiosa vibrante.

Quando Weber voltou a seus estudos em Heidelberg, escreveu a segunda e última parte de seu ensaio "A ética protestante e o espírito do capitalismo", que contém um dos mais influentes de todos os argumentos sobre a civilização ocidental: que seu dinamismo econômico foi uma consequência não intencional da Reforma Protestante. Enquanto outras religiões associaram a sacralidade com a renúncia aos bens materiais – monges em mosteiros, ermitões em cavernas –, as seitas protestantes viam

os negócios e a prosperidade como manifestações de um novo tipo de divindade trabalhadora. O “chamado” capitalista era, em outras palavras, religioso em sua origem: “Para alcançar [...] autoconfiança [de que se é um dos Eleitos], recomenda-se intensa atividade material [...] [Desse modo] o ascetismo cristão [...] avançava para o mercado da vida”[4]. “O trabalho incansável”, como Weber o chamava, era o sinal mais claro de que você era um dos eleitos, isto é, de que pertencia àquele grupo seleto de pessoas predestinadas por Deus à salvação. O protestantismo, segundo argumentou, “tem o efeito de liberar a *aquisição de riquezas* das inibições da ética tradicional; rompe as amarras daqueles que aspiram ao lucro, não só por legalizá-lo, mas [...] por entendê-lo como um desejo direto de Deus”. Além disso, a ética protestante forneceu ao capitalismo “trabalhadores sóbrios, conscientes e extraordinariamente capazes, que se dedicavam ao trabalho como a um propósito de vida desejado por Deus”[5]. Durante a maior parte da história, os homens haviam trabalhado para viver. Mas os protestantes viviam para trabalhar. Foi essa ética do trabalho, segundo Weber, que deu origem ao capitalismo moderno, que ele definiu como “sóbrio capitalismo burguês, com sua organização racional do trabalho livre”[6].

A tese de Weber não estava isenta de problemas. Ele via a “conduta racional com base na ideia do chamado” como “um dos elementos fundamentais do espírito do capitalismo moderno”[7]. Mas, em outras partes, reconhecia o caráter irracional do “ascetismo cristão”: “O tipo ideal de empreendedor capitalista [...] não obtém nada de sua riqueza para si mesmo, exceto a sensação irracional de ter feito bem o seu trabalho”; ele “existe para o bem de seu negócio, e não o contrário”, o que, “do ponto de vista da felicidade pessoal” era, mais uma vez, “irracional”[8]. Ainda mais problemática era sua alusão mordaz aos judeus, que apresentava a exceção mais óbvia a seu argumento.[9] “Os judeus”, de acordo com Weber, “defendiam um capitalismo aventureiro, de orientação política e especulativa; seu *ethos* era [...] o do capitalismo pária. Só o puritanismo carregava o *ethos* da organização racional do capital e do trabalho”[10]. Weber também foi misteriosamente cego para o sucesso de empreendedores católicos na França, na Bélgica e em outros lugares. De fato, a manipulação

dos indícios é um dos defeitos mais visíveis de seu ensaio. As palavras de Martinho Lutero e a Confissão de Fé de Westminster se encontram constrangedoramente ao lado de citações de Benjamin Franklin e de alguns dados do estado alemão de Baden, notadamente insatisfatórios, sobre nível de educação e de renda de católicos e protestantes. Estudiosos posteriores, em especial o historiador econômico fabiano R. H. Tawney, tenderam a colocar em dúvida o argumento implícito de Weber de que o comportamento econômico era consequência da doutrina religiosa[11]. Ao contrário, grande parte dos primeiros passos em direção a um espírito capitalista ocorreu antes da Reforma, nas cidades da Lombardia e de Flandres, ao passo que muitos reformadores importantes expressaram opiniões marcadamente anticapitalistas. Um grande estudo empírico de 276 cidades alemãs entre 1300 e 1900 não encontrou "nenhum efeito do protestantismo sobre o crescimento econômico", pelo menos segundo indicado pelo aumento de tamanho das cidades[12]. Alguns estudos comparados entre países chegaram a conclusões similares[13].

No entanto, há razões para pensar que Weber havia descoberto alguma coisa, ainda que estivesse certo pelos motivos errados. Após a Reforma, houve de fato, conforme ele presumiu, uma clara tendência dos países protestantes da Europa a crescerem mais rapidamente que os católicos, de modo que, em 1700, os primeiros haviam superado os últimos em renda *per capita*, e em 1940 os habitantes dos países católicos eram, em média, 40% mais pobres que os dos países protestantes[14]. As antigas colônias protestantes também tiveram melhor desempenho econômico que as católicas desde os anos 1950, embora a religião não seja uma explicação suficiente para essa diferença[15]. Devido à importância central que a leitura individual da Bíblia ocupa no pensamento de Lutero, o protestantismo encorajou a alfabetização, sem falar da imprensa, e essas duas coisas sem dúvida impulsionaram o desenvolvimento econômico (a acumulação de "capital humano"), bem como o estudo científico[16]. Essa proposição é válida não só para países como a Escócia, onde os índices de alfabetização, matrícula em escolas e gastos em educação eram excepcionalmente altos, como também para o mundo protestante como um todo. Aonde quer que

fossem os missionários protestantes, eles promoviam a alfabetização, com benefícios mensuráveis a longo prazo para as sociedades que procuraram educar; não se pode dizer a mesma coisa dos missionários católicos durante o período que vai da Contrarreforma às reformas do Concílio Vaticano II (1962-5)[17]. Foram os missionários protestantes os responsáveis pelo fato de as taxas de matriculados nas escolas das colônias britânicas serem, em média, quatro ou cinco vezes mais altas que as das colônias de outros países. Em 1941, mais de 55% das pessoas na atual Kerala eram alfabetizadas, uma proporção mais alta que em qualquer outra parte da Índia, quatro vezes mais alta que a média indiana e comparável com as taxas de países europeus mais pobres como Portugal. Isso porque os missionários protestantes foram mais ativos em Kerala, atraídos por sua antiga comunidade cristã, do que em qualquer outra parte da Índia. Nas áreas das colônias britânicas onde os missionários protestantes não estiveram presentes (por exemplo, em regiões ou protetorados muçulmanos como Butão, Nepal e Siquim), as pessoas não apresentaram um índice mais alto de educação[18]. O nível de atividade missionária protestante também se mostrou um bom indicador de desempenho econômico e estabilidade política após a independência. Pesquisas de atitude recentes mostram que os protestantes apresentam níveis de confiança mútua atipicamente altos, uma precondição importante para o desenvolvimento de redes de crédito eficientes[19]. De maneira mais geral, a crença religiosa (em oposição à observância formal) de todo tipo parece estar associada com crescimento econômico, em particular onde os conceitos de céu e inferno fornecem incentivos para o bom comportamento neste mundo. Isso tende a significar não só trabalho duro e confiança mútua como também parcimônia, honestidade e franqueza com estranhos, todas elas características economicamente benéficas[20].

As religiões importam. Nos capítulos anteriores, vimos como a “ética da estabilidade” do confucionismo desempenhou um papel na incapacidade da China para desenvolver o tipo de sistema institucional competitivo que promoveu a inovação na Europa Ocidental – ainda que a China estivesse longe da sociedade estática e imutável descrita por Weber em

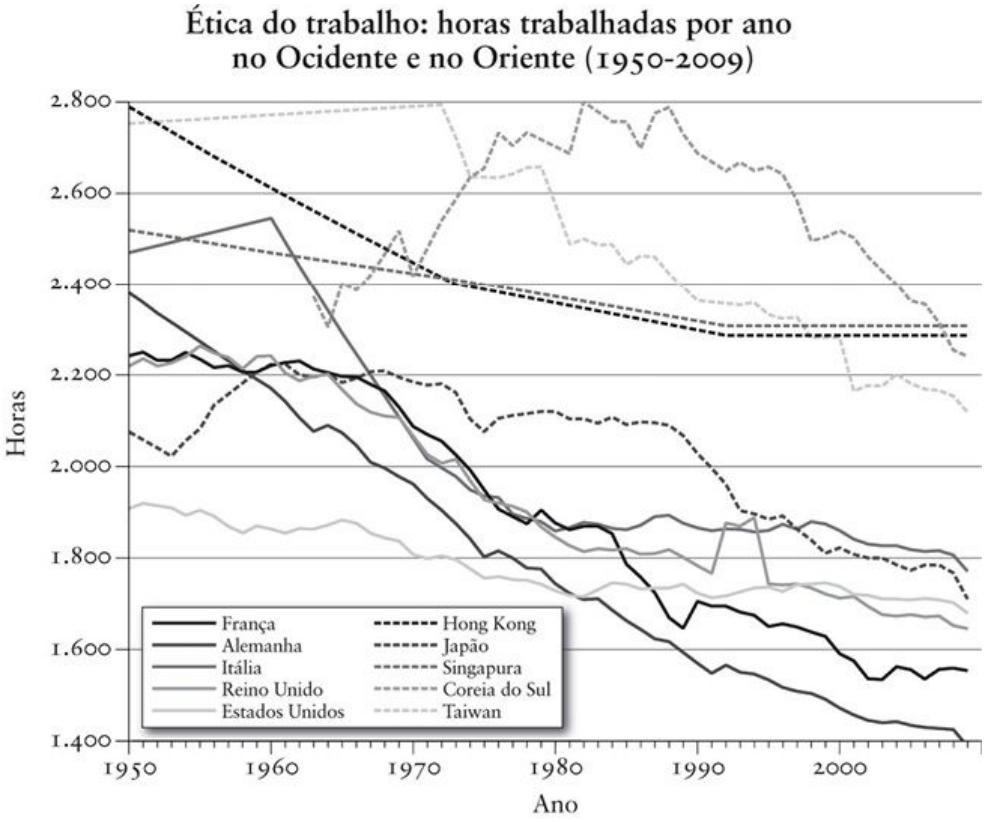
*Confucionismo e taoismo* (1916), sua sequência a *A ética protestante*. Vimos como o poder dos imames e mulás eliminou qualquer chance de uma revolução científica no mundo islâmico. E vimos como a Igreja Católica Romana atuou como um dos freios ao desenvolvimento econômico na América do Sul. Mas talvez a maior contribuição da religião à história da civilização ocidental tenha sido esta. O protestantismo fez o Ocidente não só trabalhar, como também ler e economizar. A Revolução Industrial foi, de fato, produto da inovação tecnológica e do consumo. Mas também demandou um aumento na intensidade e na duração do trabalho, combinado com a acumulação de capital por meio de economia e investimento. Dependeu, sobretudo, da acumulação de capital humano. A alfabetização que o protestantismo promoveu foi vital para tudo isso. Pensando melhor, mais que de uma ética do trabalho, seria mais adequado falar de uma ética da *educação* protestante.

A pergunta é: o Ocidente hoje – ou pelo menos parte significativa dele – perdeu sua religião e a ética que a acompanhava?

### *Get your kicks*

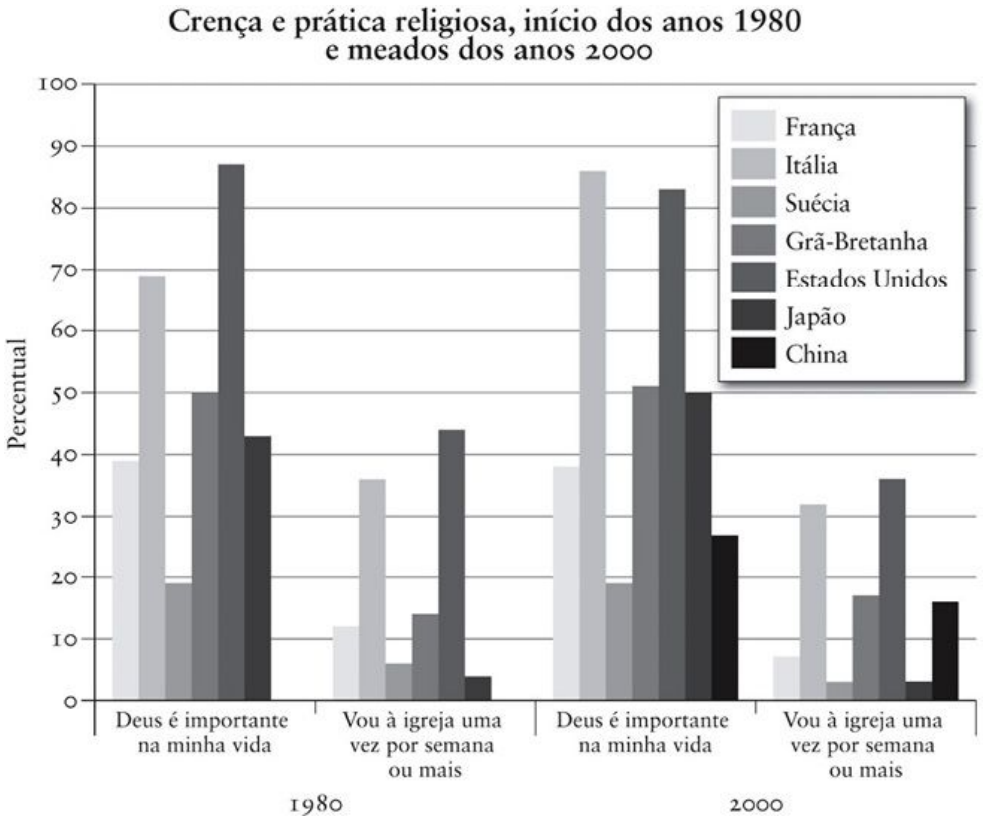
Os europeus, hoje, são os ociosos do mundo. Em média, eles trabalham menos que os norte-americanos, e muito menos que os asiáticos. Graças à educação prolongada e à aposentadoria precoce, uma parcela cada vez menor dos europeus está disponível para o trabalho. Por exemplo, 54% dos belgas e gregos com mais de 15 anos de idade participam da força de trabalho, em comparação com 65% dos norte-americanos e 74% dos chineses[21]. Dessa força de trabalho, a proporção de desempregados na Europa no período de 1980 a 2010 foi superior à de outras partes do mundo desenvolvido. Os europeus também são mais propensos a entrar em greve.[22] Acima de tudo, graças às jornadas de trabalho mais curtas e aos feriados mais longos, os europeus trabalham menos horas[23]. Entre 2000 e 2009, um empregado norte-americano trabalhou, em média, pouco menos de 1.711 horas por ano (um número empurrado para baixo devido ao impacto da crise financeira, que colocou muitos trabalhadores em jornada reduzida). Os

alemães trabalharam, em média, apenas 1.437 horas – 16% menos. Isso é resultado de um período prolongado de divergência. Em 1979, as diferenças entre as horas de trabalho de europeus e norte-americanos eram mínimas; de fato, naquela época os espanhóis trabalhavam, em média, mais horas por ano que os norte-americanos. Mas, daí em diante, as horas de trabalho na Europa foram reduzidas em um quinto. As horas de trabalho na Ásia também caíram, mas o trabalhador japonês continua trabalhando, em média, tanto quanto o norte-americano, ao passo que o sul-coreano trabalha 39% mais. Os trabalhadores de Hong Kong e de Singapura também trabalham aproximadamente um terço de horas a mais do que os norte-americanos[24].




O impressionante é que a divergência transatlântica nos padrões de trabalho coincide quase exatamente com uma divergência comparável na religiosidade. Os europeus não só trabalham menos; eles também rezam menos – e creem menos. Houve uma época em que a Europa podia se referir a si mesma como “mundo cristão”. Os europeus construíram as mais

belas edificações do continente para acomodar seus atos de devoção. Discutiram acirradamente sobre a diferença entre transubstanciação e consubstanciação. Como peregrinos, missionários e conquistadores, velejaram aos quatro cantos da Terra, com a intenção de converter o pagão à fé verdadeira. Agora, são os europeus que são os pagãos. De acordo com a mais recente *World Values Survey* (2005-8), 4% dos noruegueses e suecos e 8% dos franceses e alemães vão à missa pelo menos uma vez por semana, em comparação com 36% dos norte-americanos, 44% dos indianos, 48% dos brasileiros e 78% dos africanos subsaarianos. Os números são significativamente maiores em uma série de países de predominância católica, como a Itália (32%) e a Espanha (16%). Os únicos países em que a observância religiosa é mais baixa que na Europa protestante são a Rússia e o Japão. Deus é "muito importante" para apenas um em cada dez alemães e holandeses; a proporção francesa é só um pouco superior. Em comparação, 58% dos norte-americanos afirmam que Deus é muito importante em sua vida. A importância de Deus é mais elevada até mesmo na América Latina e na África subsaariana, e é a mais alta de todas nos países muçulmanos do Oriente Médio. Só na China Deus é importante para menos pessoas (menos de 5%) do que na Europa. Menos de um terço dos norte-americanos consideram os políticos que não acreditam em Deus inadequados para um cargo público, em comparação com 4% dos noruegueses e suecos, 9% dos finlandeses, 11% dos alemães e espanhóis e 12% dos italianos. Metade dos indianos e dos brasileiros não tolerariam um político ateu[25]. Só no Japão a fé religiosa importa menos para a política do que na Europa Ocidental.




O caso da Grã-Bretanha é especialmente interessante, tendo em vista a determinação com que os britânicos procuraram difundir sua própria fé religiosa no século XIX. Hoje, de acordo com o *World Values Survey*, 17% dos britânicos afirmam que vão à missa pelo menos uma vez por semana – uma proporção maior que a da Europa continental, mas ainda menos da metade da norte-americana. Menos de um quarto dos britânicos dizem que Deus é muito importante em sua vida, mais uma vez menos da metade do percentual norte-americano. É verdade que os números do Reino Unido são um pouco superiores desde 1981 (quando apenas 14% disseram que vão à missa uma vez por semana, e menos de um quinto disseram que Deus era importante para eles). Mas as pesquisas não distinguem entre as religiões, e portanto é quase certo que subestimam a queda do cristianismo na Grã-Bretanha. Um estudo de 2004 indicou que, em uma semana típica, mais muçulmanos vão a uma mesquita do que anglicanos vão à igreja. E quase todos os aumentos recentes na frequência à igreja são explicados pelo crescimento de congregações não brancas, sobretudo em igrejas evangélicas

e pentecostais. Quando o instituto Christian Research realizou um censo de 18.720 igrejas em 8 de maio de 2005, um domingo, o índice real de frequência foi de apenas 6,3% da população, 15% menos que em 1998. Numa análise mais cuidadosa, a Grã-Bretanha parece exemplificar o colapso tanto da observância quanto da fé religiosa na Europa Ocidental.

A descristianização da Grã-Bretanha é um fenômeno relativamente recente. Em *Short History of England* [Breve história da Inglaterra] (1917), de G. K. Chesterton, o cristianismo como sinônimo de civilização é tido como algo quase óbvio:

> Se alguém deseja saber o que queremos dizer quando falamos que o mundo cristão era e continua sendo uma única cultura, ou uma única civilização, há uma forma crua e simples de explicar isso. É perguntando qual é o mais comum [...] de todos os usos da palavra "cristão" [...] Há muito tempo, [essa palavra] tem um significado no discurso informal entre as pessoas comuns, e significa uma cultura ou uma civilização. Com efeito, Ben Gunn, em *A ilha do tesouro*, não disse a Jim Hawkins "Sinto que não tive contato com um certo tipo de civilização"; na verdade, ele disse "Ando doente por comida cristã"[26].

Na verdade, os protestantes britânicos nunca foram realmente praticantes (em comparação, por exemplo, com os católicos irlandeses), mas até o fim dos anos 1950 a filiação à Igreja, embora não a frequência, era relativamente alta e constante. Mesmo em 1960, só menos de um quinto da população do Reino Unido era filiada à Igreja. Mas, em 2000, essa fração era menos de um décimo[27]. Antes de 1960, a maioria dos casamentos na Inglaterra e no País de Gales eram celebrados em uma igreja; então, esse número começou a diminuir, chegando a cerca de 40% no fim dos anos 1990. Durante a maior parte da primeira metade do século XX, os comungados do Dia de Páscoa anglicano representavam em torno de 5% ou 6% da população da Inglaterra; foi só após 1960 que a proporção despencou para 2%. Os números para a Igreja da Escócia mostram uma tendência similar: constantes até 1960, e então reduzidos à metade. Chama especial atenção a queda no número de crismas. Houve 227.135 crismas na Inglaterra em 1910; em 2007, só 27.900 – 16% menos que apenas cinco anos antes. Entre 1960 e 1979, o índice de crismas entre jovens de 12 e 21

anos caiu em mais da metade, e continuou a despencar depois disso. Hoje, menos de um quinto dos batizados são crismados[28]. Para a Igreja da Escócia, a redução foi ainda mais drástica[29]. Hoje em dia, ninguém em Londres ou Edimburgo usa a palavra "cristão" na acepção de Ben Gunn.

Parece certo que essas tendências vão se manter. Os cristãos praticantes estão envelhecendo: por exemplo, em 1999, a proporção de metodistas e membros da United Reformed Church [Igreja Reformada Unida] com 65 anos ou mais era 38%, em comparação com 16% da população como um todo[30]. Os britânicos mais jovens são muito menos propensos a acreditar em Deus ou no céu[31]. Segundo alguns levantamentos, a Grã-Bretanha já é uma das sociedades mais agnósticas do mundo, em que 56% das pessoas nunca vão à igreja – o índice mais alto da Europa Ocidental[32]. A pesquisa "Soul of Britain" de 2000, feita pela série de televisão de Michael Buerk, revelou um grau impressionante de atrofia religiosa. Só 9% dos entrevistados consideraram que a fé cristã é o melhor caminho para Deus; 32% consideraram todas as religiões igualmente válidas. Embora apenas 8% tenham se identificado como ateus, 12% confessaram que não sabiam em que acreditar. Mais de dois terços dos entrevistados disseram que não reconheciam nenhum princípio moral claramente definido, e 85% desses tinham menos de 24 anos de idade. (Estranhamente, 45% dos entrevistados disseram que a diminuição da religiosidade tornou o país um lugar pior.)

Alguns dos mais brilhantes escritores britânicos do século XX previram a crise de fé da Grã-Bretanha. O professor da Universidade de Oxford C. S. Lewis (mais conhecido hoje em dia por suas histórias infantis alegóricas) escreveu *Cartas de um diabo a seu aprendiz* (1942) na esperança de que zombar do Diabo pudesse mantê-lo a distância. Evelyn Waugh sabia, quando escreveu sua trilogia de guerra, *Sword of Honour* [A espada de honra] (1952-61), que estava escrevendo o epitáfio de uma antiga forma de catolicismo romano inglês. Ambos perceberam que a Segunda Guerra Mundial apresentava uma grave ameaça à fé cristã. Mas foi só nos anos 1960 que suas premonições de secularização se tornaram realidade. Por que, então, os britânicos perderam sua fé histórica? Como tantas perguntas difíceis, esta parece, à primeira vista, ter uma resposta fácil. Mas antes que

possamos simplesmente colocar a culpa, como fez o poeta Philip Larkin, nos “anos sessenta” – os Beatles, a pílula anticoncepcional e a minissaia –, precisamos lembrar que os Estados Unidos também desfrutaram de todos esses prazeres mundanos, sem deixar de ser um país cristão. Pergunte a muitos europeus hoje, e eles dirão que a fé religiosa é simplesmente um anacronismo, um vestígio da superstição medieval. Eles virarão os olhos diante do fervor religioso do Cinturão Bíblico norte-americano – sem perceber que é sua própria falta de fé que é a verdadeira anomalia.

Quem matou o cristianismo na Europa foi John Lennon?[33] Será que, como o próprio Weber havia previsto, o espírito do capitalismo estava fadado a destruir sua origem ética protestante, assim como o materialismo corrompeu o ascetismo original dos devotos (a “hipótese da secularização”)?[34] Essa noção esteve muito próxima da visão do romancista (e, depois de idoso, religioso) Lev Tolstói, que viu uma contradição fundamental entre os ensinamentos de Cristo e “aquelas condições habituais da vida que chamamos civilização, cultura, arte e ciência”[35]. Se for assim, que parte do desenvolvimento econômico foi especificamente hostil à fé religiosa? Foi a transformação do papel da mulher e a degradação do núcleo familiar – que também parece explicar a diminuição do tamanho da família e o declínio demográfico do Ocidente? Ou foi o conhecimento científico – o que Weber chamou “desmistificação do mundo”, em particular a Teoria da Evolução de Darwin, que derrubou a história bíblica da criação divina? Foi a melhoria na expectativa de vida, que tornou a vida após a morte um destino muito menos alarmante? Foi o Estado de bem-estar social, um pastor secular cuidando de nós do berço ao túmulo? Ou será que o cristianismo europeu foi morto pela auto-obsessão crônica da cultura moderna? O assassino da ética do trabalho da Europa protestante teria sido ninguém menos que Sigmund Freud?

Em *O futuro de uma ilusão* (1928), Freud, o pai fundador da psicanálise, começou a refutar Weber. Para Freud, um judeu não praticante nascido na Morávia, a religião não poderia ser a força por trás das conquistas da civilização ocidental porque era essencialmente uma “ilusão”, uma “neurose universal”, concebida para evitar que as pessoas dessem vazão a

seus instintos básicos – em particular, seus desejos sexuais e impulsos violentos e destrutivos. Sem religião, haveria o caos:

> Se imaginássemos essas proibições eliminadas, poderíamos escolher qualquer mulher que fosse do nosso agrado e tomá-la como objeto sexual; poderíamos, sem hesitar, matar nosso rival ou quem quer que, de uma forma ou de outra, interferisse em nosso caminho; e poderíamos tomar o que quiséssemos de outro homem sem pedir sua permissão.[36]

A religião não só proibia a promiscuidade sexual e a violência desenfreada. Também conciliava os homens com a "crueldade do destino, em particular tal como revelado na morte" e os "sofrimentos e privações" da vida cotidiana[37]. Quando as religiões monoteístas uniram os deuses em uma só pessoa, "a relação do homem com ele [Deus] conseguiu recuperar a intimidade e a intensidade da relação de um filho com seu pai. E alguém que havia feito tanto pelo pai certamente seria recompensado – pelo menos seria o único filho amado, o povo escolhido".[38]

Freud tinha pouca esperança de que a humanidade pudesse se emancipar totalmente da religião, menos ainda na Europa. Conforme afirmou:

> Se quisermos expulsar a religião de nossa civilização europeia, só poderemos fazê-lo por meio de outro sistema de doutrinas; e tal sistema, desde o começo, se apoderaria de todas as características psicológicas da religião – a mesma santidade, rigidez e intolerância, a mesma proibição de pensamento – para sua própria defesa.[39]

Isso certamente parecia plausível nos anos 1930, quando Stalin e Hitler propagavam seus próprios cultos monstruosos. Mas em ambos os casos as religiões políticas totalitárias foram incapazes de controlar os instintos primitivos descritos na teoria da religião de Freud. Em 1945, a Europa estava exausta após uma orgia de violência – incluindo violência sexual chocante na forma de estupro em massa – diferente de qualquer coisa vista desde a época de Timur. A reação inicial em muitos países, em particular aqueles (como a União Soviética) mais traumatizados pelo assassinato em massa, foi restaurar a religião real, e usar seus confortos tradicionais para lamentar os mortos.

Nos anos 1960, entretanto, uma geração jovem demais para se lembrar dos anos de genocídio e guerra total procurou uma nova saída pós-cristã para seus desejos reprimidos. As próprias teorias de Freud, com sua visão negativa da repressão e sua simpatia explícita pelo impulso erótico, sem dúvida foram parcialmente responsáveis por incitar os europeus a saírem das igrejas e entrarem nos *sex shops*. Em *O mal-estar na civilização* (1929-30, mas publicado pela primeira vez nos Estados Unidos só em 1961), Freud argumentava que havia uma "antítese" fundamental entre a civilização tal como existia e os desejos mais primitivos do homem:

> Essa tendência à agressão, que podemos detectar em nós mesmos e presumir justamente que está presente em outros, é o fator que perturba nossas relações com nosso vizinho e que força a civilização a um gasto tão grande [de energia]. Em consequência dessa hostilidade primitiva entre os seres humanos, a sociedade civilizada está sob constante ameaça de desintegração. O interesse do trabalho em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização precisa usar seus maiores esforços para impor limites aos instintos agressivos do homem e manter suas manifestações sob controle por meio da formação de reações psíquicas. Daí [...] a restrição sobre a vida sexual, e daí também [...] o mandamento de amar nosso vizinho como a nós mesmos – um mandamento que é realmente justificado pelo fato de que nada é tão contrário à natureza original do homem [...] A civilização é um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos, e então famílias, raças, pessoas e nações, em uma grande unidade, a unidade da humanidade. Por que isso tem de acontecer, nós não sabemos; o trabalho de Eros é precisamente este [...] Os homens hão de ser libidinosamente atados uns aos outros [...] Mas o instinto agressivo natural do homem, a hostilidade de todos contra todos, se opõe a esse programa de civilização. Esse instinto agressivo é derivado, e é o principal representante, do instinto de morte que encontramos ao lado de Eros e que compartilha com ele o domínio do mundo. E agora, creio eu, o significado de evolução da civilização já não é obscuro para nós. Deve apresentar a luta entre Eros e Morte, entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como se revela na espécie humana. É dessa luta que, em essência, toda vida consiste.[40]

Lendo isso, podemos entender o que o satirista vienense Karl Kraus quis dizer quando afirmou que a psicanálise era "a doença da qual fingia ser a cura"[41]. Mas essa foi a mensagem interpretada pelos hippies como um novo mandamento: colocar tudo para fora. E eles colocaram. "Let It All Hang Out" [Coloque tudo para fora] (1967), de The Hombres, foi um dos hinos

menores dos anos 1960, mas suas palavras iniciais – “A preachment, dear friends, you are about to receive/ On John Barleycorn, nicotine, and the temptations of Eve”[42] – resumiam muito bem o que então estava disponível.[43] Para os críticos ao Ocidente mais influentes de nossos dias (sobretudo os islâmicos radicais), os anos 1960 abriram caminho para uma anticivilização pós-freudiana, caracterizada por uma celebração hedonista dos prazeres do eu, uma rejeição da teologia em favor da pornografia e uma renúncia ao Príncipe da Paz em favor de filmes e videogames grotescamente violentos, mais bem definidos como *warnography*[44] (banalização da guerra).

O problema com todas as teorias sobre a morte do protestantismo na Europa é que, por mais que possam explicar a descristianização da Europa, não explicam nada sobre a continuidade da fé cristã nos Estados Unidos. Os norte-americanos vivenciaram mais ou menos as mesmas mudanças sociais e culturais que os europeus. Eles se tornaram mais ricos. Seu conhecimento da ciência aumentou. E eles são até mesmo mais expostos à psicanálise e à pornografia que os europeus. Mas o protestantismo nos Estados Unidos não sofreu nada parecido com o declínio que vivenciou na Europa. Ao contrário, Deus é, em alguns aspectos, tão importante nos Estados Unidos hoje quanto era há 40 anos[45]. Os melhores indícios são as dezenas de milhões de devotos que se dirigem às igrejas norte-americanas todos os domingos.

De maneira paradoxal, o advento da nova trindade dos anos 1960 – sexo, drogas e rock and roll – coincidiu, nos Estados Unidos, com um *boom* no protestantismo evangélico. O reverendo Billy Graham competiu com os Beatles para ver quem conseguia colocar mais jovens em um estádio. Essa não foi tanto uma reação; foi mais uma espécie de imitação. Ao se pronunciar no Miami Rock Festival em 1969, Graham instou o público a “sintonizar com Deus [...] Abrir-se ao Seu poder”[46]. Em 1972, o grupo cristão universitário Campus Crusade organizou uma conferência evangélica em Dallas chamada Explo’72, que terminou com um show que pretendia ser o Woodstock (o festival de rock de 1969 que veio a condensar a contracultura hippie) cristão.[47] Quando Cynthia “Plaster Caster”, uma

adolescente católica de Chicago, fez moldes de gesso dos pênis eretos de Jimi Hendrix, Robert Plant e Keith Richards (embora, definitivamente, não de Cliff Richard), ela estava apenas materializando a visão de Freud do triunfo de Eros sobre Tanatos. Afinal, Deus era amor, como diziam os adesivos nos para-choques. A América, a um só tempo, renascia em fé e ressurgia pornô.

Como podemos explicar o fato de que a civilização ocidental parece ter se dividido em duas: a leste, uma Europa sem deus; a oeste, uma América temente a Deus? Como explicar a persistência do cristianismo nos Estados Unidos em uma época em que este diminui tão drasticamente na Europa? A melhor resposta pode ser encontrada em Springfield, Missouri, a cidade que eles chamaram "Queen of the Ozarks" e local de nascimento da autopista entre Chicago e a Califórnia, imortalizada na canção de 1946 de Bobby Troup, "(Get Your Kicks on) Route 66" [Divirta-se na Estrada 66]. Se Max Weber ficara impressionado com a diversidade de seitas protestantes ao passar pelos Estados Unidos há um século, hoje ele ficaria perplexo. Springfield tem aproximadamente uma igreja para cada mil habitantes. Há 122 igrejas batistas, 36 capelas metodistas, 25 Igrejas de Cristo e 15 Igrejas de Deus – ao todo, cerca de 400 lugares de culto cristãos. Agora, você não pega a Estrada 66 para se divertir, e sim para rezar.

O significativo é que todas essas igrejas estão envolvidas em uma competição acirrada por almas. Conforme Weber percebeu, os batistas, os metodistas e outros cristãos norte-americanos competiam em sua comunidade religiosa local para mostrar uns aos outros quem era verdadeiramente devoto. Mas em Springfield, hoje, a competição é *entre* igrejas, e é tão ferrenha quanto a competição entre concessionárias de automóveis ou redes de *fast-food*. As igrejas aqui precisam ter uma mentalidade comercial para atrair e manter fiéis e, com base nisso, a clara vencedora é a James River Assembly. Aos olhos dos europeus, pode parecer mais um shopping center ou um centro empresarial, mas, na realidade, é a maior igreja de Springfield – de fato, uma das maiores dos Estados Unidos. Seu pastor, John Lindell, é um pregador talentoso e carismático que combina os ensinamentos bíblicos tradicionais com o tipo de presença de

palco em geral associado com o rock and roll. Com efeito, às vezes ele parece o herdeiro natural da Revolução de Jesus identificada pela revista *Time* em 1971, um movimento jovem cristão inspirado no rock, no espírito da ópera rock britânica *Jesus Christ Superstar* (1970). Mas também há algo de insaciável em Lindell; ao fazer seu discurso glorificando a Deus ("Deus, o Senhor é tão maravilhoso") ele parece menos com Ian Gillan (o cantor descabelado do Deep Purple que cantou a parte de Jesus no álbum original de *Superstar*) e mais com Steve Jobs, divulgando o mais novo dispositivo móvel da Apple: iGod, talvez. Para Lindell, a ética protestante está viva e passa bem, e mora em Springfield. Ele não tem dúvida de que a fé torna os membros de sua congregação mais dedicados ao trabalho do que seriam sem ela. Ele próprio é um trabalhador diligente: três missas cheias de atividade a cada domingo não é pouca coisa. E o Espírito Santo parece se misturar ao espírito do capitalismo quando passam as caixas de coleta – embora, por sorte, não à maneira descarada preferida por Mac Hammond do Centro Cristão Palavra Viva em Minneapolis, que promete que "os princípios da Bíblia vão aprimorar seu crescimento espiritual e ajudá-lo a ter sucesso no trabalho, nos relacionamentos e nas finanças".[48]

Uma visita a James River torna clara a principal diferença entre o protestantismo europeu e o norte-americano. Enquanto a Reforma foi nacionalizada na Europa, com a criação de igrejas estatais como a Igreja da Inglaterra ou a Kirk da Escócia, nos Estados Unidos sempre houve uma separação estrita entre a religião e o Estado, permitindo uma competição aberta entre várias seitas protestantes. E essa talvez seja a melhor explicação para a estranha morte da religião na Europa e seu vigor permanente nos Estados Unidos. Na religião, assim como nos negócios, os monopólios estatais são ineficientes – mesmo que, em alguns casos, a existência de uma religião estatal aumente a participação religiosa (onde há um subsídio generoso do governo e mínimo controle das nomeações eclesiásticas)[49]. Em geral, a competição entre seitas em um mercado religioso livre encoraja as inovações concebidas para tornar mais gratificante a experiência do culto e da filiação à igreja. É isso o que mantém viva a religião nos Estados Unidos[50]. (Essa ideia não é totalmente

nova. Adam Smith apresentou um argumento similar em *A riqueza das nações*, contrastando países com igrejas oficiais com aqueles que permitiam a competição.)[51]

Mas há alguma coisa nos evangélicos norte-americanos de hoje que teria causado desconfiança a Weber, se não a Smith. Pois, em certo sentido, muitas das seitas mais prósperas de hoje florescem justamente porque desenvolveram uma espécie de cristianismo de consumo que beira a "fé de supermercado"[52]. Não só é fácil de chegar e divertido – nada diferente de uma viagem ao cinema multiplex, com refrigerantes ou Starbucks servidos no local –, como também faz pouquíssimas exigências aos crentes. Ao contrário, são eles que fazem reivindicações a Deus[53], de modo que a oração em James River muitas vezes consiste de uma longa série de demandas para que a divindade resolva problemas pessoais. Deus, o Pai, o Filho e o Espírito Santo foram substituídos por Deus, o Analista, o Conselheiro Sentimental e o *Personal Trainer*. Com mais de dois quintos dos brancos norte-americanos mudando de religião em algum momento da vida, a fé se tornou paradoxalmente volúvel[54].

O único problema na hora de transformar a religião em mais uma busca por lazer é que isso significa que os norte-americanos se afastaram muitíssimo da versão weberiana de ética protestante, em que a gratificação adiada era o corolário da acumulação de capital. Em suas palavras:

> O ascetismo protestante atua com toda força contra a fruição desinibida das possessões; desencoraja o consumo [...] E quando essa restrição ao consumo é combinada com a liberdade para aspirar o lucro, o resultado produzido inevitavelmente será a criação de capital por meio da compulsão ascética por economizar.[55]

Nós acabamos de passar por uma experiência oposta: o capitalismo sem poupança. Nos Estados Unidos, a taxa de economias domésticas caiu para menos de zero no pico da bolha imobiliária, já que as famílias não só consumiam toda a renda disponível como também exauriram o patrimônio líquido em sua casa. A redução da poupança se revelou uma receita para a crise financeira. Quando os preços das casas começaram a cair em 2006,

teve início uma reação em cadeia: aqueles que haviam feito empréstimos em um valor superior ao de sua casa pararam de pagar os juros do financiamento imobiliário; aqueles que haviam investido em seguros garantidos por hipotecas sofreram grandes perdas; os bancos que haviam tomado emprestado grandes somas para investir em tais seguros sofreram primeiro iliquidez e depois insolvência; para evitar falências de bancos em massa, os governos intervieram em seu socorro; e uma crise de dívida privada se transformou em uma crise de dívida pública. Hoje, o ônus total da dívida privada e da dívida pública nos Estados Unidos é mais de três vezes e meia seu Produto Interno Bruto[56].

Mas esse não foi um fenômeno exclusivamente norte-americano. Variações sobre o mesmo tema foram vistas em outros países anglófonos: na Irlanda, no Reino Unido e, em um grau menor, na Austrália e no Canadá – essa foi a geometria fractal da era da alavancagem financeira, com o mesmo problema se repetindo em diferentes escalas. Houve bolhas imobiliárias maiores na maioria dos países europeus – no sentido de que o preço das casas subiu ainda mais com relação à renda do que nos Estados Unidos – e crises muito mais graves de dívida pública em Portugal, na Irlanda e na Grécia, que cometeram o erro de ter déficits muito grandes estando em união monetária com a Alemanha. Mas a crise financeira de 2007-9, embora global em seus efeitos, não foi global em sua origem. Foi uma crise provocada no mundo ocidental, em consequência do excesso de consumo e do excesso de alavancagem financeira. Em outras partes – especialmente na Ásia –, a situação foi bem diferente.

Todos sabem que no Oriente se poupa muito mais que no Ocidente. Os ônus da dívida privada são muito mais baixos; as casas costumam ser compradas à vista ou com financiamentos imobiliários relativamente pequenos. Outras formas de crédito ao consumidor desempenham um papel muito menor. Também se sabe, conforme vimos, que os asiáticos trabalham muito mais horas por ano que seus pares ocidentais – a média anual de horas trabalhadas varia de 2.120 em Taiwan a 2.243 na Coreia do Sul. O que é menos observável é que o aumento da poupança e dos negócios na

Ásia veio de mãos dadas com o efeito colateral mais surpreendente da ocidentalização: o crescimento do cristianismo, sobretudo na China.

### *A Jerusalém chinesa*

A ascensão do espírito do capitalismo na China é uma história que todos conhecem. Mas e quanto à ascensão da ética protestante? De acordo com pesquisas distintas feitas pela China Partner e pela East China Normal University em Xangai, há hoje cerca de 40 milhões de cristãos protestantes na China, em comparação com apenas meio milhão em 1949. Algumas estimativas são ainda maiores: 75 ou 110 milhões[57]. Incluindo 20 milhões de católicos, o número de cristãos na China pode chegar a 130 milhões. Hoje, de fato, pode ser que haja mais cristãos praticantes na China do que na Europa[58]. Igrejas estão sendo construídas a um ritmo mais rápido na China que em qualquer outra parte do mundo. E mais Bíblias estão sendo impressas ali do que em qualquer outro país. A Amity Printing Company, em Nanquim, é a maior editora de Bíblias do mundo. Sua enorme gráfica produziu mais de 70 milhões de Bíblias desde que a empresa foi fundada em 1986, incluindo 50 milhões de cópias em mandarim e outras línguas chinesas[59]. É possível que, em três décadas, os cristãos sejam entre 20% e 30% da população chinesa[60]. Isso deve nos impressionar ainda mais se considerarmos a resistência à difusão do cristianismo que marcou toda a história da China.

O fracasso do protestantismo em suas tentativas anteriores de criar raízes na China é um enigma. Houve missionários cristãos nestorianos na China da dinastia Tang, já no século XVII. A primeira igreja católica romana foi construída em 1299 por Giovanni da Montecorvino, nomeado bispo de Khanbaliq em 1307. No fim do século XIV, no entanto, a maioria desses postos avançados cristãos havia desaparecido em consequência da hostilidade Ming. Uma segunda onda de missionários chegou no início do século XVII, quando o jesuíta Matteo Ricci recebeu permissão para se estabelecer em Pequim. É possível que, em 1700, o número de cristãos na

China chegasse a 300 mil. Mas 1724 trouxe outra repressão com o Édito de Expulsão e Confisco do imperador Yongzheng.[61]

A terceira onda cristã foram as missões protestantes do século XIX. Organizações como as Sociedades Missionárias Britânicas enviaram literalmente centenas de evangelistas para levar os ensinamentos de Jesus ao país mais populoso da Terra. O primeiro a chegar foi um inglês de 25 anos chamado Robert Morrison, da Sociedade Missionária de Londres, que chegou a Cantão (Guangzhou) em 1807. Seu primeiro passo, mesmo antes de chegar, foi começar a aprender mandarim e a transcrever a Bíblia em caracteres chineses. Uma vez em Cantão, ele começou a trabalhar em um dicionário latim-chinês. Em 1814, então como empregado da Companhia das Índias Orientais, Morrison concluíra as traduções dos Atos dos Apóstolos (1810), o Evangelho segundo Lucas (1811), o Novo Testamento (1812) e o Livro do Gênesis (1814), além das obras *Summary of the Doctrine of Divine Redemption* (1811) e *An Annotated Catechism in the Teaching of Christ* (1812). Isso foi suficiente para persuadir a Companhia das Índias Orientais a permitir a importação de uma prensa tipográfica e de um técnico para operá-la[62]. Quando, mais tarde, a Companhia o dispensou, receosa de provocar a ira das autoridades chinesas, Morrison não se deixou intimidar e continuou imprimindo. Ele se mudou para Málaca, onde fundou uma Escola Anglo-Chinesa para "o cultivo da literatura e da ciência europeia e chinesa, mas principalmente para a difusão do cristianismo em todo o arquipélago oriental", concluindo sua tradução da Bíblia – um esforço conjunto com William Milne (publicada em 1823) –, e organizando uma gramática inglesa para estudantes chineses, além de um dicionário completo inglês-chinês. Antes de se reunir a sua primeira esposa e seu filho no túmulo, no ano de 1834, em Cantão, Morrison havia concluído também um *Vocabulary of the Canton Dialect* (1828). Ele realmente foi a ética da educação protestante em carne e osso.

Mas os esforços dos primeiros missionários britânicos tiveram consequências imprevistas. O governo imperial havia procurado proibir – sob pena de morte – a conversão ao cristianismo afirmando que ela encorajava atitudes populares "muito próximas de provocar uma rebelião":

> Dita religião não venera os espíritos, nem reverencia seus ancestrais; claramente, isso significa percorrer o caminho contrário ao da doutrina legítima; e as pessoas comuns, que seguem e se acostumam com tais ilusões, em que aspecto diferem de uma multidão rebelde?[63]

Isso foi um presságio. Um homem em particular reagiu à conversão ao cristianismo da forma mais extrema que se poderia imaginar. Hong Xiuquan esperava tomar o caminho tradicional para uma carreira no serviço civil imperial, submetendo-se a uma sucessão de exames exaustivos que determinavam a aptidão de um homem para o ofício de mandarim. Mas ele foi reprovado, e, como acontece com tanta frequência com os candidatos, o fracasso foi imediatamente seguido de um colapso total. Em 1833, Hong conheceu William Milne, o coautor com Robert Morrison da primeira Bíblia chinesa, cuja influência sobre ele coincidiu com sua recuperação da depressão pós-exame. Sem dúvida, para alarme de Milne, Hong agora anunciou que era o irmão mais novo de Jesus Cristo. Deus, ele declarou, o havia enviado para livrar a China do confucionismo – a filosofia introspectiva que considerava a competição, o comércio e a diligência tão perniciosos quanto as importações. Hong criou a Society of God Worshippers [Sociedade dos Adoradores de Deus], supostamente cristã, que atraiu o apoio de dezenas de milhões de chineses, sobretudo das classes mais pobres, e se proclamou líder do Reino da Paz Celestial. Em chinês, ele era conhecido como Taiping Tianguo, daí o nome do motim que liderou – a Rebelião Taiping. De Guangxi, os rebeldes correram para Nanquim, que o autoproclamado Rei Celestial converteu em sua capital. Em 1853, seus seguidores – identificados por jaquetas vermelhas, cabelos compridos e sua insistência na estrita segregação dos sexos – controlaram todo o vale Yangzi. Na sala do trono havia um estandarte com as palavras: “A ordem veio de Deus para matar o inimigo e unir todas as montanhas e rios em um só reino”.

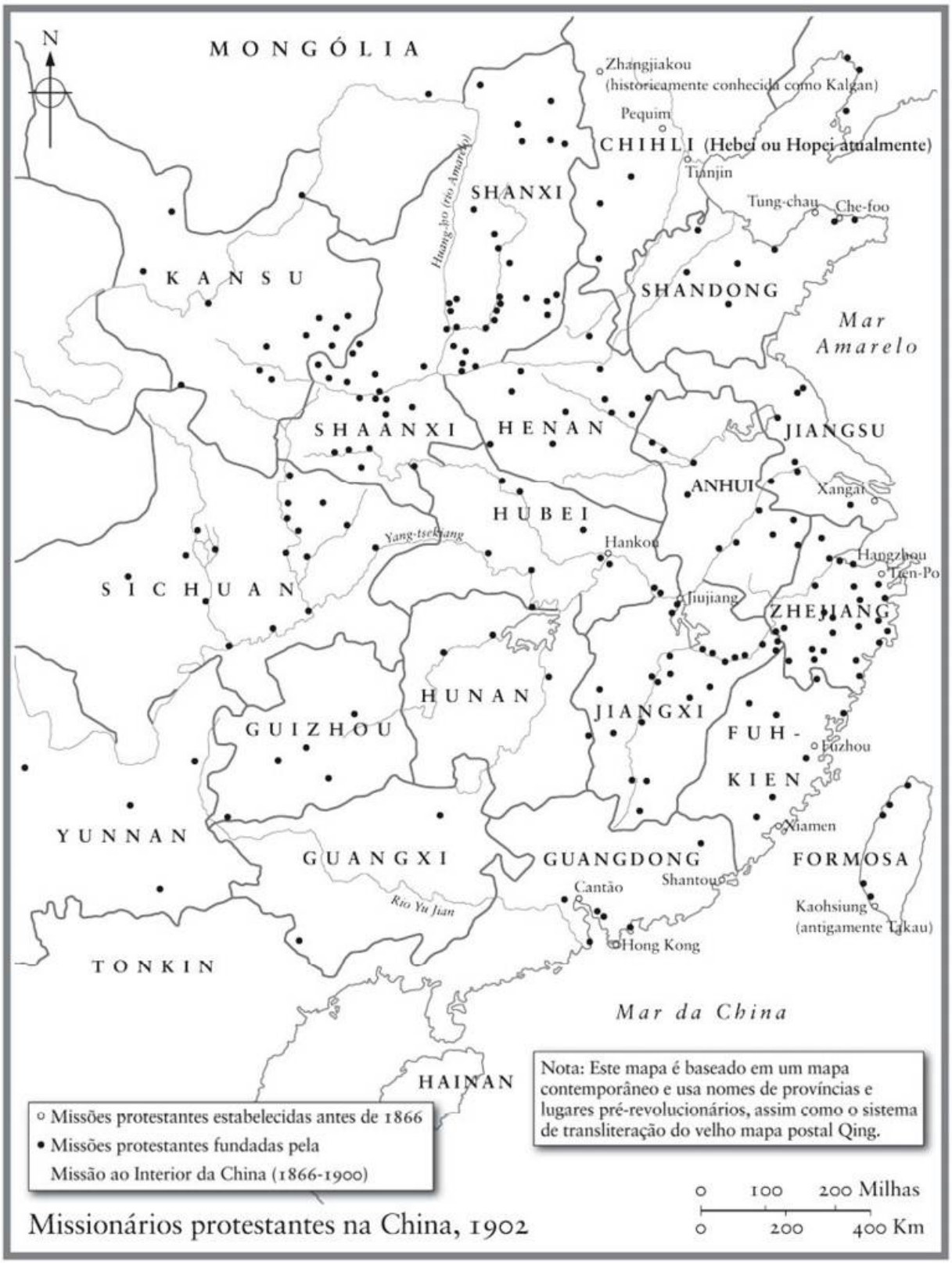
Por um tempo, pareceu que os taiping realmente derrubariam todo o império Qing. Mas os rebeldes não conseguiram tomar Pequim nem Xangai. Aos poucos, a maré se voltou contra eles. Em 1864, o exército

Qing cercou Nanquim. Na época em que a cidade caiu, Hong já havia sido morto com comida envenenada. Só para ter certeza, os Qing exumaram seus restos queimados e os atiraram de um canhão. Mesmo depois disso, foi só em 1871 que o último exército taiping foi derrotado. O custo em vidas humanas foi espantoso: mais que o dobro do da Primeira Guerra Mundial para todos os estados combatentes. Estima-se que, entre 1850 e 1864, 20 milhões de pessoas no centro e no sul da China tenham perdido a vida durante a rebelião, que deixou um rastro de fome e pestilência. No fim do século XIX, muitos chineses haviam concluído que os missionários ocidentais não passavam de mais uma influência estrangeira perturbadora sobre o país, como os comerciantes de ópio. Em consequência, quando os missionários britânicos voltaram à China após a Rebelião Taiping, depararam com mais hostilidade para com os estrangeiros[64].

Mas isso não os deteve. James Hudson Taylor tinha 22 anos quando fez sua primeira viagem à China em nome da Sociedade da Evangelização Chinesa. Incapaz, conforme afirmou, "de suportar a visão de uma congregação de mil cristãos ou mais se regozijando em sua nova segurança [em Brighton] enquanto milhões pereciam por falta de conhecimento" no além-mar, Taylor fundou a Missão ao Interior da China em 1865. Sua estratégia preferida era que os missionários usassem roupas chinesas e adotassem o rabo de cavalo da era Qing. Assim como David Livingstone na África, Taylor distribuía a doutrina cristã e a medicina moderna a partir de sua sede em Hangzhou (Hangchow)[65]. Outro intrépido pescador de homens da Missão foi George Stott. Nascido em Aberdeen, ele, que não tinha uma das pernas, chegou à China aos 31 anos de idade. Uma de suas primeiras ações foi abrir uma livraria com uma capela ao lado, onde ele fez um longo discurso para uma multidão ruidosa, atraída mais por curiosidade que por sede de redenção. Sua esposa fundou um internato para garotas[66]. Eles e outros procuraram conquistar adeptos usando um novo aparato evangélico engenhoso: o *Wordless Book* [Livro sem palavras], concebido por Charles Haddon Spurgeon para incorporar as principais cores da tradicional cosmologia de cores chinesa. Em uma versão amplamente usada, concebida pelo norte-americano Dwight Lyman Moody em 1875, a página negra

representava pecado, a vermelha, o sangue de Jesus, a branca, santidade, e a dourada ou amarela, o céu[67].

Uma direção totalmente diferente foi tomada por Timothy Richard, um membro da Sociedade Missionária Batista, que afirmava que “a China precisava do evangelho do amor e do perdão, mas também tinha necessidade do evangelho do progresso material e do conhecimento científico”[68]. Tendo como alvo as elites chinesas em lugar das massas empobrecidas, Richard se tornou secretário da Sociedade para a Difusão do Conhecimento Geral e Cristão entre os Chineses em 1891, e exerceu uma importante influência sobre o Movimento de Autofortalecimento de Kang Yu Wei, além de ter sido conselheiro do próprio imperador. Foi Richard que assegurou a criação da primeira universidade chinesa em estilo ocidental, em Shanxi (Shansi), fundada em 1902.




Missionários protestantes na China, 1902

Em 1877, havia 18 missões cristãs diferentes em atividade na China, além de três sociedades bíblicas. Taylor tinha especial talento para recrutar novos missionários, incluindo um número atipicamente grande de mulheres solteiras, não só da Grã-Bretanha como também dos Estados Unidos e da Austrália[69]. Na melhor tradição protestante, as missões rivais competiam furiosamente umas com a outras, e a Missão ao Interior da China e a Sociedade Missionária Batista travaram uma guerra acirrada sobretudo em Shanxi. Em 1900, no entanto, a xenofobia irrompeu mais uma vez no Levante dos Boxers, quando outro culto estranho, a sociedade secreta dos Punhos Harmoniosos e Justiceiros (*yihe quan*), procurou expulsar do país todos os "demônios estrangeiros" – desta vez com a aprovação explícita da imperatriz Dowager. Antes da intervenção de uma força multinacional e da supressão dos boxers, 58 membros da Missão ao Interior da China pereceram, junto com 21 de seus filhos.

Os missionários haviam plantado muitas sementes, mas, nas condições cada vez mais caóticas que se seguiram à deposição da dinastia Qing, elas germinaram para logo apodrecer. O fundador da Primeira República Chinesa, Sun Yat-sen, foi um cristão de Guandong, mas morreu em 1924, com a China à beira da guerra civil. Então, o líder nacionalista Chiang Kai-shek e sua esposa – ambos cristãos[70] – perderam para os comunistas na longa guerra civil da China e acabaram tendo de fugir para Taiwan. Logo após a Revolução de 1949, Chu En-lai e Y. T. Wu esboçaram um "Manifesto Cristão" concebido para enfraquecer a posição dos missionários com base na ideologia e no patriotismo[71]. Entre 1950 e 1952, a Missão ao Interior da China optou por evacuar seu pessoal da República Popular[72]. Depois que os missionários se foram, a maioria das igrejas foi fechada ou transformada em fábricas. E permaneceram fechadas durante os 30 anos seguintes. Cristãos como Wang Mingdao, Allen Yuan e Moses Xie, que se recusaram a entrar para o Movimento Patriótico das Três Autonomias, ligado à Igreja Protestante e controlado pelo Partido, foram presos (em cada caso, por 20 anos ou mais)[73]. Os anos calamitosos do indevidamente chamado Grande Salto para a Frente (1958-62) – na realidade uma época de privação provocada pelo homem que cobrou cerca de 45 milhões de vidas[74]

– presenciaram uma nova onda de fechamento de igrejas. Houve uma completa iconoclastia durante a Revolução Cultural (1966-76), que também levou à destruição de muitos templos budistas antigos. O próprio Mao, “o Messias do Povo Trabalhador”, tornou-se objeto de um culto à personalidade ainda mais insano que o de Hitler e o de Stalin[75]. Sua esposa esquerdista Jiang Qing declarou que o cristianismo na China fora consignado aos museus[76].

Para Max Weber e muitos especialistas ocidentais do século XX, portanto, não é surpreendente que a probabilidade de uma protestantização da China e, portanto, de sua industrialização parecesse ínfima – quase tão ínfima quanto a descristianização da Europa. A escolha para a China parecia ser uma escolha simples entre a estagnação confuciana e o caos. Isso torna ainda mais surpreendentes as imensas transformações de nossa época.

A cidade de Wenzhou, na província de Zhejiang, ao sul de Xangai, é a típica cidade manufatureira. Com uma população de 8 milhões e em crescimento, tem a reputação de ser a cidade mais empreendedora da China – um lugar onde o livre-mercado governa e o papel do Estado é mínimo. A paisagem de tecelagens e pilhas de carvão teria sido reconhecida de imediato por um vitoriano; é uma Manchester asiática. A ética do trabalho anima a todos, do mais próspero empreendedor ao mais reles operário. O povo de Wenzhou não só trabalha mais horas que os norte-americanos, como também poupa uma proporção muito maior de sua renda. Entre 2001 e 2007, em uma época em que as economias norte-americanas despencaram, as chinesas subiram para mais de 40% do Produto Interno Bruto. Em média, os lares chineses economizam mais de um quinto do dinheiro que ganham; as corporações economizam ainda mais na forma de lucros retidos.

O que mais fascina, no entanto, é o fato de as pessoas em Wenzhou terem importado do Ocidente mais do que a ética do trabalho. Também importaram o protestantismo. Pois as sementes que os missionários britânicos plantaram ali há 150 anos também brotaram tardiamente da maneira mais extraordinária. Antes da Revolução Cultural havia 480 igrejas

na cidade, e hoje há 1.339 – e estas são apenas as aprovadas pelo governo. A igreja George Stott construída há cem anos hoje lota todos os domingos. Outra, fundada pela Missão ao Interior da China em 1877, mas fechada durante a Revolução Cultural e só reaberta em 1982, atualmente tem uma congregação de 1.200 pessoas. Há também novas igrejas, muitas vezes com cruzes de neon vermelho brilhante no telhado. Não é de admirar que eles chamem Wenzhou de Jerusalém chinesa. Já em 2002, cerca de 14% da população de Wenzhou era cristã; a proporção atual é certamente maior. E essa é a cidade que Mao proclamou "livre de religião" em 1958. Há não muito tempo, em 1997, as autoridades locais lançaram uma campanha para "remover as cruzes". Hoje, elas parecem ter desistido. Na zona rural nas proximidades de Wenzhou, os povoados competem descaradamente para ver qual deles tem a igreja com a torre mais alta.

O cristianismo na China hoje está longe de ser o ópio das massas[77]. Entre os crentes mais devotos de Wenzhou estão os chamados Boss Christians, empreendedores como Hanping Zhang, presidente da Aihao (cujo caractere chinês pode significar "amor", "bondade" ou "passatempo"), uma das três maiores fabricantes de canetas do mundo. Um cristão devoto, Zhang é a personificação viva do vínculo entre o espírito do capitalismo e a ética protestante, precisamente como Max Weber o entendeu. Ex-agricultor, ele começou um negócio de plásticos em 1979 e, oito anos depois, abriu sua primeira fábrica de canetas. Hoje, emprega cerca de 5 mil pessoas, que produzem até 500 milhões de canetas por ano. Ele acredita que o cristianismo esteja prosperando na China porque oferece um modelo ético para um povo que está se esforçando para lidar com uma transição social incrivelmente rápida do comunismo ao capitalismo. A confiança é escassa na China de hoje, segundo ele me disse. Com frequência, as autoridades do governo são corruptas. Suas contrapartes nos negócios trapaceiam. Os trabalhadores roubam dos patrões. Jovens mulheres se casam e então desaparecem com o dote obtido com esforço. Os alimentos para bebês são produzidos com ingredientes tóxicos, os edifícios escolares são construídos com materiais defeituosos. Mas Zhang sente que pode confiar em seus companheiros cristãos, porque sabe que eles são trabalhadores e

honestos78. Assim como na Europa e na América protestantes nos primeiros dias da Revolução Industrial, as comunidades religiosas funcionam como redes creditícias e, ao mesmo tempo, como cadeias de fornecimento, formadas por crentes dignos de crédito e de confiança.

No passado, as autoridades chinesas olhavam o cristianismo com grande suspeita, e não só porque se lembravam do caos provocado pela Rebelião Taiping. Seminaristas desempenharam um importante papel no movimento pró-democracia na praça Tiananmen; de fato, dois dos líderes estudantis mais procurados no verão de 1989 posteriormente se tornaram clérigos cristãos. Em consequência daquela crise, houve ainda outra repressão contra as igrejas não oficiais[79]. Ironicamente, o caráter utópico do maoismo criou um apetite que hoje, com uma liderança partidária mais tecnocrática que messiânica, só o cristianismo parece capaz de satisfazer[80]. E, assim como na época da Rebelião Taiping, alguns chineses de hoje são inspirados pelo cristianismo a abraçar cultos decididamente estranhos. Membros do movimento Iluminação Oriental, ativo nas províncias de Henan e de Heilongjiang, acreditam que Jesus voltou como mulher. Eles se envolvem em batalhas sanguinárias com seus arquirrivais, os Three Grades of Servants[81]. Outro movimento radical supostamente cristão é o movimento Nascidos Novamente, de Peter Xu, também conhecido como Total Scope Church ou Shouters (“gritalhões”) devido a seu estilo ruidoso de devoção, em que o choro é um imperativo. Tais seitas são vistas pelas autoridades como *xie jiao*, ou cultos diabólicos, como o Falun Gong, o movimento proibido de prática respiratória[82]. Não é difícil perceber por que o Partido prefere revivificar o confucionismo, com sua ênfase no respeito pela geração mais velha e pelo equilíbrio tradicional de uma “sociedade harmoniosa”[83]. Nem tampouco é surpreendente que a perseguição de cristãos tenha aumentado durante as Olimpíadas de 2008, uma época de exposição máxima da capital da nação às influências estrangeiras[84].

Mesmo sob o regime de Mao, no entanto, um protestantismo oficial foi tolerado na forma do Movimento Patriótico das Três Autonomias, baseado nos princípios de autogoverno, autofinanciamento e autodifusão – em outras palavras, sem influências estrangeiras[85]. Hoje, a St. Paul’s em

Nanquim é uma típica igreja oficial das Três Autonomias; aqui, a congregação do reverendo Kan Renping cresceu de algumas centenas, quando ele assumiu em 1994, para cerca de 5 mil fiéis regulares. É tão popular que os recém-chegados têm de assistir aos procedimentos na televisão de circuito fechado em quatro capelas próximas equipadas com satélite. Desde a edição número 19 do Documento do Partido em 1982, há também tolerância oficial intermitente ao movimento das "igrejas domésticas", congregações que se encontram de maneira mais ou menos secreta na casa das pessoas e muitas vezes abraçam as formas norte-americanas de culto[86]. Na própria Pequim, os fiéis se aglomeram na Igreja Zion do reverendo Jin Mingri, uma igreja não oficial com 350 membros, quase todos oriundos da classe empreendedora ou profissional e com menos de 40 anos de idade. O cristianismo se tornou elegante na China. O ex-goleiro de futebol Gao Hong é cristão, assim como a atriz de televisão Lu Liping e o cantor pop Zheng Jun[87]. Acadêmicos chineses como Tang Yi especulam abertamente que "a fé cristã pode chegar a conquistar a China e cristianizar a cultura chinesa" – embora ele pense que é mais provável que "o cristianismo seja absorvido pela cultura chinesa, seguindo o exemplo do budismo [...] e se torne uma religião sem pecado do gênero chinês" ou que "o cristianismo mantenha suas características básicas ocidentais e passe a ser a religião de uma subcultura minoritária"[88].

Após muita hesitação, pelo menos alguns dos líderes comunistas da China parecem reconhecer hoje o cristianismo como uma das grandes fontes de influência do Ocidente[89]. De acordo com um estudioso da Academia Chinesa de Ciências Sociais:

> Pediram que investigássemos as razões para a [...] supremacia do Ocidente em todo o mundo [...] Primeiro, pensamos que era porque vocês tinham armas mais poderosas do que nós. Então pensamos que era porque vocês tinham o melhor sistema político. Depois focamos em seu sistema econômico. Mas, nos últimos 20 anos, percebemos que o cerne de sua cultura é sua religião: o cristianismo. É por isso que Ocidente é tão poderoso. A base moral cristã da vida social e cultural foi o que tornou possível o surgimento do capitalismo e então a transição bem-sucedida para a política democrática. Não temos dúvida alguma quanto a isso[90].

Outro acadêmico, Zhuo Xinping, identificou que “a compreensão cristã da transcendência” desempenhou “um papel decisivo na aceitação, por parte do povo, do pluralismo na sociedade e na política do Ocidente contemporâneo”:

> Só aceitando como nosso critério essa compreensão da transcendência é que podemos entender o verdadeiro significado de conceitos como liberdade, direitos humanos, tolerância, igualdade, justiça, democracia, Estado de direito, universalidade e proteção ambiental[91].

Yuan Zhiming, um cineasta cristão, concorda: “A coisa mais importante, o cerne da civilização ocidental [...] é o cristianismo”[92]. De acordo com o professor Zhao Xiao, ele próprio um adepto, o cristianismo oferece à China uma nova “base moral comum” capaz de reduzir a corrupção, diminuir a distância entre ricos e pobres, promover a filantropia e até mesmo evitar a poluição[93]. “A viabilidade econômica requer um *ethos* moral sério”, nas palavras de outro estudioso, “mais do que o mero consumismo hedonista e a estratégia desonesta”[94]. Afirma-se até mesmo que, logo antes de Jiang Zemin renunciar à presidência da China e à liderança do Partido Comunista, ele teria dito em uma reunião de altos oficiais do Partido que, se pudesse emitir um decreto que ele sabia que seria obedecido em toda parte, seria “tornar o cristianismo a religião oficial da China”[95]. Em 2007, seu sucessor Hu Jintao presidiu, no Politburo, uma “sessão de estudos” sem precedentes sobre religião, na qual contou aos 25 líderes mais poderosos da China que “o conhecimento e a força dos religiosos devem ser reunidos para construir uma sociedade próspera”. Um relatório apresentado ao 14o Comitê Central do Partido Comunista Chinês especificava três requisitos para um crescimento econômico contínuo: os direitos de propriedade como base, a lei como proteção e a moralidade como apoio.

## *Terras de infiéis*

Se isso soa familiar, não é por acaso. Conforme vimos, esses costumavam ser os principais pilares da civilização ocidental. Mas, nos últimos anos, nós no Ocidente parecemos ter perdido a fé neles. Não só as igrejas da Europa

estão vazias, mas também parecemos duvidar do valor de grande parte do que foi desenvolvido na Europa após a Reforma. A competição capitalista caiu em descrédito devido à crise financeira recente e à ganância desenfreada dos banqueiros. A ciência é estudada por pouquíssimos de nossos filhos nas escolas e universidades. Os direitos de propriedade privada são sistematicamente violados por governos que parecem ter um apetite insaciável por tributar nossa renda e nossa riqueza e desperdiçar grande parte dos rendimentos. Império se tornou uma palavra suja, apesar dos benefícios conferidos ao restante do mundo pelos imperialistas europeus. Todos corremos o risco de ser deixados com uma sociedade de consumo vazia e uma cultura de relativismo – uma cultura que diz que toda teoria ou opinião, por mais excêntrica que seja, é exatamente tão boa quanto qualquer coisa em que costumávamos acreditar.

Ao contrário da crença popular, Chesterton não disse: “O problema com o ateísmo é que, quando os homens param de acreditar em Deus, não é que eles não acreditem em nada. Eles acreditam em qualquer coisa”. Mas ele fez o padre Brown dizer algo muito similar em “The Miracle of Moon Crescent”:

> Vocês todos juraram que eram materialistas obstinados; e, de fato, estavam todos equilibrados no fio da crença – da crença em quase qualquer coisa. Há milhares de pessoas equilibradas nele hoje em dia; mas é um fio cortante e desconfortável no qual se sentar. Vocês não descansarão enquanto não acreditarem em alguma coisa.[96]

Para entender a diferença entre crença e descrença, consideremos a conversa entre Muktar Said Ibrahim, um dos islamitas cujo plano de detonar bombas no sistema de transporte de Londres foi descoberto em 2005, e uma ex-vizinha sua em Stanmore, um bairro na zona norte da periferia de Londres. Nascido na Eritreia, Ibrahim havia se mudado para a Grã-Bretanha aos 14 anos de idade e acabara de receber a cidadania do Reino Unido, apesar de ter passado um tempo na prisão por seu envolvimento em roubo. “Ele me perguntou”, recordou Sarah Scott, “se eu era católica, porque minha família é irlandesa. Eu respondi que não

acreditava em nada, e ele disse que eu deveria. Ele me disse que teria várias virgens quando chegasse ao Céu se honrasse Alá. Disse que se você rezasse para Alá e tivesse sido leal a Alá, receberia 80 virgens, ou algo assim." É a coisa mais fácil do mundo ridicularizar a noção, aparentemente um lugar-comum entre os *jihadistas*, de que essa é a recompensa por explodir infiéis. Mas é muito mais estranho acreditar, como Sarah Scott, em absolutamente nada? Sua conversa com Ibrahim, tal como ela a recorda, é fascinante justamente porque ilustra o abismo existente hoje na Europa Ocidental entre uma minoria de fanáticos e uma maioria de ateus. "Ele disse", recordou Sarah após a prisão do ex-vizinho, "que as pessoas têm medo da religião, e que elas não deveriam ter medo."[97]

O que Chesterton temia era que, se o cristianismo decaísse na Grã-Bretanha, a "superstição" "sufocaria todo o seu velho racionalismo e ceticismo". Da aromaterapia ao *Zen e a arte de manutenção de motocicletas*, o Ocidente hoje está de fato inundado de cultos pós-modernos, nenhum dos quais contribui de maneira tão efetiva para o vigor econômico ou a coesão social quanto a velha ética protestante. E, o que é pior, esse vácuo espiritual deixa as sociedades da Europa Ocidental vulneráveis às ambições sinistras de uma minoria de povos que têm fé religiosa – bem como à ambição política de expandir o poder e a influência dessa fé nos países que adotaram. Que a luta entre o islamismo radical e a civilização ocidental possa ser caricaturada como "Jihad *versus* McWorld" é algo significativo[98]. Na realidade, os principais valores da civilização ocidental são diretamente ameaçados pelo tipo de islamismo mantido por terroristas como Muktar Said Ibrahim, derivado, como é, dos ensinamentos do wahhabista Sayyid Jamal al-Din, do século XIX, e dos líderes Hassan al-Banna e Sayyid Qutb, da Irmandade Muçulmana[99]. A separação entre Igreja e Estado, o método científico, o Estado de direito e a própria ideia de uma sociedade livre – incluindo princípios relativamente recentes como a igualdade dos sexos e a legalidade dos atos homossexuais –, todas essas coisas são abertamente repudiadas pelos islamitas.

As estimativas da população muçulmana nos países da Europa Ocidental variam muitíssimo. De acordo com uma delas, a população total subiu de

cerca de 10 milhões em 1990 para 17 milhões em 2010[100]. Com relação às populações nacionais, as comunidades muçulmanas variam em tamanho de um pico de 9,8% na França a apenas 0,2% em Portugal[101]. Tais números parecem contradizer os alertas de alguns estudiosos sobre uma futura "Eurábia" – um continente islamizado no fim do século XXI. No entanto, se a população muçulmana do Reino Unido continuasse crescendo a uma taxa anual de 6,7% (como fez entre 2004 e 2008), sua parcela da população total do Reino Unido cresceria de menos de 4% em 2008 para 8% em 2020, 15% em 2030 e 28% em 2040, finalmente passando dos 50% em 2050[102].

A imigração em massa não é necessariamente o solvente de uma civilização, se os migrantes abraçarem, e forem encorajados a abraçar, os valores da civilização para a qual estão se mudando. Mas, nos casos em que as comunidades de imigrantes não são bem assimiladas e então se tornam presas de ideólogos radicais, as consequências podem ser profundamente desestabilizadoras[103]. O ponto crucial não é tanto os números absolutos quanto a intensidade com que algumas comunidades muçulmanas foram permeadas por organizações islâmicas como a árabe Irmandade Muçulmana, a paquistanesa Jama'at-i Islami, a financiada por sauditas Liga Mundial Muçulmana e a Assembleia Mundial da Juventude Muçulmana. Na Grã-Bretanha, para tomar o exemplo talvez mais problemático, há um desdobramento ativo da Irmandade Muçulmana chamado Associação Muçulmana da Grã-Bretanha, duas ramificações da Jama'at-i Islami, a Sociedade Islâmica da Grã-Bretanha e sua ala jovem, os Jovens Muçulmanos do Reino Unido, além de uma organização chamada Hizb ut-Tahrir ("Partido da Libertação"). A Hizb ut-Tahrir proclama abertamente suas intenções de tornar "a Grã-Bretanha [...] um Estado islâmico antes do ano 2020!"[104]. Também conhecidos por serem ativos em recrutar terroristas são a al-Qaeda e o igualmente perigoso Harakat ul-Mujahideen. Tal infiltração não é, de forma nenhuma, exclusividade do Reino Unido.[105]

O caso de Shehzad Tanweer ilustra o quão insidioso é o processo de radicalização. Tanweer foi um dos homens-bomba que causaram estragos em Londres em 7 de julho de 2005, detonando uma bomba em uma estação de metrô da Circle Line, entre a Aldgate e a Liverpool Street, matando a si

mesmo e a outros seis passageiros. Nascido em Yorkshire em 1983, Tanweer não era pobre; seu pai, um imigrante do Paquistão, dirigia um Mercedes e havia construído um negócio próspero de comida para viagem, vendendo *fish & chips*. Ele não carecia de educação, uma vez que um diploma em ciências esportivas da Universidade Metropolitana de Leeds conta como ensino superior. Seu caso indica que oportunidades econômicas, educativas e de lazer não são capazes de evitar que o filho de um imigrante muçulmano seja convertido em um fanático terrorista se as pessoas erradas se aproximarem dele. Nesse aspecto, um papel crucial está sendo desempenhado nas universidades e em outras partes por "centros" islâmicos, alguns dos quais são pouco mais que agências de recrutamento para a *jihad*. Muitas vezes, tais centros atuam como portas de entrada para campos de treinamento em países como o Paquistão, onde os novos recrutas provenientes das *bilad al-kufr* (terras de infiéis) são enviados para formas mais práticas de doutrinação. Entre 1999 e 2009, um total de 119 indivíduos foram culpados de crimes terroristas associados com o islamismo no Reino Unido, mais de dois terços deles de nacionalidade britânica. Pouco menos de um terço havia frequentado um instituto de ensino superior, e aproximadamente a mesma proporção havia estado em um campo de treinamento terrorista[106]. Foi tanto por sorte quanto por ações eficazes de contraterrorismo que outros ataques de *jihadistas* baseados na Grã-Bretanha foram frustrados, em particular a conspiração de um grupo de jovens muçulmanos britânicos para detonar bombas caseiras a bordo de vários aviões transatlânticos, em agosto de 2006, e a tentativa de um nigeriano, graduado pela University College London, de detonar um explosivo plástico escondido em sua roupa de baixo quando seu voo que partira de Amsterdã se aproximava do aeroporto de Detroit, no Natal de 2009.

## *O fim dos dias?*

Em seu *Declínio e queda*, Gibbon cobriu mais de 1.400 anos de história, de 180 até 1590. Essa foi, durante muito tempo, a história, na qual as causas do declínio iam dos transtornos de personalidade de alguns imperadores ao

poder da Guarda Pretoriana e à ascensão do monoteísmo. Após a morte de Marco Aurélio em 180, a guerra civil se tornou um problema recorrente, quando aspirantes a imperadores competiam pelas recompensas do poder supremo. Antes do século IV, as migrações ou invasões bárbaras estavam a caminho, e só se intensificaram quando os hunos foram para oeste. Enquanto isso, o desafio imposto pela Pérsia sassânida ao Império Romano do Oriente crescia pouco a pouco. Da primeira vez em que a civilização ocidental ruiu, segundo a história contada por Gibbon, a queda foi muito lenta.

Mas e se a disputa política, a migração bárbara e a rivalidade imperial fossem todas características inerentes ao fim da antiguidade – sinais de normalidade, e não prenúncios de ruína num futuro distante? Por essa ótica, a queda de Roma foi de fato um tanto drástica e repentina. O colapso final no Império Romano começou em 406, quando invasores germânicos, navegando pelo Reno, chegaram à Gália e em seguida à Itália. A própria Roma foi saqueada pelos godos em 410. Cooptados por um imperador enfraquecido, os godos então lutaram contra os vândalos pelo controle da Espanha, mas isso só desviou o problema para o sul. Entre 429 e 439, Genserico liderou os vândalos vitória após vitória na África do Norte, culminando na queda de Cartago. Roma perdeu sua fonte de alimento no sul do Mediterrâneo e, com ela, uma grande fonte de receitas tributárias. Os soldados romanos mal foram capazes de derrotar os hunos de Átila quando partiram dos Bálcãs rumo a oeste. Em 452, o Império Romano do Ocidente havia perdido toda a Grã-Bretanha, a maior parte da Espanha, as províncias mais ricas da África do Norte e o sudoeste e o noroeste da Gália. Além da Itália, pouca coisa restou. Basilisco, cunhado do imperador Leão I, tentou reconquistar Cartago em 468, sem sucesso. Bizâncio sobreviveu, mas o Império Romano do Ocidente estava morto. Em 476, Roma era o feudo de Odoacro, rei dos esciros[107].

O mais impressionante nessa leitura mais moderna da história é a velocidade da queda do Império Romano. Em apenas cinco décadas, a própria população de Roma foi reduzida em três quartos. Indícios arqueológicos do fim do século V – moradias simples, cerâmicas mais

primitivas, menos moedas, menos cabeças de gado – mostram que a influência benigna de Roma diminuiu rapidamente no restante da Europa Ocidental. O que um historiador chamou “fim da civilização” veio no espaço de tempo de apenas uma geração[108].

Nossa própria versão de civilização ocidental poderia entrar em colapso de maneira igualmente repentina? Esse, deve-se admitir, é um velho medo que começou a assombrar intelectuais britânicos de Chesterton a Shaw há mais de um século[109]. Hoje, no entanto, o medo pode ser mais sólido. Uma grande parcela de cientistas concorda com a visão de que, sobretudo considerando que a China e outros grandes países asiáticos e sul-americanos diminuem a distância econômica entre o Ocidente e o Resto, a humanidade está correndo o risco de uma mudança climática catastrófica. Sem dúvida, houve um aumento sem precedentes na quantidade de dióxido de carbono na atmosfera da Terra. E há alguns indícios de que isso causou um aumento nas temperaturas médias. O que está menos claro é de que modo a continuidade dessas tendências impactará o clima da Terra. No entanto, não parece de todo fantasioso imaginar um novo derretimento das calotas polares levando a mudanças na direção das correntes oceânicas ou a inundações nas regiões costeiras mais baixas; ou ainda à desertificação de áreas até então capazes de agricultura sustentada. Paralelamente à mudança climática, alguns ambientalistas também temem que, à medida que as nações mais populosas da Ásia sigam o caminho ocidental de superação da pobreza, a pressão sobre as ofertas globais de energia, alimento e água potável se tornará insustentável. Os céticos sobre os riscos de mudança climática deveriam passar algum tempo na China, onde a maior e mais rápida revolução industrial da história está causando danos ambientais mensuráveis – de fato, impossíveis de não perceber.

A maioria das pessoas que discutem essas questões – eu sou uma delas – não é cientificamente qualificada para avaliar os indícios. O que nos atrai para a ideia de um desastre ambiental não são tanto os dados, e sim a familiaridade da previsão. Desde os primeiros mitos e lendas de que temos registro, a humanidade tem sido fascinada pela ideia de um fim do mundo espetacular, do “crepúsculo dos deuses” na saga dos nibelungos ao texto

essencial da escatologia cristã, o Livro do Apocalipse, escrito pelo evangelista João de Patmos. Nessa versão do apocalipse, o Messias ou Cordeiro de Deus voltará à terra e derrotará o anticristo na Batalha do Armagedon, após a qual Satã será confinado a um poço sem fundo por mil anos. O ápice virá quando Satã ressurgir do abismo e convocar o povo de Gogue e Magogue. Essa será a pista para "vozes, e trovões, e relâmpagos; e [...] um grande terremoto, como nunca houve desde que os homens habitam a terra" (Apocalipse 16:18). As testemunhas de Jeová e os adventistas do Sétimo Dia aceitam uma interpretação literal dessa profecia, mas não são os únicos. Um número muito grande de cristãos evangélicos nos Estados Unidos afirma que compartilha da crença de que estamos nos aproximando do fim dos dias. Para muitos, a única dúvida é quem será deixado para trás quando o "arrebatamento" chegar. Alguns dizem que a fase de tribulação já começou. Em 14 de dezembro de 2008, segundo se diz, soou a Primeira Trombeta, quando a crise financeira atingiu seu ápice. Quando houverem soado a Segunda, a Terceira e a Quarta Trombetas, os Estados Unidos irão ruir como potência mundial. Quando soar a Quinta Trombeta, irromperá a Terceira Guerra Mundial, que matará bilhões de pessoas. Então, no último dia dessa grande tribulação, Jesus Cristo voltará para redimir os verdadeiros crentes, tal como previsto no Livro do Apocalipse. Em uma viagem à colina árida de Megiddo, em Israel, normalmente tida como o local da futura Batalha do Armagedon, eu não fiquei tão surpreso de encontrar um grupo de norte-americanos atraídos até lá justamente por esse tipo de crença milenária. Assim como os marxistas ultrapassados que continuam a ansiar pelo colapso do capitalismo, interpretando cada nova crise financeira como o começo do fim, eles sentem um certo frisson diante do pensamento de que o Fim poderia vir durante sua presença.

A ideia de que estamos condenados – de que o declínio e a queda são inevitáveis, de que as coisas só podem ficar piores – está profundamente ligada à nossa própria consciência de mortalidade. Uma vez que, como indivíduos, estamos fadados a degenerar, sentimos por instinto que também as civilizações em que vivemos devem passar por isso. Tudo que é vivo morre. Da mesma maneira, todos os monumentos vangloriosos terminam

em ruínas. O vento sopra através das tristes relíquias de nossas conquistas passadas.

Mas o que nos esforçamos por decidir é como exatamente esse processo de declínio e queda se dá no âmbito das complexas estruturas sociais e políticas. As civilizações desmoronam com um golpe, no campo de batalha do Armagedon, ou com uma lamento longo e demorado? A única forma de responder a essa pergunta conclusiva é voltar aos princípios iniciais da própria explicação histórica.

---

Gibbon, *History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 31, Partes III e IV.

Scaff, "Remnants of Romanticism".

Weber, *Max Weber*, p. 292.

Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, p. 112, 154.

Ibid., p. 119.

Ibid., p. 24. Para uma reformulação atual, ver Koch e Smith, *Suicide of the West*, p. 184 ss.

Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, p. 180.

Ibid., p. 70 ss.

Os judeus, de fato, tiveram melhor desempenho que os protestantes nos Estados Unidos durante o século passado, com remunerações e taxas de emprego autônomo significativamente superiores. Dos diretores executivos das 100 maiores empresas da revista *Fortune* em 2003, pelo menos 10% eram judeus, e não menos de 23% dos diretores executivos das 400 maiores empresas da Forbes. Não só os judeus foram desproporcionalmente bem-sucedidos ao fundar instituições financeiras, como também foram fundadores ou cofundadores de algumas das maiores empresas de tecnologia do mundo, entre as quais Dell, Google, Intel e Oracle.

) Ibid., p. 166. Ver Chiswick, "The Economic Progress of American Jewry".

l Tawney, *Religion and the Rise of Capitalism*.

2 Cantoni, "The Economic Effects of the Protestant Reformation".

3 Delacroix e Nielsen, "Beloved Myth". Ver também Iannaccone, "Introduction to the Economics of Religion".

4 Young, "Religion and Economic Growth in Western Europe".

5 Grier, "The Effect of Religion on Economic Development".

6 Becker e Wössmann, "Was Weber Wrong?"

7 Trevor-Roper, "Religion, the Reformation and Social Change".

8 Woodberry, "The Shadow of Empire".

) Guiso et al., “People’s Opium?”

) Barro e McCleary, “Religion and Economic Growth across Countries”.

l Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial (on-line).

2 Essas diferenças transatlânticas, no entanto, são menores do que costumavam ser. O desemprego se tornou muito mais alto nos Estados Unidos do que na maior parte da Europa, em consequência da crise financeira; na OCDE, no momento em que escrevo este livro, só Hungria, Irlanda, Portugal, Eslováquia e Espanha têm uma taxa de desemprego superior à dos Estados Unidos. Medidos como uma média de dias não trabalhados devido à greve para cada 1000 empregados durante um período de cinco anos (1996-2000), Dinamarca, Espanha, Irlanda, Itália e França são todos mais propensos à greve do que os Estados Unidos, mas os outros membros da União Europeia são menos propensos.

3 Ferguson, “Economics, Religion, and the Decline of Europe”.

4 Dados da Conference Board Total Economy Database, setembro de 2010, http://www.conference-board.org/data/economydatabase/. Ver também OECD.Stat e várias publicações OECD.

5 World Values Survey Association, *World Values Survey.*

6 Chesterton, *A Short History of England*, p. 104.

7 Bruce, *God is Dead*, p. 67.

8 Dados de http://www.cofe.anglican.org/news/pr2009.html.

9 Ver Brown, *The Death of Christian Britain*, esp. p. 191. Ver também os ensaios em McLeod e Ustorf (Orgs.), *Decline of Christendom*.

) Bruce, *God is Dead*, p. 65.

l Davie, *Religion in Britain*, p. 119, 121.

2 Davie, *Europe: The Exceptional Case*, p. 6 ss.

3 A entrevista citada na primeira epígrafe era de Maureen Cleave, “How Does a Beatle Live? John Lennon Lives Like This”, *Evening Standard*, 4 de março de 1966.

4 Ver Barro e McCleary, “Religion and Political Economy in an International Panel”.

5 Tolstoy, *The Kingdom of God is within You*, p. 301.

6 Freud, *The Future of an Illusion*, p. 25.

7 Ibid., p. 30.

8 Ibid., p. 34.

9 Ibid., p. 84.

) Freud, *Civilization and its Discontents*, p. 55, 59, 69.

l Szasz, *Anti-Freud.*

2 “Um sermão, caros amigos, vocês estão prestes a receber/ sobre John Barleycorn, nicotina, e as tentações de Eva”. (N.T.)

3 A canção posteriormente foi regravada pelo cantor e produtor musical britânico Jonathan King (Charterhouse e Trinity, Cambridge). King, que foi condenado por pedofilia, também ficou

conhecido por ter produzido “Leap Up and Down (Wave your Knickers in the Air)” e o álbum com a gravação original de *The Rocky Horror Show*.

4 Mistura das palavras *war* (guerra, em inglês) e *pornography* (pornografia, em inglês). (N.T.)

5 A assistência caiu de 25%-55%, nos anos 1970, para 18%-22% hoje, mas a religião é claramente consumida de várias maneiras (evangelistas na televisão e na internet) inimagináveis há 40 anos: Putnam e Campbell, *American Grace*, p. 74, 105.

6 Sheehan, “Liberation and Redemption in 1970s Rock Music”, p. 301.

7 Mesmo no Woodstock real, a banda The Who havia estreado partes de “Tommy”, a ópera rock de Pete Townsend sobre um messias surdo, cego e mudo.

8 Putnam e Campbell, *American Grace*, p. 326.

9 Barro e McCleary, “Which Countries Have State Religions?”

0 Iannaconne, “Introduction to the Economics of Religion”; Davie, *Europe: The Exceptional Case*, p. 43 ss. Para um relato popular, ver Micklethwait e Wooldridge, *God is Back*, esp. p. 175.

1 Smith, *Wealth of Nations*, Livro V, cap. I.

2 Micklethwait e Wooldridge, *God is Back*, p. 175.

3 Zakaria, *The Future of Freedom*, p. 199 ss.

4 Putnam e Campbell, *American Grace*, p. 137.

5 Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, p. 115, 117.

6 Para um relato da crise em uma perspectiva histórica, ver Ferguson, *The Ascent of Money*.

7 Diferentes estimativas em Aikman, *The Beijing Factor*, p. 7 ss.

8 Bays, “Chinese Protestant Christianity Today”, p. 182.

9 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 141 ss.

0 Ibid., p. 285.

1 Ibid., p. 20-34.

2 Morrison, *Memoirs of the Life and Labours of Robert Morrison*, p. 77 ss., 288 ss.

3 Ibid., p. 335 ss.

4 Cohen, *China and Christianity*.

5 Taylor, *Hudson Taylor*, p. 144 ss.

6 Stott, *Twenty-six Years of Missionary Work in China*, p. 26-54.

7 Austin, *China’s Millions*, p. 4-10, 86-90, 167-9.

8 Ng, “Timothy Richard”, p. 78.

9 Austin, *China’s Millions*, p. 192. Ver também Steer, *J. Hudson Taylor*.

0 Chiang havia se convertido ao cristianismo em 1930. Sua esposa foi uma das filhas do milionário metodista Charlie Soong. Usei a forma mais familiar de seu nome e também do de Sun Yat-sen, conforme o sistema de romanização Wade-Giles (em *pinyin*: Jiang Jeshi e Sūn YiXiān).

1 Ver, em geral, Kuang-sheng, *Antiforeignism and modernization in China*.

2 Thompson, *China: The Reluctant Exodus*, esp. p. 45-50.

3 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 53 ss.

4 Dikötter, *Mao's Great Famine*.

5 Zuo, "Political Religion", p. 101.

6 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 159, 162, 215.

7 Ver Chen e Huang, "The Emergence of a New Type of Christians in China Today", p. 189, 196; Bays, "Chinese Protestant Christianity Today", p. 194-6.

8 Entrevista com o autor, 2010. Ver também Fenggang, "Lost in the Market", p. 425.

9 Jianbo e Fenggang, "The Cross Faces the Loudspeakers".

10 Jiwei, *Dialectic of the Chinese Revolution*, p. 150 ss.

11 Simon Elegant, "The War for China's Soul", *Time*, 20 de agosto de 2006. Ver também Bays, "Chinese Protestant Christianity Today".

12 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 73-89.

13 Fenggang, "Cultural Dynamics in China", p. 49. Ver também Sheila Melvin, "Modern Gloss on China's Golden Age", *New York Times*, 3 de setembro de 2007; Timothy Garton Ash, "Confucius Can Speak to Us Still – And Not Just about China", *Guardian*, 9 de abril de 2009.

14 Christian Solidarity Worldwide, *China: Persecution of Protestant Christians in the Approach to the Beijing 2008 Olympic Games* (junho de 2008); Bureau of Democracy, Human Rights and Labor, *International Religious Freedom Report, 2007* (2007).

15 Hunter e Chan, *Protestantism in Contemporary China*, p. 23. Ver também Yihua, "Patriotic Protestants".

16 Simon Elegant, "The War for China's Soul", *Time*, 20 de agosto de 2006. Ver também Potter, "Belief in Control".

17 Evan Osnos, "Jesus in China: Christianity's Rapid Rise", *Chicago Tribune*, 22 de junho de 2008.

18 Hunter e Chan, *Protestantism in Contemporary China*, p. 6.

19 Peng, "Unreconciled Differences", p. 162 ss.; Zhao, "Recent Progress of Christian Studies".

20 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 5.

21 Zhuo, "The Significance of Christianity for the Modernization of Chinese Society", p. 258.

22 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 245 ss.

23 Evan Osnos, "Jesus in China: Christianity's Rapid Rise", *Chicago Tribune*, 22 de junho de 2008.

24 Bao, "The Intellectual Influence of Christianity in a Modern China Society", p. 274.

25 Aikman, *The Beijing Factor*, p. 17.

26 Chesterton, "The Miracle of Moon Crescent", p. 116.

27 Craig Whitlock, "2 British Suspects Came from Africa", *Washington Post*, 27 de julho de 2005.

28 Barber, *Jihad vs. McWorld*.

) Cox e Marks, *The West, Islam and Islamism*.

)0 Pew Forum, *Muslim Networks and Movements in Western Europe*, p. 6.

)1 Tony Barber, "Tensions Unveiled", *Financial Times*, 16 de novembro de 2010, p. 9.

)2 Calculado com base nos números da Labour Force Survey (Reino Unido) e da projeção média das World Population Prospects [Perspectivas da População Mundial] da ONU. Ver também "Muslim Population 'Rising 10 Times Faster than Rest of Society'", *The Times*, 30 de janeiro de 2009.

)3 Caldwell, *Reflections on the Revolution in Europe*.

)4 Pew Forum, *Muslim Networks and Movements in Western Europe*, p. 20-56.

)5 Organizações comparáveis nos Estados Unidos incluem a Sociedade Islâmica da América do Norte (ISNA, na sigla em inglês), o Conselho sobre Relações Americano-Islâmicas (CAIR) e a Sociedade Americana Muçulmana (MAS). Há também ramos norte-americanos da Liga Mundial Muçulmana e da Assembleia Mundial de Juventude Muçulmana.

)6 Simcox et al., *Islamist Terrorism*.

)7 Ver Goldsworthy, *How Rome Fell*; Heather, *The Fall of the Roman Empire*.

)8 Ward-Perkins, *The Fall of Rome and the End of Civilization*.

)9 Chesterton, "The Patriotic Idea", p. 618; Shaw, *Back to Methuselah*, p. xv-xvi.

OceanofPDF.com

# Conclusão: Os rivais

> Bem, *Sir* Anthony, já que o senhor deseja, não anteciparemos o passado! – Portanto, prestem atenção, jovens – nossas retrospectivas serão todas para o futuro.
> SHERIDAN

> Ele percebeu que no departamento de chama elétrica das regiões infernais deveria haver uma grelha especial, reservada exclusivamente para o homem que inventou essas performances [dramatizações amadoras], tão opostas ao verdadeiro espírito da civilização.
> P. G. WODEHOUSE

Não há melhor ilustração do ciclo de vida de uma civilização do que "O curso do império", uma série de cinco pinturas de Thomas Cole que podem ser vistas na galeria da Sociedade Histórica de Nova York. Fundador da Hudson River School e um dos pioneiros da pintura paisagística novecentista nos Estados Unidos, Cole capturou lindamente uma teoria da qual a maioria das pessoas continua cativa em nossos dias: a teoria dos ciclos de civilização.

Cada uma das cinco cenas imaginadas retrata a foz de um grande rio sob um afloramento rochoso. Na primeira, "O estado selvagem", uma selva exuberante é povoada por um punhado de caçadores-coletores tratando de garantir uma subsistência primitiva em um amanhecer tempestuoso. A segunda, "O estado pastoral ou arcadiano", é de um idílio agrário; os habitantes derrubaram as árvores, cultivaram campos e construíram um elegante templo grego. A terceira e maior de todas as pinturas é "A

consumação do império". Agora a paisagem é ocupada por um magnífico entreposto de mármore, ao passo que os agricultores-filósofos contentes do quadro anterior foram substituídos por uma multidão de mercadores, procônsules e cidadãos-consumidores vestidos com opulência. É meio-dia no ciclo da vida. Então vem a "Destruição". A cidade está em chamas, seus cidadãos fogem de uma horda invasora que estupra e rouba sob um sinistro céu noturno. Por fim, a lua se ergue sobre a "Desolação". Não resta uma alma viva, só umas poucas colunas em ruínas e colunatas cobertas de arbustos e heras.

Concebido em meados dos anos 1830, o pentaptoto de Cole tem uma mensagem clara: todas as civilizações, não importa quão magníficas sejam, estão condenadas a decair e ruir. A insinuação implícita era de que era melhor que a jovem república norte-americana da época de Cole se apegasse a seus princípios iniciais bucólicos e resistisse às tentações do comércio, da conquista e da colonização.

Durante séculos, historiadores, teóricos políticos, antropólogos e o público em geral tenderam a pensar na ascensão e na queda das civilizações em tais termos cíclicos e gradativos. No Livro VI das *Histórias* de Políbio, que relatam a ascensão de Roma, o processo de *anaciclose* política é o seguinte:

1. Monarquia
2. Reinado
3. Tirania
4. Aristocracia
5. Oligarquia
6. Democracia
7. Oclocracia (governo da multidão)

Essa ideia foi revivida no Renascimento, quando Políbio foi redescoberto, e daí em diante foi repetida por vários autores, de Maquiavel a Montesquieu[1]. Mas uma visão cíclica também surgiu isoladamente nos escritos do historiador árabe quatrocentista Ibn Khaldun e no

neoconfucionismo da era Ming[2]. Em seu livro *Ciência nova* (1725), o filósofo italiano Giambattista Vico descreve que todas as civilizações passam por um *ricorso* com três fases: a divina, a heroica e a humana ou racional, que retorna à divina por meio do que Vico chamou "barbarismo da reflexão". "Os governos mais sólidos, assim como os corpos animais mais saudáveis", escreveu o filósofo político britânico Henry St. John, visconde de Bolingbroke, em 1738, "carregam as sementes de sua destruição: e, embora cresçam e melhorem por um tempo, logo tenderão visivelmente à dissolução. Cada hora que vivem é uma hora a menos que têm para viver.[3]" Em *A riqueza das nações*, Adam Smith afirmou que o crescimento econômico – "opulência", como ele diz – finalmente abriria caminho para o "estado estacionário".

Os idealistas e os materialistas concordaram em uma coisa. Tanto para Hegel quanto para Marx, foi a dialética que deu à história seu golpe inequívoco. A história era sazonal para Oswald Spengler, o historiador alemão, que escreveu em *O declínio do Ocidente* (1918-22) que o século XIX havia sido "o inverno do Ocidente, a vitória do materialismo e do ceticismo, do socialismo, do parlamentarismo e do dinheiro". O *Estudo de história* (1936-54) em 12 volumes do historiador britânico Arnold Toynbee apresentou um ciclo de oposição, reação por parte de "minorias criativas", e então declínio – o suicídio da civilização –, quando os líderes param de responder com suficiente criatividade aos desafios que enfrentam. Outra grande teoria foi a do sociólogo russo emigrante Pitrim Sorokin, que afirmou que todas as principais civilizações passaram por três fases: "ideacional" (em que a realidade é espiritual), "sensata" (em que a realidade é material) e "idealista" (uma síntese das duas)[4]. O historiador norte-americano Carroll Quigley ensinou a seus alunos na Georgetown School of Foreign Service (entre eles o futuro presidente Bill Clinton) que a civilização tinha, como os homens, sete idades: mistura, gestação, expansão, conflito, império universal, decadência e invasão. Era, conforme Quigley explicou em uma afirmação clássica sobre a teoria do ciclo de vida,

> um processo de evolução [...] cada civilização nasce [...] e entra em um período de expansão vigorosa, aumentando seu tamanho e poder [...] até que pouco a pouco surge uma crise de organização. Quando essa crise é superada e a civilização se reorganiza [...] seu vigor e sua moral estão enfraquecidos. Ela se torna estabilizada e, finalmente, estagnada. Após uma Época de Ouro de paz e prosperidade, as crises internas surgem de novo. Então surge, pela primeira vez, uma debilidade moral e física, que levanta [...] dúvidas sobre a capacidade da civilização de se defender contra inimigos externos [...] A civilização se torna cada vez mais fraca até que é submergida por inimigos externos, e, por fim, desaparece.[5]

Cada um desses modelos é diferente, mas todos têm em comum o pressuposto de que a história tem ritmo.

Embora hoje em dia dificilmente alguém leia Spengler, Toynbee ou Sorokin – Quigley ainda é apreciado por teóricos da conspiração[6] –, linhas de pensamento similares são encontradas em obras de autores mais modernos. *Ascensão e queda das grandes potências* (1987), de Paul Kennedy, é mais uma obra de história cíclica, em que as grandes potências surgem e desaparecem de acordo com os índices de crescimento de suas bases industriais e o custo de seus compromissos imperiais com relação a suas economias. Assim como em *O curso do império*, de Cole, a expansão imperial carrega as sementes da decadência futura. Conforme escreve Kennedy: “se um Estado se expande estrategicamente [...], corre o risco de que os possíveis benefícios da expansão externa sejam superados por seu enorme custo”[7]. Esse fenômeno de “expansão imperial excessiva”, segundo argumenta, é comum a todas as grandes potências. Quando o livro de Kennedy foi publicado, muitas pessoas nos Estados Unidos temeram que seu próprio país estivesse sucumbindo a essa doença.

Mais recentemente, foi o antropólogo Jared Diamond quem capturou a imaginação pública com uma grande teoria de ascensão e queda. Seu livro, *Colapso – como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso* (2005), é a história cíclica para a Era Verde: narrativas de sociedades, da ilha de Páscoa do século XVII à China do século XXI, que correram ou correm o risco de se autodestruir por abusar de seu ambiente natural. Diamond cita John Lloyd Stevens, o explorador e arqueólogo amador norte-americano que descobriu as cidades maias do México, misteriosamente mortas: “Aqui

estavam os restos de um povo refinado, educado e peculiar, que havia passado por todos os estágios inerentes à ascensão e queda das nações, chegou a sua época de ouro, e pereceu”[8]. De acordo com Diamond, os maias caíram em uma clássica armadilha malthusiana, uma vez que sua população cresceu a um ritmo que seu sistema agrícola frágil e ineficiente não foi capaz de suportar. Mais pessoas significava mais cultivo, mas mais cultivo significava desmatamento, erosão, seca e exaustão do solo. A consequência foi a guerra civil por recursos minguantes e, finalmente, a ruína.

A inferência de Diamond é, obviamente, que o mundo de hoje poderia seguir o caminho dos maias[9]. O ponto crucial é que o suicídio ambiental é um processo lento e demorado. Infelizmente, os líderes políticos em quase todas as sociedades – primitivas ou sofisticadas – têm pouco incentivo para lidar com problemas que não têm probabilidade de se manifestar nos próximos cem anos ou mais. Conforme deixou claro a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas que ocorreu em Copenhagen, em dezembro de 2009, as reivindicações retóricas de “salvar o planeta” para as gerações futuras são insuficientes para superar os conflitos pela distribuição econômica entre países ricos e pobres que existem aqui e agora. Amamos nossos netos. Mas é mais difícil enxergar uma relação com nossos tataranetos.

Porém, é possível que todo esse sistema conceitual seja, na verdade, falho. Talvez a representação artística de Cole de um superciclo civilizacional de nascimento, crescimento e morte seja uma representação equivocada do processo histórico. E se a história não for cíclica e lenta, mas sim arrítmica – às vezes quase estacionária, mas também capaz de aceleração violenta? E se o tempo histórico for menos como a mudança lenta e previsível das estações e mais como o tempo elástico de nossos sonhos? Acima de tudo, e se o colapso não demorar séculos para acontecer, mas acometer uma civilização de súbito, como um ladrão na calada da noite?

As civilizações, conforme tratei de demostrar neste livro, são sistemas extremamente complexos, compostos de um número muito grande de

componentes que interagem e estão organizados de forma assimétrica, de modo que sua construção lembra mais um montículo de cupins da Namíbia que uma pirâmide egípcia. Elas funcionam em algum lugar entre a ordem e a desordem – à "beira do caos", na frase do cientista de computação Christopher Langton. Tais sistemas podem parecer funcionar de maneira um tanto estável por certo tempo, aparentemente em equilíbrio, mas na realidade estão em constante adaptação. Chega um momento em que eles se tornam "críticos". Uma pequena perturbação pode desencadear uma "fase de transição" de um equilíbrio benigno a uma crise – um único grão de areia faz com que um castelo aparentemente estável caia por si só.

Para entender a complexidade, é útil examinar como os cientistas naturais usam o conceito[10]. Pensemos na auto-organização espontânea de meio milhão de cupins, a qual lhes permite construir montículos complexos, ou na geometria fractal dos flocos de neve formados por moléculas de água, com suas muitas variantes de simetria sêxtupla. A própria inteligência humana é um sistema complexo, um produto da interação de bilhões de neurônios no sistema nervoso central – o que o neurocientista Charles Sherrington chamou "tear encantado". Nosso sistema imunológico é um sistema complexo em que os anticorpos se mobilizam para travar uma guerra defensiva contra os antígenos estranhos. Todos os sistemas complexos no mundo natural têm certas características em comum. Uma pequena alteração em tais sistemas pode produzir mudanças enormes, muitas vezes imprevistas – o que os cientistas chamam "efeito amplificador"[11]. As relações causais costumam ser não lineares, o que significa que os métodos tradicionais de generalizar com base em observações (tais como a amostragem e a análise de tendências) são de pouca utilidade. De fato, alguns teóricos chegam a ponto de afirmar que certos sistemas complexos são totalmente não deterministas, o que significa que é quase impossível fazer previsões sobre seu comportamento futuro com base em dados passados. Não podemos falar de algo como uma queimada florestal típica ou média, por exemplo. Para usar o jargão da física moderna, uma floresta antes de uma queimada está em um estado de "criticalidade auto-organizada"; está à beira de um colapso, mas o tamanho

do colapso é desconhecido, porque a distribuição das queimadas florestais por magnitude não segue a clássica curva de distribuição normal, com a maioria das queimadas reunidas em torno de um valor médio, do modo como a altura da maioria dos adultos fica em torno de 1,75 metro. Em vez disso, se marcarmos num gráfico o tamanho das queimadas com relação à frequência de sua ocorrência, obtemos uma linha reta. A próxima queimada será minúscula ou enorme, uma fogueira ou um incêndio? O máximo que podemos dizer é que há uma probabilidade quatro vezes menor (ou seis, ou oito, dependendo da floresta) de que este ano ocorra uma queimada florestal com o dobro do tamanho da do ano anterior. Esse tipo de padrão – conhecido como "distribuição de lei de potência" – é muito comum no mundo natural. Pode ser observado não só em queimadas florestais como também em terremotos e epidemias. Só varia o grau de inclinação da linha[12].

As estruturas políticas e econômicas criadas por seres humanos apresentam muitas das características de sistemas complexos. De fato, economistas heterodoxos como W. Brian Arthur vêm argumentando nesses termos há décadas, indo muito além da noção de uma "mão invisível" de Adam Smith, que parece guiar vários indivíduos à maximização dos lucros, ou da crítica posterior de Friedrich von Hayek ao planejamento econômico e à gestão da demanda[13]. Para Arthur, uma economia complexa é caracterizada por interações de agentes dispersos, uma ausência de qualquer controle central, vários níveis de organização, adaptação contínua, criação incessante de novos nichos de mercado e nenhum equilíbrio geral. Em contradição com a predição central à economia clássica de que a competição leva a rendimentos decrescentes, em uma economia complexa o aumento dos rendimentos é perfeitamente possível. Visto nessa perspectiva, o vale do Silício é a complexidade econômica em ação; e também a própria internet. E a crise financeira que começou em 2007 também pode ser explicada em termos similares. Conforme argumentou Nassim Taleb, na primavera de 2007 a economia global lembrava uma rede elétrica extremamente otimizada. A descarga elétrica relativamente pequena representada pela crise do *subprime* nos Estados Unidos foi suficiente para

provocar em toda a economia mundial o equivalente a um blecaute, que por certo tempo ameaçou provocar um colapso completo no comércio internacional[14]. Atualmente, pesquisadores no Santa Fe Institute estão explorando como tais ideias podem ser aplicadas a outros aspectos de atividade humana coletiva, entre os quais a "meta-história"[15].

Isso é menos complexo do que parece, já que as guerras apresentam uma curva de distribuição ainda menos normal do que as crises financeiras. O físico e meteorologista Lewis Fry Richardson[16] agrupou "brigas fatais" – de homicídios a guerras mundiais – de acordo com sua magnitude, usando o logaritmo de base 10 do número total de mortes. Assim, um ato terrorista que mata cem pessoas tem uma magnitude 2, ao passo que uma guerra com 1 milhão de vítimas é um conflito de magnitude 6. (Observe que uma guerra de magnitude 6 ± 0,5 poderia causar um número qualquer de mortes entre 316.228 e 3.162.278.) Considerando apenas o período de 1815 a 1945, Richardson encontrou mais de 300 conflitos de magnitude 2,5 ou superior (em outras palavras, responsáveis por mais de 300 mortes). Destes, duas guerras de magnitude 7 (as guerras mundiais) mataram pelo menos 36 milhões de pessoas (60% do total), excluindo vítimas de fome ou doenças relacionadas com a guerra, e milhões de homicídios de magnitude zero (com uma, duas ou três vítimas) cobraram 9,7 milhões de vidas (16%). Esses dados, à primeira vista, parecem ser completamente aleatórios. Mas eles também obedecem a uma lei de potência[17].

Se a incidência da guerra é tão imprevisível quanto a incidência de queimadas florestais, as implicações para qualquer teoria de ascensão e queda de civilizações são imensas, tendo em vista o nítido papel causal exercido pelas guerras tanto no surgimento quanto na extinção de organizações sociais complexas. Uma civilização é, por definição, um sistema extremamente complexo. Por mais que haja uma autoridade central simbólica, na prática é uma rede adaptativa de relações econômicas, sociais e políticas. Não é de surpreender, portanto, que civilizações de todas as formas e tamanhos apresentem muitas das características de sistemas complexos no mundo natural – inclusive a tendência de passar da estabilidade à instabilidade de forma um tanto repentina.

Conforme vimos no capítulo anterior, a civilização ocidental em sua primeira encarnação – o Império Romano – não desapareceu de maneira tranquila. Entrou em colapso no decorrer de uma geração, lançada à beira do caos pelos invasores bárbaros no início do século V. Colapsos comparativamente rápidos foram um tema recorrente deste livro. Em 1530, os incas eram os senhores de tudo o que conseguiam olhar a partir de suas elevadas cidades andinas. Em menos de uma década, invasores estrangeiros com cavalos, pólvora e doenças letais dilaceraram o império. O governo da dinastia Ming na China também sucumbiu com extraordinária velocidade em meados do século XVII. Mais uma vez, a transição do equilíbrio à anarquia levou pouco mais de uma década. De maneira muito similar, a monarquia Bourbon na França passou do triunfo ao terror com impressionante rapidez. A intervenção francesa ao lado dos rebeldes coloniais contra o governo britânico na América do Norte parecia uma boa ideia nos anos 1770, mas serviu para colocar as finanças francesas em uma situação crítica. A convocação dos Estados Gerais em maio de 1789 desencadeou uma reação política em cadeia e um colapso tão rápido da legitimidade real que em quatro anos o rei havia sido decapitado com a guilhotina, um aparato só inventado em 1791. Na época do movimento dos Jovens Turcos, que chegou ao poder em 1908, ainda parecia possível reformar o Império Otomano. Em 1922, quando seu último sultão partiu de Istambul a bordo de um navio de guerra britânico, este havia se acabado. O Império do Japão atingiu sua máxima extensão territorial em 1942, depois de Pearl Harbor. Em 1945, também já não existia.

O sol se pôs no Império Britânico de maneira igualmente súbita. Em fevereiro de 1945, o primeiro-ministro Winston Churchill dominou o cenário mundial como um dos Aliados, decidindo em Yalta o destino das nações ao lado do presidente norte-americano Franklin Roosevelt e do líder soviético Joseph Stalin. Mal a guerra havia terminado, ele foi destituído do posto. Em 12 anos, o Reino Unido havia concedido independência à Birmânia, ao Egito, a Gana, à Índia, a Israel, à Jordânia, à península Malaia, ao Paquistão, ao Ceilão e ao Sudão. A crise de Suez em 1956 provou que o Reino Unido não podia desafiar os Estados Unidos no Oriente Médio,

selando o fim do império. Embora tenha demorado até os anos 1960 para que o "vento de mudança" de Harold Macmillan soprasse na África subsaariana e nos remanescentes do governo colonial a leste de Suez, a era de hegemonia do Reino Unido havia efetivamente chegado ao fim menos de 12 anos após sua vitória sobre a Alemanha e sobre o Japão.

O exemplo mais recente e familiar de queda repentina é, sem dúvida, o colapso da União Soviética. Com o benefício do conhecimento adquirido *a posteriori*, os historiadores atribuíram todos os tipos de podridão do sistema soviético à era Brejnev e anterior. De acordo com um relato recente, foram só os preços altos do petróleo nos anos 1970 que "evitaram o Armagedom"[18]. Mas isso não estava evidente na época. Em março de 1985, quando Mikhail Gorbachev se tornou secretário-geral do Partido Comunista soviético, a CIA (erroneamente) estimou que a economia soviética tinha cerca de 60% do tamanho da norte-americana. O arsenal nuclear soviético era genuinamente maior que o estoque dos Estados Unidos. E os governos no então chamado Terceiro Mundo, do Vietnã à Nicarágua, haviam contado com os favores dos soviéticos durante a maior parte dos 20 anos anteriores. Mas menos de cinco anos depois que Gorbachev assumiu o poder, o império soviético na Europa Central e Oriental havia desmoronado, seguido, em 1991, da própria União Soviética. Se algum império já despencou de um penhasco – em vez de descer suavemente –, esse império foi o fundado por Lenin.

Se as civilizações são sistemas complexos que mais cedo ou mais tarde sucumbem a disfunções repentinas e catastróficas, em vez de passar serenamente da Arcádia ao Apogeu e então ao Armagedom, quais são as implicações para a civilização ocidental de hoje? Primeiro, precisamos lembrar como o Ocidente veio a dominar o restante do mundo por volta de 1500.

As pesquisas recentes derrubaram a visão em voga de que a economia chinesa estava em pé de igualdade com a ocidental até 1800. O PIB *per capita* basicamente estagnou na era Ming, e era muito mais baixo que o da Grã-Bretanha pré-industrial. O principal motivo para isso é que a China continuava sendo uma economia predominantemente agrícola, com 90% do

PIB composto de cultivos de baixa produtividade, uma proporção muito mais alta que a da Grã-Bretanha no início da era moderna. Além do mais, durante um século após 1520, a taxa de poupança da China foi negativa. Não havia acumulação de capital durante a dinastia Ming; muito pelo contrário[19]. A história daquela que Kenneth Pomeranz chamou "a grande divergência" entre o Oriente e o Ocidente, portanto, começou muito antes do que Pomeranz afirmava. Mesmo o falecido Angus Maddison talvez tenha sido demasiado otimista ao afirmar que em 1700 a situação econômica do habitante médio da China era um pouco superior à do habitante dos futuros Estados Unidos. Maddison estava mais certo quando estimou que em 1600 o PIB *per capita* da Grã-Bretanha já era 60% mais alto que o da China[20].

O que aconteceu depois disso foi que a produção e a população da China cresceram de mãos dadas, levando a renda individual a estagnar, enquanto o mundo anglófono, seguido de perto pelo noroeste da Europa, saiu na frente. Em 1820, o PIB *per capita* dos Estados Unidos era o dobro do da China; em 1870, era quase cinco vezes maior; em 1913, a proporção era quase de 10 para 1. Apesar da dolorosa interrupção da Grande Depressão, os Estados Unidos não sofreram nada tão devastador quanto o terrível martírio de revolução, guerra civil, invasão japonesa, mais revolução, fome provocada pelo homem e ainda mais revolução ("cultural"), vivenciados pela China no século XX. Em 1968, o norte-americano era, em média, 33 vezes mais rico que o chinês, de acordo com números calculados com base na paridade do poder de compra (considerando os diferentes custos de vida nos dois países). Calculado em dólares atuais, a diferença, em seu pico, era de mais de 70 para 1.

A Grande Divergência se manifestou de várias formas. Em 1500, as dez maiores cidades do mundo eram quase todas orientais, sendo Pequim de longe a maior (mais de dez vezes o tamanho da pequena e pobre Londres). Em 1900, as maiores cidades eram quase todas ocidentais: Londres era mais de quatro vezes o tamanho de Tóquio, a maior conurbação da Ásia. A divergência também teve uma dimensão geopolítica. Em 1500, conforme vimos, os dez reinos europeus que se tornariam os impérios globais do

mundo moderno correspondiam a um vigésimo do território do mundo, 16% de sua população e pouco mais de um quinto de sua produção. Em 1913, esses mesmos Estados, mais os Estados Unidos, controlavam 58% da superfície terrestre do globo, concentravam 57% de sua população e 74% do PIB global – do qual apenas 18% iam para suas possessões coloniais. O mundo, nessa época, era caracterizado por uma distância imensa entre o Ocidente e o Resto, o que encorajou pressupostos de superioridade racial branca e numerosos impedimentos formais e informais ao avanço dos não brancos. Esse foi o desequilíbrio global decisivo.

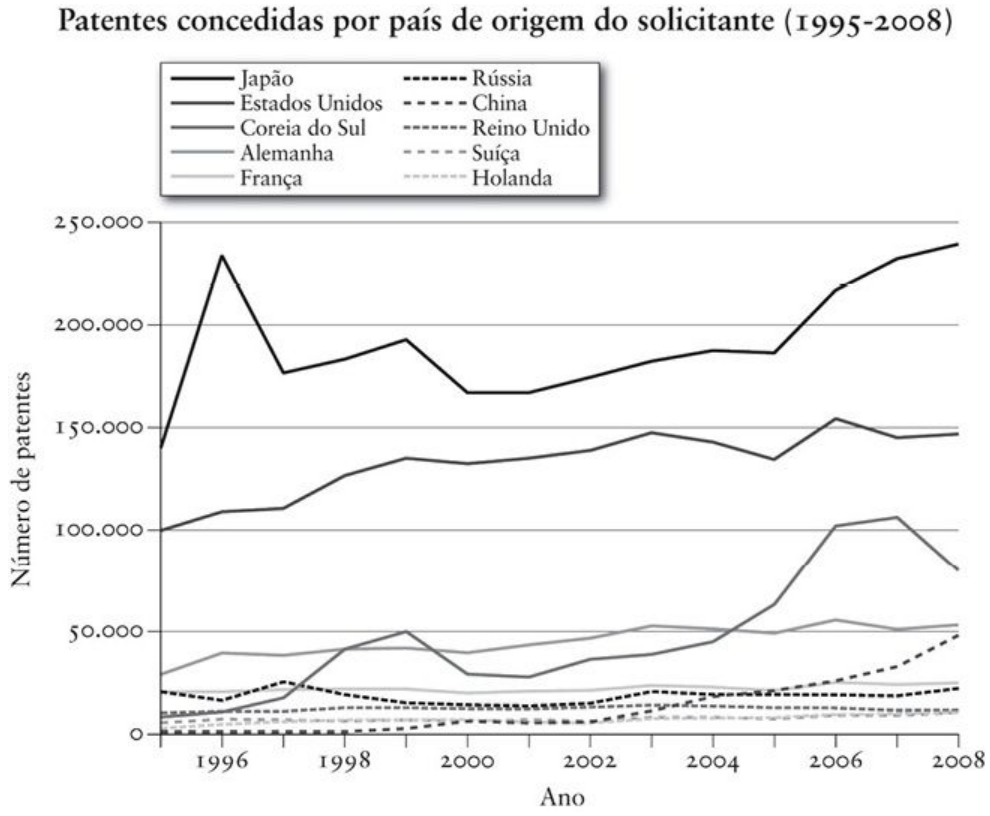
Comecei este livro com a pergunta de Rasselas: “Por que meios [...], então, os europeus são poderosos? Por que, já que eles podem visitar a Ásia e a África com tanta facilidade para o comércio ou para a conquista, os asiáticos e os africanos não conseguem invadir sua costa, implementar colônias em seus portos e impor leis a seus príncipes naturais?”. A resposta de Imlac foi que conhecimento era poder, mas por que o conhecimento europeu era superior ao de todos os demais ele não fazia ideia. Agora, é possível dar a Rasselas uma resposta melhor. Por que o Ocidente dominou o Resto e não o contrário? Argumentei que foi porque o Ocidente desenvolveu seis incríveis aplicativos que o restante do mundo não tinha. Estes foram:

1. A competição, já que a própria Europa estava politicamente fragmentada e em cada monarquia ou república havia várias entidades corporativas competindo entre si.
2. A Revolução Científica, já que todos os principais avanços do século XVII em matemática, astronomia, física, química e biologia ocorreram na Europa Ocidental.
3. O Estado de direito e o governo representativo, já que no mundo anglófono surgiu um sistema melhorado de ordem social e política, com base nos direitos de propriedade privada e na representação dos donos de propriedades em legislaturas eleitas.

4. A medicina moderna, já que praticamente todos os avanços em saúde dos séculos XIX e XX, incluindo o controle de doenças tropicais, foram feitos por europeus ocidentais e norte-americanos.
5. A sociedade de consumo, já que a Revolução Industrial aconteceu onde havia um fornecimento de tecnologias que aumentam a produtividade e uma demanda por produtos melhores, mais baratos e em maior quantidade, a começar por roupas de algodão.
6. A ética do trabalho, já que os ocidentais foram o primeiro povo no mundo a combinar trabalho mais extensivo e intensivo com taxas de poupança mais elevadas, possibilitando a acumulação continuada de capital.

Esses seis incríveis aplicativos foram o segredo da supremacia ocidental. A história de nosso tempo, cujas origens, de fato, podem ser situadas no reino do imperador Meiji no Japão (1867-1912), é que o Resto finalmente começou a instalá-los. Esteve longe de ser um processo suave. Os japoneses não faziam ideia de quais elementos da cultura e da civilização ocidental eram cruciais, e acabaram copiando tudo, de roupas e cortes de cabelo à prática europeia de colonizar povos estrangeiros. Infelizmente, eles iniciaram a construção de um império no exato momento em que os custos do imperialismo começavam a exceder seus benefícios. Outras potências asiáticas – notadamente a Índia – desperdiçaram décadas com a premissa errônea de que as instituições socialistas criadas na União Soviética eram superiores às instituições norte-americanas, baseadas no mercado. No entanto, começando nos anos 1950, um número cada vez maior de países do Leste Asiático seguiu o Japão e passou a imitar o modelo industrial do Ocidente, começando com produtos têxteis e aço e escalando a cadeia de valor a partir dali. A instalação de aplicativos ocidentais era agora mais seletiva. A competição interna e o governo representativo foram características menos importantes do modelo de desenvolvimento asiático;

a ciência, a medicina, a sociedade de consumo e a ética do trabalho (menos protestante do que Max Weber havia pensado) foram mais importantes. Hoje, Singapura ocupa o 3o lugar no mais recente *ranking* de competitividade (com outros países) do Fórum Econômico Mundial. Hong Kong ocupa o 11o, seguido de Taiwan (13o), Coreia do Sul (22o) e China (27o)[21]. Essa é, aproximadamente, a ordem em que esses países ocidentalizaram suas economias.




Hoje, o PIB *per capita* da China é 19% o dos Estados Unidos, comparado com 4% quando a reforma econômica começou há pouco mais de 30 anos. Hong Kong, Japão e Singapura já haviam chegado lá nos anos 1950, Taiwan nos anos 1970 e a Coreia do Sul em 1975. De acordo com a Conference Board, o PIB *per capita* de Singapura é, atualmente, 21% mais alto que o dos Estados Unidos; o de Hong Kong é quase igual; o do Japão e o de Taiwan são cerca de 25% mais baixos; e o da Coreia do Sul, 36% mais baixo[22]. Seria um homem de bravura aquele que derrotasse a China

seguindo a mesma trajetória nas futuras décadas. A China teve a maior e a mais rápida de todas as revoluções industriais. No espaço de 26 anos, seu PIB decuplicou. Levou 70 anos após 1830 para que o PIB do Reino Unido quadruplicasse. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, a participação da China no PIB global (medido em preços atuais) ultrapassará a marca dos 10% em 2013. Antes da crise financeira, os economistas do Goldman Sachs previram que o PIB da China superaria o dos Estados Unidos em 2027[23]. Mas a crise financeira afetou mais o crescimento norte-americano que o chinês. Se a taxa atual persistir, a economia chinesa poderia ultrapassar a norte-americana em 2014 no que se refere ao poder de compra e em 2020 em dólares correntes[24]. De fato, em alguns aspectos o século asiático já chegou. A China está prestes a ultrapassar a participação dos Estados Unidos na manufatura global, tendo superado a Alemanha e o Japão desde o início do novo século. A maior cidade chinesa, Xangai, já é muito maior que qualquer cidade norte-americana, e está no topo do *ranking* de megacidades não ocidentais. Em números absolutos, é claro, a Ásia há muito é a região mais populosa do mundo. Mas o rápido crescimento da população da África torna o declínio do Ocidente quase uma certeza. Em 1950, o Ocidente tal como definido por Samuel Huntington – Europa Ocidental, América do Norte e Australásia – correspondia a 20% da população mundial. Em 2050, de acordo com as Nações Unidas, a cifra será de 10%[25]. Os próprios dados de Huntington apontam para o declínio do Ocidente em vários aspectos diferentes: o idioma (a parcela ocidental caiu 3 pontos percentuais entre 1958 e 1992); a religião (caiu pouco menos de 1 ponto percentual entre 1970 e 2000); território controlado (caiu ligeiramente entre 1971 e 1993); população (caiu 3 pontos percentuais desde 1971); Produto Interno Bruto (caiu mais de 4 pontos percentuais entre 1970 e 1992);[26] e força militar (caiu cerca de 6 pontos percentuais entre 1970 e 1991). Na maioria dos casos, o declínio relativo é muito mais marcado se medido a partir de 1913 ou 1938[27].

A crise financeira que começou no verão de 2007 deve, portanto, ser entendida como aceleradora de uma tendência já consolidada de relativo declínio ocidental. Isso foi quase uma Grande Depressão. Mas são três as

razões pelas quais não passou de uma Leve Depressão. Primeiro, a grande expansão dos empréstimos bancários da China, o que mitigou o efeito da queda nas exportações para o Ocidente. Segundo, o grande aumento da base monetária dos Estados Unidos, implementado pelo presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke. Terceiro, os imensos déficits fiscais de praticamente todos os países desenvolvidos, sendo o maior o dos Estados Unidos, com empréstimos que excederam 9% do PIB em dois anos consecutivos. Essas políticas – o extremo oposto do que foi feito no início dos anos 1930 – evitaram que a economia mundial despencasse de junho de 2009 em diante. Mas agora o mundo desenvolvido vive a ressaca que se segue a todas as formas de estímulo excessivo. Por várias razões, as políticas fiscais de três países da zona do Euro – Grécia, Irlanda e Portugal – perderam credibilidade diante dos investidores, levando a um aumento no custo de seus empréstimos e piorando suas dificuldades fiscais. Observando a tendência da dívida pública desses países a longo prazo, como fez o Banco de Compensações Internacionais (BIS) no início de 2010, podemos entender por quê[28]. A crise financeira se somou a um problema estrutural já grave de acumulação de dívida. Mas poderíamos dizer a mesma coisa do Reino Unido e dos Estados Unidos. E, no momento em que escrevo este livro, só o primeiro tomou medidas para lidar com o problema.

É importante lembrar que a maioria dos casos de colapso civilizacional estão associados a crises financeiras e guerras. Todos os exemplos de colapso discutidos anteriormente foram precedidos por graves desequilíbrios entre receitas e despesas, além de dificuldades com o financiamento da dívida pública. Consideremos a Espanha no século XVI: já em 1543, cerca de dois terços das receitas ordinárias iam para o pagamento de juros, cujos empréstimos a própria monarquia dos Habsburgo financiou. Já em 1559, o pagamento total dos juros excedia a receita ordinária da Espanha; e a situação pouco melhorou em 1584, quando 84% da receita ordinária foi destinada ao pagamento de juros. Em 1598, a proporção voltou a 100%. Ou pensemos na França no século XVIII: entre 1751 e 1788, às vésperas da Revolução, os pagamentos de juros e amortização cresceram de pouco mais de um quarto para 62% da

arrecadação de impostos. Também temos o caso da Turquia otomana no século XIX: o serviço da dívida cresceu de 17% da receita em 1868 para 32% em 1871 e 50% em 1877, dois anos após a enorme falência que conduziu à desintegração do Império Otomano nos Bálcãs. Por fim, consideremos o caso da Grã-Bretanha no século XX. Em meados da década de 1920, os encargos das dívidas absorviam 44% das despesas totais do governo, excedendo os gastos em defesa todos os anos até 1937, quando o rearmamento finalmente começou. Mas devemos observar que os verdadeiros problemas da Grã-Bretanha surgiram após 1945, quando uma proporção significativa do ônus da dívida, hoje imenso, estava em mãos estrangeiras. Da dívida nacional de 21 bilhões de libras ao fim da guerra, por volta de 3,4 bilhões eram devidos a credores estrangeiros – o equivalente a cerca de um terço do PIB[29].

A partir de 2001, no intervalo de apenas dez anos, a dívida federal norte-americana nas mãos do governo dobrou em termos percentuais, passando de 32% do PIB a uma projeção de 66% em 2011. De acordo com as projeções de 2010 do Departamento de Orçamento do Congresso (CBO) norte-americano – usando o "Cenário Fiscal Alternativo", que o CBO considera politicamente mais provável que seu "Cenário de Referência Prolongado" –, a dívida poderia subir para mais de 90% do PIB em 2021 e chegar a 150% em 2031 e a 300% em 2047[30]. Observe-se que esses números não levam em consideração a estimativa de 100 trilhões de dólares de passivos a descoberto dos sistemas de saúde e seguridade social. Nem tampouco incluem os déficits dos estados, em rápido crescimento, e os passivos cada vez maiores dos planos de pensão dos funcionários públicos. Com base nisso, a posição fiscal dos Estados Unidos em 2009 era pior que a da Grécia. Com uma relação entre dívida e receita de 312%, a Grécia estava nitidamente em maus lençóis. De acordo com cálculos do Morgan Stanley, no entanto, a relação entre a dívida e a receita dos Estados Unidos era de 358%[31].

Esses números são ruins, mas na esfera da estabilidade financeira o papel da percepção é, em muitos aspectos, mais importante. Por enquanto, o mundo ainda espera que os Estados Unidos consigam dar a volta por cima,

finalmente fazendo a coisa certa quando, em uma frase que costuma ser atribuída a Churchill, todas as outras possibilidades tiverem se esgotado. Os alarmes anteriores sobre o déficit nos anos 1980 foram exagerados; no fim dos anos 1990, o governo federal tinha superávits. Então, por que se preocupar? Tal complacência pode persistir por um período surpreendentemente longo – até muito depois de os indicadores estatísticos terem começado a piscar no vermelho. Mas, um dia, uma má notícia aparentemente aleatória – talvez um relatório negativo de uma agência de classificação de risco de crédito – será manchete durante um noticiário que, se não fosse por isso, seria tranquilo. De imediato, não serão apenas alguns poucos especialistas que se preocuparão com a sustentabilidade da política fiscal dos Estados Unidos, e sim o público como um todo, isso sem falar dos investidores no exterior. É essa mudança que é crucial, pois um sistema adaptativo complexo tem um grande problema quando a massa crítica de indivíduos que o constitui perde a fé em sua viabilidade. Começando no verão de 2007, o complexo sistema de economia global passou do *boom* à queda porque repentinamente mudaram as expectativas dos investidores quanto à probabilidade de falência do *subprime*, criando rombos enormes no modelo de negócio de milhares de instituições financeiras extremamente alavancadas. A fase seguinte da crise atual pode começar quando os mesmos investidores reavaliarem se o próprio governo norte-americano é digno de crédito. Nem as taxas de juros zero nem o estímulo fiscal são capazes de garantir uma recuperação permanente se as pessoas nos Estados Unidos e no exterior decidirem coletivamente que tais medidas levarão a índices de inflação muito mais altos ou à falência direta. Conforme demonstrou o economista Thomas Sargent há duas décadas, tais decisões se autoconcretizam, porque não é a oferta de dinheiro que determina a inflação, e sim a velocidade de sua circulação, que, por sua vez, varia de acordo com as expectativas[32]. Da mesma forma, não é a relação entre dívida e PIB que determina a solvência do governo, e sim a taxa de juros que os investidores demandam. A emissão de obrigações pode disparar se mudarem as expectativas quanto à estabilidade da moeda ou à solvência do governo no futuro, intensificando uma crise fiscal já ruim ao elevar o custo

do pagamento de juros sobre novas dívidas. O resultado é uma espécie de espiral fatal de queda de confiança, aumento de emissões e aumento de déficits. Foi exatamente isso que aconteceu com a Grécia, a Irlanda e Portugal em 2010.

É verdade, claro, que o Japão foi capaz de elevar sua dívida pública a níveis ainda mais altos com relação ao PIB sem desencadear uma crise de confiança. No entanto, quase toda a dívida japonesa está nas mãos de instituições e investidores japoneses, ao passo que metade dos títulos da dívida pública federal norte-americana está nas mãos de credores estrangeiros, e destes pouco mais de um quinto é controlado pelas autoridades monetárias da República Popular da China. Só o "exorbitante privilégio" dos Estados Unidos de serem capazes de imprimir a principal reserva em moeda do mundo permite ao país respirar[33]. Mas esse mesmo privilégio está sob ataque crescente do governo chinês. "Uma vez que a emissão de dólares nos Estados Unidos está fora de controle e os preços das commodities internacionais continuam a subir", declarou Chen Deming, ministro de Comércio da China, em outubro de 2010, "a China está sendo agredida por uma inflação importada"[34]. Os Estados Unidos estão envolvidos em impressão "descontrolada" e "irresponsável" de dinheiro, segundo Xia Bin, um conselheiro econômico do Banco Popular da China: "Enquanto o mundo não exercer nenhum controle sobre a emissão de moedas globais tais como o dólar [...] a ocorrência de outra crise é inevitável"[35]. A flexibilização quantitativa (a compra de títulos do Tesouro pelo Federal Reserve) era uma forma de "protecionismo financeiro", declarou Su Jingxiang, um pesquisador do Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China[36]. Em novembro de 2010, a agência de classificação de risco de crédito Dagong rebaixou os Estados Unidos de AA para A+, com uma perspectiva negativa.

As inquietações chinesas são compreensíveis. Os preços de praticamente todas as commodities, com exceção de algumas poucas, dispararam desde o pior momento da crise.[37] Tampouco é surpreendente que os investimentos oficiais da China nos títulos do Tesouro dos Estados Unidos tenham sido aparentemente reduzidos em cerca de 10% entre julho de 2009 e junho de

2010[38]. Mesmo com o preço de uma onça de ouro a 1.400 dólares, um valor sem precedentes, os chineses começaram a comprá-lo em 2010 como uma proteção consagrada contra a inflação. Mas os Estados Unidos não temem a inflação, e sim a deflação. Os preços estão subindo à taxa mais baixa desde os anos 1950, quando o índice de preços ao consumidor foi criado. Apesar de todos os esforços do Federal Reserve, o dinheiro disponível está diminuindo e o crédito se recusa teimosamente a crescer. Mesmo que a emissão nominal de obrigações para dez anos permaneça baixa, isso quer dizer que as taxas de juros reais a longo prazo têm probabilidade de continuar positivas no futuro próximo, o que significa que não há uma saída inflacionária fácil para o colossal ônus da dívida que assola os lares, os bancos e os governos, do tipo que foi adotado por muitos países nos anos 1920 e 1970. O crescimento deve esmorecer, o que também significa que o governo federal continuará a ter déficits, embora menores. E também se traduz em um gasto cada vez maior com juros. De acordo com o cenário fiscal alternativo do Departamento de Orçamento do Congresso dos Estados Unidos (CBO), o pagamento de juros sobre a dívida federal subirá de 9% das arrecadações federais para 20% em 2020, 36% em 2030 e 58% em 2040[39].

Cifras como essas implicam, entre outras coisas, uma rápida redução nos compromissos militares ultramarinos dos Estados Unidos. O CBO já está projetando as economias que seriam feitas se o número de tropas mobilizadas no exterior fosse reduzido para 30 mil até 2013[40]. Isso é exatamente o que esperaríamos ver quando o percentual da receita federal destinado ao pagamento de juros ultrapassar o destinado a gastos militares, o que está prestes a acontecer.

A mudança do centro de gravidade do mundo do Ocidente para o Oriente implica um conflito futuro? Em um importante ensaio, Samuel Huntington previu que o século XX seria marcado por um “choque de civilizações”, em que o Ocidente seria confrontado por um Oriente “sínico” e um Grande Oriente Médio muçulmano, e talvez também pela civilização ortodoxa do antigo Império Russo[41]. “Os principais conflitos da política global”, conforme escreveu, “ocorrerão entre nações e grupos de civilizações

diferentes. O choque de civilizações dominará a política global. As linhas de falha entre as civilizações serão as linhas de batalha do futuro."[42] Depois de publicada, essa previsão foi alvo de uma série de objeções[43]. No entanto, ela ainda parece uma explicação melhor do mundo pós-Guerra Fria do que as teorias concorrentes que Huntington descartou: que haveria um "único mundo" pós-histórico (ou neoconservador) sob a liderança dos Estados Unidos, ou uma disputa realista de todos contra todos entre os cerca de 200 Estados-nação, ou apenas "apolaridade" absoluta, ou, em outras palavras, o caos.

Mas há um defeito significativo no modelo de Huntington. Como profecia, falhou – até agora – em se concretizar. Huntington afirmou que os "conflitos entre grupos nas diferentes civilizações serão mais frequentes, mais prolongados e mais violentos que os conflitos entre grupos na mesma civilização". Esse não tem sido o caso. Não houve nenhum aumento nas guerras entre civilizações desde o fim da Guerra Fria. E as guerras entre membros de civilizações diferentes tampouco parecem durar mais que outros conflitos[44]. A maioria das guerras das duas últimas décadas foi guerra civil, mas só uma minoria delas correspondeu ao modelo de Huntington. Quase sempre, as guerras da Nova Desordem Mundial foram travadas entre grupos étnicos no interior de uma das civilizações de Huntington. Para ser preciso: dos 30 principais conflitos armados em andamento ou que haviam terminado há pouco tempo em 2005 – 12 anos após a publicação do ensaio original de Huntington –, só nove podiam ser considerados, em algum aspecto, um conflito entre civilizações, no sentido de que um lado era predominantemente muçulmano e o outro não. Dezenove deles foram, em essência, conflitos étnicos, os piores sendo as guerras que continuam a atormentar a África Central, seguidos de perto pelas guerras no Grande Oriente Médio, onde a maioria das vítimas foi de muçulmanos mortos por outros muçulmanos[45]. Além do mais, muitos dos conflitos que têm uma dimensão religiosa são também conflitos étnicos; a afiliação religiosa muitas vezes está mais associada com o sucesso localizado de missionários no passado relativamente recente que com a filiação de longa data a uma civilização cristã ou muçulmana. O futuro,

portanto, parece muito mais propenso a trazer várias guerras locais – a maioria delas conflitos étnicos na África, no Sul da Ásia e no Oriente Médio – que uma colisão global de civilizações. De fato, essas tendências centrífugas podem terminar destruindo as próprias civilizações identificadas por Huntington. Em síntese, em vez do "choque de civilizações" teremos o "desmoronamento de civilizações".[46]

No famoso jogo de computador *Civilization*, criado por Sid Meier em 1991 e hoje em sua quinta versão, os jogadores podem escolher entre 16 civilizações rivais, indo da norte-americana à zulu. O desafio é, então, "construir um império que resista à prova do tempo" em uma competição entre dois a seis dos outros. O jogo pode ser vencido de uma destas três maneiras: chegando ao fim da era moderna com a maior pontuação acumulada, vencendo a corrida espacial ao chegar ao sistema estelar de Alfa de Centauro, ou destruindo todas as outras civilizações. Mas é realmente assim que o processo histórico funciona? Conforme vimos, a civilização do Ocidente – os reinos e as repúblicas da Europa Ocidental – de fato destruiu ou subjugou a maioria das civilizações do restante do mundo após 1500. Mas grande parte disso foi alcançado com um mínimo de conflito direto, pelo menos em comparação ao número e à escala das guerras que as potências ocidentais travaram entre si[47]. A estagnação econômica e a marginalização política da China foram consequências não das Guerras do Ópio, mas de uma esclerose interna prolongada que era inerente ao sistema de cultivo e ao sistema de governo imperial do Extremo Oriente. O fato de o Império Otomano ter se retirado do continente europeu, e decaído de uma grande potência a um "homem doente", deveu-se apenas superficialmente a derrotas militares; tais derrotas foram, elas próprias, consequências de uma incapacidade crônica de participar da Revolução Científica. Não houve nenhum grande choque entre as civilizações da América do Norte e do Sul; a primeira era simplesmente superior à segunda no que diz respeito a suas instituições, e logo adquiriu os meios para intervir à vontade nos assuntos do Sul. Do mesmo modo, as guerras travadas pelos impérios europeus na África foram insignificantes em comparação com as guerras que eles travaram uns com os outros na Europa.

A subjugação da África foi tanto uma conquista das escolas missionárias, do telégrafo e do laboratório quanto da metralhadora automática. A Revolução Industrial e a sociedade de consumo não precisaram ser impostas aos países não ocidentais; os que tinham o mínimo de bom-senso a adotaram por conta própria, como fizeram os japoneses. Quanto à ética do trabalho, essa se espalhou para o Oriente não pela espada, e sim pela palavra – acima de tudo, pelas grandes melhorias em saúde pública e educação alcançadas a partir de meados do século XX.

É nessa perspectiva que devemos entender a ascensão da China em nossos dias. Apesar da tantas vezes afirmada preferência dos chineses por uma "ascensão silenciosa", alguns observadores já detectaram os primeiros sinais do choque de civilizações de Huntington. No fim de 2010, a retomada da flexibilização quantitativa pelo Federal Reserve pareceu desencadear uma guerra monetária entre os Estados Unidos e a China. Se "os chineses não tomarem medidas" para pôr fim à manipulação de sua moeda, declarou o presidente Obama em Nova York em setembro daquele ano, "temos outros meios para proteger os interesses dos Estados Unidos"[48]. O primeiro-ministro chinês Wen Jiabao não tardou em responder: "Não nos pressionem quanto à taxa do *renminbi* [...] Muitas de nossas empresas exportadoras teriam de fechar, trabalhadores migrantes teriam de voltar a suas cidades. Se a China passasse por uma turbulência social e econômica, seria um desastre para o mundo"[49]. Tais trocas, no entanto, não confirmam as previsões de Huntington, não mais que os incidentes navais fortuitos entre a China e os Estados Unidos ou os ataques diplomáticos a Taiwan ou à Coreia do Norte. Eram, na verdade, uma forma de *pi ying xi*, o tradicional teatro de sombras chinês. A verdadeira guerra monetária é entre a Chimérica – as economias unidas da China e da América – e o restante do mundo. Se os Estados Unidos imprimem papel-moeda com a moeda chinesa ainda atrelada ao dólar, ambas as partes são beneficiadas. Os perdedores são países como a Indonésia e o Brasil, cujas taxas de câmbio efetivas reais foram avaliadas entre janeiro de 2008 e novembro de 2010 em, respectivamente, 18% e 17%.

Sem dúvida, a Chimérica já passou de sua juventude. Como um casamento econômico entre um esbanjador e um poupador, já mostra todos os sinais de estar por um fio[50]. Com a produção da China, em meados de 2010, por volta de 20% acima de seu nível anterior à crise, e a dos Estados Unidos ainda 2% abaixo, parece claro que a simbiose se tornou mais benéfica para o credor que para o devedor. As autoridades norte-americanas entoam o mantra “Eles precisam de nós tanto quanto nós precisamos deles”, e se referem à famosa frase de Lawrence Summers sobre “destruição financeira mutuamente garantida”. Sem que eles saibam, os líderes da China já têm um plano para acabar com a Chimérica e reduzir sua dependência da acumulação de reserva em dólares e de exportações subsidiadas. É não tanto um plano para a dominação mundial com base no modelo do imperialismo ocidental quanto uma estratégia para restabelecer a China como o Reino do Meio – o estado tributário dominante na região da Ásia-Pacífico[51]. Se tivéssemos de resumir a nova grande estratégia da China, a melhor maneira de fazê-lo possivelmente seria, à moda de Mao, com “os quatro mais”:

1. Consumir mais.
2. Importar mais.
3. Investir mais no exterior.
4. Inovar mais.

Em cada caso, uma mudança de estratégia econômica promete proporcionar vantagens políticas consideráveis.

Ao consumir mais, a China pode e vai reduzir seu superávit comercial e, no processo, tornar-se benquista por seus principais parceiros comerciais, sobretudo os outros mercados emergentes. A China acabou de superar os Estados Unidos como o maior mercado de automóveis do mundo (14 milhões de vendas por ano, contra 11 milhões) e estima-se que sua demanda será dez vezes maior nos próximos anos. Em 2035, de acordo com a Agência Internacional de Energia, a China estará usando um quinto de toda a energia global, um aumento de 75% desde 2008[52]. Foi responsável por

cerca de 46% do consumo global de carvão em 2009, segundo estimativa do Instituto Mundial do Carvão, e consome uma proporção similar da produção de alumínio, cobre, níquel e zinco do mundo. Tais números se traduzem em ganhos importantes para os exportadores dessas e de outras commodities. A China já é o maior mercado de exportação da Austrália, representando 22% das exportações australianas em 2009. Compra 12% das exportações do Brasil e 10% das da África do Sul. Também se tornou uma grande compradora de produtos manufaturados de alto valor agregado provenientes do Japão e da Alemanha. Um dia a China foi principalmente exportadora de produtos manufaturados baratos. Agora que responde por um quinto do crescimento global, tornou-se o novo mercado mais dinâmico para os produtos de outros países. E isso conquista aliados.

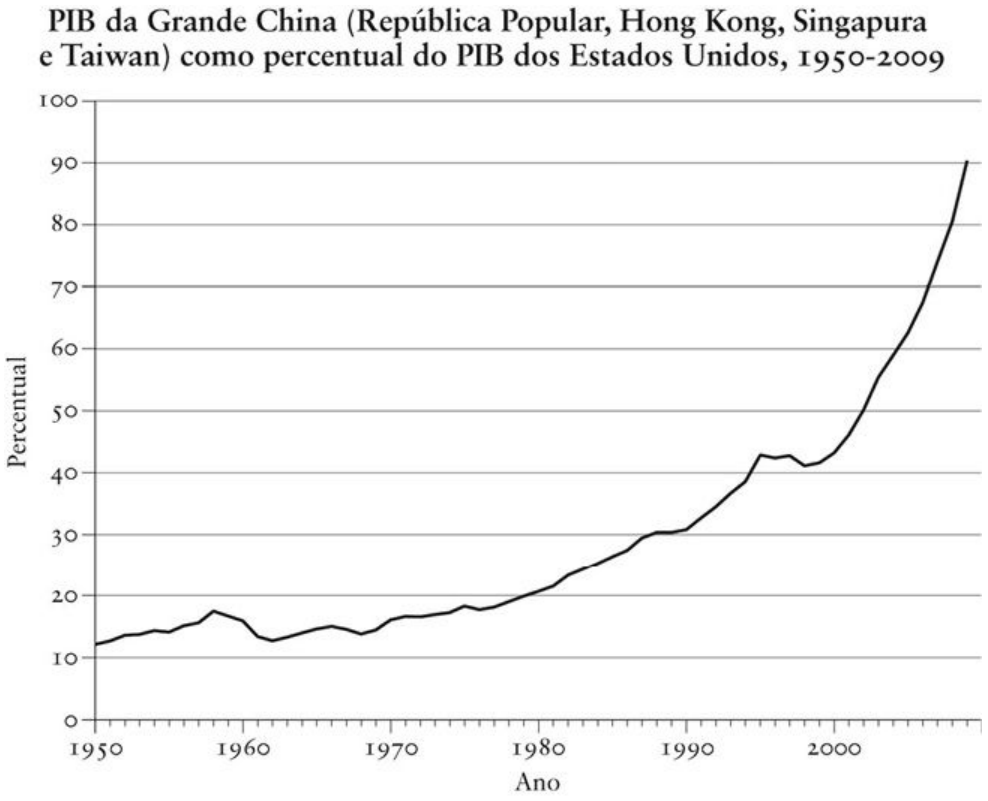
No entanto, os chineses estão nervosos, e com razão, com as excentricidades dos preços do mercado mundial para as commodities – e como não estariam, após as enormes oscilações de preços do período 2004-10? Portanto, faz sentido para eles investir no exterior para adquirir ativos na produção de commodities, de campos petrolíferos em Angola a minas de cobre na Zâmbia. Em um único mês (janeiro de 2010), os investidores chineses fizeram investimentos diretos no valor total de 2,4 bilhões de dólares, em 420 empreendimentos ultramarinos em 75 países e regiões. A esmagadora maioria dos investimentos foi na Ásia (45%) e na África (42%). Os maiores setores foram mineração, indústria petroquímica e infraestrutura em comunicações[53]. O modo de operação dos chineses hoje está consolidado em toda a África. Negociações típicas trocam autopistas e outros investimentos em infraestrutura por longas concessões de minas ou terras agrícolas, sem indagar muito sobre abusos de direitos humanos ou corrupção política[54]. Quando questionado sobre as relações econômicas da China com o Sudão, no auge do genocídio em Darfur, o vice-ministro de Relações Exteriores da China disse simplesmente: “Negócios são negócios”[55]. Em julho de 2008, o enviado especial chinês Liu Guijin reafirmou a política da China em auxílio à África: “Não nos apegamos às situações políticas. Temos de reconhecer que as situações econômicas e

políticas [na África] não são ideais. Mas não precisamos esperar que tudo seja satisfatório ou que os direitos humanos sejam perfeitos”[56].

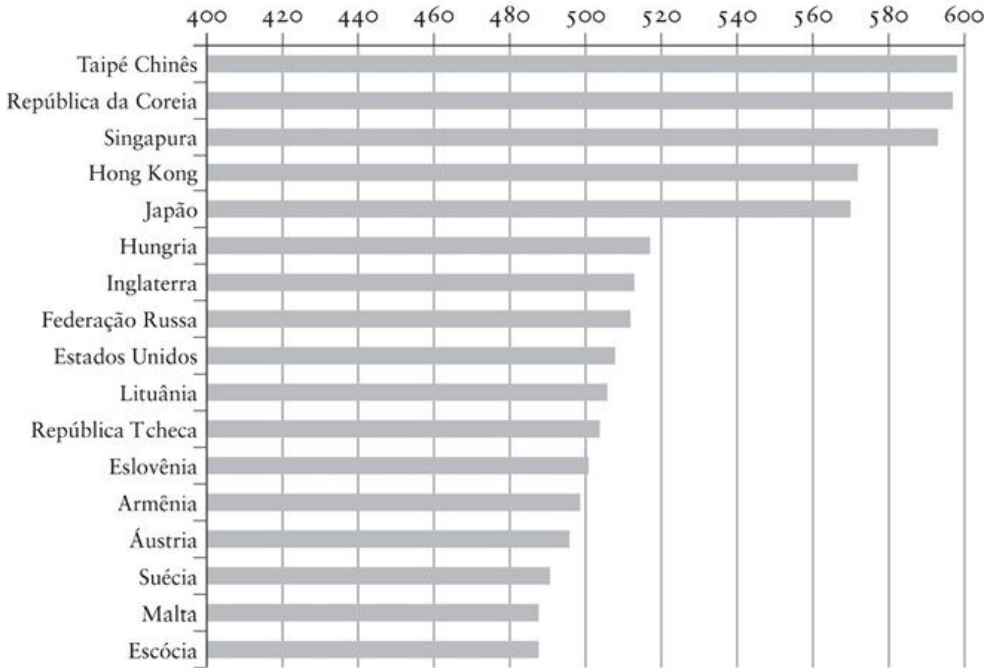
O crescente investimento em recursos naturais além-mar faz sentido não só como estratégia de diversificação para reduzir a exposição da China ao risco de depreciação do dólar. Também permite que a China aumente seu poder financeiro, sobretudo por meio de seu vasto e influente fundo soberano, o China Investment Corporation, que tem por volta de 200 bilhões de dólares de ativos. E o investimento no exterior justifica os planos ambiciosos da China de promover a expansão naval. Nas palavras do contra-almirante Zhang Huachen, segundo comandante da Esquadra Naval do Oriente: “Com a expansão dos interesses econômicos do país, a Marinha quer proteger melhor nossas rotas de transporte e garantir a segurança de nossas principais linhas marítimas”[57]. O mar do sul da China é cada vez mais considerado de “grande interesse nacional”, e portos em águas profundas são projetados no Paquistão – no antigo enclave omaniano de Gwadar – e também na Birmânia e no Sri Lanka. Esse é um modelo marítimo muito diferente do adotado pelo almirante Zheng He (ver Capítulo 1). Vem direto do manual de estratégia da Marinha Real vitoriana.

Por fim, e contrariando a visão de que a China está condenada a continuar sendo uma linha de montagem para produtos “projetados na Califórnia”, a China está inovando mais, visando se tornar (por exemplo) a principal fabricante de geradores eólicos e painéis fotovoltaicos do mundo. Em 2007, a China superou a Alemanha quanto ao número de novas solicitações de patentes. Logo fará a mesma coisa em número de patentes concedidas, tendo ultrapassado a Grã-Bretanha em 2004, a Rússia em 2005 e a França em 2006. Desde 1995, o número de novas patentes concedidas a inovadores chineses aumentou 29 vezes[58]. Isso é parte de uma história mais ampla de supremacia oriental. Na última década, a China sextuplicou os gastos em pesquisa e desenvolvimento, mais que dobrou o número de seus cientistas e hoje só perde para os Estados Unidos em produção anual de artigos científicos e capacidade de supercomputação. Continua havendo uma diferença significativa quanto ao número de citações internacionais de pesquisas científicas, mas há boas razões para esperar que esta diminua[59].

Talvez o indício mais contundente de que a mudança do Ocidente ao Oriente é real venha da educação. Em um estudo de 2005 sobre o desempenho acadêmico de pessoas entre 25 e 34 anos, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico encontrou uma diferença notável entre os primeiros países, a Coreia do Sul e o Japão, e os retardatários, a Grã-Bretanha e a Itália[60]. Semelhante abismo é visível em testes padronizados de aptidão entre estudantes de 14 anos de idade, em que os de Singapura têm desempenho muito superior aos da Escócia. Os primeiros estão 19% acima da média internacional; os últimos, 3% abaixo[61].



Pontuação matemática média de alunos de oitavo ano (~14 anos) em 2007 (média internacional = 500)




O que poderia dar errado para o dragão chinês em ascensão? Há pelo menos quatro hipóteses diferentes propostas por aqueles que esperam que ele caia. A primeira é que projeções similares de ascensão inexorável costumavam ser feitas para o Japão. Também se supôs que o Japão superaria os Estados Unidos e se tornaria a superpotência econômica global número um. Portanto, prossegue o argumento, a China também poderia sofrer um dia o destino do Japão após 1989. Precisamente porque os sistemas políticos e econômicos não são competitivos de fato, uma bolha imobiliária ou especulativa poderia sobrecarregar o país com bancos zumbis, crescimento estagnado e deflação – o drama do Japão durante a maior parte das duas últimas décadas. O argumento contrário é que um arquipélago na costa leste da Eurásia provavelmente jamais se equipararia a uma potência continental como os Estados Unidos. Era aceitável prever, mesmo há um século, que o Japão alcançaria o Reino Unido, seu análogo ocidental – como de fato fez –, mas não os Estados Unidos. Além disso, a derrota do Japão em 1945 significou que durante todo o período de sua

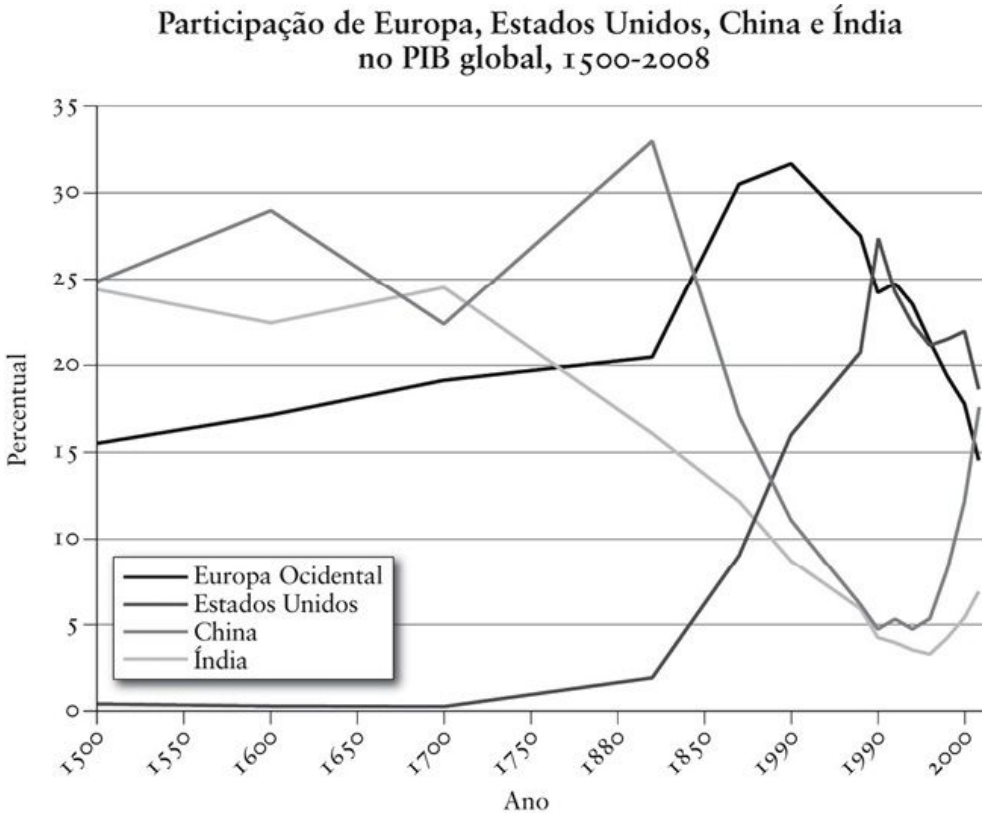
ascensão econômica o país dependeu dos Estados Unidos para sua segurança, e, portanto, teve de se submeter a uma valorização de moeda mais ou menos compulsória, por exemplo, sob o Acordo do Plaza de 1985.

Uma segunda possibilidade é que a China poderia sucumbir à agitação social, como aconteceu com tanta frequência no passado. Afinal, a China continua sendo um país pobre, ocupando o 86o lugar em renda *per capita*, com 150 milhões de seus cidadãos – praticamente um em cada dez – vivendo com o equivalente a 1,50 dólar por dia ou menos. A desigualdade aumentou de maneira vertiginosa desde a introdução das reformas econômicas, de modo que a distribuição de renda é hoje essencialmente americana (embora não exatamente brasileira). Estima-se que 0,4% dos lares chineses têm cerca de 70% da riqueza do país. Somem-se a essas disparidades econômicas os problemas crônicos de poluição do ar, da água e do solo, e não é de surpreender que as partes mais pobres do interior rural chinês estejam propensas a surtos de protesto. Mas só uma imaginação febril poderia construir um cenário revolucionário sobre essas bases frágeis. O crescimento econômico pode ter tornado a China uma sociedade menos igualitária, mas o regime capitalista-comunista hoje desfruta de níveis atipicamente altos de legitimidade aos olhos de seu próprio povo[62]. De fato, dados de pesquisas sugerem que hoje os chineses estão mais comprometidos com a ideia do livre mercado que os americanos. A verdadeira ameaça social à estabilidade da China é demográfica. Em consequência da política do filho único introduzida em 1979, a China em 2030 terá uma população significativamente mais idosa que seu vizinho bem maior, a Índia. A parcela da população com 65 anos ou mais será de 16%, em comparação com 5% em 1980. E o desequilíbrio entre gêneros em províncias como Anhui, Hainan, Guangdong e Jiangxi praticamente já não tem paralelos em uma sociedade moderna, com entre 30% e 38% mais homens que mulheres[63]. A próxima revolução chinesa, se é que vai haver uma, será liderada por solteirões frustrados. Mas a história indica que jovens homens sem mulheres têm tanta probabilidade de abraçar o nacionalismo radical quanto a revolução.

Um terceiro cenário plausível é que uma classe média crescente poderia, como tantas vezes ocorreu na história ocidental, demandar maior participação política do que têm atualmente. Em 1990, três em cada quatro chineses viviam no campo. Hoje, 45% das pessoas são habitantes de cidades, e em 2030 podem chegar a 70%. Além de haver uma classe média em rápido crescimento na China urbana, a difusão da telefonia móvel e da internet significa que eles podem formar suas próprias redes horizontais espontâneas como em nenhum momento anterior. O desafio que isso representa é personificado não pelo dissidente preso Liu Xiaobo, premiado com o Nobel da Paz em 2010, que pertence a uma geração anterior de ativistas, mas pelo artista Ai Weiwei, barbado e corpulento, que usou sua proeminência pública para protestar em nome das vítimas do terremoto de 2008 em Sichuan. O contra-argumento, aqui, vem de uma jovem produtora de televisão de Pequim que conheci enquanto fazia a pesquisa para este livro. “Minha geração sente que é afortunada”, ela me disse certa noite. “Nossos avós tiveram o Grande Salto para a Frente, nossos pais tiveram a Revolução Cultural. Mas nós podemos trabalhar, viajar, ganhar dinheiro. Então eu acho que não pensamos muito nessa coisa de praça.” No começo, eu não entendi o que ela queria dizer com isso. E então percebi: ela se referia à praça *Tiananmen* [Praça da Paz Celestial] – o protesto pró-democracia reprimido pelas forças militares em 1989.

A quarta e última armadilha é que a China se oponha tanto a seus vizinhos a ponto de eles acabarem gravitando rumo a uma coalizão equilibrada liderada por um Estados Unidos cada vez mais realista. Certamente, não falta ressentimento no restante da Ásia com relação ao modo como a China tenta se impor nos dias de hoje. Os planos chineses de desviar os recursos hídricos do planalto tibetano de Qinghai tem graves implicações para Bangladesh, a Índia e o Cazaquistão. Em Hanoi, a paciência com o hábito chinês de empregar seu próprio povo nas minas vietnamitas de bauxita está se esgotando. E as relações com o Japão mudaram de tal forma para pior em uma disputa pelas minúsculas ilhas de Senkaku/Diaoyu que a China impôs um embargo sobre as exportações de metais de terras raras, em retaliação pela prisão de um pescador chinês

errante[64]. Mas esses atritos estão muito longe de ser justificativas suficientes para aquela que seria a maior mudança na política externa norte-americana desde que Richard Nixon e Henry Kissinger retomaram as comunicações diplomáticas com a China em 1972. E o 440 ocupante da Casa Branca parece muito distante da tradição realista na política externa norte-americana, apesar da impressão deixada por suas visitas à Índia e à Indonésia no fim de 2010.




O dilema imposto pela potência “que se vai” e a potência “que vem” é sempre angustiante. O custo de resistir à ascensão da Alemanha foi realmente oneroso para a Grã-Bretanha; era muito mais fácil passar silenciosamente ao papel de parceiro menor dos Estados Unidos. Os norte-americanos deveriam tentar conter a China? Ou apaziguá-la? As pesquisas de opinião indicam que os norte-americanos comuns não estão mais seguros do que o presidente sobre como responder a essas perguntas. Em uma pesquisa recente do Pew Research Center, 49% dos entrevistados afirmaram

que não esperavam que a China “superasse os Estados Unidos como a principal superpotência do mundo”, mas 46% tinham opinião contrária[65]. Lidar com uma nova ordem global já foi difícil o bastante após o colapso da União Soviética, que subiu à cabeça de muitos analistas. Mas a Guerra Fria durou pouco mais de quatro décadas, e a União Soviética nunca chegou nem perto de superar a economia dos Estados Unidos. O que estamos vivendo agora é o fim de 500 anos de supremacia ocidental. Desta vez, o desafio do Oriente é real, tanto em termos econômicos quanto geopolíticos. É cedo demais para os chineses proclamarem “agora nós somos os mestres”. Mas está claro que eles já não são os aprendizes. No entanto, o choque de civilizações tal como concebeu Huntington ainda parece uma possibilidade remota. Estamos mais propensos a testemunhar o tipo de mudança que nos últimos 500 anos quase sempre foi a favor do Ocidente. Uma civilização se debilita, outra se fortalece. A pergunta crucial não é se as duas vão se chocar, mas se a mais fraca passará da fraqueza ao colapso total.

A desocupação das montanhas do Hindu Kush ou das planícies da Mesopotâmia é, há tempos, prenúncio de declínio e queda. É significativo que a União Soviética tenha se retirado do Afeganistão no ano miraculoso de 1989 e deixado de existir em 1991. O que aconteceu depois, assim como os eventos do distante século V, é um lembrete de que as civilizações na verdade não nascem, crescem, reinam, decaem e morrem de acordo com algum ciclo de vida recorrente e previsível. São os historiadores que, em retrospectiva, retratam o processo de dissolução como se tivesse ocorrido em câmera lenta, com várias causas determinantes. Em vez disso, as civilizações se comportam como sistemas adaptativos complexos. Elas funcionam em aparente equilíbrio por um período incognoscível. E então, de maneira um tanto abrupta, entram em colapso. Para retomar a terminologia de Thomas Cole, o pintor de *O curso do império*, a passagem da consumação à destruição e então à desolação não é cíclica. É repentina. Uma representação visual mais apropriada da maneira como os sistemas complexos entram em colapso pode ser o velho pôster, um dia tão popular em milhares de dormitórios universitários, de um trem a vapor

descontrolado que atravessou o muro de uma estação ferroviária vitoriana e deu de cara com a rua logo abaixo. Um freio defeituoso ou um motorista sonolento podem ser tudo o que é preciso para submergir no caos.

Algo pode ser feito para salvar a civilização ocidental de tal calamidade? Primeiro, não devemos ser demasiado fatalistas. É verdade, as coisas que um dia separaram o Ocidente do Resto já não são monopolizadas por nós. Os chineses têm o capitalismo. Os iranianos têm a ciência. Os russos têm a democracia. Os africanos estão obtendo (lentamente) a medicina moderna. E os turcos têm a sociedade de consumo. Mas o que isso significa é que os modos de operação do Ocidente não estão em decadência, e sim florescendo em praticamente toda parte, com apenas alguns poucos focos de resistência. Um número cada vez maior de não ocidentais dorme, se banha, se veste, trabalha, se diverte, come, bebe e viaja como ocidentais[66]. Além do mais, conforme vimos, a civilização ocidental é mais que uma única coisa; é um pacote. É tanto pluralismo político (vários Estados e várias autoridades) quanto capitalismo; tanto a liberdade de pensamento quanto o método científico; tanto o Estado de direito e os direitos de propriedade quanto a democracia. Mesmo hoje, o Ocidente ainda tem mais dessas vantagens institucionais do que o Resto. Os chineses não têm competição política. Os iranianos não têm liberdade de consciência. Os russos podem votar, mas seu Estado de direito é uma farsa. Em nenhum desses países há liberdade de imprensa. Essas diferenças podem explicar por que, por exemplo, todos os três países ficam para trás dos países ocidentais em índices qualitativos que medem “o desenvolvimento inovador nacional” e a “capacidade inovadora nacional”[67].

É claro que a civilização ocidental está longe de ser isenta de falhas. Perpetuou sua cota de delitos históricos, das brutalidades do imperialismo à banalidade da sociedade de consumo. Seu materialismo intenso teve todos os tipos de consequências dúbias, sobretudo o mal-estar que Freud nos encorajou a cultivar. E certamente perdeu aquele ascetismo próspero que Weber considerou tão admirável na ética protestante.

Mas esse pacote ocidental ainda parece oferecer às sociedades humanas o melhor conjunto de instituições econômicas, sociais e políticas – as que têm

mais probabilidade de liberar a criatividade humana capaz de resolver os problemas que o mundo enfrenta no século XXI. Nos últimos 500 anos, nenhuma civilização se saiu melhor em encontrar e educar gênios com talentos à espera de ser descobertos em toda a sociedade humana. A grande pergunta é se ainda somos ou não capazes de reconhecer a superioridade desse pacote. No fim das contas, não são apenas os esplêndidos edifícios no centro nem mesmo o funcionamento estável das instituições que abrigam que tornam uma civilização real para seus habitantes. Em essência, uma civilização são os textos ensinados nas escolas, aprendidos pelos estudantes e rememorados em momentos de adversidade. A civilização da China um dia se baseou nos ensinamentos de Confúcio. A civilização do Islã – do culto da submissão – ainda se baseia no Corão. Mas quais são os textos fundacionais da civilização ocidental capazes de reforçar nossa crença no poder quase sem limites do ser humano livre?[68] E até que ponto somos bons em ensiná-los, considerando a aversão de nossos educadores ao conhecimento formal e ao aprendizado por memorização? Talvez a verdadeira ameaça seja imposta não pela ascensão da China, do Islã ou das emissões de carbono, e sim por nossa própria perda de fé na civilização que herdamos de nossos ancestrais.

Nossa civilização é mais do que simplesmente (conforme gracejou P. G. Wodehouse) o oposto de dramatizações amadoras (ver epígrafe no início do capítulo). Churchill compreendeu um aspecto crucial quando definiu o "princípio central da civilização [ocidental]" como "a subordinação da classe dominante aos costumes estabelecidos do povo e sua vontade tal como expressa na Constituição":

> Por que [perguntou Churchill] as nações não deveriam se unir em um sistema maior e estabelecer um governo de direito para o benefício de todos? Esta é, certamente, a esperança suprema que deve nos inspirar [...]
> Mas é vão imaginar que a mera [...] declaração dos princípios corretos [...] será de algum valor se não for corroborada por qualidades de virtude cívica e coragem viril – sim, e pelos instrumentos e exercícios de força e ciência [–] que em último recurso devem ser a defesa do direito e da razão. A civilização não perdurará, a liberdade não sobreviverá, a paz não será mantida, a não ser que uma grande maioria da humanidade se una para defendê-las e se mostre detentora de um poder

policial diante do qual as forças bárbaras e atávicas ficarão aterrorizadas[69].

Em 1938, aquelas forças bárbaras e atávicas estavam no exterior, sobretudo na Alemanha. Mas, conforme vimos, o que Churchill valorizava era tanto os produtos da civilização ocidental quanto os valores de liberdade e governo legítimo. Hoje, como na época, a maior ameaça à civilização ocidental vem não de outras civilizações, e sim de nossa própria pusilanimidade – e da ignorância histórica que a alimenta.

---

Hexter, “Seyssel, Machiavelli, and Polybius”.

Goldstone, “Cultural Orthodoxy, Risk and Innovation”, p. 129 ss.; Goldstone, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World*, p. 354.

Bolingbroke, “The Idea of a Patriot King”, p. 273.

Sorokin, *Social and Cultural Dynamics*.

Quigley, *Tragedy and Hope*, p. 3 ss. Ver também Quigley, *Evolution of Civilizations*.

Em seu livro de 1966, *Tragedy and Hope* [Tragédia e esperança], Quigley atribuiu grande poder a uma misteriosa “sociedade secreta” anglo-americana supostamente fundada por Cecil Rhodes, Alfred Milner e pelo jornalista William T. Stead, dedicada a “expandir o Império Britânico” e convertê-lo em uma federação. O “grupo Rhodes-Milner” e seus afiliados da Távola Redonda, segundo Quigley, foram responsáveis pela Guerra dos Bôeres, pelo enfraquecimento do Tratado de Versalhes e pelo apaziguamento da Alemanha nazista. Após a morte de Milner em 1925, esse grupo continuou a exercer uma influência maligna por meio da Rhodes Trust, da Royal Institute for International Affairs (Chatham House) e do Council on Foreign Relations em Nova York. Quigley exagerou tanto o caráter secreto quanto o sucesso das atividades de Milner.

Kennedy, *The Rise and Fall of the Great Powers*, p. xvi.

Diamond, *Collapse*, p. 158.

Para uma crítica interessante, ver a análise de Joseph A. Tainter em *Current Anthropology*, 46 (dezembro de 2005).

) Para uma introdução, ver Mitchell, *Complexity*.

Ibid., p. 5. Ver também Holland, *Emergence*.

2 Buchanan, *Ubiquity*.

3 Waldrop, *Complexity*.

4 Taleb, “The Fourth Quadrant”.

5 Krakauer et al. (Orgs.), *History, Big History and Metahistory*. Cf. Holland, *Hidden Order*.

6 Nascido em Yorkshire em 1881, Richardson foi um *quaker* que se recusou a lutar durante a Primeira Guerra Mundial (embora tenha dirigido ambulâncias no fronte ocidental) e um proponente do

Esperanto. Ele ficou deprimido por não ter encontrado nenhum indício de uma tendência em direção a menos guerra, nem tampouco algum indicador estatístico de quando e onde a guerra ocorreria, além de dois vínculos relativamente fracos: as guerras eram mais comuns entre Estados vizinhos e mais prováveis entre Estados com religiões diferentes.

7 Richardson, *Statistics of Deadly Quarrels*. Para uma análise atual, ver Hayes, "Statistics of Deadly Quarrels", e a discussão em Pinker, *Better Angels*.

3 Kotkin, *Armageddon Averted*.

9 Guan e Li, "The GDP and Economic Structure of the Ming Dinasty".

0 Maddison, *The World Economy*.

1 http://gcr.weforum.org/gcr2010/.

2 http://www.conference-board.org/data/economydatabase/.

3 Sou grato a Jim O'Neill, da Goldman Sachs, por me fornecer dados relevantes.

4 Martin Wolf, "Will China's Rise Be Peaceful?", *Financial Times*, 16 de novembro de 2010.

5 Divisão Populacional do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, World Population Prospects: The 2008 Revision, http://esa.un.org/unpp, 27 de novembro de 2010.

6 De fato, o PIB total em dólar corrente para todos os países definidos por Huntington como ocidentais permaneceu notadamente constante entre 61% e 69% do total mundial desde 1960.

7 Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*, tabelas 3.1, 3.2, 3.3, 4.3, 4.5, 4.6.

8 Cecchetti et al., "The Future of Public Debt".

9 Todos os detalhes em Ferguson, *The Cash Nexus*.

0 Congressional Budget Office [Escritório de Orçamento do Congresso], "Supplemental Data for the Congressional Budget Office's Long-Term Budget Outlook" (junho de 2010).

1 Marès, "Sovereign Subjects", Exhibit 2.

2 Sargent, "The Ends of Four Big Inflations".

3 Eichengreen, *Exorbitant Privilege*.

4 http://english.peopledaily.com.cn/90001/90776/90883/7179010.html.

5 http://www.reuters.com/article/idUSTOE6A301Q20101104.

6 http://www.businessweek.com/news/2010-11-09/china-researcher-says-u-s-s-qe2-is-financial-protectionism.html.

7 As únicas commodities no abrangente banco de dados do Fundo Monetário Internacional cujos preços não subiram desde fevereiro de 2009 são gás natural, madeira, azeite de oliva, camarão e frango.

8 http://www.ustreas.gov/tic/mfh.txt.

9 Cálculos do autor com base em dados do Congressional Budget Office [Escritório de Orçamento do Congresso] dos Estados Unidos.

) Congressional Budget Office [Escritório de Orçamento do Congresso], “The Budget and Economic Outlook: An Update” (agosto de 2010), tabela 1.7.

l Huntington, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*.

2 Huntington, “The Clash of Civilizations”, p. 22.

3 Sen, *Identity and Violence*; Berman, *Terror and Liberalism*. Ver também Edward Said, “The Clash of Ignorance”, *Nation*, 22 de outubro de 2001.

4 Tusicisny, “Civilizational Conflicts”.

5 Marshall e Gurr, *Peace and Conflict*, apêndice, tabela 11.1.

6 O autor faz um trocadilho entre *clash of civilizations* e *crash of civilizations*. (N.T.)

7 Ver, por exemplo, Luard, *War in International Society*.

8 David E. Sanger, “With Warning, Obama Presses China on Currency”, *New York Times*, 23 setembro de 2010.

9 Alan Beattie, Joshua Chaffin e Kevin Brown, “Wen Warns against Renminbi Pressure”, *Financial Times*, 6 de outubro de 2010.

) Ferguson e Schularick, “The End of Chimerica”.

l Jacques, *When China Rules the World*.

2 Agência Internacional de Energia, *World Energy Outlook 2010* (Londres, 2010).

3 http://en.china.cn/content/d732706,cd7c6d,1912_6577.html.

4 Collier, *The Plundered Planet*.

5 Raine, *China’s African Challenges*, p. 97.

6 Ibid., p. 164.

7 Economy, “Game Changer”, p. 149.

8 Organização Mundial da Propriedade Intelectual, *World Intellectual Property Indicators 2010* (Geneva, 2010): http://www.wipo.int/ipstats/en/statistics/patents/.

9 Mu Rongping, “China”. In: *UNESCO Science Report 2010*, p. 379-98.

) Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico, *Economic Survey of the UK* (outubro de 2005).

l Institution of Education Sciences, *Trends in International Mathematics and Science Study* (2007).

2 Pew Global Attitudes Project, “The Chinese Celebrate their Roaring Economy, as They Struggle with its Costs”, 22 de julho de 2008: http://pewglobal.org/2008/07/22/.

3 Nicholas Eberstadt, “China’s Family Planning Policy Goes Awry”, American Enterprise Institute for Public Policy Research, 23 de novembro de 2010: http://www.aei.org /article/101389.

4 Economy, “The Game Changer”.

5 Pew Research Center for People and the Press, “Public Sees a Future Full of Promise and Peril”, 22 de junho de 2010: http://people-press.org/report/?pageid=1740.

6 Zakaria, *The Post-American World*.

[7] Rongping, “China”, p. 395.

[8] Eu recomendaria a Bíblia do rei Jaime, os *Princípios*, de Isaac Newton, os *Dois tratados sobre o governo*, de John Locke, *Teoria dos sentimentos morais* e *A riqueza das nações*, de Adam Smith, *Reflexões sobre a revolução na França*, de Edmund Burke, e *A origem das espécies*, de Charles Darwin – aos quais deveriam ser agregadas as obras de William Shakespeare e discursos selecionados de Abraham Lincoln e Winston Churchill. Se tivesse de selecionar um único volume como meu Corão, selecionaria as obras completas de Shakespeare.

[9] Churchill, “Civilization”, p. 45 ss.

OceanofPDF.com

# Bibliografia

## *Introdução: A pergunta de Rasselas*


Acemoglu, Johnson e Robinson, “Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution”, *Quarterly Journal of Economics*, 117 (2002), 1231-94.

Bagby, Philip, *Culture and History: Prolegomena to the Comparative Study of Civilizations* (Berkeley/Los Angeles, 1959).

Bayly, C. A., *The Birth of the Modern World, 1780-1914* (Blackwell, 2004).

Bockstette, Valerie, Areendam Chanda e Louis Putterman, “States and Markets: The Advantage of an Early Start”, *Journal of Economic Growth* (2002), 347-69.

Bozeman, Adda B., *Politics and Culture in International History: From the Ancient Near East to the Opening of the Modern Age* (Nova York, 1994 [1960]).

Braudel, Fernand, *A History of Civilizations*, trad. Richard Mayne (Nova York, 1993).

Brownworth, Lars, *Lost to the West: The Forgotten Byzantine Empire that Rescued Western Civilization* (Nova York, 2009).

Cahill, Thomas, *How the Irish Saved Civilization* (Nova York, 1995).

Chandler, T., *Four Thousand Years of Urban Growth: A Historical Census* (Lewiston/Queenstown, 1987).

Chaudhary, Latika, Aldo Musacchio, Steven Nafziger e Se Yan, “Big BRICs, Weak Foundations: The Beginning of Public Elementary Education in Brazil, Russia, India, and China, 1880-1930”, relatório de trabalho (2010).

Clark, Gregory, *A Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World* (Princeton, 2007).

Clark, Kenneth, *Civilisation: A Personal View* (Londres, 2005 [1969]).

Coulborn, Rushton, *The Origin of Civilized Societies* (Princeton, 1959).

Darwin, John, *After Tamerlane: The Rise and Fall of Global Empires* (Londres, 2007).

Dawson, Christopher, *The Making of Europe: An Introduction to the History of European Unity* (Londres, 1932).

Diamond, Jared, *Guns, Germs and Steel: A Short History of Everybody for the Last 13,000 Years* (Londres, 1998).

———, “How to Get Rich: A Talk”, *Edge*, 56, junho 7, 1999.

Eisenstadt, S. N., *Comparative Civilizations and Multiple Modernities* (Leiden, 2003).

Elias, Norbert, *The Civilizing Process*, 2 vols. (Oxford, 1969, 1982 [1939]).

Elvin, Mark, *The Pattern of the Chinese Past* (Londres, 1973).

Fernández-Armesto, Felipe, *Civilizations: Culture, Ambition and the Transformation of Nature* (Nova York/Londres/Toronto/Sydney/Singapura, 2001).

———, *Millennium: A History of our Last Thousand Years* (Londres, 1997).

Findlay, Ronald e Kevin H. O'Rourke, *Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium* (Princeton, 2007).

Fogel, Robert W., *The Escape from Hunger and Premature Death, 1700-2100: Europe, America, and the Third World* (Cambridge, 2003).

Goody, Jack, *Capitalism and Modernity* (Cambridge/Malden, MA, 2004).

———, *The Eurasian Miracle* (Cambridge/Malden, MA, 2009).

Guyver, Robert, "England and the Battle for the Centre Ground: The History Working Group and the First History War (1988-1991) as an Archetype for Subsequent Wars", in Tony Taylor and Robert Guyver (eds.), *History Wars in the Classroom: Global Perspectives* (no prelo).

Hibbs, Douglas A. Jr. e Ola Olsson, "Geography, Biogeography, and Why Some Countries are Rich and Others are Poor", *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States*, 101, 10 (2004), 3715-20.

Huntington, Samuel, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York/Londres/Toronto/Sydney, 1996).

Johnson, Samuel, *The History of Rasselas, Prince of Abissinia* (Boston, 1811 [1759]).

Jones, Eric, *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia* (Cambridge, 2003).

Kagan, Robert, *Of Paradise and Power: America and Europe in the New World Order* (Nova York, 2003).

Kennedy, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (Nova York, 1989).

Landes, David S., *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some are So Rich and Some So Poor* (Nova York, 1998).

Laue, Theodore H. von, "The World Revolution of Westernization", *History Teacher*, 20, 2 (1987), 263-79.

MacGregor, Neil, *A History of the World in 100 Objects* (Londres, 2010).

Matthews, Derek, "The Strange Death of History Teaching (Fully Explained in Seven Easy-to-Follow Lessons", panfleto não publicado (janeiro 2009).

Maddison, Angus, *The World Economy: A Millennial Perspective* (Paris, 2001).

McNeill, William H., *The Pursuit of Power: Technology, Armed Force and Society since AD 1000* (Chicago, 1982).

———, *The Rise of the West: A History of the Human Community* (Chicago, 1991 [1963]).

Melko, Matthew, *The Nature of Civilizations* (Boston, 1969).

Morris, Ian, *Why the West Rules – For Now: The Patterns of History, and What They Reveal About the Future* (Nova York, 2010).

Mumford, Lewis, *The City in History* (Nova York, 1961).

Murray, Charles A., *Human Accomplishment: The Pursuit of Excellence in the Arts and Sciences, 800 B.C. to 1950* (Nova York, 2003).

North, Douglass C., *Understanding the Process of Economic Change* (Princeton, 2005).

———, John Joseph Wallis and Barry R. Weingast, *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History* (Cambridge, 2009).

Osborne, Roger, *Civilization: A New History of the Western World* (Nova York, 2008).

Pomeranz, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000).

Putterman, L. e David N. Weil, "Post-1500 Population Flows and the Long Run Determinants of Economic Growth and Inequality", artigo (setembro 2008).

Quigley, Carroll, *The Evolution of Civilizations* (Nova York, 1961).

Rajan, Raghuram G. and Luigi Zingales, "The Persistence of Underdevelopment: Institutions, Human Capital, or Constituencies?", relatório de trabalho da NBER no. 12093 (fevereiro 2006).

Roberts, John, *The Triumph of the West* (Londres, 1985).

Schuker, Stephen A., "A Sea Change in the Atlantic Economy? How the West Pulled Ahead of the Rest and Why It May Cease to Do So", in William Anthony Hay e Harvey Sicherman (eds.), *Is There Still a West? The Future of the Atlantic Alliance* (Columbia, MO, 2007), 89-124.

Scruton, Roger, *The West and the Rest: Globalization and the Terrorist Threat* (Londres/Nova York, 2002).

Wallerstein, Immanuel, *The Modern World-System* (Nova York, 1974, 1980 e 1989).

Wong, R. Bin, *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience* (Ithaca/Londres, 2000).

Woods, Thomas E. Jr., *How the Catholic Church Built Western Civilization* (Washington, DC, 2001).

## *Capítulo 1: Competição*

Barmé, G. R., *The Forbidden City* (Londres, 2008).

Barrow, Sir John, S*ome Account of the Public Life, and a Selection from the Unpublished Writings, of the Earl of Macartney*, 2 vols. (Londres, 1807).

Birch, W., *The Historical Charters and Constitutional Documents of the City of London* (Charleston, SC, 2009).

Bishop, K., *China's Imperial Way* (Hong Kong, 1997).

Brook, Timothy, *The Confusions of Pleasure: Commerce and Culture in Ming China* (Berkeley, 1999).

Burrage, M. C. e Corry, D., "At Sixes and Sevens: Occupational Status in the City of London from the Fourteenth to the Seventeenth Century", *American Sociological Review*, 46, 1 (1981), 375-93.

Castor, Helen, *Blood and Roses: The Paston Family and the War of the Roses* (Londres, 2004).

Catto, Jeremy, "Written English: The Making of the Language, 1370-1400", *Past & Present*, 179 (2003), 24-59.

Chirot, Daniel, 'The Rise of the West', *American Sociological Review*, 50, 2 (1985), 181-95.

Cipolla, Carlo M., *Guns and Sails in the Early Phase of European Expansion, 1400-1700* (Londres, 1965).

Clark, Gregory, *A Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World* (Princeton, 2007).

Cotterell, A., *The Imperial Capitals of China: An Inside View of the Celestial Empire* (Londres, 2008).

Dardess, J. W., "A Ming Landscape: Settlement, Land Use, Labor and Estheticism in T'ai-Ho County, Kiangsi", *Harvard Journal of Asiatic Studies*, 49, 2 (1989), 295-364.

Dreyer, E. L., *Zheng-He: China and the Oceans in the Early Ming Dynasty, 1405-33* (Londres, 2006).

Duyvendak, J. J. L., "The True Dates of the Chinese Maritime Expeditions in the Early Fifteenth Century", *T'oung Pao*, 34, 5, Second Series (1939), 378-9.

Ebrey, Patricia Buckley, *The Cambridge Illustrated History of China* (Cambridge, 1996).

Fernández-Armesto, Felipe, *Millennium: A History of our Last Thousand Years* (Londres, 1997).

———, *Pathfinders: A Global History of Exploration* (Oxford, 2007).

Finlay, Robert, "Portuguese and Chinese Maritime Imperialism: Camoes's Lusiads and Luo Maodeng's Voyage of the San Bao Eunuch", *Comparative Studies in Society and History*, 34, 2 (1992), 232-41.

Flynn, Dennis O. and Arturo Giraldez, "Arbitrage, China, and World Trade in the Early Modern Period", *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 38, 4 (1995), 429-48.

———, "Born with a 'Silver Spoon': The Origin of World Trade in 1571", *Journal of World History*, 6, 2 (1995), 201-21.

Fogel, Robert W., *The Escape from Hunger and Premature Death, 1700-2100: Europe, America, and the Third World* (Cambridge, 2003).

Goody, Jack, *Capitalism and Modernity* (Cambridge/Malden, MA, 2004).

Guan Hanhui and Li Daokui, "The GDP and Economic Structure of the Ming Dynasty" (no prelo).

Higman, B. W., "The Sugar Revolution", *Economic History Review*, 53, 2 (2000), 213-36.

Hobson, John, *The Eastern Origins of Western Civilisation* (Cambridge, 2004).

Hoffman, Philip T., "Prices, the Military Revolution, and Western Europe's Comparative Advantage in Violence", *Economic History Review* (no prelo).

Huang, Ray, *1587: A Year of No Significance: The Ming Dynasty in Decline* (New Haven, 1977).

Inwood, S., *A History of London* (Londres, 1998).

Jones, Eric, *The European Miracle: Environments, Economies and Geopolitics in the History of Europe and Asia* (Cambridge, 2003).

Keay, John, *China: A History* (Londres, 2009).

Landes, David S., *Revolution in Time: Clocks and the Making of the Modern World*, 2a ed. (Nova York, 2000).

———, *The Wealth and Poverty of Nations: Why Some are So Rich and Some So Poor* (Nova York, 1998).

Levathes, Louise, *When China Ruled the Seas: The Treasure Fleet of the Dragon Throne, 1405-1433* (Oxford, 1994).

Menzies, Gavin, *1421: The Year China Discovered the World* (Londres, 2002).

Mintz, Sidney W., *Sweetness and Power: The Place of Sugar in Modern History* (Londres, 1985).

Mokyr, Joel, *Lever of Riches* (Oxford, 1990).

Montesquieu, Charles de Secondat, baron de, *The Spirit of the Laws*, trad. Thomas Nugent e J. V. Prichard (Londres, 1914 [1748]).

Needham, Joseph (ed.), *Science and Civilization in China*, 7 vols. (Cambridge, 1954).
Newman, R., "Opium Smoking in Late Imperial China: A Reconsideration", *Modern Asian Studies*, 29 (1995), 765-94.
Pelzer, John e Linda, "The Coffee Houses of Augustan London", *History Today*, 32, (1982) 40-44.
Pinker, Steven, *The Better Angels of our Nature: The Decline of Violence and its Psychological Roots* (no prelo).
Ray, Haraprasad, "An Analysis of the Chinese Maritime Voyages into the Indian Ocean during Early Ming Dynasty, and their Raison d'Etre", *China Report*, 23, 1 (1987), 65-87.
Smith, Adam, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Londres, 1904, [1776]).
Tsai, Shih-shan Henry, *Perpetual Happiness: The Ming Emperor Yongle* (Seattle/Londres, 2002).
Wong, R. Bin, *China Transformed: Historical Change and the Limits of European Experience* (Ithaca/Londres, 2000).

## *Capítulo 2: Ciência*

Agoston, G., "Early Modern Ottoman and European Gunpowder Technology", in E. Ihsanoglu, K. Chatzis and E. Nicolaidis, *Multicultural Science in the Ottoman Empire* (Turnhout, 2003), 13-27.
Aksan, V. H., *An Ottoman Statesman in War and Peace: Ahmed Resmî Efendi, 1700- -1783* (Nova York, 1995).
Aldington, Richard (ed.), *Letters of Voltaire and Frederick the Great* (Nova York, 1927).
Allen, J. S., *The 1715 and Other Newcomen Engines at Whitehaven, Cumberland* (Londres, 1972).
———, *The Steam Engine of Thomas Newcomen* (Nova York, 1977).
Araci, Emre, "Giuseppe Donizetti at the Ottoman Court: A Levantine Life", *Musical Times*, 143, 1880 (outono 2002), 49-56.
Bailey, Jonathan, *Field Artillery and Firepower* (Oxford, 1989).
Bakar, O., *Tawhid and Science: Essays on the History and Philosophy of Islamic Science* (Kuala Lumpur, 1991).
Barkey, K., *Empire of Difference: The Ottomans in Comparative Perspective* (Cambridge, 2008).
Basalla, George, "The Spread of Western Science", *Science*, 156, 3775 (5 maio 1967), 611-22.
Blanning, T. C. W., *The Culture of Power and the Power of Culture* (Oxford, 2002).
Bohnstedt, John W., "The Infidel Scourge of God: The Turkish Menace as Seen by German Pamphleteers of the Reformation Era", *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series 58, 9 (1968), 1-58.
Chakrabongse, C. [Prince of Siam], *The Education of the Enlightened Despots* (Londres, 1948).
Cizacka, M., "Price History and the Bursa Silk Industry: A Study in Ottoman Industrial Decline, 1550-1650", *Journal of Economic History*, 40, 3 (1960), 533-50.
Clark, Carol Lea, "Aristotle and Averroes: The Influences of Aristotle's Arabic Commentator upon Western European and Arabic Rhetoric", *Review of Communication*, 7, 4 (outubro 2007), 369-87.
Clark, Christopher, *Iron Kingdom: The Rise and Downfall of Prussia 1600-1947* (Londres, 2006).
Clark, Harry, "The Publication of the Koran in Latin: A Reformation Dilemma", *The Sixteenth Century Journal*, 15, 1 (primavera 1984), 3-12.

Clarke, E. C., "The Ottoman Industrial Revolution", *International Journal of Middle East Studies*, 5, 1 (1974), 65-76.

Coles, Paul, *The Ottoman Impact on Europe* (Londres, 1968).

Crofts, Richard A., "Printing, Reform and Catholic Reformation in Germany (1521- -1545)", *Sixteenth Century Journal*, 16, 3 (outono 1985), 369-81.

Darnton, Robert, *The Literary Underground of the Old Regime* (Cambridge, MA/Londres, 1982).

Davison, Roderic H., *Essays in Ottoman and Turkish History, 1774-1923: The Impact of the West* (Austin, TX, 2001).

Deen, S. M., *Science under Islam: Rise, Decline and Revival* (Keele, 2007).

Dittmar, Jeremiah, "Ideas, Technology, and Economic Change: The Impact of the Printing Press", relatório de trabalho da American University (setembro 2009).

Duffy, C., *Frederick the Great: A Military Life* (Londres, 1988).

Eisenstein, Elizabeth L., *The Printing Revolution in Early Modern Europe*, 2a ed. (Cambridge, 2005).

Farley, James L., *Turkey* (Londres, 1866).

Faroqhi, Suraiya, *Subjects of the Sultan: Culture and Daily Life in the Ottoman Empire* (Londres, 2005).

Ferguson, Niall, *High Financier: The Lives and Time of Siegmund Warburg* (Londres, 2010).

Fernández-Armesto, Felipe, *Pathfinders: A Global History of Exploration* (Oxford, 2007).

Findley, C. V., "An Ottoman Occidentalist in Europe: Ahmed Midhat Meets Madame Gülnar, 1889", *American Historical Review*, 103, 1 (1998), 15-49.

Forster, C. T. e F. H. B. Daniel (eds.), *The Life and Letters of Ogier Ghiselin de Busbecq* (Londres, 1881).

Fraser, David, *Frederick the Great* (Londres, 2000).

Frederick the Great, *Anti-Machiavel*, ed. Werner Bahner e Helga Bergmann, *Les Oeuvres complètes de Voltaire*, vol. XIX (Oxford, 1996).

Freely, J., *Aladdin's Lamp: How Greek Science Came to Europe through the Islamic World* (Nova York, 2009).

———, *The Emergence of Modern Science, East and West* (Istanbul, 2004).

Gerber, H., "Jews and Money-Lending in the Ottoman Empire", *Jewish Quarterly Review*, 72, 2 (1981), 100-118.

———, "The Monetary System of the Ottoman Empire", *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 25, 3 (1982), 308-24.

Goffman, D., *The Ottoman Empire and Early Modern Europe* (Cambridge, 2002).

Goldstone, Jack A., *Revolution and Rebellion in the Early Modern World* (Berkeley/Los Angeles/Oxford, 1991).

Goodwin, Jason, *Lords of the Horizons: A History of the Ottoman Empire* (Londres, 1999).

Grant, J., "Rethinking the Ottoman 'Decline': Military Technology Diffusion in the Ottoman Empire, Fifteenth to Eighteenth Centuries", *Journal of World History*, 10, 1 (1999), 179-201.

Gribbin, J., *The Fellowship: The Story of a Revolution* (Londres, 2005).

Haffner, Sebastian, *The Rise and Fall of Prussia* (Londres, 1998).

Hall, A. R., “Intellectual Tendencies: Science”, in *The New Cambridge Modern History*, vol. II: *The Reformation, 1520-59* (Cambridge, 1962), 422-52.

———, *Philosophers at War* (Cambridge 1980).

Hamdani, A., “The Ottoman Response to the Discovery of America and the New Route to India”, *Journal of the American Oriental Society*, 101, 3 (1981) 323-30.

Henry, John, *The Scientific Revolution and the Origins of Modern Science* (Basingstoke, 1997).

Hess, A. C., “The Evolution of the Ottoman Seaborne Empire in the Age of the Oceanic Discoveries, 1453-1525”, *American Historical Review*, 75, 7 (1970), 1892- -1919.

Holborn, Louise W., “Printing and the Growth of a Protestant Movement in Germany from 1517 to 1524”, *Church History*, 11, 2 (junho 1942), 122-37.

Huff, Toby E., *The Rise of Early Modern Science* (Cambridge, 1995).

İhsanoğlu, E., *Science, Technology and Learning in the Ottoman Empire* (Aldershot, 2004).

İnalcik, H. e D. Quataert (eds.), *An Economic and Social History of the Ottoman Empire*, vol. II, *1600-1914* (Cambridge, 1994).

Kant, Immanuel, “Answer to the Question: ‘What is Enlightenment?’”(Königsberg, 1784): philosophy.eserver.org/kant/what-is-enlightenment.txt.

Kinard, J., *Weapons and Warfare: Artillery* (Santa Barbara, 2007).

Kinross, Patrick, *Atatürk: The Rebirth of a Nation* (Londres, 2001).

Kuhn, Thomas, *The Structure of Scientific Revolutions*, 2a ed. (Chicago, 1970).

Levack, Brian, *The Witch-Hunt in Early Modern Europe*, 2a ed. (Londres, 1995).

Levy, A., “Military Reform and the Problem of Centralization in the Ottoman Empire in the Eighteenth Century”, *Journal of Middle Eastern Studies*, 18, 3 (julho 1982), 227-49.

Lewis, Bernard, *The Emergence of Modern Turkey* (Nova York/Oxford, 2001).

———, *The Middle East: Two Thousand Years of History from the Rise of Christianity to the Present Day* (Londres, 2001).

———, *What Went Wrong? The Clash between Islam and Modernity in the Middle East* (Londres, 2002).

Lyons, Jonathan, *The House of Wisdom: How the Arabs Transformed Western Civilization* (Londres, 2010).

Mango, Andrew, *Atatürk* (Londres, 1999).

Mansel, Philip, *Constantinople: City of the World’s Desire, 1453-1924* (Londres, 2006).

McCarthy, J., *The Ottoman Turks: An Introductory History to 1923* (Londres, 1997).

Montesquieu, *Persian Letters*, trad. Margaret Mauldon (Oxford, 2008 [1721]).

Morgan, Michael Hamilton, *Lost History: The Enduring Legacy of Muslim Scientists, Thinkers and Artists* (Nova York, 2008).

Murray, Charles A., *Human Accomplishment: The Pursuit of Excellence in the Arts and Sciences, 800 B.C. to 1950* (Nova York, 2003).

Özmucur, S. e S. Pamuk, “Real Wages and Standards of Living in the Ottoman Empire, 1489-1914”, *Journal of Economic History*, 62, 2 (2002), 292-321.

Palmer, R. R., “Frederick the Great, Guibert, Bülow: From Dynastic to National War”, in Peter Paret (ed.), *Makers of Modern Strategy: From Machiavelli to the Nuclear Age* (Oxford, 1986), 91-123.

Pamuk, S., “From Bimetallism to the ‘Limping Gold Standard’: The Ottoman Monetary System in the Nineteenth Century”, in Philip L. Cottrell (ed.), *East Meets West: Banking, Commerce and Investment in the Ottoman Empire* (Aldershot, 2008), 11-24.

———, “Institutional Change and the Longevity of the Ottoman Empire, 1500- -1800”, *Journal of Interdisciplinary History*, 35, 2 (2004), 225-47.

———, *The Ottoman Empire and European Capitalism, 1820-1913: Trade, Investment and Production* (Cambridge, 1987).

———, “Prices in the Ottoman Empire, 1469-1914”, *International Journal of Middle East Studies*, 36 (2004), 451-68.

Panaite, V., *The Ottoman Law of War and Peace: The Ottoman Empire and Tribute Payers* (Boulder, CO/Nova York, 2000).

Quataert, D., *Manufacturing and Technology Transfer in the Ottoman Empire, 1800- -1914* (Istanbul, 1992).

———, *Ottoman Manufacturing in the Age of the Industrial Revolution* (Cambridge, 1993).

Rafeq, Abdul-Karim, “Making a Living or Making a Fortune”, in Nelly Hanna (ed.), *Money, Land and Trade: An Economic History of the Muslim Mediterranean* (Londres e Nova York, 2002), 101-23.

Reid, James J., *Crisis of the Ottoman Empire: Prelude to Collapse, 1839-1878* (Stuttgart, 2000).

Senor, Dan e Saul Singer, *Start-Up Nation: The Story of Israel’s Economic Miracle* (Nova York, 2009).

Shank, J. B., *The Newton Wars and the Beginning of the French Enlightenment* (Chicago/Londres, 2008).

Shaw, Stanford J., *History of the Ottoman Empire and Modern Turkey* (Cambridge, 1976).

Smith, W. G. C., “Science and Technology in Early Modern Islam, c. 1450-c. 1850”, relatório de trabalho da London School of Economics (s.d.).

Sprat, T., *The History of the Royal Society of London, for the Improving of Natural Knowledge*, 2a ed. (Londres, 1702).

Steele, B. D., “Muskets and Pendulums: Benjamin Robins, Leonhard Euler, and the Ballistics Revolution”, *Technology and Culture Journal*, 35, 2 (1994), 348-82.

Steinberg, S. H., *Five Hundred Years of Printing* (Londres, 1959).

Stewart, L. *The Rise of Public Science: Rhetoric, Technology and Natural Philosophy in Newtonian Britain, 1660-1750* (Cambridge, 1992).

Stoye, John, *The Siege of Vienna* (Edinburgh, 2006).

Sturdy, D. J., *Fractured Europe 1600-1721* (Oxford, 2002).

Terrall, M., *The Man Who Flattened the Earth: Maupertuis and the Sciences in the Enlightenment* (Chicago, 2002).

Thomas, Keith, *Religion and the Decline of Magic* (Londres, 1971).

Vlahakis, George N. et al., *Imperialism and Science: Social Impact and Interaction* (Santa Barbara, 2006).

Walsham, Alexandra, “Unclasping the Book? Post-Reformation English Catholicism and the Vernacular Bible”, *Journal of British Studies*, 42, 2 (2003), 141-66.

Weiker, Walter F., “The Ottoman Bureaucracy: Modernization and Reform”, *Administrative Science Quarterly*, 13, 3 (1968), 451-70.

## *Capítulo 3: Propriedade*

Acemoglu, Daron, Simon Johnson e James A. Robinson, “Reversal of Fortune: Geography and Institutions in the Making of the Modern World Income Distribution”, *Quarterly Journal of Economics*, 117, 4 (2002), 1231-94.

———, “The Rise of Europe: Atlantic Trade, Institutional Change and Economic Growth”, *American Economic Review*, 95, 3 (2005), p. 546-79.

Adamson, J. A. A., “England without Cromwell: What if Charles I Had Avoided the Civil War?”, in Niall Ferguson (ed.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals* (Londres, 1993), 91-125.

Arneil, Barbara, *John Locke and America: The Defence of English Colonialism* (Oxford, 1996).

Barrera-Osorio, A., *Experiencing Nature: The Spanish American Empire and the Early Scientific Revolution* (Austin, TX, 2006).

Bedoya, Gabriel et al., “Admixture Dynamics in Hispanics: A Shift in the Nuclear Genetic Ancestry of a South American Population Isolate”, *PNAS*, 103, 19 (9 maio 2006), 7234-9.

Bingham, H., *Lost City of the Incas* (Londres, 2003).

Bolívar, Simón, *Selected Writings of Bolívar*, ed. Harold A. Bierck Jr, trad. Lewis Bertrand, compilado por Vicente Lecuna, 2 vols. (Nova York, 1951).

Brown, Matthew, *Adventuring through Spanish Colonies: Simon Bolivar, Foreign Mercenaries and the Birth of New Nations* (Liverpool, 2006).

Burkholder, M. A., *Colonial Latin America*, 2a ed. (Oxford, 1994).

Carvajal-Carmona, Luis G. et al., “Strong Amerind/White Sex Bias and a Possible Sephardic Contribution among the Founders of a Population in Northwest Colombia”, *American Journal of Human Genetics*, 67 (2000), 1287-95.

Churchill, Winston S., “Civilization”, in Randolph S. Churchill (ed.), *Blood, Sweat and Tears*, (Whitefish, MT, 2007 [1940]), 45-9.

Clark, Gregory, *A Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World* (Princeton, 2007).

Clark, J. C. D., “British America: What If There Had Been No American Revolution?” in Niall Ferguson (ed.), *Virtual History: Alternatives and Counterfactuals* (Londres, 1993), 125-75.

———, *The Language of Liberty, 1660-1832: Political Discourse and Social Dynamics in the Anglo-American World* (Cambridge, 1993).

Cordeiro, Jose Luis, “Constitutions around the World: A View from Latin America”, Institute of Developing Economies Discussion Paper, 164 (2008).

Creel, Margaret Washington, *A Peculiar People: Slave Religion and Community-Culture among the Gullahs* (Nova York, 1988).

Curtin, Philip, *The Rise and Fall of the Plantation Complex: Essays in Atlantic History* (Cambridge, 1998).

Davis, David Brion, “Slavery”, in C. Van Woodward (ed.), *The Comparative Approach to American History: Slavery* (New Jersey, 1969), p. 121-35.

Egnal, M., *New World Economies: The Growth of the Thirteen Colonies and Early Canada* (Nova York/Oxford, 1998).

Elkins, Stanley, *Slavery: A Problem in American Institutional and Intellectual Life* (Chicago, 1968).
Elliott, J. H., *Empires of the Atlantic World* (New Haven, 2006).
Eltis, David, "The Volume and Structure of the Transatlantic Slave Trade: A Reassessment", *William and Mary Quarterly*, 58, 1 (janeiro 2001), 17-46.
Emmer, P. C. (ed.), *Colonialism and Migration: Indentured Labour before and after Slavery* (Dordrecht, 1986).
Engerman, Stanley L. e Kenneth L. Sokoloff, "Once upon a Time in the Americas: Land and Immigration Policies in the New World", relatório de trabalho (2008).
Fage, J. D., "Slavery and the Slave Trade in the Context of West African History", *Journal of African History*, 10, 3 (1969), 393-404.
Ferguson, Niall, *The War of the World: History's Age of Hatred* (Londres, 2006).
Fernández-Armesto, Felipe, *The Americas: A History of Two Continents* (Londres, 2003).
Findlay, Ronald e Kevin H. O'Rourke, *Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium* (Princeton, 2007).
Gabai, Rafael Varón, *Francisco Pizarro and his Brothers: The Illusion of Power in Sixteenth-Century Peru* (Norman, 1997).
Graham, R., *Patronage and Politics in Nineteenth-Century Brazil* (Stanford, 1990).
Haber, Stephen, "Development Strategy or Endogenous Process? The Industrialization of Latin America", relatório de trabalho da Stanford University (2005).
Hamnett, Brian R., "The Counter Revolution of Morillo and the Insurgent Clerics of New Granada, 1815-1820", *Americas*, 32, 4 (abril 1976), 597-617.
Hemming, J., *The Conquest of the Incas* (Londres, 1993).
Hobbes, Thomas, *Leviathan or the Matter, Forme, and Power of a Common Wealth, Ecclesiasticall and Civil* (Londres, 1651).
Jasanoff, Maya, *Liberty's Exiles: American Loyalists in the Revolutionary World* (no prelo).
King, James F., "A Royalist View of Colored Castes in the Venezuelan War of Independence", *Hispanic American Historical Review*, 33, 4 (1953), 526-37.
Klein, Herbert F. and Francisco Vidal Luna, *Slavery in Brazil* (Cambridge, 2010).
Langley, Lester D., *The Americas in the Age of Revolution, 1750-1850* (New Haven/Londres, 1998).
Lanning, John Tate, *Academic Culture in the Spanish Colonies* (Port Washington, NY/Londres, 1969).
Locke, John, *Two Treatises of Government: In the former, The false Principles and Foundation of Sir Robert Filmer, And his Followers, are Detected and Overthrown. The latter is an Essay concerning The True Original, Extent, and End of Civil Government* (Londres, 1690).
Lynch, J., "Bolívar and the Caudillos", *Hispanic American Historical Review*, 63, 1 (1983), 3-35.
———, *Simón Bolívar: A Life* (Londres, 2006).
Markham, Clements R. (ed.), *Reports on the Discovery of Peru* (Londres, 1872).
North, Douglass C., John Joseph Wallis e Barry R. Weingast, *Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History* (Cambridge, 2009).
North, Douglass C. e Barry R. Weingast, "Constitutions and Commitment: The Evolution of Institutions Governing Public Choice in Seventeenth-Century England", *Journal of Economic History*, 44, 4 (1989), 803-32.

O'Brien, Patrick K., "Inseparable Connections: Trade, Economy, Fiscal State, and the Expansion of Empire, 1688-1815", in P. J. Marshall (ed.), The Oxford History of the British Empire, vol. II: The Eighteenth Century (Oxford/Nova York, 1998), 53-77.

Ortega, F. A., "Earthquakes during the Colonial Period", *ReVista: Harvard Review of Latin America* (2007): http://www.drclas.harvard.edu/revista/articles/view/907.

Pomeranz, Kenneth, *The Great Divergence: China, Europe and the Making of the Modern World Economy* (Princeton, 2000).

Poppino, Rollie E., *Brazil: The Land and the People* (Oxford, 1968).

Prado, C., *The Colonial Background of Modern Brazil* (Berkeley/Los Angeles/Londres, 1969).

Reid, James J., *Crisis of the Ottoman Empire: Prelude to Collapse, 1839-1878* (Stuttgart, 2000).

Rostworowski, María, *Doña Francisca Pizarro* (Lima, 1989).

Sato, A., *Legal Aspects of Landownership in Colonial Spanish America* (Tóquio, 1976).

Schaefer, Christina, *Genealogical Encyclopaedia of the Colonial Americas* (Baltimore, 1998).

Schwartz, Stuart B., "The Colonial Past: Conceptualizing Post-*Dependentista* Brazil", in Jeremy Adelman (ed.), *Colonial Legacies: The Problem of Persistence in Latin American History* (Nova York/Londres, 1999), 175-92.

———, *Slaves, Peasants, and Rebels: Reconsidering Brazilian Slavery* (Champaign, IL, 1995).

Thomas, Hugh, *The History of the Atlantic Slave Trade 1440-1870* (Londres, 1997).

Thornton John e Linda Heywood, *Central Africans, Atlantic Creoles, and the Foundation of the Americas, 1585* (Cambridge, 2007).

Tomlins, C., "Indentured Servitude in Perspective: European Migration into North America and the Composition of the Early American Labour Force, 1600-1775", in Cathy Matson (ed.), *The Economy of Early America: Historical Perspectives and New Directions* (Philadelphia, 2007), 146-82.

Ullrick, Laura F., "Morillo's Attempt to Pacify Venezuela", *Hispanic American Historical Review*, 3, 4 (1920), 535-65.

Walvin, J., *Black Ivory: Slavery in the British Empire* (Oxford/Malden, MA, 2001).

Wang S., N. Ray, W. Rojas, M. V. Parra, G. Bedoya et al., "Geographic Patterns of Genome Admixture in Latin American Mestizos", *PLoS Genet*, 4, 3 (2008), 1-9.

Washington, George and William Crawford, *The Washington-Crawford Letters. Being the Correspondence between George Washington and William Crawford, from 1767 to 1781, Concerning Western Lands. With an Appendix, Containing Later Letters of Washington on the Same Subject; and Letters from Valentine Crawford to Washington, written in 1774 and 1775, Chronologically Arranged and Carefully Annotated* (Cincinnati, 1877).

Williams, Eric, *Capitalism and Slavery* (Londres, 1964).

Williamson, E., *The Penguin History of Latin America* (Londres, 1992).

Wood, Michael, *Conquistadors* (Londres, 2001).

Woodward, Margaret L., "The Spanish Army and the Loss of America, 1810-1824", *Hispanic American Historical Review*, 48, 4 (1968) 586-607.

## *Capítulo 4: Medicina*

Acemoglu, Daron, Davide Cantoni, Simon Johnson e James A. Robinson, “The Consequences of Radical Reform: The French Revolution”, relatório de trabalho do National Bureau of Economic Research 14831 (abril 2009).

Acemoglu, Daron, Simon Johnson e James Robinson, “Disease and Development in Historical Perspective”, *Journal of the European Economic Association*, 1, 2-3 (2003), 397-405.

Anôn., *Die Rheinische Mission und Der Herero-Aufstand: Erelebnisse und Beobachtungen rheinischer Missionare* (Barmen, 1904).

Asiwaju, A. I., *West African Transformations: Comparative Impact of French and British Colonialism* (Niger, 1991).

Bayer, Hauptmann M., *Mit dem Hauptquartier in Südwestafrika* (Berlim, 1909).

Beck, Ann, “Medicine and Society in Tanganyika, 1890-1930: A Historical Inquiry”, *Transactions of the American Philosophical Society*, 67, 3 (1977), 1-59.

Beckett, I. e K. Simpson (eds.), *A Nation in Arms: A Social Study of the British Army in the First World War* (Manchester, 1985).

Berenson, E., *Heroes of Empire: Five Charismatic Men and the Conquest of Africa* (Berkeley/Los Angeles/Londres, 2011).

Betts, Raymond F., *Assimilation and Association in French Colonial Theory, 1890-1914* (Nova York/Londres, 1961).

———, “The Establishment of the Medina in Dakar”, *Africa: Journal of the International African Institute*, 41, 2 (abril 1971), 143-52.

Blanton, Robert, T. David Mason and Brian Athow, “Colonial Style and Post-Colonial Ethnic Conflict in Africa”, *Journal of Peace Research*, 38, 4 (2001), 473-91.

Brunschwig, H., *French Colonialism 1871-1914: Myths and Realities* (Londres, 1966).

———, “French Exploration and Conquest in Tropical Africa from 1865 to 1898”, in L. H. Gann e P. Duignan (eds.), *Colonialism in Africa, 1870-1960*, vol. I (Cambridge, 1969), 132-64.

Buell, R. L., *The Native Problem in Africa* (Londres, 1965).

Burke, Edmund, *Reflections on the Revolutions in France: A Critical Edition*, ed. J. C. D. Clark (Cambridge, 2001).

Carter, Susan B., Scott Sigmund Gartner, Michael R. Haines, Alan L. Olmstead, Richard Sutch e Gavin Wright (eds.), *Historical Statistics of the United States: Millennial Edition Online* (Cambridge, 2006).

Centre d’Informations Documentaires, *The Work of France in the Cameroons* (Paris, 1939).

Clausewitz, Carl von, *On War*, ed. Michael Howard e Peter Paret (Princeton, 1976).

Cohen, William, *Rulers of Empire: The French Colonial Service in Africa* (Stanford, 1971).

Collier, Paul, *The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done about It* (Oxford, 2007).

Conklin, Alice L., *A Mission to Civilise: The Republican Idea of Empire in France and West Africa, 1895-1930* (Stanford, 1998).

Crowder, Michael, *Senegal: A Study of French Assimilation Policy* (Oxford, 1962).

Cruise O’Brien, Rita, *White Society in Black Africa: The French of Senegal* (Londres, 1972).

Daly, M. W., “Omdurman and Fashoda, 1898: Edited and Annotated Letters of F. R. Wingate”, *Bulletin of the British Society for Middle Eastern Studies*, 10, 1 (1983), 21-37.

Deutsch, Jan-Georg, *Emancipation without Abolition in German East Africa c. 1884- -1914* (Oxford, 2006).

Drechsler, Horst, *Südwestafrika unter deutscher Kolonialherrschaft: Der Kampf der Herero und Nama gegen den deutschen Imperialismus (1884-1915)* (Berlim, 1966).

Easterly, William, *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good* (Londres, 2007).

Echenberg, Myron, *Black Death, White Medicine: Bubonic Plague and the Politics of Public Health in Senegal, 1914-1945* (Portsmouth, NH/Oxford, 2002).

———, *Colonial Conscripts: The Tirailleurs Senegalais in French West Africa, 1857-1960* (Londres, 1990).

———, "Medical Science in Colonial Senegal: The Pasteur Institute of Dakar and the Quest for a Yellow Fever Vaccine, 1925-1925", McGill University paper (s.d.).

Eichacker, Captain Rheinhold, "The Blacks Attack!", *New York Times Current History*, 9 (abril-junho 1917), 110-12.

Eiermann, Martin, "The Good, the Bad, and the Ugly: Colonial Violence, Domestic Discourses, and the Production of Truths in Imperial Germany, 1904 to 1908", (Harvard University senior thesis, 2010).

Evans, Andrew D., "Anthropology at War: Racial Studies of Prisoners of War during World War I", in H. Penny e M. Bunzl (eds.), *Worldly Provincialism: German Anthropology in the Age of Empire* (Ann Arbor, MI, 2003), 198-230.

Ferguson, Niall, *The Ascent of Money: A Financial History of the World* (Londres, 2008).

Fieldhouse, D. K., *Black Africa 1945-80: Economic Decolonization and Arrested Development* (Londres, 1986).

Fischer, Eugen, *Die Rehobother Bastards und das Bastardierungsproblem beim Menschen: Anthropologische und ethnographische Studien am Rehebother Bastardvolk in Deutsch-Südwest-Afrika* (Jena, 1913).

Fonge, Fuabeh P., *Modernization without Development in Africa: Patterns of Change and Continuity in Post-Industrial Cameroonian Public Service* (Trenton, NJ/Asmara, Eritrea, 1997).

Gandhi, Mahatma, *The Collected Works of Mahatma Gandhi* (livro eletrônico) (Nova Délhi, 1999).

———, *Hind Swaraj*, ed. Jitendra T. Desai (Ahmedabad, 1938).

Gardiner, David E., "The French Impact on Education in Africa, 1817-1960", in G. Wesley Johnson (ed.), *Double Impact: France and Africa in the Age of Imperialism* (Westport, CT/Londres, 1985), 333-44.

Gewald, Jan-Bart, "The Great General of the Kaiser", in *Botswana Notes and Records*, 26 (1994), 67-76.

———, *Herero Heroes: A Socio-Political History of the Herero of Namibia, 1890-1923* (Oxford/Cape Town/Athens, 1999).

Gide, André, *Travels in the Congo* (Berkeley/Los Angeles, 1929).

Gifford, P. e Louis Wm Roger, *France and Britain in Africa: Imperial Rivalry and Colonial Rule* (New Haven/Londres, 1971).

Hochschild, A., *King Leopold's Ghost: A Story of Greed, Terror and Heroism in Colonial Africa* (Nova York, 1999).

Iliffe, J., *Africans: The History of a Continent* (Cambridge, 2007 [1995]).
Joireman, Sandra F., "Inherited Legal Systems and Effective Rule of Law: Africa and the Colonial Legacy", *Journal of Modern African Studies*, 39, 4 (2001), 57196.
Kipling, Rudyard, "France at War: On the Frontier of Civilization", in *The Collected Works of Rudyard Kipling*, vol. II (Charleston, SC, 2008).
Klein, Martin A., *Islam and Imperialism in Senegal: Sine-Saloum, 1847-1914* (Stanford, 1968).
Kuhlmann, A., *Auf Adlers Flügeln* (Barmen, 1911).
Labrousse, Ernest, "1789-1830-1848: How Revolutions are Born", in François Crouzet, William Henry Chaloner e Fritz Stern (eds.), *Essays in European Economic History, 1789-1914* (Londres, 1969), 1-14.
Lenin, Vladimir Ilyich, *Imperialism, the Highest Stage of Capitalism* (Moscou, 1963 [1917]).
Leutwein, Theodor, *Elf Jahre Gouverneur in Deutsch-Südwestafrika* (Berlim, 1906).
Levine, Alison Murray, "Film and Colonial Memory: La Croisière noire, 1924- -2004", in Alec G. Hargreaves (ed.), *Memory, Empire and Post-colonialism: Legacies of French Colonialism* (Lanham, MD/Oxford, 2005), 81-97.
Lieven, Dominic, *Russia against Napoleon: The True Story of the Campaigns of War and Peace* (Nova York, 2010).
Lunn, Joe, *Memoirs of the Maelstrom: A Senegalese Oral History of the First World War* (Londres, 1999).
MacLeod, Roy e M. Lewis (eds.), *Disease, Medicine and Empire: Perspectives on Western Medicine and the Experience of European Expansion* (Londres/Nova York, 1988).
Madley, Benjamin, "From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe", *European History Quarterly*, 35, 3 (2005), 429-64.
———, "Patterns of Frontier Genocide 1803-1910: The Aboriginal Tasmanians, the Yuki of California, and the Herero of Namibia", *Journal of Genocide Research*, 6, 2 (2004), 167-92.
Marcovich, A., *French Colonial Medicine and Colonial Rule: Perspectives on Western Medicine and the Experience of European Expansion* (Londres/Nova York, 1988).
Marr, D. G.,*Vietnamese Anticolonialism, 1885-1925* (Berkeley/Los Angeles, 1971).
Mazower, Mark, *Dark Continent: Europe's Twentieth Century* (Londres, 2008).
———, *Hitler's Empire: Nazi Rule in Occupied Europe* (Londres, 2008).
McCullum, Jack E., *Military Medicine: From Ancient Times to the 21st Century* (Santa Barbara, 2008).
McLynn, Frank, *Napoleon: A Biography* (Londres, 2002).
Moyo, Dambisa, *Dead Aid: Why Aid is Not Working and How There is Another Way for Africa* (Londres, 2010).
Ngalamulume, K., "Keeping the City Totally Clean: Yellow Fever and the Politics of Prevention in Colonial Saint-Louis-de-Sénégal", *Journal of African History*, 45 (2004), 183-202.
Olusoga, David e Casper W. Erichsen, *The Kaiser's Holocaust: German Forgotten Genocide and the Colonial Roots of Nazis* (Londres, 2010).
Riley, James C., "The Timing and Pace of Health Transitions around the World", *Population and Development Review*, 31, 4 (dez. 2005), 741-64.

Robiquet, Paul (ed.), *Discours et opinions de Jules Ferry* (Paris, 1897).
Rohrbach, Paul, *Aus Südwest-Afrikas schweren Tagen: Blätter von Arbeit und Abschied* (Berlim, 1909).
———, *Deutsche Kolonialwirtschaft*, vol. I: *Südwest-Afrika* (Berlim, 1907).
Rousseau, Jean-Jacques, *The Social Contract* (Londres, 1968).
Rust, Conrad, *Krieg und Frieden im Hereroland: Aufzeichnungen aus dem Kriegsjahre 1904* (Berlim, 1905).
Sabatier, Peggy R., "'Elite' Education in French West Africa: The Era of Limits, 1903- -1945", *International Journal of African Historical Studies*, 11, 2 (1978), 247-66.
Saxe, Jo W., "The Changing Economic Structure of French West Africa", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 298 (1955), 52-61.
Schama, Simon, *Citizens: A Chronicle of the French Revolution* (Londres, 1990).
Schneider, W. H., "Smallpox in Africa during Colonial Rule", *Medical History Journal*, 53, 2 (abril 2009), 193-227.
Seiner, Franz, *Bergtouren und Steppenfahrten im Hereroland* (Berlim, 1904).
Shaw, George Bernard, "Preface on Doctors", in *The Doctor's Dilemma, Getting Married, and the Shewing-Up of Blanco Posnet* (Rockville, MD, 2003 [1911]).
Singer, B. e Langdon, J., *Cultured Force: Makers and Defenders of the French Colonial Empire* (Madison, WI, 2004).
Smith, Leonard V., Stéphane Audoin-Rouzeau e Annette Becker, *France and the Great War, 1914-1918* (Cambridge, 2003).
Smith, R., *Vietnam and the West* (Londres, 1968).
Steer, G. L., *Judgment on German Africa* (Londres, 1939).
Strachan, Hew, *The First World War*, vol. I: *To Arms* (Oxford, 2001).
———, *The First World War in Africa* (Oxford, 2004).
Tai, Hue-Tam Ho, "The Politics of Compromise: The Constitutionalist Party and the Electoral Reforms of 1922 in French Cochinchina", *Modern Asian Studies Journal*, 18, 3 (1984), 371-91.
Taithe, B., *The Killer Trail: A Colonial Scandal in the Heart of Africa* (Oxford, 2009).
Taylor, Miles, "The 1848 Revolutions and the British Empire", *Past & Present*, 166 (fev. 2000), 146-80.
Tocqueville, Alexis de, *Democracy in America*, ed. Bruce Frohnan (Londres, 2002).
Twain, Mark, *Following the Equator: A Journey around the World*, vol. II (Nova York, 1897).
Van Beusekom, Monica M., *Negotiating Development: African Farmers and Colonial Experts at the Office du Niger, 1920-1960* (Londres, 2002).
Weindling, Paul, *Health, Race and German Politics between National Unification and Nazism, 1870-1945* (Cambridge, 1989).
Winter, J. M., *The Great War and the British People* (Londres, 1985).
Wolpert, Stanley, *Gandhi's Passion: The Life and Legacy of Mahatma Gandhi* (Oxford, 2002).
Wright, P., *Conflict on the Nile: The Fashoda Incident of 1898* (Londres, 1972).
Yansané, A. Y., "The Impact of France on Education in West Africa", in G. Wesley Johnson (ed.), *Double Impact: France and Africa in the Age of Imperialism* (Westport, CT/Londres, 1985), 345-62.

Zimmerer, “The First Genocide of the Twentieth Century: The German War of Destruction in South-West Africa (1904-1908) and the Global History of Genocide”, in Doris L. Bergen (ed.), *Lessons and Legacies: From Generation to Generation* (Evanston, IL, 2008), 34-51.

## *Capítulo 5: Consumo*

Allen, Frederick, *Secret Formula: How Brilliant Marketing and Relentless Salesmanship Made Coca-Cola the Best-Known Product in the World* (Nova York, 1995).

Allen, Robert C., *The British Industrial Revolution in Global Perspective* (Cambridge, 2009).

———, “The Great Divergence in European Wages and Prices from the Middle Ages to the First World War”, *Explorations in Economic History*, 38 (2001), 411- -47.

Allen, Robert C., Jean-Pascal Bassino, Debin Ma, Christine Moll-Murata and Jan Luiten van Zanden, “Wages, Prices, and Living Standards in China, Japan, and Europe, 1738-1925”, relatório de trabalho (2005).

Bairoch, Paul, “International Industrialization Levels from 1750 to 1980”, *Journal of Economic History*, 11 (1982), 269-333.

Beasley, W. G., *Japan Encounters the Barbarian: Japanese Travellers in America and Europe* (New Haven, 1995).

Berg, Maxine, “From Imitation to Invention: Creating Commodities in Eighteenth-Century Britain”, *Economic History Review*, New Series, 55, 1 (2002), 1-30.

———, “In Pursuit of Luxury: Global History and British Consumer Goods in the Eighteenth Century”, *Past & Present*, 182 (2004), 85-142.

Berger, Helge and Mark Spoerer, “Economic Crises and the European Revolutions of 1848”, *Journal of Economic History*, 61, 2 (2001), 293-326.

Bergson, Abram, “How Big was the Soviet GDP?”, *Comparative Economic Studies* (1997), 1-14.

Bismarck, Count Otto von, *Reflections and Reminiscences* (Londres, 1899).

Broadberry, Stephen N., “How did the United States and Germany Overtake Britain? A Sectoral Analysis of Comparative Productivity Levels, 1870-1990”, *Journal of Economic History*, 58, 2 (1998), 375-407.

Buruma, Ian, *Inventing Japan: From Empire to Economic Miracle, 1853-1964* (Londres, 2003).

Carlyle, Thomas, *Past and Present* (Londres, 1843).

Clark, Gregory, *A Farewell to Alms: A Brief Economic History of the World* (Princeton, 2007).

Clark, Gregory e Robert C. Feenstra, “Technology in the Great Divergence”, in Michael D. Bordo, Alan M. Taylor e Jeffrey G. Williamson (eds.), *Globalization in Historical Perspective* (Chicago/Londres, 2003), 277-322.

Cole, Harold L., Lee O. Ohanian e Ron Leung, “Deflation and the International Great Depression: A Productivity Puzzle”, Federal Reserve Bank of Minneapolis Research Department staff report, 356 (fevereiro 2005).

Copeland, Melvin T., “Technical Development in Cotton Manufacturing since 1860”, *Quarterly Journal of Economics*, 24, 1 (1909), 109-59.

Cox, Mick (ed.), *Rethinking the Soviet Collapse: Sovietology, the Death of Communism and the New Russia* (Londres, 1999).

Crafts, N. F. R., “British Economic Growth, 1700-1831: A Review of the Evidence”, *Economic History Review*, 36, 2 (1983), 177-99.

Darwin, Charles, *On the Origin of Species* (Oxford, 2008 [1859]).

Dattel, Gene, *Cotton and Race in the Making of America: The Human Costs of Economic Power* (Nova York, 2009).

Debray, Jules Régis, “The Third World: From Kalashnikovs to God and Computers”, Interview with Nathan Gardels, *New Perspectives Quarterly*, 3, 1 (1986), 25-8.

Dyos, H. J. e D. H. Aldcroft, *British Transport: An Economic Survey from the 17th Century to the 20th* (Leicester, 1969).

Ebadi, S., *Iran Awakening* (Londres, 2006).

Esteban, Javier Cuenca, “Factory Costs, Market Prices, and Indian Calicos: Cotton Textile Prices Revisited, 1779-1831”, *Economic History Review*, 52, 4 (1999), 749- -55.

Evans, Richard J., *Death in Hamburg: Society and Politics in the Cholera Years, 1830- -1910* (Oxford, 1987).

Farnie, Douglas A., “The Role of Cotton Textiles in the Economic Development of India, 1600-1990”, in Douglas A. Farnie e David J. Jeremy (eds.), *The Fiber that Changed the World: The Cotton Industry in International Perspective, 1600-1990s* (Oxford, 2004), 395-430.

———, “The Role of Merchants as Prime Movers in the Expansion of the Cotton Industry, 1760-1990”, in Douglas A. Farnie e David J. Jeremy (eds.), *The Fiber that Changed the World: The Cotton Industry in International Perspective, 1600- -1990s* (Oxford, 2004), 15-55.

Ferdows, A. K., “Women and the Islamic Revolution”, *International Journal of Middle East Studies*, 15, 2 (1983), 283-98.

Ferguson, Niall, “An Evolutionary Approach to Financial History”, *Cold Spring Harbor Symposia on Quantitative Biology*, 74 (2009), 449-54.

———, *The War of the World: History’s Age of Hatred* (Londres, 2006).

Findlay, Ronald e Kevin H. O’Rourke, *Power and Plenty: Trade, War, and the World Economy in the Second Millennium* (Princeton, 2007).

Fordham, Benjamin O.,“‘Revisionism’ Reconsidered: Exports and American Intervention in the First World War”, artigo não publicado, Department of Political Science, Binghamton University (SUNY) (2004).

Fowler, Alan, *Lancashire Cotton Operatives and Work, 1900-1950: A Social History of Lancashire Cotton Operatives in the Twentieth Century* (Farnham, 2003).

Fowler Mohanty, G., *Labor and Laborers of the Loom: Mechanization and Handloom Weavers, 1780-1840* (Nova York/Londres, 2006).

Friedman, Milton e Anna J. Schwartz, *A Monetary History of the United States, 1867-1960* (Princeton, 1963).

Fukuyama, Francis, *The End of History and the Last Man* (Nova York, 1992).

Gaddis, John, *The Cold War: A New History* (Londres, 2006).

Galeano, Eduardo, *Open Veins of Latin America: Five Centuries of the Pillage of a Continent* (Londres, 2009).

Gildea, Robert, *Barricades and Borders: Europe, 1815-1914* (Oxford, 1996).

Gong, Gerrit W., *The Standard of ‘Civilization’ in International Society* (Oxford, 1984).

Grayling, A. C., *Toward the Light of Liberty: The Struggles for Freedom and Rights that Made the Modern Western World* (Nova York, 2007).

Greer, Germaine, *The Female Eunuch* (Nova York, 1980 [1970]).

Guinnane, Timothy, Ron Harris, Naomi R. Lamoreaux e Jean-Laurent Rosenthal, "Putting the Corporation in its Place", relatório de trabalho da NBER 13109 (maio 2007).

Harrison, Mark (ed.), *The Economics of World War II: Six Great Powers in International Comparison* (Cambridge, 1998).

Hirano Ken'ichiro (ed.), *The State and Cultural Transformation: Perspectives from East Asia* (Tóquio, 1993).

Howarth, S., *Henry Poole, Founders of Savile Row* (Honiton, 2003).

Hunt, Tristan, *The Frock-Coated Communist: The Revolutionary Life of Friedrich Engels* (Londres, 2009).

Hyman, Louis, "Debtor Nation: How Consumer Credit Built Postwar America", *Enterprise and Society*, 9, 4 (2008), 614-18.

Jones, Peter M., "Living the Enlightenment and the French Revolution: James Watt, Matthew Boulton, and their Sons", *Historical Journal*, 42, 1 (1999), 157-82.

Kaelble, Hartmut, *Industrialization and Social Inequality in 19th-Century Europe*, trad. Bruce Little (Leamington Spa/Heidelberg, 1986).

Kamisaka, S., *Cotton Mills and Workers in Modern Japan* (Osaka, 1919).

Keene, Donald, *Emperor of Japan: Meiji and his World, 1852-1912* (Nova York, 2005).

Kurlansky, Mark, *1968: The Year that Rocked the World* (Nova York, 2005).

Lamoreaux, Naomi, "Scylla or Charybdis? Some Historical Reflections on the Two Basic Problems of Corporate Governance", artigo não publicado (2009).

La Porta, Rafael, Florencio Lopez-de-Silanes e Andrei Shleifer, "The Economic Consequences of Legal Origins", *Journal of Economic Literature*, 46, 2 (2008), 285-332.

La Porta, Rafael, Florencio Lopez-de-Silanes, Andrei Shleifer e Robert Vishny, "Investor Protection and Corporate Governance", *Journal of Financial Economics*, 58, 1 (2000), 1-25.

———, "Law and Finance", *Journal of Political Economy*, 106, 6 (1998), 1113-55.

Leggewie, Claus, "1968: A Defining Year in World Politics: A Return from Cultural Nostalgia to Political Analysis", Goethe Institute Online: http://www.goethe.de/ges/pok/dos/dos/wdp/en3045262.htm.

Leunig, T., "A British Industrial Success: Productivity in the Lancashire and New England Cotton Spinning Industries a Century Ago", *Economic History Review* 56, 1 (2003), 90-117.

Maddison, Angus, *The World Economy: A Millennial Perspective* (Paris, 2001).

Malony, B., "Modernity, Gender and the Empire: Gender, Citizenship and Dress in Modernizing Japan", *International Institute for Asian Studies Newsletter*, 46 (2008): www.iias.nl/nl/46/IIAS_NL46_0809.pdf.

Marshall, Peter, *Demanding the Impossible: A History of Anarchism* (Oakland, 2010).

Maurer, Noel, e Carlos Yu, *The Big Ditch: How America Took, Built, Ran and Ultimately Gave Away the Panama Canal* (Princeton, 2011).

Mazzini, Giuseppe, "To the Italians", in *The Duties of Man and Other Essays*, trad. Thomas Jones (Charleston, 2010).

McKendrick, Neil, John Brewer e J. H. Plumb, *The Birth of a Consumer Society: The Commercialization of Eighteenth-Century England* (Londres, 1982).

McKeown, Adam, "Global Migration, 1846-1940", *Journal of World History*, 15 (2004), 185-9.

Meech-Pekarik, J., *The World of the Meiji Print: Impressions of a New Civilization* (Nova York, 1986).

Mitchell, B. R., *Abstract of British Historical Statistics* (Cambridge, 1962).

Mokyr, Joel, *The Economics of the Industrial Revolution* (Londres, 1985).

Morris, Ian,*Why the West Rules - For Now: The Patterns of History, and What They Reveal about the Future* (Nova York, 2010).

Moser, Charles K., *The Cotton Textile Industry of Far Eastern Countries* (Boston, MA, 1930).

Nashat, G., "Women in the Islamic Republic of Iran", *Iranian Studies Journal*, 13, 1-4 (1980), 165-94.

O'Brien, P. K., T. Griffiths e P. Hunt, "Political Components of the Industrial Revolution: Parliament and the English Cotton Textile Industry, 1660-1774", *Economic History Review*, 44, 3 (1991), 395-423.

Okuefuna, David, *The Wonderful World of Albert Kahn: Colour Photographs from a Lost Age* (Londres, 2008).

Parthasarathi, Prasannan, "Rethinking Wages and Competitiveness in the Eighteenth Century: Britain and South India", *Past & Present*, 158 (1998), 79-109.

Piketty, Thomas e Emmanuel Saez, "Income Inequality in the United States, 1913- -1998", relatório de trabalho da NBER no. 8467 (2001).

Poiger, Uta G., *Jazz, Rock and Rebels: Cold War Politics and American Culture in a Divided Germany* (Berkeley/Los Angeles, 2000).

Pollard, Sidney, *Peaceful Conquest: The Industrialization of Europe, 1780-1914* (Oxford, 1981).

Ramet, Sabrina Petra, "Rock Music in Czechoslovakia", in Sabrina Petra Ramet (ed.), *Rocking the State: Rock Music and Politics in Eastern Europe and Russia* (Boulder/San Francisco/Oxford, 1994) 55-72.

Safanov, Mikhail, "You Say You Want a Revolution", *History Today* (agosto 2003): http://www.historytoday.com.

Schorske, Carl E., *Fin-de-Siècle Vienna: Politics and Culture* (Nova York, 1979).

Siefert, Marsha, "From Cold War to Wary Peace: American Culture in the USSR and Russia", in Alexander Stephan (ed.), *The Americanization of Europe: Culture, Diplomacy and Anti-Americanism after 1945* (Oxford, 2006), 185-217.

Singer, J. David e Melvin Small, Correlates of War Database, University of Michigan, www.umich.edu/~cowproj.

Sullivan, James, *Jeans: A Cultural History of an American Icon* (Nova York, 2006).

Suri, Jeremi, *Power and Protest: Global Revolution and the Rise of Détente* (Cambridge, MA, 2003).

Tooze, Adam J., *The Wages of Destruction: The Making and Breaking of the Nazi Economy* (Londres, 2006).

Upadhyay, S. B., *Existence, Identity and Mobilization: The Cotton Millworkers of Bombay, 1890-1919* (Nova Délhi, 2004).

Vries, Jan De, “Between Purchasing Power and the World of Goods: Understanding the Household Economy in Early Modem Europe”, in J. Brewer e R. Porter (eds.), *Consumption and the World of Goods* (Londres, 1993), 85-132.

Wall, Rachel F., *Japan’s Century: An Interpretation of Japan’s History Since the Eighteen-Fifties* (Londres, 1964).

Westad, Odd Arne, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times* (Nova York, 2005).

Wheen, Francis, *Karl Marx* (Londres, 2002).

Wilde, Oscar, *De Profundis and Other Writings*, ed. Hesketh Pearson (Londres, 1986 [1905]).

Wolcott, S. e Clark, G., “Why Nations Fail: Managerial Decisions and Performance in Indian Cotton Textiles, 1890-1938”, *Journal of Economic History*, 59, 2 (1999), 397-423.

Wolle, Stefan, *Der Traum von der Revolte: Die DDR 1968* (Berlim, 2008).

## *Capítulo 6: Trabalho*

Aikman, D., *The Beijing Factor: How Christianity is Transforming China and Changing the Global Balance of Power* (Oxford/Grand Rapids, MI, 2003).

Austin, Alvyn, *China’s Millions: The China Inland Mission and Late Qing Society, 1832-1905* (Grand Rapids, MI/Cambridge, 2007).

Bao, Limin, “The Intellectual Influence of Christianity in a Modern China Society”, in H. Yang e Daniel H. N. Yeung (eds.), *Sino-Christian Studies in China* (Newcastle, 2006), 265-79.

Barber, Benjamin R., *Jihad vs. McWorld: Terrorism’s Challenge to Democracy* (Londres, 2003).

Barro, Robert J. e Rachel M. McCleary, “Religion and Economic Growth across Countries”, *American Sociological Review* (2003), 760-81.

———, “Religion and Political Economy in an International Panel”, relatório de trabalho da Harvard University (nov. 2003).

———, “Which Countries Have State Religions?”, relatório de trabalho da Harvard University (fev. 2005).

Bays, D., “Chinese Protestant Christianity Today”, in D. L. Overmyer (ed.), *Religion in China Today* (Cambridge, 2003), 182-99.

Becker, Sascha O. e Ludger Wössmann, “Was Weber Wrong? A Human Capital Theory of Protestant Economic History”, *Quarterly Journal of Economics*, 124, 2 (2009), 531-96.

Brown, Callum G., *The Death of Christian Britain: Understanding Secularization, 1800-2000* (Londres, 2001).

Bruce, S., *God is Dead: Secularization in the West* (Malden, MA/Oxford, 2002).

Caldwell, Christopher, *Reflections on the Revolution in Europe: Immigration, Islam and the West* (Nova York, 2009).

Cantoni, David, “The Economic Effects of the Protestant Reformation: Testing the Weber Hypothesis in the German Lands”, relatório de trabalho da Harvard University (setembro 2009).

Chen Cunfu e Huang Tianhai, “The Emergence of a New Type of Christians in China Today”, *Review of Religious Research*, 46, 2 (2004), 183-200.

Chesterton, G. K., *A Short History of England* (Charleston, SC, 2009 [1917]).

———, “The Miracle of Moon Crescent”, in *The Collected Works of G. K. Chesterton*, vol. XIII (San Francisco, 2005), 94-117.
———, “The Patriotic Idea: England – A Nation”, in James V. Schall (ed.), *The Collected Works of G. K. Chesterton*, vol. XX (San Francisco, 2001), 595-623.
Chiswick, Barry, “The Economic Progress of American Jewry: From 18th Century Merchants to 21st Century Professionals”, relatório de trabalho da University of Illinois (nov. 2009).
Cohen, Paul A., *China and Christianity: The Missionary Movement and the Growth of Chinese Antiforeignism, 1860-1870* (Cambridge, MA, 1963).
Cox, Caroline e John Marks, *The West, Islam and Islamism: Is Ideological Islam Compatible with Liberal Democracy?*, 2a ed. (Londres, 2006).
Davie, G., *Europe: The Exceptional Case: Parameters of Faith in the Modern World* (Londres, 2002).
———, *Religion in Britain since 1945* (Malden, MA/Oxford, 1994).
Delacroix, Jacques e François Nielsen, “The Beloved Myth: Protestantism and the Rise of Industrial Capitalism in Nineteenth-Century Europe”, *Social Forces*, 80, 2 (2001), 509-53.
Dickson, Tony e Hugh V. McLachlan, “In Search of ‘The Spirit of Capitalism’: Weber’s Misinterpretation of Franklin”, *Sociology*, 23, 1 (1989), 81-9.
Dikötter, Frank, *Mao’s Great Famine: The History of China’s Most Devastating Catastrophe* (Londres, 2010).
Fenggang Yang, “Cultural Dynamics in China: Today and in 2020”, *Asia Policy*, 4 (2007), 41-52.
———, “Lost in the Market, Saved at McDonald’s: Conversion to Christianity in Urban China”, *Journal for the Scientific Study of Religion*, 44, 4 (2005), 423-41.
Ferguson, Niall, *The Ascent of Money: A Financial History of the World* (Londres, 2008).
———, “Economics, Religion and the Decline of Europe”, *Economic Affairs* (2004), 37-40.
Freud, Sigmund, *Civilization and its Discontents*, trad. James Strachey (Nova York, 1961 [1929-30]).
———, *The Future of an Illusion*, trad. W. D. Robson-Scott (Nova York, 1928).
Gibbon, Edward, *History of the Decline and Fall of the Roman Empire*, ed. David Womersley (Londres, 1996).
Giddens, Anthony, *Capitalism and Modern Social Theory: An Analysis of the Writings of Marx, Durkheim, and Max Weber* (Cambridge, 1971).
Goldsworthy, Adrian, *How Rome Fell: Death of a Superpower* (New Haven, 2009).
Green, Robert W., *Protestantism and Capitalism: The Weber Thesis and its Critics* (Boston, 1959).
Grier, Robin, “The Effect of Religion on Economic Development: A Cross National Study of 63 Former Colonies”, *Kyklos*, 50, 1 (1997), 47-62.
Guiso, Luigi, Paola Sapienza e Luigi Zingales, “People’s Opium? Religion and Economic Attitudes”, *Journal of Monetary Economics*, 50 (2003), 225-82.
Heather, Peter, *The Fall of the Roman Empire: A New History* (Londres, 2006).
Hunter, Alan e Kim-Kwong Chan, *Protestantism in Contemporary China* (Cambridge, 1993).
Iannaccone, Laurence R., “Introduction to the Economics of Religion”, *Journal of Economic Literature*, 36, 3 (1998), 1465-96.
Jianbo Huang e Fenggang Yang, “The Cross Faces the Loudspeakers: A Village Church Perseveres under State Power”, in Fenggang Yang e Joseph B. Tamney (ed.), *State, Market and Religions in*

*Chinese Societies* (Leiden/Boston, 2005), 41-62.
Jiwei Ci, *Dialectic of the Chinese Revolution* (Stanford, 1994).
Kitch, M. J., *Capitalism and the Reformation* (Londres, 1967).
Koch, R. e C. Smith, *Suicide of the West* (Londres/Nova York, 2006).
Kuang-sheng Liao, *Antiforeignism and Modernization in China, 1860-1980: Linkage between Domestic Politics and Foreign Policy* (Hong Kong, 1984).
Lehmann, Hartmut e Guenther Roth, *Weber's Protestant Ethic* (Cambridge, 1993).
Marshall, Gordon, *In Search of the Spirit of Capitalism* (Nova York, 1982).
McLeod, Hugh e Werner Ustorf (eds.), *The Decline of Christendom in Western Europe, 1750-2000* (Cambridge, 2003).
Micklethwait, John e Adrian Wooldridge, *God is Back* (Londres, 2009).
Morrison, Eliza A., Mrs Robert, *Memoirs of the Life and Labours of Robert Morrison*, vol. I (Londres, 1839).
Ng, Peter Tze Ming, "Timothy Richard: Christian Attitudes towards Other Religions and Cultures", *Studies in World Christianity*, 14, 1 (2008), 73-92.
Peng Liu, "Unreconciled Differences: The Staying Power of Religion", in Jason Kindopp e Carol Lee Hamrin (eds.), *God and Caesar in China: Policy Implications of Church-State Tensions* (Washington, DC, 2004), 149-64.
Pew Forum on Religion and Public Life, *Muslim Networks and Movements in Western Europe* (Washington, DC, 2010).
Potter, P. B., "Belief in Control: Regulation of Religion in China", in D. L. Overmyer (ed.), *Religion in China Today* (Cambridge, 2003), 11-32.
Putnam, Robert D. e David E. Campbell, *American Grace: How Religion Divides and Unites Us* (Nova York/Londres, 2010).
Roth, Guenther e Wolfgang Schluchter, *Max Weber's Vision of History* (Berkeley, 1979).
Scaff, Lawrence A., "Remnants of Romanticism: Max Weber in Oklahoma and Indian Territory", *Journal of Classical Sociology*, 5, 53 (2005), 53-72.
Shaw, George Bernard, *Back to Methuselah: A Metabiological Pentateuch* (Charleston, 2009 [1921]).
Sheehan, Rebecca, "Liberation and Redemption in 1970s Rock Music", in Niall Ferguson, Charles S. Maier, Erez Manela e Daniel Sargent (eds.), *The Shock of the Global: The 1970s in Perspective* (Cambridge, MA/Londres), 294-305.
Simcox, Robin, Hannah Stuart e Houriya Ahmed, *Islamist Terrorism: The British Connections* (Londres, 2010).
Smith, Adam, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Londres, 1904, [1776]).
Sprenkel, Otto B. van der, "Max Weber on China", *History and Theory*, 3, 3 (1964), 348-70.
Steer, R., *J. Hudson Taylor: A Man in Christ*, 5a ed. (Londres, 2009).
Stott, Grace, *Twenty-six Years of Missionary Work in China* (Londres, 1904).
Szasz, Thomas Stephen, *Anti-Freud: Karl Kraus's Criticism of Psychoanalysis and Psychiatry* (Syracuse, 1990).
Tawney, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism: A Historical Study* (Nova York, 1926).

Taylor, James Hudson, *Hudson Taylor: The Autobiography of a Man Who Brought the Gospel to China* (Minneapolis, 1987).

Thompson, Phyllis, *China: The Reluctant Exodus* (Sevenoaks, 1979).

Tolstoy, Leo Nikolayevich, *The Kingdom of God is within You* (Charleston, SC, 2008 [1894]).

Trevor-Roper, Hugh, "Religion, the Reformation and Social Change", in Hugh Trevor-Roper, *Religion, the Reformation and Social Change* (Londres, 1967), 1-46.

Viner, Jacob, *Religious Thought and Economic Society* (Durham, 1978).

Ward-Perkins, Bryan, *The Fall of Rome and the End of Civilization* (Oxford, 2005).

Weber, Marianne, *Max Weber: A Biography* (New Brunswick, 1988).

Weber, Max, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*, trad. P. Baehr e G. C. Wells (Londres 2002 [1905]).

Woodberry, Robert D., "The Shadow of Empire: Christian Missions, Colonial Policy, and Democracy in Postcolonial Societies", tese de PhD não publicada, University of North Carolina (2004).

World Values Survey Association (www.worldvaluessurvey.org), *World Values Survey 1981-2008 Official Aggregate v.* 20090901 (2009), Aggregate File Producer: ASEP/JDS, Madri.

Yihua Xi, "Patriotic Protestants: The Making of an Official Church", in Jason Kindopp e Carol Lee Hamrin (eds.), *God and Caesar in China: Policy Implications of Church-State Tensions* (Washington, DC, 2004), 107-21.

Young, Cristobal, "Religion and Economic Growth in Western Europe: 1500-2000", relatório de trabalho (Princeton, 2009).

Zakaria, Fareed, *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad* (Nova York, 2003).

Zhao Dunhua, "Recent Progress of Christian Studies Made by Chinese Academics in the Last Twenty Years", in H. Yang e Daniel H. N. Yeung (eds.), *Sino-Christian Studies in China* (Newcastle, 2006), 246-51.

Zhuo Xinping, "The Significance of Christianity for the Modernization of Chinese Society", in H. Yang e Daniel H. N. Yeung (eds.), *Sino-Christian Studies in China* (Newcastle, 2006), 252-64.

Zuo Jiping, "Political Religion: The Case of the Cultural Revolution in China", *Sociological Analysis*, 52, 1 (1991), 99-110.

## *Conclusão: Os rivais*

Berman, Paul, *Terror and Liberalism* (Nova York, 2004).

Bolingbroke, Viscount Henry St John, "The Idea of a Patriot King", in *The Works of Lord Bolingbroke, with a Life*, vol. II (Philadelphia, 1841), 372-429.

Buchanan, Mark, *Ubiquity: The Science of History… Or Why the World is Simpler Than We Think* (Londres, 2005).

Cecchetti, Stephen G., M. S. Mohanty e Fabrizio Zampolli, "The Future of Public Debt: Prospects and Implications", relatório de trabalho da BIS no. 300 (março 2010).

Churchill, Winston S., "Civilization", in Randolph S. Churchill (ed.), *Blood, Sweat and Tears* (Whitefish, MT, 2007 [1940]), 45-9.

Collier, Paul, *The Plundered Planet: Why We Must – and How We Can – Manage Nature for Global Prosperity* (Oxford, 2010).

Diamond, Jared, *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed* (Nova York, 2005).
Economy, Elizabeth, "The Game Changer: Coping with China's Foreign Policy Revolution", *Foreign Affairs* (nov./dez. 2010), 142-52.
Eichengreen, Barry, *Exorbitant Privilege: The Decline of the Dollar and the Future of the International Monetary System* (Oxford, 2011).
Ferguson, Niall, *The Cash Nexus: Money and Power in the Modern World* (Londres, 2001).
Ferguson, Niall e Moritz Schularick, "The End of Chimerica", *International Finance* (no prelo).
Goldstone, Jack A., "Cultural Orthodoxy, Risk and Innovation: The Divergence of East and West in the Early Modern World", *Sociological Theory*, 5, 2 (1987), 119- -35.
———, *Revolution and Rebellion in the Early Modern World* (Berkeley/Los Angeles/Oxford, 1991).
Guan Hanhui e Li Daokui, "The GDP and Economic Structure of the Ming Dynasty" (no prelo).
Hayes, Brian, 'Statistics of Deadly Quarrels', *American Scientist* (jan.-fev. 2002).
Hexter, J. H., 'Seyssel, Machiavelli, and Polybius VI: The Mystery of the Missing Translation', *Studies in the Renaissance*, 3 (1956), 75-96.
Holland, John H., *Emergence: From Chaos to Order* (Nova York, 1998).
———, *Hidden Order: How Adaptation Builds Complexity* (Nova York, 1995).
Huntington, Samuel, *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order* (Nova York/Londres/Toronto/Sydney, 1996).
———, "The Clash of Civilizations", *Foreign Affairs* (verão 1993), 22-49.
Jacques, Martin, *When China Rules the World: The Rise of the Middle Kingdom and the End of the Western World* (Londres, 2009).
Kauffman, Stuart, *At Home in the Universe: The Search for the Laws of Self-Organization and Complexity* (Nova York, 1995).
Kennedy, Paul, *The Rise and Fall of the Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000* (Nova York, 1989).
Kotkin, Stephen, *Armageddon Averted: The Soviet Collapse, 1970-2000* (Oxford, 2001).
Krakauer, David, John Gaddis e Kenneth Pomeranz (eds.), *History, Big History and Metahistory* (no prelo).
Luard, Evan, *War in International Society: A Study in International Sociology* (New Haven/Londres, 1987).
Maddison, Angus, *The World Economy: A Millennial Perspective* (Paris, 2001).
Marès, Arnaud, "Sovereign Subjects: Ask Not *Whether* Governments Will Default, But *How*", Morgan Stanley Research (agosto 2010).
Marshall, Monty G. e Ted Robert Gurr, *Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-Determination Movements, and Democracy* (College Park, MD, 2005).
Mitchell, Melanie, *Complexity: A Guided Tour* (Nova York, 2009).
Pinker, Steven, *The Better Angels of our Nature: The Decline of Violence and its Psychological Roots* (no prelo).
Quigley, Carroll, *Tragedy and Hope: A History of the World in our Time* (Nova York/Londres, 1966).
Raine, Sarah, *China's African Challenges* (Abingdon, 2009).
Richardson, Lewis F., *Statistics of Deadly Quarrels* (Pacific Grove, CA, 1960).

Sargent, Thomas J., “The Ends of Four Big Inflations”, in Thomas J. Sargent, *Rational Expectations and Inflation* (Nova York, 1993), 43-116.

Sen, Amartya, *Identity and Violence: The Illusion of Destiny* (Nova York, 2006).

Sorokin, Pitrim, *Social and Cultural Dynamics: A Study of Change in Major Systems of Art, Truth, Ethics, Law and Social Relationships* (Boston, 1970 [1957]).

Taleb, Nassim Nicholas, “The Fourth Quadrant: A Map of the Limits of Statistics”, *Edge* (15 set. 2008).

Tusicisny, Andrej, “Civilizational Conflicts: More Frequent, Longer, and Bloodier?”, *Journal of Peace Research*, 41, 4 (2004), 485-98.

Waldrop, M. Mitchell, *Complexity: The Emerging Science at the Edge of Chaos* (Nova York, 1992).

Zakaria, Fareed, *The Post-American World* (Nova York, 2008).

*OceanofPDF.com*

# Índice remissivo


Abássidas, califado dos 41, 79, 80
Abu Hamib al-Ghazali: *A incoerência dos filósofos* 96
Academia Chinesa de Ciências Sociais 333
Academia de Engenharia e Artilharia Woolwich 113
Academia Prussiana de Ciência e Belas-Letras 108-9
Académie Royale des Sciences, Paris 98
açúcar/produção de açúcar 34, 72, 161-3, 195
Afeganistão 10, 41, 51, 78, 374
África 28, 33, 60-1, 358
ajuda estrangeira a 180
China e 58, 179-80
como o Continente Negro 180, 180n, 183
expectativa de vida 202, 206, 225
período colonial 34, 181-2, 197-200, 203-7, 210-2, 214-20, 223-6; padrão de colonização 205; Primeira Guerra Mundial e 216-23
e saúde 181-3, 202-6; HIV/aids 182; saúde pública 182; medicina ocidental, efeitos da 181-2, 202
*ver também países específicos*
Agostinho, Santo: *Cidade de Deus* 88
Agricola, Georgius 93
agrícola, inovação 53-4
agricultura 238, 339
  ocidental 52, 249
  oriental 52-3, 71, 73
água, abastecimento de 179, 179n
Albuquerque, Afonso de, governador da Índia portuguesa 60-1
al-Din al-Farisi, Kamal 79
Alemanha
  como um centro científico 210
  como um centro de impressão 88-9
  divisão 284; muro de Berlim 293
  eugenia na 211-6
  exército na Primeira Guerra Mundial 216-21; tropas coloniais 216
  nacionalismo 254
  padrões de vida 273

produção/crescimento econômico 272-4
Reforma 65
regime nazista 224-30, 272-6;
*ver também* Hitler, Adolf
Rússia e 227, 229, 272-3
alfabetismo, índices de 105, 309-10
alfabetos *ver* línguas/idiomas
álgebra 79
al-Hasan ibn al-Hasan ibn Al-Haytham, Abū Alī 79
Aliaga, Jerónimo de 132-4, 143-4
al-Khwarizmi, Muhammad ibn Musa 79
al-Qaeda 10, 337
al-Rashid, Harun 79
al-Waleed bin Abdel Malek 79
Amaru, Túpac 131, 236
Amaru II, Túpac 146
América do Norte 28, 33, 37
colônias francesas (compra de Louisiana) 195
América do Norte, colônias britânicas 38, 39, 128, 130, 134-6, 140-3, 146-9
comércio transatlântico 137, 146, 258-9
"Constituições fundamentais da Carolina" 141, 143, 145
direitos de propriedade 137, 137n, 140-3, 146-8; sistema de *headright* 142
índios nativos 147, 149, 157
migrantes em regime de servidão por contrato 134, 141-2
Proclamação de Barbados 141
como protestante 137, 145
*ver também* Canadá; Estados Unidos
América do Sul 28, 33, 38, 161
civilização maia 348-9
Estados Unidos, migração para os 170
Império Inca 129-33
ouro da 128, 130, 132-3
prata da 132-3, 135-6
questões raciais 151, 156-7, 158, 164-6 *ver também países específicos*
América do Sul, colônias espanholas 38, 39, 128, 130-3, 136
catolicismo na 145, 151, 151n, 162
direitos de propriedade 133, 143-4, 151, 154-6, 159-60
escravidão na 161-3, 166-8
índios nativos 144-5, 149, 157, 161
revolução na 146, 149-60; apoio britânico à 152-3
saúde 182
sistema político 154-5
América Latina *ver* América do Sul
analfabetismo *ver* alfabetismo, índices de
Angola 167-8, 281, 367
Ankara, Turquia, 119

Universidade de, 120
Arafat, Yasser 288
Argélia 226, 230
Argentina 154, 156
Aristóteles 79
*De anima* 90
Arkwright, Richard 99, 239, 243
armas atômicas 275-6
Armstrong, Louis 42
Arquimedes 90
arte/pintura 88, 272
*ver também artistas específicos*
Arthur, W. Brian 351
Asteca, Império 130
astrologia 97
astronomia 92-94
islâmica 96-7
Atahualpa (líder inca) 131-2
Atatürk, Kemal (Kemal Mustafa) 118-20, 269, 295
Austerlitz, batalha de (1805) 190, 190n
Áustria 38, 103, 111, 118, 189, 252, 254, 305
*ver também* Império Habsburgo

Bach, Johann Sebastian 42, 108
Bacon, Roger 88
sobre ciência/tecnologia islâmica 79
Bakunin, Mikhail 197, 197n
balística 112-3
Beethoven, Ludwig van 42, 193
Behring, Emil von 210
Bélgica 29n, 244, 253
Bentham, Jeremy 238n
Berenhorst, Georg Heinrich von 110
Bergson, Henri 235n
Berlim, muro de 293
Bernanke, Ben 359
Bernoulli, Daniel 94
Berry, Chuck 42
Best, Werner 229
*Beste, Das* (revista alemã) 293n
Bíblia 90, 90n, 309, 321, 324-6
Livro do Apocalipse 340
Bingham, Hiram 132
Birmingham, Sociedade Lunar de 240
Bismarck, Otto Eduard Leopold von 254

Black, Joseph 95
Blake, William 245
Boehn, general Hans von 219
Bolingbroke, Henry St John, visconde de, 346-7
Bolívar, Simón 38, 149-57, 159, 171
  apoio britânico a 149, 152-3, 156
  sobre a Constituição Americana 155
  Decreto de Guerra ou Morte 151
  como um ditador 151, 155
  Manifesto de Cartagena (1812) 154, 155
  sobre sistemas políticos 154-5
Bolívia 154
Bonaparte, Jerônimo 193
Bonaparte, Napoleão *ver* Napoleão Bonaparte
Bonneval, conde Claude Alexandre de 115
Boss, Hugo 273, 273n
Boswell, James 240
Böttcher, Viktor 224
Boulton, Matthew 240, 241, 245n
Boves, José Tomás 151
Boxers, Levante dos (1900) 329
Boyacá, Batalha de (1819) 153
Boyce, *Sir* Rupert William 203
Boyle, Robert 94
  Lei de Boyle 94, 112
Bozeman, Adda 27
Brabenec, Vratislav 290
Brahe, Tycho 93, 97
Brahms, Johannes 18
Brasil 41, 157, 161, 163, 165, 170, 281, 366
  escravidão no 161-3
Braudel, Fernand, sobre civilizações 19-20, 27
Brazzaville, Conferência (1944) 230
Bruckner, Anton 18
Bruegel, Pieter (o Velho): *O triunfo da morte* (pintura) 51
Brunelleschi, Filippo 88
bruxas 91, 145
Burke, Edmund
  sobre a Revolução Americana 183
  sobre a Revolução Francesa 183, 184-6, 186n, 189-90
Burnett, Leo 282
Burns, Robert 18
Busbecq, Ogier Ghiselin de 33, 81
Bush, George W. 10, 11
Butterfield, Herbert 15
Byron, Lorde George 102, 152

Cajamarca, batalha de (1532) 131, 132
Callot, Jacques: *As misérias da guerra* (gravuras) 36
Camões, Luís de 61
Canadá 147, 156-7, 176, 303, 323
    *ver também* América do Norte, colônias britânicas
Cápac, Manco 131
capitalismo 30, 37-8, 40, 177, 237, 245, 247, 250, 269-71, 286-7, 293, 306-8, 316, 323, 331
    desenvolvimento do 309; na China 294, 324, 354-5
    na Grande Depressão 269-72
Carabobo, batalha de (1821) 155
Carlos I, rei da Inglaterra 135, 138, 187
Carlyle, Thomas, sobre o nexo do dinheiro 246
Cartwright, Edmund 239
carvão, fornecimento de 243-4
Castellani, Aldo 204
catolicismo 41, 89, 305, 308-10, 312, 314, 316
    nas colônias espanholas na América 145, 151, 151n, 164
Cavour, conde Camillo Benso de 253-4
Caxton, William 89
Celso: *De re medica* 90
Chancellor, Richard 62
Chanoine, Julien 201
Charmes, Gabriel 199-200
Chávez, Hugo 159-60
Chesterton, G. K.
    sobre religião 334-5
    *Uma breve história da Inglaterra* 314
Chiang Kai-shek 329
"Chimerica" 11, 366
China 11-1, 20, 27-8, 33-5, 38, 40-1, 46-9
    África e 58, 179-80
    capitalismo na 294, 324, 354-5
    comércio: interno 47, 49; externo 55-8, 60-1, 62
    dados demográficos 34, 46, 71
    declínio da 70-4, 85
    educação na 70
    filosofia confuciana 47, 53, 58, 70-1, 310
    geografia 63-4
    Grande Muralha 68
    Grande Salto para a Frente (1958-62) 329-30
    industrialização 265, 330
    Inglaterra e 73-4
    Japão e 266, 275
    Leibniz e 73

Levante dos Boxers 329
Montesquieu e 46, 106
Nanquim 47, 48-9, 74, 326
ocidentais na: conde Macartney 47, 73-4; Marco Polo 47, 53; Matteo Ricci 68
Pequim 29, 45, 48, 70-1
Portugal e 60-1
como potência mundial 303, 354-376; problemas enfrentados pelos 370-3
protestantismo na 324-5, 329-32; seitas radicais 332
François Quesnay e 73, 106
línguas/idiomas 70
Rebelião Taiping 251, 326-7, 332
Revolução Cultural (1966-76) 330-1, 372
sistema político 68-9, 329-31
Adam Smith e 46-7, 58, 73, 106
viagens de exploração 54-9, 74-5
Voltaire e 73
Max Weber e 53, 310
Wenzhou 75, 330-1
rio Yangtze 47-8, 63, 74-5; Grande Canal 47, 74
Chu En-lai 329
Churchill, Winston 282, 353
sobre civilização 129, 171, 376
cidades, desenvolvimento/crescimento das 26-7, 5, 244, 255, 355
ciência/engenharia nuclear 123
ciência/tecnologia 30, 35, 36, 38, 78-123, 302-3, 334
astronomia 92-94; islâmica 96-7
avanços em/difusão de 67-8, 73-4, 85, 88-99, 368-9; cronologia de 93-5; como eurocêntricas 95-6
balística 112-3
chinesa *ver* ciência/tecnologia chinesa
definição 37
gravidade, lei da 98
instituições científicas 96-7, 107-8, 117
islâmica *ver* ciência/tecnologia islâmica
em Israel 122
no Leste da Ásia 35
mecenato real de 98; por Frederico, o Grande 99, 107, 112
método científico 88, 92-3, 95, 98; colaborativo 98
militar 63, 68, 85, 93n, 274, 276
nuclear 94-5, 276
óptica 79, 92, 98
religião e 96
Revolução Industrial *ver* Revolução Industrial
ciência/tecnologia chinesa 35, 53-4
ciência/tecnologia islâmica 79, 310
astronomia 96-7

atitudes com relação à 96-7
Roger Bacon sobre 79
modernização da 117, 120, 122-3
óptica 79
ciência/tecnologia militar 63, 68, 85, 93n, 274, 276
balística 112-3
*ver também* ciência/tecnologia; guerra
Citroën 225
civilização 25-43
Ásia 27-9, 33, 35-6, 45-6
Fernand Braudel e 19-20, 27
Winston Churchill e 129, 171, 376
Kenneth Clark e 25-6
crescimento/números da 27-9, 32, 176-7
cristianismo e 314
definição 25-7, 176; primeiro uso do termo 26
Freud e 318-9
Gandhi e 175, 177, 230
ocidental *ver* supremacia ocidental *ver também* imperialismo
teoria da Grande Divergência 354-5
Samuel Huntington e 39-40, 363-4
como sistemas complexos 349-51
teoria do ciclo de vida 347-9
Clark, Gregory: *Farewell to Alms* 239n
Clark, Kenneth 238n
sobre civilização 25-6
Clausewitz, Carl von: *Da guerra* 191-3
Clemenceau, Georges 218, 221-2
Cobbett, William 242
Coca-Cola 179n, 283-4
Cohn-Bendit, Daniel 286
Cole, Thomas: *O curso do império* (pinturas) 345-6, 348, 374
cólera 181, 204, 209
Collingwood, R. G. 14-6, 18-9
Colômbia 136, 153, 165
Angostura 153, 155, 157
Colombo, Cristóvão 54
colonialismo *ver* imperialismo
epidemia de 248
colônias austríacas 177
colônias belgas 177, 210, 226
comércio/rotas comerciais 33, 48-9, 55-8, 195
com a China 55-8, 60-1, 74-5
competição em 59-63, 75
desenvolvimento de 59-63
doutrina da vantagem comparativa 242, 242n

de escravos 160-5, 95; *ver também* escravidão
de especiarias 59-61
na Grande Depressão 270-1
importância do 46, 72-75
livres mercados 30, 41
de produtos têxteis *ver* indústria/comércio têxtil
transatlântico 72, 137, 146, 259
transporte marítimo 258-9
comida *ver* dieta
Companhia Britânica das Índias Orientais 73, 195, 240-1, 325
Companhia Holandesa das Índias Orientais 64
Companhia das Índias Orientais *ver* Companhia Britânica das Índias Orientais; Companhia Holandesa das Índias Orientais
Companhia de Moscóvia 62
competição 36-8, 62-75
no comércio 60-2, 75
definição 37
entre estados 63-5, 67-8
comunismo 30, 35, 249-50, 268-9, 277, 279
consumismo e 290-2, 294
*ver também* Rússia/União Soviética
Constituição dos Estados Unidos 155, 160, 166
Simón Bolívar sobre a 155
Córdoba, frei Pedro de 145
Conder, Josiah 262n
Condorcet, marquês Nicolas de Caritat de 107
*A escravidão dos negros: reflexões* 107
Confúcio, filosofia 47, 53, 58, 70-1, 310, 326, 330, 332, 375
Congo: Belga 210, 226; Francês 200, 208
Conrad, Joseph: *Coração das trevas* 215
consumismo 36, 37, 38, 42, 230, 235-,97
atitude comunista com relação ao 290-2
definição 37
desenvolvimento do 235-258, 303
jeans como símbolo de 281-91
moda *ver* moda/vestuário
publicidade 282, 287
Revolução Industrial e 240-1
Copérnico, Nicolau 93
Corão 88, 91, 375
*ver também* Islã
Coreia 46
Coreia do Sul 280-1, 357
Cortés, Hernán 130
crédito ao consumidor 278-9
Crescente Fértil, conceito de 41

crescimento econômico 29, 38, 238, 241, 245, 258, 266-7, 273-4, 302-3, 354, 35-97
  no Leste da Ásia 280-1
  na Grande Depressão 269-71
crises econômicas 30, 41-2, 70
  na França 183-4, 195
  no Império Otomano 99-100, 118
  no Ocidente 11-3, 303-4, 307, 309-10, 323, 334, 340, 351, 358-63
cristianismo 304-5
  Bíblia 90, 309, 321, 324-5
  calvinismo 306
  catolicismo 41, 89, 305, 308-10, 312, 314, 316; nas colônias espanholas na América 145, 151, 151n, 162
  civilização e 314, 333-4
  declínio do, no Ocidente 313-9, 320, 335-6
  nos Estados Unidos 316, 319-22
  missionários 68, 176, 309-10, 324-7
  ortodoxo 39
  protestantismo *ver* Reforma Protestante
  relação entre a Igreja e o Estado 88, 336
  Max Weber e 305-9
  *ver também* religião; guerras religiosas
Crompton, Samuel 239
Cromwell, Oliver 42, 138
cronômetros marítimos 70
curandeiros 206, 302

dados demográficos/densidade populacional 27, 29, 41, 46-7, 50-2, 72, 136-7, 239, 239n, 258, 358
  despovoamento 36, 49, 51, 71
  expectativa de vida 29, 37, 49, 180-2, 245, 248; na África 202, 206, 225-6
  jovens 285-6
  muçulmanos 336
*Daily Mail* 16, 16n
Danton, Georges Jacques 190
Darby, Abraham 239-40
David, Jacques-Louis 193
Davis, Jacob 281-2
De Tott, barão François 115
Debieuvre, tenente-coronel (exército francês) 220
Debord, Guy 287
Debray, Régis 285
Declaração dos Direitos do Homem 184, 185
  execuções durante 189-90
  como um conflito religioso 184, 185, 187, 188
  Rousseau e 185-6
  o Terror 187

Alexis de Tocqueville e 187-8
Delacroix, Eugène: *A liberdade guiando o povo* (pintura) 196n
Delafosse, Maurice 201
Delavignette, Robert 206-7
demografia *ver* dados demográficos
Deng Xiaoping 75
descoberta *ver* exploração
desemprego 270, 272-3, 311, 311n
*ver também* mercado de trabalho
desigualdade *ver* padrões de vida
Deppe, Ludwig 216
Descartes, René 93, 94, 108
Diagne, Blaise 201-7, 218-9, 221
Diamond, Jared
*Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso* 348-9
sobre a supremacia ocidental 36
Dias, Bartolomeu 59
Dickens, Charles 242
Diderot, Denis 107
Diebitsch, Karl 273
Dinamarca 181
direitos humanos 32
direitos de propriedade 36, 127, 128, 142, 155-6, 184, 334
nas colônias britânicas na América do Norte 137, 137n, 140-3, 146-8; sistema de *headright* 142
nas colônias espanholas na América do Sul 133, 143-4, 151, 154-6, 159-60
escravos como propriedade 162-4
John Locke e 141, 142
Djilas, Milovan 280
doença(s) *ver* saúde
Donizetti, Giuseppe 116
Donne, Anne 16
Donne, John 16-7
Dostoiévski, Fiódor: *Crime e castigo* 268-9
Dubček, Alexander 289
Duckworth, *Sir* John 113
Dutschke, Rudi 286

Edison, Thomas 306
Édito de Worms (1521) 89
Eduardo, príncipe de Gales (Eduardo VIII) 260, 266
educação 38, 278, 309-10, 311
na China 69-70
ensino de história 12-3
índices de alfabetismo 105, 157, 309, 310
para mulheres 123

universitária 30, 42, 120, 210, 286; nível das universidades 30, 42, 120, 210
Ehrhardt, Hermann 223
Ehrlich, Paul 210
Eichacker, capitão Reinhold 220-1
Eijkman, Christiaan 204
Einstein, Albert 276
Eisenstadt, Shmuel 27
Ellington, Duke 270-1
Elliott, J. H. 134-5
Encümen-i Daniş (Assembleia do Conhecimento), Império Otomano 117
Engels, Friedrich 246-7, 249-51, 268
Epp, Franz Xavier Ritter von 223
Equador 129, 153-4, 160
Erasmo 17
Erdely, Eugene 225
Escócia 309, 315
Inglaterra e 50, 136, 138, 253
Revolução Industrial 237-9
*ver também* Grã-Bretanha
escravidão/comércio de escravos 128, 151, 156-7, 160, 161-8
abolição da 160, 162, 164
na África 210-1
nas colônias britânicas 212; nas colônias francesas 198-9, 212
nas colônias espanholas na América do Sul 161-3, 166-8
nos Estados Unidos 160, 161, 163-4, 166-8
escravos
como propriedade 162-4, 167
revoltas de 163-, 136, 160
Espanha
exploração, viagens de 62
França e 149
especiarias, comércio de 59-62
Espinosa, Baruch de 17, 93
Estados Unidos (EUA) 10-1, 29, 39, 40
agitação estudantil 286
comércio com 258-9
cristianismo nos 312-3, 316, 319-22
dados demográficos 258
direitos de propriedade 156
escravidão na 160-2, 163-4, 165, 166-7
exército 275
expansão colonial 177
Exposição Universal de St Louis (1904) 306-7
Grande Depressão 269-71
Japão e 261; na Segunda Guerra Mundial 274-6
migrantes 259; sul-americanos 170

como potência mundial 10-11, 128, 258, 303
na Primeira Guerra Mundial 217
produção/crescimento econômico 10-1, 258, 357-63
Rússia e 276; Guerra Fria 277-9
na Segunda Guerra Mundial 274-6
Max Weber na 306-7
*ver também* América do Norte, colônias britânicas
Eufrates, rio/vale do 41
Eugênio de Savoia, príncipe 56
eugenia 211
na Alemanha 211, 215, 224; na Namíbia alemã 210-13
Euler, Leonard 122
Europa
competição entre estados 62-5, 67-8
Estados Unidos e 40, 41
geografia 63
enviados islâmicos à 114-5
integração 39, 279
*ver também países específicos*
Everett, Edward 168
exploração marítima *ver* exploração, viagens de
exploração, viagens de 32-3, 48, 64
chinesas 54-9, 74
cronômetros marinhos para 99
espanholas 62
inglesas 62
como empreendimentos missionários 65
portuguesas 62-5, 81, 161
Fachoda, incidente de, Sudão (1898) 207-8
Faidherbe, Louis, governador do Senegal 198-201
feiticeiras/feitiçaria *ver* bruxas
Feng Youlan: *História da filosofia chinesa* 53
Feraios, Rigas 253
Fermat, Pierre de 94
Ferrier, Thomas 153
ferro, produção de 239-40
ferrovias 205, 210, 220, 226-7, 236, 244, 255, 258, 264, 307
Ferry, Jules, primeiro-ministro da França 206
Filipinas 62, 177
filosofia natural *ver* ciência/tecnologia
Filmer, *Sir* Robert: *Patriarca* 139
Fischer, Eugen 215, 224
*Hereditariedade humana e eugenia* 224
França 28, 62-3, 111, 113-4
agitação estudantil 286
crises econômicas 183-4, 195

direitos de propriedade 185
Espanha e 149
Grã-Bretanha e 171, 195-6, 208
huguenotes 65, 104
Iluminismo 105-6
índices de alfabetismo 105
Inglaterra e 50, 65
Itália e 193
a Marselhesa 190, 190n
sob Napoleão Bonaparte, 191-6
padrões de vida 50
Paris 29, 105, 255
na Primeira Guerra Mundial 217-22; exército 217, 218-9; munições no 220
Revolução Americana e 148
Rússia e 194
Frauenfeld, Alfred 228
Frederico, o Grande da Prússia 101-4
O *Anti-Maquiavel* 103, 108
como um intelectual 107-8
como um mecenas científico 99, 107, 112
Testamentos Políticos 101, 108
Freud, Sigmund 40
sobre a civilização 318-9
sobre religião 316-8
Freycinet, Charles de 205
Frisch, Otto 276

Gales, Inglaterra e 50, 65
*ver também* Grã-Bretanha
Galileu Galilei 93, 94, 112
Galton, Francis 211
*Kantsaywhere* 211n
Gama, Vasco da 59-61, 62, 64-5
Gandhi, Mahatma 257-8
sobre a civilização ocidental 175, 177, 205, 230
sobre a medicina ocidental 140
Garibaldi, Giuseppe 269
*Gazetier Cuirassé, Le* 107
genocídio 215, 223, 228, 275 *ver também* eugenia
Gibbon, Edward 106
*A história do declínio e queda do Império Romano* 304-5, 338
Gide, André 208
Gilbert, William 93
Ginkō, Adachi: *Damas costurando*, 264
Ginsberg, Allen 288

globalização 280
golfe 54
Goltz, Colmar Freiherr von de (Goltz Pasha) 119
Gorbachev, Mikhail 292
Göring, Heinrich (pai de Hermann Göring) 211
Göring, Hermann 211, 228
Grã-Bretanha 36, 38, 195, 240-1
  cristianismo, declínio do 313-6
  França e 171, 195-6, 208
  Londres *ver* Londres
  padrões de vida 250-1
  Revolução Industrial 34, 37, 47, 54, 98, 238-45
  na Segunda Guerra Mundial 274-5
  Simón Bolívar, apoio a 152-3, 156
  sistema financeiro 195-6, 259
  sistema legal 241-3
  sistema político 241-3
  *ver também* Inglaterra; Escócia
Graham, Billy 320
Grande Depressão 269-71
Grécia 39, 359
nacionalismo 253, 269
Greer, Germaine 287
Gregório VII, papa 88
Gribeauval, general 113
Grijns, Gerrit 204
Grimm, Hans: *Povo sem espaço* 224
Grosseteste, Robert 88
Guerra Civil Americana (1861-6) 168
Guerra Civil Espanhola (1936-9) 272
Guerras Civis Inglesas 135, 136, 137,146, 187
Guerra da Coreia (1950-53) 276, 277, 280
Guerra Fria 277-9, 281, 284, 290-1
Guerra Russo-Japonesa (1904) 267
Guerra dos Sete Anos (1756-63) 146, 147, 147n
Guerra dos Trinta Anos (1618-48) 63
Guerra do Vietnã (1965-73) 283, 286, 287
guerras/conflitos religiosos 32, 36, 65, 145
  revolução francesa como 185, 187, 188
  islâmicos 100
Guettard, Jean-Etienne 95
guildas/corporações de ofício 67
Guilherme II, kaiser 212-3
Guilherme de Orange, como rei da Inglaterra 135
Guizot, François 21
Gutenberg, Johann 88

Haiti 151, 160, 195
Hamakari, batalha de (1904) 213
Hammond, Mac 321
Hardy, Georges 201
Hargreaves, James 239
Harrison, John 99
Harvey, William 94
Haussmann, barão Georges 255
Havaí 177
Havel, Václav 290, 290n
Hayek, Friedrich von 351
  *O caminho da servidão* 278
Heck, Walter 273
Hegel, Georg Wilhelm Friedrich 193, 246, 252, 347
Helvétius, Claude Adrien 106
Hempel, Carl 14
Hendel, Ann Katrin 291
Henrique V, rei da Inglaterra 48, 49, 50, 65, 67
Henrique VIII, rei da Inglaterra 65, 100, 134-5
Henrique, o Navegador, rei de Portugal 65
Henry Poole & Co. (alfaiataria da Savile Row) 260-1, 260n
Himmler, Heinrich 225, 226-7, 229
Hirohito, príncipe herdeiro do Japão 260-1, 266
Hispaniola (ilha) 132
história
  ensino de 12-3
  limitações da 14-16
Hitler, Adolf 224-5, 228-9, 272
  memorando Hossbach 274
  *ver também* Alemanha, regime nazista
Ho Chi Minh 202
Hobbes, Thomas 50, 101
  sobre liberdade 138-9
Hoffmann, Erich 210
Hogg, James 20
Holbach, barão Paul-Henri Thiry d' 107
homicídio, taxas de 50, 136
Hong Kong 74, 136, 204, 280, 281
Hong Xiuquan 326
Hooke, Robert 92, 95, 98
  *Micrografia* 92
horas trabalhadas 311, 323-4, 330
How, Millicent (migrante inglesa à Carolina do Sul) 134, 137, 142, 143
Hu Jintao 334

huguenotes 65, 104
Hume, David 106
Hungria 292
Huntington, Samuel, sobre a civilização ocidental 39, 40, 358, 358n, 363-6
Hus, Jan 89
Hussein, Saddam 10
Hutton, James 95

Ibrahim, Muktar Said 335-6
Iluminismo 105-9
imperialismo 32-4, 35-6, 38, 41, 176-230, 352-4
  na África 38, 171, 179, 180, 182, 198-209; *ver também países específicos*
  na América *ver* América...
  comunicação, dificuldade de 205, 216
  como conquista 130-3
  crescimento/declínio do 28, 29, 30, 32, 37-8, 176-7
  doenças europeias propagadas pelo 130, 132
  Lênin e 177
  Mark Twain e 177
  medicina ocidental, benefícios às colônias ultramarinas 180-2, 202, 203-9, 226
  Ocidental 127-71, 176-230
  como termo pejorativo 177, 179
  tropas/exércitos coloniais 199, 216-9
  *ver também impérios específicos*
Império Alemão 177
  na África 212-6, 224-5; sistema legal 212; questões raciais 210-13, 215
  nazista, na Europa Oriental 224-5, 227-30
Império Bizantino 27, 28, 80
Império Britânico 176, 198, 309-10
  na África 182, 203, 208, 212
  na América *ver* América do Norte, colônias britânicas
  declínio do 353
  direitos de propriedade 156
  extensão do 176
  na Índia 177, 309-10
  Jamaica 182
Império Chinês 55, 58
Império Espanhol 177
  na América *ver* América do Sul, colônias espanholas na
Império Francês 182, 193-4, 230
  na África 198-209, 210, 223, 225-6; segregação no 209
  agitação no 197
  na América do Norte (compra da Louisiana) 195
  École Coloniale 200-1, 206
  escravidão, abolição da 198

estrutura institucional 207
exércitos coloniais 199; na Primeira Guerra Mundial 217-8
extensão do 176-7
sistema legal 199-200
sufrágio masculino no 198
Império Habsburgo 32, 33, 81, 177
invasão pelo Império Otomano (1683) 81-2
Império Inca 129-33
conquista espanhola do 129-31
Império Otomano 28, 33, 37-8, 65, 104, 113-4
crises econômicas 99-100, 118
declínio do 83-4, 99-100, 113, 114-5, 117-20
exército/defesa 80-5; janízaros 99-100, 115-6; modernização do/das 115, 119
extensão do 80-2
harém 100-1
Império Habsburgo, invasão do (1683) 81-3, 113
Ocidente e 79, 81, 114-120
sistema político 99-100, 117-8
*ver também* Turquia
Império Português 128, 177, 210
Império Romano 41, 346, 352
Gibbon e 106, 304-5, 338-9
Império Safávida 33
impérios *ver* imperialismo; *ver também impérios específicos*
imprensa 53, 88
atitude islâmica com relação à 96, 114
impacto/difusão da 88-90, 95, 104, 309
Índia 29, 33, 41, 60-2
ciência/tecnologia 35
China e 55
como colônia britânica 177
como estado independente 265
indústria têxtil 265-6
Portugal e 60-1, 65
Índico, oceano 55, 58, 59
Indochina, como uma colônia francesa 201-2, 226
Indonésia 281
indústria cinematográfica 270
indústria/comércio do algodão 241-2, 243-5, 258-9
*ver também* indústria têxtil
indústria/comércio têxtil 54, 237-8, 239, 244, 250, 258, 280
do algodão 241, 243-4, 258
na Índia 265-6
no Japão 264-6
indústria de construção naval 48, 54-5, 74-5
industrialização 34, 38, 256-8

na China 265, 330, 331
Inglaterra 28, 62-3
China e 73-4
escravidão na 161
exploração, viagens de 62
França e 48-9, 50, 65
Irlanda e 50, 136, 242n
Londres *ver* Londres
Revolução Industrial 37, 47, 54, 98
*ver também* Grã-Bretanha; Império Britânico
Inoue Kaoru 267
Instituto de Ciência Weizmann, Israel 122
Irã 121-3, 296-7
Irlanda 242n, 268, 359
Inglaterra e 50, 136
Isabel Cristina de Brunswick (esposa de Frederico, o Grande) 102
Islã 27, 32, 33, 40, 88
caligrafia, importância da 96
ciência *ver* ciência/tecnologia islâmica
conflito religioso 100
Corão 96, 375
dados demográficos 336
educação 79
Europa, enviados a 114-5
fundamentalismo 121-3, 121n, 296-7, 304, 335-8
imprensa, atitude com relação à 96, 114
migração 336-7, 337n
Ocidente e 65, 78-85, 91, 113-8, 297
saúde: hospitais 79; escolas médicas 81
na Turquia 294-7
vestuário feminino 294-5, 295n
*ver também* Império Otomano; religião
Israel 121-3
ciência/tecnologia em 122-3
Jerusalém 121, 121n, 122
*ver também* judeus
Itália/cidades-estados italianas 28, 50, 54, 193, 217
colônias italianas 177
França e 193
sob Mussolini 269
nacionalismo 252-3, 269
Nápoles 51, 193
como um centro de imprensa 90-1
Roma 41; marcha sobre (1922) 269
na Segunda Guerra Mundial 274-5
unificação italiana 253-5

Veneza 65; teatro La Fenice 252
*ver também* Império Romano
Iwakura Tomomi 261

Jamaica 151, 154
como uma colônia britânica 182
Jansen, Zacharias 94
Japão 29, 33
China e 266, 274, 275
Estados Unidos e 261-2; na Segunda Guerra Mundial 274-5
forças armadas 263, 266, 274
influência ocidental sobre o 29-30, 40, 119, 260-5
indústria têxtil 264-5
modernização do 119, 258, 261-5, 266, 280, 303; oposição interna à 263
moda/vestuário 260-1, 262-3, 262n, 264
mulheres no 262
padrões de vida 72
Rússia e 267
Java 204
jeans, como um símbolo de consumismo 281-91
Jefferson, Thomas 165
Jerusalém 121, 121n, 122
Jiang Zemin 334
Jiao Yu e Liu Ji: *Huolongjing* 54
Jirous, Ivan 290
João Paulo II, Papa 293
Johnson, Blind Willie 42
Johnson, Samuel 26, 34
jovens
como consumidores *ver* consumismo
organizações islâmicas para 336-7, 337n
poder/influência dos 284-90, 295-6
judeus 27, 104
como empreendedores 256-7, 257n, 308n
como intelectuais 276, 276n
na Palestina 121
perseguição de 65; na Alemanha 120, 275, 276
Max Weber e 308
*ver também* Israel

Kadizâde, xeque ul-Islam 71
Kahn, Albert 235-6, 235n
Kamen, Dean 179n
Kant, Immanuel 104-5, 107, 109

*Crítica da razão pura* 104
Kara Mustafá Köprülü (“o Negro”), grão-vizir 80, 82-4, 99-100, 114
Karaca, Nihal Bengisu 296
Kaufman, Henry 10
Kemal, Mustafa *ver* Atatürk, Kemal
Kennedy, Paul: *Ascensão e queda das grandes potências* 348
Keynes, John Maynard 30, 271, 273, 278
Khan, Dr A. Q. 123
Khomeini, Aiatolá 296-7
Khrushchev, Nikita 284, 290
King, Jonathan 319n
Kipling, Rudyard, sobre a Primeira Guerra Mundial 222
Kirsch, Wilhelm 118
Kissinger, Henry 40, 372
Kitchener, *Sir* Horatio 208
Koch, Erich 227-8
Koch, Robert 204, 210
Kraus, Karl 319
Kuhlman, August 214

Labouret, Henri 201
Lafayette, marquês Gilbert de 184
Laigret, Jean 204
Lampedusa, Giuseppe Tomasi di: *O leopardo* 254-5
Landes, David, sobre a supremacia ocidental 35
Langton, Christopher 349
Laplace, Pierre-Simon 192n
Larkin, Philip 316
Laud, arcebispo William 138
Lavoisier, Antoine 95
Leeuwenhoek, Antoni van 94
Leibniz, Gottfried Wilhelm 93, 94, 98, 106, 108
  sobre a China 73
Leipzig, batalha de (1813) 194
Lênin, Vladimir Ilitch 268
  sobre o imperialismo 177
Leopoldo I, sacro imperador romano 81, 81n
Leopoldo II, sacro imperador romano 189
Lettow-Vorbeck, general Paul Emil von 223
Leuthen, batalha de (1757) 111
Leutwein, Theodor 211
Levi’s, jeans 281-4, 285
Lewis, C. S.: *Cartas de um diabo a seu aprendiz* 315-6
liberdade 152, 188
  Thomas Hobbes e 138-9

John Locke e 139-40
Lincoln, Abraham 18
Lindell, John 321
Lineu, Carlos 94
línguas/idiomas 27,28, 39, 255
na China 70
na Turquia 119, 120
Lippershey, Hans 94
literatura 88, 104, 242-3, 253, 268-9, 315-6
*ver também* imprensa
Locke, John 106
"Constituições fundamentais da Carolina" 141, 142, 143, 167
sobre a liberdade 139-40
sobre direitos de propriedade 142
seus *Tratados de Governo* 85, 139-40
Londres 29, 48, 197
City of London Corporation [Corporação da Cidade de Londres] 66, 66n
dados demográficos 49
guildas/corporações de ofício 67
rio Tâmisa 48
Lucrécio: *De natura rerum* 90
Luís XVI, rei da França 184, 186-7, 189
Lutero, Martinho 89, 91, 305, 308-9
Noventa e Cinco Teses 89
Publicações 89-90
*ver também* Reforma

Macartney, George, primeiro conde, na China 47, 73-4
Maharero, Samuel 212
maia, civilização 348-9
malária 203, 204-5, 207
Malásia 280
Malche, Albert 120
Mali 199, 205
Malthus, Thomas 72, 242n
Mangin, general Charles 219
Mann, Thomas 40
Maquiavel, Nicolau 346
*O príncipe* 103
Frederico, o Grande e (*O Anti-Maquiavel)* 103, 108
Marchand, major Jean-Baptiste 208
Marlowe, Christopher: *Doutor Fausto* 91-2
Marschalk, Nicolaus 90
Marx, Karl/marxismo 30, 187, 237, 246-51, 268, 286
*O capital* 247
*Contribuições a uma filosofia crítica de Hegel...* 252

Maupertuis, Pierre-Louis Moreau de 107-8, 109
*Discurso sobre as diferentes figuras dos planetas* 95
Mazzini, Giuseppe 252-3
Mbaye, Ndematy (soldado da África francesa) 218
Mboup, Demba (soldado da África francesa) 219, 221
mecenato 107
político 138
real 98, 107-8
medicina *ver* saúde
Mehmed III, sultão otomano 100
Mehmed IV, sultão otomano 100
Mehmed, Yirmisekiz çelebi 113-4
Melko, Matthew 27
Mendel, Gregor 215
Mendelssohn, Moisés 105
*Ménestrel, Le* (periódico francês) 116
Mengele, Joseph 224
mercados/economia de mercado 245
mercado imobiliário 323
*ver também* consumismo; sistemas financeiros
mercado de trabalho 243, 273, 311
desemprego 270, 272-3, 311, 311n
horas trabalhadas 311, 323-4, 330
mulheres no 264
sindicatos 279, 286
trabalhadores migrantes 259
México 130, 132, 134-5
Cidade do México 153
direitos de propriedade 156
Midhat, Ahmed (Midhat Paxá) 117
Milne, William 325
Milner, Alfred 348n
Mirabeau, conde Honoré de 184
Mirabeau, marquês Vitor de 26,107
Miranda, Francisco 149-51
missionários/sociedades missionárias 176, 309-10
na China 324-7, 329, 330
mulheres como 329
moda/vestuário 236-7, 260, 278, 287, 297
atitude comunista com relação a 290-1
para homens 256, 260-1, 271
na Índia 265
no Japão 260-1, 262-3, 262n, 264
jeans 281-91
feito à máquina 256-8, 260, 278
para mulheres 256, 260, 287; islâmicas 294-7, 295n

uniformes militares 255-6, 262-3, 278
*ver também* consumismo
Monk, Thelonious 21
monopólios comerciais 64
Montaigne, Michel de 17
Montecorvino, Giovanni da 324
Montecuccoli, Raimondo 113
Montesquieu, barão Charles de Secondat 107, 346
sobre a China 46, 106
*Cartas persas* 113
Montfort, Simon de 66
Moody, Dwight Lyman 327
Morande, Charles Théveneau de 107
Morrison, Robert 325-6
mortalidade infantil *ver* expectativa de vida
mortalidade, taxas de *ver* expectativa de vida
Morus, Thomas 90
Moutet, Marius 207
movimento pelos direitos civis (EUA) 286
Mozart, Wolfgang Amadeus 17, 42, 105
muçulmanos *ver* Islã
Mugabe, Robert 179
mulheres
educação 123
no Japão 262
proporções femininas, estudo científico sobre 278
moda/vestuário feminino 256, 260, 287; islâmicas 294-7, 295n
como missionárias 329
trabalhadoras 264
Murat, Joachim 193
Murray, Charles 93n
música 88, 105, 108, 247-8
militar 116
popular/rock 270-1, 285, 287, 289-90, 319, 320
Mussolini, Benito 269
Mustafá III, sultão otomano 114
Müteferrika, Ibrahim 34n
*Bases racionais para a política das nações* 114
Napier, John 94
Napoleão Bonaparte 149, 190-6
Clausewitz e 191-2
guerras navais 194-5
políticas/objetivos 193-4
Rússia e 194
Napoleão III, imperador da França 198
nacionalismo 252-5, 267-8

na Alemanha 253, 254
na Grécia 253, 269
na Itália 252-5, 269
na Rússia 268
Needham, Joseph: *Ciência e civilização na China* 53
Neilson, James 239
Nelson, Horatio 194
*Newcastle Daily Chronicle* 263
Newcomen, Thomas 98-9, 240
Newton, Isaac 93, 94, 98-9, 107, 018, 112
*Principia* 85, 94, 112
Nilo, batalha do (1798) 194
Nilo, rio/vale do 41
níveis de renda *ver* padrões de vida; salários
Nivelle, general Robert 220, 221
Nixon, presidente Richard 283, 284
Nobel, prêmios 210, 276n

Obama, Barack 170
Observatório Real, Greenwich 98
Ocidente
Definição de 38-40; por Samuel Huntington 39, 40
Islã e 65, 78-85, 91, 113-8, 297
perda de confiança por parte do 42
Império Otomano e 80-1, 91, 114-18
Império Romano e 41
O'Donnell, J. P. 293n
Ōkubo Toshimichi 262-3
Ōmura Masujirō 263
ópio 73
Oporinus, Johannes 91
Organização para a Liberação da Palestina (OLP) 288
Osman III, sultão otomano 99
Owen, Robert 248

Pacioli, Luca: *Summa de arithmetica*... 91
padrões de vida 29, 50-1, 273, 278-9
na Inglaterra 48-50, 251
na China 47-9, 52-4, 70-1, 251
na França 50
no Japão 72
desigualdade social 248-9
*ver também* salários
Países Baixos 32, 62, 238

*ver também* Províncias Unidas
Palach, Jan 289
Pamuk, Orhan: *Neve* 296n
Panamá, canal do 259
Paquistão 123, 337
Paracelso 93
Pascal, Blaise 17, 94
Pasteur, Louis 204, 210
Pasteur, institutos 204, 208
Paston (de Norfolk), família 50
Peel, *Sir* Robert 250
Pemberton, John 283
Pernot, Maurice 119
Perry, comodoro Matthew C. 261
Peru 130, 132-3, 135, 154, 156, 205
*ver também* Império Inca
Piar, Manuel Carlos 152, 157
Picasso, Pablo 18
Pizarro, Francisco 130-3, 143-4, 164
Pizarro, Hernando (irmão de Francisco Pizarro) 131
Polo, Marco, na China 47, 53
Polônia 83, 103, 269
Políbio: *Histórias* 346
Poma, Waman 131
Pomeranz, Kenneth 354
Ponty, William, governador-geral da África Ocidental Francesa 207
pornografia 319
Porto Rico 177
Portugal 28, 39, 242n, 359
China e 60-1
exploração, viagens de 59-61, 65, 81, 161
Índia e 60-1, 65
Pottier, Eugène: "A Internacional" 248
Priestley, Joseph 240
Primeira Guerra Mundial (1914-18) 40, 121, 181, 216-7, 267-8
número de baixas 216, 217
Gallipoli 217
Rudyard Kipling e 222
Pritchard, Jack 168
problemas ambientais 42, 339-40, 349
Projeto Manhattan 275
propaganda *ver* marketing/propaganda
propriedade de terra *ver* direitos de propriedade
protestante, ética do trabalho *ver* ética do trabalho
protestantismo 137, 145, 304-5, 309-10
colônias britânicas na América do Norte como protestantes 137, 145

na China 324-34; seitas radicais 332-3
evangélico, nos Estados Unidos 320-1
missionários 309-10; na China 324-30
Max Weber e 305, 307-9, 316, 322, 330
*ver também* cristianismo
Províncias Unidas 65, 135
*ver também* Países Baixos
Prússia 177, 193, 248, 254
Berlim 103-4, 115
sob Frederico, o Grande 99, 101-12
enviados islâmicos à 114
exército 102-3, 109-11
Iluminismo 105-9
Potsdam 109-10; palácio de Sanssouci 101-2, 107
Silésia, invasão da 103
sistema político 101, 108
tolerância religiosa 104, 107
publicidade/marketing 282, 287
*Punch* 203-4

Quebec, Lei do (1774) 147-8
Quesnay, François, sobre a China 73
Quigley, Carroll 27, 347-8
Sua teoria sobre o "grupo Rhodes-Milner" 348n
*Tragedy and Hope*... 348n

raças
na África Ocidental Francesa 209
na América do Sul 149-51, 156-7, 164-5
nas colônias alemãs 210, 213
nos Estados Unidos 160, 164-6, 168-9; movimento pelos direitos civis 286; segregação 168-9, 211-2
miscigenação 164-6; nas colônias francesas (*métissage*) 198
Reagan, Ronald 293-4
Rebelição Andina (1780-83) 115
Rebelião Taiping, China 251, 326, 332
Reche, Otto 224
recursos naturais 34, 128
Redhouse, James 117
Reforma 32, 65, 88-91, 95, 305
*ver também* Lutero, Martinho
Reino Unido *ver* Grã-Bretanha
religião 27, 32, 41, 312-4
ateísmo 32, 334-5

ciência/tecnologia e 96
cristianismo *ver* cristianismo
Freud e 317, 319
Islã *ver* Islã
tolerância religiosa 104, 107, 145
tratados/publicações religiosas 89-91
Adam Smith e 322
*ver também autores específicos*
República Dominicana 160
Resmi Efendî, Ahmed 114
Revolta dos Comuneros (1781) 146
revolução 195-8, 268, 285-7, 292, 294
por estudantes/jovens 286-90
*ver também revoluções específicas*
Revolução Americana (1775-81) 143, 146-9, 156, 160
Alexis de Tocqueville e 187-8
Artigos da Confederação 148
Declaração de Independência (1776) 160
Edmund Burke e 183
França e 148
número de baixas 189
Revolução Checa (1967-8) 288-90
Revolução Chinesa (1949) 329
Revolução Francesa 149, 176, 183-191, 196
causas da 183-4, 187
Revolução Industrial 37, 47, 54, 98, 237-45
consumismo, aumento causado pelo 240-1
definição 237-9
na Grã-Bretanha 47, 98, 238-9, 243-4
propagação da 243-4, 265, 310
Revolução Mexicana (1822-4) 156
Revolução Russa (1917-18) 217, 268
revolução sexual 287
Rhodes, Cecil 348n
Ricardo, David, sua doutrina da vantagem comparativa 242, 242n
Ricci, Matteo, SJ, na China 68
Ricardo II, rei da Inglaterra 28, 49
Richard, Timothy 327
Ricardo de Wallingford 67-8
Richardson, Lewis Fry 351-2, 351n
Rivera, Diego: *O arsenal* (pintura) 196n
Roberts, Richard 239
Robespierre, Maximilien 190
Robins, Benjamin 111-2
*Novos princípios de artilharia* 112
sobre armas com canos estriados 112

rock and roll/música popular 270-1, 285, 287, 290, 319, 320
Rohrbach, Paul von 215
*Economia colonial alemã* 211
Romênia 293
Roosevelt, presidente Franklin Delano 18, 271
Rosa, Salvator: *L'umana fragilità* (pintura) 51-2
Rosenberg, Alfred 228-9
Ross, Ronald 204
Rothschild, Nathan 196
Roume, Ernest, governador da África Ocidental Francesa 205-6
Rousseau, Jean-Jacques 188, 190
*O contrato social* 107, 185-6
Ruiz-Linares, Andrés 165
Rússia/União Soviética 30, 190, 353-4
Alemanha e 227, 229, 272-3; na Segunda Guerra Mundial 274-5
como uma civilização ocidental 39
crescimento econômico 272-3
Estados Unidos e 276; Guerra Fria 276-9, 290-1
exército 274
expansão da 177
França e 194
sob Gorbachev 292
Japão e 267
nacionalismo na 268
Napoleão Bonaparte e 194

Saint-Domingue (ilha) 195
Saint-Exupéry, Antoine de: *O pequeno príncipe* 119
salários 243, 249-51
saneamento 49, 181, 214
*ver também* saúde
saúde, 30, 38, 71
antibióticos 182
curandeiros/medicina nativa 206
doenças europeias, propagação de 130-1, 132
doenças tropicais 182, 203-4, 209; taxa de mortalidade devido a 203; pesquisas sobre 203-4, 209
definição 37
dieta e 204
escolas médicas 81
eugenia *ver* eugenia
hospitais: islâmicos 79
medicina ocidental, benefícios da 180-3, 203-9
morte 51
peste negra (bubônica) 28, 49, 51, 82, 204, 209
saneamento 34, 49, 181
vacinação 38, 181-2, 204, 207, 208-9

saúde pública 181, 182, 205, 211, 245, 365
na África Ocidental Francesa 206
*ver também* saúde
Schacht, Hjalmar 272
Schaudinn, Fritz 210
Schiller, Friedrich 105, 107
Schubert, Franz 17
Schubert, Helmut 229
Schularick, Moritz 11
Schumpeter, Joseph 245
Scott, Sarah 335
Segunda Guerra Mundial (1939-45) 227, 274-6
Alemanha na 224-5, 226-30, 272-4; *ver também* Hitler, Adolf
causas da 274-5
número de baixas 228; civis 274, 275
Itália na 274-5
Japão na 274-6
Serra Leoa 203
serviço bancário 270-1
Shakespeare, William 49, 90n, 375n
Shark, Ilha de, campo de concentração em 214
Sharp, Granville 164
Shaw, George Bernard, sobre a medicina ocidental 182
Shays, Daniel 148
Sherrington, Charles 350
Sibutus, George 90
Siegert, Johann Gottlieb Benjamin 153n
sífilis 210
sindicatos 279, 286
Singapura 281, 357, 369
Singer, máquinas de costura 256-8, 260
sistemas complexos/complexidade 349-51
sistemas econômicos *ver* sistemas financeiros
sistemas financeiros 30, 38, 170-1
na Ásia 30, 294
bancários 271
conceito de nexo do dinheiro 246
crédito ao consumidor 278
na Europa 138, 195-6
mercados/economia de mercado 244-5, 322-3
monopólios 64
oferta de dinheiro 64
tributação 64, 70, 137, 138, 148, 250, 334
sistemas legais 32, 36 155-6
nas colônias alemãs 212
nas colônias francesas 199-200

definição 37
direitos de propriedade *ver* direitos de propriedade
na Grã-Bretanha 241-3
leis raciais 165-7
napoleônicos 194
sistemas políticos
alemão, sob o regime nazista 228-9
Simón Bolívar e 154-4
chinês 68-9, 329-31
nas colônias espanholas na América 154-5
competição entre estados 62-5
comunismo 30, 35, 249-50, 268-9, 277, 279
democracia *ver* governo representativo *a seguir*
ditaduras 155, 159-60
fragmentação de 36, 63, 65
francês 193-4; durante a Revolução 186-7
governo representativo 37, 106-7, 128, 130, 143, 148, 154-5
Thomas Hobbes e 138-9
inglês 138-40, 241-3; nas colônias da América do Norte 140-3
liberdade (autonomia) 138-40, 152-3
John Locke sobre 85, 139-40
marxismo 246-8; *ver também* Marx, Karl
nacionalismo/estados-nação 252-5, 267-8
otomano 99-100, 117-8
prussiano 101, 108
relação entre a Igreja e o Estado 88
socialismo 248-9
Sivasi Efendi 100
Smith, Abraham (migrante inglês à Carolina do Sul) 134, 137, 142-3
Smith, Adam 30, 106, 351
sobre a China 45, 46-7,73, 106
sobre religião 322
*A riqueza das nações* 106, 347
*Teoria dos sentimentos morais* 18-9
Sobieski, Jan III, rei da Polônia 83-4
socialismo 248-9
sociedade civil, conceito de 106-7
Sociedade Real de Londres 97-8, 108, 111-2
medalha Copley 112
Solimão, o Magnífico 80-1, 80n, 84, 99, 100
Sorokin, Pitrim 347-8
Spengler, Oswald: *O declínio do Ocidente* 347-8
Spurgeon, Charles Haddon 327
St Albans, Abadia de 53, 68
Stead, William T. 348n
Stendhal (Henri Marie Beyle):

*O vermelho e o negro* 196
Steven, John Lloyd 348
Stevenson, Robert Louis 20
Stott, George 327, 330-1
Strauss, Levi 281-2
Suez, canal de 259
sufrágio masculino nas colônias francesas 198
Suíça 68, 193
Sun Yat-sen 329, 329n
supremacia ocidental
ciência/tecnologia e 35, 37, 78-123
competição e 36, 37, 45-45
consumismo e 36, 37, 230, 235-297
Jared Diamond e 36
ética do trabalho e 36, 37, 302-341
Samuel Johnson e 34
David Landes e 35
razões para 9-10, 19-20, 51-58, 127-8, 230
saúde e 36, 13, 180-2, 203-9, 226
Max Weber e 35
*ver também países específicos*

tabaco 72, 134, 161
Takiyüddīn al-Rāsid (Taqui al-Din) 96-7
Taleb, Nassim 351
Tamani, Hüseyin Rifki 97
Tang Yi 333
Tanweer, Shehzad 337
Tawney, R. H. 308-9
Taylor, James Hudson 327, 329
tecnologia *ver* Revolução Industrial; ciência/tecnologia
Teller, Edward 276
Tennyson, Alfred Lord 18
teoria política 85, 138, 252-3, 346
teoria racial *ver* eugenia
terrorismo *ver* violência/terrorismo
Thatcher, Margaret 293-4
Thuillier, Louis 204
Tigre, rio/vale do 41
Tocqueville, Alexis de
*Da democracia na América* 187-8
sobre a Revolução Francesa 187-8
Todd, John L. 203
Tolstói, Lev 316
Toqué, Emile 200

Torres, Sebastián de 143-4
Touška, Ivan 288-9
Toussaint “Louverture”, François-Dominique 195
Townsend, Pete 320n
Toynbee, Arnold: *Um estudo de história* 347
trabalho, ética do 36, 305-41
  definição 37
Trafalgar, batalha de (1805) 194
“transição da saúde” 147-8
Trevithick, Richard 240
tributação 64, 70, 137, 138, 144, 146, 183, 200, 250, 334
Trotha, general Adrian Dietrich Lothar von 212-3, 215
Troup, Bobby 320
Tull, Jethro 53
Turgueniev, Ivan: *Pais e filhos* 268
Turgot, Anne Robert Jacques, sobre civilização 26
Turquia
  sob Kemal Atatürk 118-20, 269, 295
  Palácio de Dolmabahçe 116, 118
  fundação da 119
  línguas/idiomas 119, 120
  como um estado secular 120, 295-6
  *ver também* Império Otomano
Twain, Mark, sobre imperialismo 177
Tyndale, Matthew 90

Uganda 204
Ulugh Beg 97
União Soviética *ver* Rússia/União Soviética
urbanização *ver* cidades, desenvolvimento/crescimento das

vantagem comparativa 242, 242n
vapor, máquinas a 98, 240, 243-4; navios 258
Veblen, Thorstein 245
Venezuela 149, 159, 169, 170
  Caracas 159
  sob Chávez 159-60
  direitos de propriedade 149, 154, 159-60
  Igreja católica na 151, 151n
  revolução na 149-52
Verdun, batalha de (1916) 217
Vermeer, Jan 18
Vesalius, Andreas 93
Vespúcio, Américo 127

vestuário *ver* moda/vestuário
Vico, Giambattista: *Ciência nova* 346
vida, expectativa de 29, 34, 49, 180-2, 248
  na África 202, 206, 225
  *ver também* dados demográficos/densidade populacional
vida, estilos de 30-2, 101-2
  *ver também* consumismo
Viena, cerco de (1683) 80, 82-4
Vietnã 202
  *ver também* Indochina
violência/terrorismo 287-8, 296n, 303-4, 335, 337-8
  taxas de homicídio 50, 136
Voltaire (François Marie Arouet) 95, 99, 106-7, 79
  sobre a China 73
  *Diatribe du Docteur Akakia*... 109
Vorderman, Adolphe 170
Voulet, Paul 200-1

Wagner, Richard 197, 197n, 245-6
Waldseemüller, Martin: *Universalis cosmographia* 127
Wallace, George 168-9
Wang Zhen: *Tratado sobre agricultura* 53-4
Wappers, Edige: *Episódio da revolução belga* 196n
Warburg, Siegmud 122
Washington, George 147, 147n, 148-9
Waterloo, batalha de (1815) 194
Watt, James 99, 240, 241, 243, 245n
Waugh, Evelyn, sobre o catolicismo 316
Weber, Max 305-6, 316
  sobre a China 53, 310
  sobre os judeus 308
  sobre o protestantismo 305, 307-11, 320-1, 330-1
  nos Estados Unidos 306-7
  sobre a supremacia ocidental 35
Wenzel von Liechtenstein, príncipe Joseph 113
Whittington, Richard (Dick) 48, 49, 67
Wilde, Oscar 248-9
Willoughby, Hugh 62
Wilson, Paul 290
Wilson, presidente Woodrow 267
Wittfogel, Karl, sobre o despotismo oriental 68
Wolle, Sefan 285
Woodruff, Robert W. 284
*World Values Survey* 312, 313-4
Wren, Christopher 98

Wu, Y. T. 329

Yersin, Alexandre 204
Young, Brigham 282
Yuan Zhiming 333

Zhang, Hanping 331
Zhao Xiao 333-4
Zheng He, almirante (explorador chinês) 54-5, 58-60, 63-4, 74-5
Zhou Shixiu 52-3
Zhuo Xinping 333
*Zong* (navio negreiro) 164

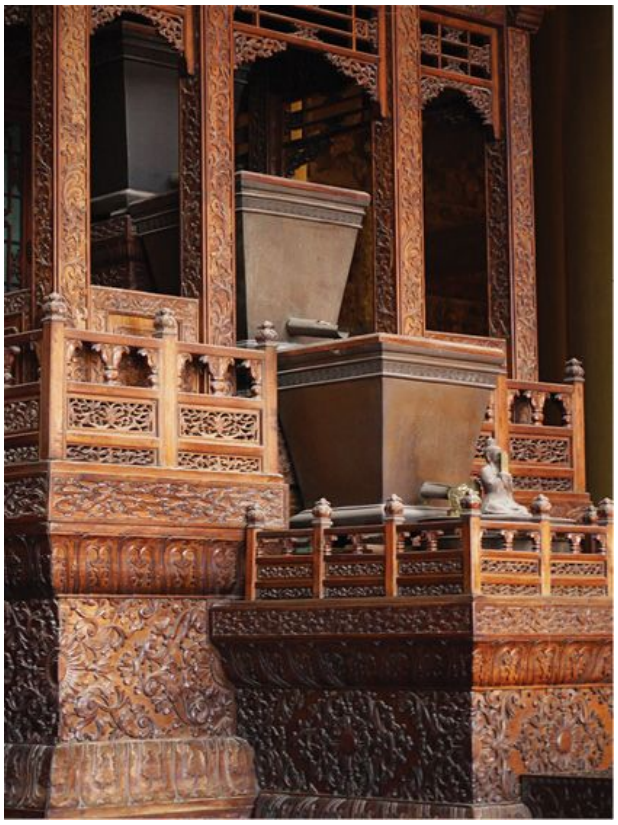
*OceanofPDF.com*

1. Reinos em combate: Inglaterra e França se chocam mais uma vez na Guerra dos Cem Anos.

2. *As quatro condições da sociedade: pobreza*, de Jean Bourdichon, *c.* 1500.

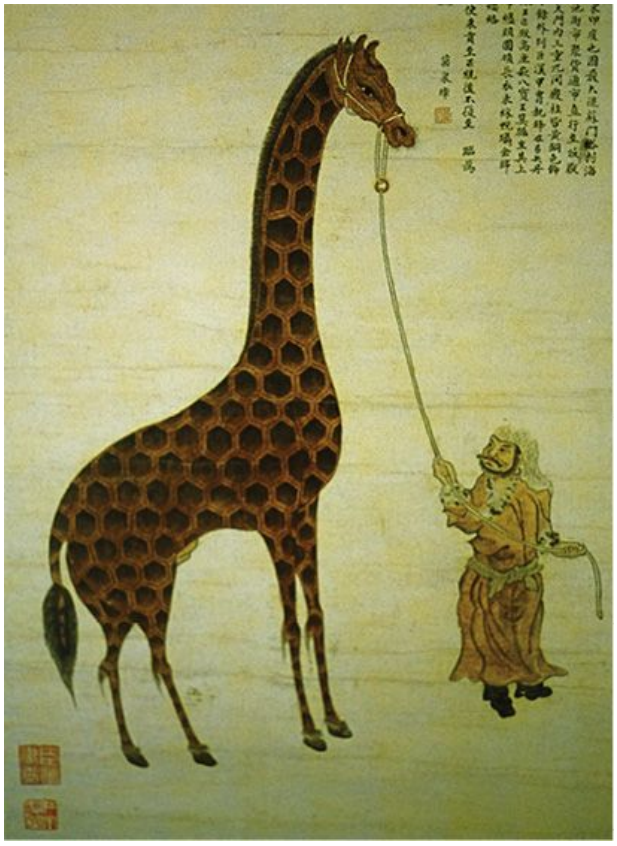
3. *O triunfo da morte*, de Peter Bruegel, o Velho, c. 1562.

4. O imperador Yongle.



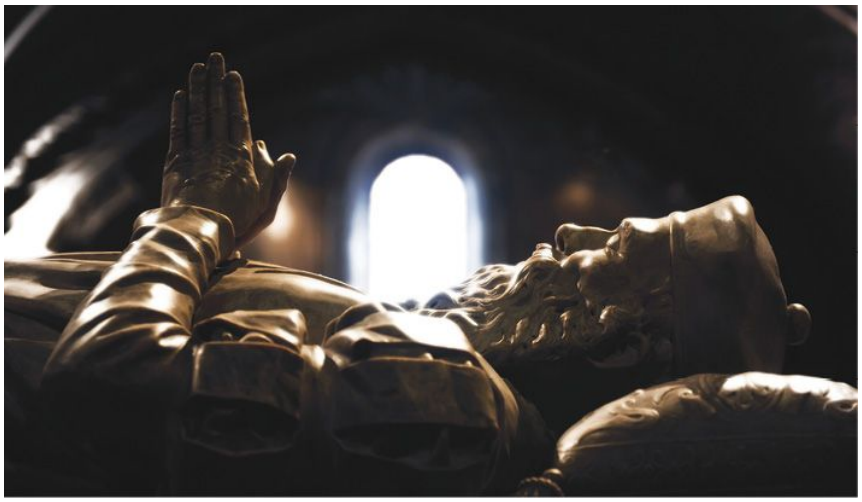
5. O relógio d’água de Su Song na Cidade Proibida, Pequim.

6. Um jogo de golfe chinês (*chuiwan*).



7. O *qilin*: tributo do sultão de Malindi ao Reino do Meio.

8. A cultura da conformidade: o exame do serviço civil chinês no reino do imperador Jen Tsung.



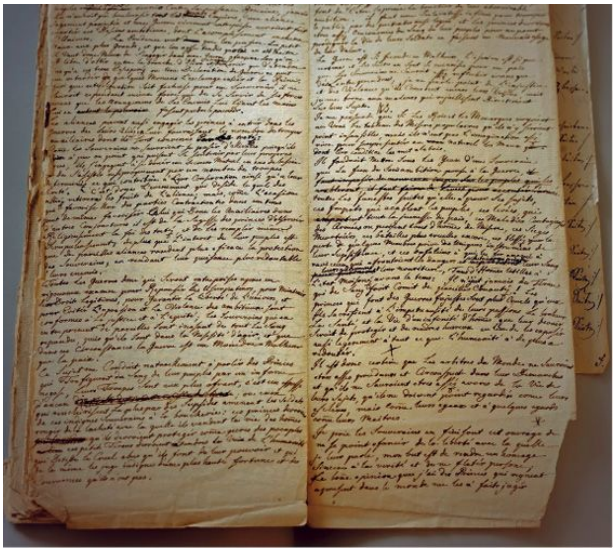
9. O vitorioso da corrida das especiarias: túmulo de Vasco da Gama, no mosteiro de São Jerônimo, Lisboa.

10. O conde Macartney tenta, em vão, despertar o interesse do imperador Xianlong pela civilização ocidental: uma charge de James Gillray.

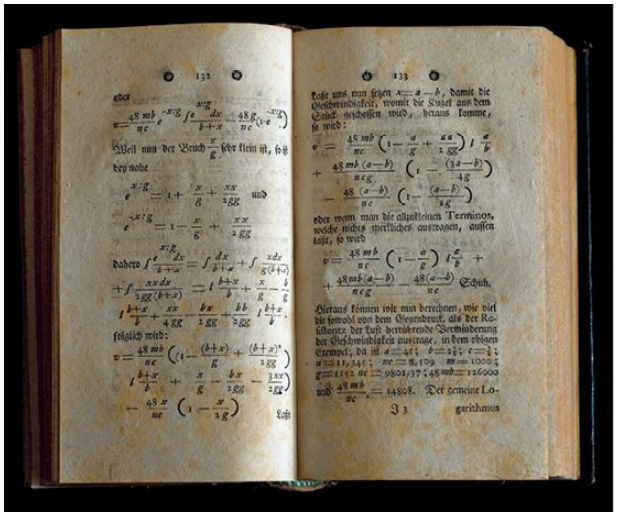
11. Homens de Jan Sobieski levantam o cerco otomano de Viena.

12. Prisioneiro do harém: o sultão Osman III.

13. Chegada do enviado otomano Ahmed Resmî Effendi a Berlim, 1763.



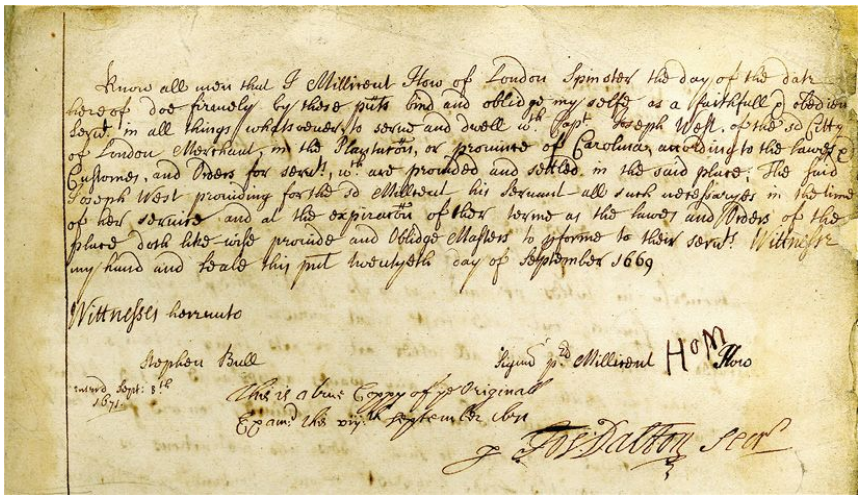
14. Manuscrito original de *O anti-Maquiavel*, de Frederico, o Grande, com anotações de Voltaire.



15. Páginas da edição alemã de *Novos princípios de artilharia*,
de Benjamin Robins.

16. A cidade que os espanhóis não conseguiram encontrar: Machu Picchu, no Peru.

17. Praia de Boneyard, na Carolina do Sul.



Know all men that I Millicent How of London Spinster the day of the date hereof doe firmely by these pnts bind and oblidge my selfe as a faithfull & obedient servt. in all things whatsoever, to serve and dwell wth Capt. Joseph West, of the sd Citty of London Merchant, in the Plantation, or province of Carolina, according to the lawes & Customes, and Orders for servts, wch are provided and settled in the said place; The said Joseph West providing for the sd Millicent his Servant all such necessaryes in the time of her service and at the expiration of her terme as the lawes and Orders of the place doth like wise provide and Oblidge Masters to performe to their servts. Wittnesse my hand and seale this pnt twentyeth day of September 1669

Wittnesses herunto

Stephen Bull

Signed pd Millicent HOM How

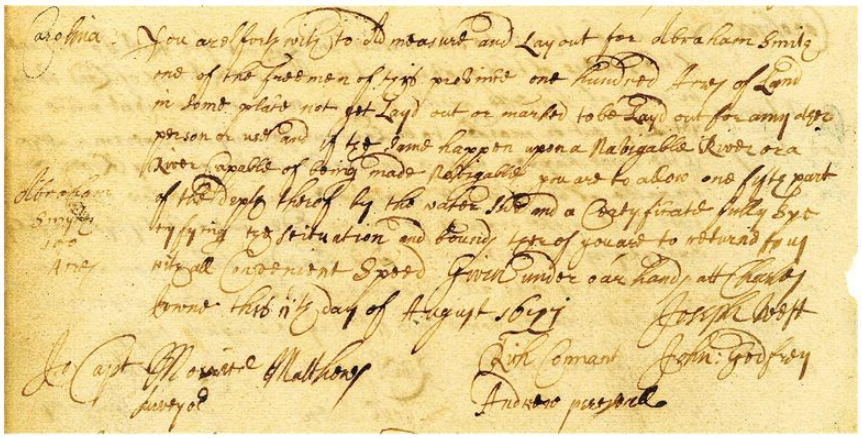
Entred Sept: 8th 1671

This is a true Coppy of ye Originall

Examd this xiijth September 1671

Jo Dalton secr

18. Você faz o trabalho... Contrato de servidão de Millicent How.



Carolina: You are forthwith to Admeasure and Layout for Abraham Smith one of the freemen of this province one hundred Acres of Land in some place not yet Layd out or marked to be Layd out for any other person or use and if the same happen upon a Navigable River or a River Capable of being made Navigable you are to allow one fifth part of the depth thereof by the water side and a Certyficate fully Specifying the situation and bounds thereof you are to returne to us with all Convenient Speed Given under our hands at Charles towne this 11th day of August 1671

Joseph West

Abraham Smyth 100 Acres

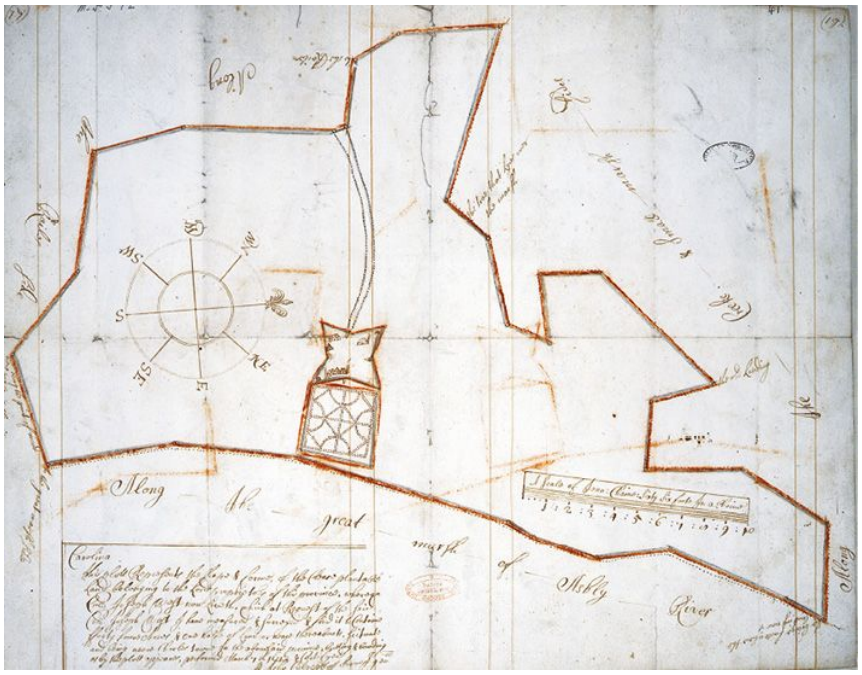
Jo Capt Morrice Matthews surveyor

Rich Comant

John Godfrey

Andrew Percivall

19. ...você obtém a terra: Concessão de terra a Abraham Smith.



20. O sonho americano: um lote de Charleston.

21. Conquistador: Jerónimo de Aliaga.

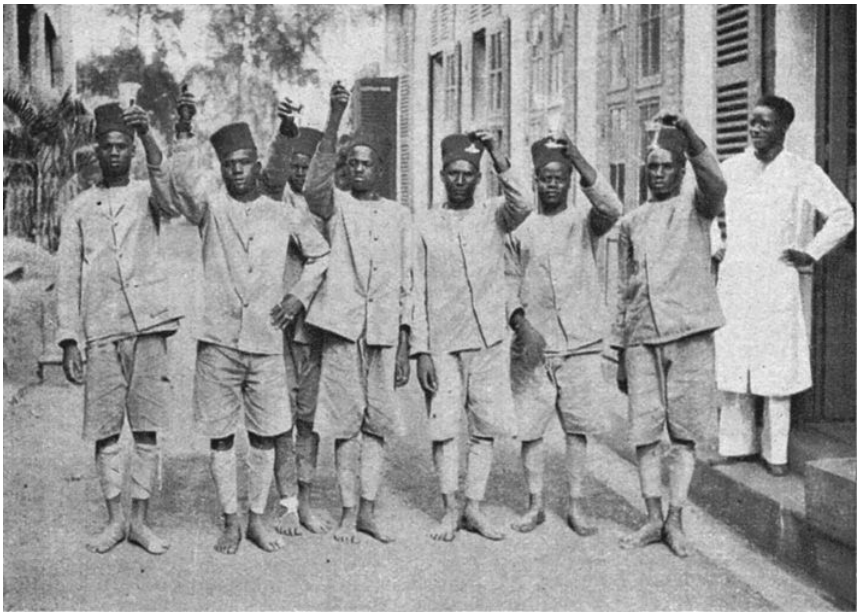
22. O Washington que não foi: Simón Bolívar em mural na atual Caracas.

23. As cicatrizes da escravidão nos Estados Unidos.

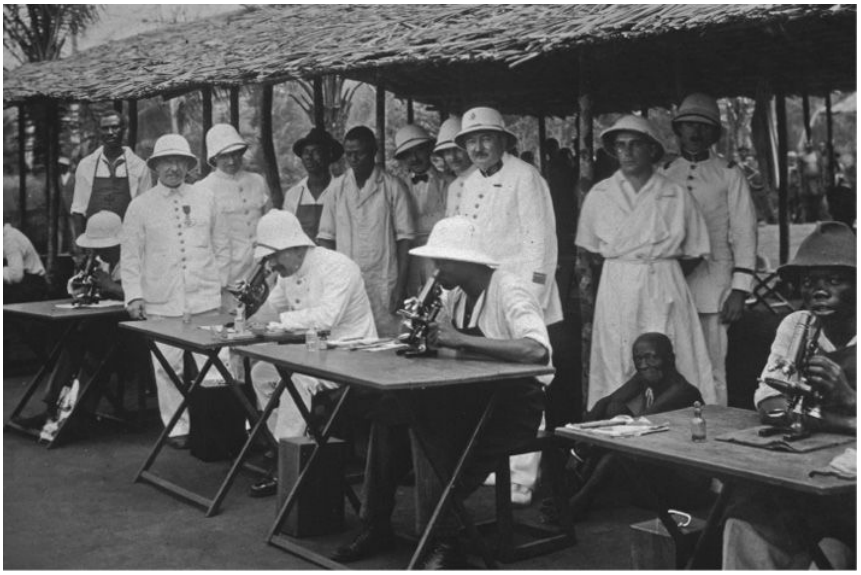
24. A *baguette* como legado de um império: Saint-Louis, no Senegal.

25. A ovelha negra que derrotou a ovelha branca: Blaise Diagne, o primeiro membro negro da Assembleia Nacional Francesa.

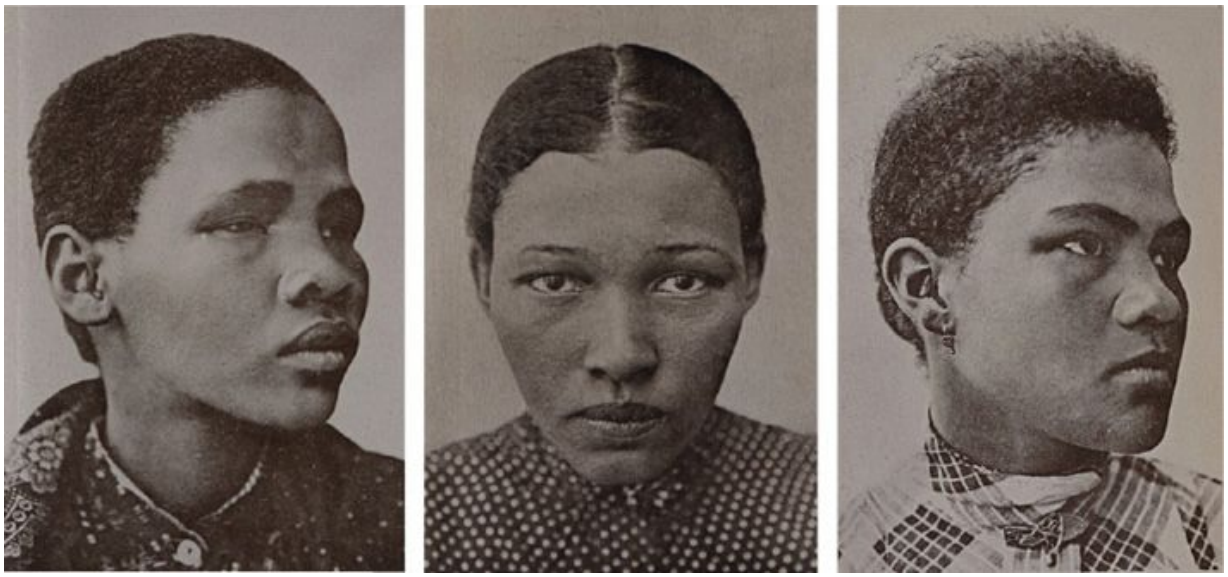
26. Louis Faidherbe, governador do Senegal, avalia sua *mission civilisatrice*.



27. *Tirailleurs Sénégalais* exibem orgulhosamente suas amostras.



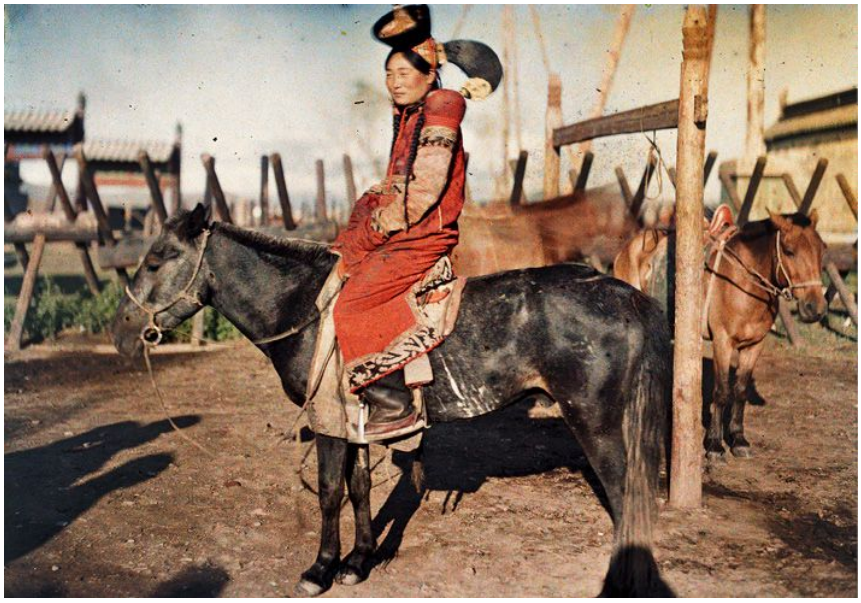
28. *Médecins Sans Frontières*, estilo imperial: médicos franceses enfrentam os trópicos.



29. Três fotografias de mulheres “bastardas”, do estudo dos *rehoboth basters* feito pelo teórico racial alemão Eugen Fischer.

30. “Eu não sabia o que exatamente era a guerra”: um *tirailleur* senegalês no fronte ocidental.

31. Lüderitz, na Namíbia.



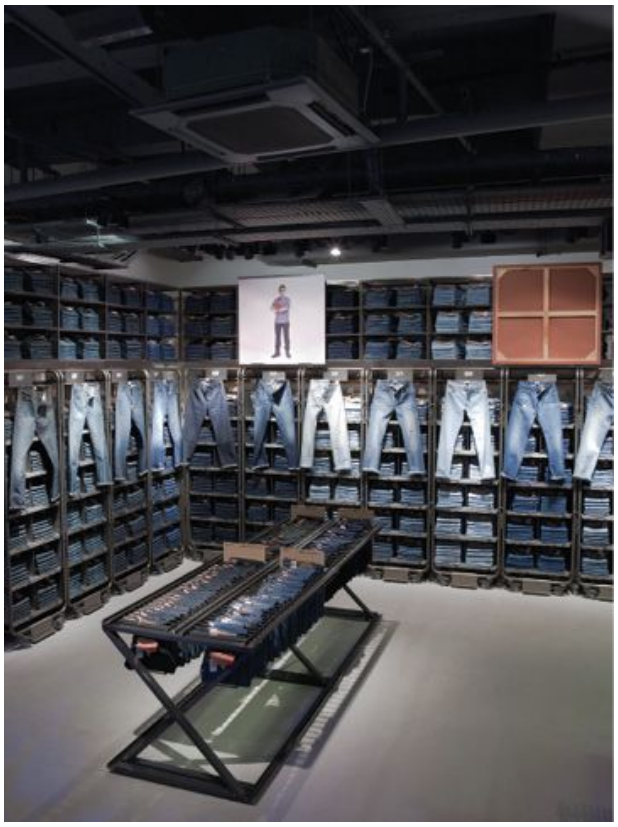
32. Perdemos o mundo da indumentária: uma jovem mulher a cavalo, Urga [Ulan Bator], Mongólia, 1913, fotografia de Stéphane Passet para os “arquivos do planeta” de Albert Kahn.

33. Dois príncipes na Savile Row: Hirohito e Eduardo.

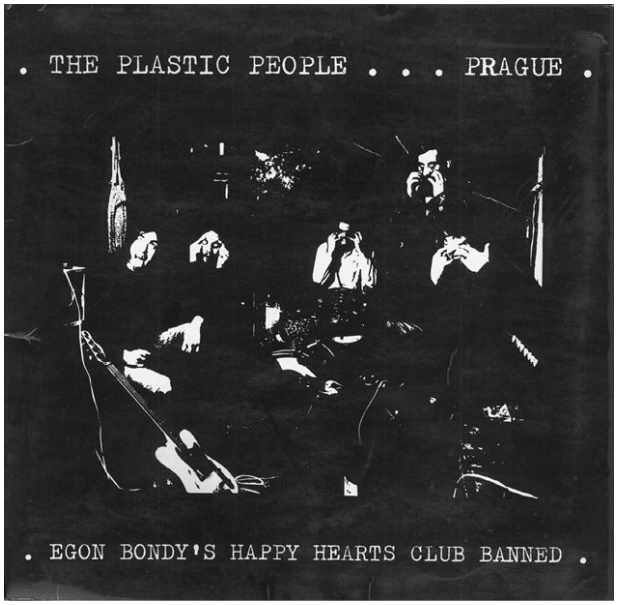
34. A remodelação da era Meiji, 1: *Observance of His Imperial Majesty of the Military Manoeuvres of Combined Army and Navy Forces* [Sua Majestade Imperial observa as manobras militares das forças da Marinha e do Exército combinadas], Yōshū Chikanobu, 1890.

35. A remodelação da era Meiji, 2: *Ladies Sewing* [Damas costurando], Adachi Ginkō, 1887.

36. James Dean libera o gênio do jeans em *Assim caminha a humanidade*.

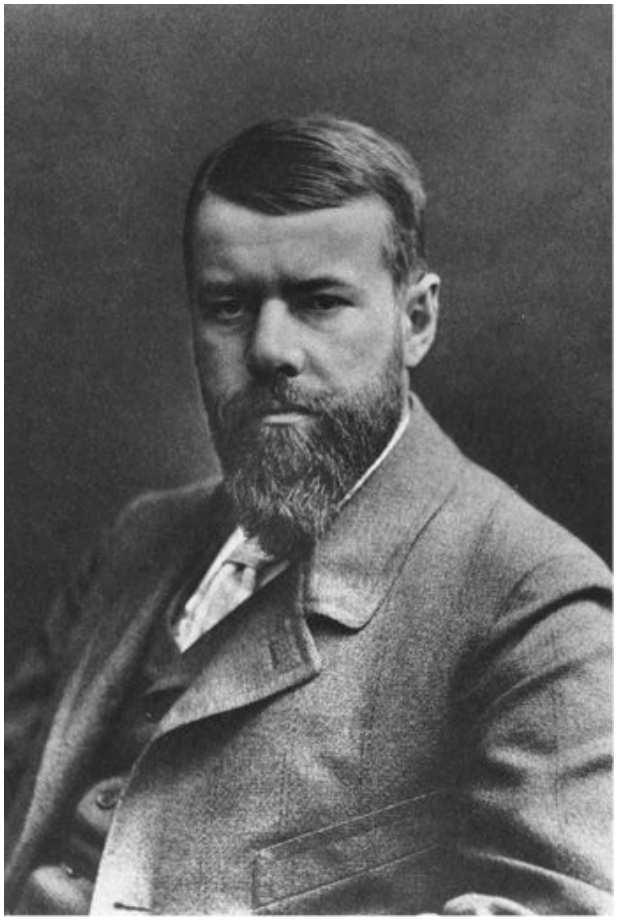


37. Loja conceitual da Levi’s® em Londres, no número 174-176 da Regent Street.

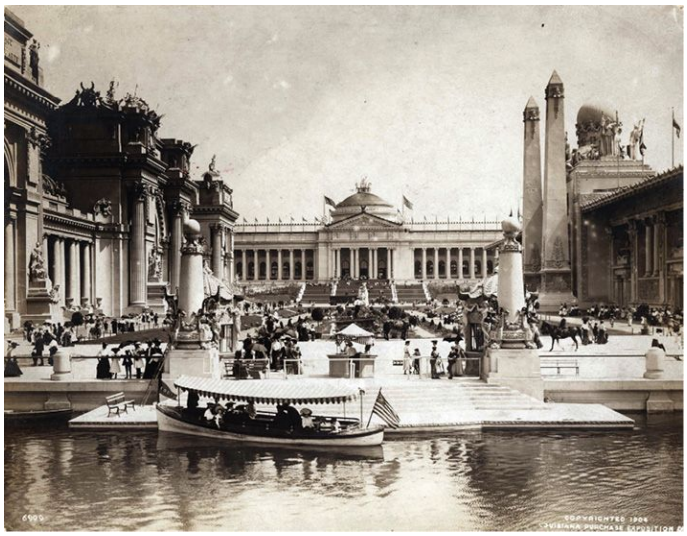



38. “Eles têm medo da liberdade./ Eles têm medo da democracia [...]/ Então por que temos medo deles?” The Plastic People of the Universe, banda de rock do comunismo soviético.

39. Turbantes em manequins, Istambul.



40. Em busca da ética protestante e do espírito do capitalismo: Max Weber na América.

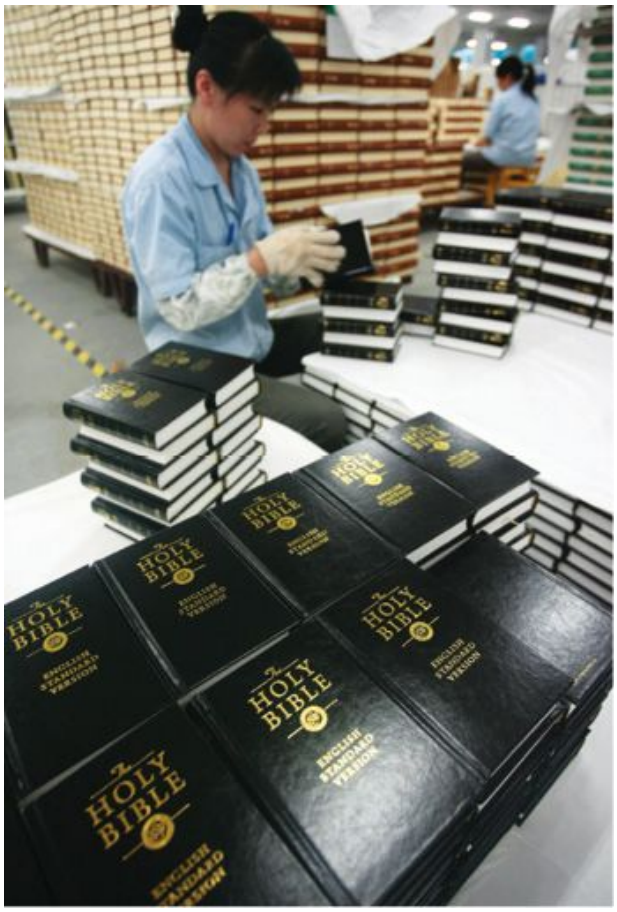


41. Cornucópia americana: A Exposição Universal de St. Louis, 1904.

42. O mundo vem a Wenzhou: alunos da fundação Missão ao Interior da China com seu professor, *c.* 1900.

43. A cartografia da salvação: mapa do sudeste da China de um missionário norte-americano.

44. Cena de morte e destruição da Rebelião Taiping.

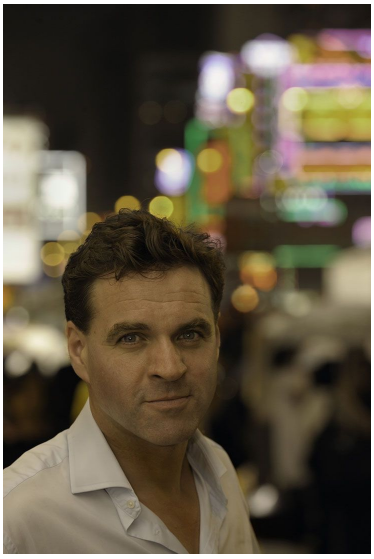



45. Escritura produzida em massa: a Amity Printing Company, editora que publica a Bíblia em Nanquim.

46. Revelação industrial: a China hoje.

47. O fim da supremacia ocidental: o presidente Barack Obama reverencia o primeiro-ministro chinês Wen Jiabao, novembro de 2009.

*OceanofPDF.com*



Nascido em 1964, Niall Ferguson é um dos mais renomados historiadores da Grã-Bretanha. Leciona na Universidade Harvard, na Harvard Business School e na London School of Economics e é pesquisador nas Universidades Oxford e Stanford. O autor também escreve regularmente para jornais e revistas do mundo inteiro, como o jornal Financial Times e a revista Newsweek. Em 2004, a revista Time o considerou uma das cem pessoas mais influentes do mundo. Ele escreveu e apresentou cinco séries de documentários de grande sucesso na TV britânica e é autor de diversos livros, muitos deles best-sellers. O autor divide o tempo entre o Reino Unido e os Estados Unidos. Acesse o site: www.niallferguson.com.

*OceanofPDF.com*